

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Comissão para o Estudo das Campanhas de África
(1961-1974)

**RESENHA
HISTÓRICO-MILITAR
DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA
(1961-1974)**

6.º VOLUME
Aspectos da Actividade Operacional

Tomo I
Angola – Livro 1

1.ª edição

LISBOA
1998

RESENHA HISTÓRICO-MILITAR DAS
CAMPAÑHAS DE ÁFRICA 1961-1974:

- 1.º vol – Enquadramento Geral
- 2.º vol – Dispositivo das Nossas Forças
– Angola
- 3.º vol – Dispositivo das Nossas Forças
– Guiné
- 4.º vol – Dispositivo das Nossas Forças
– Moçambique
- 5.º vol – Condecorações Militares
Atribuídas
 - Tomo I – Torre e Espada e
Valor Militar
 - Tomo II – Cruz de Guerra
(1962/65)
 - Tomo III – Cruz de Guerra
(1966)
 - Tomo IV – Cruz de Guerra
(1967)
 - Tomo V – Cruz de Guerra
(1968/69)
 - Tomo VI – Cruz de Guerra
(1970/71)
 - Tomo VII – Cruz de Guerra
(1972/73)
 - Tomo VIII – Cruz de Guerra
(1974-80)
- 6.º vol – Aspectos da Actividade
Operacional – Tomo I – Angola
– Livro I

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA
DOCTRINA APLICADA NAS
CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961/74)

BRASIL

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

EXÉRCITO PORTUGUÊS

COMANDO DO PESSOAL

DIRECÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA MILITAR

REPARTIÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECAS

Ent. 1046

Pr. 154

Data 03/11/79

Para: *Eu Am. Ant. Portugal*
- Todas as Bibliotecas *Cabo Lido*
- Propaganda e Imprensa
o COFT
E 21/1/79

Nossa Referência:

Nota n.º 1159RDB Proc. 436 de 28 de Setembro de 1999

TÓ: PUBLICAÇÃO PARA AUMENTO À CARGA – CLASSE SUC 7610

nto se envia (m) 1 (um) exemplar (es) da publicação * RESENHA HISTÓRICO-MILITAR DAS AMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974) – ~~VOLUME~~ (TOMO) I – LIVRO I – Aspectos da actividade Operacional – ANGOLA.

everm ser observadas as seguintes instruções:

Aumentar à carga na data da recepção.

Movimentar na P. A. do semestre da data da recepção, com referência a esta nota.

O seu valor é de Esc. 3.600500

A publicação é classificada em: 2.16 – História Militar – 3.3.2. Campanhas dos Séculos XIX-XX.

Exceptuam-se as seguintes BIB que recebem e aumentam à carga os seguintes exemplares:

- AM (sede) 1; Dest (Amadora) 1
- Bibl. Ext. 4 (1 exemplar destinado ao COFT)
- DSS 2
- RGI 1; Dest (Faial) 1

O CHEFE DA REPARTIÇÃO

Alberto Rui Teixeira de Sampaio
CAV

ALBERTO RUI TEIXEIRA DE SAMPAIO

COR. CAV RES

RESENHA
HISTÓRICO-MILITAR
DAS
CAMPANHAS DE ÁFRICA



RESENHA
HISTÓRICO-MILITAR
DAS
CAMPAÑHAS DE AFRICA

Composição e impressão:
EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

Tiragem:
1 000 exemplares

Depósito Legal n.º 118259/97

ISBN 972-9319-29-4

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Comissão para o Estudo das Campanhas de África
(1961-1974)

RESENHA HISTÓRICO-MILITAR DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA

6.º VOLUME
Aspectos da Actividade Operacional

Tomo I
ANGOLA

Livro 1

1.ª Edição

LISBOA
1998

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

N.º 4962/A Custo 3.600\$00

Aumentado em 3/3/2000

C. D.

ANGOLA

ASPECTOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL

ANTÓNIO LOPES PIRES NUNES

TENENTE CORONEL

LISBOA
1998

Elaborou e redigiu este volume da Resenha:

Tenente Coronel António Lopes Pires Nunes

Coordenou e reviu:

Brigadeiro Henrique António do Nascimento Garcia

Contribuíram com os elementos indispensáveis:

- Arquivo Histórico-Militar
- Arquivos pessoais de diversos militares
- Arquivo pessoal de autor

CARTA DE PORTUGAL PROVÍNCIA DE ANGOLA



JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR
CENTRO DE GEOGRAFIA DO ULTRAMAR
Redução, compilação e desenho
Ano da publicação: 1968

Projeção Polidónica-Meridiano Central: 18° E de Greenwich
Elipsoide de Clarke, 1880

FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS
Carta de Angola 1:100 000
Carta de Angola 1:250 000
Carta de Angola 1:2 000 000



CONVENÇÕES

Capital de Província		Caminho de ferro	
Sede de Distrito		Estradas	
Sede de concelho ou circunscrição		Rios	
Limite de distrito		Curvas de nível	
Limite de fronteira			

Prefácio

Com este volume dá-se continuidade ao trabalho da Comissão, iniciando-se a série prevista referente à actividade operacional do Exército em África.

Começa-se por Angola e será completada com publicações relativas à Guiné e a Moçambique, esta última também em fase adiantada de preparação.

Seria uma tarefa ciclópica referir, com pormenor, as inúmeras e multifacetadas actividades do Exército na área operacional, tantas e tão inumeráveis foram as suas intervenções em recuperação de uma tranquilidade violentamente afectada em 15 de Março de 1961, com a realização sanguinária e feroz de um morticínio indiscriminado de homens, mulheres e crianças, de todas as raças e credos, acompanhado de uma onda de destruição cega e impiedosa.

Mais de 30 anos volvidos podemos agora saber que se iniciou então, com aquele massacre, um longuíssimo período de destruição e morte que levou ao aniquilamento de uma grande experiência de multirraciedade e ao descalabro total do que poderia ser hoje um dos países independentes mais florescentes de toda a África.

*

* *

No agitado ambiente internacional que se vivia desde a Conferência de Bandung, em 1955, com vista ao desmantelamento do edifício político criado em África e na Ásia pela Conferência de Berlim de 1885, Portugal tentava manter uma estrutura que lhe permitisse conservar ligados a si territórios com os quais convivia desde há séculos, ao mesmo tempo que garantia assim um

estatuto de média potência, com interesses vitais fora da Península Ibérica. Era a continuação da política secular de defesa da nossa individualidade própria, face à tradicional tendência centralista de Castela.

Com uma soberania que se estendia por três continentes, numa extensão de mais de dois milhões de quilómetros quadrados e com onze países diferentes por vizinhos, Portugal estava na linha oposta ao movimento de transformação que a Europa, através da URSS e seus associados e a América, por meio dos EUA, impulsionavam então pelo mundo fora, a caminho do dismantelar da velha ordem política de predominância de algumas, poucas, potências europeias, com vista a uma liberalização que eliminasse os blocos existentes.

Os invocados “ventos da história” sopravam a favor de uma nova organização política na África e na Ásia, com prejuízo de um País com um conceito próprio de vivência conjunta e para quem era vital a sua presença em territórios que, historicamente, estavam afectos à sua soberania, como até então a comunidade internacional reconheceria.

Subordinado ao poder político, como é habitual, quando não se revolta, o Exército pegou nas armas para repor uma legalidade que o assalto de 04Fev61 em Luanda e os morticínios de 15 de Março, também de 1961, nos Dembos, impunham. E fê-lo com uma total disponibilidade, como lhe competia, e com uma dedicação, espírito de sacrifício e dignidade ímpares.

O que foi a Campanha nos seus primórdios sabem-no aqueles que a viveram na sua dureza, numa entrega total que fez ultrapassar as numerosas carências, com uma indesmentível vontade de cumprir aquilo que, então, todos tinham como um dever indeclinável.

A espingarda era desadequada; o capacete impossível de suportar; não havia alojamento; a alimentação, improvisada ou de lata; o clima inclemente, no Sol, ou alagador na chuva e o terreno difícil, por coberto e ravinoso; as viaturas escassas e o apoio aéreo ainda incipiente, embora sempre voluntarioso. Tudo porém foi ultrapassado por uma determinação firme e uma dádiva total à missão que a todos se impunha.

Embora subversiva a luta, como se iria verificando depois, pouco a pouco, impôs-se de início, a predominância da acção operacional imediata para encurralar o inimigo em áreas limitadas, onde não lhe fosse permitido perturbar mais a vida normal do território, impossibilitada na reduzida mancha inicial ao Norte da capital.

Limitado o alastramento da subversão, e remetido o In aos lugares mais inacessíveis, com o regresso das populações às suas áreas normais, começa a grande luta para evitar que estas fossem definitivamente conquistadas pelos que se opunham à presença portuguesa em Angola. Desencadeia-se o trabalho da acção psicossocial, ao mesmo tempo que continuam as actividades operacionais de contenção e redução.

Sem nunca ter ultrapassado em Angola a terceira fase do que é costume considerar a evolução normal de uma acção subversiva – fase do terrorismo e da guerrilha – já neste período tinha assumido um carácter de continuidade, assegurado por uma melhor preparação militar do inimigo e também pela sua dotação de materiais cada vez mais actualizados e modernos, fornecidos pelos países apoiantes dos Movimentos em luta.

A luta foi ganhando uma perspectiva cada vez mais definida, com contornos nítidos de um ataque geral à presença portuguesa em África, pela manobra conjunta das grandes organizações internacionais, a ONU, dominada pelos EUA, e a OUA, impulsionada pela URSS e países do seu bloco.

A acção ofensiva, conduzida, quer pelos países referidos, quer pelas organizações também já mencionadas, era ainda orquestrada na grande imprensa estrangeira, claramente ao serviço dos interesses que aqueles grupos defendiam.

Este impulso, e um apoio muito intenso e empenhado veio a traduzir-se, no terreno, no lançamento de acções de fogo violentas na Guiné, em 1963 e em Moçambique, em 1964.

Não deixará de ter interesse assinalar aqui que os designados Movimentos de Libertação do Colonialismo, não se tenham manifestada nas então Províncias Ultramarinas que não tinham fronteira com qualquer Estado, por serem constituídas por arquipélagos, como Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor. Ficou evidente que, sem o apoio exterior permanente, em bases instaladas em territórios estrangeiros, facilidades administrativas e outras, não seria possível sustentar, com tanta facilidade, uma luta em continuidade, para a qual, no caso das ilhas, não havia área de refúgio inviolável.

O apoio exterior, que é uma característica muito significativa das guerras subversivas, em conjunto com o apoio da população – voluntário ou forçado, consciente ou inconsciente – e com a sua enorme complexidade – carácter clandestino, variedade de meios e processos e luta em superfície, sem frentes – ficava assim altamente dificultado, no que respeita às ilhas, comprometendo de forma muito significativa, qualquer perspectiva de triunfo dos Movimentos subversivos. O nosso caso foi paradigmático desta evidência das lutas deste tipo.

*

* *

Tal como foi dito no prefácio do 1.º volume da Resenha – Enquadramento Geral: “Quando um livro tem por autor não uma pessoa ou grupo de pessoas, mas sim a instituição a que pertencem e neles delega essa tarefa, os redactores

do texto – embora livres e únicos senhores do que escreveram, nunca podem esquecer-se da posição especial em que o fazem.

Esta dependência não lhes deve tolher, é certo, a sua liberdade na pesquisa de fontes históricas, na análise dos elementos recolhidos e na expressão escrita que julgarem dever dar ao respectivo relato. Deontologicamente, porém, impõe-se-lhes que sejam fiéis intérpretes do sentir da Organização, não se aproveitando da oportunidade para apresentar como daquela o que é, apenas, uma simples opinião pessoal”.

“Tínhamos, por isso, de estar particularmente atentos, nunca cedendo à tentação fácil de utilizar a pena que nos foi posta na mão para fazer desta obra, ou uma tribuna pessoal, ou uma apologia. Se a ultrapassagem do primeiro óbice foi simples visto sermos uma comissão onde sempre prevaleceu o consenso, o segundo exigiu grande serenidade e profunda reflexão por todos sermos militares”.

Estas preocupações estiveram sempre presentes na elaboração desta obra, como na altura da publicação do 1.º volume da Resenha, com a vantagem de a distância no tempo, ser agora ainda maior e os acontecimentos posteriores nos ajudarem na necessária serenidade, ao fazer-se o relato que nos propusemos.

Com uma noção clara das insuficiências do presente trabalho, a Comissão assume-as como consequência da escassez das fontes acessíveis, da limitação dos meios disponíveis, materiais e humanos e também das dificuldades e carências próprias. Propõe-se a sua publicação, porém, na linha habitual do nosso procedimento que procura dar a conhecer os factos com base na documentação utilizável, em vez de deixar que esta fique esquecida nas prateleiras, com prejuízo de todos, dos que os viveram e sofreram e ainda de todos quantos, vindos depois, só beneficiam em conhecê-los.

*

* *

É vasta e extensa a obra a realizar ainda para a divulgação da acção do Exército em África de 1961 a 1974. Além deste volume, estão previstos, como já foi dito, outros sobre a actividade operacional na Guiné, já com muitos elementos recolhidos e sobre idêntica actividade em Moçambique, este já em vias de conclusão. Estão também preparadas para sair as fichas das Unidades de reforço que actuaram na Guiné, em Angola (agrupamentos e batalhões) e, em adiantado estado de preparação, as fichas relativas a Moçambique.

Foi concluído e publicado no ano passado o último tomo – o VIII – sobre as condecorações atribuídas e aprontado para publicação um volume com as fichas dos mortos em campanha, na Guiné, trabalhos que não esgotam os que estão previstos e a serem preparados pela Comissão.

Em conformidade com o plano inicial, ficam para concluir os volumes com as fichas dos mortos em Angola e Moçambique, o volume com as operações na Guiné e também os volumes com as fichas das Unidades de reforço de Moçambique e as Companhias de Angola, trabalhos já iniciados, para os quais se carece de tempo e também de reforço em pessoal, já que alguns deles, em conclusão, estão a cargo de oficiais reformados que, graciosa e gentilmente, se propõem levá-los a cabo.

Mesmo com os trabalhos previstos de início pela Comissão já publicados, e a publicar, tem-se a certeza que muito ainda fica por relatar sobre a acção do Exército em África naquele período já histórico, pois há variados aspectos especiais não referidos como são a acção de Engenharia, dos Serviços e outros de carácter geral muito importante, como é o caso de toda a acção psicológica e psicossocial levada a efeito nas três frentes, Angola, Guiné e Moçambique.

Infelizmente, à medida que o tempo decorre, crescem as dificuldades de acesso às fontes históricas, que continuam muito dispersas, nalguns casos desaparecidas e noutros inacessíveis à Comissão, guardadas em Unidades e Estabelecimentos que as querem manter, ou em arquivos individualizados, fora da alçada do Exército, o que dificulta de forma notável o trabalho de pesquisa, que a CECA leva a cabo para escrever os seus volumes e propô-los para publicação.

Pelo relevo ímpar na História do Exército e do País que as Campanhas d'África 1961-1974 já têm e que cada vez mais terá que ser reconhecido; pela imensa variedade de documentos produzidos, alguns dos quais são estudos do maior interesse e ainda actuais; pela importância que muitos desses documentos tiveram no próprio futuro do País, seria da maior conveniência reunir num mesmo local, único, como extensão ou anexo do Arquivo Histórico Militar – já saturado e onde ficaria à disposição de todos os investigadores, militares e civis – a numerosa e muito diversificada documentação relativa às Campanhas d'África 1961-1974, desde as directivas, às ordens, aos relatórios, informações, despachos, estudos e outros, até às fotografias, e filmes, passando pelos guiões, emblemas, jornais feitos pelas Unidades, e tudo o mais que constitui testemunho duma acção memorável do Exército, em três frentes, muito longe da então chamada Metrópole, nas quais se bateu com toda a galhardia e valor.

*

* *

É certo que o Exército não sustentou a luta sózinho a qual foi mantida por uma acção conjunta dos três Ramos das FA e onde, quer a Força Aérea,

quer a Marinha desempenharam com brio e dedicação, as suas tarefas específicas.

Mas se é imprescindível e justa uma referência muito elogiosa á maneira como as outras forças se bateram, não é propósito da Comissão fazer aqui o relato das respectivas intervenções muito esforçadas, dignas e de elevado nível, pois tal objectivo não consta da missão da CECA estabelecida na Portaria que a criou em 1980.^(a)

*

* *

Na consciência das muitas insuficiências desta publicação em relação ao objectivo estabelecido de divulgar a acção do Exército em Angola no aspecto operacional, entre 1961 e 1974, pode afirmar-se também a certeza de que foram feitos os esforços possíveis, ao nosso alcance, para transmitir uma primeira imagem do que foi o trabalho insano daqueles que naquelas longínquas paragens, se bateram com coragem e determinação.

Nos tempos de hoje e para quem não viveu no local os acontecimentos, não é sequer imaginável o que é viver, lutar e sofrer num meio climatérico difícil, com predominância das altas temperaturas diurnas e do intenso frio à noite; das chuvadas tropicais sistemáticas e avassaladoras; das trovoadas múltiplas e periódicas; sem estradas nas áreas de combate; com os víveres a chegarem em coluna automóvel ciclicamente – semana a semana, de quinze em quinze dias ou mesmo de mês a mês, ou até mesmo a caírem do ar, em pára-quedas; com o correio a chegar também por avião e sem jornais, muito menos televisão, apenas com o rádio, tantas vezes ouvido com dificuldade; com água das nascentes próximas ou dos rios, recolhida debaixo de fogo, em não poucas ocasiões; em certas áreas e circunstâncias, com uma alimentação monótona e de recurso; com meios de frio, inexistentes de início e sempre escassos; com viaturas insuficientes e que a dureza do trabalho a que estavam sujeitas fazia avariar com frequência; com oficinas militares a funcionar sempre em precárias condições e sem os necessários sobressalentes ali ao pé; sem lavandaria, nem sucedâneos; com toda uma enormidade de carências e dificuldades no dia a dia, a somar-se ao risco de vida nas operações e, a ultrapassar tudo isso, uma missão a cumprir, com esforço, sacrifício e coragem, executada em geral com total disponibilidade, elevado espírito de servir e dedicação sem limites, num ambiente simples, de dádiva total, com a naturalidade e a determinação, que esse inigualável

(a) Portaria n.º 43/80, de 16 de Fevereiro.

A Comissão penitencia-se de não ter sido, ainda capaz de transmitir toda a transcendência desse esforço, afinal inglório, incompreensível para aqueles que não o viveram, mas que tão profundamente marcou uma geração de responsabilidade e sacrifício.

Introdução

Na prossecução do plano de publicações da CECA, estão em preparação volumes sobre a actividade operacional do Exército nos três Teatros de Operações.

A componente militar das Campanhas de África, naquele período, tornou-se já um marco da História Contemporânea que não pode continuar a ser esquecido, muito menos distorcido ou escamoteado, devendo ter-se em atenção que as Forças Armadas Portuguesas produziram doutrina própria de Guerra Subversiva, que constitui património militar e cultural, a sistematizar correctamente e a preservar.

Tão pouco pode passar à posteridade marcado por sentimentalismos de quem viveu uma experiência pessoal dolorosa em África, ali deixou um familiar, por opiniões eivadas de influências políticas ou ideológicas, sentimentos pacifistas, patriotismos exacerbados, aversão ao Exército ou sentimentos opostos a estes.

Não é só com trabalhos de jornalismo e de ficção, respeitáveis, mas quantas vezes subjectivos que, no futuro, se poderá julgar o esforço e avaliar o gigantismo da obra do Exército em África, nos campos militar, social e cívico.

Vai-se tornando visível a necessidade de passar à História o que à História pertence e à Sociologia e outras Ciências Sociais o que é do seu objecto. Todas elas têm metodologia própria, que não se coaduna com opiniões superficiais, capaz de analisar de forma global e sistemática as Campanhas, à luz da documentação disponível e compreender e inserir, na sua justa dimensão, qualquer fenómeno ocorrido.

As acções de iniciação ao trabalho de carácter histórico começaram há já vários anos na CECA que, por isso, adquiriu experiência dos obstáculos a vencer.

A maior dificuldade tem residido na falta de documentos no momento oportuno e a sua ausência dos locais onde seria suposto estarem.

O desaparecimento de grande parte dos arquivos nas sucessivas fases revolucionárias e reorganizações militares posteriores ao 25 de Abril, a rapidez e a forma como evoluiu a descolonização, que impôs prioridade de transporte para a Metrópole das pessoas e bens essenciais, bem como a reorganização do Exército em curso, explicam a lacuna.

Qualquer trabalho pioneiro de investigação sobre as Campanhas de África tem que seguir uma metodologia muito especial que o torna forçosamente moroso, pecha a que não fomos imunes.

Começa-se a elaborar um texto com os poucos documentos disponíveis, que nem sequer abarcam todos os assuntos julgados importantes, sem se saber quando irá surgir um documento mais elucidativo e abrangente. Quando tal ocorre, o texto tem que ser reformulado, não no sentido de alterar o que se escreveu, mas de o melhorar com dados complementares. Se por um lado são necessários anos para escrever um texto de certa envergadura, a vantagem histórica é óbvia na medida em que se cruzam constantemente documentos sobre o mesmo assunto.

Na realização do presente trabalho sobre parte da actividade operacional do Exército em Angola foram necessários vários anos para se atingir o ano de 1964, mas o material tornou-se tão volumoso que foi julgado conveniente fazer já com ele uma primeira publicação.

O ano de 1964 abarca os antecedentes e o período específico do início do envolvimento de Portugal numa longa guerra subversiva, de forma um tanto apressada e começada apenas em Angola, a que o nosso Exército teve que se adaptar. Este ano também marca, o início da Campanha em Moçambique, depois de ter começado em 1963, na Guiné, territórios aonde o Exército acorreu já com experiência adquirida e corresponde claramente ao encerrar de um ciclo da Campanha em Angola.

Esta 1.^a Parte, como toda a obra da Comissão, está fundamentada em documentos e traduz o esforço habitual de a expurgar de considerações pessoais, tendo-se procurado traduzir com fidelidade, o que foi grande parte da actividade do Exército em Angola, nas suas vertentes táctica e estratégica, perante um inimigo que tentamos caracterizar conforme os poucos documentos de que se dispõe.

Com lacunas que trabalhos futuros de outro cariz não deixarão de considerar, entendeu-se não ser conveniente descer a uma maior pormenorização dos factos, impossíveis de relatar na infinidade de situações vividas ao longo dos treze anos de luta.

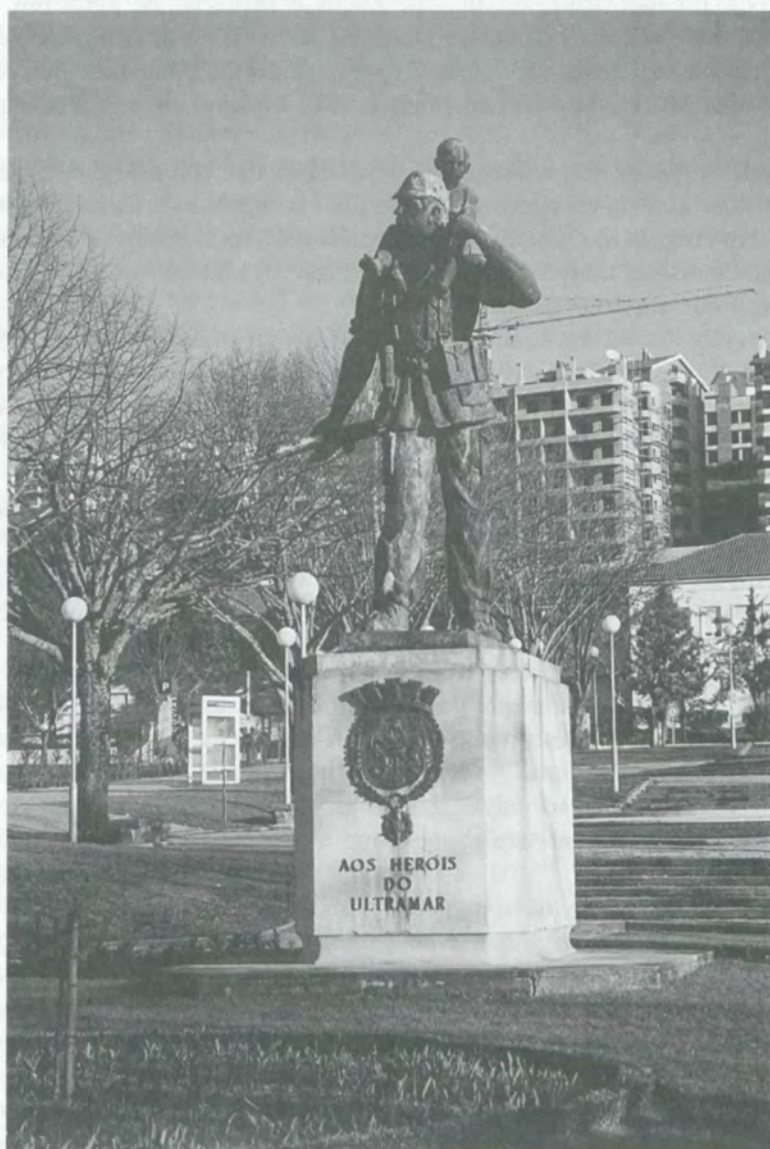
Não era viável referir, quanto mais descrever, os milhares e milhares de operações e acções de combate que tiveram lugar, nem tão pouco a infinidade

de acções de carácter social que o Exército levou a efeito no âmbito da acção psicossocial. Tratamentos, transportes, assistência médica, medicamentosa e vacinações, escolarização, abertura de poços e captação de água nos povos indígenas, distribuição de sementes e comida, construção de habitações e abertura de postos sanitários, são apenas tópicos de tantas e tantas realizações do Exército que só os que viveram intensamente aquelas circunstâncias podem avaliar.

Também não se fez referência à designação das Unidades, nem dos Comandos que, com tanta dedicação, sacrifício e dignidade, tornaram possível realizar em Angola tão grande, como necessária tarefa. Publicações especializadas da Comissão, também em curso, irão referir, uma por uma, as Unidades de reforço que serviram naquele território.

Este trabalho irá ter continuidade pois uma segunda publicação, de 1964 até 25 de Abril de 1974, está já numa fase avançada de investigação, a qual se espera poder traduzir num primeiro esboço escrito a curto prazo. Assim as circunstâncias o permitam e não falte à Comissão o indispensável apoio superior.

Com a consciência da insuficiência desta publicação perante a grandeza do trabalho positivo desenvolvido pelo Exército neste período em Angola, a Comissão espera contribuir com este volume para a divulgação do muito que foi feito, devido ao esforço, espírito de sacrifício e dedicação dos combatentes a quem aqui, de alguma forma, se presta homenagem.



Homenagem na cidade de Coimbra

Aspectos Gerais

O movimento Pan-Africanista mundial, cujas origens mergulham no período post-guerra 1914-18, fortificou-se através dos Congressos Pan-Africanos, sofreu grande impulso com a Conferência de Bandung, de 18 de Abril de 1955 e gerou várias Conferências Pan-Africanas, a primeira das quais teve lugar, já em África, no ano de 1958, em Accra.

As primeiras reivindicações de uma melhoria da condição dos negros e de “África para os africanos” foram dando lugar a conceitos mais radicais como os de “Negritude” e o de “África para os negros”. Todo este movimento, acompanhado pelo apoio crescente de alguns países, da ONU e de outras organizações internacionais que, entretanto, foram surgindo, tornou possível o aparecimento em Angola de militantes de partidos emancipalistas, organizados nos países vizinhos, que os estimularam e cujas reivindicações incidiam sobre os então territórios portugueses de Além-Mar, que pretendiam separar do conjunto nacional.

A independência do Congo ex-belga, em 01 de Julho de 1960, permitiu uma maior movimentação daqueles partidos no interior do território de Angola, criando-se em várias regiões fronteiriças, ainda que pontualmente, um certo clima de insubordinação entre as populações negras, que não se vivia em Angola havia várias décadas.

Em 04 de Fevereiro de 1961, ocorreram tumultos sangrentos em Luanda, mas o clima de insurreição mais amplo e significativo só surgiu em Março desse ano. Numa vasta região do Norte de Angola concretizou-se uma matança bárbara e indiscriminada e a destruição sistemática de bens materiais, particulares e do Estado, o que obrigou o governo português a mobilizar unidades militares para Angola que, em pouco tempo, recuperaram as povoações e fazendas destruídas.

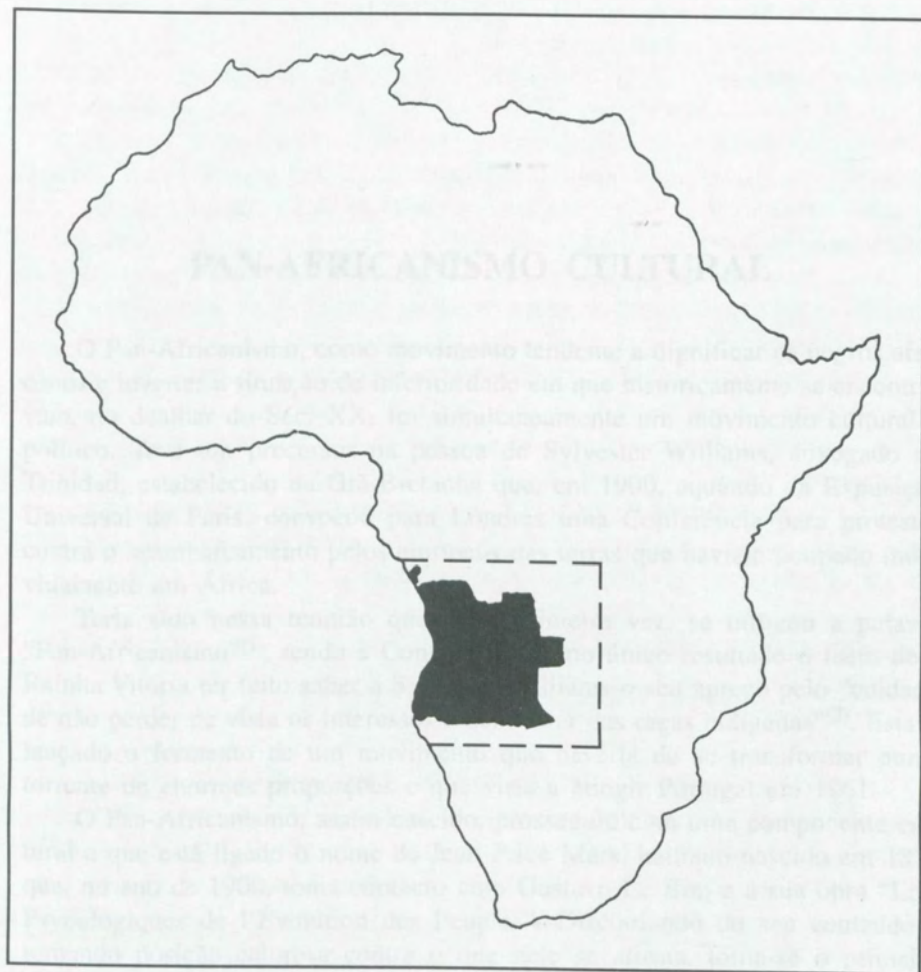
Os anos seguintes foram de consolidação da situação militar na área afectada, por parte do Exército Português, mas também do fortalecimento da insurreiçāo que, instalada numa área muito arborizada e difícil de penetrar, ia obtendo armas e mantendo um clima de guerrilha que, embora controlada, não foi possível eliminar na totalidade.

A actividade económica na região atingida foi, porém, retomada e Angola passou a viver num clima de normalidade tão marcada que a guerra era praticamente ignorada, fora da pequena zona com operações.

No final de 1964, pode considerar-se que a situação estava militarmente estabilizada e o Exército Português ganhara uma experiência em guerra de guerrilha, suficiente para manter a estabilidade, ou melhorar mesmo a situação, dando tempo a que outras iniciativas, não militares, contribuíssem para a solução da “questão de Angola”, como era conhecida nos meios internacionais.

Este primeiro volume sobre a luta naquele território abordará toda a problemática inicial até ao ano de 1964, que se considera um marco do êxito militar conseguido e que permitiu acorrer ao início da guerrilha na Guiné e Moçambique com outras perspectivas, como entretanto veio a suceder, nos anos de 1963 e 1964 respectivamente.

O PAN-AFRICANISMO



Angola, em África

O PAN-AFRICANISMO

PAN-AFRICANISMO CULTURAL

O Pan-Africanismo, como movimento tendente a dignificar os negros africanos e inverter a situação de inferioridade em que historicamente se encontravam, no dealbar do Séc. XX, foi simultaneamente um movimento cultural e político. Teve um precursor na pessoa de Sylvester Williams, advogado de Trinidad, estabelecido na Grã-Bretanha que, em 1900, aquando da Exposição Universal de Paris, convocou para Londres uma Conferência para protestar contra o açambarcamento pelos europeus das terras que haviam ocupado indevidamente em África.

Teria sido nessa reunião que, pela primeira vez, se utilizou a palavra “Pan-Africanismo”⁽¹⁾, tendo a Conferência como único resultado o facto de a Rainha Vitória ter feito saber a Sylvester Williams o seu apreço pelo “cuidado de não perder de vista os interesses e bem estar das raças indígenas”⁽²⁾. Estava lançado o fermento de um movimento que haveria de se transformar numa torrente de enormes proporções e que viria a atingir Portugal em 1961.

O Pan-Africanismo, assim nascido, prosseguiu com uma componente cultural a que está ligado o nome de Jean Price Mars, haitiano nascido em 1876 que, no ano de 1900, toma contacto com Gustavo Le Bon e a sua obra “Lois Psychologiques de l'Évolution des Peuples”. Discordando do seu conteúdo e tomando posição calorosa contra o que nele se afirma, torna-se o primeiro pan-africanista cultural.

Gustavo Le Bon dividia as raças em quatro categorias: “raças primitivas”, entre as quais não há qualquer traço de cultura, representada pelos aborígenes

(1) W.E. du Bois, grande figura do Pan-Africanismo, que adiante se referirá, considerou esta reunião de Londres a primeira que divulgou a palavra “Pan-Africanismo”.

(2) Decraene, Philippe: “Le Panafricanisme”, Paris, Puf, 1964, Col “Que sais je?”

australianos; “raças inferiores”, representada pelos negros; “raças medias” compreendendo os chineses, os japoneses e os mongóis e os povos semitas e “raças superiores” constituída esta categoria pelos povos indo-europeus⁽³⁾. Tendo em atenção que Gustavo Le Bon perfilhava o princípio de que o carácter é imutável, fácil será de perceber a situação de fatalidade em que colocava o negro e a irritação que se apossou de Price Mars a qual transmitiu ao próprio Le Bon, em encontro que lhe solicitou.

Esta tomada de posição traduz, no fundo, a expressão de que Price Mars não aceitava de forma alguma a dominação cultural do negro pelo branco, muito menos por motivos de fatalismo cultural e biológico. O facto de um século depois ainda haver quem não entenda ser o biologismo um dos vícios do senso comum, mais ressalta o carácter cultural deste pan-africanista culto dos tempos heróicos do Pan-Africanismo.

A sua obra mais importante é, todavia, “Assim Falou o Tio”, publicada em Paris, em 1926, ensaio etnográfico e antropológico, hoje um clássico do Pan-Africanismo cultural, onde afirma: “Houve tempos no continente africano em que se desenvolveram centros de civilização negra, cujo brilho se irradiou além da estepe e do deserto, de que ainda há vestígios...”, concluindo pela defesa da “reabilitação de África, das suas raças, da sua civilização, do animismo africano”⁽⁴⁾.

É a reacção cultural de quem não se conforma com a proclamada inferioridade negra como um destino insuperável, de quem acredita nas virtualidades dos povos africanos e o primeiro grito de alerta.

PAN-AFRICANISMO POLÍTICO

O Pan-Africanismo cultural conduziu, naturalmente, ao Pan-Africanismo político e ao avanço prático no sentido de elevar a raça negra africana e impor os seus direitos. O impulso inicial é dado por W.E. Burghardt Du Bois, conhecido como o “pai do Pan-Africanismo” que começou por lutar pelo negro americano mas, rapidamente, compreendeu que o problema americano se inseria na questão mais ampla da problemática africana. Era sua opinião inicial que o problema essencial era o da “cor” e que a frente de combate que se havia de travar não seria nem nas Antilhas, nem em África, mas nos Estados Unidos. Dizia Du Bois “... Reivindicamos todos os direitos políticos, civis e sociais que pertencem a todo o americano nascido

(3) “Présence Africaine, Paris”, Vol XXXII-XXXIII, Junho-Setembro de 1960, pág. 166.

(4) Decraene, Philippe, “O Pan-Africanismo”, já citado.

livre e não cessaremos de protestar e de martelar os ouvidos da América enquanto não os tivermos obtido..."⁽⁵⁾.

Em 1920, denunciando uma clara evolução no seu pensamento, preconizava: "... É evidente que, em face do desenvolvimento da África Central, o Egipto deve ser livre e independente, no grande caminho que conduz à Índia livre e independente, ao passo que Marrocos, Argélia, Tunísia e Trípoli, devem religar-se à Europa, modernizando-se na independência..."

Du Bois estava já claramente virado para a África e parece evidente pensar em independências, segundo uma certa prioridade e com prudência.

Marcus Garvey, contemporâneo de Du Bois, é outra referência do Pan-Africanismo. Generoso, mas um tanto radical e demagogo, propunha medidas pouco credíveis como a de querer a Casa Negra, em oposição à Casa Branca, onde um negro eleito presidiria, durante quatro anos, aos destinos dos E.U.A.

Em 1920, lançou a conhecida "Declaração dos Direitos dos Povos Negros de Todo o Mundo" e preconizou o regresso de todos os negros à África, sua "pátria-mãe". Com essa finalidade, organizou uma companhia de navegação, a "Black Star Line", que haveria de falir.

Pregava a violência como forma de o negro conseguir o seu desiderato "...Não há lei, senão a força; não há justiça senão o poder...", acabando por ser preso sem ver concretizados quaisquer dos seus projectos, para gáudio de Du Bois, muito mais conceituado e prudente, de quem era inimigo.

Garvey defendia ainda que, conseguida a completa igualdade entre negros e brancos, a emancipação do jugo colonial era uma certeza.

Constatamos pois que, no primeiro quartel do século XX, havia já os primeiros defensores da raça negra, que eram negros americanos e tiveram a visão clara de que a questão era também, eminentemente, africana.

A 1.ª Guerra Mundial, de 1914 a 1918 fez calar estas vozes mas, terminado o conflito, verificou-se que elas continuavam bem vivas e que o germen que haviam lançado, frutificara.

DA GUERRA DE 1914-18 À GUERRA DE 1939-45

A guerra de 1914-18 constitui um marco fundamental para o estudo dos movimentos depois chamados emancipalistas. Com efeito, ela foi incentivadora

(5) Declaração-Programa do "Movimento de Niagara", constituído por trinta intelectuais, que haviam sido expulsos de Niagara Falls, em 1905 (Canadá) quando protestavam contra os linchamentos e ausência de direitos do negro, redigida em 1906, em reunião com Du Bois.

de sentimentos de autonomia nos territórios sob administração europeia e propiciadora do desenvolvimento das ideias pan-africanas.

Os EUA surgiram como defensores da doutrina da autodeterminação dos povos. O Presidente Wilson, mesmo antes do fim da guerra, anunciara as bases para as negociações de paz, as quais incluíam um ponto sobre o reconhecimento dos interesses das populações, visando particularmente as colónias, o que veio a ter ressonâncias na Conferência de Versalhes.

Por outro lado, a URSS, onde triunfara a Revolução Bolchevista de 1917, aparece na cena internacional afastada da Europa e como inimiga do colonialismo, explorando em seu benefício o nacionalismo nascente nalguns territórios sob tutela, a xenofobia latente em várias populações e as ambições activas das elites de algumas colónias.⁽⁶⁾ Lenine, na sua tese "*As Questões Nacionais e Coloniais*", apresentada no II Congresso Internacional Comunista, em 1920, discorre sobre a forma de interferir nas colónias, tema depois retomado por Stalin⁽⁷⁾. A preocupação da URSS pela Ásia e pela África revela-se, desde muito cedo, como uma plataforma indirecta de atacar os povos capitalistas ocidentais, que julgava inoportuno ameaçar directamente. Isso parece evidente, ainda em 1920, no "Congresso dos Povos Oprimidos" de Baku, que constituiu o ponto de partida para um programa de infiltração e de penetração no mundo não europeu⁽⁸⁾.

A nascente Sociedade das Nações (SDN), de forte influência americana, fomentava os movimentos emancipalistas, ainda incipientes e os países da Europa, possuidores de territórios ultramarinos, saíram da guerra demasiado enfraquecidos para se poderem opor, eficazmente, ao envolvimento de vários interesses gerados em torno das suas possessões africanas e asiáticas.

As promessas feitas pelos aliados, em momentos difíceis da guerra, aos povos que sob o seu domínio foram chamados a lutar a seu lado, constituindo largos contingentes de tropas, tornaram-se um forte estímulo para que aqueles incentivassem a luta para a satisfação dos seus ideais.

Os ingleses, por exemplo, utilizaram os árabes contra os turcos, acenando-lhes com promessas formais de independência em datas posteriores, que depois não puderam ser cumpridas na sua totalidade, despertando, contudo, os sentimentos de autonomia nos povos sob o seu domínio⁽⁹⁾. A Índia contri-

(6) Ricardo Pattee, "Portugal na África Contemporânea", Faculdade de Letras U.C., Coimbra 1959.

(7) Lenine, "Oeuvres choisies", citado na pág. 32 da obra referida na nota anterior. Um dos pontos adoptados no Congresso era mesmo "os comunistas ajudarão os movimentos revolucionários nas colónias dos respectivos países".

(8) George Venadsky, "A History of Russia", citado por Richard Pattee, obra citada, pág. 33.

(9) Richard Pattee, "Portugal na África Contemporânea", Faculdade de Letras da U.C. Coimbra 1959, pág. 36, citando A.J. Grant e Harold Temperley, "Europe in the nineteenth and twentieth centuries (1789-1930)", 1940, 4.ª edição, pág. 572.

buirá também para a guerra com fortes contingentes e, finda esta, viveu um sentimento de frustração ao continuar sob o domínio inglês.

Foi também no período do pós-guerra que pan-africanistas, como Du Bois, Garvey e Price-Mars, que, havia anos, lutavam pela afirmação da raça negra e por demonstrar a importância de África, se sentiram encorajados a organizar os primeiros congressos pan-africanos em Paris, no ano de 1919, Londres em 1921 e 1923 e Nova Iorque em 1927⁽¹⁰⁾.

Na Ásia, porém, as perturbações tornaram-se mais evidentes.

Entre 1920 e 1939, viveu-se na Índia um período de agitação inspirado pelo Mahatma Gandhi, o qual, com a sua resistência passiva desafiou a autoridade inglesa e introduziu uma nova forma de obter a liberdade, sem o recurso à guerra formal.

Houve também agitações na Indochina, sob o domínio francês, onde o partido de Ho Chi Min, de inspiração comunista, foi obrigado a passar à clandestinidade.

Na China, no império holandês e um pouco por toda a Ásia, uma constante se tornara evidente – a influência russa proclamada em Baku e um activismo crescente, ainda estranho à África.

Entre as duas guerras, o sentimento de independência na Ásia parecia corresponder ao da melhoria da condição negra em África. Havia como que um atraso africano, que não será de estranhar, atendendo a que a presença europeia na Ásia se verificava em contacto com povos possuidores de uma cultura muitíssimo mais rica, profunda e generalizada, muito mais organizados e professando religiões universais. Ao invés, a África estava geograficamente dividida em duas pelo Saharâ: a parte Norte, mais ligada ao mundo árabe e Próximo Oriente, a parte Sul – a verdadeira África negra – com um poderoso contrapeso na República Sul-Africana de dominação branca.

A independência do Egipto, em 1922, e depois a do Iraque, em 1932, ambas concedidas pelos ingleses, tiveram um efeito extraordinário entre todos os povos que aspiravam à independência, em especial na África do Norte, onde

(10) W.E. Burghardt du Bois, considerado o pai do Pan-Africanismo, nasceu em 1868 nos EUA. Desempenhou papel excepcional na divulgação das ideias pan-africanas e na organização dos Congressos Pan-Africanos. Com 90 anos de idade ainda esteve presente na II Conferência de Solidariedade Afro-Asiática realizada em Conakry, de 11 a 15 de Abril, de 1960.

Marcus Garvey, nascido em 1885, na Jamaica, pan-africanista de ideias radicais, reclamava, “não a lei, senão a força; não a justiça, senão o poder”. Foi frequentemente acusado de perflhar ideias bolchevistas.

Jean Price-Mars, nasceu em 1876, no Haiti. Estudou as sociedades africanas numa perspectiva antropológica para defender “a reabilitação de África, das suas raças, da sua civilização, do animismo africano”. É um dos clássicos do pan-africanismo.

se localizava grande parte dos territórios franceses e ingleses e nos quais se vinham desenvolvendo ideias nacionalistas, logo depois, separatistas.

A aproximação de um clima prenunciador da II Guerra Mundial relegou para segundo plano os problemas relativos à emancipação dos territórios asiáticos e africanos.

Em 1939, a hegemonia política de África pertencia ainda, indiscutivelmente, à Europa e a minorias brancas, não obstante a evolução da mentalidade africana, que não aproveitou, aliás, as muitas dificuldades que a Europa viveu no período entre as duas guerras.

OS PRIMEIROS CONGRESSOS PAN-AFRICANOS

Após a assinatura do Armistício, em Novembro de 1918, Du Bois dirigiu logo em Paris, às potências vencedoras, um manifesto no sentido de adoptarem uma "Carta dos Direitos do Homem" destinada aos africanos, lembrando a lealdade dos negros aos aliados e o seu contributo humano, como combatentes num total de muitas centenas de milhares, entre anglo-americanos e africanos. Em 19 de Fevereiro de 1919, depois de ultrapassar várias incompreensões, organizou em Paris o "I Congresso Pan-Africano", onde compareceram representantes de quinze países que já se encontravam em França por motivo da guerra⁽¹¹⁾. Portugal também recebeu convite e faz-se representar, expondo o nosso delegado com precisão a essência da nossa política ultramarina⁽¹²⁾.

"... Se a lei não faz distinção entre as províncias metropolitanas e do ultramar e entre os portugueses nascidos de um e do outro lado dos mares, o povo a acompanha de bom coração. É assim que vêdes em Portugal os Africanos desempenhar todos os lugares de Administração e os vêdes ministros, professores, juizes, oficiais ou soldados, todos com os mesmos direitos... A única diferença que se faz entre nós é a que resulta da educação, do saber, do trabalho e do valor moral dos indivíduos..."⁽¹³⁾.

O "II Congresso" repartiu-se, no ano de 1921, pelas cidades de Londres (28 e 29 de Agosto), Bruxelas (31 de Agosto a 2 de Setembro) e, de novo, Paris (14 e 15 de Setembro), mas só nas sessões de Bruxelas e Paris compareceram

(11) Este Congresso foi na altura denominado I Congresso Pan-Africano para a Protecção dos Indígenas de África e dos Povos de Origem Africana.

(12) O representante português foi Freire de Andrade, delegado português à Conferência da Paz. Este diplomata defendeu sempre intransigentemente os métodos civilizadores dos portugueses e desfez com veemência insinuações contrárias de outras potências.

(13) Arquivo MNE, Armário 3, Maço 626. Citado em "Os Congressos Pan-Africanos e as Conferências Pan-Africanas dos Povos", Eduardo dos Santos, Revista Ultramar, n.º 33, 1968.

representantes da Liga Africana, de Lisboa⁽¹⁴⁾. Em Bruxelas, um dos delegados portugueses falou para protestar contra *"a opinião malevolamente espalhada de que a escravatura existia ainda nas colónias portuguesas, o que era falso..."*.

Neste Congresso, os delegados dividiram-se entre Du Bois e Marcus Garvey, que ganhara fama de bolchevista e pretendia, utopicamente, estabelecer os negros em África, sua terra mãe. Apesar do seu radicalismo, entende-se que a frase de Marcus Garvey não questionava a legitimidade da coexistência branca em África mas podia levar a esse desiderato.

Embora mais prestigiado e moderado, também Du Bois foi acusado de ter ligações com o comunismo, ainda que indirectamente.

Na sessão de Paris, Du Bois foi disso acusado frontalmente e teve sérias dificuldades em responder a um congressista: *"...Marcus Garvey tem entendimento com Moscovo; vós Senhor Du Bois também vos apoiais na Labour Party que, filiado na Terceira Internacional recebe a palavra de ordem de Moscovo. Por vias diferentes vós recebeis inspiração da mesma fonte. Agradecia as vossas explicações neste ponto"*⁽¹⁵⁾.

Na sessão de Londres, ao abrir os trabalhos, Blaise Diagne, senador belga, que presidia, condenou as ideias extremistas e afirmou *"...nem as desordens, nem as violências, nem os actos anarquistas fariam atingir os homens de cor o fim que pretendiam"*. Insurgiu-se depois contra as teorias de Garvey, tendentes a estabelecer os negros exclusivamente em África e disse que não era pela proclamação de *"África para os Africanos"*⁽¹⁶⁾.

No manifesto final deste II Congresso faz-se um extenso apelo à igualdade e cooperação de todas as raças e ao fim da miséria, ignorância e sofrimento da raça negra e analisa-se a situação de todos os territórios coloniais e a forma como as potências coloniais os administravam, nos seguintes termos:

"... A Inglaterra, apesar da sua Pax Britânica, apesar dos seus tribunais de justiça, do seu comércio estabelecido, ainda que ela tenha aparentemente reconhecido as leis e os costumes indígenas, a Inglaterra favoreceu sempre a sua ignorância; subjugou-os, recusou-se a instruí-los na arte de eles se governarem a si próprios, a reconhecer os negros civilizados, ou a reconhecer às suas colónias negras os direitos que ela outorga tão facilmente aos brancos.

A Bélgica é uma nação que assumiu recentemente as responsabilidades coloniais. Tomou algumas disposições para impedir nos territórios submetidos

(14) Adiante será referida, de novo, a Liga Africana. Os delegados portugueses foram o Dr. José António de Magalhães e Nicolau dos Santos Pinto que representavam a Liga Africana e outras associações aderentes como a Liga dos Interesses de S. Tomé e Príncipe, a Liga Angolana, o Grémio Africano de Lourenço Marques e Delegações da Guiné e Cabo Verde.

(15) "Correio de África", (Lisboa), ano I, n.º 9, de 22 de Setembro de 1921.

(16) Idem.

à sua influência os flagrantes abusos do regime autocrático mas não instituiu sistema algum de instrução nacional adaptado às necessidades; não assegurou ao povo nem a propriedade da terra, nem a sua mão de obra e não parece disposta a permitir que os indígenas se ocupem do seu próprio governo nem do seu futuro político. A política colonial subsiste, dominada sobretudo pelos brancos e pelas grandes sociedades anónimas. Reconhecemos, no entanto, que o governo intenta instaurar uma política liberal..."

À França presta o "Manifesto" uma homenagem quando diz "... Só a França, de todas as potências coloniais, se esforçou em pôr os seus concidadãos em pé de igualdade absoluta, sob o ponto de vista legal e social, aos seus cidadãos brancos, dando-lhes representantes na sua mais elevada legislatura...", enquanto critica os Estados Unidos por se servirem dos negros nos momentos de crise e, depois, ignorarem os seus direitos.

Sobre os territórios portugueses diz-se expressamente:

"Portugal (Espanha) nunca praticaram, nas leis, a distinção entre os brancos e as pessoas de origem negra. Portugal tem um código humanitário para os indígenas e iniciou a sua educação em certas regiões. Desgraçadamente, as concessões industriais da África Portuguesa estão quase inteiramente entre as mãos de grandes companhias, na sua maior parte estrangeiras, que Portugal não pode ou não quer fiscalizar, as quais exploram a terra e os trabalhadores e que estabelecem, na prática, o trabalho servil"⁽¹⁷⁾. Como se verifica, a moção distinguia bem a política correcta do governo português dos abusos eventualmente cometidos localmente e que se lamentavam.

No Congresso foi decidida a criação da Associação Internacional Pan-Africana, de cujo Conselho Director ficaram fazendo parte os dois delegados portugueses, Dr. José de Magalhães e Nicolau dos Santos Pinto. A Liga Africana de Lisboa filiou-se imediatamente nesta nóvel associação, que tinha *"por objecto estudar e pôr em prática tudo quanto pudesse contribuir para o melhoramento da sorte negra, em todos os pontos do globo"*, e dela podia fazer parte qualquer indivíduo ou sociedade que se interessasse pelo progresso dos negros⁽¹⁸⁾.

O "III Congresso" foi marcado para o ano de 1923 em Londres, realizando-se ainda uma sessão em Lisboa. Vindo de Londres, em fins de Novembro de 1923, Du Bois chegou a Lisboa apenas na qualidade de visitante da Liga Africana como esta lhe exigia. Aqui realizou duas conferências: uma sobre o movimento pan-africano no mundo e outra sobre a raça negra nos Estados Unidos.

(17) Eduardo dos Santos; os "Congressos Pan-Africanos e as Conferências Pan-Africanas dos Povos", Revista do Ultramar, n.º 33, 1968.

(18) Idem.

Durante o Congresso de Londres criticou-se também a situação dos negros nos territórios portugueses, mas as críticas não foram fundamentadas e teriam origem nas já remotas campanhas de difamação lançadas antes da guerra, quando ingleses e alemães se entenderam para tomar posse dos territórios portugueses, e em interesses precisos sobre o cacau de S. Tomé.

Na altura, as críticas sobre o trabalho escravo eram tão infundadas quanto é certo que vigorava em todo o Ultramar Português o Regulamento de 14 de Outubro de 1914, conhecido por ser o *"diploma que regulamentava a liberdade de o negro não trabalhar"*.

O Manifesto deste "III Congresso" concluía com um apelo: *"... pedimos que, em todo o mundo, os Negros sejam tratados como homens"*.

Não vemos outro caminho que possa conduzir à paz e ao progresso "..."⁽¹⁹⁾ e a exigência para os africanos de *"um voto nos seus governos, o direito de acesso à terra e aos seus recursos, como os brancos, ensino, abolição da escravatura, o direito de os negros importarem armas para sua defesa, enquanto os brancos as transportarem contra os negros e o desenvolvimento da África para os africanos e não só em proveito dos europeus..."*.

No "IV Congresso" (Nova Iorque, 1927), os delegados reivindicaram para os africanos o direito de fazerem ouvir a sua voz junto dos governos que lhes dirigiam os negócios. Proclamaram o direito dos negros à terra de África e aos seus recursos, o direito a uma justiça adaptada às condições locais e que incluísse juízes africanos. Reclamaram a extensão do ensino primário gratuito, o desenvolvimento do ensino técnico, a participação dos africanos na valorização da África e o tratamento de homens civilizados como civilizados, qualquer que fosse a sua raça ou cor⁽²⁰⁾.

Estes Congressos revelavam-se moderados em relação às potências coloniais e reclamavam para o negro uma justiça que Portugal já plenamente reconhecia e praticava, pelo que a participação portuguesa era clara e natural. Nas sessões de Lisboa serviu mesmo como tradutor da primeira, Manuel Ferreira da Rocha, Ministro das Colónias, de 19 de Julho a 20 de Novembro de 1920 e assistiu à segunda o próprio ministro das Colónias de então, Engenheiro Vicente Ferreira, que, a seguir ao conferente, disse palavras de simpatia pelas ideias expostas na Conferência⁽²¹⁾.

Como se depreende, havia em Lisboa organizações estabelecidas já antes da I Guerra Mundial que se identificavam com as ideias pan-africanas difun-

(19) W.E.R. Du Bois – "The Pan-African Movement", "History of Pan-African Congress", pág. 22-23 e Philipe Decraene, "O Pan-Africanismo" Col. Saber Actual, Difusão Europeia do Livro, 1962, pág. 24.

(20) W.E.B. Du Bois, idem pág. 23 e 24; Philipe Decraene, "O Pan-Africanismo", pág. 25.

(21) "Correio de África" (Lisboa), ano I, n.º 1, de 10 de Setembro de 1924, referido por Eduardo dos Santos, no artigo citado na nota (17).

didadas por Du Bois e Marcus Garvey. As suas personalidades mais marcantes constituíam um núcleo extremamente dinâmico que merecia a consideração dos pan-africanistas internacionais da época e congregavam o apoio dos sócios, a maioria deles residentes nos territórios ultramarinos⁽²²⁾.

O MOVIMENTO PAN-AFRICANISTA PORTUGUÊS

Foi em 1912 que se constituiu em Lisboa a “Junta de Defesa dos Direitos de África”. Esta tinha por fins estatutários: “federar todas as agremiações da África Portuguesa, lutar pela educação das colónias para poderem vir a governar-se a si mesmas, promover a revogação de leis de excepção em vigor naquelas, valorizar os estudantes africanos e insurgir-se contra as ofensas ao direito e à justiça, sem olhar a diferenças de religião, raça ou nacionalidade, através de uma intervenção de carácter essencialmente pedagógica e cultural”.

Em 1919, alguns elementos liderados por Nicolau dos Santos Pinto afastaram-se da Junta e fundaram a “Liga Africana”, cujos estatutos eram totalmente inspirados nos da Junta.

Em 19 de Março de 1921, a “Junta de Defesa dos Direitos de África” transformou-se no “Partido Nacional Africano” e actualizou os seus estatutos, de acordo com as ideias de Marcus Garvey.

O “Partido Nacional Africano” e a “Liga Africana” viveram sempre em oposição declarada, que se compreende por serem também pouco conciliáveis as ideias pan-africanistas dos seus inspiradores, respectivamente, Garvey e Du Bois. O ano de 1921 foi o do auge da discórdia. E só em 1931 houve uma acalmia no seu relacionamento, sendo possível fundar, então, o “Movimento Nacionalista Africano”, num esforço para unir todos os africanos portugueses⁽²³⁾. Apesar das divergências e do maior radicalismo do “Partido Nacional Africano”, existiu sempre unanimidade em lutar pela causa africana dentro da Nação Portuguesa e nunca pela separação de qualquer parcela ultramarina.

O “Movimento Nacionalista Africano” não excluía os elementos de raça branca portuguesa.

São de um deputado eleito por S. Tomé, Dr. José de Magalhães, apresentado pela “Liga Africana” para as eleições do ano de 1921, as seguintes palavras:

“... Os regionalistas africanos não proclamam a “África para os Africanos”, mas também não podem aceitar a “África para os Europeus”. O que os

(22) Philipe Decraene. “O Pan-Africanismo”, obra já citada.

(23) O seu órgão noticioso denominava-se “África”.

regionalistas pretendem é a cooperação leal entre brancos e negros sob o lema “A África também para os Africanos”⁽²⁴⁾.

Todos os escritos destes homens, que idealizavam para os africanos as melhores condições de vida e para África uma prosperidade que servisse a todas as raças, reflectem bem que acima dos interesses de todos eles, incluindo os dos negros, estavam os interesses de Portugal.

Na “Ode a África”, de Pedro Monteiro Cardoso, de Cabo Verde, dedicada aos delegados portugueses que participaram nas sessões de Bruxelas e de Paris, do “II Congresso Pan-Africano de 1921”, exalta-se Portugal:

“... A amar as lusas quinas ensinai-lhe
E a orar a Deus na língua de Camões...” ⁽²⁵⁾.

Este era o pensamento dos pan-africanistas portugueses.

DA GUERRA DE 1939-45 À CONFERÊNCIA DE BANDUNG

A guerra de 1939-45 não provocou em África alterações territoriais tão profundas como a de 14-18, que havia aumentado os territórios da França e da Inglaterra, à custa da derrota alemã. Também as operações militares não afectaram muito aquele continente pois só o litoral Norte e a Etiópia conheceram no seu solo operações militares e tão pouco os contingentes africanos mobilizados pelos aliados foram tão volumosos como na 1.^a Guerra Mundial.

Não foi certamente a guerra em África, nem sobre a África, que abalou a sua sociedade mas sim a crise de estabilidade das instituições metropolitanas que modificou a base da autoridade e sacudiu a confiança na supremacia inviolável da Europa⁽²⁶⁾.

Os movimentos nacionalistas, que se haviam apagado com a aproximação da guerra, ressurgiram e retomaram a organização de congressos.

Du Bois, em Março de 1945, organizou o “V Congresso Pan-Africano” em Manchester, durante o qual sobressaíram os nomes de Kwame Nkrumah e George Padmore, o primeiro dos quais possibilitou, nos trabalhos preparató-

(24) “O Brado Africano”, ano III, n.º 135, de 13 e Agosto de 1921, citado por Eduardo dos Santos. Ver nota (17).

(25) “Correio de África” (Lisboa), ano I, n.º 23, de 5 de Janeiro de 1922, citado por Eduardo dos Santos, idem.

(26) Pattee, Richard; Portugal na África Contemporânea, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1959, pág. 70

rios, contactos dos nacionalistas africanos de língua inglesa com os representantes da África francesa⁽²⁷⁾. O Congresso, que foi considerado um sucesso pelos seus organizadores, aprovou uma declaração da delegação oeste-africana, segundo a qual a única solução para o problema existente residia na completa e absoluta independência para os povos do Oeste Africano, aspecto que constituiu um grande avanço nas reivindicações pan-africanas, anteriores à guerra.

No relatório do Congresso lança-se um desafio às potências coloniais *"... estamos decididos a ser livres. Queremos ensino, o direito a uma vida decente, o direito de exprimirmos os nossos pensamentos e as nossas emoções, de adoptar e criar formas de beleza, se não morreremos para a vida."*

Se o mundo ocidental está ainda resolvido a governar a Humanidade pela força, os africanos, em ultima análise, poderão recorrer à força para alcançarem a liberdade, ainda que o seu emprego os destrua a si próprios e ao Mundo... Lutaremos por todos os meios possíveis pela liberdade, pela democracia e elevação social...".

Variadas iniciativas e manifestações dão cada vez maior expressão aos movimentos pan-africanos que começam a apoiar-se na noção de *"negritude"* lançada nos anos de 1933-35, por Leopold Senghor e Aime Césaire⁽²⁸⁾. O conceito, então tido como uma recusa pelos negros da assimilação cultural que lhes quisesse ser imposta, e ligado ao de independência que, por seu turno, era tomado como a correspondente recusa a uma assimilação política, pretendendo-se que fosse um instrumento sério de libertação e de solidariedade no mundo de então.

As promessas que durante a guerra alguns países, como a França, fizeram aos seus territórios de além-mar facilitaram este alento pan-africano. De Gaulle, em Brazzaville, prometera uma grande descentralização e participação política dos territórios franceses sem aparentemente pensar, contudo, na concessão de independências.

Finda a guerra, o espírito da "Conferência de Brazzaville de 1942", reapareceu⁽²⁹⁾. Os sentimentos nacionalistas não mais abrandaram e a Lei-Quadro

(27) Padmore é autor de "Panafricanism or Communism", considerada a primeira obra coerente sobre o Pan-Africanismo e onde descreve o Movimento Pan-Africano como um movimento que pretende realizar o governo dos africanos pelos africanos, respeitando as minorias raciais ou religiosas que desejassem viver em África com a maioria negra. Esta obra não suscitou a unanimidade dos movimentos pan-africanos.

(28) Senghor considerava René Maran o precursor da negritude por ter sido o primeiro a exprimir a "alma negra". Também os estudos de Jean Price-Mars contribuíram para a génese do conceito. O teorizador da negritude foi, contudo, Jean Paul Sartre pelo seu estudo "Orfeu Negro", introdução à "Antologia da poesia negra e malgache" (PUF 1948), organizada por Senghor.

(29) Em Janeiro de 1940, já De Gaulle, na África Equatorial Francesa, declarara que a França, tirando uma lição do drama histórico daqueles dias que a 2.ª Guerra Mundial constituía, decidira, pelo que respeita a todos os povos que dela dependiam, dar liberdade de escolher nobremente, largamente, caminhos novos e simultaneamente práticos, para o destino de todos.

de 1957, que também não continha o espírito de independência, aprovada pela Assembleia Nacional Francesa e aplicável a todos os territórios, com excepção da Argélia, pretendia dar-lhes uma satisfação. A Lei-Quadro e o Referendo de De Gaulle, de 1958, a que apenas a Guiné Francesa respondeu com a independência, foram contudo rapidamente ultrapassados.

O espírito de grande autonomia, inicialmente manifestado pela França para os seus territórios, foi depois substituído por fórmulas tendentes a conservar um ultramar francês. Todavia, por fim, face às promessas e concessões, tornou-se inevitável a completa independência desses territórios. Dois anos depois, em 1960, a França tinha concedido a independência a catorze territórios, que se transformaram em outros tantos Estados.

Quanto à Argélia, a França sempre a considerou diferente, sentindo-a ligada a si por laços que tinham alguma analogia com os que Portugal criou com o seu Ultramar, tudo fazendo para a manter unida a si, com os sacrifícios daí decorrentes.

Estas independências conduziram ao acesso de novas elites políticas ao poder que substituiu a administração francesa, mas nem sempre evitaram uma instabilidade política geradora de sucessivos golpes de estado.

A Inglaterra, que nunca possuía províncias ultramarinas, no sentido dado por Portugal e pela França aos seus territórios, praticou uma política de certa abertura em relação aos povos sob a sua soberania.

Quando a vaga nacionalista chegou à África, libertou, logo em 1956, o Sudão e, no ano seguinte, concedeu a independência ao Ghana. Só depois moderou o ritmo de libertação de outros povos, sendo então ultrapassada pela velocidade imprimida pela França e pela Bélgica, apesar de ambas serem menos propensas a isso⁽³⁰⁾.

Conquanto a pausa fosse um facto, a Inglaterra não apareceu a contrariar independências; considerava-as prematuras, mas não dava mostras de querer defender, por uma intervenção militar, a conservação de qualquer dependência. Aliás, na Ásia logo após a guerra, a Inglaterra concedera a independência à Índia, ao Paquistão, ao Ceilão e à Birmânia, pelo que ninguém tinha dúvidas – e os dirigentes ingleses sempre foram claros – de que em África não actuariam de forma diferente.

A Bélgica, que antes da guerra se mostrava confiante em que a evolução dos costumes e das instituições indígenas devia ser o resultado de uma acção lenta e progressiva de uma administração de naturais sob o impulso dos europeus cedeu, de forma imprevisivelmente rápida, aos primeiros tumultos e marcou, com precipitação, a data da independência do Congo para 30 de Junho de 1960⁽³¹⁾. No próprio dia da independência e perante o Rei Balduino, Lumumba

(30) "Cadernos Militares n.º 20, África – A evolução política de 1956 a 1970", Ed. EME.

atacou violentamente a Bélgica. O caos que então se gerou no Congo ex-belga e as atrocidades cometidas sobre os europeus levaram à fuga desordenada destes e de outras populações para Angola. Pela sua proximidade, estes acontecimentos tiveram enorme impacto neste então nosso território.

É certo que a sucessão de independências em África foi também corolário da pressão feita pelas elites dos territórios em causa. Todavia, a facilidade com que foram concedidas sugere que as metrópoles, crentes da sua inevitabilidade, talvez se preparassem para continuar presentes sob novas formas. A França pensou edificar um tipo de comunidade francesa, mas não o conseguiu. A Inglaterra, embora mais cuidadosa, concedeu as independências visando uma Commonwealth que, em parte, se concretizou.

Não eram, porém, semelhantes as ligações destes países com os territórios libertados, as que Portugal mantinha com os seus. Por isso, apenas os casos da Argélia, que a França pretendeu conservar, e do Congo ex-belga, pelas consequências negativas que provocou, tiveram profunda influência no nosso país.

A CONFERÊNCIA DE BANDUNG

O grande motor de toda esta mudança em África foi a “Conferência de Bandung”, realizada na Indonésia, em 18 de Abril de 1955, já que estendeu a sua ajuda política aos povos africanos mais atrasados no processo de emancipação⁽³²⁾.

Na cena mundial surgiu então o chamado “terceiro mundo”, onde desempenhava papel relevante o chefe indiano Jawaharlal Nehru, sucessor de Gandhi. Este, já em 1926, prognosticara que, após a independência da União Indiana, o universo colonial seria atingido nos seus fundamentos.

Os objectivos da “Conferência de Bandung” foram assim definidos na reunião preparatória de Bogor, em Dezembro de 1954: *“Fomentar a boa vontade e a compreensão entre as nações da Ásia e África, estudar e favorecer os seus interesses mútuos e comuns para estabelecer e promover a amizade e relações de boa vizinhança. Examinar os problemas que interessam especialmente aos povos da Ásia, por exemplo, os problemas que afectam a soberania nacional como o racismo e o colonialismo. Apreciar a posição da Ásia e da*

(31) Richard Pattee, “Portugal na África Contemporânea”, Faculdade de Letras da U.C., Coimbra, 1959, pág. 67.

(32) A Conferência de Bandung foi convocada por cinco países – Birmânia, Ceilão, União Indiana, Indonésia e Paquistão – que se haviam reunido em 05 de Abril de 1954, na Conferência de Colombo, a fim de procurar os meios para alcançar a paz na Indochina, entre a França e os vietnamitas

África e a dos seus povos no mundo contemporâneo, bem como a contribuição que eles podem dar ao fortalecimento da paz e cooperação internacional". Estes objectivos representam, não só a tomada de consciência dos povos da Ásia quanto ao seu valor, como ainda o reconhecimento da necessidade de uma solidariedade activa com os povos de África.

A Ásia, mais adiantada, vai emprestar a sua experiência à África e arrastá-la para a mesma causa.

No seu comunicado final, na Secção "Direitos do Homem e Autodeterminação", afirma-se em Bandung, a adesão plena e inteira dos participantes à "Carta das Nações Unidas" e à "Declaração Universal dos Direitos do Homem" e menciona-se o dever de todos os povos libertados ajudarem os povos ainda dependentes a alcançar a sua soberania⁽³³⁾.

A Conferência, mais do que uma revolta moral dos povos de cor contra o domínio europeu, foi positivamente a expressão, à escala universal, da tomada de consciência da sua eminente dignidade. É a morte do complexo de inferioridade⁽³⁴⁾.

Cedo a União Soviética se apercebeu da sua excepcional importância. Não obstante Nehru, a grande figura da Conferência, ter lutado por uma posição de independência, o Terceiro Mundo e o Bloco Leste aproximaram-se então de forma nítida.

As visitas, as missões e o agravamento da situação política no mundo árabe oferecem à Rússia ocasião de penetrar eficazmente em África. Entre 18 de Novembro e 21 de Dezembro de 1955, Bulganine e Khruchchev, supremos dirigentes políticos soviéticos, visitaram os países do Sudoeste Asiático, a fim de ali celebrar "a tomada de consciência de uma terceira força neutralista e anti-colonialista", à qual a União Soviética ia prestar o seu concurso, ao mesmo tempo que proclamava a sua adesão aos princípios da "Conferência de Bandung". Esta constituiu-se, assim, no instrumento de que a URSS passou a dispor para penetrar em África, materializando uma estratégia já de há muito definida. Não admira, pois, que já estivesse representada na "Conferência do Cairo", aberta em 26 de Dezembro de 1957, onde alcançou grande prestígio, aproveitando bem a sua presença no local e no momento em que se pretendeu dar seguimento à política e ao espírito de Bandung⁽³⁵⁾.

(33) Odette Guitard - "Bandoung, et le Réveil des Peuples Colonisés", col. "Que sais-je?", PUF, 1969, pág. 40.

(34) Leopold Senghor, artigo da Enciclopédia Francesa, Lib. Larousse.

(35) A Conferência de Bandung foi apenas a primeira das Conferências asiáticas que deu a sua solidariedade a África, a que se seguiram a "I Conferência de Solidariedade Afro-Asiática" (Cairo de 25Dez1957 a 1Jan1958), a "II" (Conakry 11-15 de Abril de 1960), a "III" (Moshi, 4-11 de Fevereiro de 1963) a "IV", em Winneba de 9-16 de Maio de 1965, a "I Conferência Tricontinental" (Havana, 3-15 de Janeiro de 1966), entre outras de menor impacto.

Para Sadat, presidente do Egito que proferiu o discurso de abertura no Cairo, o neutralismo em que os egípcios acreditaram significava o afastamento dos blocos internacionais. A URSS, porém, que já estava bem colocada para manobrar todo o novo mundo emergente e orientá-lo contra os povos ocidentais em geral e muito em particular contra os que tinham territórios em África ou Ásia, podia agora dirigir os movimentos de independência dos povos sob controle europeu, ou fomentar o seu aparecimento.

A “Conferência do Cairo” marca ainda a revelação, em primeiro plano, de um homem que não esconde o desejo de ser o mentor da emancipação africana e não vê com bons olhos esse papel atribuído a Nasser, presidente do Egito. É Nkrumah, Presidente do Ghana, que, em 06 de Março de 1957, proclamara a independência do seu país, tornando-se o primeiro Estado negro a consegui-la.

Durante muito tempo, Nkrumah não atribuiu especial importância às realizações denominadas afro-asiáticas mas, após Bandung, começa a mudar de opinião e participa, embora sem grande entusiasmo, na “Conferência do Cairo”, por lhe parecer útil a acção anti-colonialista do Egito. Sentindo-se, contudo, ultrapassado pela decisão de se constituir um secretariado permanente da Conferência com sede no Cairo e pelo desejo de Nasser ser o campeão da emancipação africana, pensa na realização de Conferências Africanas, em consonância com outros políticos africanos, que igualmente não se haviam sentido muito motivados com aquela Conferência.

AS CONFERÊNCIAS PAN-AFRICANAS

Apesar da importância dos Congressos Pan-Africanos para as reivindicações das elites locais, as Conferências de 1958 são as primeiras que se realizam em África.

Accra, Rabat e Cairo, respectivamente através de Nkrumah, do rei de Marrocos, Mohammed V e do presidente Nasser, são as cidades que reivindicam a honra de realizar a primeira das conferências.

A denominada “*Conferência dos Estados Africanos Independentes*” no entanto, veio a ter lugar em Accra, de 15 a 22 de Abril de 1958, agrupando delegados de quatro estados norte africanos – Marrocos, Tunísia, Líbia e Egito – com tendência pró-árabe e delegados de quatro estados da África negra – o Sudão, a Etiópia, Ghana e a Libéria –, que defendiam uma política pró-africana.

Assumiam especial importância nos trabalhos as discussões sobre os territórios franceses, em particular a questão argelina, que foi introduzida pela tendência árabe, e as duas moções votadas sobre política africana. A primeira reafirmava a obediência aos princípios da “Carta das Nações Unidas” e aos

enunciados em 1955 na “Conferência de Bandung”; a segunda contemplava o futuro dos países não independentes de África. Esta última preconizava ainda que deveria ser marcada uma data precisa para a independência de cada um dos territórios coloniais e convidava as potências administrantes a furtarem-se a qualquer tipo de repressão ou medida arbitrária naqueles mesmos territórios, mas nada foi dito, em concreto, sobre os territórios portugueses.

A Conferência decidiu também que o aniversário do dia da abertura fosse considerado como o “Dia da Independência Africana”. Nkrumah retomou a ideia da “Negritude” e pretendeu fazer de Accra a Bandung africana.

De 25 a 27 de Julho do mesmo ano – 1958 –, tem lugar o Congresso de Cotonou, no Congo Belga, com vista à constituição do “Partido do Reagrupamento Africano”, sobre o qual Leopoldo Senghor dizia ser um acto de fé na África Negra. Os quinhentos delegados de todos os pontos de África, desenvolveram o tema de que a grande prioridade assentava nas independências dos territórios, que deveriam ser imediatamente obtidas, pois o resto viria por acréscimo e retomaram a antiga ideia de Garvey da constituição dos “Estados-Unidos de África”, tão do agrado de Nkrumah e Padmore. De novo a questão argelina adquiriu especial relevo.

No comício de encerramento foi declarado:

“... *Queremos uma África unida do Cairo a Johannesburg...*”.

Ainda no mesmo ano de 1958, de 06 a 13 do mês de Dezembro, ocorre a “Primeira Conferência dos Povos Africanos”, também em Accra, onde, entre mais de 200 delegados, havia representantes dos partidos emancipalistas de Angola⁽³⁶⁾. A Conferência foi de novo pretexto para a denúncia da situação dos territórios franceses e, pela primeira vez, representantes do Congo Belga e República Sul Africana fizeram ouvir a sua voz.

Adoptaram-se três resoluções, visando a condenação do colonialismo sob todas as formas e o encorajamento dos movimentos de independência em toda a África; o apoio a formas pacíficas de acção destinadas a conquistar a independência e o pedido de aplicação em África dos Direitos do Homem inseridos na carta da ONU, e o direito dos povos dispor de si mesmos. Ao mesmo tempo, prometia-se apoio a quantos fossem obrigados a usar de meios violentos para conquistar a independência⁽³⁷⁾. No final, recomendou-se a todos os estados africanos independentes que rompessem relações diplomáticas com países que praticassem a segregação racial, sendo também visadas as “colónias portuguesas

(36) A União das Populações de Angola (UPA), esteve representada por Holden Roberto.

(37) O tema predominante da Conferência foi a questão da não violência na conquista da independência.

Nkrumah afirmou mesmo: “... orgulhamo-nos da nossa determinação de sustentar todas as formas de acção não violentas”. Odette Guittar, “Bandoung et le réveil des Peuples Colonisés”, pág. 95.

sas”, contestando-se aos portugueses o direito de assimilar os territórios africanos à Metrópole.

Após as “Conferências de Accra”, a ideia “África para os Africanos”, no Cairo começa a ser tomada no sentido de que “africanos” eram apenas os negros de África. Este conceito visa-nos agora muito directamente, enquanto que Bandung nos envolvia, sem contudo nos tocar. Com efeito, agora não é já o domínio de uns povos pelos outros que é discutido mas também, e principalmente, a própria presença do homem branco em África.

As duas “Conferências de Accra” mostraram, por um lado, a vitalidade dos novos Estados africanos e, por outro, a vontade de exercer um esforço de libertação à medida de um continente, chamando todos os povos de África, ainda sob tutela, a adoptar em comum os métodos mais rápidos para eliminar os restos do domínio colonial⁽³⁸⁾.

De 04 a 08 de Agosto de 1959, decorreu em Monróvia a “Segunda Conferência dos Estados Independentes”, a qual proclamou a autodeterminação dos territórios coloniais e, de 25 a 31 de Janeiro de 1960, em Tunes, a “Segunda Conferência dos Povos Africanos”, que teve a presença de observadores dos movimentos emancipalistas de Angola. O lema desta Conferência foi: “*A África será livre e unida*”⁽³⁹⁾.

Holden Roberto, sob o heterónimo de José Gilmore, pediu que a Conferência solicitasse à ONU que a questão do Ultramar Português fosse inscrita na XV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e reivindicou a independência de Angola num quadro africano⁽⁴⁰⁾. A política ultramarina portuguesa foi condenada e reafirmou-se o direito das populações da África Portuguesa à independência⁽⁴¹⁾.

Na “Terceira Conferência dos Estados Africanos”, realizada em Adis-Abeba, de 14 a 26 de Julho de 1960, Hailé Selassié disse no discurso inicial que: “... os povos africanos só conhecerão o seu pleno desenvolvi-

(38) O. Guitard, “Bandung et le Réveil des Peuples Colonisés”. Col. “Que sais-je?”, 1969, pág. 81.

(39) O Movimento Anti-Colonialista (MAC) de Angola enviou Lúcio Lara e a UPA, uma delegação de quatro membros, chefiada por Holden Roberto. Os restantes membros eram Hugo Meneses, Viriato da Cruz e Ruth Laru. Foi desta Conferência que teria nascido a FRAIN e o MPLA.

(40) “Conférence des Peuples-Africains. Réunion à Tunis”, Les Archives Internationales Contemporaines “Pharcos”, ano XVII, Fev. 1960, pág. 36812, citado por Eduardo dos Santos.

(41) A II Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, que decorreu em Conakry de 11 a 15 de Abril de 1960, marcada para a capital de um país independente de África, é o corolário do rápido processo de independências a que se assistia em África.

(42) Esteve presente, segundo parece, Holden Roberto, representante da UPA, com o nome de José Gilmore, que distribuiu pelos congressistas o opúsculo “The Struggle for Angola”, que muito contribuiu para o destaque dado à política ultramarina portuguesa. O MPLA enviou um telegrama e pediu que fosse exigida “a retirada imediata das tropas portuguesas e a liquidação das bases militares em território angolano”, exigência provocadora por não existirem bases militares em Angola, ou tropas, para além de escassas e raras guarnições militares, constituídas por naturais da Província.

mento no dia em que cada um houver conquistado a independência e liberdade totais..."⁽⁴²⁾.

A Segunda Conferência dos Povos Africanos, atrás referida, debruçou-se em especial sobre o problema argelino, tendo a França, potência administrativa deste território e que se preparava para uma explosão nuclear no Sahara, sido o alvo das acusações gerais. Na resolução final exigiu-se *"a acessão imediata e incondicional à independência de todos os povos africanos e a evacuação total das forças de agressão e opressão estrangeiras estacionadas em África"*.

A política ultramarina portuguesa, objecto de uma resolução especial, foi também condenada. A Conferência reafirmou o direito das populações da África portuguesa à independência nacional, solicitou aos Estados Africanos independentes e a todos os povos do Continente que lhe dessem apoio incondicional e exigiu a libertação imediata de todos os prisioneiros políticos em Angola, Guiné, Moçambique, S. Tomé e Cabo Verde.

A "Conferência de Chefes de Estado Africanos", que se iniciou em 03 de Janeiro de 1961, em Casablanca, produziu um documento que ficou conhecido por "Carta de Casablanca", em que se proclamava *"a vontade de libertar os territórios africanos ainda sob dominação estrangeira e prestar-lhe ajuda e assistência"*. Para o efeito foi criado um "Alto Comando Africano Comum", que agruparia os Chefes de Estado-Maior dos Estados Africanos Independentes⁽⁴³⁾ e constituiu claramente, uma perspectiva militar internacional, para concretizar os desejos de independência pela força.

Na "Terceira Conferência dos Povos Africanos", realizada no Cairo, em 23 de Março de 1961, é aprovado *"o recurso à força para liquidar o imperialismo"*, são referidas e analisadas as possessões portuguesas e reclamou-se – agora claramente – a independência de Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa.

À data da "Conferência de Bandung", apenas cinco países africanos eram independentes: Egipto, Líbia, Etiópia, Libéria e União Sul Africana. Até Accra, mais seis novos estados surgem: Marrocos, Tunísia, Sudão (1956); Ghana e Togo (1957); Guiné, em 1958. A aceleração provocada no ritmo das emancipações pelas Conferências acima referidas ficou documentada por dezoito independências em 1960, três em 1961, três em 1962 e duas em 1963: Somália Inglesa, Congo Belga, Camarão Francês, Togo Francês, Senegal, Sudão Francês, Madagascar, Ubangui-Chari, Costa do Marfim, Alto Volta, Niger, Daomé, Chade, Congo Francês, Gabão, Mauritânia (1960); Serra Leoa, Tanganica e

(43) Política Internacional. Revista do Instituto de Estudos Políticos, Madrid, Jan-Fev, 1961, pág. 207, citado em "A Queixa do Gana e a Conjura Contra Portugal", João Evangelista, Lisboa 1963.

Camarão Inglês (1961); Argélia, Uganda, Ruanda e Burundi (1962); Zanzibar e Quênia (1963)⁽⁴⁴⁾.

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Nem só as Conferências Africanas reclamavam autonomia para os territórios africanos não independentes. Empenhada em idêntico propósito e preconizando os mesmos princípios, a “Organização das Nações Unidas” (ONU) questionava os seus estados membros com responsabilidades de administração de territórios africanos. O grau de exigência das Conferências ia acompanhando o tom e o teor das deliberações da ONU, numa sintonia constante, de mútuo apoio.

Aquando da nossa entrada para a ONU, em 14 de Dezembro de 1955, o Secretário-Geral da Organização, aparentemente de harmonia com uma prática de rotina para os efeitos do artigo 73.º da Carta⁽⁴⁵⁾, perguntou a Portugal se administrava algum território dependente, ou não autónomo. O nosso governo respondeu negativamente, uma vez que, integrados no Estado Português, eles eram independentes com a independência da nação portuguesa⁽⁴⁶⁾. Tal resposta vem pôr em causa a acção anti-colonial dos países afro-asiáticos.

Em Janeiro de 1957, a “Quarta Comissão da ONU” reavivou a questão, ao abordar o problema dos territórios não autónomos, sendo Portugal atacado com a alegação de que o art.º 73.º era para lhe ser também aplicado, já que, segundo a tese que defendiam, Portugal tinha colónias. Segundo se afirmava não estava em causa, porém, a legitimidade da soberania portuguesa nesses territórios, nem tão pouco se impugnava a unidade da nação portuguesa, nos termos da sua Constituição, que não se pretendia discutir, mas apenas o facto de a própria lei portuguesa admitir a existência do “indigenato” – o que servia de prova de que em Angola, Moçambique e Guiné uma vasta camada de população não gozava de direitos de cidadania e que, em consequência, Portugal teria de prestar declaração sobre esses territórios⁽⁴⁷⁾. O Governo continuou a recusar fazê-lo, argumentando que as Províncias Ultramarinas se administravam a si próprias.

(44) Cadernos Militares n.º 20, “África – A evolução política de 1956 a 1970”, Ed. EME, pág. 11.

(45) O Artigo 73.º da Carta da ONU estabelecia que os membros da ONU tinham a obrigação de transmitir ao Secretário Geral determinadas informações sobre as condições nos territórios sob a sua administração (Declaração sobre Territórios Não-Autónomos).

(46) Franco Nogueira, “Salazar”, Volume IV, pág. 422 a 426.

(47) Franco Nogueira, “Salazar”, Volume IV, pág. 440.

A política oficial portuguesa, atenta à composição heterogénea da sua população em que incluía, desde séculos, a dos territórios africanos, foi sempre a de produzir legislação oportuna e variável de território para território, conforme o seu grau de desenvolvimento, o tradicional respeito pelos valores e cultura próprios de cada grupo humano e a tradição de convivência de todas as raças. Nunca a lei conteve qualquer disposição baseada na etnia ou na cor da pele.

O Estatuto dos Indígenas⁽⁴⁸⁾, que servia de pretexto para sucessivos ataques contra Portugal, revelava-se objectivo e pragmático, pois visava apenas defender as populações menos evoluídas e respeitar os seus costumes e usos na linha tradicional portuguesa. Aliás, o Estado da Índia, Macau e Cabo Verde constituíram sempre excepção a um estatuto deste tipo e, depois da Lei Orgânica do Ultramar, promulgada em 27 de Junho de 1953, as Províncias de S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor passaram a ter um regime jurídico próprio⁽⁴⁹⁾.

Arrastando-se a questão portuguesa na ONU nos termos referidos, é clara a semelhança daquilo que a ONU exigia a Portugal sobre os seus territórios, com as resoluções da “Conferência de Accra” de Dezembro de 1958⁽⁵⁰⁾. A ONU aparece já sintonizada com os grandes movimentos pan-africanos.

Em 1960, as exigências da ONU evoluíram no sentido de não se aceitar qualquer arquitectura jurídica ou política que ocultasse o que, para ela, era a situação colonial dos nossos territórios. A Portugal passa, assim, a ser exigido o cumprimento do artigo 73.º da Carta, no que respeita a constituir um governo próprio para os seus territórios ultramarinos.

A XV Sessão da ONU, aberta em 20 de Setembro de 1960, tinha presentes as grandes figuras do Terceiro Mundo, que iam preparadas para discutir a questão das autonomias⁽⁵¹⁾. O “Comité dos Seis”, que havia sido constituído na Assembleia anterior, tendo em vista a elaboração do estatuto dos territórios não

(48) Decreto-Lei n.º 39 666, de 20 de Maio de 1954, denominado “Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique”.

(49) Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 43 893 de 6 de Setembro de 1961, que revogou o Decreto-Lei n.º 39 666 (Estatuto dos Indígenas).

Em 1961 entendeu-se vantajosa a revogação desta lei de acordo com estudos especializados e o voto unânime do Conselho Ultramarino como consequência lógica do processo evolutivo por que passava a nossa legislação no respeitante ao Ultramar.

(50) Recorde-se que esta Conferência decidiu, entre outras resoluções, contestar o direito de Portugal assimilar os seus territórios africanos à Metrópole.

(51) Estavam presentes representantes de dezasseis novos estados, dos quais dezasseis africanos e figuras como Khruchchev, Gomulka, Kadar, Tito, Nehru, Nasser, Nkrumah, Sukarno, Sekou Touré e Fidel de Castro.

Foi para esta sessão que Holden Roberto pedira em Monróvia, em 1959, a inscrição do problema ultramarino português.

autónomos, apresentou um texto que foi aprovado, com voto contrário de Portugal.

Em 15 de Dezembro, foi ainda aprovada uma moção apresentada pela URSS sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais. E, depois, mais três resoluções; uma, sobre territórios não autónomos; outra, sobre a condenação do colonialismo; e, uma terceira, referindo expressamente que a moção era aplicável a Portugal por possuir territórios não autónomos e que, a negar-se à autodeterminação, tal como era definida pela ONU, constituiria uma ameaça ao bem-estar da humanidade e à paz internacional.

No final do ano de 1960 a ONU deixara, pois, de reconhecer formalmente as Províncias Ultramarinas como parte integrante de Portugal e impunha que se concedesse a autodeterminação a todos os territórios. As resoluções das Conferências de Tunes e Adis-Abeba, desse ano, debruçaram-se sobre o assunto, na linha desta nova exigência.

O quadro seguinte realça o ritmo das independências, consequência dos movimentos descritos, e o crescente apoio internacional que foram obtendo. O quadro contém outros elementos com interesse para a avaliação correcta da inserção dos territórios portugueses no contexto das independências africanas⁽⁵²⁾.

(52) Felgas, Hélio, "África - A evolução política de 1956 a 1970".

ESTADOS AFRICANOS INDEPENDENTES EM 1969

Estados	Data da Independ.	Antigas metróp.	Superfície (1 000 km ²)	Popul. (1 969) (1 000 hab.)
1 - Etiópia	A.C.	-	1 200	24 000
2 - Libéria	26-7-1847	-	95	1 150
3 - Rep. África do Sul	31-5-1910	GB	1 224	19t000
4 - R.A.U. (Egipto)	28-2-1922	-	1 000	31 000
5 - Líbia	24-12-1951	I	1 750	1 800
6 - Sudão	1-1-1956	GB-R	2 500	14 500
7 - Marrocos	2-3-1956	F	448,4	13 750
8 - Tunísia	20-3-1956	F	156	4 600
9 - Ghana	6-3-1957	GB	238	8 400
10 - Guiné	2-10-1958	F	280	3 800
11 - Camarão	1-1-1960	F	520	5 500
12 - Togo	27-4-1960	F	57	1 750
13 - Rep. Malgache	26-6-1960	F	590	7 400
14 - Congo-Kinshasa	30-6-1960	B	2 344	16 500
15 - Somália	1-7-1960	I-GB	638	2 700
16 - Dahomé	1-7-1960	F	116	2 600
17 - Niger	3-8-1960	F	1 190	3 600
18 - Alto-Volta	5-8-1960	F	274	5 200
19 - Costa do Marfim	7-8-1960	F	322	4 200
20 - Tchad	11-8-1960	F	1 280	3 450
21 - Rep. Centro-Africana	13-8-1960	F	617	2 200
22 - Congo-Brazza	15-8-1960	F	342	870
23 - Gabão	17-8-1960	F	267	500
24 - Senegal	20-8-1960	F	197	3 750
25 - Mali	22-9-1960	F	1 204	4 800
26 - Nigéria	1-10-1960	GB	965	60 000
27 - Mauritânia	28-11-1960	F	1 086	1 110
28 - Serra Leoa	27-4-1961	GB	72	2 600
29 - Tanganica	9-12-1961	GB	939	10 400
30 - Ruanda	1-7-1962	B	26	3 400
31 - Burundi	1-7-1962	B	28	3 500
32 - Argélia	1-7-1962	F	2 280	12 500
33 - Uganda	9-10-1962	GB	243	8 000
34 - Zanzibar	10-12-1963	GB	2,6	300
35 - Quénia	12-12-1963	GB	583	10 200
36 - Malawi	6-7-1964	GB	123	4 200
37 - Zâmbia	24-10-1964	GB	751	4 000
38 - Gâmbia	18-2-1965	GB	10	350
39 - Rodésia	11-11-1965	GB	389	4 600
40 - Botsuana	30-9-1966	GB	712	600
41 - Lesoto	4-10-1966	GB	30	1 000
42 - Maurícia	12-3-1968	GB	1,8	780
43 - Suazilândia	6-9-1968	GB	17	410
44 - Guiné Equatorial	12-10-1968	E	28	290
Total (m)			27 135,8	316 160

Em 1970, os territórios africanos dependentes eram:

Territórios	Superfície (mil km ²)	Superfície (mil km ²)
Sob Administração Espanhola		
– Melilla	0,01	82
– Ceuta	0,02	76
– Sahará (Rio do Ouro)	266	24
Sob Administração Francesa		
– Costa dos Somalis	23	86
– Comores (Arquipélago)	2,1	250
– Reunião (Ilha)	2,5	400
Sob Administração Inglesa		
– Santa Helena (Arquipélago)	0,2	5,6
– Seychelles (Arquipélago)	0,4	47
Sob Administração Sul Africana		
– Sudoeste Africano	824	520
De Portugal		
– Angola	1 247	5 300
– Moçambique	783	7 200
– Guiné	36	530
– Cabo Verde	4	230
– S. Tomé e Príncipe	1	63
TOTAL	3 189,23	14 813,6

Resumo:

	Superfície	População
Estados Independentes	89%	95%
Províncias Portuguesas	7%	4%
Outros Territ. Depend.	4%	1%

MOVIMENTOS POLÍTICOS DE COORDENAÇÃO ANTI-COLONIALISTA

A amplitude da pressão internacional para as independências dos povos africanos, então sob administração de países europeus, nos quais alguns políticos internacionais incluíam Portugal, fez surgir diversas organizações internacionais de coordenação e apoio a esta causa que estenderam a sua acção ao território de Angola.

Em princípios de 1960, era frequente a actividade política de elementos vindos dos territórios vizinhos, na fronteira Norte de Angola, junto de indígenas portugueses, nomeadamente das regiões de Quimbele e Cuango, a qual se tornou tão notória que levou as autoridades administrativas locais a exporem a situação ao Governador Geral da Província.

De entre os movimentos políticos de coordenação anti-colonialista com incidência directa no desenvolvimento inicial dos movimentos emancipalistas em Angola e seu posterior apoio e que, desde muito cedo, tiveram influência sobre as populações deste território destacam-se pela sua importância: o ACA – American Comitee on África; o CBARA – Comité Brasileiro de Auxílio aos Refugiados Angolanos; a CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas; a FRAIN – Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas; o GRUPO DE CASABLANCA; o GRUPO DE MONRÓVIA; o MDIN – Movimento para a Defesa dos Interesses Nacionais; o MNI – Movimento Nacional Independente; o PAFMECSA – Panafrican Freedom Movement for East, Central and South Africa; a UAM – União Afro-Malgache e a WAY – World Assembly of Youth.

ACA

O ACA – American Comitee on Africa, com sede em Nova York e fundado em 1954, visava coordenar os esforços de todas as organizações que se inte-

ressavam pelos problemas africanos; informar o Departamento de Estado Norte Americano e a Delegação Americana da ONU, sobre o que considerava a opinião de grande parte do povo americano que, segundo ela, apoiava o direito de autodeterminação dos povos coloniais; lutar contra todas as formas de colonialismo e ajudar a maioria dos povos, sob tutela, a aceder à independência intervindo, quer junto das personalidades governamentais americanas, quer junto da ONU.

O Comité dispunha de todos os meios para promover a instituição de governos autónomos nos países coloniais, inclusivamente de um “Fundo de Defesa e Ajuda da África”, condenava pretensamente o fanatismo, o totalitarismo e o comunismo, e procurava ajudar os povos africanos a encontrarem o ideal democrático.

Entre os elementos activos desta organização contava-se a Sr.^a Eleanor Roosevelt, viúva do Presidente Roosevelt, dos E.U.A..

Na aparência, o Comité funcionava independentemente do governo dos EUA, não traduzindo por isso, oficialmente, a política governamental, mas procurava influenciar a opinião publica para adesão à sua causa. Mantinha contactos permanentes com os dirigentes africanos, dispunha de um Centro de Informação sobre África, estimulava a troca de estudantes, operários e as relações culturais entre África e a América e celebrava anualmente, no dia 13 de Abril, o Dia da Independência Africana.

Publicava o “*África Today*”, jornal muito liberal e extremamente anti-colonialista e, ocasionalmente, monografias e relatórios das actividades da ONU, respeitantes a África, sempre sob a óptica do anti-colonialismo, dispondo de elevados meios financeiros de origem desconhecida.

A SWAPO – South West Africa Peoples Organisation (Organização dos Povos do Sudoeste Africano), partido do SW Africano, com influência nas populações do Sul de Angola, era o que maior apoio recebia da ACA e, dos partidos angolanos, era a UPA que usufruía da sua preferência e recebia, inclusivamente, ajuda na condução da sua política interna e externa.

A versatilidade política e ideológica e toda a gama de interesses económicos e financeiros, tornaram o ACA uma máquina complexa, cuja interferência no Ultramar Português foi altamente influente.

Ressaltava no ACA uma simbiose comunista-protestante, disfarçada com a trilogia Democracia-Capitalismo-Caridade e não lhe eram indiferentes os interesses expansionistas da alta finança americana na procura de consumidores dos seus produtos nos novos países.

À feição comunista atrás referida estavam associadas as actividades do próprio presidente do ACA, Rev. Harrington, branco, protestante da Igreja “Community” de Nova York, que, em 1940, já com o nome na lista do “Comité das Actividades Anti-Americanas”, defendeu o “líder” comunista da Pensilvânia.

nia; em 1941, fez parte de um abaixo assinado publicado no “Daily Worker” exigindo os direitos constitucionais do Partido Comunista americano; em 1950, acusou os comunistas de “manterem uma linha de conduta paralela aos pacifistas e liberais”; em 1953, assinou uma petição ao Presidente Truman para salvar a vida de um casal de espões de segredos atômicos – organizada pelos comunistas – e, em 1960, defendeu publicamente um outro espião a favor da Rússia⁽⁵³⁾.

De entre as actividades do ACA relativas a Angola, há a destacar a visita feita em 05 de Fevereiro de 1960, detectada pelas nossas autoridades, por dois dias, dos seus dirigentes, à região de S. Salvador, acompanhados do pastor da missão protestante de Quibocolo e dos missionários protestantes ingleses da missão daquela cidade e posteriores declarações, obviamente falsas, feitas em Nova York, sobre pretensos levantamentos no Norte e no Sul de Angola.

Saliente-se ainda a deslocação aos EUA, em Nov61, de Holden Roberto, a convite do ACA e a propaganda à UPA feita em comunicado conjunto com dois dirigentes – George Houser e John Marcom – difundido em Fevereiro de 1962 em que era referida a sua estada em Angola durante 11 dias de Janeiro de 1962.

O programa do ACA no seu auxílio aos “nacionalistas angolanos”, o socorro médico, fornecimento de roupas, expansão do ensino e intervenção junto do Governo dos EUA e da ONU, eram outros aspectos muito importantes da sua intervenção na questão de Angola.

CBARA

O CBARA – Comité Brasileiro de Auxílio aos Refugiados Angolanos, aparentava ser o reflexo da tendência de certo sector da opinião pública brasileira, favorável ao emancipalismo africano e contrária à situação política portuguesa então vigente, com origem num grupo de intelectuais que constituíam, essencialmente, uma Comissão de Honra.

Acolhendo no seu seio indivíduos que perfilhavam, no que respeitava a Portugal, princípios em tudo semelhantes aos difundidos pelo MNI,⁽⁵⁴⁾ ‘apresentava-se como órgão representativo no Brasil do CVAAR⁽⁵⁵⁾ e mantinha estreito contacto com o MPLA⁽⁵⁶⁾, necessário ao apoio moral e material que este partido procurava obter no Brasil.

(53) Citado em “Esboço Histórico das Operações na RMA”, 3.ª Rep., RMA, 1.ª parte, Março 1965.

(54) Movimento Nacional Independente. Ver presente capítulo.

(55) Corpo Voluntário Angolano de Auxílio aos Refugiados.

(56) MPLA – Ver Partidos Emancipalistas de Angola.

Organização mais teórica do que prática, congregava uma série de indivíduos aparentemente desligados entre si e unicamente vinculados por um sentimento comum contra o “colonialismo português”. O seu presidente, Dr. Paulo Alfredo Monteiro Duarte, era director de uma revista brasileira, que foi suspensa por dificuldades financeiras, sempre hostil a Portugal e que deu guarida a escritos de elementos oposicionistas ao regime legal então vigente em Portugal como Henrique Galvão, Humberto Delgado, Manuel Urbano Tavares Rodrigues e outros.

CONCP

A CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, face às suas características, propósitos que visava e personalidades responsáveis, seria uma emanção da FRAIN⁽⁵⁷⁾.

O facto de ser manobrada pelo “Grupo Africano de Casablanca”⁽⁵⁸⁾, poderá justificar a sua nítida filiação comunista, pois que visavam desmembrar o conjunto Metrópole-Ultramar. Por outro lado, procurava facilitar os seus propósitos pela deterioração interna da Metrópole, dados os indícios existentes de contactos havidos com sectores filo-comunistas da oposição política portuguesa.

A CONCP englobava alguns dos partidos emancipalistas do Ultramar Português, destacando-se de entre eles:

- MPLA – angolano. O seu “chefe do Departamento das Relações Exteriores”, Mário Pinto de Andrade, era o Secretário Geral da CONCP.
- FRELIMO – moçambicano, cujo “líder”, Marcelino dos Santos, era o próprio Presidente da CONCP.
- PAIGC – da Guiné e Cabo Verde, cujo dirigente, Amílcar Cabral, já havia sido assinalado como membro da FRAIN, o que presunha ser um elemento destacado da CONCP.

A CONCP constituiu-se com vista a polarizar o esforço do levantamento emancipalista em todas as parcelas do Ultramar Português, coordenando a acção dos diversos movimentos agitadores agrupando-as em Frentes Unidas de Libertação.

(57) FRAIN. Ver presente capítulo.

(58) Grupo de Casablanca. Ver presente capítulo

Esse desiderato foi em parte alcançado na Guiné com a constituição do PAIGC e, em Moçambique, com a FRELIMO mas em Angola, não obstante os esforços do MPLA nesse sentido, a reunificação dos partidos não se concretizou. A supremacia da UPA e a complexidade e grande número de partidos existentes não aceitava o facto de o MPLA querer a hegemonia da frente a constituir. Estas dissidências, em Angola, teriam também influenciado a preferência na atribuição de meios pelos apoiantes estrangeiros ao PAING, na subversão da Guiné.

Havia conhecimento da presença, em Abril de 1961, do CONCP em Casablanca; de mensagens trocadas entre Pinto de Andrade e Khrushchev, no mesmo ano; de uma reunião do Congresso em Rabat, em Fevereiro de 1962, portanto após a invasão de Goa; da recepção dada pelo rei de Marrocos em Abril de 1962 aos delegados do CONCP; de críticas acerbas à actividade da UPA e do seu presidente Holden Roberto, apodado como “mercenário a soldo dos Estados Unidos”; da entrevista realizada em Paris, a 20 de Outubro de 1962, entre Ben Bella – Argélia – e Marcelino dos Santos, dirigente do CONCP e de outras actividades congéneres. Daqui se infere a importância internacional de tal movimento como veículo das influências externas em Angola, Guiné e Moçambique⁽⁵⁹⁾.

FRAIN

A FRAIN – Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (das Colónias Portuguesas), de inspiração marxista, foi fundada em 1960, com sede em Conakry, na Guiné e agências em Londres, Alemanha Oriental, Accra, Leopoldville, Tunis, Casablanca e, provavelmente, em Varsóvia e Praga, e veio a continuar-se no CONCP⁽⁶⁰⁾.

Pretendia englobar e unificar a acção dos diversos movimentos existentes para os nossos territórios ultramarinos – UPA, MPLA, PAIGC, e organizações de Moçambique e obter assim a sua independência. Dos seus dirigentes mais antigos, destacam-se Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz. Com formação universitária, haviam sido aliciados pelo partido comunista que desenvolvia actividades junto dos africanos, na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa. Parece que a FRAIN na sua essência, actuava principalmente fazendo accionar outros movimentos subversivos já existentes.

(59) “Esboço Histórico das Operações na RMA”, 1.ª PARTE, 1965.

(60) Ver CONCP, no presente capítulo.

A FRAIN fez-se representar nas Conferências Pan-Africanas e Afro-Asiática, em Conakry e deu, em Londres, conferências de imprensa, presididas por Amílcar Cabral.



**PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ
E CABO VERDE (P.A.I.G.C.)**

Fotografia tirada em PRAGA no ano de 1961.

Este grupo saíu de CONAKRY em Setembro de 1961, regressando em Dezembro do mesmo ano.

- 1 – ROGÉRIO OLIVEIRA
- 2 – LEANDRO VAZ (ou LEANDRO ANTÓNIO VAZ)
- 3 – JULIÃO LOPES
- 4 – DOMINGOS BARBOSA (“O CARNEIRO”)
- 5 – JOSÉ PEREIRA (ou JOSÉ MENDES? PEREIRA)
- 6 – AMILCAR CABRAL
- 7 – MANUEL AZEVEDO
- 8 – BENJAMIM HONÓRIO CORREIA
- 9 – TIAGO ALELUIA LOPES
- 10 – ALEXANDRE ALBINO GOMES
- 11 – MUSSÁ FATI

Amílcar Cabral nos tempos da FRAIN, da CONCP e do PAIGC

GRUPO DE CASABLANCA

O Grupo de Casablanca constituía uma coligação pan-africanista, organizada entre as Repúblicas do Ghana, Guiné, Líbia, Mali, Argélia, Marrocos e RAU (República Árabe Unida), formada no início de 1961, da qual a Líbia se afastou em Maio do mesmo ano. Era o grupo africano que maior aproximação apresentava do bloco comunista, do qual recebia particular influência e apoio material que era especialmente dirigido para Casablanca, Accra, Conakry e Argel, principais centros estratégicos de irradiação de fornecimento de material aos movimentos que desencadeavam a guerra revolucionária em África.

Teve especial incidência no que respeita ao Ultramar Português e realça-se o facto de, neste Grupo, se apoiar a CONCP, já referida.

GRUPO DE MONRÓVIA

O Grupo de Monróvia foi constituído em 1960, após a independência dos territórios de expressão francesa e inglesa e englobava o grupo africano UAM⁽⁶¹⁾, a Libéria, Nigéria, Serra Leoa, Tunísia, Etiópia, Somália e o Congo-Leão. Apresentava as características gerais atribuídas à UAM, sublinhando-se todavia que, logo de início, revelou uma maior agressividade ao defender as reivindicações dos movimentos emancipalistas africanos. Tem particular importância para Angola visto que, desde a sua formação, sempre apoiou, fortemente, a UPA.

MDIN

O MDIN – Movimento para a Defesa dos Interesses Nacionais era um movimento congolês de que se tomou conhecimento só em 1963.

Apoiando, pelo menos através de propaganda, a acção desenvolvida pelos partidos emancipalistas angolanos na conduta da guerra revolucionária, publicou notícias tendenciosas contra a acção portuguesa e manifestou-se favorável à acção do MDIA⁽⁶²⁾.

(61) UAM – União Afro-Malgache. Ver este capítulo.

(62) MDIA – Ver capítulo: Partidos Emancipalistas Angolanos.

MNI

O MNI – Movimento Nacional Independente, fundado em 18 de Junho de 1958, apresentava-se como um grupo heterogéneo, de elementos socialistas, católicos e comunistas da oposição ao regime vigente – Estado Novo –, alguns deles vivendo na clandestinidade.

Possuía afinidades com o Partido Comunista Português – ilegal – e tinha pontos de contacto com o FUA⁽⁶³⁾, e o MPLA, havendo indícios de tentativa de colaboração com este último, para uma acção conjunta que levasse à emancipação de Angola. Para esse efeito, tinha como objectivo imediato a deterioração da situação interna na Metrópole, visava destruir o regime vigente e defendia a autodeterminação do Ultramar Português.

Sediado inicialmente no Brasil, deslocou-se para o Norte de África, onde o seu Presidente do Comité Central, General Humberto Delgado, recebeu todas as facilidades, inclusivamente económicas, do Governo Argelino, pelo que se estabeleceu em Argel.

Os objectivos desta deslocação parece terem sido uma maior proximidade da Metrópole e da CONCP, com quem teve contactos, além do apoio dado pela Argélia à sua causa.

PAFMECSA

O PAFMECSA – Pan-African Freedom Movement for East, Central and South África, resultou de uma decisão dos Chefes de Estado dos países independentes, reunidos no Ghana em 1958, visando apoiar e auxiliar o emancipalismo em toda a África.

Era uma organização pan-africanista, na qual estavam representados a Etiópia, Somália, Tanganica, Uganda, Quênia e as “maiorias negras que se julgavam desprovidas de direitos políticos em face da minoria branca” – África do Sul, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul, Niassalândia e Moçambique –, sendo “excluídos quaisquer grupos tribais ou religiosos”.

Tinha o Secretariado Geral instalado em Dar-es-Salam e levava a efeito conferências anuais – estando previsto que se realizassem duas vezes por ano – através das quais era estimulado o pan-africanismo das organizações emancipalistas em diferentes territórios africanos.

(63) FUA (Frente de Unidade Angolana).

No que respeita a Angola e aos partidos angolanos, o PAFMECSA fixou uma posição de apoio incondicional e aumentou a pressão sobre os Governos do Congo-Brazza e Congo-Léo para a obtenção de um endurecimento das suas relações com Portugal e de um apoio moral e material cada vez maior àqueles partidos.

Em Dezembro de 1962 o vice-presidente do seu Conselho de Coordenação para a Libertação visitou o campo da UPA, em Kinkuso, no Congo Leo –, onde exortou os milicianos do ELNA⁽⁶⁴⁾ a derramar o seu sangue pela independência de Angola.

UAM

A UAM – União Afro-Malgache – Grupo de Brazzaville, constituiu-se após a independência de territórios africanos de expressão francesa.

Englobava os Camarões, República Central Africana, Tchad, Congo-Brazzaville, Daomé, Gabão, Costa do Marfim, Madagascar, Mauritânia, Niger, Senegal e Alto Volta, a que se juntariam posteriormente o Ruanda em 1962 e o Togo em 1963.

No início da sua actividade manteve uma posição de certo modo moderadora face à agressividade dos sectores pan-africanos que advogavam a força como unico meio capaz de “extirpar o colonialismo” em África mas, por fim, adoptou também essa atitude, em acções isoladas dos seus países-membros, ou como resultado das reuniões levadas a efeito.

Desta nova postura, veio a resolução da cedência de 1% dos orçamentos desses países para ajuda material aos partidos emancipalistas, o apoio material e cedência de bases, por parte do Congo-Brazza, para acções contra Cabinda e os constantes conflitos diplomáticos levantados pelo Senegal contra o nosso país.

WAY

A WAY – World Assembly of Youth era uma associação juvenil de carácter internacional, com manifesto repúdio do que chamava o colonialismo português, e que apoiava consequentemente, os partidos emancipalistas.

(64) Exército de Libertação Nacional de Angola (UPA).

De filiação nitidamente comunista, era mais uma manifestação daquela facção política na conquista da juventude e desenvolvimento do espírito associativo, com vista ao seu controlo e à expansão da ideologia marxista.

Dispondo de movimentos afins, entre outros, em Praga e Dar-es-Salam, efectuou reuniões em Tóquio, de 29 de Agosto a 05 de Setembro de 1961; em Dar-es-Salam, de 05 a 14 de Agosto de 1962, e, em Leopoldville, de 13 a 20 de Abril de 1963. Na segunda, compareceram, entre outros, Edouard Pinock da UPA; Desidério da Graça do MPLA, e Marcelino Santos da CONCP. Em qualquer delas foi abordada de modo agressivo, a questão do Ultramar Português.

MOVIMENTOS NÃO ANGOLANOS COM INFLUÊNCIA NA SUBVERSÃO EM ANGOLA

Além dos movimentos políticos de coordenação anti-colonialista, descritos no capítulo anterior, fazia-se sentir directamente em Angola a acção de movimentos não angolanos, mas de territórios vizinhos, que recebiam também apoio dos movimentos de coordenação.

A sua influência em Angola era grande, dada a proximidade geográfica das suas zonas de influência e interpenetração racial entre Angola e muitos dos países limítrofes.

Os principais movimentos não angolanos com influência em Angola eram: ABAKO (Aliança dos Bakongos); ATCA (Associação dos Quiocos do Congo, Angola e Rodésias); LULUA-FRÉRES; LUA (Lunda United Association); MPRC (Mouvement Populaire pour la Reconstitution du Congo); PSA (Partido Solidário Africano); RCA, FS (Rodésia, Congo, Angola, Friendly Society); SWANU (South West Africa Nation Union); SWAPO (South West Africa Peoples Organization); UNIP (United National Independence Party).

ABAKO

A ABAKO (Aliança dos Bakongos), com origem na Associação Cultural dos Naturais do Baixo Congo, fundada em 1953 por Nlandu Nzeza, tinha sede em Leopoldville, visava unificar os povos de raça bakongo e reedificar o antigo Reino do Congo, do qual o Enclave de Cabinda e o Congo Português faziam parte.

Na ABAKO consideravam-se três facções distintas; uma que procurava a aproximação à Bélgica; outra, comunista, ligada à Guiné – Conakry e, uma terceira, aparentando não ser comunista, era muito demagógica, pan-africanista e com ligação a Accra.

Do Congo-Leão, concretamente de Leopoldville, centro da sua actividade, actuava em toda a região Bakongo, a norte de Leão e estendia a sua influência em Angola aos Distritos do Zaire, Congo e Cabinda, englobando o grupo étnico quicongo.

De todos os partidos congolezes, era o que exigia uma atenção mais cuidada, uma vez que lhe era atribuída forte responsabilidade na sublevação dos nativos do Norte de Angola.

Dedicada, de início, a actividades essencialmente culturais, promoveu nessa condição a uniformização de dialectos com vista à unificação dos bakongos e o estudo da sua história com base nos fundamentos do Reino do Congo. De tal actividade resultou a mística do ressurgimento daquele reino, que se foi transformando progressivamente em movimento de reacção contra a presença dos belgas no Congo, até surgir como partido político emancipalista em 1955.

Já então chefiado por Joseph Kasavubu, mais tarde presidente da República do Congo-Leão, adoptou uma formula político-religiosa com certas feições de quimbanguismo⁽⁶⁵⁾ e manifestou-se, em 1957, defendendo a proliferação dos partidos, primeiro passo para, através de um federalismo adquirido, obter a separação do Baixo-Congo – sua zona de influência – e a reconstituição do Reino do Congo – seu objectivo final.

Considerado ilegal em 1959 no Congo belga, por ser responsabilizado pelos motins verificados em Leão foi, alguns meses depois, novamente consentido. Incrementou então a sua actividade contra a administração belga pela insinuação, propaganda, ameaças, violências e outras formas de pressão.

Ainda no final desse ano, por necessidades várias, teve de associar-se ao PSA⁽⁶⁶⁾ e MNC – Movimento Nacional Congolês, de Lumumba, ambos combatendo o sistema federativo que a ABAKO preconizava.

A sua implicação directa em Angola, produziu fortes reflexos entre os nativos do Congo Portuguezes.

O mito criado em volta do Reino do Congo e o simbolismo de Kasavubu como factor da independência, ultrapassaram a fronteira e influenciaram muito os nativos bakongos portugueses. Este efeito fazia-se sentir particularmente na região de S. Salvador, que constituía o elo de ligação dos bakongos, por ser o centro ideológico do movimento que procurava a reconstituição daquele reino e, por isso, estar destinada a ser sua futura capital.

Tal influência, cingindo-se inicialmente à área de S. Salvador, teria sido o impulso para a criação da NGWIZACO⁽⁶⁷⁾.

(65) Ver capítulo "Seitas Religiosas", na pág. 103.

(66) PSA. Ver presente capítulo.

(67) NGWIZACO. Ver "Partidos Emancipalistas de Angola", pág. 67.

Testemunho da interferência da ABAKO no emancipalismo angolano, várias acções directas foram assinaladas, destacando-se entre elas a de Gaston Diomi, chefe da facção demagógica da ABAKO que, quando Vice-Presidente do Governo da Província de Leo, determinou que fosse prestado todo o auxílio à UPA.

Durante os últimos meses da administração belga, a ABAKO foi criando uma administração sombra que cobrava impostos, dava ordens e da qual a própria Bélgica se serviu para fazer circular instruções. Dispunha, pois, de uma organização eficiente, pecando apenas por exagero e demagogia.

A sua acção subversiva era exercida através da propaganda, mistério, suborno, intimidação, terrorismo e exploração da credulidade indígena, sempre sob a mística do desejado Reino do Congo.

Publicava o "Nôtre Congo", jornal fortemente anti-ocidental, antes da independência do Congo Belga, tornando-se depois mais moderado.

Após a independência daquele território, em 30 de Junho de 1960, e da subida de Lumumba ao poder, e com o afastamento de Kasavubu para a área do poder, este movimento revelou uma fragilidade que não seria de prever, passando os seus agentes a trabalhar para a UPA e deixou de haver alusão à ABAKO portuguesa⁽⁶⁸⁾. Ao mesmo tempo que, junto da fronteira norte de Angola, levava os indígenas a pagarem quotas, aquele partido iniciou uma vigorosa propaganda com vista à inscrição de novos adeptos, criando, para o efeito, secções em localidades congolezas, junto do nosso território: Matadi (Nóqui), Sangololo (Luvo), Luvaca (Cuimba); Kimpanga (Quimbata) e Kipula (Sacandica)⁽⁶⁹⁾.

Soube-se então que, no Concelho da Damba, foram colectados vinte mil escudos, a favor dos cofres da ABAKO e que se filiaram neste partido, indígenas das regiões de Bembe, Sanza Pombo, Damba e Maquela do Zombo.

No princípio de 1960, a ABAKO promoveu uma reunião política na povoação belga de Soitto, situada junto da fronteira, próximo dos povos indígenas angolanos de Franxi e Quinguvo onde, antes da citada reunião e afim de convidarem os respectivos habitantes a estarem presentes, se deslocou um filho de Eduardo Pinock⁽⁷⁰⁾, o que levou muitos angolanos a comparecerem.

Por essa mesma altura era grande a actividade na região fronteiriça de Quimbele, verificando-se constantes idas e vindas de pessoas, tendo a respec-

(68) Nunca se constituiu uma ABAKO portuguesa, mas a sua actividade em Angola era tão intensa que os indígenas do Congo Português, aderentes, denominavam-se a si próprios da "ABAKO PORTUGUESA".

(69) Indicam-se, entre parêntesis, as localidades fronteiriças de Angola mais próximas.

(70) Eduardo Pinock era o Conselheiro Geral da UPA (União dos Povos de Angola) e Presidente Regional em Matadi.

tiva autoridade administrativa portuguesa feito algumas prisões. Considerando-se, no entanto, impotente para controlar a situação, dada a carência de meios que tinha à sua disposição, pois nem sequer existia, ao longo daquela fronteira, um único posto fiscal português, o administrador do Luango expôs estes factos ao Governo da Província.



Emblema da ABAKO

ATCAR

A ATCAR (Associação dos Quiocos do Congo, Angola e Rodésia) foi constituída em Junho de 1956, com sede em Elisabethville, sob a designação de Association des Tahokwes.

Aproveitando, de certo modo, a situação tribalizada em que ainda se encontrava a maioria da raça quioca, que trabalhava em geral com fins mutualistas, procurou o aliciamento dos chefes nativos dessas tribos para, através deles, desenvolver a propaganda subversiva. Outra parte dos Quiocos, os mais evoluídos e que afluíam aos centros populacionais europeus, eram igualmente permeáveis às acções de aliciamento e subversão desenvolvidas, especialmente, pela UPA e MPLA, o que viria a confirmar-se em 1963 através dos planos terroristas abortados no Leste de Angola, ao longo da faixa demográfica do CFB – Caminho de Ferro de Benguela.

A ATCAR apresentava de início características mutualistas e regionalistas, restrita aos quiocos do Katanga e, mais tarde, em 1959, viria a procurar englobar os Quiocos das Rodésias e de Angola, passando a pugnar pela ligação fraternal entre todos, pela conservação do espírito e tradições da raça e pela protecção e educação dos seus membros, na compreensão das leis e regulamentos.

Seguindo a evolução clássica dos movimentos associativos numa época em que grande parte era canalizada no sentido da subversão, nas ideologias pan-africanistas, ou na expansão do comunismo, transformou-se progressivamente, num autêntico partido político emancipalista. Passou assim a ter um cunho nativista e xenófobo, coligando todos os Quiocos do Congo, Rodésia, Angola e até Moçambique.

Em Angola, verificaram-se acções de carácter subversivo, accionadas pela ATCAR, a partir de Fevereiro de 1960, nas regiões de Dala, Luso, Moxico, Saurimo – esta de feição terrorista –, manifestando-se a sua propaganda em meados do mesmo mês com características nitidamente revolucionárias, denotando orientação técnica evoluída.

Após várias vicissitudes e um aparente interregno, assistiu-se, na última metade de 1962, à sua reactivação para, em 1963, com a queda de Tschombé e consequente integração do Katanga no Congo-Leo, sofrer novo incremento, dado que as populações nativas passaram a viver uma fase de instabilidade política, favorável à polarização das massas divididas por antagonismos tribais, com fins subversivos. Este facto convinha à UPA e ao MPLA, interessados na instalação de bases logísticas no Katanga para envolvimento da fronteira e criação de nova frente em Angola, tanto mais que, influenciando a raça predominante da Lunda, estenderiam a sua acção pela parte norte do Moxico e penetrariam em cunha para Sul, até à região dos Cuanhamas.

LULUA-FRÉRES

A LULUA FRÉRES era uma associação fundada no Cassai – Congo-Leão – por um grupo de originários da tribo Lulua, em data desconhecida, mas anterior a 1962, que tinha a sede principal em Luluabourg.

Apresentou-se, inicialmente, com um aspecto associativo, de base mutualista e transformou-se progressivamente em movimento político de características regionalistas, a ele se atribuindo os acontecimentos sangrentos de Luluabourg, em Outubro de 1959. O seu cunho político resultava inicialmente do ódio rácico entre Lulus e Balubas, embora também dirigido contra os Quiocos e Lundas.

Dada a presença dessas étnias em território angolano, tais dissidências foram exploradas, quer pela UPA quer pelo MPLA, visando em especial a região do Dundo – diamantes – onde, em 1956, pela primeira vez, foram assinalados emissários desta Associação.

LUA

Só em Março de 1963 foram conhecidas actividades do LUA (Lunda United Association).

Assente na organização tribal existente, surgiu com características regionalistas, não com base numa reacção contra a presença do branco, mas em resultado de um choque entre tribos de grupos étnicos rivais – Lundas e Luenes – ao longo do Katanga, Rodésia e Angola, tendo a fronteira Leste do Cazombo como lugar geométrico.

De facto, a sua influência era sentida apenas na região de Chavuma-Balovale, a Sul do saliente de Cazombo, com naturais reflexos nas regiões limítrofes de Angola, no distrito do Moxico.

De notar que a faixa fronteira rodesiana com o saliente de Cazombo era uma área de domínio do UNIP⁽⁷¹⁾ cujo chefe, Kenneth Kaunda, salienta na sua propaganda que “após a independência auxiliaria os seus irmãos angolanos na luta pela liberdade”. Além disso, havia toda a vantagem, quer para a UPA, quer para o MPLA, em aproveitar aquelas divergências, como a acção de outros partidos com influência na área, dado que no saliente estavam radicados Lundas, Luenes e Quiocos, mantendo ligações rácicas e familiares com os nativos de além fronteiras.

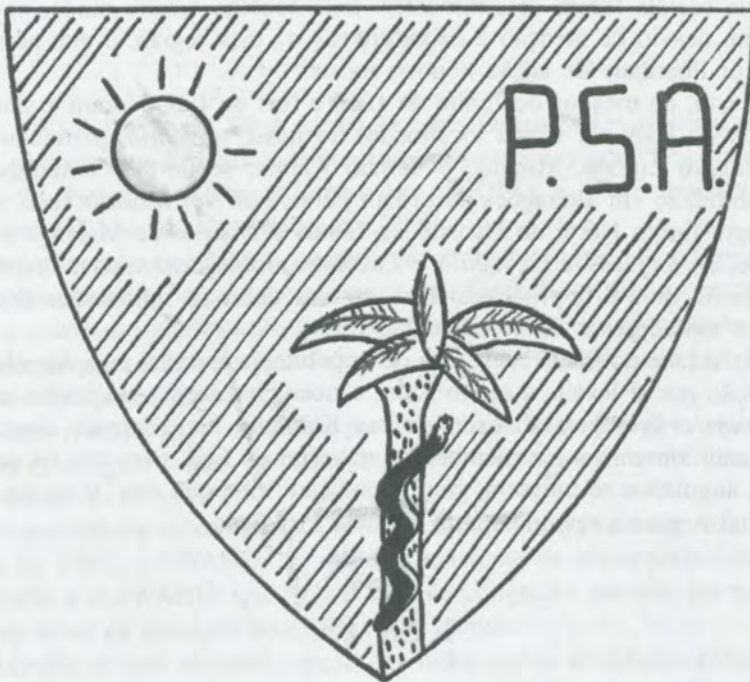
(71) UNIP, ver presente capítulo, pág. 66.

MPRC

O MPRC – Mouvement Populaire pour la Reconstitution du Congo, criado em Dezembro de 1961, que foi apresentado como movimento “congolês” e acerca do qual não mais se ouviu falar, tinha características regionalistas ideologicamente coincidentes com a NGWIZACO ou ABAKO e ligações com a UCLA – União Congoleza para a Libertação de Angola.

PSA

O PSA – Partido Solidário Africano, foi constituído em Março de 1959 e teve a sua origem num movimento nativista do então Congo-Belga, visando a sua independência.



Emblema do PSA

De filiação comunista, aliás a dos seus fundadores, com especial, destaque para Antoine Gizenga, não assentou de início numa determinada étnia, mas num grupo de étnias da região Cuango-Cuilo.

Iniciou-se como movimento emancipalista do Congo-Belga e manifestou-se desde sempre hostil ao Ocidente. No entanto, logo em 1959, surgiram duas facções do partido – uma comunista e outra anti-comunista –, embora prevalecendo a primeira.

De feição federalista, na altura da independência do Congo-Leão, passou mais tarde a defender a ideia de um Congo unitário pela associação aos lumumbistas, tendo como objectivo expulsar os europeus ocidentais e acolher técnicos comunistas.

Procurando sempre dominar os grupos étnicos que lhe eram hostis por meio de violências e ameaças, veio a ganhar força em 1960, sobrepondo-se à ABAKO, a quem de início estava enfeudado, para em seguida, ter um período de enfraquecimento devido às dissidências internas.

No que respeita a Angola, o PSA foi um dos movimentos subversivos responsáveis pela agitação social e incidentes havidos na Baixa do Cassange no início de 1961, como veremos. Escolhendo esta região para conduzir as populações a uma rebelião maciça, aproveitou um ambiente próprio, em que alguns problemas sociais foram determinantes. Esta escolha visaria ainda, possivelmente, um desvio de atenção e de esforços para esta região, o que permitiria uma maior liberdade de acção noutros locais.

De resto, de meados de Junho de 1960 a fins de 1961, foram assinalados agitadores do PSA em várias localidades do nosso território, particularmente em Camaxilo, Lubalo, Milando e Tembo Aluma, sendo-lhes atribuída forte responsabilidade em alterações da ordem pública ali verificadas. Toda a faixa do Cuango, limite Norte do Distrito da Lunda e Distrito de Malange e especialmente, as regiões de Camaxilo e Cazombo, foram assinaladas como zona de influência do PSA, processando-se através delas as infiltrações dos seus elementos agitadores e de propaganda.

A actividade do PSA revestiu-se de importância especial para Angola, pois que a acção por si levada a efeito sobre o nosso território manifestou-se mais de uma vez com a pressão exercida por Kamitatu, também seu dirigente – embora anti-comunista – e membro do governo de Leão, para que os partidos políticos angolanos se unissem, como condição “sine qua non” para um apoio substancial à guerra revolucionária naquela Província.

RCA-FS

A Rodésia, Congo, Angola-Friendly Society era uma associação que se dizia mutuária e beneficente, abrangendo elementos de vários partidos – UPA,

ATCAR, LUA, etc. – e actuava em território rodesiano, nas vizinhanças da nossa fronteira, onde foi referenciada em Fevereiro de 1962.

SWANU

A SWANU – South West Africa National Union, foi fundada em 1959 pelos nativos Herrero, do Sudoeste Africano que ocupam a faixa costeira, ultrapassam o Cunene e se estendem pela faixa Sul do nosso território, dentro do distrito de Moçâmedes.

Era um partido emancipalista de características iniciais regionalistas com aquela base étnica.

Iniciando-se sob apadrinhamento do ACA e do African Bureau, de Londres, a feição comunista que possuía devia-se à acção do seu dirigente mais destacado, Kazonguizi. O voluntarismo dos seus dirigentes e da SWAPO impediram, diversas vezes, a tentada fusão dos dois partidos.

SWAPO

A SWAPO – South West Africa Peoples Organization (Organização dos Povos do Sudoeste Africano), conhecida em português por “Organização dos Povos do Sudoeste Africano”, provém da OPO – “Ovamboland People Organization” – e foi constituída em 1959.

Defendendo a expulsão do continente africano de qualquer forma de domínio estrangeiro e integrada num espírito pan-africanista era, no entanto, contrária a qualquer manifestação de discriminação racial, preconizando a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os cidadãos de um Sudoeste Africano independente.

Como recebia apoio do ACA, pressupunha-se uma filiação naquela organização e, de igual modo, se conheciam ligações suas com o African Bureau, de Londres.

Muito embora se admitisse a filiação comunista do outro partido emancipalista do SWA, o SWANU, o problema existente da incompatibilidade entre o SWAPO e o SWANU, que impedia a sua coligação, parecia ser provocado mais ao nível da direcção do que ao dos adeptos.

Admitia-se que existiam, apesar de tudo, certas afinidades entre os dois movimentos, dado que foram perdendo as características regionalistas iniciais, em favor de um objectivo comum – a independência.

Este objectivo acabou por incluir a Ovambolândia, que abrangia uma larga parcela do território de Angola, entre o Cunene e o Cubango, revestindo-se para Portugal de particular interesse.

As actividades da SWAPO, como da SWANU, apesar da atenção a que estavam sujeitas por parte das autoridades do SWA, tinham os seus naturais reflexos sobre os nativos da faixa Sul de Angola e na "lumumbização" dos Herreros.

Não eram estranhos à actividade e influência do partido os acontecimentos verificados desde Fevereiro de 1961 nas regiões de Moçâmedes, Pereira d'Eça, Forte Roçadas, Cuanhama, Porto Alexandre e Sá da Bandeira, com especial vulto no ano de 1961 e que foram desde a resistência, desrespeito e desobediência às autoridades, até ao planeamento de assaltos a quartéis e massacre de populares, que não se chegaram a concretizar.

Disponha de representações em Dar-es-Salam, Londres e Nova York.

UNIP

O UNIP – United National Independence Party era um partido político rodesiano, com base na tendência emancipalista de certos sectores nativos. Era o partido maioritário, de tendências comunistas e nativistas, interessado em interferir no emancipalismo africano no Sul do continente africano, com particulares incidências em Angola.

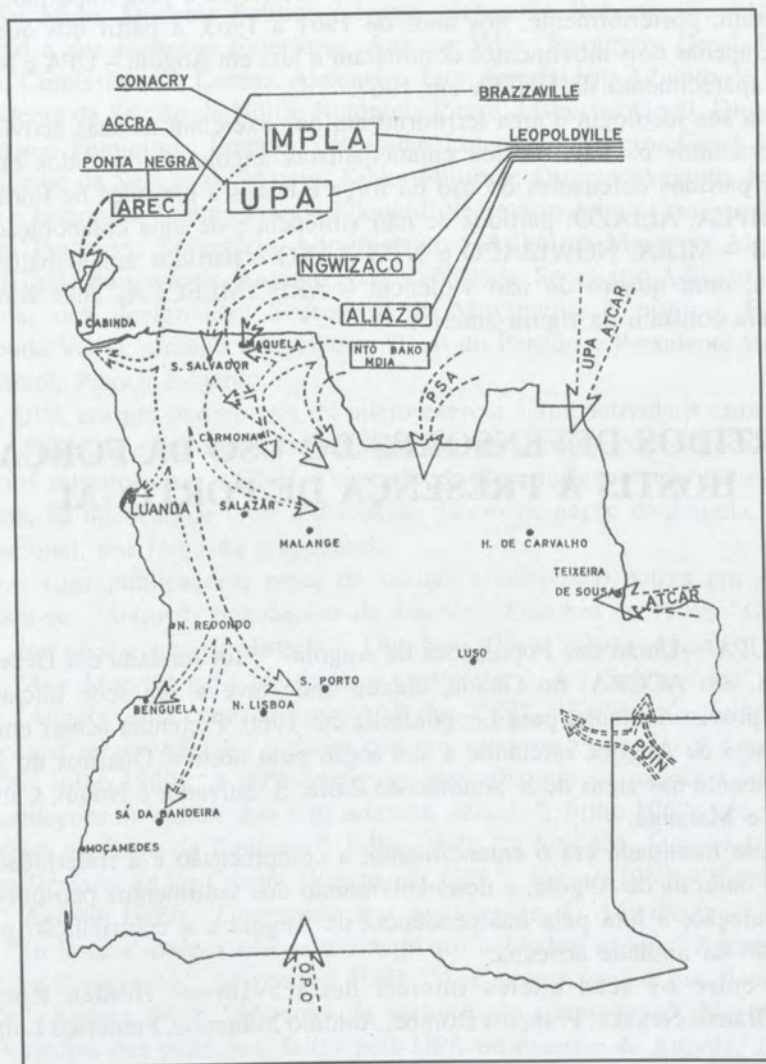
O presidente do UNIP, Keneth Kaunda, também presidente do PAFMECSA, mantinha ligações com a UPA, através de Holden Roberto, e influências nas zonas mineiras e sobre as classes trabalhadoras, para além de um outro dirigente, Rnyee, indiano, referenciado em Janeiro de 1963, que se mostrava mais fanático do que o próprio Kaunda.

As perturbações registadas na região de Chavuma-Balovale (Congo) no início de 1963, com características básicas étnicas, foram aproveitadas pela UNIP, que procurava chamar esta região à sua esfera de influência. Estes factos tinham o seu natural reflexo no nosso território, dado o prolongamento das etnias em causa pela nossa fronteira Leste.

Era ainda objectivo da UNIP instalar postos de propaganda na faixa fronteiriça, frente a Lutembo-Mussuma-Ninda (Moxico), com vista a uma campanha anti-portuguesa e racista.

Esta acção de propaganda tinha a sua entrada no nosso território facilitada pela existência de uma corrente migratória e comercial nos dois sentidos, através da fronteira Leste, neste caso particular, pela região de Ninda.

PARTIDOS EMANCIPALISTAS DE ANGOLA



Infiltração dos Partidos

A influência dos movimentos políticos internacionais de coordenação de acções anticolonialistas e os partidos políticos em actividade nos países vizinhos, incentivaram o crescimento de movimentos emancipalistas em Angola, contra a presença portuguesa, tendo alguns deles, de carácter regionalista, acabado por serem absorvidos por outros mais poderosos.

Passaremos a referir o conhecimento que havia, no início das hostilidades, dos que tiveram maior influência no desencadear das mesmas, pela actividade que desenvolveram nos anos imediatamente anteriores e pela importância que adquiriram, posteriormente, nos anos de 1961 a 1963, a partir dos quais, na prática, apenas dois movimentos dominaram a luta em Angola – UPA e MPLA, até ao aparecimento da UNITA em 1967.

Pela sua ideologia e área territorial em que exerciam as suas actividades, consideraremos os movimentos emancipalistas angolanos divididos em três grupos: partidos defensores do uso da força e hostis à presença de Portugal – UPA, MPLA, ALIAZO; partidos de não violência e de uma colaboração com Portugal – MDIA, NGWIZACO e NTO BAKO e partidos emancipalistas de Cabinda, num quadro de não violência – AREC/MLEC. As suas zonas de influência constam da figura anterior.

PARTIDOS DEFENSORES DO USO DA FORÇA E HOSTIS À PRESENÇA DE PORTUGAL

UPA

A UPA – União das Populações de Angola⁽⁷²⁾, foi fundada em Dezembro de 1958, em ACCRA, no Ghana, cidade onde teve a sua sede inicial que passou, provisoriamente, para Leopoldville em 1960. Pretendia actuar em toda a Província de Angola, iniciando a sua acção pelo norte – Distritos do Zaire, especialmente nas áreas de S. António do Zaire, S. Salvador e Noqui, Cabinda, Luanda e Malange.

A sua finalidade era o entendimento, a compreensão e a fraternidade no seio dos naturais de Angola, o desenvolvimento dos sentimentos patrióticos da sua população, a luta pela independência de Angola e a contribuição para a edificação da unidade africana.

De entre os seus chefes iniciais destacavam-se: Holden Roberto, Manuel Barros Nekaka, François Dombe, António Malembe, Francisco Lulendo,

(72) Supintrep n.º 2 – “Movimentos Políticos Angolanos”, 1961, QG/RMA.

Martim Sumbu, Rosário da Conceição Neto, Alexandre Tati e João Eduardo Pinock.

Mais tarde, é publicada a lista dos membros do Comité Central eleitos em Assembleia Geral, de 11 de Março de 1961 e que era constituído por: – Presidente e Director Geral da Informação e Relações Exteriores, Holden Roberto; Vice-Presidente, Rosário André da Conceição Neto; Secretário Geral, João Baptista; Secretário Geral Adjunto, Dombele Maurice; Director Político, Anibal da Silva Melo; Director Político-Adjunto, Sebastião Roberto; Secretário da Direcção e das Relações Exteriores, Antoine Villa; Tesoureiro-Geral, Luyeye Garcia; Comissário de Contas, Alexandre Taty; Comissário Adjunto de Contas e presidente da Secção de Ndjili, Nanintela Pierre; Inspector Geral, Director do Movimento Feminino, Francisco Borralho Lulendo; Inspector Geral Adjunto e Presidente da Secção de Mateto, Kiaku Philippe; Director Adjunto da Informação e Imprensa, Johnny Pinock Edouard; Secretário Administrativo, Jose K. Manuel Peterson; Secretário Administrativo Adjunto, Maseco Alphonse; Secretário da Propaganda, António Narciso Necaca; Secretário Adjunto da Propaganda, sem designação; Secretário do Movimento Feminino, Eduardo Mankenda Vieira, e como Conselheiro Geral do Partido e Presidente Regional em Matadi, Pinock Eduardo.

A UPA era um partido que de início exercia a sua actividade com propaganda panfletária e radiofónica e que pretendia, tal como outros partidos, manter contactos estreitos com a ONU, Comissão de Curadorias, e com países como o Ghana, na intenção de levar a discussão da emancipação de Angola, a nível internacional, por força da propaganda.

Das suas publicações, antes de iniciar a subversão activa em Angola, destacam-se: “Aviso às populações de Angola”, Outubro de 1959; “Grito lúgubre dos aborígenes de Angola”, Outubro 1959; “Carta Aberta”, Janeiro 1960; “Aos brancos cuja ideologia é contrária à dos Salazaristas”, Junho 1960; “Angola está como Pólvora”, Julho 1960; “Estímulo”, Julho 1960; “Principais recomendações a todos quantos queiram pertencer à Associação da UPA” Julho 1960; “A UPA começa a intensificar a sua acção e a receber congratulações de muitos dos seus adeptos. Aleluia”, Julho 1960; “Factos que ocorreram no Posto de Tomboco”, Julho 1960; “A luta pela independência de Angola-Declaração do Comité Director da UPA”, Agosto 1960; “Estatutos da UPA”, Agosto 1960; “Libertação das populações de Angola-Aviso”, Julho 1960; “Os nossos amigos são os que hoje nos estendem a mão” Agosto 1960; “A Farsa Portuguesa”, Novembro 1960; “Aos nossos irmãos que ficaram em Angola”, Agosto 1960; “Mártires da assimilação portuguesa”, Nov60.

Os títulos dos panfletos, feitos pela UPA no exterior de Angola, ainda no ano de 1960 e a sua quantidade, são suficientes para se ficar com a ideia da propaganda emitida que, infiltrada na Província, ia fermentando lentamente nos

povos, levando-os a atitudes de agitação, num caso ou outro, de resistência passiva e até de contestação, como sentiam os funcionários administrativos que lidavam directamente com as populações.

Em 15 de Setembro de 1960 passou a publicar-se em Leopoldville, capital do Congo ex-belga, o bissemanário "*A Voz da Nação Angolana*", órgão de combate da UPA para a independência de Angola, de 16 páginas, redigido em francês, português, quimbundo e quiconzo.

A UPA fez-se representar nas Conferências Pan-Africanas e Afro-Asiáticas e na Conferência dos Neutralistas, em Belgrado, em Dezembro de 1958, onde esteve presente Holden Roberto.

As primeiras actividades que se conhecem deste movimento em território de Angola, datam de 15 a 20 de Outubro de 1959 e localizam-se nas regiões de Nôqui, Bembe, S. Salvador e Buela, com distribuição e afixação simultânea de panfletos subversivos, escritos em francês e inglês, quioco e quimbundo e emissões da Rádio Leopoldville, transmitindo noticiários subversivos, em francês, português e dialectos indígenas de Angola, em que intervieram Holden Roberto e Conceição Neto.

A ABAKO, em meados de 1960, encerrou os escritórios da UPA e proibiu as suas actividades por recear, como movimento regionalista, que os seus interesses no Congo Português fossem prejudicados. Em fins de 1960, porém, a UPA recomeçou as suas actividades naquele país, por autorização do governo congolês.

Os elementos da UPA vangloriaram-se com a proeza de Henrique Galvão, no caso do rapto do paquete Santa Maria, proclamando que "estava quase".

Em Fevereiro de 1961 surgiram divergências no partido. Barros Nekaka, tio de Holden e fundador da UPA, diz nada querer com o comunismo. Os dirigentes da UPA não abdicam do espírito tribal, dando origem a outras divergências, ao nomearem para altos cargos apenas os naturais de S. Salvador.

Em 15 de Março de 1961, certamente para não se deixar ultrapassar pelo MPLA, inicia a guerrilha e o terrorismo em Angola, com os massacres do Quitexe.

Depois de uma reunião em Leopoldville do "*Estado Maior da UPA*", em Maio de 1961, Holden Roberto informou que tencionava ir a Angola, a fim de levantar o moral de "*cinquenta mil guerrilheiros sob as suas ordens*". Holden arvorava-se em Comandante-Chefe do Exército de Libertação, mas o MPLA reagiu e, em conferência de imprensa, ridicularizou-o pela sua ambição e despropósito, quanto ao número de guerrilheiros mencionado.

Em Outubro de 1961 começa a constar que a UPA estava completamente desacreditada em algumas regiões onde até então dominava a sua influência, sendo ultrapassada pelo MPLA.

Nas várias tentativas do MPLA e da ALIAZO para a formação de uma Frente Única, a UPA não aderiu, devido à oposição de Holden e ao seu receio de ser colocado em segundo plano, naquela "Frente".

Em Novembro de 1961, o Comité Director da UPA é objecto de séria transformação, passando a ser constituído por: Presidente, Holden Roberto; 1.º Vice-Presidente, Rosário Neto; 2.º Vice-Presidente, Alexandre Taty; Secretário Administrativo, Jonas Savimbi; Director do Bureau Político, José Liahuca; Tesoureiro Geral, Maurice Ndombele; Secretário Cultural, Pedro Sobrinho; Secretário para os Assuntos Especiais, Eduardo Pinock e Secretário para Questões Sociais, Borralho Lulendo.

Holden Roberto persiste na sua política de violência pelas armas contra a soberania portuguesa e a opor-se sempre *"a uma frente comum puramente política de todos os movimentos subversivos"* e só a admitir *"uma soma de forças combatentes, aliadas numa única frente de batalha anti-colonialista"*.



Emblema da UPA

MPLA

O MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola teria sido fundado em meados de 1960, parecendo constituir então um agrupamento da FRAIN, dado que alguns dos seus dirigentes eram conhecidos elementos deste movimento.

É difícil saber se teria nascido de movimentos anteriores, ou se estes não eram mais do que os primeiros ensaios do MPLA.

Em publicações do MPLA, de 1972, este Movimento faz remontar a sua origem a alguns anos antes, nos seguintes termos⁽⁷³⁾: "...A luta pela libertação nacional de Angola, vem na sequência de uma tradição de resistência à penetração estrangeira. A memória colectiva do povo tem exemplos históricos de heróis em Bula Matadi, Ngola Kiluanje, Njinde Mbandi, Hamavoko, Ekwikwi, Mutu ya Kvela, Mwachisenge, Colobata, Mwe Miando e Mandume. Contudo foi só na 2.^a década do Séc. XX que um grupo de intelectuais – entre os quais Silvério Ferreira, Paixão Franco, Cordeiro da Matta e Assis Junior – usaram, pela primeira vez, a palavra escrita para condenar o colonialismo e são eles quem está na linha directa dos movimentos nacionalistas modernos".

Mas é só após a 2.^a Guerra Mundial, e especialmente em 1953, com a formação dos primeiros partidos políticos na clandestinidade, que a vida política em Angola se agitou. Os primeiros partidos clandestinos formaram-se naquele ano.

O "*Movimento Popular para a Libertação de Angola*" (MPLA) fundado em Dezembro de 1956, emergiu de grupos políticos clandestinos como o "*Partido para a Unidade da Luta de Angola*" (PULA) e o Movimento da Independência de Angola (MIA)⁽⁷⁴⁾.

Mais tarde, em 1958, outra organização, o "*Movimento para a Independência Nacional de Angola 'MINA'*", juntou-se também ao MPLA. Desde o início que o MPLA foi uma organização activa de massas, nas cidades e no campo. Mas, em 1957, a PIDE, polícia fascista, foi reforçada em Angola e, em

(73) "Revolution in Angola", by members of the Liberation Front, Merlin Press, London, 1972, publicação que começa por uma dedicatória ao "Comandante Henda, filho de Angola e figura heróica do MPLA".

(74) O MIA, com a designação de MPIA (Movimento para a Independência de Angola) constituiu-se, segundo as nossas informações, em 1959. Descoberto e desmantelado, alguns dos seus elementos passaram a constituir uma célula do MPLA –, em Luanda – que foi detectada em 1960.

No MPLA estavam implicados entre outros, Ilídio Machado, Higino de Sousa, Mário Pinto de Andrade.

29 de Marco de 1959, prendeu dezenas de nacionalistas bem como inúmeros suspeitos...”.

O MPLA induz assim a ideia de que se constituiu em 1956 mas, se a sua publicação contribui para conhecer um pouco melhor os antecedentes políticos da luta que se iniciou em 1961, a verdade é que só apareceu claramente em actividade em Angola no ano de 1960.

No mesmo documento diz ainda que, em Julho de 1959, se verificou uma onda de prisões que muito afectou o MPLA, uma vez que foram detidos o chefe, Ilídio Machado e que, em Junho de 1960, o Dr. Agostinho Neto, Presidente Honorário do MPLA, foi igualmente preso em Luanda. Esta prisão teria levado a fortes protestos por parte da população de Icolo e Bengo, a povoação do seu nascimento, que originaram activa repressão das autoridades portuguesas, que o MPLA denominava de *“Massacre de Icolo e Bengo”*. Em 25 de Julho, o novo Presidente Honorário, o Reverendo Pinto de Andrade, teria sido também aprisionado. O MPLA diz ainda ter havido uma grande repressão em todo este período de que resultou a prisão de mais nacionalistas, o que constituiu uma decapitação do Movimento.

Há que pôr fortes reservas sobre a existência de um MPLA com algum significado em 1956 pois este documento, procura claramente concluir que é o único movimento a representar o povo angolano, para o que a questão da sua antiguidade, ainda que forçada, serve os seus propósitos, por exemplo perante a UPA.

Uma publicação recente. *“MPLA – Um Movimento Polémico”*, cujo autor é Carlos Pacheco – editada em Lisboa em 1997, afirma que o MPLA nasceu em Tunis, em 31 de Janeiro de 1960, na sequência dos trabalhos da II Conferência do *“All African Peoples”*, em conjunto com a FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas).

O MPLA, que sucedeu ao MAC (Movimento Anticolonialista) instalou o seu quartel general em Conakry, na República da Guiné, no qual trabalhavam Viriato da Cruz, Azancourt de Menezes, que cedeu a sua casa a Mário de Andrade e Lúcio Lara.

Manuel Pedro Pacavira, que em Luanda integrava o MINA (Movimento para a Independência Nacional de Angola), que fora a Conakry a pedido da direcção do MPLA, regressa a Luanda em 05Maio60 onde, na segunda semana desse mês, se reúne com outros elementos e com a presença de Agostinho Neto, tendo ficado decidido que o Movimento que até ali existia em Luanda – o MINA – passaria a chamar-se MPLA, em ligação e na dependência do núcleo dirigente já instalado em Conakry. Aliás, nesse período, segundo o autor citado, o MPLA, com a direcção em Conakry, tinha apenas uma meia dúzia de diri-

gentes em Luanda. Depois da reunião referida, na segunda semana de Maio, foram presos 36 indivíduos, a partir de 07 e 08 de Junho, nomeadamente os dirigentes Eça de Queirós, Mário Arsénio, Manuel Pedro Pacavira, Adolfo João Pedro, Cândido Costa, Joaquim Silas e Agostinho Neto.

Este Movimento foi constituído com a finalidade de obter a liquidação urgente da dominação portuguesa em Angola, através dos seguintes pressupostos:

- reconhecimento solene e imediato do povo angolano à auto-determinação;
- amnistia total e incondicional e também libertação imediata de todos os presos políticos;
- estabelecimento das liberdades públicas;
- retirada imediata das forças armadas portuguesas e liquidação imediata das bases militares existentes em território angolano;
- convocação, de uma mesa redonda formada por representantes de todos os partidos políticos angolanos e por representantes do governo português, com vista à solução pacífica do problema colonial de Angola.

No 1.º trimestre de 1960, o MPLA exerceu acção subversiva na região compreendida entre Luanda, Catete e Quiçama e, a partir desse período, estabeleceu-se em Leopoldville e Conakry, onde fixou base, passando a actuar por meio de agentes e propaganda noutras áreas da Província.

Tinha como dirigentes, em Luanda, o padre negro Joaquim da Rocha Pinto de Andrade, irmão de Mário Pinto de Andrade, ambos presos em Luanda em Julho de 1960 e como chefe o Dr. Agostinho Neto, licenciado em medicina por Lisboa, também negro, condenado por actividades comunistas, em Julho de 1960 e mantido preso em Cabo Verde.

No Congo ex-belga e na Guiné (Conakry), estavam como verdadeiros dirigentes, os elementos da FRAIN: Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, presidente do MPLA, Lúcio Lara, autor da maioria dos panfletos, exortações e directivas do Movimento, Amílcar Cabral e Hugo Menezes.

A organização do partido assentava em células e, de um modo geral, assemelhava-se à FRAIN e, tal como esta, era dotada de alguns quadros de nível universitário. O MPLA tinha fortes ligações com o comunismo em virtude de provir da FRAIN, organização subsidiada pelo comunismo internacional que actuava no sentido de conseguir uma "*Frente Comum dos*



Emblema do MPLA

Partidos Políticos de Angola", para apresentar, perante a ONU, as reivindicações do povo angolano, por intermédio de um partido único.

Em Novembro de 1960, o MPLA aliou-se com a UPA, a ALIAZO e a AREC na "*Frente Comum dos Partidos Políticos Angolanos*", (FCPPA), com sede em Leopoldville, agrupamento que foi de curta duração, pelo afastamento da UPA.

As suas primeiras actividades em Angola foram detectadas no primeiro semestre de 1960, sob a forma de uma reunião em Catete, no decorrer da qual a assistência era incitada a revoltar-se contra os brancos. A sua propaganda fazia-se através da imprensa estrangeira, em especial a congoleza, por panfletos subversivos, envio de memorandos à ONU e pela Rádio Leopoldville. Fez-se representar nas Conferências Pan-Africanas e Afro-Asiáticas e na Conferência dos Neutralistas, em Belgrado.

Segundo declarações de 30 de Outubro de 1961, de Pinto de Andrade, os ataques de 04 de Fevereiro de 1961⁽⁷⁵⁾ às prisões militares e civis de Luanda foram dirigidas pelo MPLA, com o fim de libertar os presos detidos desde Março de 1959, "*organizando*" em seguida os trabalhadores empregados nas plantações da Baixa de Cassange⁽⁷⁶⁾.

Um comunicado do MPLA de Junho de 1961 faz um resumo das actividades das suas "*milícias*" que, ainda em período de organização, dizia estarem ao lado do povo em armas e distribuídas um pouco por todo o lado, numa área de 100.000 Km², procurando por todos os meios "*unificar a acção de todos os patriotas em luta*".

Nas suas reuniões não é poupada a UPA, Movimento que desde o início se revela em oposição à sua estratégia da frente comum e se constituirá como sua adversária, mais poderosa e melhor implantada em todo o Norte de Angola.

ALIAZO

A ALIAZO – Aliança dos Naturais de Maquela do Zombo, que englobava o grupo étnico dos Zombas, do grupo Kikongo, foi constituída em fins de 1960, pensando-se que, com elementos provenientes da UPA, para aliar os negros daquele grupo. Embora se insurgisse contra o regionalismo,

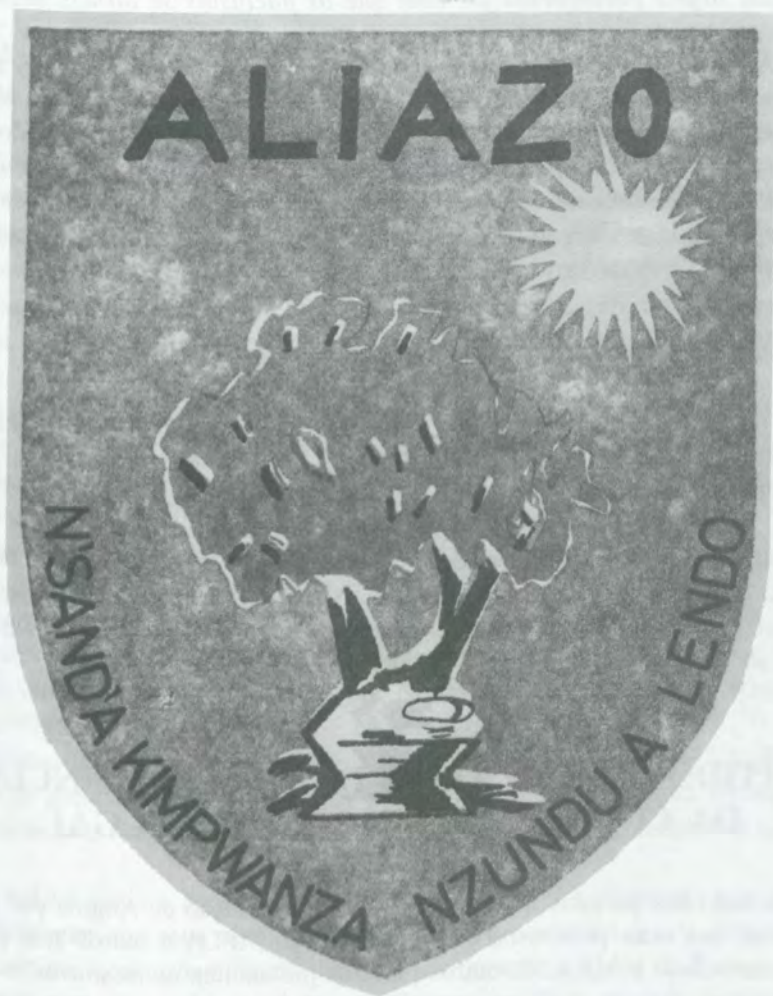
(75) Ver capítulo "Luanda, 04 de Fevereiro de 1961 – Os Assaltos", pág. 155.

(76) A ligação do MPLA aos ataques de 04 de Fevereiro de 1961 e aos acontecimentos da Baixa de Cassange não está provada, pelo que são de considerar estas declarações de Pinto de Andrade como uma tentativa de "elevar" o nome do seu partido. Ver capítulo sobre "Os Acontecimentos da Baixa do Cassange", pág. 145.

a ALIAZO visava a união dos povos Bazombos invocando, tal como a UPA e o MPLA, a unidade africana, propondo a constituição de um partido único capaz de impor a sua vontade forte e apelando à elite intelectual dos natu-
rais do Zombo.

Tinha como dirigentes André Massaki e Antoine Matumona.

Na sua propaganda aludia frequentemente a invocações religiosas como “criador supremo Pai de todos nós”, “Voz de Deus”, “Deus misericordi-
oso”, mas era nítida a sua filiação comunista. O seu objectivo nos panfle-



Emblema da ALIAZO

tos, inclusivamente no panfleto de apresentação, era confusamente expresso, ficando sempre pouco claro se pretendia lutar pela independência de Angola, se pela dos Distritos do Zaire e Uige, a que chamava Província do Kongo.

Tal como a UPA, a ALIAZO manifestou o seu agradecimento a Tchitchele, ministro da República do Congo, pela sua defesa na ONU da independência de Angola. Os seus dirigentes visitaram alguns países ocidentais procurando apoio e, em Londres, manifestaram o seu reconhecimento pelo que deviam à *"Sociedade Baptista Britânica"*, em cuja sede foram recebidos, afirmando que *"a acção das tropas portuguesas faz com que os pacifistas se tornem activos e peguem em armas"*.

A ALIAZO sempre manifestou tendência para a união de todos os movimentos emancipalistas, correspondendo prontamente aos vários apelos do MPLA tendentes a conseguir essa união e insurgindo-se contra a UPA, acusando-a de fingir sempre ignorar que em Angola havia outros partidos nacionalistas. Com uma acção muito limitada e sem expressão, circunscrita à região de Maquela do Zombo, onde a UPA se lhe sobrepunha, a ALIAZO cedo desapareceu da cena política de Angola.

UNITA

A UNITA – União para a Independência Total de Angola, foi criada por Jonas Savimbi em 13 de Março de 1966, na Zâmbia (Moxico/Muangai).

Este Movimento resulta da dissidência de vários elementos da FNLA, nomeadamente Savimbi que saiu em Julho de 1964, abandonando o lugar correspondente a "ministro dos negócios estrangeiros", no Gabinete de Holden Roberto em Kinshasa, no que foi seguido por vários outros elementos em desacordo com a orientação política do movimento de Holden, a quem acusavam de estar ao serviço dos norte-americanos.

PARTIDOS DEFENSORES DA NÃO VIOLÊNCIA E DA COLABORAÇÃO COM PORTUGAL

Ao lado dos partidos que preconizavam a libertação de Angola por meios violentos, uns mais poderosos como a UPA e o MPLA e outros sem grande expressão, como a ALIAZO, outros partidos pretendiam conseguir os mesmos objectivos através do diálogo e mesmo através da colaboração com Portugal: MDIA – Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola; NGWIZACO –

Associação dos Naturais do Congo Português; NTO BAKO – Aliança dos Bakongos e PDA – Partido Democrático de Angola.

Se o MDIA e o NGWIZACO revelaram uma acção prática diminuta e muito regionalista e se ficaram muito pelo campo da propaganda e das ideias, a NTO BAKO adquiriu especial notoriedade no final do ano de 1961. Todos eles, porém, impõem uma referência quando se abordam os partidos emancipalistas que surgiram no Congo Leo no final da época de 50 e, mais concretamente, no ano de 1960, por serem parte importante da chamada “*questão de Angola*”.

MDIA

O MDIA – Movimento Democrático para a Independência de Angola, constituiu-se em Março de 1961 para actuar em toda a Província de Angola e em todos os países onde “... *existirem centros dependentes do Congo Português...*”. Surge como movimento fundado por um grupo dissidente da UPA, onde a notícia da sua constituição teve forte ressonância, ingressando nele elementos dirigentes da “JUPA” – Juventude da União dos Povos de Angola, que se haviam demitido desta organização juvenil daquele movimento.

O MDIA propôs-se estudar a forma de construir o país do Congo Português, numa base de cooperação com os portugueses e pretendia a formação de quadros para o seu novo país, admitindo todo o auxílio proveniente de países não comunistas. Propunha-se ainda fazer regressar todos os núcleos do Congo Português a viver no estrangeiro a fim de, conjuntamente com os portugueses e numa base de paz, defenderem os interesses e direitos dos naturais de Angola, quaisquer que eles fossem.

Eram dirigentes deste movimento Simon Diallo, (Presidente Geral), Pierre M'Bala, Nteka Pierre, Mendes François, Ndombele Bernard, Sousa André, Manuel de Guimarães, Eloi da Silva e Mumba André.

Receou-se, na época, que o ingresso dos elementos da “JUPA” no MDIA fosse um pretexto para os mesmos poderem entrar em Angola livremente, sabendo-se que vinham de um partido incitador de métodos violentos e subversivos.

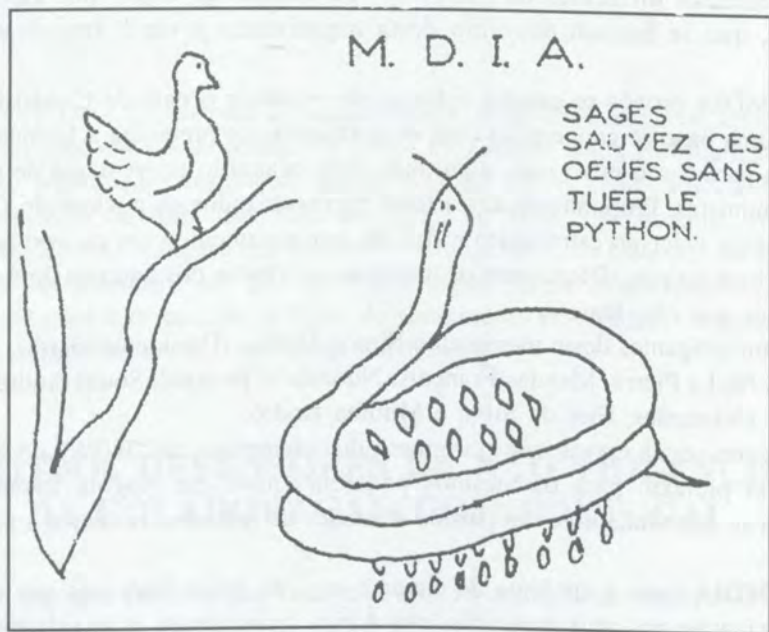
O MDIA fazia a apologia do sistema seguido pelos franceses que deram a emancipação aos seus territórios em África, procurando o seu desenvolvimento rápido, com ordem, numa base de cooperação e ajuda da França e fez um apelo para que todos ajudassem a formar quadros, mas de âmbito não comunista.

Em Julho de 1961, Jean Pierre M'Bala veio a Lisboa para conseguir uma solução pacífica para Angola. Em 13 de Agosto de 1961 promove uma reunião em Leopoldville onde estiveram presentes cerca de sete mil pessoas, tendo M'Bala afirmado aos seus correligionários e assistentes que a política portuguesa em Angola iria sofrer modificações profundas com a revogação do estatuto indígena, o que traria melhores perspectivas para o futuro dos naturais de Angola.

Em Setembro de 1961, um grupo do MDIA, composto por M'Bala, Alberto Matundu, Simon Mingiedi, Michel Lusweki e Philippe Mingiedi esteve em Luanda para conversações. Em telegrama do Subsecretário da Administração para o Governo Geral de Angola refere-se "*... julgo que o nosso embaixador em Leopoldville tenha posto V. Exa. ao corrente da conversa havida com o representante do MDIA. Agradeço parecer V. Exa. quanto à pretensão do Secretário Geral do MDIA de se instalar em Luanda sob o pretexto auxílio ao regresso de refugiados*"⁽⁷⁷⁾.

Havia, assim, relações entre o MDIA e as nossas autoridades.

Em Setembro, Jean Pierre M'Bala vai a Lisboa ao mesmo tempo que o MDIA comunica a abertura do escritório em Leopoldville e pede aos benefi-



Emblema do MDIA

(77) Telegrama em arquivo.

ciados pelas bolsas de estudos que se apresentem com urgência naquele escritório, sendo a saída para Lisboa em 15 de Outubro de 1961, o que realmente veio a suceder. Em Outubro de 1961 encontrava-se já um grupo de 11 jovens do MDIA a estagiar em diversos ministérios como bolseiros do governo português.

Uma análise do desenvolvimento das actividades políticas deste Movimento levou a considerá-lo em aspectos diferentes dos que oficialmente evidenciava. O MDIA nunca se mostrou como um movimento político de grandes massas, mas limitado a um grupo de dirigentes.

Dos seus comunicados iniciais depreende-se um certo regionalismo distinguindo "o Congo Português", de Angola, embora se refira ao conjunto como "a sua terra".

Numa "circular para todos os adeptos da MDIA" de 13 de Fevereiro de 1963, tende a aproximar-se mais de um movimento político fautor de uma guerra revolucionária, procurando impressionar as massas e em especial os refugiados com uma simbiose de política pura e místico - religiosa e de ódio ao "dominador".

A sua importância veio a revelar-se fictícia, desaparecendo naturalmente da cena política de Angola, face ao evoluir da guerra.

NGWIZACO

A NGWIZACO – Associação dos Naturais do Congo Português, foi constituída em 1960, com a finalidade de restabelecer o antigo Reino do Congo e julga-se ter tido origem na Liga Nacional dos Maxicongos, fundada em Boma em 1955, a fim de poder intervir na sucessão de D. Pedro VII, Rei do Congo.

Tinha como dirigentes José Bernardo dos Santos, presidente e director da ABAKO em Boma, Feliciano dos Santos, Navinga António, Bida da Costa, Eduardo Kiano, Garcia dos Santos, Felix dos Santos, Augusto Azevedo, Anselmo Mendes, João da Fama e Garcia Monteiro Henriques.

Segundo declarações feitas numa conferência de Imprensa, por um dos responsáveis por este movimento⁽⁷⁸⁾ *"...A NGWIZACO é um movimento político agrupando no seu seio os refugiados do Congo de expressão portuguesa. O objectivo que visa este movimento é promover a melhoria dos valores humanos e a emancipação política deste povo e tem por tema "A independência pela não-violência ou negociações".*

(78) Superintrep n.º 2, QG/RMA, 1960.

A NGWIZACO que era, de facto, um dos movimentos mais moderados existentes em Angola, pretendia colaborar com Portugal e exercer a sua actividade à margem dos outros.

Em meados de 1960 inicia uma intensa propaganda contra a UPA, em virtude deste Movimento pretender absorver áreas onde a NGWIZACO queria desenvolver a sua própria propaganda.

Em Novembro de 1961 apareceu na imprensa congoleza um comunicado deste Partido dizendo que fora revogado o seu Comité Directivo, devido a "*mal entendidos entre os membros do partido*".

Partido pequeno, sem grande expressão, sem actividades dignas de grandes referências e muito localizado às áreas limítrofes de S. Salvador, cedo deixou, praticamente, de existir.



NEGWIZANI A KONGO - COMBINAÇÃO DOS CONGOLESES

Emblema da NGWIZACO

NTO BAKO

A NTO BAKO – Aliança dos Bokongos (Os Bakongos de Angola), partido esboçado em Outubro de 1960, só foi definitivamente constituído, no Congo ex-belga, em Dezembro deste ano, tendo os seus estatutos sido entregues ao embaixador de Portugal em Leopoldville em 22 de Dezembro de 1960. Este movimento foi fundado por alguns dos chefes da ABAKO que teriam em vista a região Norte de Angola, o que parece ser confirmado pelo nome, designação e origem étnica dos seus dirigentes.

Era liderado por Angelino Alberto, natural da Damba, nascido em 1936, que fora ajudante de mecânico na Administração da Damba e exercia o cargo de Presidente Geral e tinha como colaboradores um Vice-Presidente – Francisco Tomás, um Secretário-Adjunto – Munthsila Simon, Alberto da Cruz, como assistente e Manuel Bunga, como 1.º Conselheiro.

A NTO BAKO apresentava um programa numa base de cooperação com os portugueses, integrada na nossa soberania, fazendo parte de um grupo de três partidos – NTO BAKO, MDIA e NGWIZACO- que pretendia cooperar estreitamente com as nossas autoridades. Os seus dirigentes manifestaram simpatia profunda por Kasavubu, do Congo ex-Belga, que consideravam pró-ocidental, mas dominado por Jizenga, também político do Congo, com ideias marxistas.

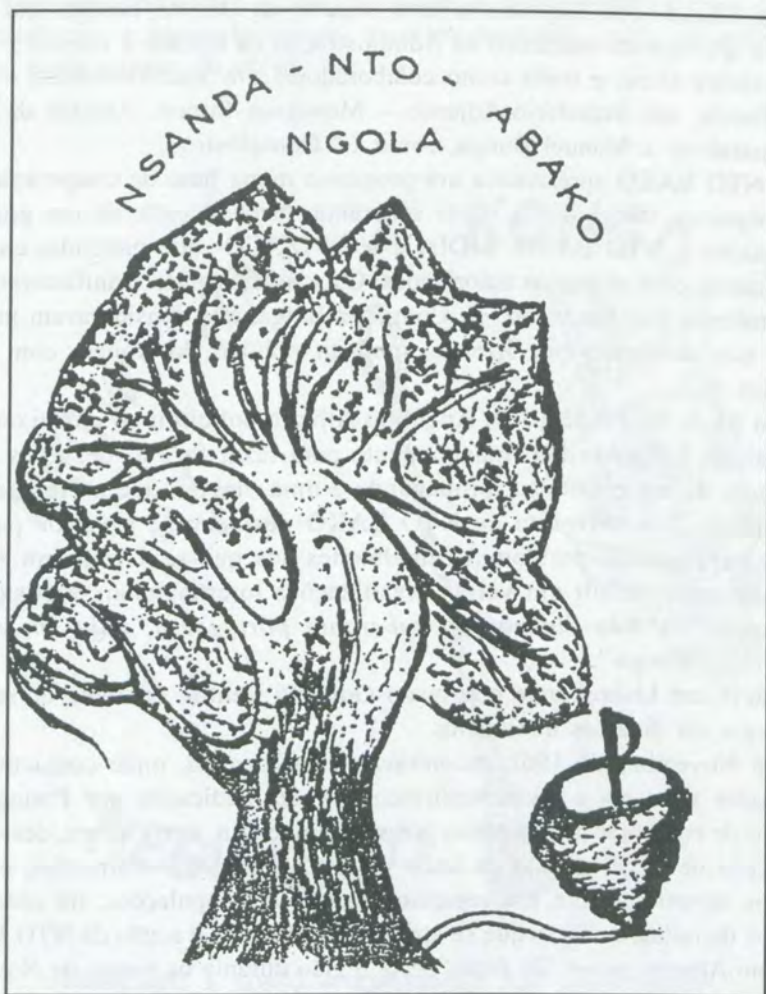
Em 21 de Junho de 1961, Angelino Alberto solicitou ao embaixador de Portugal em Leopoldville, financiamento para fazer face às despesas com a montagem de um escritório, propaganda e uma viagem que pretendia fazer ao Dahomé. Este dirigente da NTO BAKO deslocou-se a vários países e regiões para estudar problemas semelhantes aos que se viviam em Angola e também para definir em várias organizações internacionais a posição do seu partido – *“Não abdicar da soberania portuguesa, haja em vista o exemplo do Congo”*.

Esteve em Lisboa onde obteve do Governo Central quarenta bolsas para estagiários em diversos ministérios.

Em Novembro de 1961 encontrava-se em Luanda, onde contactou com autoridades militares e civis, reafirmando a sua dedicação por Portugal e a intenção de colaborar com o nosso governo. Pretendia, nessa altura, deslocar-se ao Distrito de Uíge, a leste da linha geral Cuimba-Nova Caipemba, onde se verificou repentinamente um regresso maciço das populações, na ordem das centenas de milhares, facto que se atribuiu à influência e acção da NTO BAKO. Angelino Alberto esteve, de facto, nesta região durante os meses de Novembro e Dezembro, percorrendo e falando com as populações que parecia aceitarem bem a sua influência. Junto desses povos tentou conseguir elementos de propa-

ganda que penetrassem a Oeste da referida linha geral, cujas populações se encontravam ainda sob a influência da UPA.

Posteriormente, este partido, pequeno e equilibrado mas que se veio a revelar de grande importância para a acalmia que passou a verificar-se na zona da sua influência, deixou de exercer actividades de relevo e, praticamente, desapareceu.



Emblema da NTO BAKO

PDA

O PDA – Partido Democrático Angolano, designação adoptada em 29 de Janeiro de 1962, teve origem remota na Association Mutuelle des Ressortissants de Zombo – ASSOMIZO – que, em 01 de Agosto de 1960, passou a designar-se por Aliança dos Naturais do Zombo – ALIAZO e tinha sede em Leopoldville. Embora se manifestasse contrário ao regionalismo, procurava englobar o grupo étnico Bazombo Maquela, Damba, Sanza Pombo e tendo ultrapassado, posteriormente, esta contradição tornou-se partidário de uma independência de Angola enquadrada no emancipalismo geral africano, preconizando um sistema federativo, baseado na criação de um Partido Nacional pela união de todos os movimentos ou partidos políticos regionais, que manteriam as suas zonas de influência. Muito embora considerando que “a violência só pode ser considerada como último recurso” incitava a uma aparente submissão de modo a passar despercebida a sua actividade até que a “palavra de ordem decisiva seja dada”.

O PDA manifestava-se impregnado de forte substrato religioso que lhe era dado, quer pelas estreitas ligações que mantinha com a Sociedade Baptista Britânica, quer pela influência do Tocoísmo e do Kimbangismo⁽⁷⁹⁾.

Desenvolveu, entretanto, intensa actividade política, tanto no âmbito interno como no externo, sendo de destacar o apelo que dirigiu, em Outubro de 1960, à Comissão de Curadorias da ONU, as viagens de dirigentes seus em Setembro de 1961 à Europa e particularmente a Londres, onde manifestaram o seu reconhecimento pelo que deviam à Sociedade Baptista Britânica, em cuja sede foram recebidos, em Novembro do mesmo ano, aos EUA, Canadá, Inglaterra, Itália e França e as campanhas de propaganda e aliciamento levada a efeito junto dos refugiados.

A partir de Março de 1962, data que constituiu com a UPA, a FNLA – “Frente Nacional da Libertação de Angola”, da qual veio a resultar o GRAE – “Governo da República Angolana no Exílio”, passou a poder considerar-se a sua actividade integrada na FNLA e ELNA – “Exército para a Libertação Nacional de Angola”, extinguindo-se como partido.

(79) Ver capítulo “Seitas Religiosas”, pág. 103.

PARTIDOS EMANCIPALISTAS DE CABINDA NUM QUADRO DE NÃO VIOLÊNCIA

AREC-MLEC

À data do início da subversão activa em Angola, e em relação a Cabinda, apenas existia a “AREC – Association des Ressortissants de L'Enclave de Cabinda” – (Associação dos Originários do Enclave de Cabinda), fundada em 1958, em Leopoldville, pela colónia cabindense ali radicada.

A soberania portuguesa sobre o território de Cabinda, separado geograficamente de Angola, tinha origem numa forma de protectorado que os povos Cabindas, voluntariamente, tinham solicitado, em 1885, praticamente nas vésperas da Conferência de Berlim, a qual estabeleceu a partilha de África e inaugurou um novo direito ultramarino: o da ocupação efectiva.

Antecipando-se ao perigo que corriam de serem absorvidos e, conhecendo os portugueses de longa data, o Rei de Cabinda, príncipes, barões e os demais notáveis do território, na emergência, recorreram a Portugal, com quem assinaram o Tratado de Simulambuco, em 01 de Fevereiro de 1885.

O Governo, todos os anos fazia reviver o espírito dessa protecção através da presença em Cabinda, do Governador Geral de Angola, por ocasião das comemorações do tratado.

O preâmbulo do tratado, pouco conhecido, é perfeitamente esclarecedor dos laços que os Cabindas pretendiam então estabelecer com Portugal e dos motivos que os levaram a esse gesto, pelo que se julga oportuna a sua transcrição:

“...Nós, abaixo assinados príncipes governadores de Cabinda, sabendo que na Europa se trata de resolver, em conferência de embaixadores de diferentes potências, questões que directamente dizem respeito aos territórios da Costa Ocidental de África, e, por conseguinte, ao destino dos seus povos, aproveitamos a estada neste porto da corveta portuguesa “Rainha de Portugal”, a fim de, em nossos nomes e no dos povos que governamos, pedirmos ao seu comandante, como delegado do Governo de Sua Majestade Fidelíssima, para fazermos e concordarmos num tratado pelo qual fiquemos sob o protectorado de Portugal, tornando-nos, de facto, súbditos da coroa portuguesa, como já o éramos por hábitos e relações de amizade. E, portanto, sendo de nossa inteira, livre e plena vontade que de futuro entremos nos domínios da coroa portuguesa para aceder aos nossos desejos e dos povos que governamos, determinado o dia, onde, em sessão solene, se há-de assinar o tratado que nos coloque sob protecção da bandeira de Portugal”.

Os dirigentes da AREC, de que se destacavam Luís Rank Frank (Presidente), João Francisco Quintão, José Cândido Ramos, João Púcuta, José Puna e Telo Geraldo que eram, em grande parte, descendentes da nobreza indígena à data do Tratado de Simulambuco, consideravam Cabinda um protectorado de Portugal, que nada tinha com a luta que os movimentos emancipalistas de Angola haviam encetado neste território.

Em 12 de Agosto de 1960, a AREC dirigiu uma carta ao Presidente do Conselho e ao Ministro do Ultramar, pedindo a independência de Cabinda e, por esta data, iniciou a sua rede clandestina de propaganda, colecta de fundos e venda de cartões.

Através do documento "*Que quer a AREC*"⁽⁸⁰⁾ a Associação declarava que pretendia pôr fim ao Tratado de Simulambuco e conquistar assim a independência de Cabinda, estabelecia um aliciante programa de realizações e pedia a todos os cabindas que "*...devam ter uma vontade inflexível de libertar o país da ocupação estrangeira a ajudar a AREC nos pagamentos e cotizações pois sem dinheiro nada se pode fazer...*".

Em Novembro de 1960, publica um comunicado em que se afirma independente em relação à UPA, à ALIAZO, NGWIZACO e MPLA, todos partidos de Angola, para onde aqueles deveriam canalizar a sua actividade⁽⁸¹⁾.

Neste mês, difundia ainda o panfleto "*Cantiga da luta pela libertação de Cabinda*"⁽⁸²⁾ que é um documento altamente virulento e convidava os cabindas a não obedecerem as autoridades portuguesas pois "*Cabinda é para os Cabindas...*".

*"Cabindianos não chamem mais os Portugueses: Senhores, Senhores!
Cabindianos não obedeçam mais à autoridade usurpadora Lusitana!
Cabindianos não paguem mais impostos aos capangas portugueses!
Cabindianos acabaram as humilhações! Terminaram as desconsiderações!
Cabindianos em Cabinda! Portugueses em Portugal! Cada um no seu lugar!"*

Em 20 de Dezembro de 1960, a AREC distribuiu pelos domicílios de Cabinda uma carta em que expõe a sua posição perante os europeus, apontando agravos e fazendo prevenções. É o primeiro documento em que, por baixo da sigla AREC, nos aparece MLEC – Movimento de Libertação do Enclave de

(80) Reprodução em arquivo.

(81) Idem.

(82) Idem.

Cabinda, marcando assim a evolução da Associação para o nome mais sugestivo de Movimento⁽⁸³⁾.

Em fins de Dezembro de 1960 enviou um memorando ao Presidente da República, Ministro do Ultramar, Presidente do Conselho e Presidente da Assembleia Nacional, em papel selado, numa exteriorização de legalidade, reclamando não só a independência imediata e incondicional do “país” de Cabinda mas também e, principalmente, a ruptura do tratado que unia Cabinda a Portugal.

Em 01 de Fevereiro de 1961, dia das comemorações do Tratado Simulambuco, propagou o boato de que os géneros à venda nas lojas estavam envenenados, o que provocou um certo alarme, rapidamente anulado.

Em 23 de Março de 1961, após a eclosão da subversão activa em Angola, foi preso, em Cabinda, o Barão de Puna e outros elementos, em casa de quem foi encontrado muito material de propaganda.

Em 11 de Abril desse ano o MLEC publicou, no “*Courrier d'Afrique*”, um comunicado de reacção às prisões de Março, bastante exagerado e referindo “os massacres de Cabinda”, que nunca existiram.

A eclosão das actividades terroristas em Angola pela UPA não desviaram o MLEC do seu rumo pacifista.

Em 05 de Setembro de 1961 tomou posição quanto às reformas introduzidas pelo governo Português no Ultramar, considerando-as ainda demasiado favoráveis a Portugal. Este protesto foi redigido por Francisco Tiago N’Zita, um dos nomes novos do Movimento, aproveitando, segundo se julga, uma ausência de Rank Frank.

Em 15 de Novembro de 1961, apareceram em Cabinda três prospectos do MLEC, nitidamente anti-portugueses – os Princípios do Programa do MLEC e outros, onde o Movimento reconhece o dever de se anexar Cabinda a um outro país a escolher pelo povo. O Comité Directivo do MLEC não sancionou estes panfletos que, no entanto, reflectem duas linhas divergentes quanto ao destino de Cabinda – país independente ou anexado a um dos Congos, o ex-belga (Leopoldville), ou o ex-francês (Brazzaville).

Em 24 de Novembro, o MLEC remeteu ao embaixador de Portugal no Congo ex-belga, para que o fizesse seguir para Portugal, “o Plano-Quadro do MLEC”, onde se declara uma vontade de manter a amizade com Portugal, uma política de não violência e pedindo que o MLEC fosse recebido pelo governo português.

(83) Idem.

Em Dezembro de 1961, Tiago N'Zita é expulso do Movimento e deixou de estar autorizado a falar em seu nome, abrindo-se assim caminho à formação de outro partido por esta personalidade.

Em 02 de Fevereiro de 1962 o MLEC publicou, no "Courrier d'Afrique"⁽⁸⁴⁾ um texto resposta a um outro de 30 de Janeiro de 1962, de um cabinda, e ali defendeu a sua tese de que Cabinda devia ser independente como Andorra, Mónaco ou S. Marino, por meios pacíficos, sem ruptura brutal com Portugal e concluindo que não se devia unir a qualquer dos Congos.

Em Maio de 1962, o MLEC declara "ignorar" a propaganda do GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio – e incita os Cabindas a não colaborar com ele.

Em 21 de Outubro de 1962, apela a todos os chefes políticos de Angola para não recorrerem a violência e, nesse mesmo mês, dirige um telegrama ao Ministro do Ultramar acerca da revisão da Lei Orgânica do Ultramar, rejeitando todas as reformas e exigindo a total e imediata independência do "protectorado" de Cabinda.

Em Abril de 1963, une-se à CAUNC e à ALIANZA, para fundarem a FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda.

A profusão de documentos existentes sobre a AREC/MLEC, motivada pela concentração das acções num espaço pequeno como é o de Cabinda, e na via de entendimento com Portugal, o que não sucede com outros movimentos mais importantes, torna mais clara a compreensão dos seus objectivos.

A AREC originou o MLEC, que lhe sucede muito naturalmente e com ele se identificou no modo como pretendiam resolver o "problema de Cabinda".

O orgulho e o espírito de corpo do povo de Cabinda, que são indismensuráveis, e o culto que mantêm pelos seus antepassados, bem patentes no modo carinhoso como os "velhos" do povo são tratados, muitos deles denominados de "pai", explicam o facto de, numa época como em 1961, a AREC não negar os compromissos assumidos pelos avós, embora contrários as suas aspirações de então e o facto de não se querer ligar Cabinda a Angola nesta questão.

Desconhece-se como em Março/Abril de 1961, N'Zita surge no Comité Director da MLEC. Sabe-se que entrou após as prisões feitas pelas nossas autoridades, a que já se aludiu, mas é difícil perceber como aparece numa posição de destaque que lhe deu a possibilidade de manifestar atitudes contrárias ao espírito do MLEC que, pouco depois, começou a tomar. Na época havia variados indícios provenientes de diversas fontes que indicavam ser N'Zita cunhado de Patrice Lumumba, ligação que lhe dava apoios e explica o facto de advogar ideias da integração de Cabinda no Congo ex-Belga. Pensou-se então

(84) Idem.

que N'Zita poderia ter sido imposto à MLEC pelo governo do Congo Leo em troca de facilidades a este Movimento, a fim de destruir a unidade de Cabinda e facilitar a anexação do Enclave por este país, mas isso não foi confirmado.

Tiago N'Zita, expulso do MLEC em Dezembro de 1961, fundou a CAUNC – Comissão de Acção da União Nacional dos Cabindas que, provavelmente, já tinha organizado, mesmo antes da sua expulsão, uma vez que, em 25 de Novembro de 1961, fez um discurso aludindo já à CAUNC.

CAUNC-FLEC

Em 13 de Janeiro de 1962, a “Presence Congolaise” publica um comunicado da CAUNC assinado por, Tiago Faustino Capita, Sebastião de Ascensão Filipe, Titi Edmond, Henrique Tiago N'Zita, Luis Filipe Wilson e Pascoal S. N'Gasso, em que protestava contra a atitude do MLEC em estabelecer conversações com o governo português e, em 13 de Fevereiro de 1962, a CAUNC envia a Cyrille Adoula, 1.º Ministro do Congo ex-Belga, uma petição em nome dos representantes do Povo de Cabinda, pedindo àquele governo que tomasse medidas contra o MLEC.

Em declarações públicas N'Zita, que sempre foi apelidado de extremista, afirma que a CAUNC pretende lutar pela unificação dos Cabindas e a sua integração na grande família do Congo, pela abolição dos tratados com Portugal, pela separação dos problemas de Cabinda da questão de Angola e declara-se não hostil à formação de uma frente comum com o MLEC.

Em Março de 1962, publica um comunicado em que preconiza a realização de um referendo em que os Cabindas se pronunciariam para se saber a qual dos países africanos Cabinda se deveria unir, adiantando ser de opinião que deveria ser ao Congo ex-belga.

Estas ideias da CAUNC, profundamente divergentes das do MLEC, que N'Zita pretendeu sempre comprometer dizendo estar aquele movimento desligado dos verdadeiros interesses de Cabinda, mantiveram-se até que, em 08 de Julho de 1963, acabou por se ligar exactamente à MLEC, na formação da FLEC⁽⁸⁵⁾, uma aliança bastante estranha por serem antagónicas as suas ideias, antagonismo que está mesmo na base do aparecimento da CAUNC. Pensa-se, todavia, que na constituição da Frente teria havido influência do Congo ex-belga.

Pelo interesse de que se reveste para uma perfeita compreensão das posições dos partidos de Cabinda, transcreve-se na íntegra, o Tratado de Simulambuco pelo qual os príncipes do Enclave declaram entregar-se ao protectorado de Portugal.

(85) “Frente da Libertação do Enclave de Cabinda”.

TRATADO DE SIMULAMBUCO

Guilherme Augusto de Brito Capello, capitão tenente da Armada, comandante da corveta *RAINHA DE PORTUGAL*, comendador d'Aviz e cavaleiro de várias Ordens, autorizado pelo Governo de Sua Majestade Fidelíssima, El-Rei de Portugal, satisfazendo aos desejos manifestados pelos príncipes de Cabinda, em petição devidamente por eles assinada em grande *FUNDAÇÃO*, concluiu com os referidos Príncipes, Governadores e Chefes abaixo assinados, seus sucessores e herdeiros o seguinte:

TRATADO

- Artigo 1.º – Os príncipes e mais chefes do país e seus sucessores declaram voluntariamente reconhecer a soberania de Portugal, colocando sob o protectorado desta nação todos os territórios por eles governados.
- Artigo 2.º – Portugal reconhece e confirmará todos os chefes que forem reconhecidos pelos povos segundo as suas leis e usos, prometendo-lhes auxílio e protecção.
- Artigo 3.º – Portugal obriga-se a fazer manter a integridade dos territórios colocados sob o protectorado.
- Artigo 4.º – Aos chefes do país e seus habitantes será conservado o senhorio directo das terras que lhe pertencem, podendo-as vender ou alienar, de qualquer forma, para estabelecimento de feitorias de negócios ou outras indústrias particulares, mediante o pagamento dos costumes, marcando-se duma maneira clara e precisa a área dos terrenos concedidos para evitar complicações futuras, devendo ser ratificados os contratos pelos comandantes dos navios de guerra portuguesa, ou pela autoridade em que o Governo de sua Majestade delegar os seus poderes.
- Artigo 5.º – A maior liberdade será concedida aos comerciantes de todas as nações para se estabelecerem nestes territórios, ficando o Governo português obrigado a proteger esses estabelecimentos, reservando-se o direito de proceder como julgar mais conveniente, quando se provar que se tenta destruir o domínio de Portugal nestas regiões.
- Artigo 6.º – Os príncipes e mais indígenas obrigam-se a não fazer tratados, nem ceder terrenos aos representantes de nações estrangeiras, quando essa cedência seja com carácter oficial e não com o fim mencionado no artigo 4.º.
- Artigo 7.º – Igualmente se obrigam a proteger o comércio, quer dos portugueses, quer dos estrangeiros e indígenas, não permitindo interrupções nas comunicações com o interior, e a fazer uso da sua autoridade para desembaraçar os caminhos, facilitando e protegendo as relações entre os vendedores e compradores, as missões religiosas e científicas, que se estabelecerem temporária ou permanentemente nos seus territórios, assim como o desenvolvimento da agricultura.
- § único – Obrigam-se mais a não permitir o tráfico da escravidão nos limites dos seus domínios.



Local de Simulambuco (Cabinda)

- Artigo 8.º – Toda e qualquer questão entre europeus e indígenas será resolvida sempre com a assistência do comandante do navio de guerra português que nessa ocasião estiver em possível comunicação com a terra, ou de quem estiver munido de poderes devidamente legalizados.
- Artigo 9.º – Portugal respeitará e fará respeitar os usos e costumes do país.
- Artigo 10.º – Os príncipes e governadores cedem a Portugal a propriedade inteira e completa de porções de terreno mediante o pagamento dos seus respectivos valores, afim de neles o Governo português mandar edificar os seus estabelecimentos militares, administrativos ou particulares.
- Artigo 11.º – O presente tratado, assinado pelos príncipes e chefes do país, bem como pelo capitão tenente comandante da corveta RAINHA DE PORTUGAL, começará a ter execução desde o dia da sua assinatura, não podendo contudo considerar-se definitivo senão depois de ter sido aprovado pelo Governo de Sua Majestade.

Simulambuco em Cabinda, 1 de Fevereiro de 1885.

(a) Guilherme Augusto de Brito Capello, Comandante da corveta *RAINHA DE PORTUGAL*.

+ de Neto do Príncipe Gime, vice-rei.

+ de Ibiália, mambôma do rei e representante da Regência.

+ Muanafúmo, filho do falecido rei.

+ de Mangove Dangoio Puata Puna.

+ da princesa Maria Cimbo, manbuko.

(a) Barão de Cabinda, Manuel José Puna.

+ Sambo Franque, Governador do Chinga.

+ Machimbi, mafuca Franque.

+ Mavungo Mamgombe, Governador de Samôna

(a) Manuel Bonzola Franque, Governador de Porto Rico e Mutamba.

+ Francisco R. Franque, Governador de Pernambuco e Victoria.

+ Fernando Sounca, Governador do Povo Grande.

+ Puontá Caetano, linguester de Porto Rico.

+ Manichúvula, príncipe, mambuko de Buco-Sinto.

+ King Jack, príncipe de Ponta do Táfe.

+ King Taine, príncipe da Ponta do Táfe

+ Fernando Mingas, filho do príncipe Jack do Buco-Sinto.

+ Mangóve Velho, dono do Povo Grande.

+ Filho do Príncipe Bette Jack, Governador do Caio.

+ Minissábo, Governador do Chóbo.

+ Perico Franque, linguester de Mambuko.

+ Puata Puna.

+ Luêmba Franque, irmão do príncipe Sambo, Governador do Chinga.

Este tratado foi lido e explicado em língua do país, ficando todos inteirados do seu conteúdo antes de assinarem e fazerem o sinal + (cruz) na minha presença, comigo António Nunes de Serra e Moura, aspirante do corpo de oficiais de Fazenda, servindo de secretário a este acto. (a) António Nunes de Serra e Moura, aspirante efectivo da Fazenda da Armada.

Afirmamos e juramos, sendo preciso, que as assinaturas e signas são dos indivíduos acima indicados por os conhecermos pessoalmente e os termos visto assinar neste acto.

(aa) João Puna.

João Barros Franque, filho de Francisco Franque, coronel honorário que foi.

Vicente Puna.

Guilherme Franque, filho de Francisco Franque, coronel honorário que foi.

Estiveram presentes as seguintes pessoas:

(aa) Onofre Alves de Sousa.

M.J. Correia.

J. Contreiras.

Alexandre.

Manuel António da Silva, e os oficiais da corveta *RAINHA DE PORTUGAL*.

(aa) Christiano Frederico Krusse Gomes, 1.º tenente da armada.

Eduardo Cyriaco Pacheco, 1.º tenente da armada.

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS MOVIMENTOS E PARTIDOS RELACIONADOS COM A SUBVERSÃO EM ANGOLA

Os movimentos de agitação em Angola eram muitos e variados. Todos tinham por base comum a exploração da tendência natural dos indígenas africanos de se congregarem debaixo dos mais variados pretextos, identificando-se com certo número de ideias e mitos, fetichistas, políticos ou religiosos.

Esta tendência rática foi explorada pelos chefes indígenas que, na altura, eram manobrados ou influenciados pelos grandes movimentos políticos.

Abordámos em linhas gerais o conhecimento que havia sobre os principais movimentos, em especial sobre os que podem lançar luz sobre a eclosão dos acontecimentos em 1961 e evolução da situação; todavia, eram muitos mais, com expressão social, política ou militar diferentes. Embora os mais pequenos ou regionais se tenham, na maior parte, diluído nos de maior expressão, julga-se pertinente uma referência a todos eles, o que fazemos sob a forma do quadro que se segue:

MOVIMENTOS POLÍTICOS DE ORIENTAÇÃO ANTI-PORTUGUESA

NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTITUIÇÃO
ACOA	American Comitee on Africa	Nova York	1954
CBARA	Comité Brasileiro de Auxílio aos Refugiados Angolanos	Brasil	?
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Por- tuguesas	Conakry (Guiné ex-francesa)	1960-61?
FRAIN	Frente Revolucionária Africana para a Independência das Coló- nias Portuguesas	Conakry	Fins de 1959
GRUPO DE CASABLANCA	—	Coligação Pan-Africana	Início de 1961
GRUPO DE MONRÓVIA	—	Coligação Pan-Africana	1960
MBM	Methodist Board of Missions	E.U.A.	?
MDIN	Movimento para a Defesa dos Interesses Nacionais	Congo ex-belga	1962?
MNI	Movimento Nacional Indepen- dente	Brasil-Argel	1958
PAFMECSA	Panafrican Freedom Movement for East, Central, and South África	Coligação Pan-Africana (Dar-es-Salam)	1958
UAM	União Afro-Malgache	Coligação Pan-Africana	1961
WAY	World Assembly of Youth	Associação juvenil de carácter internacional	1961?

MOVIMENTOS NÃO ANGOLANOS COM INFLUÊNCIA EM ANGOLA

NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTITUIÇÃO
ABAKO	Aliança dos Bakongos	Leopoldville (Congo ex-belga)	1953
ATCAR	Associação dos Quiocos do Congo, Angola e Rodésias	Elizabethville (Congo ex-belga)	1956
LULUA-FRÈRES	—	Tribo Lulua-Cassai (Congo ex-belga)	1926
LUA	Lunda United Association	Congo ex-belga	1963
MPRC	Movement Populaire pour la Reconstitution du Congo	Congo ex-belga	Dezembro 1961
PSA	Partido Solidário Africano	Leopoldville (Congo ex-belga)	Março 1959
RCA, FS	Rodésia, Congo, Angola, Friendly Society	Rodésia	1962
SWANU	South West Africa Nation Union	SWA	1959
SWAPO (OPO)	South West Africa Peoples Organization	SWA	1959
UNIP	United National Independence Party	Rodésia	1962?

MOVIMENTOS ANGOLANOS REGIONALISTAS

NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTI-TUIÇÃO
ALIAZO	Aliança dos Naturais de Ma-quela do Zombo	Leopoldville (Congo ex-belga)	Fins de 1960
AREC	Association des Ressortissants de l'Enclave de Cabinda	Ponta Negra (Congo ex-belga)	1958
AREMA	Association des Ressortissants du Mayombe	Congo (ex-francês)	1962?
CAUNC	Comité de Acção da União Nacional dos Cabindas	Congo (ex-francês)	1961/62
COMCABI	Associação da Comunidade Cabindeux	Congo-Leo (ex-belga)	1960
MLEC	Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda	Congo (ex-francês)	1960
NGWIZACO	Associação dos Naturais do Congo – NGWIZACO AKONGO (Acordo dos Filhos do Congo)	Leopoldville (Congo ex-belga)	1960
RCCKP	Associação dos Chefes Tradi-cionais do Congo Português	Leopoldville (Congo ex-belga)	1961

MOVIMENTOS ANGOLANOS NÃO REGIONALISTAS



NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTITUIÇÃO
AJEUNAL	Aliance des Jeunes Angolais pour la Liberté	Congo-Leo	1961
AMA	Associação das Mulheres de Angola	Organização de Mulheres da UPA	
AOCA	Associação dos Operários Católicos de Angola	Leopoldville (Congo ex-belga)	1962
CGTA	Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola	MPLA?	Julho 1962
CPCP	Comité Preparatório do Congresso Popular	Originado em dissidências na UPA.	05Ago1962
CSLA	Conferência dos Sindicatos Livres Angolanos	Leopoldville (Congo ex-belga)	01Set1962
CVAAR	Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados	FRAIN- MPLA	Junho 1962
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola	UPA	1961
FJAKC	Front pour L'Independence de L'Angola, du Kongo et de Cabinda	Grupos de partidos dito moderados. MLEC-MDIA-MGWIZACO-FNA	05Mai1962
FLNA	Frente de Libertação Nacional de Angola	Coligação UPA com PDA	27Mar1962
FNA	Frente Nacional de Angola	Dissidentes da UPA	Mai 1962

(Continua na página seguinte)

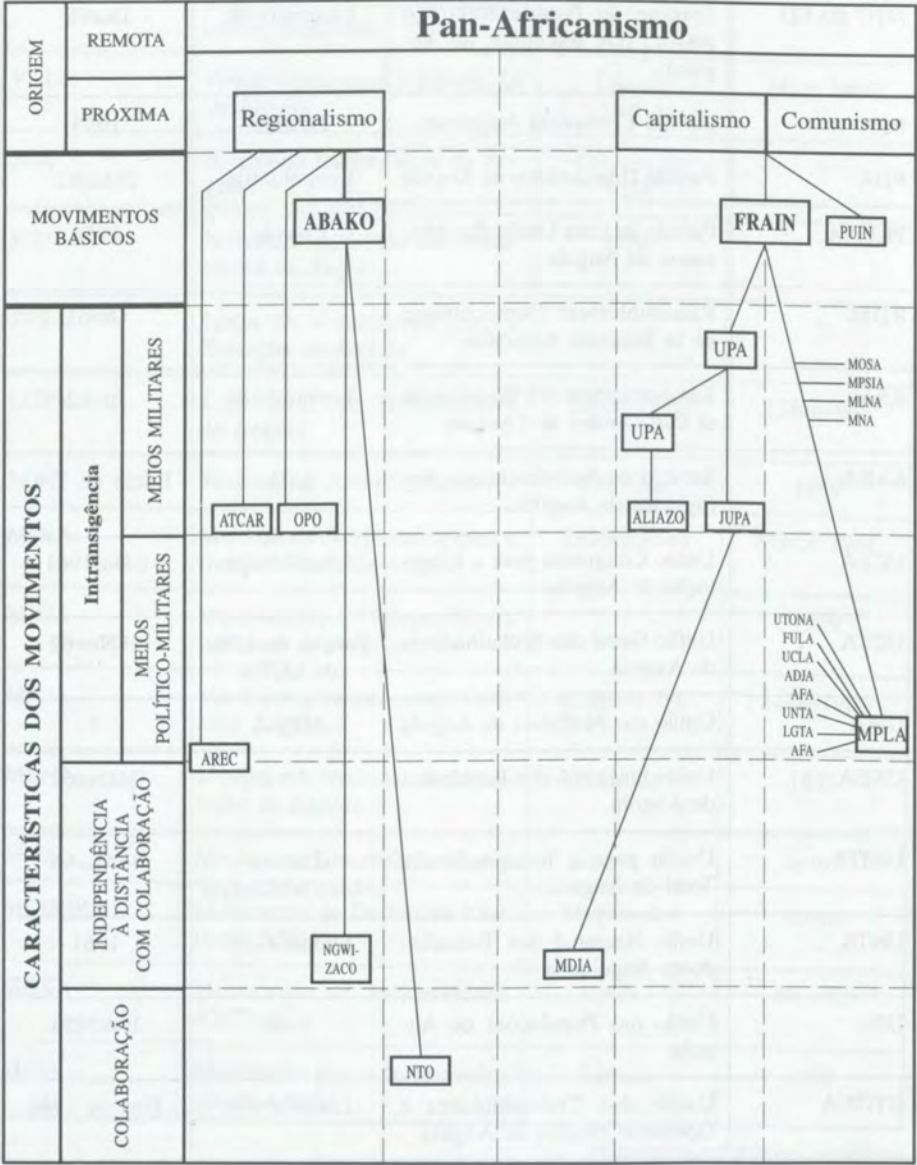
NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTITUIÇÃO
FUA	Frente de Unidade Angolana	Sul de Angola	Abril 1961
FUNA	Frente da União Nacional de Angola ou Frente Unida Nacionalista Angolana	MPLA	Maio 1962
FULA	Frente Unida para a Libertação de Angola	Luanda (MPLA)	Maio 1960
JDA	Juventude Democrática de Angola	Origem no PDA	?
JUPA	Juventude da União das Populações de Angola	UPA	?
JVSA	Junta de Voluntários para a Salvação de Angola	?	?
LGTA	Liga Geral dos Trabalhadores de Angola	Leopoldville	13Jun1961
MAC	Movimento Anti-Colonialista	Frankfurt	1959
MDIA	Movimento Democrático para a Independência de Angola	Leopoldville	Março 1961
MINA	Movimento para Independência Nacional de Angola	?	1959
MJOA	Movimento da Juventude Operária Angolana	Leopoldville	24Fev1963
MLNA	Movimento Nacional de Libertação de Angola	Luanda	1959
MNA	Movimento Nacional de Angola	Luanda (?)	Jun61
MODERA	Movimento de Defesa do Realismo Africano	Moçâmedes	Nov60
MOSA	Movimento de Solidariedade Africano	Luanda (?)	Nov60
MPIA	Movimento para a Independência de Angola	Luanda	1959

(Continua na página seguinte)

NOME DO MOVIMENTO	DESIGNAÇÃO	FORMAÇÃO	DATA DA CONSTITUIÇÃO
MPLA	Movimento Popular da Libertação de Angola	Luanda (?)	1960
NTO BAKO	Origine du Peuple Bakongo Angola (Os Bakongos de Angola)	Leopoldville	Dez60
PCA	Partido Comunista Angolano	Luanda	1955
PDA	Partido Democrático de Angola	Leopoldville	29Jan62
PLUAA	Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola	Luanda	1956
RDJA	Rassemblement Démocratique de la Jeunesse Angolaise	?	Out61
RSA	Rassemblement des Bois-Scouts et Girl-Guides de l'Angola	Leopoldville	Jun62
SARA	Serviço de Assistência aos Refugiados de Angola	UPA	Início de 1962
UCLA	União Congoleza para a Libertação de Angola	Leopoldville	04Jul1961
UGTA	União Geral dos Trabalhadores de Angola	Facção da UPA da LGTA	28Nov62
UMA	União das Mulheres de Angola	MPLA	?
UNEA	União Nacional dos Estudantes de Angola	?	26Dez62
UNITA	União para a Independência Total de Angola	Zâmbia Moxico/Muangai	13Mar66
UNTA	União Nacional dos Trabalhadores Angolanos	Leopoldville	1961
UPA	União das Populações de Angola	Acra	Dez1958
UTONA	União dos Trabalhadores e Operários Negros de Angola	Leopoldville	Fins de 1960

A posição relativa dos principais movimentos poderá ser expressa pelo quadro que se segue, que elucida sobre as várias ligações, o grau de intransigência para a obtenção dos seus objectivos e o carácter de cada um.

POSIÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS MOVIMENTOS



SEITAS RELIGIOSAS

Além dos partidos emancipalistas, estavam implantadas em Angola seitas religiosas que, pela sua aceitação nas regiões do Congo ou limítrofes, eram susceptíveis de virem a constituir um apoio à subversão, que poderia tornar-se uma realidade no ambiente agitado do final do ano de 1960, início de 61. O Quimbanguismo, o Lassismo e o Tocoísmo eram as seitas com maior número de seguidores.

O QUIMBANGUISMO foi iniciado em 1921, no Congo ex-belga, por Simão Quimbango (Simon Kimbangi), nativo congolês, nascido em 1889, de educação protestante, que morreu no Catanga, para onde fora desterrado, em 10 de Outubro de 1951. Era um movimento profético-messiânico, o primeiro referenciado no então Congo-belga, que alastrou rapidamente a toda a faixa fronteira do Congo-Brazza, logo após a sua iniciação, quando Quibango anunciou ser possuidor de poderes excepcionais, semelhantes aos de Cristo, declarando-se profeta, enviado e filho de Deus.

A doutrina tinha por base uma interpretação literal da Bíblia, incidindo muito particularmente nas passagens que traduzem protesto ou revolta e constituía uma simbiose místico-religiosa, ao aceitar das religiões ancestrais o culto dos antepassados, combatendo, no entanto, as práticas de magia e feitiçaria.

Tomou progressivamente características xenófobas, no entanto, de reacção contra a presença do branco, passando a adquirir, consequentemente, uma feição política, rejeitando todo o sistema que privasse os cidadãos das "liberdades fundamentais". O seu ritual consistia especialmente, na prática da confissão, baptismo e cânticos, cujos temas denunciavam com frequência, o seu substrato nativista.

Após a sua morte, Quibango ficou sendo um símbolo, cuja memória se manteve nas populações do Congo-Brazza e Congo-Leão, tornando-se a seita mais apetecida e cada vez mais subversiva, à medida que as autoridades sobre elas iam exercendo forte repressão.

Dado que foi uma seita de que a ABAKO se serviu para reforçar o número dos seus adeptos, facto que muito contribuiu para a sua vitória política na independência do Congo, imbuu-se dos princípios federativos defendidos pela ABAKO, com intenção remota na reconstituição do antigo Reino do Congo, vindo a sua influência, nefasta para Portugal, a ultrapassar as fronteiras de Angola, em todo o norte da Província e distritos da Lunda e Cabinda, onde conseguiu numerosos adeptos.

O LASSISMO, intitulado inicialmente “Missão do Projecto de Cristo N.º 2” e que entre os nativos era conhecido, além de outras designações por “Nzambi Bougie”⁽⁸⁶⁾, “Nzambi Kunguna”⁽⁸⁷⁾ e “Nzambi Kúngulo”⁽⁸⁸⁾, foi criado em 1951, por Lassy Simon Zépherin e tinha o seu centro ideológico em Ponta Negra, no Congo ex-francês.

Era, também, um movimento profético-messiânico que, em certa altura, se afastou do feiticismo, mas manteve um substrato de religiões nativas ancestrais. A sua doutrina assentava numa interpretação literal da Bíblia, principalmente do Evangelho de S. João, e estabelecia paralelismo entre a figura de Lassy e de Jesus Cristo. Como a maioria, se não a totalidade dos movimentos congêneres, evoluiu num sentido político de reacção contra a presença do branco em África.

Como o Quimbanguismo em relação à ABAKO, no Congo Leo, o Lassismo interveio, com a respectiva massa de adeptos, na evolução política do Congo-Brazza.

O ritual que seguia tinha aspectos de imitação do ritual católico, muito embora fosse pouca ou nenhuma a influência desta religião sobre ele. Em contrapartida, mostrava vincadamente a acção protestante e nele, como noutros movimentos profético-messiânicos, a água desempenhava um papel preponderante.

Com pleno desenvolvimento no Baixo e Médio Congo, expandiu-se rapidamente pelo distrito de Cabinda, mau grado a forte repressão das autoridades e acção das missões católicas, particularmente nas regiões de N'Cuto, Buco-Zau e Lândana. Propagou-se a uma grande parte da população de Cabinda, sendo-lhe particularmente permeáveis os nativos cristianizados pelos protestantes, que praticavam o seu culto na clandestinidade, indo frequentemente receber a bênção e beber a água – seiva – do Kúngulo.

O TOCOÍSMO era um movimento profético-messiânico, como os anteriores, que à semelhança do Quimbanguismo, resultou do proselitismo de um elemento protestante que fixou uma doutrina extraída também da inter-

(86) Alusão ao emprego de velas no ritual.

(87) Designação usada pelos nativos.

(88) Também usado pelos nativos de Cabinda. Alusão à ingestão da seiva obtida por incisão feita numa árvore-Kúngulo-existente no Maiombe.

pretação literal da Bíblia, aceitando alguns elementos das religiões nativas ancestrais.

Foi criado por Simão Gonçalves Toco, que nasceu em Angola, no povo Sadi Quilsango, no Concelho de Maquela do Zombo. Em 1926 começou a frequentar a Missão Baptista, de Quibocolo, onde aprendeu a ler e a escrever e fez exame de instrução primária.

Deve ter revelado dotes de inteligência acima do comum porque, em 1933, os superiores da Missão resolveram enviá-lo para Luanda para frequentar o liceu, onde concluiu o primeiro ciclo. Em 1937, voltou à Missão de Quibocolo, onde foi professor provisório, durante algum tempo, após o que foi transferido para uma filial da Missão, no Bembe, onde, durante cinco anos, foi também professor, a contento dos seus superiores.

Em 1943, entrou em litígio com a Missão, por motivos menores, tendo-a abandonado. Fixou-se em Leopoldville, abandonou a noiva e cortou relações com os missionários de Angola.

Uma vez no Congo, inscreveu-se na Missão Baptista e foi regente de um coro formado pelos nativos portugueses residentes naquela cidade. Em 1949 forma uma seita inspirada, segundo parece, em livros religiosos de origem americana, o que suscitou a animosidade das autoridades belgas que o prenderam, em 22 de Novembro desse ano e o expulsaram para Angola com alguns seguidores, onde foi recebido e acolhido pelas nossas autoridades.

Em 10 de Janeiro de 1950, Simão Toco foi posto na fronteira portuguesa de Noqui e, depois de sumariamente ouvido, foi-lhe fixada residência no Bembe, onde começou imediatamente a pregar a sua doutrina. A região mais permeável foi, logo de início, a de Maquela do Zombo, não só por ser a sua terra, mas também em virtude de ser o seu grupo étnico – a tribo dos Mazombos. Simão enviou-lhes alguns dos seus catequistas que, rapidamente, conquistaram numerosos adeptos, organizando, em quase todas as sanzalas, florescentes congregações⁽⁸⁹⁾.

Como outros movimentos desta natureza, tinha por base uma tendência de reacção contra a presença do branco, evoluindo progressivamente para movimento político-religioso, de características xenofobas.

Além de praticar o culto à maneira protestante, com especial destaque para o baptismo feito por imersão, segundo o rito baptista, possuía um código de moral próprio e estabelecia regras de conduta cuja obediência era rigorosamente exigida, daí resultando uma formação disciplinada, com aprumo e asseio, que distinguia os seus praticantes dos demais.

Fixou uma simbologia, na qual ressaltava a estrela branca de forma variável, de oito ou cinco pontas, sobre fundo vermelho. Conseguiu larga expansão

(89) Moita, Padre José Agostinho; Tocoísmo, Ed. BCaç 3, Carmona, 1962.

e prestígio, como uma doutrina capaz de cativar e impulsionar os nativos, mesmo em regiões onde as massas populacionais eram acompanhadas pelas missões católicas ou protestantes. Assim, assinalam-se como principais regiões de influência tocoísta, Maquela, Vale do Loge, Negage, Benguela, Moçâmedes, Porto Alexandre⁽⁹⁰⁾ e Baía dos Tigres, sendo referenciados ainda núcleos em Santo António do Zaire, Nôqui, Cuimba, Damba, Lungo, Mucaba, Carmona, Salazar, Cacuzo, Ganda, Equimina, Lucira e Sá da Bandeira, pelo menos antes da repressão exercida sobre a seita.

As suas características básicas de movimento de reacção contra o branco e a disciplina que impunha aos seus adeptos pressupunham ser potencialmente importante no conjunto dos movimentos angolanos na medida em que, captado por um dos partidos políticos empenhados na subversão, a fizesse alastrar.

Na verdade, o PDA sobressaía nessa actividade, muito embora tivesse, juntamente com a UPA, procurado neutralizar a acção de Simão Toco por uma persistente campanha de descrédito, particularmente porque o tocoísmo, como viera a ser definido já em 1963, apresentava como “outros preceitos da igreja” “não filiar-se ao lado da UPA, nem de qualquer outro partido político que não fosse verdadeiramente cristão”.

Esta seita empenhou-se na recuperação de refugiados⁽⁹¹⁾, em colaboração com as nossas autoridades e promoveu a captação dos nativos ao longo da região costeira do Sul, na de Nova Lisboa⁽⁹²⁾ e ao longo do Caminho de Ferro de Benguela, de muito interesse para os Movimentos emancipalistas.

Apesar de recomendar que os seus adeptos deviam “obedecer e respeitar as autoridades e a bandeira nacional” e “defender a pátria contra os inimigos que procuram atacar-nos”, não definia qual a pátria, autoridades e bandeira a que se referia. Era conhecida a realização de reuniões tocoístas com manifestações feiticistas, desvirtuamento dos rituais e evocação da UPA, o treino com armas de fogo, e a apologia pública, feita em sessões de propaganda pelo próprio Simão Toco, da necessidade de união dos negros.

Por coincidência, ou propositadamente, o que nunca foi esclarecido pelas autoridades administrativas, na altura da agitação em S. Salvador, por ocasião da sucessão ao trono do Rei do Congo, houve duas manifestações tocoístas no Songo e em Mucaba. Nelas tomaram parte cerca de dois mil nativos que foram tidas como inofensivas; porém, à distância, poderá ser dado um novo signifi-

(90) Desde 1955, quando as autoridades portuguesas começaram a verificar agitação nas massas, foi fixada residência a Simão Toco, em Ponta Albina, a cerca de 30 Km de Porto Alexandre, o que não fez diminuir a sua actividade. A sua libertação influiu na vivificação da Seita e no progressivo recrudescimento das suas actividades.

(91) Em Junho de 1962, em Maquela do Zombo, 31 de Janeiro, em Bongo e Damba.

(92) Em Fevereiro de 1963.

cado às referências então feitas “ao dia que estava a chegar”, pois é certo que, a alguns grupos tocoístas estabelecidos no Norte da Província, não foram estranhos os acontecimentos de Março de 1961.

Já após o início da sublevação armada, foi ainda detectada forte influência do Tocoísmo na Circunscrição do Alto do Cauale, vinda da área de Sanza Pombo, provavelmente pelos contactos entre os povos de ambas as regiões, durante o período de refúgio na mata.

Com o decorrer do tempo, esta seita foi perdendo a importância e pode dizer-se que findou com a morte de Simão Toço.

22

A sublevação que se pôs às populações tocoístas em 1961, teve como principal causa a luta contra os portugueses, devido aos seus actos de violência, contra os povos tocoístas, e a sua política de dominação, baseada na exploração da mão-de-obra das populações tocoístas para a construção de estradas e outras obras de infra-estrutura.

Para Cabinda há 3 tipos de seitas: Seita de São João, Seita de São João e Seita de São João.

A partir do Congo existem 3 tipos de seitas:

- de Moussé, vinda de Boma, onde foi fundada pela Guéhenne Caplan;
- de Quilongo (Lopo), onde foi fundada;
- de Kindingo (Congo), fundada por São João, em 1961, por Manguelozzi.

A partir do Congo existem 3 tipos de seitas:

- por São João, onde foi fundada;
- de Tachela, onde foi fundada, por São João, em 1961, em Boma;
- de Tachela, onde foi fundada, por São João;
- de São João, onde foi fundada, por São João, em 1961, em Boma;
- de São João, onde foi fundada, por São João.

Da análise dessas seitas, a população tocoísta tem uma forte influência sobre a Seita de Moussé.

22. A sublevação tocoísta de 1961, teve como principal causa a luta contra os portugueses, devido aos seus actos de violência, contra os povos tocoístas, e a sua política de dominação, baseada na exploração da mão-de-obra das populações tocoístas para a construção de estradas e outras obras de infra-estrutura.

LINHAS DE INFILTRAÇÃO EM CABINDA E NO NORTE DE ANGOLA

A subversão que os partidos políticos iam exercendo sobre as populações, já notória em 1960, era muito facilitada não apenas pelo apoio concedido pelos países vizinhos, como pela grande permeabilidade da fronteira, aspectos que haviam de ser também os determinantes quando a subversão atingiu uma fase activa.

Para Cabinda havia as seguintes linhas de infiltrações:

A partir do Congo ex-francês (Congo Brazza):

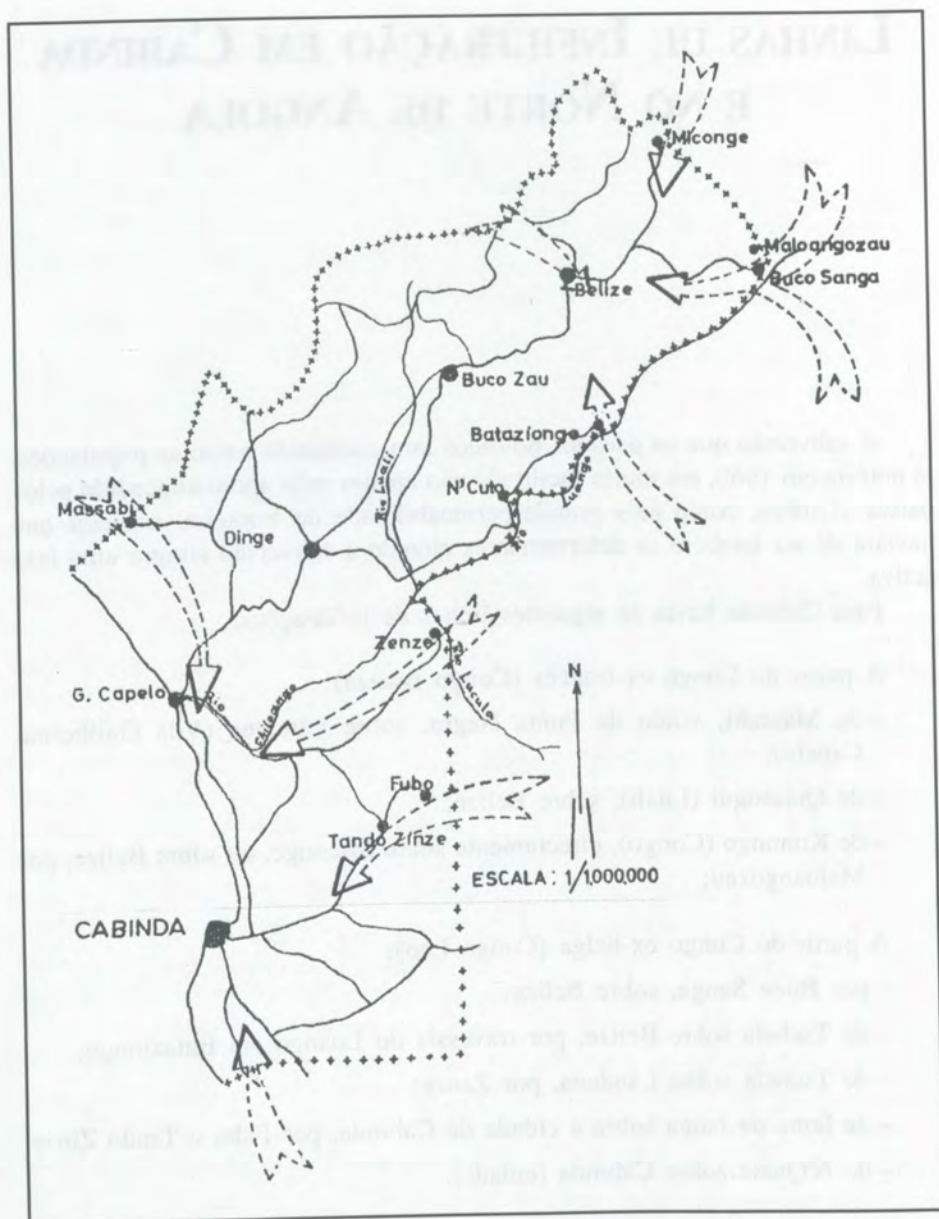
- de Massabi, vindo de Ponta Negra, sobre Lândana (Vila Guilherme Capelo);
- de Quissoqui (Luali), sobre Belize;
- de Kimongo (Congo), directamente sobre Miconge, ou sobre Belize, por Maloangozau;

A partir do Congo ex-belga (Congo Leo):

- por Bucu Sanga, sobre Belize;
- de Tschela sobre Belize, por travessia do Loango em Bataziongo;
- de Tschela sobre Lândana, por Zenze;
- de Iema de Ianga sobre a cidade de Cabinda, por Fubo e Tando Zinze;
- de N'Quete sobre Cabinda (cidade).

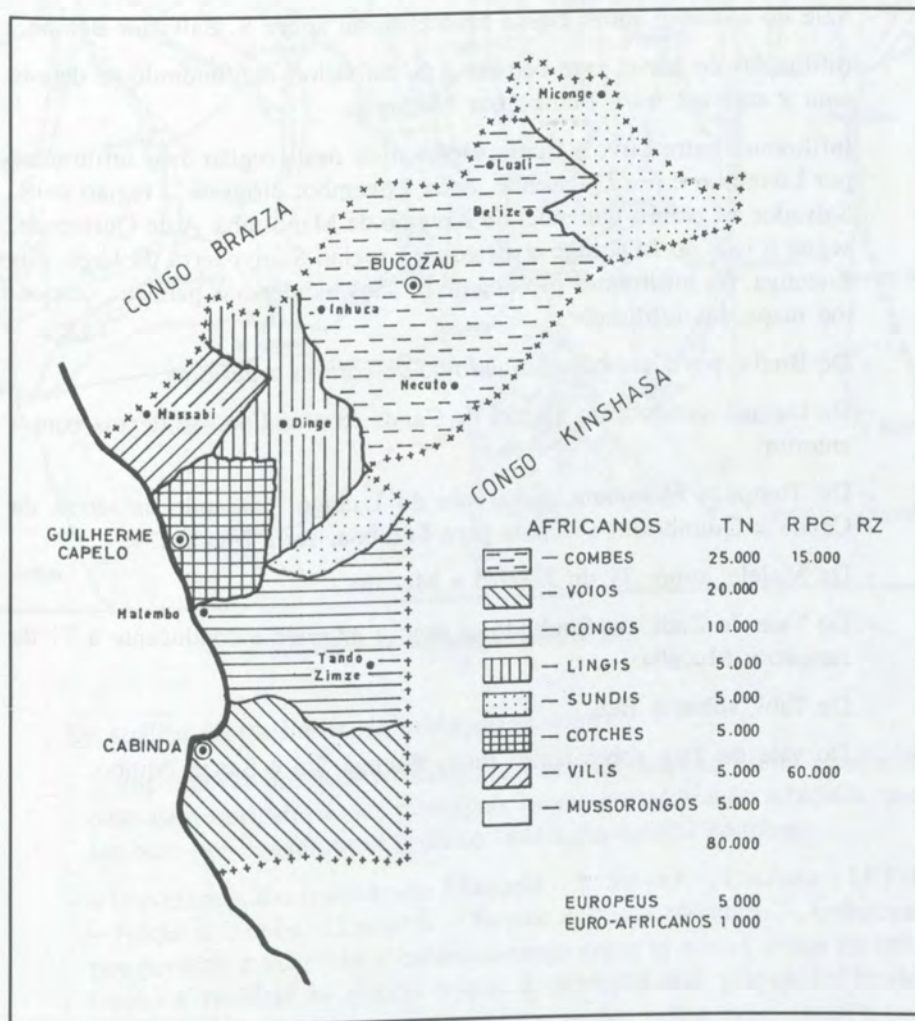
Da análise destas linhas de infiltração ressalta uma forte incidência sobre Belize, no Maiombe⁽⁹³⁾.

(93) Relatório Especial de Informações N.º 3, 1961, RMA, "Estudo da ZIN".



Linhas de infiltração em Cabinda

Estas linhas de infiltração atingiam os grupos étnicos constantes da carta seguinte:



CABINDA, distribuição étnica

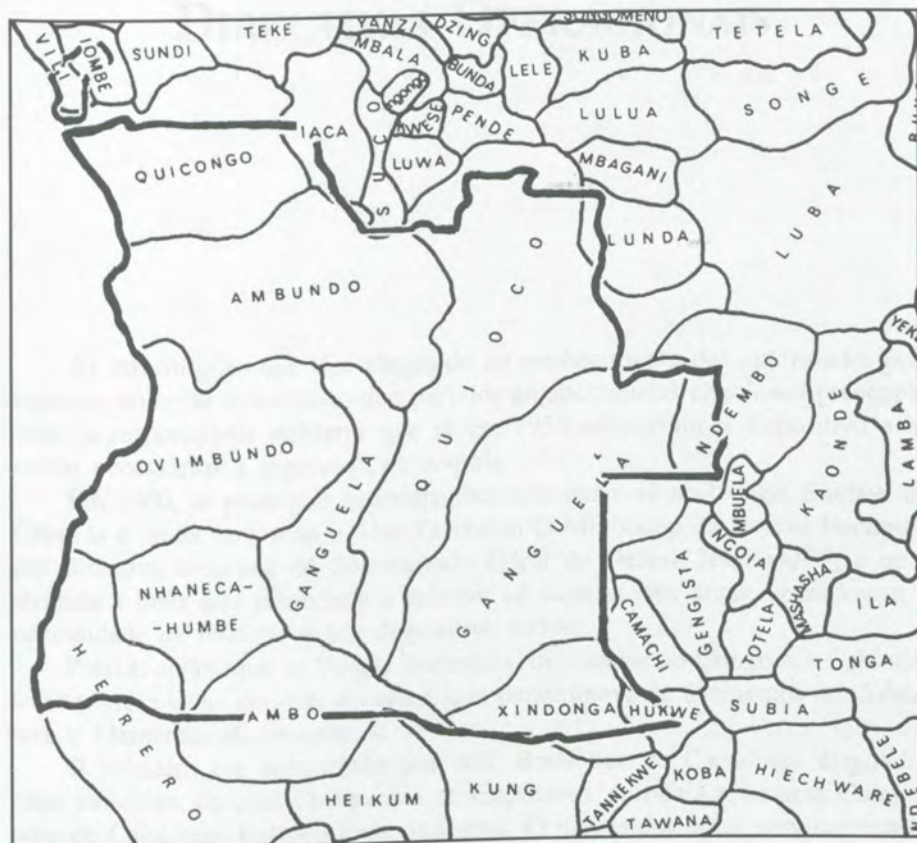
Para o Norte de Angola as linhas de infiltração naturais eram:

- Vale do Umpuelo, conducente à região do baixo Lucunga.
- Vale do Lué Grande, por Lufico e Tombôco, sobre Muro (Ambrizete).
- Vale do M'Pozo, sobre Bessa Monteiro, ou sobre S. Salvador-Bembe.
- Infiltração do Luvo, que conduz a S. Salvador, confundindo-se depois com a anterior, ou a Bembe por Madimba.
- Infiltrantes entre Luvo e Buela. Definem-se nesta região duas infiltrantes por Luvembo e por Quissende. A de Luvembo, dirige-se à região de S. Salvador e Luanica Quiende, ou à região de Mandimba. A de Quissende, segue o vale do M'Bridge e dirige-se à região Songo-serra do Uige, por Lucunga. As infiltrantes prolongam as suas incidências para sul, conforme mapa das infiltrações.
- De Buela, por Cuimba, confundindo-se com as anteriores.
- De Luvaca, conducente à serra de Canda, confundindo-se depois com a anterior.
- De Tumpa e Quimbata, pelo vale do Luango, passando as serras da Canda e Quimbrude e depois para Lêmboa, serra Mucaba.
- De Malele, sobre 31 de Janeiro e Mucaba.
- Do Vale do Zadi, confundindo-se com a anterior e conducente a 31 de Janeiro e Mucaba.
- De Tabi, sobre o Béu.
- Do vale do Tau, sobre Cuilo Futa, Buenga Sul e Sanza Pombo.

[illegible]

Carta das étnias

Os grandes grupos étnico-linguísticos pertenciam e estavam fixados não só em Angola mas expandiam-se pelos países vizinhos, conforme a figura:



Carta dos grandes grupos étnicos de Angola e extensão aos territórios vizinhos

AS PRIMEIRAS DIRECTIVAS OPERACIONAIS

As informações que iam chegando ao conhecimento das autoridades portuguesas sobre as actividades dos partidos emancipalistas angolanos preocupavam os responsáveis militares que já em 1959 estudavam o dispositivo e os meios necessários à segurança de Angola.

Em 1960, as principais preocupações centravam-se no Congo, Enclave de Cabinda e ainda na Lunda e Alto Zambeze. O Ministério da Defesa Nacional, por directiva emanada do Secretariado Geral de Defesa Nacional⁽⁹⁴⁾, a qual atribua a mais alta prioridade e relativa só àquelas três áreas, considerava a necessidade de reforçar o seu dispositivo militar.

Prevía, então, que as Forças Terrestres, destinadas ao Congo e a Cabinda, fossem articuladas em dois escalões, que denominava de Elementos de Cobertura e Elementos Reservados.

O primeiro era constituído por dois Batalhões de Caçadores dispondo, cada um deles, de uma Companhia de Caçadores, europeia e de uma Companhia de Caçadores Independente, indígena. O dispositivo total previsto ficaria implantado da seguinte forma:

- 1 BCaç, em Cabinda com o Comando e 1 CCaç europeia, em Cabinda;
- 1 CCaç, destacada no Dingo, ou em Lândana e 1 CCaç em Buco Zau;
- 1 CCaç, independente, em S. António do Zaire.
- 1 BCaç, em Carmona, com Companhias destacadas em Nóqui, S. Salvador, Maquela do Zombo e Toto, a última das quais europeia, por se localizar no Toto um importante aeródromo.

No escalão dos Elementos Reservados consideravam-se três graus de urgência.

(94) Directiva n.º 1, do SGDN, de 04.05.60

Na primeira urgência, englobavam-se as Unidades que estavam nas proximidades imediatas do Congo:

- 1 BCaç, de Luanda, com as duas Companhias destacadas, uma em Salazar e outra, europeia, em Malange;
- O GACL, Grupo de Artilharia de Campanha de Luanda, a cujo pessoal deveria ser dado, no máximo das possibilidades, instrução de combate de Infantaria;
- O ERec, Esquadrão de Reconhecimento de Luanda.

Para a segunda urgência, previam-se os seguintes elementos, a destacar da Metrópole, ou de Moçambique, a fim de não desguarnecer, de início, qualquer das outras zonas da Província:

- 1 BCaç de pára-quedistas metropolitanos;
- 1 BCaç metropolitano;
- 1 BCaç moçambicano;
- 1 ERec de Angola;

Em terceira urgência, contavam-se as Unidades que pudessem ser destacadas da Metrópole, ou restantes zonas de Angola, se a situação geral permitisse que as últimas se pudessem deslocar para o norte da Província.

Pretendia-se ainda melhorar as estradas que de Luanda conduzissem a Carmona, Toto, Maquela do Zombo, S. Salvador e Nóqui e as do Enclave de Cabinda, sendo a prioridade nos melhoramentos fixada pelo Comando Militar de Angola, de acordo com o Governador Geral.

A acção destas forças seria complementada com meios navais com missões variadas, em especial no curso do rio Zaire – acções de fiscalização, reabastecimento e evacuação e com meios aéreos que observariam as regiões fronteiriças com o Congo ex-Belga, cooperariam com o dispositivo montado ou a montar, executariam transportes de pessoal e material e realizariam acções de combate ar-terra.

Para o dispositivo que garantisse a segurança das regiões da Lunda e do Alto Zambeze, a Directiva previa:

- 1 CCaç reforçada, com um pelotão de reconhecimento, em Vila Henrique de Carvalho;
- 1 CCaç, no Luso;
- 1 CCaç, em Vila Teixeira de Sousa.

Estas resoluções seriam concretizadas em acumulação com uma reorganização territorial, em curso em Angola e mostram clara e inequivocamente que

se admitia que houvesse perturbações no Norte de Angola, em data próxima, embora indefinida.

A aproximação da data da independência do Congo ex-belga obrigou à tomada de outras medidas militares, de carácter preventivo, que deveriam manter-se até que a situação no novo país ficasse completamente esclarecida⁽⁹⁵⁾:

- alerta de algumas Unidades de Luanda e Lobito, para acorrerem rapidamente ao Enclave de Cabinda e à fronteira Norte; a bordo dos navios de guerra estacionados nas águas de Angola, ou navios mercantes de cabotagem;
- preparação na Metrópole, além das CCAç, que em breve marchariam para Angola, de mais duas Companhias expedicionárias, uma em condições de embarcar com um aviso prévio de 48 horas e a outra com aviso prévio de 10 a 15 dias;
- preparação na Metrópole de 1 CCAç de Pára-quedistas, pronta a iniciar o seu movimento transportada em aviões disponíveis da FAP, ou dos TAP, mediante um pré-aviso de 24 horas;
- aprontamento de uma fragata, ou aviso, em condições de se deslocar para Angola num intervalo de tempo curto.

Estas medidas deveriam estar prontas em 25 de Junho e serem mantidas até ao esclarecimento da situação.

Em nova Directiva, de 18 de Junho de 1960, do SGDN⁽⁹⁶⁾, preconizava-se que nas zonas sensíveis da fronteira fossem os Postos Administrativos em primeiro escalão, se possível, guarnecidos por pessoal da Polícia, da Guarda Fiscal e da Administração Civil e com cipaio armados, em condições de serem imediatamente apoiados por forças militares e que a acção repressiva contra sublevações internas eventuais fosse, sempre que possível, exercida com os meios afectos aos órgãos de segurança pública. Só no caso desses meios se revelarem manifestamente insuficientes, a acção repressiva seria exercida por forças militares, até ao completo restabelecimento da ordem.

A missão, atribuída as forças terrestres, era a seguinte:

- “a. – Promover que a repressão contra as incursões na fronteira fosse conduzida, dentro das seguintes normas:
 - quando os elementos suspeitos, ou reconhecidos como agentes perturbadores tentarem violar o nosso território na frente do sector

(95) Directiva n.º 2, do SGDN, (o exemplar disponível não tem data).

(96) Directiva n.º 3, do SGDN, de 18 de Junho de 1960.

atribuído a cada posto do 1.º escalão, deverá a guarnição deste opor-se à sua entrada, por meios suassórios e avisá-los de que transgredirão a lei, aviso que poderá chegar ao disparo de alguns tiros para os intimidar; no caso de desobediência com violação nítida da fronteira, deverá a referida guarnição recorrer ao uso das armas mas sempre com a garantia de que os agressores atingidos ficarão no nosso território;

- se a guarnição do posto em 1.º escalão não estiver em condições de cumprir as disposições anteriores, deverá pedir a intervenção da força militar de apoio, para elementos desta acorrerem à frente, ou avisá-la para interceptar, em profundidade, a progressão dos transgressores;
 - neste último caso, e, portanto, com os transgressores já manifestamente internados do nosso território e em nítida desobediência, deverá a força militar de apoio usar decisivamente as armas.
- b. – Promover que, enquanto a acção repressiva contra as sublevações internas estiver a cargo dos meios afectos aos órgãos de segurança pública, as disposições contidas nos Capítulos I e II, da Terceira Parte do RSGE, sejam consideradas como normas de execução permanente para a guarnição militar de qualquer localidade da Província.
- c. – Promover que a repressão contra as sublevações internas, quando entregue às forças militares, seja conduzida, dentro das seguintes normas e, se possível, pela mesma ordem por que vão discriminadas:
- emprego de meios suassórios e simultaneamente, se necessário, ou conveniente, com avisos difundidos por megafones, ou altifalantes, em português e no dialecto local;
 - emprego de armas de fogo com disparos de alguns tiros ou rajadas, para intimidar;
 - emprego de meios contundentes e de granadas lacrimogéneas; emprego de viaturas blindadas, onde for possível e aconselhável, e de granadas de mão ofensivas;
 - a disposição anterior acrescida do uso das armas de fogo, mas já com o propósito de provocar baixas que produzam um manifesto refreamento;
 - impor a ordem a todo o custo e sem quaisquer reservas no emprego das armas de fogo.

- d. – Regular, de acordo com as circunstâncias, a aplicação das normas constantes das missões indicadas, elaborando ainda as instruções complementares que forem julgadas convenientes.
- e. – Promover, na devida oportunidade, a guarda e defesa do aeródromo de Luanda, o qual deve ser mantido a todo o custo a fim de garantir os transportes aéreos com a Metrópole.
- f. – Promover as medidas que forem necessárias para garantir as comunicações rádio-telegráficas com Lisboa.”

Com estas normas de actuação das forças de segurança e militares, se viveram as ocorrências no Congo ex-belga, por motivo da sua independência sem que, todavia, as mesmas se estendessem ao restante território de Angola.

Apesar dos receios vividos, a paz em Angola, não foi então perturbada, muito embora o dispositivo militar então existente fosse fraquíssimo.

Assim, em 04 de Fevereiro de 61, na área onde se vieram a desenrolar os massacres de 15 de Março e operações consequentes existia o Batalhão de Caçadores 3 em Carmona, constituído por pessoal de Angola, com uma Companhia de Caçadores Indígena (CCaç I) destacada em Nôqui, a 400 Kms da sede do Batalhão, uma CÇaç I, destacada em Maquela do Zombo, a 250 Kms do Batalhão, outra CÇaç I, no Toto, a 100 Kms e um Pelotão de Caçadores I, reforçado, em S. Salvador do Congo, a 180 Kms de Carmona. Tudo Unidades da Guarnição Normal, integradas por praças nativas.

De reforço, na área, apenas havia uma Companhia de Caçadores Especiais no Toto, a mais de 100 Kms de Carmona.

As poucas Unidades existentes, Companhias de 150 homens, com fracos meios de transporte, distavam mais de cem quilómetros umas das outras.

Para vigiar 500 Kms da fronteira Norte existiam três Companhias de Caçadores Indígenas mais um pelotão, em Santo António do Zaire, Nôqui, Maquela do Zombo e São Salvador, num total máximo de 500 homens, dos quais 20% não eram combatentes.

ANTES DA SUBVERSÃO VIOLENTA

RELATÓRIO DO COMANDO MILITAR DE ANGOLA – 1957

Não obstante o povo português viver uma habitual acalmia política, nada lhe fazendo prever que o país estava em vésperas de uma longa luta emancipalista, a oposição ao regime português estava activa e os responsáveis militares tinham consciência que o período de sossego militar, posterior à 2.^a Guerra Mundial, poderia findar.

Os reflexos da Conferência de Bandung eram cada vez mais avassaladores a nível mundial e o direito à chamada autodeterminação dos povos colhia cada vez mais adeptos, nos círculos internacionais, mesmo entre os nossos tradicionais amigos, que iam descolonizando conforme entendiam e podiam.

Variadas conferências sobre guerra subversiva e revolucionária – então neologismos em Portugal – levadas a efeito na Academia Militar no final da década de 50; a reestruturação militar que nesta mesma época se preparava para os territórios do Além-mar; os estágios que oficiais portugueses fizeram na Argélia para tomar contacto com a realidade de uma guerra subversiva; o envio de missões militares de alto nível a Angola e a legislação aprovada que impunha que os oficiais do Quadro Permanente, após o tirocínio para oficial realizado nas Escolas Práticas das Armas, fossem obrigatoriamente para uma das Províncias Ultramarinas, chegando mesmo os oficiais, que em 1960 ficaram nessas circunstâncias, a elaborar os pedidos de preferência, muitas das quais recaíam sobre Angola e Moçambique, eram indícios das preocupações que já então dominavam os chefes militares, as quais aumentaram a partir da independência do Congo, em Julho de 1960.

Essas preocupações e a consciência das realidades eram já manifestadas no Relatório do Comando Militar de Angola, de 1957, assinado em 16 de

Junho de 1958, onde o respectivo General já afirmava, no capítulo, "Defesa da Província":

"3 – SITUAÇÃO

a) – No campo externo

A situação que se vive em Angola, no respeitante às relações com o exterior, é caracterizada por uma política de boa vizinhança praticada com todos os territórios que nos rodeiam. Não serão pois de temer ataques vindos do exterior levados a efeito por forças regulares de quaisquer daqueles territórios. De temer serão sim as correntes de pensamento e as ideias político-sociais que determinadas potências estrangeiras procuram fazer infiltrar por todo o território africano.

Este perigo de infiltração vindo do exterior vai transformar-se, em perigo interno, pela difusão de ideias subversivas entre populações que não têm ainda o desenvolvimento necessário para as repudiar e reconhecerem o perigo que envolvem para elas próprias.

É de admitir também que se venham a dar infiltrações através das nossas fronteiras de pequenos grupos agitadores impulsionados pelas neo-potências estrangeiras, ligados a elementos internos.

Quando o Congo Belga ganhar a sua independência política, o que se julga não venha a levar mais de uns 10 anos, poderão criar-se para nós problemas graves em especial no Congo.

De facto, a ABAKO, organização político-social e filantrópica, que custeia, por meio de bolsas de estudo, a educação e instrução dos Bakongos (nascidos ou descendentes dos habitantes do baixo Congo, englobando territórios de Angola, do Congo Belga e da África Equatorial Francesa – A.E.F.), poderá pensar na unificação do antigo Reino do Congo e pretender assim a integração do nosso distrito do Congo em tal reino. O Congo Belga está-se tornando uma potência de real valor na política do Continente Africano e a sua reacção, ao ganhar a independência, poderá ser muito influenciada pela corrente ABAKO.

Então, o perigo externo será mais de temer vindo daquela nova potência. Admitindo mesmo que não houvesse intenção de unificar o antigo Reino do Congo, o que não deixaria de verificar-se seria uma forte influência de tal acontecimento, em especial sobre os indígenas angolanos que vivam junto à fronteira com o Congo Belga. Cabinda merece referência especial. A situação na A.E.F. é de evolução acelerada para um estado de separação

da França e criação de um novo estado independente. A entrega nas mãos dos naturais de toda a administração, o que se está verificando, através da chamada "Lei Quadro" e ainda o direito de voto dado a qualquer indígena considerado cidadão francês, deixam prever que, num futuro muito próximo, a A.E.F. se torne autónoma e fique à mercê das correntes subversivas que já hoje nela começam a alastrar. A sua acção, ou a do Congo, quando independente, para com Cabinda poderá vir a ser muito semelhante à da União Indiana para com os nossos Territórios de Dadrá Nagar Aveli.

b) – No Campo Interno

A situação interna na Província pode caracterizar-se pela existência de um certo estado de efervescência latente que se nota através dos vários episódios que se vão verificando dia a dia e são relatados nos Relatórios Periódicos de Informação, enviados à D.S.U., E.M.E. e Secretariado Geral da Defesa Nacional.

Podemos considerar três importantes movimentos, emancipalistas:

- Nativista, que pretende a África para os Africanos. Procura a emancipação de Angola nas mãos dos naturais, mesmo que tal acarretasse o seu retrocesso.

- Panafricanista – que pretende a integração de Angola numa grande união ou federação de territórios africanos.

- Nacionalista – que pretende fazer de Angola um segundo Brasil. Dos três, aquele que se apresenta mais perigoso, já porque tem carácter nitidamente xenofobista, já porque mais se presta a vir a ser orientado e manejado por organizações estrangeiras comunistas ou de natureza subversiva, é o movimento nativista.

O seu carácter, acentuadamente xenofobista, pode levar a criar situações de reacção violenta com actos de terrorismo e atentados, tal como se verifica na Argélia e se verificou no Kénia com o "Mau-Mau".

De natureza religiosa, há que considerar ainda dois movimentos importantes: a WATCH TOWER e o TOCOÍSMO.

O primeiro, que se estende por todo o mundo, apresenta o perigo de vir a fomentar influências estrangeiras entre os indígenas e contribuir para a sua desagregação; o segundo, pela sua organização e disciplina, pela expansão que está tendo, e pelas suas tendências também xenofobistas, pode vir a ser orientado e dirigido num sentido subversivo por agentes de potências estran-

geiras, exarcebando-lhes o seu desejo de emancipação ou incitando-os à sublevação e à revolta.

Outro factor que pode vir a perturbar a ordem interna é o problema da eleição do Rei do Congo.

Presentemente, a situação é mais ou menos calma porque se mantém tudo na expectativa de saber quem será o eleito. Porém, existe no Congo Belga uma grande facção de indígenas, portugueses uns, congoleses outros, os quais procuram exercer a sua influência na eleição do rei do Congo, que pretendem à sua feição e mais contra do que pró-portugueses.

Expostas as variáveis que integram o problema da situação interna, tendo bem presente a acção desenvolvida pelos neo-países muçulmanos no sentido de activarem a evolução dos territórios africanos e relembrando a natureza das reacções e lutas havidas no norte de África, na Indochina ou no Kénia, sou levado a admitir a possibilidade de, num futuro não muito distante, termos de enfrentar em Angola um inimigo interno que, incitado por influências estranhas, venha a actuar na generalidade por grupos isolados em acções de terrorismo e sabotagem, com o seu cortejo de vinganças motivadas por ódios, recalcados uns, forjados outros, por aquelas mesmas influências.

Um tal inimigo, apresentar-se-ia possivelmente durante o dia, ou em dado momento, dócil e o mais amigo e colaborador possível para, à noite ou noutro momento, se mostrar um inimigo acérrimo e cheio de actividade.

Outra hipótese a admitir é a de que possam vir a produzir-se incidentes mais ou menos violentos em especial no Distrito do Congo com o problema da eleição do rei do Congo, quando vier a ser resolvido, ou em qualquer ponto de Angola originados por questões de mão de obra, demarcação de terras, ou repressão do tocoísmo.

Estabelecer uma probabilidade de efectivação das hipóteses atrás apontadas, creio não ser possível.

As duas considero possíveis e é para elas que estou encarando a solução do problema da defesa interna.

4 – DEFESA INTERNA

Tão complexo problema não é, porém, de fácil e imediata resolução. A organização da Defesa Interna para fazer face às hipóteses de

possível actuação do inimigo atrás consideradas, tendo de encarar, por um lado, numerosos objectivos a defender:

- de natureza económica
- de natureza política
- de natureza social (populações)

Os quais se encontram espalhados pela vastidão imensa da Província; por outro, a falta de comunicações fáceis e rápidas entre eles, e o facto de estarem isolados uns dos outros em determinadas épocas do ano, devido às chuvas, terá forçosamente de prever a constituição de uma grande quantidade de Destacamentos de Defesa Interna que as Forças Militares, só por si, não poderão satisfazer.

Haja em vista o que se está verificando na Argélia, em que um exército de 400.000 homens não consegue evitar os actos de terrorismo que continuamente, há cerca de 4 anos, vêm flagelando as tropas e população civil.

A Defesa Interna tem pois de ser baseada na mobilização de todos os recursos, em pessoal e material existente na Província.

Haverá que encarar, integrada na Defesa Civil do Território, a criação de uma espécie de milícias em todas as organizações económicas importantes, fábricas, empresas exploradoras mineiras, companhias agrícolas, colonatos, etc. Elas terão a missão de intervenção imediata como acção abortiva da eclosão de acções de desintegração do terrorismo ou sabotagem.

Os D.D.I., a constituir pelas forças militares, destinar-se-ão a actuar em força contra elementos adversos que as "milícias" não pudessem eliminar.

5 – A REORGANIZAÇÃO MILITAR FACE ÀS NECESSIDADES DA DEFESA INTERNA

Após exame atento da nova reorganização militar da Província, sinto que a solução do problema da Defesa Interna se agravou. De facto, a necessidade de intervenção imediata de destacamentos de forças em regiões onde não existem quaisquer Unidades e se encontram isoladas durante épocas do ano relativamente grandes, como seja o caso da Lunda, parece-me difícil de satisfazer, a não ser que dispo我们有 helicópteros ou aviões para transporte daqueles destacamentos. Cabinda pode ter problemas semelhantes e, ou dispomos daqueles meios de transporte, ou de transportes marítimos para lá chegar. Aqui existe outro problema que advém do Acordo Técnico Luso Belga para defesa da foz do Zaire. Pelo mesmo Acordo deve-

remos dispor de efectivos equivalentes a 1 Companhia de Caçadores estacionados em Santo António do Zaire e Cabinda.

Sentiu-se, porém, e sente-se (conforme já foi focado na informação deste Comando enviada à D.S.U. com a nota nº 14.249/57 de 25/7/57) a necessidade de o destacamento de efectivo de Pelotão, presentemente em Cabinda, passar ao efectivo de Companhia de Caçadores. Sobre este assunto, creio ter sido afirmado pelo meu antecessor, neste Comando, ao Comandante da Força Pública do Congo Belga, General Janssen, que o destacamento de Cabinda passaria ao efectivo de Companhia.

Os Belgas têm-se mostrado sempre preocupados com o perigo que poderá vir através de Cabinda para a defesa do Baixo Zaire devido à fraqueza dos nossos efectivos ali estacionados.

Creio que eles prevêem a actuação de forças do Congo Belga em Cabinda segundo a letra do Acordo Luso-Belga, o que não parece conveniente. A actuação de forças do Congo Belga em território português deveria ser subordinada a um comando português, a fim de se resolverem problemas do governo civil que, em campanha, ficam a cargo do Comandante Militar das forças em operações.

O efeito de presença junto dos indígenas, em especial nas regiões fronteiriças, onde a infiltração de ideias subversivas se fará mais sentir, a acção civilizadora dos destacamentos junto dos mesmos indígenas, a necessidade de dispormos de órgãos de colheita de informações naquelas zonas, julgo justificar a localização nelas de destacamentos de efectivo de Companhia ou pelotão, amplamente reforçado.

Toda a fronteira norte, à excepção de S. António do Zaire, bem como a fronteira leste, ficam expostas a toda a infiltração, sem que tenhamos meios militares que possam, "in loco", e, em permanência, garantir a colheita de informações, por forma a poder ter-se actualizado o perfeito conhecimento da situação.

Como consequência de quanto atrás disse, julgo ser da maior necessidade e urgência a criação aqui de uma Unidade (Companhia) de paraquedistas e de Unidades de Aeronáutica:

- de transporte, para levar destacamentos de forças a quaisquer pontos onde a sua presença se faça sentir;
- de reconhecimento e fotografia para patrulhamento da fronteira e regiões onde se note maior efervescência;
- de ataque ao solo para actuar rapidamente contra núcleos reaccionários que se venham a localizar no norte, Congo, Lunda, junto à fronteira leste, ou em outra qualquer região da Província.

A situação interna presente não é de molde, como atrás se disse, a requerer a adopção de medidas de segurança imediata ou a criação das Unidades atrás preconizadas. Porém a sua evolução, isto é, a situação futura prevista é que me leva a encarar como necessária a criação de tais elementos de defesa.”

Das previsões então feitas, o Comando Militar de Angola só falhou a data de independência do Congo, sete anos mais cedo do que o previsto.

Os incidentes concretos, porém, só viriam a revelar-se com a entrada no ano de 1961.

A INDEPENDÊNCIA DO CONGO EX-BELGA

Em 01 de Julho de 1960, o Congo Belga tornou-se independente, após uma série de distúrbios e de rebeliões desencadeadas a partir de 1958. No Baixo Congo, onde viviam milhares de nativos de Angola e onde os brancos foram bastante perseguidos e maltratados, ocorreram incidentes que, posteriormente, se estenderam as regiões do Kassai, Kivu e Katanga, também no Congo ex-belga.

Em consequência da agitação e do caos reinantes no novo país iniciou-se uma debandada das populações e o êxodo dos brancos nele radicados para os territórios limítrofes, calculando-se que o total dos brancos refugiados em Angola, Congo Brazza, Rodésia e Uganda teria excedido os 45 000⁽⁹⁷⁾.

Os movimentos emancipalistas angolanos, que até ali se limitavam a acções de propaganda na fronteira, puderam então desenvolver o seu trabalho em muito melhores condições e preparar mais activamente a subversão em Angola, usando todas as facilidades e apoio das novas autoridades. Instalaram em território congolês as suas sedes e campos de instrução e passaram a utilizar a própria emissora de Leopoldville. Os seus agentes começaram a atravessar a fronteira muito mais facilmente, porque a permissividade das autoridades do Zaire era total e os postos portugueses muito raros. Percorreram impunes todos os povos do Norte de Angola, utilizando argumentos aliciantes em promessas, em especial de mulheres brancas – motivação muito forte para o indígena negro – os bens do branco e ameaças, recorrendo frequentemente ao feiticismo. O exemplo da rapidez com que tudo se processara no Congo ex-belga convencia os mais incrédulos.

(97) “O Caso de Angola”, ed. EME, Agosto 1969.

A actividade subversiva foi muito facilitada pelo chamado problema dos “Deslocados”.

Em 04Jan59 – antes da independência do Congo ex-belga ocorreram, em Leopoldville, sangrentos tumultos que tiveram origem no facto de o governo da colónia ter proibido um comício que os seus organizadores já consideravam como estando automaticamente autorizado.

A Bélgica, que resolvera conceder a independência à sua colónia, consentira na formação de partidos políticos, que organizavam os seus comícios em clima de grande tensão, ignorando as mais elementares regras de segurança e disciplina, de que a antiga colónia não podia abdicar, o que explica a proibição que deu origem aos motins⁽⁹⁸⁾.

“... Numerosos portugueses brancos e negros angolanos viram os seus estabelecimentos e habitações destruídos. As autoridades belgas aproveitaram a ocasião para expulsarem para Angola dois a três mil negros, que se diziam angolanos e que tinham ficado, ou já estavam, desempregados em Leopoldville, após os tumultos. Na prática, a Bélgica expulsou os indesejáveis que, em Angola, à falta de melhor termo para os definir ficaram conhecidos por “Deslocados”. A maior parte deles nem conhecia Angola, embora lá tivessem nascido e poucos falavam português, exprimindo-se quase todos na língua francesa. Tinham assistido às reuniões políticas de Kasavubu e Lumumba⁽⁹⁹⁾, nas quais a independência era exigida sem qualquer ambiguidade e, segundo as autoridades belgas, alguns deles estavam mesmo implicados nos tumultos. As autoridades administrativas portuguesas, não obstante a aparente submissão dos “Deslocados”, olhavam-nos com desconfiança, o que levou a que o Governo do Distrito do Congo expusesse a situação ao Governo Geral de Angola, obtendo a resposta de que a decisão política de os deixar entrar estava correcta e que não se podiam impedir portugueses de voltar a Angola, que era Portugal.

O Governo Geral arranhou-lhes empregos dentro do que lhe era possível e manteve um serviço que alimentou e vestiu centenas destes deslocados, durante vários meses. Os que diziam ter alguma profissão foram enviados para Luanda; aos que nada sabiam fazer só restava o trabalho nas fazendas de café, sem grande agrado dos nossos fazendeiros, que deles desconfiavam. Por seu lado, os nativos angolanos vivendo no Congo Português diziam que “aquela gente vinha lançar fogo à terra”.

Nesta altura não era possível afirmar se entre os “deslocados” havia gente da UPA, mas perante tantas desconfianças o Governo Geral de Angola apro-

(98) O problema dos “Deslocados”, baseia-se no depoimento escrito do governador do Distrito do Congo, à data destes tumultos, Brig. Hélio Felgas.

(99) Chefes políticos negros do Congo-Leopoldville.

veitou uma visita a Luanda do Governador Geral do Congo Belga para lhe pedir que suspendesse a expulsão dos angolanos de Leopoldville, pedido que foi aceite...”

“... Os deslocados não faziam segredo em dizer que só aguardavam a independência do Congo Belga para regressarem a Leopoldville e muitos o fizeram mesmo antes disso aproveitando a facilidade em atravessar a fronteira e a crescente dificuldade de controlo das autoridades belgas...”

Quando o Congo Belga se tornou independente a crise foi tão grande que os “deslocados” foram forçados a voltar a Angola, continuando a não haver base legal para o impedir. E, novamente, foram distribuídos pelas fazendas de café, constituindo-se potenciais agentes de subversão.

A acção dos agitadores na área norte da Província ia colhendo os seus frutos e era já notório, em 1960, que os nativos davam sinais de menos respeito pelas autoridades nacionais, praticando mesmo alguns actos de insubordinação.

O Comando da Região Militar de Angola, através da 2.^a Repartição do seu Quartel General, pôs frequentemente ao EME e ao SGDN a situação da Província e a previsão da sua evolução a curto prazo.

As autoridades militares portuguesas, preocupadas com a situação criada, continuaram a tomar algumas iniciativas militares, tendo em atenção que o movimento que decorria no Congo ex-Belga podia vir a desenvolver-se em Angola, criando um perigoso ambiente de insegurança na sua população.

Do Secretariado Geral de Defesa Nacional é enviada para Angola uma directiva tendente a assegurar a ordem e a posse de órgãos vitais para a segurança e economia do território, reprimindo quaisquer actos de sublevação, prevenindo o recurso a grupos de voluntários, armados em caso extremo e sob controlo dos chefes militares⁽¹⁰⁰⁾. A preocupação centrava-se, em especial, nas áreas de Cabinda, Congo, Lunda e Moxico.

Ao Comando Militar de Angola foi então dada a missão de:

- “...Prever a obtenção e o emprego de grupos de voluntários de reconhecida confiança e, quando julgar necessário e oportuno, distribuí-los, sob registo, o armamento disponível e adequado para a defesa das suas pessoas, família e bens de sua pertença, ou por que sejam responsáveis;
- prever a constituição de unidades de voluntários para a guarda e segurança dos locais e dos órgãos vitais, em reforço, ou até em substituição das forças da ordem;

(100) Directiva n.º 5, de 03 de Agosto de 1960, do SGDN, Lisboa.

- prever a convocação de militares do Exército que estejam fora da efetividade de serviço para, em caso de necessidade, constituir o enquadramento dos voluntários;
- promover os estudos e elaborar os planos referentes às previsões indicadas nas alíneas anteriores, tendo em atenção que os mesmos devem ser sempre orientados e conduzidos de forma a não paralisar o funcionamento dos serviços públicos essenciais, imprescindíveis à vida económica da Província;
- apresentar os referidos planos à apreciação do Governador-Geral e remetê-los ao SGD N para aprovação superior;
- promover a execução das medidas preconizadas nos mesmos planos, mediante ordem do Ministério de Defesa Nacional, transmitida pelo SGD N.

Em caso de urgência imediata, os mesmos planos poderiam ser postos em execução, mediante pedido do Governador-Geral”.

A ELEIÇÃO DO REI DO CONGO

No início do ano de 1961 viveu-se em Angola uma situação de desafio às autoridades portuguesas por motivo da eleição do Rei do Congo, questão histórica que remonta aos tempos de Diogo Cão (1482/1486) que, no reinado de D. João II, a par da implantação dos primeiros padrões, trouxe para Lisboa quatro nativos do então chamado “*Reino do Congo*”.

A questão reveste-se de importância na medida em que está de algum modo, relacionada com o nascimento da UPA.

Por tradição, Portugal permitia a manutenção em S. Salvador de um chefe gentílico, com a denominação de “Rei do Congo”, um soba como tantos outros mas que, conveniências de variada índole, aconselhavam a prestigiar. Era uma figura decorativa e, talvez por isso mesmo, nunca alguém se lembrou de levantar dificuldades para a eleição do Rei do Congo.

Porém, após a morte do “rei” D. Pedro, em 1955, os indígenas portugueses residentes em S. Salvador, mostravam, ao contrário do que se supunha, certo interesse pela nomeação do novo rei.

Em consequência, apareceram dois pretendentes ao trono do Congo: um indígena de nome António José da Gama, da tribo dos Kionsi, que nos era afeiçoado e que professava a religião católica, como tinha acontecido com os últimos reis do Congo e um indígena de nome Barros Nekaka, protestante, filho de um pastor protestante e irmão de outro Nekaka, tido por comunista.

Enquanto o primeiro era apoiado pelas autoridades portuguesas, o segundo era apresentado pelos indígenas portugueses que residiam no Congo e que tinham como chefes Eduardo Pinock, Martins Kidito e Francisco Borralho, além de um funcionário do nosso consulado na então cidade de Leopoldville.

Pela intervenção da autoridade administrativa portuguesa, foi eleito o indígena católico, com o título de António III, fazendo saber que Barros Nekaka, por ser um assimilado, não poderia ser rei.

Os apoiantes de Nekaka concordavam, com a condição de D. António aceitar Pinock e Borralho, residentes no Congo Belga, para conselheiros. Como não tivessem sido chamados para conselheiros, Pinock escreveu uma carta a D. António a saber a razão de tal atitude.

Respondeu à carta o padre italiano Felletti, da Missão Católica de S. Salvador que, pouco diplomaticamente, escreveu "*os padres protestantes faziam ingleses e não portugueses*". A resposta, amplamente divulgada não se fez esperar "*se a missão protestante, por ser inglesa fazia ingleses, a missão católica, por ser italiana, fazia italianos*" e "*se é um padre italiano que responde pelo rei, este não é livre mas manobrado pela missão católica*".

O carta teve assim o condão de cavar um fosso entre católicos e protestantes, de provocar um descontentamento contra o rei e de incentivar movimentos para a sua substituição.

A situação passou a ser favorável a Pinock, a quem não interessava pessoalmente a eleição, mas tão só colocar no trono um indígena que fosse suficientemente culto e inteligente para fazer pedidos constantes e orientados e que não pudessem ser satisfeitos, para se alimentar um clima de instabilidade na área, que o grupo de Pinock já visava.

Segundo Pinock, havia necessidade urgente de melhorar a situação do nosso Congo, onde os evoluídos não tinham trabalho e os indígenas locais recebiam salários muito baixos; impedir que as terras fossem confiscadas aos nativos pelos brancos; criar escolas, pois as existentes nas Missões pouco ou nada ensinavam e facilitar o retorno ao nosso Congo da grande maioria dos indígenas que se encontravam no Congo Belga e Francês. E para Pinock, D. António III, sendo boçal, não estava minimamente sequer à altura de compreender as necessidades dos indígenas.

Começa a gerar-se uma situação com uma componente que poderemos já classificar de política.

Em 24 de Dezembro de 1956, as autoridades portuguesas, um tanto incompreensivelmente, permitiram que um grupo de indígenas portugueses residentes no Congo entrasse no território angolano com uma banda de música. Os manifestantes atravessaram a fronteira, foram a casa de D. António, leram a carta do padre Felletti e acabaram por declarar em voz alta à nossa autoridade que não reconheciam, nem aceitavam D. António.

Como epílogo deste descontentamento, morreu D. António III em 1957, em circunstâncias um tanto misteriosas, deixando fortes suspeitas de ter sido envenenado.

Convém realçar que é nesta disputa da sucessão ao trono do Congo que resultou a criação da UPA, onde Pinock e Nekaka, desde o início, tiveram um papel de relevo⁽¹⁰¹⁾.

Renascia portanto o problema de dois anos atrás tendo então as nossas autoridades decidido mantê-lo num verdadeiro impasse, deixando a “rainha” viúva a ocupar, provisoriamente, o trono. Perante o desentendimento das doze tribos que procediam à eleição do novo rei e o pouco prestígio de que disfrutava a rainha, a questão caiu num aparente esquecimento⁽¹⁰²⁾.

Em 12 de Janeiro de 1961, o Governador Geral de Angola enviou ao Governador do Distrito do Congo, sediado em Carmona, uma mensagem em que se dizia ter sido recebido do Encarregado de Negócios, em Leopoldville um telegrama que referia ter a Ngwizako⁽¹⁰³⁾ difundido um comunicado, através da rádio oficial daquela cidade, convocando todos os naturais do Congo Português a irem a S. Salvador, no dia 17 de Fevereiro, a fim de assistirem à nomeação e coroação do Rei do Congo, título honorífico com muito prestígio entre os naturais e acto de grande importância regional⁽¹⁰⁴⁾.

Em 26 de Janeiro, novo telegrama do Governo Geral alertava o mesmo governador do Distrito para o facto de haver chegado ao seu conhecimento que 20 mulheres indígenas, sob vigilância de um cipaio, haviam capinado a pista de S. Salvador, sem receberem gratificação e que o mesmo havia sucedido na mesma localidade, por alturas do Natal, ocorrência estranha que deveria merecer um rigoroso inquérito e que tais métodos não se podiam aceitar⁽¹⁰⁵⁾.

Este tipo de trabalho não remunerado não era habitual e alguma coisa não estava certa, podendo mesmo suceder que o incidente não passasse de um boato destinado a chamar a atenção para S. Salvador, em coincidência com o que se passava com a eleição do “Rei do Congo”,

Em 7 de Fevereiro a um pedido de ausência do Distrito do Congo do seu governador, o Governo Geral respondeu que não convinha que ele se afastasse do Distrito, dada a proximidade da eleição.

Outro telegrama do Governador Geral de Angola, de 14 de Fevereiro⁽¹⁰⁶⁾ dizia que, de Leopoldville, a Ngwizako chamava a atenção de Luan-

(101) Ver capítulo sobre partidos emancipalistas de Angola – UPA, pág. 68.

(102) Esboço “História das Operações na RMA” – Parte III.

(103) Ver capítulo sobre “Partidos Emancipalistas, de Angola”, pág. 81 e 82.

(104) Telegrama em arquivo.

(105) Idem.

(106) Idem.

da para a pressão que o Administrador de S. Salvador exercia sobre os conselheiros do Reino do Congo, intrometendo-se directamente na escolha do novo rei e que pedia que os nativos tivessem liberdade de nomearem o rei conforme a tradição e estava previsto para o dia 17. O mesmo documento acusava o nosso embaixador na capital do Congo ex-belga de estar a dissuadir os membros daquele partido político de entrarem em Angola e que estes insistiam na eleição do “Rei do Congo” naquela data, que não convinha às autoridades portuguesas.

O Governador Geral preconizava ainda que “... caso insistam, as nossas autoridades deverão, caso possível, procurar impedir a entrada ou aconselhá-los a regressarem e, se tal não der resultado, haverá que recorrer a prisões e, em caso de violência ou resistência, será usada a força...”⁽¹⁰⁷⁾ e informava, em 15 de Fevereiro, que no Ministério do Ultramar a posição continuava a ser de escolher o “Rei do Congo” quando o governo considerasse oportuno⁽¹⁰⁸⁾, devendo-se esgotar os meios de dissuasão para evitar que os manifestantes se dirigissem a S. Salvador; primeiro, com o encarregado de negócios em Leopoldville e, depois, com a intervenção das nossas autoridades de fronteira.

O assunto ganhava dimensão nacional e governamental, não parecendo nada inocente a tentativa de impor uma data para a escolha do “Rei do Congo”, já prevista, acto que normalmente não constituía problema para ninguém. Mas os incidentes de 04 de Fevereiro, em Luanda, estavam bem vivos e o que era inicialmente uma simples questão de autoridade passara a ser uma questão de segurança, uma vez que, etnicamente, a UPA, se situava em S. Salvador.

No mesmo dia, 15 de Fevereiro, o Governo Geral remeteu ao Governador do Distrito do Congo outro telegrama prevendo o agravamento da situação⁽¹⁰⁹⁾,

“Deverá V.Ex.^a, e restantes autoridades civis, em relação ao assunto da eleição do Rei do Congo, manter estreito contacto e entendimento com as autoridades militares. Convirá impedir a passagem na fronteira evitando empregar meios extremos e, se necessário, pôr obstáculos nas estradas a fim de não permitir a circulação de automóveis. Convirá procurar insistentemente convencer os sobas do nosso território da inconveniência da realização, neste momento, da projectada eleição do Rei do Congo. As últimas instruções telefónicas de S. Ex. Ministro do Ultramar de acordo com Sexa Ministro de Defesa vão no sentido de procurar evitar até ao limite extremo qualquer acção de força pois esta,

(107) Idem.

(108) Idem.

(109) Idem.

além de dificuldades internas, poderia mover contra nós fortes correntes da opinião pública internacional...”

Mas a Ngwizako insistia na data de 17 de Fevereiro alegando não poder ficar mal colocada perante a UPA, mas garantiu ao nosso embaixador em Leopoldville o firme propósito de não provocar nem permitir o menor incidente e não adoptar atitudes hostis para com as autoridades portuguesas, garantindo ainda que se os não deixássemos entrar ficariam numa situação de apátridas mas nunca negariam a nacionalidade portuguesa e que muitos deles tinham a intenção de se fixarem definitivamente em Angola⁽¹¹⁰⁾.

Este abrandamento e efectivo comprometimento de posições levou a governo português a flexibilizar também a sua posição. Luanda comunicava, em 15 de Fevereiro, para Carmona, que as últimas instruções do Ministro do Ultramar eram no sentido de que se deveria evitar ao máximo o emprego da força, convencendo-se as populações e a Ngwizako, através das autoridades administrativas e por meios pacíficos, que a eleição sem concordância da autoridade não seria reconhecida oficialmente, acrescentando, porém, que “...se não for possível dissuadir da eleição esta deveria deixar-se realizar, não se impedindo a entrada pacífica em território português, mantendo-se a calma e a ordem e que a requisição da força armada seria uma excepção e feita de acordo com as directivas existentes...”⁽¹¹¹⁾

A questão da eleição do “Rei do Congo” continuou a ser acompanhada até ao último momento, por ser tida pelas autoridades governamentais portuguesas como uma questão que podia vir a pôr em risco a segurança da área e ter ligações com actividades dos partidos emancipalistas de Angola, nomeadamente a UPA.

Esta posição depreende-se de um telegrama datado de 16 de Fevereiro – véspera da eleição, comunicando que o Departamento da Defesa tinha informações de que elementos da UPA pretendiam aproveitar a ida de indivíduos a S. Salvador, por motivo da eleição, para produzirem distúrbios e que fora pedido ao Encarregado de Negócios em Leopoldville que procurasse auxílio junto do Governo do Congo para o impedir⁽¹¹²⁾.

A eleição teve lugar no dia marcado, 17Fev61 e nada ocorreu digno de registo. A situação que passou a viver-se no Norte de Angola, com a fuga das populações para o Congo, depois dos assaltos em Luanda, em 04Fev, tornara a questão de nulo interesse.

(110) Telegrama do Governo Geral, em arquivo.

(111) Telegrama em arquivo.

(112) Idem.

O ASSALTO AO PAQUETE PORTUGUÊS “SANTA MARIA”

Enquanto se vivia este incidente em Angola, a opinião pública foi posta perante o caso do paquete “*Santa Maria*”, de 22 000 toneladas, que largara de Lisboa em 08 de Janeiro de 1961 para a viagem ao Brasil e à América Central com 600 passageiros e 370 tripulantes e fora tomado, na madrugada de 22 de Janeiro, por um grupo de vinte e três assaltantes⁽¹¹³⁾, chefiados pelo capitão Henrique Galvão, figura da oposição ao regime político então vigente no nosso país.

Não se sabia muito sobre as verdadeiras intenções do assalto e o destino que os ocupantes do paquete lhe queriam dar, mas o governo português tinha a percepção de que o assalto se destinava a ter incidências sobre o Ultramar. Este “acto de pirataria”, como a própria imprensa dos EUA o classificou, parecia visar uma chamada de atenção para Angola. Em 29 de Janeiro foi captada em Luanda uma notícia emitida por uma emissora brasileira segundo a qual uma grande manifestação teria tido lugar em Luanda a favor dos assaltantes do “*Santa Maria*”, manifestação que teria sido dispersada pelas forças de polícia, o que era completamente falso.

Ter-se-ia espalhado pelo mundo a notícia de que Angola ia ser palco de grandes acontecimentos nos dias 28 e 29 de Janeiro, razão porque, nestes dias, afluíram a Luanda mais de 100 jornalistas, fotógrafos, operadores de cinema e de televisão estrangeiros, antes mesmo do assalto ao “*Santa Maria*”.

Em telegrama de 24 Janeiro do Ministro do Ultramar para o Governo Geral de Angola refere-se: “...em telegrama acabado de receber teve-se informação de que o paquete português *Santa Maria* foi assaltado no Mar da Venezuela por indivíduos fortemente armados, julgando-se que não só portugueses mas também estrangeiros, tendo assassinado membros da tripulação e tomado conta do navio.⁽¹¹⁴⁾ Deve tratar-se de uma tentativa de golpe de força, com agitadores vindo das Antilhas, dirigido contra algumas parcelas do território português. É necessário tomar precauções de acordo com as autoridades militares a fim de evitar surpresas dum desembarque e um ataque armado...”⁽¹¹⁵⁾.

(113) Eram 12 portugueses, 10 espanhóis e 01 venezuelano.

(114) Fora morto o terceiro piloto do *Santa Maria*, João José do Nascimento Costa e provocados ferimentos em mais dois tripulantes. Esta morte, provocada por precipitação de um dos assaltantes, poderá estar na origem de ter sido abandonada a intenção inicial do assalto – “Operação Dulcineia”, que parece ter sido a de ocupar a ilha do Pó e com os meios militares espanhóis ali capturados, tomar Luanda e, a partir de Angola, fazer cair o Governo de Lisboa.

(115) Telegrama em arquivo.

Mário Pinto de Andrade, então presidente do MPLA declarou, no entanto, em Conakry em 27 de Janeiro que “...a luta da libertação nas colónias era independente dos planos do General Delgado...”, que também estaria ligado ao assalto, para derrubar o governo de Salazar e que “... na eventualidade de uma chegada do Santa Maria a Angola esperemos que o capitão defina a sua posição face ao movimento de libertação angolana e face ao direito à autodeterminação dos povos colonizados por Portugal, para podermos então assumir as nossas próprias responsabilidades...”⁽¹¹⁶⁾.

Em 25 de Janeiro, em novo telegrama do Ministério do Ultramar para Luanda, comunicava-se que as marinhas inglesa, americana e brasileira haviam oferecido o seu concurso para interceptar o paquete Santa Maria, esperando-se que o incidente não demorasse a ser solucionado e pedia-se que, “prevendo todas as hipóteses, era indispensável manter em funcionamento todo o nosso dispositivo de segurança...”⁽¹¹⁷⁾.

Só neste dia 25, surgiram na imprensa os nomes dos comandantes da “Operação Dulcineia”. Além de Henrique Galvão, havia elementos espanhóis, que declararam pertencer ao DRIL – “Directório Revolucionário Ibérico de Libertação”.

Em 02 de Fevereiro, com o “Santa Maria” já próximo do Recife, onde as autoridades brasileiras haviam autorizado que aportasse, Henrique Galvão referiu que o seu movimento não estava apenas interessado em derrubar Salazar, que estava provado não ser invulnerável, mas sim também numa reforma profunda que abrisse as portas dos territórios ultramarinos à liberdade, progresso e independência.

Não está provada qualquer outra ligação deste assalto aos problemas com o Ultramar, não obstante em meados de Janeiro terem começado a ocorrer os incidentes da Baixa do Cassange e, em 04 de Fevereiro, os assaltos de Luanda, adiante referidos.

Parece claro, porém, que a época do assalto fora escolhida de acordo com o ambiente internacional de hostilidade a Portugal e ao seu regime, que era reforçado com a eleição de John Kennedy, como Presidente dos Estados Unidos, que havia tomado posse em 20 de Janeiro, véspera do assalto e de Jânio Quadros que assumiu as funções de Presidente do Brasil em 01 de Fevereiro. Este possibilitou, nesse mesmo dia, a entrada e acolhimento do navio e dos assaltantes em porto brasileiro tendo, no dia seguinte, em 02 de Fevereiro, assinado um decreto mandando entregar a embarcação ao representante do Estado Português.

(116) Transcrição de “O Jornal Ilustrado, de 4 a 10 de Janeiro de 1991”; A Batalha-Naval do Santa Maria”, inserido no artigo “Os 365 dias que abalaram Portugal”.

(117) Telegrama em arquivo.

A QUEIXA DO GHANA CONTRA PORTUGAL

A República do Ghana apresentou em 25 de Fevereiro de 1961, à Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma queixa acusando o governo português de não garantir eficazmente a observância da Convenção n.º 105 sobre a abolição do trabalho forçado. Nela se explicava que o Ghana não estava persuadido de que Portugal garantisse a observância eficaz, nos seus territórios de Moçambique, Angola e Guiné, dos preceitos daquela Convenção que Portugal e o Ghana haviam rectificado pelo que requeria que a OIT tomasse medidas apropriadas estabelecendo, por exemplo, uma Comissão de Inquérito, para considerar essa queixa e elaborar um relatório. E o Ghana pedia carácter urgente para o assunto, solicitando que o mesmo fosse incluído na agenda da 148.ª Sessão da OIT, a qual se realizaria em Genebra, na 2.ª semana de Março⁽¹¹⁸⁾.

A queixa e o seu carácter de urgência deram logo a certeza de que ela estava em consonância com outra que a Libéria apresentara no dia 15 do mesmo mês e na qual se invocava uma pretensa violação dos Direitos do Homem, na Província de Angola e que colocou contra nós, pela primeira vez, o governo americano que votou formalmente, ao lado da URSS.

A queixa ghanesa deu origem à constituição de uma Comissão Internacional da qual faziam parte representantes da Suíça, do Uruguai e do Senegal, que foi designada em 19 de Junho de 1961.

Foram ouvidas trinta e uma testemunhas de ambas as partes, às quais foram feitas mais de mil e quinhentas perguntas. Em Dezembro, a Comissão esteve em Angola, de 3 a 10 e em Moçambique, de 10 a 16 do mesmo mês, tendo percorrido mais de 8.700 Km⁽¹¹⁹⁾. No final do seu trabalho elaborou um minucioso relatório em que nega a queixa e se declara que *"...está plenamente convencida da boa fé com que estas modificações de política, de legislação e de prática foram efectuadas e que rejeita como inteiramente desprovida de alegação, feita em apoio da queixa, de que Portugal ratificara a Convenção apenas como disfarce a fim de continuar as suas brutais políticas de trabalho..."*.

Mais declarou a Comissão que os caminhos de ferro e os portos de Moçambique não empregavam mão de obra forçada, que ficara impressionada favoravelmente com a política de emprego de certas empresas, que absolvía inteiramente a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela da acusação de praticar trabalho forçado. Refere ainda que, após 23 de Novembro de 1960, ou seja, após a ratificação da Convenção número 105, foram introduzidas na

(118) Evangelista, Júlio: 'A queixa do Ghana e a conjura contra Portugal', Lisboa, 1963.

(119) Idem.

legislação e na prática portuguesa modificações substanciais referentes à aplicação da Convenção.

A Comissão declarou-se ainda muito impressionada com a grande liberdade de que gozavam todos aqueles com quem contactou em Angola e Moçambique, tanto funcionários públicos, como patrões, trabalhadores e os africanos não menos que os metropolitanos.

É evidente que se tratou de uma vitória para Portugal mas a mesma não evitou que, durante meses, diplomaticamente muito críticos, a queixa do Ghana actuasse com a finalidade com que fora concebida, isto é, para que, junta com os outros dois acontecimentos que referimos, constituísse um conjunto de acções que justificavam ao mundo a existência do que passou a chamar-se internacionalmente, *"o Caso de Angola"*.

O governo português aproveitou a oportunidade para, numa nota oficiosa de 19 de Março de 1962, declarar que *"não pode o governo português eximir-se a pôr em relevo que o relatório constitui uma réplica clara e terminante às críticas tendenciosas que, em alguns meios internacionais, são dirigidas à administração portuguesa em matéria de trabalho nas províncias de África"*. A mesma nota dizia ainda que a abertura do governo à Comissão significava que o governo português estava pronto a cooperar com as Nações Unidas e suas agências especializadas e que, quando as mesmas não tinham intuits políticos e quando a boa fé presidisse a tal cooperação, todas as informações seriam dadas e que as Províncias de África estariam abertas a todos os inquéritos e observações.

Este aproveitamento da questão, nomeadamente quanto ao que se refere na segunda parte da nota oficiosa, era uma resposta que o governo português julgava adequada à exigência da ONU de Portugal dar informação sobre os seus territórios *"não autónomos"*.

O governo português considerava aquela exigência descabida e ilegítima, na medida em que as leis portuguesas, já na 1.^a República, consideravam integradas na soberania portuguesa os territórios de Além-Mar.

A CORRIDA AO CAFÉ

Há uma relação clara entre os distritos onde o terrorismo iniciou a sua actividade e a natureza económica e geográfica da mesma. Por um lado, a grande riqueza de Angola que havia que paralisar era o café, o que tornava a área da sua cultura muito sensível e, por outro lado, a chamada *"corrida ao café"* criara algumas situações de injustiça nos Distritos de Uige, Cuanza Norte e Luanda, nas últimas duas décadas.

Tudo começara em 1949 quando o café africano passou a ter uma grande procura, nomeadamente o café de Angola que produzia excelentes lotes naqueles Distritos, entre os quais alguns haviam adquirido fama internacional como o café de Macocola.

O Norte de Angola era ideal para o seu plantio e, de um momento para o outro, surge uma riqueza rápida que vinha premiar o trabalho de honestos agricultores que ali haviam investido todos os seus haveres e o trabalho de uma vida inteira, enfrentando doenças, isolamento e dificuldades de toda a ordem.

Tornava-se necessário produzir quantidades crescentes e sendo escassa e pouco operativa a mão de obra local houve que recorrer a centenas de negros, recrutados no Sul, que vinham trabalhar nas plantações do Norte.

Na década de 50 o preço do café baixou mas, ainda assim, tinha uma importância primordial na economia angolana, atingindo-se o ano de 1960 com Angola em 3.º produtor mundial, a seguir ao Brasil e à Colômbia.

O quadro seguinte, extraído de anuários estatísticos oficiais de Angola, dão-nos a produção de café do território e permitem-nos concluir que era produzido essencialmente na zona afectada e numa pequena área a Sul de Luanda (Amboim e Ambaca), atingindo-se o ano de 1960 com uma supremacia do Norte de Angola⁽¹²⁰⁾.

	NUMERO DE PÉS (1 000)	ARÁBICA (Toneladas)	ROBUSTA (Toneladas)	ÁREAS DE MAIOR PRODUÇÃO
	197 517	500	68 065	Uige, Ambaca, Dembos, Amboim, Golungo Alto
1956	251 671	680	84 213	Ambaca, Uige, Dembos, Amboim, Golungo Alto
1957	255 646	946	77 070	Uige, Ambaca, Dembos, Amboim, Golungo Alto
1958	257 962	1 511	86 482	Uige, Dembos, Ambaca, Amboim, Quiculungo
1959	266 185	1 244	96 063	Uige, Dembos, Ambaca, Amboim, Quiculungo

(120) A estes valores há que juntar os resultados das vendas de café pelos nativos nos mercados locais, que atingiam somas muito elevadas.

A questão social resultante desta “corrida ao café” residia não apenas no deslocamento de trabalhadores do Sul para o Norte, mas no problema resultante do tratamento dado à chamada mão de obra, pois havia alguns agricultores que procuravam fugir à lei e outros não a cumpriam.

Normalmente as formas de trabalho seguido eram: trabalho eventual pelo período de 3 meses; trabalho de contrato por um ano; trabalho de 20 dias no patrão e dez na sanzala, indefinidamente prorrogável e as várias modalidades misturadas e confundidas.

Nem todas as autoridades se interessavam por saber se o nativo trabalhava demasiado para o branco com prejuízo das suas lavras e havia casos em que o indígena trabalhava um ano no regime de contrato e transitava para o regime de trabalho eventual, onde se mantinha 2 e 3 períodos, passando a outras modalidades.

Sem um controlo desta situação sucedia que o nativo estava 2 e 3 anos sem cuidar das suas próprias lavras.

As duas entidades intervenientes no processo de produção estavam em completo desacordo. Os agricultores exigiam trabalho produtivo e rigoroso para o nativo e recrutamento fácil e sem entraves burocráticos e os nativos queixavam-se que tinham pouco descanso e que até os obrigavam a trabalhar nas fazendas mesmo que fossem cafeicultores, o que era contra a lei. Este problema apenas tinha acuidade para os recrutados localmente porque, para a maioria, vinda do Sul, não existia.

Importa esclarecer que, além das grandes produções, das fazendas que estamos referindo, era permitido a cada agrupamento familiar local uma plantação até ao máximo de 1000 pés cujo produto se vendia nos mercados que se realizavam regularmente. Estas lavras domésticas, porém, eram prejudicadas com as obrigações e contratos irregulares celebrados com os nativos que, para aumentar o seu pecúlio, partiam para as grandes plantações e deixavam os familiares a cuidar das lavras, com evidentes prejuízos se o seu afastamento fosse prolongado, como sucedia nalguns casos, o que a legislação, nem sempre clara e frequentemente omissa, não impedia.

Esta situação foi naturalmente aproveitada pelos agentes subversivos para afirmarem ser a mão de obra nativa obtida em regime de trabalho forçado, o que não era verdade, mas que lhes permitia explorar os casos pontuais de injustiça.

Muitos dos jornalistas que nos primeiros meses se dirigiram a Angola para analisar a luta e as suas eventuais causas não deixaram de aflorar a questão do café e das relações laborais.

Um jornalista brasileiro⁽¹²¹⁾ viu a questão com muito realismo, publicando-a nos seguintes termos.

(121) Mário de Moraes, jornalista de “O Cruzeiro” e autor de “A verdade sobre a guerra de Angola”, reportagem de 14 de Outubro de 1961.

“...Cada distrito (são 14 ao todo) possui concelhos e cada um deles é dirigido por um Administrador com os seus Chefes Administrativos. Estes homens é que seleccionam e canalizam a mão-de-obra. Um agricultor, por exemplo, vai ao administrador da sua zona ou de outra e solicita-lhe 100 trabalhadores para o plantio, ou colheita do café. Este sai em busca dos trabalhadores, leva-os à Administração, apresenta-os ao patrão, e explica-lhes a qualidade do trabalho e prepara os contratos. Cada trabalhador recebe uma carteira (vi várias) com o seu retrato e anotações como nome, região onde nasceu e vive, data do nascimento, bases do contrato, etc. Comummente percebem 200 escudos por mês. Uma quarta parte, o trabalhador recebe no local de trabalho e as outras três quartas partes são enviadas pelo patrão para o administrador que os guarda até o indígena voltar. No seu regresso ele tem assim um bom pecúlio...”.

É sabido que o Administrador não “saía em busca dos trabalhadores”. Dirigia-se aos sobas e chefes de povoação e pedia-lhes que lhe indicassem voluntários, em proporção com o número de habitantes da povoação.

O repórter detectou as irregularidades que apontamos em relação aos contratos, denuncia a existência de administradores e fazendeiros que praticavam abusos mas afirma claramente “...para felicidade dos negros, a maior parte dos administradores eram honestos e, quando voltavam à terra, ali encontravam as outras três quartas partes. Os administradores e chefes de posto desonestos, à medida que iam sendo detectados eram expulsos do quadro administrativo...”.

A realidade era a descrita mas a mais pequena irregularidade nos anos de 1960-1961, tinha repercussões internacionais que não nos eram nada favoráveis porque apareciam ampliadas e completamente deturpadas⁽¹²²⁾.

Infelizmente havia quem carregasse camiões de vinho e correndo as pequenas plantações de café dos negros trocava toneladas de produto por pouco dinheiro, sem que fosse fácil aos Administradores detectar tais desmandos na sua vasta área de responsabilidade. O repórter de “O Cruzeiro” fala mesmo num nome que lhe indicaram e que, por este processo fraudulento, num mês, teria ganho muitos contos de reis.

Estas situações eram anómalas, porque a produção de café decorreu em geral por processos honestos, legais e conduzidos por pessoas correctas.

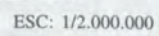
Esta riqueza construía-se com muito esforço e tornou prósperas vastas regiões até aí improdutivas onde o terrorismo viria a eclodir. Havia que investir, desbravar o mato, abrir caminhos, construir instalações, plantar o café, instalar luz, arranjar a água, trabalhar duramente, suportar o isolamento e passar por todas as fases da cultura do café até à colheita e ao lucro.

(122) Ver capítulo “A queixa apresentada pelo Ghana”, pág. 139.

Acresce que as grandes roças de café surgiam em áreas geográficas de altitude variável, entre 400 e 1200 m, muito cortadas por vales quentes e húmidos onde se desenvolvem florestas frondosas, debaixo de cuja protecção, em terrenos desmatados, era feita a plantação.

Estes terrenos eram exactamente os que melhores condições propiciavam ao inimigo e mais dificultavam a nossa acção militar.

O Norte de Angola surge assim, muito naturalmente, como uma região de eleição para fazer eclodir a guerrilha com perspectivas de êxito, quer pelo acidentado do terreno, quer pelas consequências muito negativas que a sua acção poderia ter sobre a economia da Província, bem como pela relativa proximidade de Luanda – 250/300 Kms – capital e sede do governo de Angola.



145

Em meados de Janeiro de 1961, verificaram-se na Baixa da Cassange, a NE de Malange, acontecimentos de certa gravidade.

Entre os trabalhadores da cultura do algodão ocorreu uma amotinação por causas relacionadas com as condições de pagamento e modo como o trabalho era efectuado por exigência da companhia concessionária, que não eram do agrado dos nativos. Foi-se gerando um mal estar que, agitadores vindos do Congo, aproveitaram provocando na região um clima grave de insurreição contra a autoridade local⁽¹²³⁾.

O primeiro indício claro de rebelião, verificou-se em 11 de Janeiro de 1961, na povoação de Milando. Uma patrulha da 3.^a CCE estacionada em Malange, dirigiu-se àquela povoação, onde chegou pelas 04 horas do dia 12, encontrando a população alarmada, tendo o Chefe do Posto informado que os nativos das sanzalas Ganga-Mexita e Quivota, respectivamente a 05 e 09 Km da sede do Posto, se haviam recusado ao trabalho, afirmando que matariam qualquer cipaio que lá fosse.

A patrulha deslocou-se à primeira daquelas sanzalas, deparando-se-lhe cerca de 200 nativos dispostos em linha e armados de armas gentílicas. Após alguma confusão inicial, a situação serenou perante as intenções pacíficas da tropa, tendo sido destacados três elementos para parlamentar com o comandante da patrulha, a quem disseram que não trabalhavam, por ordem de Kasavubu⁽¹²⁴⁾ e de "Maria".

Perante notícia posterior de que tinha sido morto um capataz mestiço da empresa – Cotonang –, foi decidido voltar, para tentar a captura dos criminosos, mas a patrulha militar que saiu na manhã seguinte encontrou as sanzalas completamente abandonadas, tendo os nativos partido com os seus bens.

Após esta rebelião, em que não foi disparado um único tiro, a calma voltou a Milando, tendo o Comando Militar de Angola ordenado em 23 de Janeiro que ali permanecesse uma Secção de atiradores.

Em 22 de Janeiro, registou-se idêntica rebelião em Tembo Aluma, por parte de cerca de 300 nativos, alguns deles empunhando o dístico "PSA", não tendo também aqui havido agressões nem violência⁽¹²⁵⁾.

A rebelião manifestou-se ainda em Cunda-Rio-Baza, Quela, Marimba, Inongo e Xamuteba.

Em pouco tempo a sublevação estendeu-se a toda a Baixa do Cassange, no NE de Angola, junto à fronteira com o Congo Leo, com a adesão dos grupos étnicos Marimbas e Bangalas, além dos Maholos.

(123) "O Caso de Angola", ed. EME.

(124) Então Chefe de Estado, do Congo ex-belga.

(125) Ver partido "PSA" – partido do Congo ex-belga, pág. 63 do presente volume.

A evocação frequente de “Maria” pelos amotinados surgiu explicada numa carta apreendida a um agitador congolês, preso no local, onde se referia “... tudo o que se está passando foi mandado por Maria. Os segredos da carta que a Fátima, mãe de Jesus entregou à Lúcia, estão-se a realizar. Direitos legítimos dos povos subjugados. A Maria mãe de Jesus está em lágrimas sobre os castigos que o negro está sofrendo...”.

Estes acontecimentos provocaram alarme entre os europeus da região, tanto mais que se soube que os nativos de Cunda exigiam a saída dos brancos, “que não os queriam ali”. A situação foi-se deteriorando e, em 01 de Fevereiro, mais de 1000 nativos concentraram-se próximo de Cunda-Ria-Baza e, no dia 02, os europeus desta região fugiram para Malange.

O Relatório Especial de Informações, de 02 de Fevereiro, do Comando Militar de Angola⁽¹²⁶⁾ refere que cerca de 600 trabalhadores voluntários das prospecções mineiras ao longo do Rio Cuango, abandonaram o trabalho e que a situação parecia extremamente grave, tudo indicando que estes acontecimentos alastrassem para outras regiões, quer a Norte, no Distrito do Congo, quer a Leste, no Distrito da Lunda.

A 3.^a CCE – Companhia de Caçadores Especiais, aquartelada em Malange, lançou imediatamente, em toda a região, até Camaxilo, a leste, uma intensa actividade de patrulhamento e acção psicológica tendente a acalmar os ânimos e a explicar aos nativos que estavam a ser manipulados por agitadores, mas as nossas forças eram sistematicamente envolvidas por multidões numerosas que, confundindo o Estado com a companhia concessionária de algodão, diziam que “o Estado é caca de galinha”.

Os agitadores continuavam a pressionar os nativos e espalharam o boato de que a “bala do branco não mata”, criando às nossas forças, que actuavam com extrema sensatez, uma situação que poderia tornar-se desprestigiante.

Este movimento insurreccional foi crescendo, facto que levou à necessidade de constituir o Batalhão de Caçadores Eventual, que englobava a CCE de Malange – a 3.^a CCE e a de Luanda – a 4.^a CCE e que dispunha ainda de 1 pelotão de atiradores indígenas, do Regimento de Infantaria de Luanda e, pouco depois, da 5.^a CCE, chegada da Metrópole, a qual, tomando a seu cargo a guarnição de Malange, permitiu lançar a 3.^a CCE e a 4.^a CCE em operações na área⁽¹²⁷⁾.

Os elementos amotinados dispunham unicamente de armas de caça, canhangulos, catanas e mocas, mas actuavam em grandes massas, com aspecto de hipnotizados.

(126) Relatório Especial de Informações, de 02 de Fevereiro.

(127) Franco Pinheiro, Joaquim António, “Testemunho dos acontecimentos de Angola”, Revista Militar n.º 2 e 3, Fev-Mar, 1963.
Veja-se também “Norte de Angola – 1961, a verdade e os mitos”, do Cor. Rebocho Vaz, então Comandante do BCaÇ Eventual.

O Plano de Operações n.º 1, do Batalhão de Caçadores Eventual, foi extraído das Instruções para a Operação “Cassange”, da RMA, que organizara o próprio Batalhão com pessoal do Regimento de Infantaria de Luanda e exprimia a missão, nos seguintes termos:

“Numa 1.ª fase:

- atingir com uma CCE, reforçada, a povoação de Cunda-Ria-Baza, tentando, se possível de surpresa, cercar aquela povoação e a sanzala próxima;
- desarmar todos os grupos indígenas encontrados;
- pesquisar entre os indígenas da povoação e seus arredores, os cabecilhas responsáveis pelos últimos acontecimentos e prendê-los;
- em qualquer acção contra os indígenas recorrer sucessivamente pela ordem indicada, aos seguintes meios atinentes ao desarmamento, à entrega de armas e à dispersão de grupos;
 - meios suasórios, com avisos na língua local, se possível – meios contundentes e granadas lacrimogéneas;
 - armas de fogo e disparos para o ar;
 - granadas de mão ofensivas;
 - armas de fogo com o propósito de provocar baixas;
 - imposição da ordem a todo o custo sem qualquer restrição no emprego dos meios.

Assegurada a ordem, entregar a manutenção da mesma e a defesa de Cunda-Ria-Baza a um Pel.Caç que aí se manterá até ordem posterior.

Numa 2.ª Fase:

- Atingir, com uma Companhia Caç E, a povoação de Milando, se possível de surpresa;
- desarmar todos os grupos indígenas, quer em Milando quer durante a deslocação;
- pesquisar os cabecilhas responsáveis, desprestigiá-los perante os restantes indígenas e prendê-los;
- em qualquer dos casos seguir a ordem de emprego de meios estabelecidos para a 1.ª fase;
- restabelecida a ordem, manter-se na povoação, assegurando a manutenção da mesma e a defesa de Milando, onde se manterá até ordem posterior.

Durante as duas fases, assegurar a ordem pública em Malange, tendo em especial atenção o aeródromo e manter-se em condições de reforçar a Comp.Caç.E. destacada para Cunda-Ria-Baza e Milando.”

A execução desta operação, com apoio aéreo, foi cometida à 4.^a CCaç E, enquanto a 3.^a CCaç E, que assegurava a ordem pública em Malange, se preparava para, se necessário, reforçar a 4.^a CCac E e colocava um pelotão de reforço em Cunda-Ria-Baza.

Em 6 de Fevereiro de 1961, a 4.^a CCE encontrava-se em Quela onde ocorreram os primeiros incidentes graves.

Alguns milhares de amotinados cercaram aquela Sub-unidade ameaçando massacrar os seus elementos colocando-a na situação de ter que abrir fogo.

O balanço total das baixas foi de um morto e quatro feridos das nossas tropas e de 71 mortos e 41 feridos dos indígenas revoltados.

Em 07Fev61, a Sub-unidade atinge Cunda e, perante uma insubordinação generalizada na área, a sua actividade dispersa-se pelas regiões de Quizenga, Caombo, Belo Horizonte, Quianda, Chiquita, Marimba, Marimba Anguenga e Tembo Aluma, regiões que vão pacificando por forma a que as zonas S e W não constituíam já problema. Os nativos estavam a regressar aos trabalhos e a receber voluntariamente sementes da Cotonang. Os Gingas, a Oeste da estrada Quianda – Marimba, vinham apresentar cumprimentos ao comandante da coluna e entregavam os agitadores que entre eles se introduziam.

A região de Milando, objectivo da 2.^a fase da operação não foi atingida em força, mas a situação continuava grave, prevendo-se que seria necessário uma acção de certa envergadura.

O limite Leste, coração dos Maholos, os grandes inimigos da pacificação, mantinha-se também, com grande acuidade, na linha Xá-Muteba-Papo-Yongo-Cuango-Muanha, Quilucala, Cassange.

O Comando do BCaç Eventual atribuiu à 4.^a CCE, que operava na região de Marimba, a missão de continuar a pacificar a região Norte até Tembo Alumba, e deu nova missão à 3.^a CCE.

Esta Companhia, mantendo o pelotão de reforço à 4.^a CCE em Cunda, deslocou-se de Malange, ao longo da estrada Quela-Yongo e foi submetendo os povos sublevados, desarmando-os e capturando os desconhecidos. De Yongo deveria atingir, para Norte, a região de Cachinga e, para Sul, Papo e Xá-Muteba, procedendo para com os povos sublevados de acordo com a missão que havia sido atribuída à 4.^a CCE na 1.^a fase da operação.

Com reduzidos meios, e depois de algumas acções de fogo impostas pela agressividade das massas de nativos que se atiravam para cima das nossas tropas convencidos que eram invulneráveis às balas, o Batalhão Eventual acabou por considerar, em 27 de Fevereiro, pacificada toda a região, através da captação da amizade das autoridades gentílicas as quais, depois de esclarecidas, aconselharam o trabalho pacífico.

A 4.^a CCE regressou a Luanda, o mesmo sucedendo à 5.^a CCE que ficou sediada no Caxito, próximo daquela cidade.

Quanto ao número de baixas, sobre o qual se tem especulado, o Boletim de Informação de 28Fev61 da 2.^a Rep/RMA refere expressamente que em todas as acções, desde 11 de Janeiro ate 27 de Fevereiro e em toda a vasta área onde as operações se efectuaram houve as seguintes baixas:

do lado indígena: – 243 mortos e 96 feridos e um grande número de prisioneiros quase todos postos em liberdade depois de conveniente preparação psicológica;

da 4.^a CCE: – 2 mortos e 4 feridos.

A acção militar na Baixa do Cassange revestiu-se de características muito especiais. As colunas das NT embrenhavam-se pelas regiões sublevadas, vencendo grandes dificuldades devido ao mau estado dos itinerários numa região alagadiça, onde as viaturas se atolavam a todo o momento e onde os nativos começaram a destruir a maioria das pontes e pontões existentes.

As nossas forças deparavam com concentrações de vários milhares de amotinados – “nuvens de amotinados”, como referem alguns relatórios militares –, que, confundindo o Estado com a Cotonang, se mostravam claramente hostis a qualquer autoridade e ameaçavam submergir e massacrar a cada momento as pequenas forças que tentavam resolver, pacificamente, as situações e que se viam obrigadas a disparar para não serem chacinadas.

Não fosse o estado de histeria colectiva em que as populações foram colocadas pelos agitadores vindos do Congo e teriam sido evitadas acções de fogo.

Na vasta área da Baixa do Cassange houve pois uma acção militar que de algum modo antecipou o início da subversão violenta em Angola, como um forte prenúncio do que poderia vir a suceder noutras áreas, uma vez que o estado do espírito das populações já não era de clara passividade.

Estes acontecimentos permitiram tornar evidente que as populações, no Norte de Angola já não eram submissas e poderiam verificar-se outros movimentos mais graves. Mostraram, por outro lado, a importância da acção psicológica exercida pelas nossas tropas sobre as populações, aspecto que foi o início de uma consciencialização geral para esta matéria.

A experiência colhida neste campo foi imediatamente transmitida, através de palestras, às primeiras forças que chegaram a Angola, em Maio desse ano, vindas da Metrópole.

Foi também posta em evidência a nossa pobreza de meios, nomeadamente a inadequação da espingarda de repetição, para fazer face a acções de massa, envolventes das nossas tropas.

[illegible]

- - Povoações onde se iniciou a rebelião
- > - Actividade da 4.ª CCacE, com pacificações
- ...---> - Actividade da 3.ª CCE, com pacificações

O levantamento da Baixa do Cassange poderia até ser um ensaio para acções de outra envergadura e de outra natureza, o que o futuro não confirmou, pois na região não houve mais subversão activa generalizada e, apenas num ou outro ponto da zona voltou a haver acções activas.

Relatórios responsáveis elaborados por entidades militares⁽¹²⁸⁾ resultantes de uma informação minuciosa colhida no contacto directo com as populações mostraram, inequivocamente, que a revolta teve origem num excesso de horas de trabalho dos indígenas que trabalhavam no algodão e numa carência alimentar generalizada, que vinha já do antecedente e nalguns casos por maus tratos por parte de elementos da companhia algodoeira concessionária. Esta precária situação social criou na população indígena um clima psicológico propício a aceitar as acções e conselhos de agentes subversivos, vindos do Congo ex-belga, acabando aquela por entrar em rebelião aberta.

Inicialmente os nativos apenas se recusavam a trabalhar no algodão, em condições muitas vezes deploráveis, ameaçando os cipaios que, em nome das autoridades, abusivamente, os espoliavam do pouco dinheiro que tinham e não aceitavam a autoridade, pela sua passividade perante as injustiças de que eram alvo. Rapidamente, porém, passaram a saquear, destruir e queimar as casas comerciais e edifícios de postos administrativos como Marimba, Tembo-Aluma e instalações da empresa Cotonang.

Num Relatório do Batalhão de Caçadores Eventual, de 11Fev61, o seu Comandante refere que a sublevação indígena era motivada pela miséria em que viviam e pelos maus tratos e opressão a que eram submetidos pelas autoridades administrativas. Desta aliança perniciosa, diz ainda, resultava que o indígena nem sabia distinguir entre a Cotonang, empresa algodoeira que o forçava a uma situação económica injusta, e o Estado. O mesmo documento acrescenta que o indígena era incentivado a não pagar imposto, a não cultivar o algodão e a fazer apenas algumas culturas que lhe dessem o indispensável alimento.

O Relatório conclui “... esta atitude de rebeldia será reprimida e então os feiticeiros entram em acção fazendo umas feitiçarias que tornarão os indígenas imunes às balas dos brancos, que será quem os vai castigar, e é mais uma exploração, visto que para obter a imunidade, terão que pagar...” e “...afigura-se a este Comando que a operação CASSANGE, agora em curso, será de efeito efêmero se não for acompanhada de uma acção eficaz de protecção ao indígena, sendo de exigir à COTONANG, no mínimo, o estrito cumprimento do que, sobre o assunto do algodão, se encontra legislado...”⁽¹²⁹⁾.

(128) Em arquivo.

(129) Relatório do Comandante do Bat. Caç. Eventual em operações em Baixa do Cassange.

A 2.^a Repartição do QG/RMA em despacho concordante exarado neste relatório, diz muito claramente “...*Há que notar também que a propaganda comunista, infiltrada pelo PSA naquela zona, não cessará, impondo-se captar as populações para não serem arrastadas de vez por aquela mesma propaganda...*”.

Pelo facto de se tornar evidente que os problemas laborais levaram as populações a um estado de sublevação, a que podemos associar interferências políticas, em especial congoleesas, que exerciam a sua actividade de forma muito simplista e ligada à feitiçaria, durante a operação foram lançados sobre as populações panfletos que exprimiam claramente o teor da sua sublevação.

PANFLETO

“OS FEITICEIROS e as pessoas más, estão a enganar-vos. Há pessoas que não são portuguesas, nem pertencem ao Governo que andam pelas vossas Sanzalas ou mandam-vos mensageiros a dizer-vos mentiras a fim de obedecerdes aquilo que eles mandam dizer.

Vocês devem ir dizer essas coisas todas que ouvis e que vêm do outro lado, do Congo Belga e que querem trazer-vos à miséria, ao Chefe do Posto e ao Administrador.

O Governo manda em todos os Maholos, Ginjas Maungas e Bondos e não outra pessoa.

Quem vir um branco ou preto na vossa Sanzala dar armas ou pólvora não aceitem, mas se receberem levari-as ao Chefe do Posto para ele saber o que se passa na vossa terra. Não fujam do Governo; mas toda a gente lhe deve obedecer, como era antigamente; as cartas do Governo têm muita força, tem soldados brancos e pretos, e tem também muitas armas para vos matar.

O Governo tem também aviões para ver aqueles que se escondem na mata ou no capim e para ver tudo o que se passa em baixo.

O trabalho é uma obrigação para toda a gente, como antigamente; trabalhai nas vossas lavras, nos campos de algodão, em todos os produtos alimentícios para viverdes bem, para vos vestirdes e terdes tudo o que quiserdes.

Cultivem algodão todos os que quiserem; os que não quiserem que não cultivem, cultivem outra coisa.

Tanto o branco, como o preto têm que cumprir com a sua obrigação, para se distinguirem dos preguiçosos e para acabar a fome e a miséria nas vossas terras.

Devem expor ao Chefe de Posto todos os vossos problemas para que ele os resolva; não dêem atenção àqueles que vêm de outras terras.

Ouçam só o vosso Chefe, ou o vosso Administrador, que eles são os mensageiros que o Governo manda”.

O PSA, congolês, facilmente infiltrado no território sublevado, encontrara terreno fértil nos Maholos, pelo facto de o soba maior deste grupo étnico, que gozava de grande prestígio e ascendente entre os seus povos, viver na República do Congo, na zona de influência daquele partido.

Idêntica influência do exterior havia atingido também outros povos, especialmente os Lundas, da região de Camaxilo, Bângalas e alguns Marimbas.

A componente política da subversão da Baixa do Cassange deve-se, assim, preponderantemente ao PSA que, manejando habilmente massas de nativos, descontentes com o seu baixo nível de vida, se julgavam totalmente protegidos por "*Maria*" que os protegeria se expulsassem o homem branco.

O seu enquadramento e manipulação era feito por feiticeiros que lhes diziam que as nossas armas só disparavam água. Nalguns casos, abatido o feiticeiro, a multidão rapidamente se submetia. Lamentavelmente, era preciso provar às multidões que as armas das nossas tropas matavam mesmo, para a situação se resolver, pois enquanto faziam tiros de aviso para o ar os militares não eram obedecidos e mais convencia os nativos que as balas disparadas não os matavam e eram mesmo água.

A situação militar normalizou-se rapidamente porque as populações viram, de forma evidente, que andavam a ser enganadas e as nossas autoridades tomaram medidas adequadas para resolver os seus problemas na sequência dos acontecimentos.

Os feridos foram tratados com humanidade nos nossos serviços de saúde e perante a carência alimentar e o vácuo administrativo criado, o Comandante Chefe (CCFAA) comunicou ao Governador Geral que julgava da maior conveniência, terminada a ocupação militar nas zonas pacificadas, renovar e advertir as autoridades administrativas na área. Para resolver a situação material reconhecia ainda o CCFAA que fossem atribuídas verbas a pagar diariamente aos nativos para reparação das vias de comunicação, incluindo a reconstrução dos pontões que haviam destruído e que houvesse uma larga distribuição de víveres às populações submetidas e as que se haviam negado a tomar parte no movimento. O Exército poderia colaborar nessa distribuição, o que traria efeitos psicológicos muito benéficos. Pedia ainda o CCFAA autorização para que o Exército proclamasse, claramente que a obrigatoriedade da cultura de algodão terminara e que fossem distribuídas sementes à população com o fim de lhes permitir reconstituir as suas lavras.

Estas medidas acabaram por ser tomadas, a justiça para com os nativos passou a ser prática corrente nesta área que se pacificou e entrou numa normalidade de onde nunca mais sairia ao longo dos treze anos da campanha⁽¹³⁰⁾.

(130) Não se detectaram referências inequívocas da interferência do MPLA e os indícios mais sólidos apontam exclusivamente para a influência política do PSA, partido Congolês com influência regional.

LUANDA, 04 DE FEVEREIRO DE 1961

OS ASSALTOS

Pelas 02H30 do dia 04 de Fevereiro, três grupos de cerca de 60 elementos cada um, armados de catanas e de uma ou outra pistola, atacaram quase simultaneamente e de surpresa a Esquadra da Polícia de Segurança Pública Móvel, a Cadeia e a Administração de S. Paulo e a Casa de Reclusão. Quando o 3.º destes grupos se dirigia para o assalto à Casa de Reclusão caiu inesperadamente sobre uma patrulha de PSP Móvel, que encontrou a socorrer um indivíduo prostrado no solo, matando todos os seus elementos e destruindo o carro patrulha.

Os assaltantes não conseguiram os seus objectivos porque encontraram firme resistência em todos os estabelecimentos assaltados, e não libertaram qualquer preso mas apoderaram-se das armas das duas sentinelas mortas e dos guardas da patrulha, armamento que posteriormente foi recuperado.

Desta acção resultou a morte de 5 guardas da PSP metropolitanos e 1 cipaio e ainda de 1 cabo da Casa de Reclusão e de 25 assaltantes.

Os grupos de assaltantes eram constituídos, na sua maioria, por jovens, muitos deles naturais de Catete. Apresentavam-se drogados, vestindo unicamente calções e de tronco nu, engordurado, impossibilitando a luta corpo a corpo. Pareciam enlouquecidos e gritavam *"mata, mata, Angola é nossa"*.

O problema apresentava-se grave para as nossas autoridades militares que foram colocadas num dilema. A 4.ª Companhia de Caçadores Especiais, que tinha por missão reforçar a 3.ª em Malange, para que esta pudesse libertar-se para acções na Baixa de Cassange, acabava de embarcar o seu material em caminho de ferro para Malange⁽¹³¹⁾ pondo-se o problema de decidir se seguiria para o Leste, como estava previsto, ou se ficaria em Luanda, face aos acontecimentos que estavam a decorrer.

(131) "Testemunho dos Acontecimentos de Angola", Ten. Cor. Joaquim António Franco Pinheiro, Revista Militar n.º 2,3, 1.º Trimestre de 1963, pág. 193.

Ponderadas as vantagens e os inconvenientes, foi decidido que aquela Sub-unidade seguisse ao seu destino e que a defesa de Luanda se efectuasse pelos seus próprios meios.

Foi uma decisão difícil, porque os meios de Luanda eram escassos e se resumiam a:

- uma Companhia de Polícia Militar, recém-chegada da Metrópole, ainda pouco experiente e cuja acção dependia muito de um Pelotão de Polícia Militar indígena, que poderia ter elementos subversivos;
- um Esquadrão de Reconhecimento, de efectivos reduzidos, a dois pelotões de auto metralhadoras;
- o Regimento de Infantaria de Luanda (RIL), a duas Companhias Indígenas de Caçadores, de efectivos reduzidos;
- o Grupo de Artilharia de Campanha de Luanda (GACL), a três Baterias de Artilharia, também de efectivos reduzidos;
- a PSP, composta, na generalidade, por naturais de Angola que era escassa para policiar a cidade, nas circunstâncias que se viviam.

Aparentemente, de confiança total, apenas se dispunha da Companhia da Polícia Militar e do Esquadrão de Reconhecimento, constituídos por pessoal da Metrópole, mas o futuro viria a demonstrar que foi acertado ter confiado em todas as Unidades e que a decisão tomada em relação à 4.^a CCE fora a mais correcta.

A Companhia de Polícia Militar foi dividida em três escalões – um, policiava a cidade; o segundo, vigiava os muceques e impedia movimentos suspeitos em direcção à parte urbanizada da cidade e, o terceiro, constituía um piquete de prevenção, para uma intervenção rápida.

O Esquadrão de Reconhecimento era deslocado, à noite, para um local de concentração variável, pronto a acorrer a qualquer ponto da periferia onde se revelassem grupos amotinados.

As Unidades da Guarnição Normal guardavam os seus aquartelamentos, faziam alguns patrulhamentos, isolavam algumas áreas da cidade e incumbiam-se dos cercos, nas rusgas que se faziam a áreas suspeitas da cidade⁽¹³²⁾.

O ambiente em Luanda depois daqueles assaltos, antes descontraído e calmo, passou a ser de insegurança, pesadelo e desconfiança, entre as comunidades branca e de cor.

Mercê de uma actividade esgotante de patrulhamento e rusgas, não se verificaram, nos dias seguintes, acontecimentos graves. Porém, no Domingo a

(132) Franco Pinheiro, Joaquim António, "Testemunho dos Acontecimentos de Angola", Revista Militar n.º 2/3, 1.º Trimestre, pág. 56.

seguir aos acontecimentos – 06Fev61 –, ocorreram incidentes de certa gravidade, quando se realizavam os funerais das vítimas dos assaltos.

Alguém – talvez um agitador – denunciou um pequeno grupo de nativos como pretendendo atacar acompanhantes do funeral, onde se haviam incorporado a mais altas entidades civis e militares de Angola. O nervosismo reinante fez estabelecer a confusão e originou que o pânico alastrasse. Deflagrou intenso tiroteio, de que resultaram algumas vítimas nativas, (19 mortos e numerosos feridos) incidente que servia a causa da subversão e contribuía para afastar as comunidades branca e negra.

Estas ocorrências tiveram lugar quando culminava na ONU uma situação altamente desfavorável a Portugal e quando a Libéria preparava uma proposta para que a situação em Angola fosse apreciada, pretensamente por fazer perigar a paz mundial que, de resto, veio a apresentar em 15 desse mês, ou seja entre o assalto ao “*Santa Maria*” e os ataques à cadeia e à PSP em Luanda, em 04 de Fevereiro⁽¹³³⁾.

Embora nunca se tivesse comprovado uma ligação clara entre o assalto ao “*Santa Maria*” e a “*Questão de Angola*”, que agora se revelava violenta, Portugal entendeu defender a tese de que o chamado “*Problema de Angola*” era artificial, a partir da relação que estabeleceu entre um caso e o outro, como ressalta do telegrama enviado em 15 de Fevereiro pelo Ministro do Ultramar ao Governador Geral de Angola⁽¹³⁴⁾. Nele se diz que a Libéria, com o apoio da Rússia e da RAU, pedira a discussão do assunto de Angola no Conselho de Segurança da ONU, sendo de prever que aqueles países levassem o seu propósito por diante sem que os Estados nossos amigos pudessem usar o direito de veto por ser uma questão processual. O mesmo documento expressa ainda que os Estados amigos estavam dispostos a sustentar a tese da relação entre o caso “*Santa Maria*” e os motins havidos em Angola e que ambos os incidentes se deviam a uma manobra orientada pelo comunismo internacional, pedindo o ministério a Angola provas para esse efeito, entre as quais documentação e fotografias, identificação dos europeus implicados nos motins, negros estrangeiros implicados e suas nacionalidades, marcas de armas de origem não portuguesa e panfletos de origem comunista.

O telegrama atrás referido é completado no dia seguinte com outro⁽¹³⁵⁾, em que se reforça a ideia de que os Estados amigos defenderiam a tese referida e se afirma que o governo português sabia que em Novembro de 1960, o grupo afro-asiático da ONU, em reunião secreta, decidira provocar incidentes no Ultramar Português que dessem pretexto a uma discussão durante a reunião do

(133) Resenha Histórico-Militar, 1.º Volume, Enquadramento Geral, pág. 56.

(134) Em arquivo.

(135) Em arquivo.

Conselho de Segurança e da Assembleia Geral, que reunia em Março de 1961 e ainda que seria de prever que se promovessem novos incidentes quer em Angola, quer noutros territórios do Ultramar, especialmente durante o período da reunião da ONU. Este documento reveste-se de grande importância, na medida em que revela que o governo conhecia a razão artificial dos distúrbios então iniciados nos nossos territórios de Além-Mar e explica porque orientou a defesa na ONU da forma a que se aludiu.

Em 17 de Fevereiro solicitava-se a Angola que se enviasse ao Embaixador de Portugal na ONU uma pessoa que conhecesse bem os incidentes ali ocorridos, para auxiliar a defesa no Conselho de Segurança e que o envio das provas em favor da tese a defender se fizesse com urgência. Neste contexto é apontado o Engenheiro Jorge Jardim como a pessoa indicada para se deslocar a Nova York com as provas enviadas por Angola.

Em 10 de Fevereiro, uma semana depois dos primeiros acontecimentos, em Luanda, foi denunciado às nossas autoridades que vários assaltos estavam preparados para a noite desse dia, o que obrigou a tomar rápidas medidas de defesa. O plano de ataque era complexo e muito diversificado nos seus objectivos que se situavam por toda a cidade. Pensa-se que ele teria sido totalmente executado conforme a denúncia, se não fossem as providências militares que se tomaram.

Apesar disso, um bando com cerca de 90 elementos atacou ainda a cadeia de S. Paulo, não às 02H30, do dia 11 como se dizia, mas às 22H45M. As forças da ordem alertadas, foram bem sucedidas e neutralizaram este ataque, repelindo os atacantes que surgiram, uma vez mais, drogados, enraivecidos e armados de catanas, provocando entre eles duas dezenas de mortes.

Convencidos de que as nossas armas não matavam, chegaram quase ao corpo a corpo, mesmo depois de já gravemente feridos a tiro, criando uma situação perigosa e difícil de sustentar⁽¹³⁶⁾.

(136) Todas estas acções são frequentemente atribuídas ao MPLA que comemora o dia 04 de Fevereiro. Todavia, variados indícios e informações apontam no sentido de o seu mentor ter sido o Cónego Manuel das Neves mais ligado à UPA e os executantes pertencerem a vários partidos e a outros pequenos agrupamentos como o MINA (Movimento de Independência de Angola), incluindo o MPLA que se encontrava ainda numa fase incipiente da sua organização.

Os INDÍCIOS

Referimo-nos já ao facto de, em 1960, em especial nos últimos meses, haver indícios que apontavam para uma próxima alteração da ordem pública em Angola, manifestada das mais variadas formas, desde a rádio à imprensa, do panfleto ao boato.

Nalgumas áreas da Província, em regra nas zonas junto à fronteira Norte com o Congo ex-belga, desenvolvia-se a ideia da independência de Angola e do recurso à violência contra o branco, por parte dos indígenas, sendo então indicados para o efeito os fins de 1960, ou princípios de 1961, em coincidência com as resoluções da ONU a favor dos povos colonizados e aproveitando ainda a época das chuvas, em pleno nessa época do ano.

Em Fevereiro de 1960 já a subversão crescia de forma evidente para as nossas fontes de informação. Em Junho foi descoberto o núcleo do MPLA, chefiado por Agostinho Neto, e no qual colaborava o padre Pinto de Andrade, com algumas centenas de militantes, então presos na sua maioria.

Em 30 de Junho, o Congo Belga proclamou a sua independência com o nome de República do Zaire, com notórias incidências no desenvolvimento e movimentação dos movimentos anti-portugueses lá sediados, nomeadamente o MPLA e a UPA.

Uma semana depois da independência, Patrice Lumumba desencadeia uma revolução no Zaire⁽¹³⁷⁾ que fez fugir, daquele novo país, milhares de colonos brancos, muitos deles evacuados para Angola, com auxílio de aviões da TAP e da DETA, – organização de aviação civil de Angola –, para instalações preparadas para os receber.

Em 11 de Julho de 1960, Matadi, o porto comercial na foz do Rio Zaire, foi bombardeado pela aviação belga da Base de Kitona. Na altura, uma brigada

(137) Em 05 de Julho, soldados da "Force Publique", do Quartel em Leo manifestaram ruidosamente um descontentamento que marca o início dos tumultos que viriam a atingir proporções enormes e obrigariam à intervenção de paraquedistas belgas.

médico-cirúrgica portuguesa, em serviço em Nóqui, para apoio aos refugiados que entravam no nosso território por terra, foi mandada pôr à disposição das autoridades de Matadi, onde não havia médicos. Os serviços foram aceites, tendo a brigada passado a trabalhar duramente na salvação de muitas vidas e no apoio aos que sofriam, como estava a fazer em Nóqui aos refugiados.

Mantiveram-se então relações normais com as autoridades do Zaire – Kasavubu, Tchombé e Mobutu – com alguns ministros a irem a Luanda pedir apoios de vária natureza, o que permitia que as relações com as autoridades da fronteira, no Norte, fossem de entendimento e mútuo respeito. Todavia, os receios avolumavam-se.

A luta pela independência do Katanga, no Zaire⁽¹³⁸⁾, mantinha este novo país em profunda instabilidade, com carências de toda a ordem, que se projectava em Angola por ondas de refugiados e pedidos de auxílio sucessivas.

Em Lisboa, as mais altas autoridades do governo eram postas ao corrente da situação no Zaire e dos seus reflexos evidentes em Angola, onde se esperava que viessem a acontecer graves incidentes, segundo o próprio Governador Geral informou na visita que fez à capital em 1960, a pedir vários apoios e, em particular, reforços militares.

As divergências entre o Ministro da Defesa e o Presidente do Conselho de Ministros não permitiam, porém, que se pusesse em marcha e até mesmo se acelerasse a reorganização do dispositivo militar, enquadrada na reforma global do sistema de defesa militar no Ultramar, já estudada pelo Exército.

As datas de 26, 28 e 29 de Fevereiro de 1960, indicadas para a eclosão de distúrbios em Cabinda, passaram sem que nada ocorresse.

Também, durante o mês de Novembro, entre os indígenas da área de Santo António do Zaire, corriam boatos insistentes de que a independência de Angola seria ainda em 1960 e que, em fins de Dezembro, teriam lugar actos de rebelião naquela área⁽¹³⁹⁾.

Em 06 de Dezembro registou-se a deserção de várias praças indígenas da 4.^a Companhia, de Nóqui, por suspeitarem de uma “*próxima revolta*”⁽¹⁴⁰⁾, sabendo-se, mais tarde, que estas praças estavam no Congo ex-belga.

No decurso das investigações sobre uma rede subversiva localizada em Malange, no princípio de Dezembro, concluiu-se que se esperavam acções hostis, a partir do princípio de Janeiro de 1961⁽¹⁴¹⁾.

(138) A independência do Katanga foi anunciada por Tchombé a 09 de Julho de 1960 e oficialmente confirmada em 11. Neste riquíssimo território vivem cerca de 35 000 europeus e um milhão e meio de indígenas.

(139) Relatório Semanal de C. Informação n.º 36/60.

(140) Relatório Semanal de C. Informação n.º 37/60.

(141) Relatório Semanal de C. Informação n.º 38/60.

Confirmaram-se também notícias de que nos distritos do Congo, Malange e Luanda, se realizaram acções clandestinas e correram com insistência rumores de que a independência de Angola seria conseguida no começo de 1961⁽¹⁴²⁾.

Perante o volume de indícios, o Comando da Região Militar de Angola, elaborou em 15 de Dezembro de 1960, a sua Directiva n.º 1 *"Prevenção contra acções terroristas para estar em execução entre os dias 20 de Dezembro de 1960 e 10 de Janeiro de 1961, abrangendo o período das festividades de Natal e Ano Novo"*. No parágrafo *"Situação"* referia-se que, segundo informações recebidas, fora lançado o boato de que a independência de Angola seria concedida até ao fim do ano, em resultado de actos de sabotagem e terrorismo que brevemente se verificariam em vários pontos da Província. Os boatos visavam especialmente os indígenas das regiões de Luanda, Distrito de Cabinda e Norte da Província. A Directiva admitia a hipótese de que pequenos grupos de agitadores se poderiam aproveitar da efervescência resultante dos boatos, para levar a efeito actos de violência ou sabotagem.

Na *"Execução"* determinava-se às Forças Terrestres, Navais, Aéreas e Militarizadas a intensificação das missões de vigilância e soberania, e a manutenção de um grau de prontidão capaz de fazer acorrer reforços ao Norte da Província mas, então, nada ocorreu.

Ainda em 1960, os jornais de Luanda fizeram eco de notícias vindas da imprensa brasileira acerca de uma reunião de delegados dos partidos dissidentes de várias Províncias Portuguesas, em Londres, na qual se fizera convite aos jornalistas para assistirem aos incidentes que se iriam começar a verificar em Angola⁽¹⁴³⁾.

Os boatos e as notícias continuaram no ano de 1961.

Nos primeiros dias, verificou-se que os indígenas de Camaxilo estavam a comprar grandes quantidades de sal e mandioca, o que se interpretou como um sintoma do receio que eles tinham de que se viesse a alterar a Ordem Pública, ou na previsão de acontecimentos graves que estariam iminentes.

No Concelho de Santo António do Zaire correu o boato de que elementos da UPA continuavam a fazer angariação de fundos para aquele partido e que a independência de Angola deveria dar-se em Maio⁽¹⁴⁴⁾.

Várias notícias referiam ainda a existência de armas e munições, quer nos territórios limítrofes de Cabinda, quer junto à fronteira do Distrito do Congo e que a UPA determinara o dia 30 de Março de 1961 para o começo da luta aberta pela independência de Angola⁽¹⁴⁵⁾.

(142) Relatório Semanal de C. Informação n.º 39/60.

(143) Relatório Semanal de C. Informação n.º 40/60.

(144) Relatório Periódico n.º 1/61 da Companhia de Santo António do Zaire.

(145) Relatório Semanal de C. Informação n.º 2/61.

Constituiu, depois, na região de S. Salvador, que os indígenas tentariam manifestar-se nos primeiros dias de Janeiro provocando incêndios nas casas dos brancos⁽¹⁴⁶⁾.

Num patrulhamento ao Quelo, soube-se constar que, no dia 05 de Janeiro, viria do território congolês uma grande multidão de indígenas e que os da área daquele Posto estavam a deixar crescer a barba em sinal de protesto e que só a cortariam depois da invasão do nosso território⁽¹⁴⁷⁾.

Em 04 de Janeiro um telegrama do Chefe do Posto de Porto Rico – Santo António do Zaire –, referia que corria com insistência entre os indígenas da região que a independência teria lugar por aqueles dias.

Um indígena preso no Lufico deu a notícia, que corroborou outra já conhecida, sobre a existência de depósitos de explosivos clandestinos em sanzalas próximo de Nôqui⁽¹⁴⁸⁾.

Em 04 de Janeiro, através de uma informação secreta subordinada ao assunto “*Síntese das actividades subversivas em curso contra Angola*” e endereçada ao Governador Geral de Angola, a PIDE informou que constava estar a UPA a enviar emissários a Angola para subornarem militares de raça negra, convencendo-os a fugirem para o Congo e ainda que os responsáveis por aquela organização procuravam colher informações relativas aos pontos da fronteira que não eram patrulhados pelo Exército. A mesma informação analisa em seguida as directivas dadas por Lúcio Lara, um dos responsáveis da FRAIN, definindo a acção do MPLA, as quais haviam sido distribuídas a elementos desta organização em Luanda, em 1960⁽¹⁴⁹⁾.

Na análise da PIDE são realçadas as dificuldades que o MPLA sentia em levar a efeito aquelas directivas dado que a sua organização no interior da Província “*fora em parte aniquilada com a prisão dos seus elementos mais responsáveis e não a de todos os que foram referenciados para evitar o grave problema que resultaria de um grande número de prisões*”, salientando-se estar a UPA em perfeito entendimento com a FRAIN, ALIAZO e MPLA e em condições de cumprir tal programa.

Em Cabinda, começaram a correr boatos que conduziram a um ambiente de expectativa e desânimo, principalmente no meio feminino, o qual levou algumas senhoras a insistirem com os maridos para regressarem à Metrópole⁽¹⁵⁰⁾. Em 22 de Janeiro, grupos de indígenas manifestaram-se durante a noite

(146) Relatório Semanal de C. Informação n.º 2/61.

(147) Relatório Semanal de C. Informação n.º 2/61.

(148) Relatório Semanal de C. Informação n.º 3/61.

(149) Todas as unidades da Província foram informadas deste facto, assim como da data de 30 de Março marcada pela UPA para o início da luta pela independência de Angola, através da circular n.º 4285, de 21Fev61, do QG/RMA.

(150) Ver no capítulo “Partidos Emancipacionistas de Angola” – Cabinda, o ambiente dos Movimentos no Enclave, pág. 86.

em Massabi, referindo a próxima independência e invasão vinda do exterior, marcada para aquele dia. Nesse mesmo dia ocorreu o “*caso do navio de Santa Maria*” já tratado anteriormente.

O ofício n.º 421/61, de 02 de Fevereiro da Delegação da PIDE em Luanda, noticiava várias atitudes suspeitas dos indígenas na região de S.A.Zaire, constando então, entre os povos, que Pinock⁽¹⁵¹⁾ viria tornar Angola independente em 04 ou 08 de Janeiro, começando pelo Zaire. Durante aqueles dias os indígenas haviam faltado ao trabalho mas, pouco a pouco, regressaram, embora com a barba crescida, em sinal de pesar pela demora que se estava a verificar na “*independência de Angola*”. Como se sentissem vigiados, cortaram a barba. Este ofício mereceu a seguinte informação da 2.ª Rep/QG/RMA: “*A UPA deve estar a preparar uma acção de vulto contra o nosso território. Nota-se em todas as notícias recentes que, todo o silêncio, que se fez à sua volta, nos últimos tempos, foi necessário para um trabalho de “sapa” em toda a fronteira norte do Distrito do Congo*”.

Em 04 de Fevereiro dão-se os acontecimentos de Luanda, a que já nos referimos.

Em 17 de Fevereiro, elementos da Negwizaco promoveram uma excursão a S. Salvador, por motivo da já aludida eleição do Rei do Congo, tendo contado com elementos da UPA que se teriam infiltrado em Angola, integrando-se nessa visita. Nesse dia, a 2.ª Rep/QG/RMA comunicou, às Unidades interessadas, a possibilidade de uma sublevação da Província por meio de acções terroristas, nos Distritos da Lunda e Moxico e no Caminho de Ferro de Benguela, prevista para começar em Março. Esta notícia enquadrava-se nas directivas do MPLA, dadas por Lúcio Lara.

Pinock, dirigente da UPA, enviou também mensagens para localidades junto da nossa fronteira com o Congo, onde viviam brancos, a fim de serem provocados tumultos especialmente na área de Nóqui, possivelmente durante a segunda quinzena de Fevereiro⁽¹⁵²⁾.

Em 01 de Março, a PIDE informou que um grupo de nativos de Luanda, comentando os assaltos levados a efeito, dizia que os mesmos não tinham acabado e que em 01 ou 07 de Março seriam atacados o Palácio do Governo, cadeias, aquartelamentos e ainda a Delegação da PIDE e que, antes, cortariam a luz eléctrica.

Uma outra notícia da PIDE dava conta que um grande número de elementos militarizados da UPA estavam concentrados em Kiangolo, no Congo Léopold, com o fim de conquistar Maquela do Zombo, no dia 07 de Março. Esta notícia foi confirmada por outra idêntica, recebida no destacamento de Maquela, no dia 02 de Março.

(151) Informação de 02.02.61.

(152) Rel. Esp. de Informação, do QG/RMA, referido a 18Fev61.

Segundo uma comunicação do posto da PIDE de Buela, de 01 de Março, estavam a concentrar-se, em Kimpangu, no Congo Leo, grande número de elementos da UPA, com o fim de atacarem Maquela e que esperavam fazê-lo em 07 de Março. Na mesma altura outros elementos, partindo de Catete e do Dondo, actuariam em Luanda e nas estradas que se dirigem para o Sul da Província.

Em 04 de Março de 1961, a 2.^a Rep/QG, processando todas as notícias anteriores, não tinha já qualquer dúvida de que qualquer coisa de anormal se ia passar, pelo que, pela mensagem n.º 5155 desse dia, deu total crédito a nova informação da PIDE e alertava as Unidades:

“... Informo segundo comunicação PIDE espera-se por todo o Mês de Março, distúrbios distrito Congo, indicando como datas 07 e 15. Pirogas estão atravessando frequência rio Congo para nosso território, entre Santo António do Zaire, Pedra do Feitiço e Nóqui, suspeitando-se transporte de armas tipo indígena e munições provenientes Congo ex-belga e francês, através Maiombe...”

Em 06 de Março a PIDE informou novamente que constava estarem a preparar-se ataques a Luanda, entre os dias 10 e 15 de Março, sob a orientação de elementos do Golungo Alto, o que confirmava uma notícia do Esquadrão de Reconhecimento de Angola sobre a presença de muitos nativos desconhecidos na região de Luinha (Golungo Alto).

Em 01 de Março, o SGDND enviara para o QG de Luanda uma mensagem “muito secreta” do seguinte teor:

“...informação origem estrangeira duas fontes, comunicam serem de esperar incidentes tipo terrorismo região Norte de Angola, a partir de 15 de Março. Mesmas fontes não prevêem levantamentos gerais mas só ataques isolados fim de provocar repressão auxílio apresentação caso Angola Conselho Segurança ONU”

Esta mensagem mereceu a seguinte informação da 2.^a Rep: “... já era do conhecimento deste comando” e o despacho de 07 de Março do Comandante da RMA “...Comunicar à PIDE, ao BCaÇ 1 e BCaÇ 3”⁽¹⁵³⁾.

Em 06 de Março o QG/RMA enviou ao BCaÇ 3, em Carmona, no Uige, à 2.^a Região Aérea e ao Comando Naval de Angola a nota n.º 5199 onde comunicou a seguinte informação, já confirmada, da PIDE:

(153) Em 07 de Março de 1961, o governo americano, que ia votar favoravelmente a moção da Libéria, transmitiu ao governo português a sua preocupação sobre a política portuguesa em África.

“É urgente estar alerta porquanto os soldados da UPA, concentrados em Kimpangu, só aguardam ordens para o assalto que será secundado, na mesma data (entre 01 e 07 de Março) por elementos insurrectos que actuarão escondidos nas áreas de Catete, Dondo, Posto de Belas, Sul de Luanda, Ilha de Massange. Ainda na mesma data destruirão a ponte Filomeno da Câmara...”, relacionando-a com a comunicação de Nóqui, onde se referiam distúrbios entre 01 e 05 de Março.

Em 08 de Março, o QG/RMA expede para o CCFAA e entidades de Lisboa a mensagem n.º 5409 onde referia ser do conhecimento do governador de Cabinda estarem as primeiras incursões terroristas no seu distrito marcadas para o dia 11 e a proclamação da independência de Cabinda para o dia 17.

À medida que as autoridades militares foram tomando conhecimento das notícias referidas, que se tornaram inequívocas sobre o que se ia passar em meados de Março, face à exiguidade de meios em pessoal e material, iam insistindo com maior premência na necessidade de reforços imediatos, vindos da Metrópole.

As primeiras notícias deixaram pressupor haver uma intenção, por parte da UPA, para o final do ano de 1960 que, por qualquer motivo, não se concretizou, passando depois o mês de Março a ser o mais apontado como aquele em que iriam acontecer distúrbios.

MEDIDAS MILITARES EM ESTUDO

Pelo menos dez dias antes dos massacres, nos altos escalões, não parecia haver dúvidas de que, a partir de 15 de Março, havia um grau de probabilidade muito grande de, este mês, ser assinalado por acontecimentos, cuja natureza e localização se desconhecia, mas que vieram a ter, efectivamente, lugar em 15 de Março, como se sabe.

Havia vários indícios de acontecimentos anormais, no âmbito do terrorismo, que constituíam como que um alerta, desde há meses, para fortes perturbações numa data indeterminada mas que se admitia próxima. Todavia, as possibilidades de defesa contra uma ameaça um tanto ou quanto indeterminada eram insignificantes.

Para um território com 1.246.700 Km², os efectivos da Província eram muito diminutos.

Para nos opormos a uma situação de ameaça vaga em área tão extensa, dispunhamos apenas de 5.000 soldados africanos e 1500 europeus em todo o território, de tropas combatentes e não combatentes o que significava, em teoria, 192 Km², por homem, situação insustentável e inibidora de tomada de medidas conjunturais. Se nos lembrarmos que normalmente era de 35.000 o número de militares incorporados em cada ano para a defesa dos 92.114 Km² de Portugal Continental, Madeira e Açores, o que corresponde a 1 homem/12,6 Km², ficamos com uma ideia clara de como a estrutura militar de Angola, em 15 de Março de 1961, era manifestamente insuficiente e completamente desadequada à situação de ameaça que se vivia.

Cientes desta realidade, os altos comandos militares estudavam a implantação no Ultramar da Reorganização de 1960, em ordem a dar maior eficiência à sua defesa, e preparavam o envio a Angola de uma missão militar de alto nível.

Num Memorando elaborado na 3.^a Rep/EME, denominado de "*Defesa do Ultramar – África Ocidental*"⁽¹⁵⁴⁾ constam os principais problemas em estudo

(154) Em arquivo.

e que, se estivessem já concretizados, teriam possibilitado medidas militares mais eficientes, perante a avalanche dos indícios referidos.

Para Angola refere-se naquele documento ser necessário:

- constituição de Agrupamentos Táticos de Reserva, estando em estudo a sua localização – se na Metrópole, se em Angola e a sua composição;
- estudo e mobilização de Unidades de europeus residentes;
- publicação da reorganização militar da Província, com carácter definitivo;
- publicação e distribuição dos Quadros Orgânicos de todas as unidades previstas para Angola;
- concessão de verbas para a construção de todos os aquartelamentos necessários às forças de primeira urgência e início dos estudos necessários para as forças de 2.^a urgência, pelo menos nas zonas onde a ocupação militar era mais deficiente;
- fornecimento de material auto para as unidades de 1.^a urgência;
- reforço do dispositivo com 1 CCaç Met e 1 CCaç Paraq. ou 2 CCaç Met.

A opinião da 3.^a Rep/EME sobre o primeiro assunto era a de que na expectativa da subversão se generalizar a mais do que uma Província, considerava-se desejável que os Agrupamentos Táticos de reserva se localizassem na Metrópole e tivessem planeado o transporte para onde fosse necessário, no todo ou em parte, e que a sua composição fosse de forma a que as Sub-unidades fossem transportáveis de avião (pessoal e material). Considerava-se que o seu comando deveria ser do tipo comando de batalhão reduzido.

Quanto à mobilização de europeus residentes em Unidades combatentes, entendia-se que o assunto deveria ser planeado para uma execução apenas em fase de subversão generalizada, uma vez que tinha os inconvenientes de perturbar a vida económica e administrativa da Província, poder provocar o alarme entre indígenas e acelerar a divisão entre as raças, de cor e branca, além de reduzir a possibilidade da defesa com europeus, dos seus centros de trabalho.

A 3.^a Repartição opinava que os assuntos fossem estudados “*in loco*” pela Comissão que ali se iria deslocar.

Por seu lado o QG/RMA, que havia feito à Metrópole em 11 de Fevereiro 1961 uma exposição da situação, com um pedido do material necessário a fornecer com urgência, reuniu em 13 de Fevereiro 1961 para uma análise dos principais problemas, tendo em vista insistir com o EME na sua resolução.

Os principais problemas abordados foram os seguintes:

Relativos à Organização:

- a organização territorial criada em 1960 era considerada insuficiente⁽¹⁵⁵⁾;
- necessidade de considerar, desde logo, toda a organização como sendo de 1.^a urgência;
- necessidade de reforçar a guarnição de Angola com o envio de mais as seguintes unidades metropolitanas:
 - 1 ou 2 Pelotões de Polícia Militar
 - 5 Companhias de Caçadores, destinadas: Luanda (reserva), Luanda (cidade), Malange, Benguela e Moçâmedes
- necessidade de organizar os comandos dos Batalhões de Caçadores, previstos na organização;
- rever a orgânica de certas Unidades e enviar com urgência os Q.O. em falta;
- rever a organização criada e substituir as circunscrições por comandos territoriais;
- existência de médicos nas CCAç I, destacadas:

Relativos a Pessoal:

- rendição antecipada de Unidades europeias;
- recompletamento dos quadros das Unidades;
- necessidade de se conhecer o orçamento de 1961, para se saber qual o efectivo orçamental da Província;
- possibilidade de a substituição dos quadros se efectuar na Província;
- substituição dos oficiais do CEM em Agosto e Setembro 1961;
- possibilidades e satisfação das requisições de pessoal do SAM (Serviço de Administração Militar), para as Unidades do Serviço;
- requisições de pessoal do Serviço de Material, pendentes.

Relativos a Material:

- fornecimento de espingardas 7,9 mm, para reserva;
- fornecimento do material pedido em 11FEV61;
- possibilidade de fornecimento de munições em especial de 7,9 mm; 9 mm; bazooka; auto-metralhadoras Panhard;
- fornecimento de granadas lacrimogéneas;

(155) Ver Capítulo, I do 1.º volume da Resenha – Enquadramento Geral.

- fornecimento de mais material auto para as CCAç;
- sobressalentes para material auto, em especial para jipões e atrelados sanitários, incluindo rodas de reserva;
- constituição de uma reserva de material de aquartelamento, em especial beliches e camas para oficiais e sargentos;
- constituição de uma reserva de fardamentos camuflados; causa da demora do fornecimento de sobressalentes de material, solicitados em Dez60;
- causa da falta de fornecimento de ferramentas e máquinas para a Companhia de Manutenção de Material, pedido em Jul60;
- possibilidades de fornecimento de auto-macas, atrelados sanitários e material para montagem de 15 postos de socorro, já pedidos em 1960;
- conveniência do fornecimento de camas para praças I.

Assuntos Diversos:

- fornecimento de rações de reserva, apropriadas ao Ultramar;
- criação da Delegação do LMPQF (Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos)
- constituição de 2 equipas de Estomatologia;
- fornecimento de soros e vacinas;
- necessidade de se realizarem obras no Campo Militar do Grafanil;
- autorização para construir umas instalações em Luanda para tropas que chegassem à Província;
- autorização para aluguer de edifícios destinados a graduados;
- problemas de vencimentos e verbas para alimentação.

Constata-se pois que, em Fev61, Lisboa tinha a percepção das medidas a tomar e a RMA das suas deficiências para acorrer a uma sublevação.

Não foi assim de expectativa a atitude do Comando Militar de Angola perante o que se avizinhava, mas a demora na tomada de decisões a nível ministerial é notória. Desde 1960 que se vinham adiando simples decisões com repercussões tácticas. Esta demora e a circunstância de a comissão de chefes militares, a nível SGDN e EME, só se ter efectivado em meados de Março, estando presente em Angola à data da eclosão dos acontecimentos, que a surpreenderam, fez com que a reacção militar das nossas tropas fosse a possível e não a desejável.

Armados de espingardas de repetição Mauser, equipados com fardamento de caqui amarelo, capacete de aço e equipamentos desadequados, sem um apoio logístico mínimo, vivendo frequentemente da exploração dos recursos

locais e da caça, quando havia, pagando-se muitas vezes em vales, as poucas tropas presentes em Angola foram chamadas a uma missão esmagadora, que desempenharam com um espírito de sacrifício sem limites.

15 DE MARÇO DE 1961

OS MASSACRES

Na manhã de 15 de Março, exactamente no dia em que, após cerca de um mês de discussão, era votada na ONU a proposta apresentada pela Libéria⁽¹⁵⁶⁾, chegaram ao Comando Militar de Angola notícias de chacinas de europeus e nativos nas regiões de Buela, Luvaca, Cuimba, Madimba, Nambuungango e Quitexe.

O que se passou foi de um horror impressionante.

Nas povoações, de manhã cedo, numerosos nativos esperavam, como era usual, que as casas comerciais abrissem as suas portas e, logo que elas abrissem, entraram e atacaram homens, mulheres e crianças, utilizando as catanas que traziam escondidas.

O mesmo sucedeu nas fazendas, durante a formatura habitual da manhã em que, como sempre, os trabalhadores nativos se apresentavam aos capatazes brancos, mestiços ou de cor. Também, a um sinal, assassinaram os proprietários e outros brancos, bem como os nativos fiéis. As suas catanas, que antes eram apenas a ferramenta indispensável à sua vida quotidiana, serviram então para matar os brancos, os mestiços e os negros, com quem trabalhavam todos os dias.

Esquartejaram homens e crianças, mesmo recém-nascidos, arrancaram bebés dos ventres das próprias mães e violentaram mulheres e raparigas, abandonando-as retalhadas de golpes, com os seios cortados e as cabeças decepadas. Muitos actos bestiais foram cometidos com as vítimas ainda vivas e soltando gritos de agonia num autêntico genocídio levado a efeito com os maiores requintes de selvajaria. Há mesmo informações de brancos que foram serrados vivos em serras industriais, amarrados aos troncos, que estavam para ser trabalhados.

(156) Ver "Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África", 1.ª Vol. - "Enquadramento Geral", capítulo I, pág. 55 e seguintes.

O que se conhece em pormenor deste sangrento massacre mostraram-no os cadáveres que foi possível encontrar e contaram-no os poucos sobreviventes das povoações e fazendas atacadas. E, em muitos locais, principalmente nas pequenas fazendas, não houve sobreviventes. A surpresa ali fora total.

Calcula-se que, em 15 e 16 de Março de 1961, foram chacinados cerca de 800 a 1000 europeus e de 6 000 a 8 000 nativos fiéis, nas seguintes áreas:

- junto à fronteira norte: Buela, Luvaca, Cuimba, Madimba e Canda;
- no interior: Bessa Monteiro, Zala, Nambuanguongo, Quicabo, Cambamba, Quitexe, Zalala e Nova Caipemba (Região dos Dembos).

O plano destes assaltos fora cuidadosamente preparado. Os terroristas agiram simultaneamente e de forma semelhante, não só em duas regiões bastante afastadas – Dembos e fronteira, mas também em muitos locais diferentes de cada uma das regiões.

A UPA, ao ordenar este genocídio, pretendeu não só tomar a iniciativa de desencadear em Angola a actividade insurreccional em larga escala, como ainda aterrorizar os europeus para que debandassem. Era também sua intenção atemorizar a população, que não aderisse aos seus propósitos, com o receio de sofrer a mesma sorte; comprometer, perante as autoridades legais, os nativos que tomaram parte na chacina e mostrar à opinião publica internacional que toda a população de cor se opunha à presença portuguesa em Angola.

Os atacantes não dispunham então de qualquer armamento de fogo pelo que, tecnicamente, estas acções foram extemporâneas, não tendo a UPA ainda condições para entrar na fase insurreccional da guerra subversiva. À medida que assaltavam postos e povoações, porém, apoderavam-se das armas e munições existentes, que passavam a utilizar para endurecer a insurreiçāo.

A ordem de ataque foi dada através de um panfleto, que havia sido disseminado entre as populações, o qual marcava o *“início da festa”* para o dia 15 de Março e ordenava que todos os *“adeptos deveriam limpar bem todos os postos, tratar bem os chefes de posto e suas famílias e demais brancos”*, o qual só alguns dias mais tarde chegou ao conhecimento das forças da ordem.

Pelo seu interesse histórico transcreve-se o citado documento:

“NORMAS A SEGUIR PELA POPULAÇÃO DE ANGOLA NOS DIAS DE FESTA

...A partir de 15 do corrente mês deverão iniciar-se os festejos respeitantes à realização do enlace matrimonial do Senhor, em todas as localidades, isto é, cada qual dentro da sua região ou no seu posto, em toda a Angola, deverão proceder-se da seguinte maneira:

- 1.º – Mulheres e crianças deverão abandonar as suas povoações seguirem para a povoação sede do posto onde terão lugar os festejos.
- 2.º – As fazendas agrícolas ou simples lavras pretencentes a nativos deverão ser limpas. Deverão na mesma ordem de ideias ser limpas e bem caiadas as residências de empregados do Estado, dos amigos do mesmo Estado, dos brancos encarregados das fazendas, as casas comerciais. As viaturas do Estado e também as particulares deverão ser lavadas e bem pintadas.
- 3.º – Cada qual deverá possuir o seu farnel bem aprovisionado bem como um pau sobre o qual deverá caminhar grandes distâncias, sobretudo para se precaver contra a chuva. As pontes de todos os rios por onde se passar deverão ser bem arranjadas.
- 4.º – Todos, homens e mulheres, jovens e donzelas, velhos e crianças deverão unir todos os seus sentimentos no sentido de se realizarem com êxito tais festejos, a fim de contentarmos o Senhor, para que ele saiba que também as gentes de Angola sabem alegrar ao seu Senhor, como as gentes negras de outras terras. Em particular os mancebos deverão mostrar a sua valentia e destreza em tudo o que lhes for incumbido durante os festejos. Não se esqueçam os jovens que devem ser os que mais alegram qualquer Nação e são esperança de qualquer povo.
- 5.º – Os soldados e os cipaíos deverão aliar-se ao povo na realização destes festejos. Deverão lembrar-se que em qualquer país são sempre os primeiros a tomar a dianteira em casos desta natureza pois devem defender a nação e dando-lhe a paz necessária. Se não demonstrarem por actos a sua adesão a estes sentimentos poderão estar certos de que o Senhor os considerará inimigos da sua Pátria. Aqueles que tiverem ouvidos para ouvir que conservem nos seus corações a data indicada, porque tais festejos serão de tal modo pomposos que nunca os houve em nossa terra desde que o mundo é mundo. Que Deus, Senhor nosso, nos ajude a chegarmos nessa data para que os sintamos satisfeitos com o êxito que desejamos obter.

Angola, Março de 1961”

Obs: O “aviso-convocatória” tinha, ao cimo, carimbo a óleo com os dizeres: União das Populações de Angola – UPA – Comissão Central – Leopoldville.

Reproduzem-se em seguida alguns relatos de observação directa de chacina de 15 e 16 de Março de 1961, colhidos na altura e escritos sob a emoção dos acontecimentos:

“... – Seis indígenas entraram numa loja, perguntando ao dono se tinha determinada mercadoria. Como este lhes tivesse respondido afirmativamente disseram que voltariam mais tarde, tendo reaparecido cerca de uma hora depois. Havendo muito barulho fora da loja, o dono saiu para ver o que se passava e deparou com quatro pretos de catanas e punhais. Imediatamente um deles se atirou a um seu filho de 6 anos que brincava numa varanda, cortando-lhe o pescoço com um punhal enquanto os outros o atacavam. Depois de uma breve luta, em que ficou ferido, conseguiu fugir com a mulher para um armazém não evitando, porém, que esta fosse também atingida. Como no armazém lhe aparecessem os mesmos indígenas, fugiu para a sua residência onde encontrou mais assaltantes. Correu e pegou numa pistola que utilizou para os pôr em fuga. Carregando-a novamente procurou dirigir-se para a loja a fim de ir buscar uma filha de 10 meses que lá havia ficado. Saiu pela porta das traseiras mas encontrou mais três assaltantes. Fazendo mais alguns tiros de pistola conseguiu pô-los em fuga e, não vendo mais pretos, saiu e foi buscar a filha.

Numa povoação vizinha, os assaltantes surgiram de surpresa, atacaram diversas casas simultaneamente e mataram muitos brancos com armas brancas...”

“... – O gerente de uma fazenda, apresentou-se ao Administrador para comunicar que cerca de 100 contratados haviam fugido do acampamento e tinham procurado impedir que desse o alarme, apedrejando-lhe o carro quando se dirigia à Administração.

Parecendo que a questão só tinha interesse para o referido gerente, foram para ali deslocadas duas secções de atiradores da Unidade aquartelada na cidade, mas sem grande urgência. Infelizmente, quando chegaram era já tarde. Agora pode afirmar-se que os contratados não haviam fugido mas estavam reunidos a combinar a acção e, logo que avistaram o jeep do patrão, apedrejaram-no, não por temerem que o mesmo se fosse queixar, mas somente para evitarem que escapasse à pena a que fora condenado.

Dos brancos da fazenda, apenas o patrão e dois empregados saíram ilesos. Todos os outros foram exterminados pelos contratados que o patrão julgava ausentes...”

Em muitas fazendas o drama foi semelhante.

“...Numa das vilas, toda a população estava condenada a um fim trágico, se não houvesse um mestiço que preveniu do que ia passar-se.

Segundo se apurou, o plano estava assim concebido. Próximo das oito horas colocavam-se à porta dos estabelecimentos três a quatro “clientes” para fazerem compras. Uma vez abertas as portas da Administração, um determinado indígena descia pela única rua da vila tocando a campainha duma bicicleta que montava, toque que era o sinal para a “operação”. Os cipaio e “capitas” matariam os comerciantes e os criados encarregar-se-iam dos patrões nas casas particulares.

Tendo um mestiço dado o alarme, todos os brancos se armaram e concentraram no Posto Administrativo. Mesmo assim, dois brancos foram chacinados.

Vendo logrado o seu plano, os nativos retiraram e cercaram posteriormente a vila ocultando-se no capim.

Em face do perigo, um voluntário partiu acompanhado dum mestiço para pedir reforços. Deixaram-no passar pois sabiam que a distância que livremente podia percorrer era curta. Tinham derrubado uma árvore no caminho e, logo que o carro parou, atingiram o condutor com um tiro. O mestiço, ferido mas empunhando uma espingarda, defendeu-se matando alguns criminosos. Fugindo conseguiu atingir depois o Posto Administrativo onde contou o sucedido.

Os bandoleiros desapareceram, à chegada dos efectivos militares enviados em socorro, salvando assim a população...”

“...Em algumas fazendas, onde os reforços não chegaram a tempo, todos os brancos tinham sido esquartejados e viam-se mulheres descompostas, ultrajadas, com as pernas abertas à catana, homens ao bocados, todos eles com os intestinos de fora...”

“...Verificou-se durante as acções repressivas levadas a cabo que, em muitas sanzalas, toda a gente negra em idade de combater estava armada de catanas...”

Estes relatos, colhidos na imprensa da época, dão conta da extrema violência com que os elementos agiram e da forma ardilosa de que se serviram para obter surpresa total. Toda a espécie de atrocidades foram cometidas e, em muitos casos, a coberto da confiança que os brancos depositavam nos colaboradores nativos e debaixo da orientação de elementos estranhos às áreas, alguns deles falando um francês incipiente, denotando a sua vinda de qualquer dos Congos.

Desde traições inconcebíveis cometidas por serventes, que eram tratados pelos brancos ou mestiços como elementos da família, sobre os seus patrões e protectores de sempre, até à extrema fidelidade de outros que, participantes das reuniões clandestinas e sabendo o que se ia passar, avisaram os seus patrões para fugir, tudo sucedeu.

Mas temos que nos reportar à época. As populações viviam calmas não obstante alguns boatos, logo desfeitos, de possíveis ocorrências, nomeadamente após a independência do Congo ex-belga e nunca imaginaram, em vésperas de verdadeira hecatombe, irem ser seus protagonistas, pelo que nem sempre acreditavam nos avisos e tão pouco davam importância excessiva a indícios e comportamentos estranhos que iam detectando. Na imaginação de cada um não cabia a noção de um levantamento generalizado, de um assassinio colectivo e de destruição indiscriminada deitando por terra uma obra que haviam feito com tanto esforço e tantos anos demorara a construir.

Se é certo que parte das populações – talvez por influência dos seus sobas ou homens velhos – não se deixou aliciar e fugiu para as matas, ou para os Congos ex-belga e ex-francês furtando-se, deste modo, a uma colaboração na chacina e a possíveis más interpretações futuras por parte das autoridades, julga-se que nem sempre foi possível obter uma adesão total a uma atitude deste tipo porquanto os elementos mais jovens eram permeáveis às promessas fáceis de posse dos bens dos brancos e suas mulheres.

E também é certo que muitos elementos das populações agiram sob a coacção e efeito das drogas.

Nenhum grupo humano deixou de ser alvo da violência. Negros da área que não aderiram às propostas de estranhos, porque nem sequer as entendiam; bailundos e outros povos do Sul que vinham ao Norte, temporariamente, ga-



Elemento In capturado junto ao Negage transportando um livro religioso não católico e uma imagem que o “protegia da morte”

nhando um pouco mais do que em suas terras, completamente alheios ao movimento subversivo e, longe das suas terras e de suas famílias, não aderiram e procuraram natural apoio nos brancos com quem trabalhavam e mestiços, muitos deles em situação económica invejável, foram atacados com a bestialidade e a violência com que o foram os brancos. Cabo-verdianos e outros negros não escaparam também à fúria assassina.

Administrativos, cipaio das administrações, sacerdotes e irmãos das missões católicas, nacionais e estrangeiros, comerciantes das áreas ou estranhos a ela, enfermeiros, professores ou catequistas, ninguém escapou. A ordem era para destruir e matar indiscriminadamente.

E quanto ao património material é também confrangedor o resultado dos ataques – viaturas e bombas de gasolina incendiadas; casas totalmente saqueadas e incendiadas; pistas de aviação, que quase todas as povoações dispunham e construídas em geral pelo esforço das populações locais, obstruídas; estradas sistematicamente cortadas por forma a impedir a passagem de ajudas de umas povoações para outras; obras de arte destruídas; fazendas completamente danificadas e equipamento com interesse económico e sanitário destruído, tudo foi cometido com ferocidade, havendo povoações e fazendas onde, rigorosamente, nada ficou por destruir.

Desolação, casas fumegantes e cadáveres por todo o lado, era o que a observação aérea podia detectar. Só escapou a esta onda de vandalismo quem ocasionalmente se encontrava em Luanda ou noutra povoação mais afastada da área; quem, apercebendo-se que a sua vida corria perigo, se internou no mato e, vivendo verdadeira odisseia, conseguiu alcançar abrigo seguro, ou alguns núcleos que, alertados pelo que sucedeu na primeira vaga de ataques, tiveram tempo de se organizar e de se abrigarem no edifício mais alto da povoação, em geral a igreja, e aqui defenderam as suas vidas, normalmente chefiados pelo Administrativo, que distribuíra as armas da Administração e ali fazia funcionar o seu posto de rádio.

Mas o drama foi ainda vivido por pessoas a quem a sorte propiciava a possibilidade de fuga mas, angustiadas, voltaram às suas casas procurar os familiares, ali os encontrando não raro completamente esquartejados e ali sendo também assassinados, abraçando os seus entes queridos já sem vida.

Só a sorte ditou o número dos sobreviventes que, chegados a Luanda, deram o verdadeiro alerta do que se passava. A esta cidade chegou o luto de centenas de famílias, a angústia de todas e o conhecimento do drama que se vivia, pois o problema era ignorado até então em toda a sua extensão. A imprensa só parcialmente sabia o que se passava, mas o que sabia não era publicado e, se em Luanda se tinha o pressentimento de uma grande tragédia, a Metrópole parecia alheia e na ignorância do drama do Norte de Angola.

A informação era necessariamente escassa e mesmo as autoridades governamentais, estando informadas, não podiam saber tudo.

Luanda vivia angustiada, na esperança de que a realidade não fosse de acordo com os boatos, mas começava a ter-se a certeza de estes serem largamente ultrapassados pelo que ocorrera.

Com a devida vénia transcrevem-se as palavras de um jornalista sobre o ambiente que reinava então na Capital de Angola⁽¹⁵⁷⁾.

"...Do Norte vinham notícias de morte que assinalariam a Páscoa de 1961. As igrejas estavam repletos de fiéis mas estes não seguiam os ofícios com a costumada atenção. As praias, todos os domingos fervilhando de gente, estavam quase desertas. Os seis quilómetros de areia branca da ilha e das praias da Samba eram ocupados por pequenos grupos que não largavam de vista os automóveis porque, na Samba os capinzais favorecem um ataque de surpresa. Jantares fora de portas e o passeio favorito dos luandenses ao Cacuaco terminaram.

Os homens de Cacuaco já não serviam jantares e, mal o Sol desaparecia, reuniam-se num fortim improvisado. Os cinemas funcionavam com frequência reduzida e à meia-noite Luanda era uma cidade deserta.

Em todo o comportamento dos luandenses se adivinhava a maior inquietação.

A Cruz Vermelha esforçava-se para assistir aos refugiados e uma coisa é certa: o movimento terrorista expulsara brancos e negros de vastas áreas do Norte da Província..."

Se o sentimento de Luanda era de angústia, o de Carmona (Uige), capital de Distrito do Congo, 345 Kms a NE de Luanda, na área onde os acontecimentos tiveram lugar, era de desespero e raiva, pela vivência directa do drama, pela impotência de se poder acorrer a todo o lado aonde havia sobreviventes em perigo e pela falta de resposta imediata das autoridades governamentais aos problemas de cada povoação.

A cidade, ela própria situada na zona afectada e alvo de algumas tentativas de cerco, vivia em situação de guerra, mas manteve-se com determinação.

Por todo o lado se construíam barricadas e se preparava a defesa de pontos sensíveis; ninguém saía da cidade, atitude que, a tomar-se, correspondia a grande perigo; cada homem era um cidadão armado e cada casa um fortim, onde cada elemento da família tinha uma função de defesa.

Uige passou a ser conhecida por "*Far-Uige*", o que dá bem ideia do ambiente da cidade. Todos passaram a andar armados, de dia e de noite.

(157) Costa, Pereira da - "Março - Abril, um mês de Terrorismo".

Mas no meio desta confusão uma voz se fazia ouvir no exterior pela insistência das suas observações sempre muito apaixonadas e emotivas – “*Jornal do Congo*” – que, rapidamente, se tornou o porta-voz dos cidadãos deste Distrito e que era ansiosamente procurado em toda a Província de Angola, e mesmo na Metrópole.

Trinta e cinco dias após o início da chacina, o “*Jornal do Congo*” publicou pela pena do seu então muito conhecido jornalista Sousa e Costa um artigo que se transcreve⁽¹⁵⁸⁾:

“...Olhe-se o mapa de Angola: analise-se atentamente o Norte a partir de uma linha imaginária que vai desde o Caxito a Bolongongo e segue até ao alto. E qual o impressionante resultado? – as povoações do Lucunga e Aldeia Viçosa completamente destruídas; Úcua abandonada pela população civil, antes do ataque que a trucidou, pediu socorro durante algumas horas – e este chegou depois dos seus habitantes terem sido mortos: as povoações Nambuangongo, Vista Alegre, Dange, 31 de Janeiro, Bembe, Ambuíla, Cuango, Uamba, Maquela, Buenga, Cuilo-Futa, Icoça, Sacandica, Béu, Buela, Madimba e Cuimba abandonadas e algumas delas em poder absoluto dos rebeldes que saquearam ou aguardam melhores oportunidades para o fazer; o perigo constante que rodeia a Damba, já atacada três vezes, o Bungo cuja população vive na Igreja em autêntico estado de alerta, o Quitexe que já foi atacado mais de uma vez e na primeira deixou os seus vinte e tantos mortos clamando vingança e Quibaxe. E as regiões que produziam a riqueza deste Distrito e do Quanza-Norte – toda a vida paralisada numa mancha que vai desde o Úcua ate à fronteira do Buela e depois desce por Sacandica até perto de Camabatela.

Voltei há pouco de um largo vôo sobre as regiões do vale do Encoge e vale do Loge. Olhando-se lá para baixo a poucas dezenas de metros do solo, o espectáculo não pode deixar de ser desolador e as lágrimas nos vieram aos olhos, já cansados de tanto horror. Dezenas e dezenas de fazendas em cujos terreiros e matas dia-a-dia se processava a eterna faina do tempo a caminho da colheita do café, abandonadas e de tal forma que chega a parecer impossível que a vida ali tenha alguma vez existido. Casas com as portas arrombadas, viaturas na posição em que os donos as deixaram ante o terror, matas de café com o capim crescendo e invadindo tudo, como se um tremendo desmazelo de barriga bem cheia tivesse inspirado uma maldosa abdicação do proprietário pela propriedade. E ninguém pode imaginar, se os desconhecer, o que tinha de chocante esses dois extensos vales com pequenas ou grandes obras mas todas elas feitas com o coração, e agora mortas. Que tristeza!...”

O artigo continuava com palavras em que, com muita paixão, se criticavam, essencialmente três aspectos – a falta de informação fora da área afectada,

(158) *Jornal do Congo*, data aproximada: 20 de Abril de 1961.

a demora no envio de reforços militares metropolitanos, em volume compatível com a situação e a forma de governar Angola de Lisboa.

Quanto à censura, que diz ter sido imposta à imprensa, parece haver um consenso generalizado de que ela existiu, fossem quais fossem os objectivos que se quisessem alcançar.

Na realidade, desde 14 de Março que estava a ser discutido na ONU – Conselho de Segurança e Assembleia Geral, o então chamado “problema de Angola”, na sequência da queixa apresentada pela Libéria, com o apoio da URSS e da República Árabe Unida, contra Portugal. E, em 15 de Março, exactamente no dia em que se davam os massacres em Angola, na área dos Dembos, o delegado do Congo-Brazzaville na ONU referiu, à sua maneira, graves acontecimentos que ali se estavam a passar. Assim, com vista a dificultar a manobra que então tinha lugar na ONU, o Governo da Metrópole determinou que fosse demorada a difusão da notícia dos acontecimentos de 15 de Março. Este facto causou bastantes embaraços ao Governo Geral da Província, por ser acusado de não ter dado conhecimento do assunto ao Governo da Metrópole, quando este estava informado do que se estava a passar por vários canais: militar, Polícia de Segurança Publica e pelo próprio Governador, em telegramas para o Ministério.

Não podendo esconder-se por muito tempo aos portugueses a situação gravíssima que se vivia em Angola, pode admitir-se que a imposição de silêncio aos meios de comunicação social estivesse relacionada com a necessidade de limitar ao máximo o impacto internacional e facilitar a defesa na ONU da causa portuguesa relativamente aos seus territórios ultramarinos. E também para evitar situações de boicote pela oposição ao embarque de tropas, que estava a ser preparado desde o início dos acontecimentos. Estes foram vividos pela Comissão Militar que, visitando Angola, foi surpreendida em Cabinda, o que a levou a regressar imediatamente a Lisboa para accionar medidas de defesa.

Entretanto, além de todos os meios militares existentes em Angola e as Forças de Segurança como a PSP e a Guarda Fiscal estarem então a ser empenhados e de operarem na área afectada ate à exaustão, ultrapassando em muito o que se julgaria possível da sua capacidade, desencadearam-se e aceleraram-se na Metrópole, preparativos de reforços militares.

Assim, por força da Directiva n.º 7, de 17 de Abril de 1961, do Secretariado Geral da Defesa Nacional, quatro Companhias de Caçadores Especiais de reforço partiram para Angola, em 20, por via aérea, a juntar-se às cinco CCaç Esp. que já lá estavam desde Fevereiro⁽¹⁵⁹⁾.

(159) A actividade das forças militares presentes em Angola na altura da violência; capítulo “Reacções aos massacres”, pág. 187.

Apesar das medidas tomadas pode pensar-se que os chefes militares dos órgãos destinatários do relatório da Região Militar de Angola – o SGDN e o EME – não tivessem então feito uma avaliação muito exacta do tipo de guerra que se iniciava, ou porque não tinham elementos suficientes para se avaliar bem a luta que começava ou, intencionalmente, para minimizar o problema com vista à tranquilidade das populações brancas locais, ou para esbater o assunto no âmbito internacional e tirar argumentos aos adversários do País.

No regresso a Lisboa a Comissão Militar minimizou os acontecimentos, declarando tratar-se de “uma guerra de Secção” e exprimindo francamente, a opinião de que em breve, seria restabelecida a paz⁽¹⁶⁰⁾. Esta posição viria a ser partilhada pelos chefes militares que, em reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, dias depois, reiteravam a opinião anterior: “...do ponto de vista militar, a situação no Norte de Angola poderia ter-se como resolvida e cabiam apenas operações de limpeza e de policiamento...”⁽¹⁶¹⁾.

Bem diversa foi a conclusão tirada pelo Ministro do Ultramar, de então, no seu regresso de Luanda, para onde partira a 24 de Março “...a situação parece-me grave; não se me afigura de fácil ou de pronto remédio; e penso que o governo se deve preparar para uma guerrilha clássica, com todo o desgaste de material e político que essa luta comporta”.

E “... trata-se sem dúvida de um movimento inspirado além fronteiras que encontra na zona dos Dembos um apoio que basta à sobrevivência. Para além e junto de outras étnias ou tribos, não conquistou adeptos, pelo menos em número para qualquer acção. Situação invencível? Não, decerto, muito longe disso, mas de solução prolongada e corrosiva”⁽¹⁶²⁾.

A crítica à forma de governar Angola e o que se dizia de alguns grandes senhores do poder económico, cuja fortuna era, em grande parte, originária dos territórios de Além-Mar, passaram fugazmente por Luanda e não lhe interessar a causa que se vivia, é corroborada por um telegrama do Ministro do Ultramar para o Governador Geral de Angola que referia “...certos financeiros que têm vivido à custa do governo continuam com êxito a opor-se a tudo que seja renovação do Ultramar porque lhes toca nos interesses...”⁽¹⁶³⁾. O mesmo documento apontava ainda o nome de administradores de grupos e de uns banqueiros que não colaboravam e terminava dizendo que “...não se via maneira de os meter na ordem que não fosse o Banco de Angola ordenar imediatamente

(160) Nogueira Franco “Salazar e a Resistência”, vol. V, 1958-64, Liv. Civilização, Ed. Porto, 1954, pág. 22.

(161) Nogueira Franco “Salazar e a Resistência”, vol. V, 1958-64, Liv. Civilização, Ed. Porto, 1954, pág. 229.

(162) Nogueira Franco “Salazar e a Resistência”, vol. V, 1958-64, Liv. Civilização, Ed. Porto, 1954, pág. 231.

(163) Telegrama de 13 de Março de 1962, em arquivo.

a transferência dos depósitos para outro Banco...” e que tudo deveria ser feito “...imediatamente sem lhes dar sequer tempo de respirar...”⁽¹⁶⁴⁾.

O teor deste documento está em perfeita sintonia com a carta de Jorge Jardim ao Presidente do Conselho de Ministros sobre o que lhe era dado observar quanto ao comportamento das elites políticas, de sangue, das finanças e intelectual, em relação a África⁽¹⁶⁵⁾.

Nela dizia que não encontrava aquelas elites pelos caminhos de Angola, embora as visse nas praias e cómodos hotéis de Luanda, Estoril e Cascais e que tal facto era comentado pelos militares que combatiam na primeira linha. Jardim diz ainda nessa carta que “...quem se bate em Angola é indiscutivelmente o povo, os soldados, os oficiais de carreira e os oficiais arrancados às universidades e às suas profissões que mal esboçaram...”.

Entretanto, por todo o Norte de Angola se constituíram núcleos de sobreviventes, organizados para a defesa, que clamavam por reforços, alguns dos quais foi possível lançar por via aérea, nas pequenas pistas, ou aterrando mesmo nas ruas principais das povoações, também elas cercadas de amotinados.

A falta de alimentos e, sobretudo, de água que, por vezes, tinha que ser procurada fora das povoações cercadas, aumentava o perigo e constituía acção que custou a vida a alguns defensores.

Nalguns casos, como em Nambuangongo, ainda foi possível fazer deslocar uma coluna militar e recolher a Luanda mais de uma centena de sobreviventes, sem dúvida condenados à morte certa. Mas a operação não pôde repetir-se e, noutros locais, algumas populações que ainda não haviam sido atacadas, desconhecendo o perigo que as esperava, partiam em auxílio das vizinhas que estavam cercadas, as quais não conseguiam alcançar, passando a viver depois o seu próprio drama, perante o choque com a realidade.

Os serviços de informação do Estado – civis e militares – tiveram, neste período inicial, uma tarefa acrescida para distinguir a enormidade dos boatos que circulavam por todo o território, da realidade da situação.

Prenderam-se alguns suspeitos de estarem ligados à UPA, que confessaram a sua filiação no Movimento e indicaram alguns responsáveis pelos acontecimentos no Congo. Procurou-se também, capturar os rebeldes nas sanzalas onde tinham sido referenciados, mas já não havia ninguém.

A partir de então o trabalho de localização dos cabecilhas foi dos mais difíceis. O Exército foi capturando alguns, mas dos menos responsáveis. Aqueles sobre quem recaia maior culpabilidade e que vieram do Congo ex-belga,

(164) Telegrama de 13 de Março de 1962, em arquivo.

(165) Nogueira Franco, Salazar – Resistência, (58-64), Vol. V, pág. 328, Liv. Civilização Editora, Porto.

continuaram a monte e não desarmaram. Animavam os naturais e ensinavam-lhes a prática de actos terroristas, chamando a si os trabalhadores de cor das áreas que não haviam pactuado com a acção violenta.

O massacre foi cometido ou orientado por “deslocados”⁽¹⁶⁶⁾ cuja acção foi muito importante para a UPA conforme o próprio Holden Roberto confirmou em entrevista dada ao jornal congolês “Le Progress”, em 1 de Abril de 1967, no 6.º aniversário da guerra de libertação. Tal facto explica que muitos assaltantes falassem francês e gritassem “UPA - LUMUMBA” denotando influência política congoleza, o que então pareceu estranho.

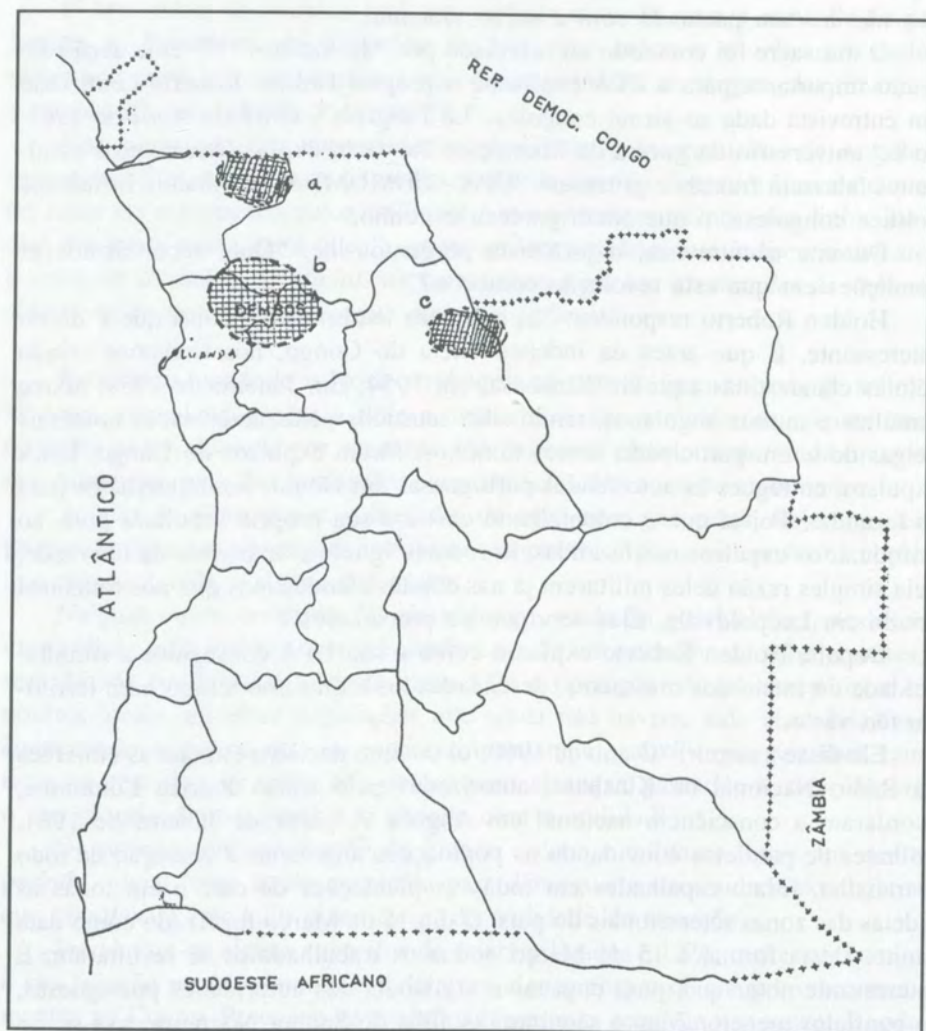
Durante a entrevista, o jornalista perguntou-lhe: “Quer recordar-nos as condições em que esta revolução começou?”

Holden Roberto respondeu: “... eu quero lembrar uma coisa que é muito interessante. É que antes da independência do Congo, nós tínhamos criado células clandestinas aqui em Kinshasa, em 1954. Em Janeiro de 1959, houve tumultos e muitos angolanos, tendo sido acusados pelas autoridades coloniais belgas de terem participado nesses tumultos, foram expulsos do Congo. Estes expulsos, entregues às autoridades portuguesas em Nóqui, foram enviados para as fazendas. Foi aí que o colonialismo cavou a sua própria sepultura pois, ao introduzir os expulsos nas fazendas, introduziu igualmente o vírus da liberdade, pela simples razão deles militarem já nas células clandestinas que nós tínhamos criado em Leopoldville. Eles serviram de precursores”.

Depois, Holden Roberto explicou como a sua UPA conseguira a simultaneidade do início dos massacres, desencadeados ao mesmo tempo num território tão vasto.

Ele disse a seguir: “O ano de 1960 foi um ano decisivo em que as emissões da Rádio Nacional de Kinshasa, autorizadas pelo irmão Patrice Lumumba, acordaram a consciência nacional em Angola. A partir de Janeiro de 1961, milhares de panfletos convidando as populações angolanas à cessação de todo o trabalho, foram espalhados em todas as plantações de café e em todas as aldeias das zonas setentrionais do país. O dia 15 de Março foi fixado como data limite. Desta forma, a 15 de Março, todos os trabalhadores se revoltaram. É interessante notar que, para enganar a vigilância das autoridades portuguesas, os panfletos mencionavam o seguinte: “A filha do Senhor Nogueira casa-se em 15 de Março”. Isto queria significar que os tumultos deveriam começar no dia 15 de Março, ao nascer do dia”.

(166) Ver no capítulo “A Independência do Congo Belga”, o problema dos “Deslocados”, e nota 98, na pág. 130.



Áreas de sublevação iniciais

- a. Área fronteiriça, sublevada em 15 de Março
- b. Área do Interior (Dembos), sublevada em 15 de Março
- c. Área de sublevação da Baixa do Cassange – sublevada em 11 de Janeiro de 1961 e pacificada em 27 de Fevereiro 1961.

REACÇÃO AOS MASSACRES

Como o inimigo pretendia, grande parte da população branca e nativa daquelas áreas, que escapara ao massacre, fugiu. Mas, se as mulheres e crianças ficaram em Luanda, ou embarcaram para Lisboa, muitos homens voltaram para ocupar a terra que lhes pertencia. E aí, com o apoio dos pequenos destacamentos militares, ou sem apoio e completamente isolados, foram resistindo, corajosamente, aos assaltos em massa dos rebeldes.

Foram estes focos de resistência, apoiados pelas poucas forças existentes, que evitaram que o pânico se apoderasse da população branca e nativa fiel e impediram também que a insurreição obtivesse mais êxitos significativos e pudesse estender, decisivamente, a luta armada para sul e atingir Luanda, seu principal objectivo e onde não se verificaram mais assaltos, depois de 04 de Fevereiro, embora se vivesse um clima de intranquilidade e desconfiança.

Aquando da eclosão do terrorismo apenas dispunhamos, como já se disse, em toda a Província, de cerca de 5 000 soldados africanos e 1 500 europeus, para uma área de 1.246.314 Km², catorze vezes maior do que a Metrópole. Contudo, só estavam imediatamente disponíveis para acorrer à zona afectada pelo terrorismo, cerca de 1 000 soldados europeus e 1 200 africanos. Nos Dembos, área bem escolhida para o esforço inimigo, pelo seu terreno acidentado e coberto de mata, não estava aquartelada qualquer unidade militar, nem fora construída, até então, qualquer pista de aviação para aeronaves militares. Apenas contávamos com um batalhão em Carmona e pistas de aviação em Camabatela, Negage e Carmona. Com tão fracos meios, era impossível acorrer a tantos pedidos de socorro, ao mesmo tempo.

Logo que teve conhecimento da gravidade da situação, o Comando Militar de Angola ordenou, dentro do reduzido número de meios à sua disposição, o movimento de Unidades para as áreas afectadas, com base nos efectivos da guarnição normal da Província.

Além das guarnições destacadas para reforço das povoações, as nossas forças desenvolveram uma actividade extraordinária, desde salvar os

mais seriamente ameaçados, a punir os atacantes, quando era possível fazê-lo.

Após os massacres de 15 e 16 de Março notou-se da parte do inimigo uma menor actividade ofensiva. Além de assaltos às povoações cercadas, onde normalmente sofriam pesadas baixas, realizava cortes de estrada e desenvolvia uma intensa acção psicológica para “convencer” as populações que ainda não tinham aderido.

De início, praticamente, não atacaram as colunas militares, talvez por não terem armamento apropriado⁽¹⁶⁷⁾.

Desempenharam acção notável nesta fase inicial das operações três Unidades: o Batalhão de Caçadores Eventual, constituído para o efeito, o BCaç 3 de Carmona, o ERec de Luanda e ainda, noutra área, o BCaç de Cabinda, todas com tropas de Angola, com excepção da primeira.

O Batalhão de Caçadores Eventual foi organizado por determinação do Comando Militar de Angola para fazer face à manutenção da ordem pública na área de Quibaxe⁽¹⁶⁸⁾. Tinha por comando, que se instalou em Salazar, o Comando do Batalhão de Caçadores Eventual que operara na Baixa do Cassange, constituído apenas pelo respectivo comandante com a patente major, um capitão adjunto, um cabo corneteiro e um operador cifra. Este Batalhão era constituído pela 6.ª CCE (-), com um pelotão em operações na região de Quibaxe, que se integraria logo que estabelecesse o contacto com a sua Companhia; pela 5.ª CCE (-), a completar com os elementos recuperados de Malange, em operações na área de Nambuangongo, que se integraria no Bat. Eventual quando estabelecesse ligação com o Comando deste, e ainda pela 7.ª CCE.

Ao Batalhão Eventual foi cometida a missão de:

- numa 1.ª fase atingir, com a 6.ª CCE (-) as regiões de Quibaxe e Terreiro, pelo que, a partir da cidade de Salazar, deveria organizar duas colunas pelos itinerários – Salazar-Golungo Alto-Quilombo-Bula Atumba-Quibaxe e Salazar-Lucula-Samba Caju-Terreiro.
- numa 2.ª fase, organizar acções de limpeza, fazendo convergir todos os elementos do BCaç Eventual para a zona de Quitexe, onde estabeleceria ligação com o BCaç, 3, aguardando ordens deste comando.

Em 21, às 06H30, saíram de Salazar as duas colunas da 6.ª CCE seguindo o itinerário marcado, tendo o Batalhão obtido reforços que foram fornecidos à custa da 7.ª CCE⁽¹⁶⁹⁾.

(167) “O Caso de Angola”, ed.EME, 1969.

(168) Nota n.º 6136, de 19 de Março de 1961.

(169) Foi aerotransportada de Lisboa para Luanda, entre os dias 16 e 20 de Março. Em 18 de Março havia já partido para Salazar o Pel Acompanhamento, armado e equipado como Pel de Atiradores, com a missão de guarnecer a localidade. Regressou a Luanda em 21 de Março, após ser substituído por outro.

Em 23 de Março, o QG expede uma mensagem em que reforça a ideia da ligação com o BCaÇ 3, ao atingir-se Quitexe, e dá ao BCaÇ Eventual a nova missão de atingir Caxito, onde se encontrava a 5.^a CCE e lançar-se em operações sobre Nambuungongo, deixando guarnições na região Dange-Quitexe, para garantir a ordem.

A 5.^a CCE, uma das Sub-Unidades do BCaÇ Eventual, encontrava-se em Malange aquando a eclosão dos acontecimentos de 15 de Março. Em 16 de Março o seu 1.^o Pel. foi transportado por via aérea para Luanda e deslocou-se em 17 de Março para Quicabo onde estaciona. Nesse mesmo dia chega a Luanda, via aérea, o seu 3.^o Pel. que se junta ao 1.^o Pel. em Quicabo, no dia 18, permanecendo o 3.^o Pel. em Malange, reforçando a 3.^a CCE. Em 18 de Março, a 5.^a CCE inicia a marcha para Nambuungongo, onde chega a 19. Nesta localidade que estava destruída e saqueada, foi encontrar à semelhança de outras, a casa do enfermeiro e a enfermaria intactas. Antes, passara pela fazenda do Onzo que também estava destruída. A Companhia progride até Quissele, em 21 regressa ao Onzo e, posteriormente, ao Caxito onde chega a 24, procedendo à reparação do material e descanso do pessoal, aguardando aí a chegada do BCaÇ Eventual, no qual se integraria.

Em 30, a coluna do BCaÇ Eventual sai de Salazar para Aldeia Viçosa e, por uma série inesperada de acontecimentos, só em 4 de Abril inicia o movimento.

Nos dias 02 e 03 de Abril viveram-se momentos de angústia quando o comandante da 7.^a CCE, outro oficial, 2 praças e um cipaio perderam a vida numa emboscada, quando se deslocavam numa única viatura, à procura de um pelotão da 7.^a CCE que, na véspera, saíra para o Cólua a fim de enterrar os cadáveres de 13 europeus assassinados em 16 de Março. Durante as buscas efectuadas no dia seguinte no local da emboscada, as nossas forças caíram em nova emboscada, bem montada, tendo uma viatura, que se afastara, sido destruída e mortos mais um sargento e seis praças. Apenas escaparam à carnificina duas praças que se esconderam e internaram no capim. As forças inimigas capturaram várias armas e munições.

Este ataque, que atrasou a saída do BCaÇ Ev para Aldeia Viçosa, marcou o reinício da actividade insurreccional armada, no Norte de Angola, como que encorajada pelo êxito obtido, só compreensível devido ao facto de a campanha estar ainda no início, com grande índice de inexperiência e excesso de confiança das NT.

A guerrilha passou então a dispor de algumas armas automáticas que juntou às numerosas munições e caçadeiras roubadas nos diferentes Postos Administrativos, nas fazendas e povoações que, entretanto, tinha assaltado.

Nos dias 06, 07 e 08 de Abril já o Bat CaÇ Eventual se encontrava reunido na Fazenda Tentativa (Caxito), sendo a localização das Sub-Unidades, em 08, a seguinte: Comando Bat CaÇ (-): 5.^a CCE (-), 6.^a CCE (-), 2 Pel (-) da 7.^a CCE, na Fazenda Tentativa; 1 Pel (-) de 6.^a CCE, no Quibaxe; 1 Pel (+) da 6.^a CCE,

inicialmente em Aldeia Viçosa e, depois, deslocado para o Quitexe, onde se encontrava nesta data, 1 Pel da 5.^a CCE, no Caxito.

A actividade operacional do BCaÇ Eventual na nova posição foi muito variada e intensa, enquanto procedia à remodelação tendo em vista o seu emprego em operações na área de Nambuangongo.

Em 14 de Abril, o BCaÇ Eventual tinha as suas forças assim distribuídas: 6.^a CCE (-) e 1 Pel, no Caxito; 3 Destacamentos e 1 Pelotão (+) em Quibaxe e a 5.^a CCE (-) na Fazenda Tentativa¹⁷⁰.

Em 15 de Abril, o QG/RMA ordenou uma alteração na missão do BCaÇ Eventual, deixando de lhe estar atribuída uma acção sobre Nambuangongo, cometendo-lhe de novo, uma missão no Cuanza Norte, enquanto a 5.^a CCE deixava o Batalhão e passava a depender do RIL.

Em 16 de Abril, a situação das NT e a nova missão constam no “Plano de Operações n.º 2”, do BCaÇ Eventual, que se transcreve no essencial:

“... 1. Situação

a. Inimigo

A rebelião em Nambuangongo atingiu um desenvolvimento que impede atacá-la com as forças de que, no momento, se poderia dispor. Por outro lado no Distrito do Cuanza Norte a situação deteriora-se rapidamente, tornando urgente fazer-lhe face com as NT que estavam destinadas ao ataque a Nambuangongo.

b. Forças Amigas

5.^a CCE + 1 Pel.Art.

- Ocupar em força as regiões de Caxito, Mabubas, Tentativa, Quicabo e Úcua.
- Patrulhar os itinerários Caxito-Quicabo e Caxito – Úcua – Fazenda Santarém.

2. Missão do BCaÇ Eventual:

- Manter a ordem no Distrito do Cuanza Norte, menos Quitexe Aldeia Viçosa, pertencentes ao BCaÇ 3, para o que:
- Ocupará em força Salazar, Dondo, Golungo Alto, Quibaxe, Quicolungo, Camabatela e Lucala.
- Patrulhará toda a zona de acção, tendo em especial atenção Pango Aluquem, Bula Atumba, Terreiro – Banga – Samba Cajú, Cerca, Quilombo dos Dembos.

(170) Relatório da Situação Operacional n.º 11, de 14 de Abril de 1961.

A Ideia de Manobra ficou assim definida:

- Deslocar o Bat. Caç Eventual das regiões de Tentativa-Úcuu-Quibaxe, por forma a ocupar com efectivos da ordem de 1 Pelotão, reforçado, as povoações constantes da missão, patrulhando seguidamente as regiões anexas, detectando bandos rebeldes e destruindo-os.

Às Sub-Unidades foram cometidas as seguintes missões:

- 6.^a CCE, reforçada com 1 Sec. do Grupo de Artilharia de Campanha de Luanda (GACL), ocupar em força as povoações de Quibaxe, Quicolungo, Camabatela e patrulhar toda a zona de acção tendo em especial atenção Terreiro, Bula Atumba, Banga e Samba Caju.
- 7.^a CCE, ocupar em força as povoações de Dondo, Golungo Alto, Salazar e Lucala; patrulhar toda a zona de acção, tendo em especial atenção a Ponte Filomeno da Câmara, Cerca, Quilombo dos Dembos e Camame.

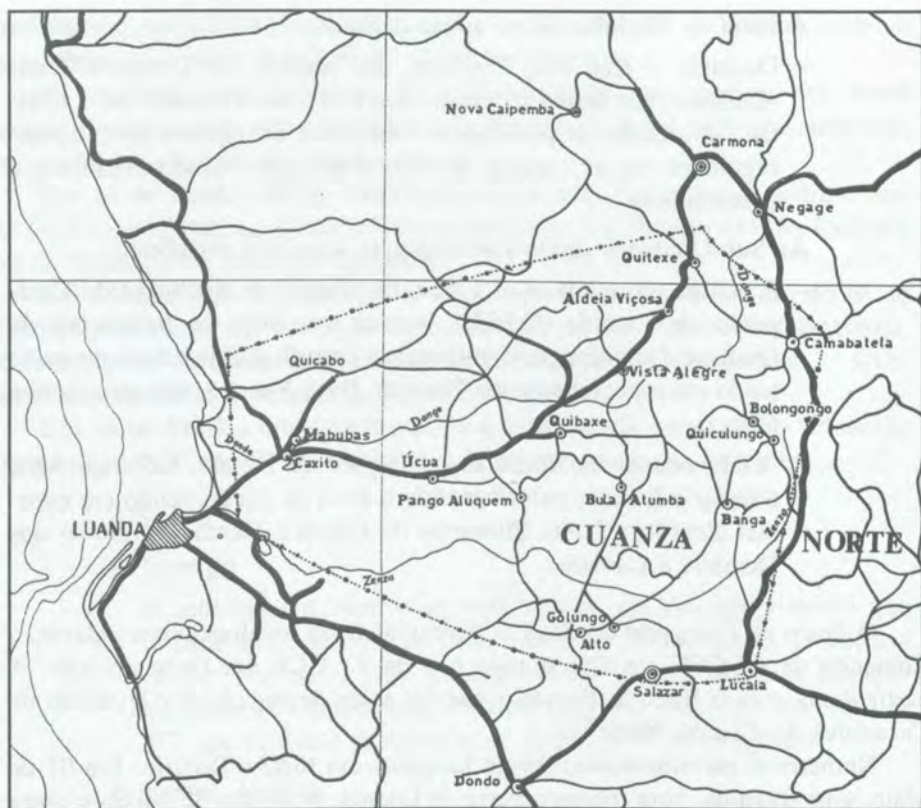
O Posto de Comando do Bat.Caç Eventual ficou localizado em Salazar, o Comando da 6.^a CCE em Quicolungo e o da 7.^a CCE em Golungo Alto. A partir dessa data o Bat.Caç Eventual passou a ser designado por Batalhão de Caçadores do Cuanza Norte⁽¹⁷¹⁾.

Numerosos patrulhamentos foram lançados em todo o Distrito. Em 01 de Maio, uma patrulha, num recontro perto de Lucala, provocou 30 baixas e outra fez abortar um ataque à povoação de Quicolungo atacando um numeroso grupo ao qual provocou 290 baixas, o que dá a ideia do número de atacantes actuando, muitas vezes, em massa.

Grande parte das patrulhas não tinha contacto com as forças adversas, atingindo-se o dia 13 com a situação perfeitamente controlada, embora continuando o Batalhão a levar a efeito, nesta difícil região, uma esgotante acção e uma actividade de vigilância intensa. Pontes, estradas, o Caminho de Ferro de Malange, povoações, fazendas, tudo era patrulhado com meios que se revelavam exíguos para tamanha missão.

Quanto ao Batalhão de Caçadores 3, sediado em Carmona, efectuou, desde o início dos ataques, uma actividade operacional intensíssima, na vasta região à sua responsabilidade, que englobava toda a região do Congo (Distritos do Congo e do Zaire) e áreas como a serra do Uige e a serra de Pingano, que se sabia serem refúgio de grupos hostis, numa actividade tão diversificada como

(171) Relatório da Situação Operacional n.º 18, de 21 de Abril de 1961.



Área de actividade do BCaç Eventual

a que vivia o Batalhão de Caçadores Eventual e numa zona cujas povoações continuavam a ser atacadas, tornando-se conhecido o cerco e ataque à povoação de Mucaba.

Tão notável foi esta actividade que o BCaç 3 foi a primeira Unidade a ser condecorada colectivamente, logo em 07 de Agosto de 1961, com a significativa Medalha de Prata de Valor Militar, com base num louvor que é o melhor resumo da sua acção e que a seguir se transcreve:

“...O Batalhão de Caçadores n.º 3, com sede em Carmona, constituído no início dos acontecimentos em Angola, por três Companhias Indígenas de Caçadores (Carmona, Maquela do Zombo e Nóqui), uma Companhia de Caçadores Especiais (Toto) e um Destacamento Indígena (S. Salvador), fez frente à irrupção do terrorismo na vastíssima área representada pela totalidade do Uíge e grande parte do Distrito do Zaire: logo no primeiro dia dos acontecimentos, a sua 1.ª Companhia (Carmona) se distingue, ao levar, entre perigos

inenarráveis, o auxílio de pequenos destacamentos a Nova Caipemba, Zalala e Quitexe.

As tropas do Batalhão de Caçadores n.º 3, quer suportando ataques, como os de Carmona, Quitexe, Caipemba, Mucaba, Senge, S. Salvador, Luvo e Toto, quer patrulhando intensamente o território à sua responsabilidade e levando, por entre emboscadas que lhes causaram baixas, a protecção de pequenos destacamentos ao maior número possível de núcleos europeus, foram os pilares em que se alicerçou, seguramente, durante mais de dois meses, a defesa de toda a zona sublevada do Congo.

Combatendo sem quartel os bandos de terroristas, procurando incutir ânimo em populações desmoralizadas, protegendo por igual europeus e nativos contra a senha terrorista, desimpedindo itinerários, reconstruindo pontes e pontões, salvando vidas nos centros mais atingidos pela actividade criminosa do Inimigo, designadamente em Madimba, Cuimba e Buela, onde patrulhas se deslocaram à custa de grandes riscos, expondo aos olhos da população exemplos magníficos de coragem e abnegação, como no caso de dois elementos militares – um europeu e um nativo – que impediram a queda de Mucaba, organizando a defesa das populações civis, bem mereceu da Pátria o Batalhão de Caçadores n.º 3, cuja actividade, a todos os títulos notável, abnegada e valorosa, vem acrescentar mais algumas páginas ilustres aos feitos gloriosos do Exército Português...”.

O Esquadrão de Reconhecimento de Luanda efectuou, neste período, um brilhante serviço, concretizado em árduos patrulhamentos na cidade de Luanda onde se temia uma sublevação mais generalizada na área dos mucueques e numa notável acção que realizou sobre Nambuangongo, uma das povoações mais atingidas pelo massacre, que conseguiu atingir em três dias, após o que recolheu a Luanda com 153 civis, dos quais 120 europeus, assim salvos de uma chacina certa.

Posteriormente efectuou outras acções nos Dembos e no Congo Norte, nas áreas afectadas.

O louvor que lhe foi concedido é bem o espelho da sua actividade.

“Sua Excelência o General Comandante da III Região Militar LOUVOU o Esquadrão de Cavalaria de LUANDA (1.º/G Rec ANGOLA), pela acção relevante que teve na manutenção da ordem e paz públicas desde o início dos acontecimentos que enlutaram a Província; nas noites de 03/04Fev61 e de 10/11Fev61, quando terroristas desencadearam as suas criminosas acções em LUANDA, foi o Esquadrão incumbido de acorrer aos locais ameaçados, missão que cumpriu com inexcelável eficiência, perseguindo de noite os criminosos e dando-lhes o merecido correctivo. Logo após a eclosão dos acontecimentos de Março, foi a Unidade encarregada da difícilíssima missão de castigar

os terroristas na área de NAMBUANGONGO e salvar as pessoas escapadas dos primeiros atentados terroristas; com notabilíssima eficiência e inexcelável espírito de sacrifício de todo o seu Pessoal, desde os oficiais à mais humilde praça, à custa de esforços inauditos e correndo riscos pesadíssimos, a Unidade actuou na Região de NAMBUANGONGO castigando os terroristas e conseguindo salvar e evacuar cento e cinquenta e três civis daquela região, acção meritória e digna de tanto maior realce quanto é certo que foi desempenhada em curto espaço de tempo, pois que a defesa da cidade de LUANDA não permitia, nessa época, que o Esquadrão, se mantivesse afastado da sua Sede por espaço de tempo superior a dois dias e uma noite. Pelas missões descritas, às quais se devem somar as de escolta, emboscadas e rusgas, interessando especialmente as regiões de ÚCUA, FUNDA, QUIBAXE e ao Sul de QUIBALA e de CALULO, bem mereceu da Pátria o Esquadrão de Cavalaria de LUANDA pela forma altamente eficiente e esforçada, até ao inconcebível, como fez face às difícilimas e perigosas missões de que foi incumbido, missões em que, sem excepção, todos os seus Oficiais, Sargentos e Praças demonstraram coragem e tenacidade fora do comum, o que permite classificar de Unidade de Elite aquela em que tão devotada e esforçadamente têm servido”⁽¹⁷²⁾.

Também o RIL, através da sua Companhia de Nativos, de Santo António do Zaire e de Companhias de Reforço que lhe foram atribuídas – 3.^a CCE e 5.^a CCE – e das forças destacadas da sede para escoltas e patrulhamentos, efectuou uma acção importante nesta fase inicial.

Em Cabinda estava a 1.^a CCE que, desde início, se empenhou na acção de contra subversão e operações contra os rebeldes que ali iniciaram a sua actividade no dia 12 de Abril. Em 21 de Abril, o BCaç 1, da Guarnição Normal naquele Distrito tinha já o seu dispositivo montado. O Comando, em Cabinda; 1 Comp(-) no Dinje; 1 Pel em Lândana; a 3.^a CCI, na Chiaca, 1 Sec no Miconge; 1 Sec, no Necuto, 1 Sec em Pangamongo e 1 Sec no Belize.

A actividade do Batalhão na defesa do Enclave, a par de uma acção esgotante da 1.^a CCE em operações nas regiões de Tando Zinze e Zenze, puderam opor-se eficazmente à actividade inimiga contra pessoas e bens naquela área.

O Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas que se encontrava em Angola, chefiando uma comissão militar de alto nível, que incluía o Chefe de Estado Maior do Exército e visitava Cabinda em 15 de Março de 1961, quando eclodiram os acontecimentos no Norte de Angola, pôde tomar algumas medidas militares, quanto à vinda de reforços da Metrópole, apreciar a reacção

(172) Ordem de Serviço n.º 71, do Comando da Região Militar de Angola, de 11 de Outubro de 1961.

militar em Angola e verificar o comportamento dos militares então presentes naquela Província perante a gravidade da situação⁽¹⁷³⁾. A impressão colhida foi a melhor e não regressou à Metrópole sem transmitir ao Comandante Chefe das Forças Armadas de Angola e seu parecer, numa mensagem que constitui a primeira sobre o comportamento das nossas tropas naquela campanha.

"Não devo deixar esta Província, de regresso à Metrópole, sem afirmar a V.Ex.^a o meu alto apreço pela forma como os comandos e tropas sob as ordens do Comandante-Chefe de Angola estão a cumprir as suas missões.

Sob o prestigioso e firme comando de V.Ex.^a, as forças militares em serviço na Província, têm demonstrado, com inexcusável dedicação e impressionante espírito de sacrifício, o seu elevado nível de preparação e a inabalável determinação de honrarem as tradições das Forças Armadas Portuguesas.

Em todos os contactos que estabeleci, a inspecção que realizei, bem como através dos relatórios de operações que me foi dado apreciar, pude sentir a existência duma forte coesão, de um decidido espírito de colaboração entre os comandos e tropas dos três Ramos das Forças Armadas, duma eficiente ligação com as autoridades civis e com a população.

Tenho, assim, a firme convicção de que as forças integradas ou que venham a ser integradas no dispositivo de segurança da Província, se mostrarão sempre à altura de assegurar a defesa dos superiores interesses nacionais e de se afirmar a presença e a permanência da Nação.

Desejaria que V.Ex.^a desse conhecimento aos oficiais, sargentos e praças dos três Ramos das Forças Armadas, sob o seu comando, da forte impressão que me produziram e lhes transmitisse a confiança que depositamos no seu patriotismo e indefectível subordinação às virtudes militares."⁽¹⁷⁴⁾

(173) Nota n.º 86, do capítulo II, do 1.º Volume: Enquadramento Geral da Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-74), Lisboa 1988, pág. 108.

(174) Mensagem assinada pelo General J. Beleza Ferraz, em arquivo. Recorde-se que esta Comissão, surpreendida em Cabinda pela onda de violência, colheu directamente informações em Maquela do Zombo, S. Salvador, Carmona e Negage, antes de regressar à Metrópole. Ver nota anterior.

DO DISCURSO DA CARREIRA DE TIRO À ORGANIZAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS

Em 06 de Março de 1959, após uma onda de sangrentos tumultos no Congo ex-belga e respondendo à subsequente agitação que passou a sentir-se em Angola, a qual causava alguma inquietação às populações, em especial às que viviam isoladas no mato, o Governador Geral de Angola, aproveitando o convite para inaugurar oficialmente a Carreira de Tiro de Luanda, proferiu um discurso que ficou célebre.

Era a primeira vez que uma entidade oficial alertava Angola para o facto de que o futuro imediato poderia vir a ser difícil, ao mesmo tempo que sugeria à população civil que se organizasse e se preparasse para actuar de armas na mão. Enquanto a autoridade militar previa a abertura da carreira de tiro a desportistas civis para tiro desportivo com armas de guerra, a mais alta entidade governativa de Angola foi mais longe e apelou aos civis que ali aprendessem a usar, convenientemente, armas de guerra, no discurso que se transcreve, na íntegra e ficou conhecido pelo *"Discurso da Carreira de Tiro"*⁽¹⁷⁵⁾.

"Senhor General

Muito agradeço a V.Ex.^a a amabilidade de me ter convidado para inaugurar a Carreira de Tiro Militar de Luanda. Por um lado, enche-me de satisfação estar no meio dos meus camaradas do Exército a que tanto me orgulho de pertencer; depois, porque tenho a oportunidade de, pela primeira vez, inaugurar uma obra militar em Angola. E, se o facto é para mim próprio de salientar, é porque desde há dez anos para cá alguma coisa fiz para a instalação condigna das forças militares desta Província e só agora, passado tanto tempo, assisto à entrada em serviço de uma dessas instalações.

(175) Rebelo, Horácio de Sá Viana; "Angola na África deste tempo" – Pensamento e Acção no Governo da Província, ed. de autor, Lisboa 1961, pág. 223 e 224. Foi Subsecretário de Estado do Exército entre 1950 e 1955. Por esta razão refere no discurso que desde há 10 anos fazia alguma coisa pelas instalações das F.A. em Angola.

As forças do Exército em Angola atingiram de facto um tal nível de instrução e de eficiência que bem mereciam os quartéis que hoje têm, em muitos casos superiores aos da Metrópole. Não há luxo, nem espanto, nem qualquer coisa a mais. Há o necessário, posto com sobriedade, e conforto e a eficácia que caracterizam as instalações da tropa moderna, em qualquer parte. Para se chegar a este ponto não é demais enaltecer o grande interesse e dedicação que, pelas suas tropas, incluindo oficiais, sargentos e praças, têm mostrado os últimos generais comandantes, entre os quais ocupa V.Ex.^a já um lugar destacado.

A instrução de tiro é das mais importantes para o soldado. Tropa que atira mal é tropa inofensiva, que só fez barulho e não acerta.

As armas não se fizeram para atirar tiros para o ar ou sem destino; as armas fizeram-se para causar baixas, gastando apenas os tiros indispensáveis. E para se conseguir isto é preciso saber apontar e fazer fogo, e para tanto se constroem as carreiras de tiro.

Parece que esta é das melhores do nosso Exército, e nela se empregaram muitos contos. É de esperar que com tão boas instalações a instrução das tropas seja valorizada, por forma a que do armamento se tire a melhor vantagem possível. Não será provável construir tão boas carreiras nas outras guarnições militares da Província, mas o essencial é que elas existam, embora piores ou mais baratas.

É do maior interesse a sugestão feita por V.Ex.^a, de esta carreira ser utilizada por civis para o tiro desportivo com armas de guerra. E eu vou mais longe, entendendo até que o treino dos civis conviria ser facilitado em todas as carreiras das guarnições militares, ou em carreiras improvisadas onde essas guarnições não existam, embora construídas sob a direcção militar. Não são claros nem seguros os tempos que correm nos territórios estrangeiros nossos vizinhos, e se até agora, nós temos mantido intacto o atestado de tranquilidade política que o mundo nos passa, não podemos ficar sossegadamente a presenciar as desgraças dos outros, sem cuidar de evitar que até nós cheguem as faúlhas de incêndios ateados fora de casa, e que nós teremos de apagar imediatamente, se tal suceder. Homem prevenido vale por dois, e de sua casa são precisos quatro para o tirar, diz o ditado. Nem quatro nem quarenta, devemos nós dizer, e para tanto é preciso que todos os homens válidos e responsáveis na nossa Província estejam em condições, se preciso for, de pegar em armas e saber fazer uso delas. As carreiras de tiro, para além do interesse desportivo das populações, têm valor para a preparação de quem quiser usar convenientemente as armas de guerra. Por mim darei o melhor apoio a todas as iniciativas que surgirem neste sentido, devidamente enquadradas e orientadas pelas autoridades, e pelas colectividades que para tanto se mostrem idóneas.

Eu não sou por natureza pessimista, e por isso tenho a esperança de que lá fora o bom senso e a calma voltem aos espíritos, e que cá dentro nunca se percam. E para que as coisas assim se mantenham entre nós, é de importância vital a disciplina, a eficiência e o espírito de sacrifício das Forças Armadas. Essas qualidades muito têm valido em épocas difíceis da história portuguesa em Angola, e valem nos tempos presentes uma vez mais pela sua presença e a sua certeza. Aproveito a oportunidade para salientar que dentro de algumas semanas devem estar instalados na Província os dois Ramos das Forças Armadas que aqui nos faltam: a Marinha e a Aeronáutica. Preenche-se finalmente uma lacuna na nossa estrutura militar, e dá-se um importante passo em frente para a segurança da nossa soberania nesta terra.

Ficaremos, aliás, em condições de eficiência militar bastante semelhante às dos nossos vizinhos, o que será um elemento mais a ligar as nossas Forças Armadas com as estrangeiras, em especial com as belgas por serem as mais próximas.

Felizmente só tem havido até agora razões para confirmar o bom entendimento entre as forças do Exército em Angola e do Congo Belga. Ainda há poucos dias, na fronteira de Maquela, um dos nossos destacamentos militares confraternizou da forma mais cordial com um destacamento belga que se encontrava nas proximidades.

Folgaremos todos por que assim continue a acontecer, e que o prestígio da nossa força armada continue a afirmar-se e a fundamentar a nossa melhor segurança.

Faço votos, Senhor General, para que a Carreira de Tiro Militar de Luanda dê o melhor rendimento e seja muito frequentada, quer por militares quer por civis. E não valerá a pena poupar munições, pois os tiros que aqui se gastarem poderão evitar outros bem mais desagradáveis”.

Estas palavras, que tiveram eco em toda a Província, alcançaram um forte efeito moralizador, embora não tivessem sido muito bem aceites em certos círculos políticos oficiais de Lisboa.

Em 31 de Janeiro de 1961, ano e meio depois e em vésperas da eclosão dos “Acontecimentos de Angola”, o mesmo Governador Geral em conferência proferida no Instituto de Altos Estudos Militares, de que se guardou registo sonoro, teve oportunidade de esclarecer melhor o seu pensamento sobre a situação em Angola.

“... Os brancos que estão no mato são a nossa guarda avançada, são aqueles que, através de sacrifícios e até muitas vezes, com risco de vida, mantêm, até certo ponto, a soberania nos pontos onde estão.

É quando existe qualquer perturbação como a que houve no Congo Belga, que essa gente do mato se apodera de grande pânico e é necessário dar-lhes o maior apoio e o maior moral.

Quando em 1959, se deram os acontecimentos de Leopoldville, eu senti um grande estremeção na Província, porque houve o receio da parte dos milhares de fazendeiros espalhados pelo mato que houvesse desapoio do Governo, ou falta de protecção e que eles ficassem abandonados à sua sorte. E esse receio ainda foi maior, depois que se deu a independência do Congo Belga.

Ao mesmo tempo, da parte dos pretos, sentiu-se uma expectativa de ver o que é que se passava. Vieram-me dizer – o comandante da Polícia nessa altura – que havia imensa gente branca a comprar armas e que é que se devia fazer, se autorizar ou não essas compras. E eu disse-lhe: “prefiro que comprem armas do que comprem bilhetes para se irem embora. É sinal de que estão agarrados à Província e estão dispostos a defender com armas na mão as suas vidas e os seus haveres”.

De resto em Leopoldville foram as milícias civis, nas quais se encontravam muitos portugueses brancos, que conseguiram manter a ordem nos bairros europeus nos dias 04 e 05 de Janeiro em que houve aqueles motins em que morreu muita gente.

Ora, foi precisamente quando senti essas dificuldades que eu fiz um discurso que ficou conhecido na Província pelo “Discurso da Carreira de Tiro”, quando da inauguração da carreira de tiro de Luanda, dois meses depois dos acontecimentos de Leopoldville.

Fiz nele um solene aviso que mais ou menos era este: estávamos decididos a manter em Angola a ordem pública e evitar qualquer subversão e não só a isso estavam decididas as Forças Armadas, como também tínhamos que dar a oportunidade a todos os brancos que quisessem exercitar-se no uso das armas, de utilizarem as carreiras de tiro, quer militares, quer particulares, para se treinarem na acção contra a subversão. Este meu discurso calou profundamente na Província; recebi várias cartas de gente isolada no mato que se sentiu protegida e consciente de que o governo estava a olhar para eles, e na parte dos pretos regressou a calma, visto que nunca mais se sentiu qualquer sobressalto.

Na Metrópole, no entanto, houve o receio de que o Governador Geral tivesse falado dessa maneira porque podia levantar-se a ideia de que nós nos estávamos a armar contra os pretos. Felizmente nem todos pensaram assim e, o “Diário de Lisboa” por exemplo, em Nota do Dia dizia o seguinte: “... Homem prevenido”. – Não era outro o sentido daquilo que aqui escrevemos quando se produziram os graves acontecimentos de Leopoldville, que se repetem agora com idêntica gravidade na Niassalândia, vizinha de Moçambique. O Governador Geral não fez mais do que justificar os receios e as suas claras, oportunas e corajosas palavras, não deixam lugar a dúvidas acerca dos perigos que nos ameaçam e da necessidade que temos de os enfrentar com cora-

gem e espírito de previsão. E no que respeita à população branca, há realmente toda a necessidade de a proteger. Essa protecção não pode ser feita à custa das Forças Armadas. Tem de ser feita à custa dos próprios brancos que ali estão, através, duma milícia organizada, uma milícia regular que seja fixada nas leis, com uma boa rede de transmissões ligando entre si os diversos elementos, com o comando de oficiais milicianos e sargentos milicianos que há inúmeros espalhados por toda a Província, e que rapidamente se podem concentrar aqui e acolá para fazer defesa dos seus bens e das suas fazendas e das suas vidas, até que a força armada possa chegar...”

“... Qual o futuro de Angola? A pergunta tem de entender-se apenas quanto às perspectivas da sua manutenção na esfera da soberania portuguesa.

Na realidade, se considerarmos, o território angolano nas suas potencialidades já confirmadas ou já previstas, não creio haver motivo para supor que haja retrocesso no seu caminho progressivo. Apesar da paragem verificada no decorrer de 1960, a população branca tem aumentado fortemente de há dez anos para cá. A produção tem vindo também a aumentar e as novas indústrias, com relevo para as mineiras, apresentam perspectivas animadoras. A organização económica da Província e o seu apetrechamento em matéria de fomento fazem admitir condições favoráveis ao desenvolvimento da Província...”

“... Assim, a nossa grande Província, longe de ser um território esgotado, é pelo contrário, uma grande região pujante de potencialidades e de recursos que, sensatamente aproveitadas, devem forçosamente encaminhá-la para a frente e nunca para trás.

Sob a bandeira portuguesa? — é a pergunta que se põe agora. Sem pretendermos sondar o futuro — se a fé fosse por si bastante para afastar perigos e levantar intransponíveis barreiras defensivas, eu diria com vários milhões de compatriotas nossos e com V.^{as} Ex.^{as}: “Tenho fé em que Angola será sempre portuguesa.” Mas se a fé pode muito e a unidade nacional, com tal força na alma, é sem dúvida poderosa força defensiva, a realidade é que, na hora presente, quando se tenta representar o futuro, temos de analisar prudentemente e com bom senso, as condições favoráveis e desfavoráveis para a realização de determinada possibilidade.

De entre as condições favoráveis, há que criar a unidade nacional, geralmente confirmada entre nós quanto às coisas ultramarinas, mesmo nos períodos de desavenças políticas internas. Depois, o largo tempo de paz em Angola, pelos menos 30 anos, paz significativa de entendimento entre os grupos populacionais, o grau de eficiência das forças armadas, o seu número e qualidade, e ainda a permanência de domínio branco na África do Sul e nas Rodésias, juntamente com um governo pró-ocidental no Catanga.

São condições desfavoráveis, os movimentos nacionalistas negros; a infiltração comunista no continente procurando o disfarce da hierarquia para criar

governos simpatizantes; a existência duma fronteira com um estado – o ex-Congo Belga – desintegrado e em desordem, sede de organizações anti-portuguesas que podem construir focos de rebelião dentro de Angola ou até, embora com menos probabilidades, animar uma acção militar contra a nossa Província integrada nos propósitos do comando militar africano nascido recentemente em Casablanca.⁽¹⁷⁶⁾

De momento e com vista ao futuro, parece que as condições favoráveis à soberania portuguesa são superiores às desfavoráveis, e a recente acção realizada espectacularmente contra Portugal na Assembleia Geral da ONU, capitaneada pelo próprio chefe do governo soviético, demonstra a fortaleza da nossa posição.

Julgo haver na maioria dos novos estados negros a convicção de que Portugal não sairá de África. Teremos de fazer tudo para responder a tal convicção, e ficar...⁽¹⁷⁷⁾

Análise da situação feita por quem estava muito bem colocado para observar a problemática de Angola e certamente entendia as dificuldades que se configuravam para o futuro.

Durante o tempo que permaneceu à frente dos destinos de Angola, o mesmo Governador Geral tentou concretizar a formação de uma organização que pudesse enquadrar os civis na preparação militar e até em missões de auto-defesa, se necessário, mas lutou sempre, bem como o seu sucessor, com falta de suporte legal, não obstante a base XXX da Lei n.º 2093 de 20 de Julho de 1958 referir que os princípios que estipulava para a organização da defesa civil de territórios metropolitanos deveriam orientar, depois de devidamente adaptados às condições sócio-administrativas locais, as organizações idênticas que fossem criadas nas Províncias Ultramarinas.

Em 13 de Junho de 1960, uma comissão composta por representantes do Governo Geral, Forças Policiais e Comandos Militares, elaborou um estudo, “Defesa Civil do Território” que, depois de aprovado pelo Governador Geral, foi submetido à apreciação do Ministro do Ultramar, constando no despacho para a aprovação que o estudo se referia apenas aos Distritos de Cabinda, Congo, Luanda e Moxico, onde o sistema só entraria em vigor se as circunstâncias o exigissem, cabendo entretanto às Autoridades Administrativas e Policiais tomar as providências adequadas quanto à montagem de um sistema civil.

Em 04 de Agosto de 1960, o Secretariado Geral de Defesa Nacional, através do ofício 1389/A, enviou ao Comandante Militar de Angola a Directiva

(176) Ver no capítulo “O Pan-Africanismo”, uma referência à Conferência de Casablanca, pág. 41.

(177) Do registo sonoro da conferência, no IAEM.

n.º 5, relativa ao emprego de grupos de patriotas voluntários⁽¹⁷⁸⁾. Esta Directiva não resolveu o problema pois tinha claramente a intenção de só constituir uma defesa de emergência contra qualquer agitação em Angola, consequência da independência do Congo ex-belga e destinava-se, exclusivamente, ao estudo do emprego de grupos de patriotas e voluntários armados como recurso a resolver o agravamento da situação, circunstância que não chegou a ocorrer.

A Directiva foi difundida com um parecer do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, de 26 de Julho, em que se referia que a distribuição de armas a civis era um problema muito delicado que poderia tornar-se grave pelo que, os estudos a efectuar só deveriam ser postos em execução depois de aprovados pela Defesa Nacional⁽¹⁷⁹⁾. Embora o Parecer referisse, que, em caso de emergência, os Comandos Militares não estavam privados de tomar as medidas que a situação viesse a exigir é, de forma clara, limitativo da vontade de constituir um verdadeiro corpo de defesa civil.

Tendo sido elaborado em Angola um projecto de “Regulamento para a Organização, Instrução e Emprego de Grupos e Unidades de Voluntários Armados”, em concordância com os Comandos Militar e Naval, foi este enviado ao Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, em 20 de Setembro de 1960⁽¹⁸⁰⁾, com a informação de que o Governador Geral pensava publicar um Diploma relativo à Defesa Civil do Território no qual o problema da defesa pelas armas, por parte dos civis, estaria integrado, em moldes idênticos aos da Legião Portuguesa, mas sem tal nome e com a coadjuvação da Autoridade Militar, integrando este diploma a regulamentação então enviada.

Em 14 de Novembro de 1960, o SGDN pronunciou-se acerca do projecto de Regulamento referido e assinalou que, ficando os Corpos de Voluntários integrados nas Forças Armadas e subordinados à sua disciplina não deviam, no entanto, os mesmos Corpos confundir-se com “Defesa Civil”, que não se destinava à luta pelas armas, pelo que propunha uma revisão do projecto elaborado.

Por despacho do Governador Geral, de 20 de Março de 1961, é criado um “Comando da Milícia de Angola”, elaborando-se ao mesmo tempo as “Normas para a Organização dos Comandos da Milícia” e “Normas a serem observadas pelo pessoal que constitui as Milícias”.

A extensão da lei n.º 2093, aos territórios de Além-Mar só viria a concretizar-se em 29 de Março de 1961, já depois dos acontecimentos de Luanda, em 04Fev e dos Dembos em 15 de Março.

(178) Directiva n.º 5, do SGDN, de 03Ago60.

(179) Parecer do CEMGFA, de 26Jul60, em arquivo.

(180) Ofício secreto 17362.

O diploma⁽¹⁸¹⁾, que criava a “Defesa Civil das Províncias Ultramarinas”, cometeu a sua preparação, organização e execução a um organismo denominado “Organização Provincial de Defesa Civil” (OPDC), que dependia directamente do Governador Geral e era dirigida por um Comandante Provincial, oficial das Forças Armadas, no activo ou na reserva, nomeado conjuntamente pelos Ministros da Defesa Nacional e do Ultramar.

Era da missão da OPDC, impedir ou limitar, em tempo de guerra ou de emergência, mediante providências adequadas, o efeito de bombardeamentos, de catástrofes, calamidades públicas de qualquer natureza, especialmente no que se referisse a⁽¹⁸²⁾:

- incêndios ou destruições de aglomerados urbanos e centros industriais ou centros indispensáveis à vida das populações ou livre exercício do trabalho ou à segurança do país,
- preparação e execução das evacuações em massa exigidas pela defesa nacional ou pela segurança das populações;
- à prestação de primeiros socorros ou de socorros de urgência, à evacuação de feridos e à rápida condução aos locais de tratamento.

competindo-lhe ainda:

- organizar e manter o sistema de alerta às populações e garantir o seu regular funcionamento em tempo oportuno;
- colaborar com os órgãos de segurança interna na defesa das obras de arte e centros vitais de qualquer natureza;
- contribuir para a preparação moral da nação.

Com este diploma foi aprovado um outro que criou o “Corpo de Voluntários”, que se define como sendo uma organização auxiliar das Forças Armadas, para o emprego em situação de emergência, e lhe atribui as missões de⁽¹⁸³⁾:

- preparar os agregados familiares e os núcleos populacionais de menor capacidade de resistência, que habitem em zonas isoladas, para a defesa das respectivas pessoas e bens, ou para a sua reunião em locais protegidos pelas forças armadas, militares e militarizadas;
- cooperar na salvaguarda das pessoas e dos bens públicos e privados, de acordo com as instruções que receber dos órgãos de segurança interna;

(181) Decreto n.º 43571, de 29 de Março de 1961, da Presidência do Conselho e do Ministério do Ultramar.

(182) Art.º 1.º do Decreto n.º 43571, de 29 de Março de 1961, da Presidência do Conselho e do Ministério do Ultramar.

(183) Decreto-Lei n.º 43568, de 28 de Março de 1961, do Secretariado Geral de Defesa Nacional.

- cooperar na defesa dos órgãos vitais para a segurança e economia da Província, nomeadamente as instalações dos serviços públicos e das autarquias locais, as organizações e serviços de interesse público, incluindo instalações portuárias e as instalações de empresas e estabelecimentos industriais e comerciais considerados indispensáveis à vida regular da província;
- cooperar com as Forças Armadas, militares e militarizadas na segurança interna da Província e na defesa contra o inimigo externo.

O “Corpo de Voluntários”, que se previa pudesse assistir ou vir a reforçar a Organização Provincial de Defesa Civil do Território foi organizado em esquadras, secções, pelotões e companhias, de constituição idêntica às da Arma de Infantaria e foi dotado de meios que lhe permitiram, em muitas áreas, operar de forma ofensiva e garantir a segurança de pontos críticos em itinerários importantes para o escoamento do café, como sucedeu na estrada Carmona-Negage que tinha um posto de voluntários, sensivelmente a meio do percurso, numa altura em que as viaturas eram ali sistematicamente atacadas. O seu trabalho de apoio à recuperação económica e operacional, nas serras de Uige, Pingano, Cananga e outras áreas do Distrito do Uige, eram do conhecimento geral em Angola.

A partir da sua integração na OPDC, esta passou a designar-se por OPVDCA (Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola) e a constituir o verdadeiro corpo de defesa civil que fazia falta na situação que Angola vivia⁽¹⁸⁴⁾.

Após ter percorrido a zona afectada durante uma visita a Angola, iniciada em 02 de Maio de 1961, altura em que chegou a Luanda o primeiro contingente de tropas metropolitanas, o Ministro do Ultramar, já completamente informado sobre necessidades imediatas, tomou várias resoluções de grande importância, assinando, entre outros, em 09 de Maio, um diploma destinado a assegurar a colheita do café.

Nele se atendia à importância que aquela colheita representava para Angola e se reconhecia que ela não podia realizar-se pelos métodos normais da iniciativa particular, devido ao desaparecimento da mão de obra e às iniciativas terroristas.

(184) O Decreto-Lei n.º 44217, de 02 de Março de 1962, revoga para todo o Ultramar o Decreto-Lei n.º 43568, de 28 de Março de 1961, criando em cada uma das Províncias Ultramarinas uma Organização de Voluntários, de carácter permanente.

Na Província de Angola tomou a designação de Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola-OPVDCA.

Pelo Diploma legislativo n.º 3326, de 31 de Dezembro de 1962 foi a OPVDCA dotada dos meios financeiros necessários a poder exercer a sua missão.

Acentuava ainda que um dos objectivos da subversão era atingir a vida económica da Província, paralisando as actividades produtoras dos distritos afectados e dificultando a obtenção dos recursos indispensáveis para manter o progresso da mesma.

O diploma criava um “Corpo de Trabalho e Recuperação Económica”, formado por voluntários e por recrutados e cujo pessoal seria mobilizado pelo Governo Geral, competindo o recrutamento às autoridades administrativas. As colheitas realizadas por este Corpo em zonas afectadas pela subversão seriam propriedade da Província e entrariam para um “Fundo de Trabalho e Recuperação Económica”⁽¹⁸⁵⁾.

Esta actividade da colheita de café na área afectada foi possível pela oportunidade com que surgiu a criação do Corpo de Voluntários que, em curto espaço de tempo, foi organizado pelo oficial nomeado para o comandar e passou a fazer a protecção dos referidos trabalhos agrícolas, com uma eficiência que permitiu salvar, em boa parte, a colheita do café do ano de 1961.



O Ministro do Ultramar, Prof. Dr. Adriano Moreira, em Angola (Maio de 1961)

(185) Diploma Legislativo Ministerial n.º 24, de 09 de Maio de 1961.

MOVIMENTO NACIONAL FEMININO (MNF)

O Movimento Nacional Feminino (MNF) foi uma associação patriótica, criada em 1961, aquando da crise do “Santa Maria”, com personalidade jurídica, sem qualquer carácter político e independente do Estado e destinava-se a interessar todos os portugueses em prestar auxílio moral e material aos que lutavam pela integridade do território português. Era dirigido por uma Comissão Central, com funções executivas, a que presidia a figura prestigiada de D.^a Cecília Supico Pinto, chegando a congregar 82.000 mulheres na Metrópole e em África⁽¹⁸⁶⁾.

O MNF estava organizado no Continente e Ilhas Adjacentes em Comissões Distritais, em número de 21, que se subdividiam em 294 Comissões Concelhias e cerca de 600 de Freguesia. No Ultramar, funcionavam 7 Comissões Provinciais, 34 Distritais e 61 Concelhias, das quais 16 em Angola.

A variedade de tarefas a que se propôs o Movimento obrigou à criação de Secções especializadas que funcionavam com tal eficiência e entusiasmo que, desde praticamente a sua fundação, tornaram o MNF uma entidade que se impôs aos militares que partiam para o Ultramar, ganhando jus ao seu reconhecimento, e à admiração de toda a Nação Portuguesa. Não houve praticamente família na Metrópole e no Ultramar, que tivesse um dos seus membros ligado à guerra que se iniciara, que não sentisse a acção benéfica e desinteressada do Movimento Nacional Feminino.

Editava a revista “Presença”, onde alguns jornalistas prestigiados de então publicaram artigos e se dava conta da actividade desenvolvida.

Uma pequena referência que passaremos a fazer sobre cada uma das Secções dará uma ideia clara da obra deste organismo e do gigantismo que atingiu, só possível pelo muito amor que as Senhoras dedicavam ao combatente e à resolução dos seus problemas e uma entrega total de muitas delas.

(186) Ver artigo de José Freire Antunes “Cilinha e as 82.000”, em “Semanário”, 03 de Setembro de 1994.

A “Secretaria” que recebia anualmente mais de 140.000 cartas e expedía cerca de 430.000 estava eficientemente organizada e encarregava-se ainda da distribuição dos inúmeros modelos de requerimentos que o militar necessitava. A importantíssima “Secção de Notícias”, investigava através da sua rede no Ultramar os boatos que ocorriam acerca dos militares e contactava a família sossegando-a e elucidando-a com uma rapidez que ultrapassava largamente a dos Serviços Oficiais. Este serviço permitiu desmentir mais de 800 falsos boatos, todos eles de grave índole⁽¹⁸⁷⁾. O “Serviço de Urgência” procurava atender e resolver assuntos apresentados com carácter de grande urgência referentes, por exemplo, a internamentos, problemas habitacionais dos familiares dos militares, etc., surgindo em média 50 casos por dia. A “Secção de Participação de Baixas” encarregava-se não só da comunicação da notícia como do imprescindível acompanhamento moral, espiritual dos familiares e resolução de problemas inerentes a trasladações e pensões de sangue.

O MNF criou ainda bibliotecas a bordo dos navios de transporte de tropas e nas unidades metropolitanas e ultramarinas tendo enviado mais de 35.000 livros, 220.000 revistas e cerca de um milhão de livros recreativos e prestou também auxílio aos capelões militares e Missões oferecendo imagens, paramentos, e milhares de artigos religiosos e, a fim de lhes permitir desenvolver uma acção cultural, eram-lhes ainda enviados meios audiovisuais.

Disponha também de uma “Secção de visita aos hospitais”, visitando e confortando os feridos e suas famílias, promovendo visitas dos militares à terra natal ou, se isso era impossível, dos familiares junto do hospital e de um “Serviço de acolhimento aos feridos e doentes” que desempenhava um trabalho muito duro que era o de receber os feridos no local de desembarque, acompanhá-los e informar a família da evolução do estado de saúde.

A “Secção de Farmácia” enviou para as Províncias Ultramarinas e para as Forças Armadas, para complemento da sua acção social, 230.000 unidades de medicamentos e assistia algumas famílias de militares.

Mas os Serviços do MNF eram muitos mais.

A sua “Secção de Assistência à Família” acompanhava as famílias dos militares através de assistência médica, pagamento de dívidas, obtenção de empregos para os familiares etc., numa média de 70.000 famílias por ano. Organizava, desde 1961, o “Natal das Famílias”, beneficiando 850.000 pessoas e lançou a ideia do “Natal do Soldado”, a que se associou a Cruz Vermelha

(187) Quando não se disser expressamente que o número apresentado é anual, o mesmo diz respeito aos anos de 1961, 62, 63 e 64

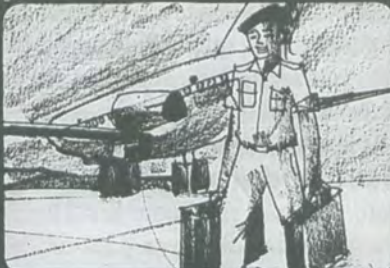
Portuguesa, enviando todos os anos, desde 1961, perto de 380.000 encomendas com artigos festivos e de necessidade diária.

Esta campanha altamente meritória foi muito apreciada pelo Soldado que, aproximando-se o Natal, sabia que a presença do MNF era garantida. A “Secção de Encomendas” enviou para os militares um total de 33.000 volumes entregues pelos familiares; a “Secção de Passagens” conseguiu passagens gratuitas para famílias de militares que pretendiam embarcar para as Ilhas Adjacentes e Províncias Ultramarinas, além de descontos no custo das passagens de longo curso e a “Secção de Empregos” registava os pedidos de emprego dos soldados desmobilizados, tendo conseguido colocação para 2 340 homens. A “Secção de Aerogramas” editou cerca de 40 milhões de aerogramas, dos quais foram vendidos mais de 18 milhões e enviados para o Ultramar para distribuição gratuita aos militares cerca de 22 milhões. Este serviço era feito nos termos da Portaria n.º 18545 de 23 de Junho de 1961 que incumbiu o MNF de editar e distribuir aerogramas isentos de franquia postal para correspondência dos militares com familiares e madrinhas de guerra.

Havia ainda uma “Secção de Madrinhas de Guerra”, uma “Secção de Apoio aos Oficiais Milicianos” que resolvia os seus problemas de emprego e estudos, a “Secção de Lembranças Individuais” que atingiu o total de 817.408 ofertas, a “Secção de Lembranças Colectivas” que enviou para o Ultramar 170.240 lembranças (aparelhos de cinema, rádio e gravação, jogos diversos, equipamentos desportivos, ferramentas profissionais etc), além de 2.405.000 maços de tabaco e uma “Secção de Contencioso”, que trabalhou cerca de 5.000 processos (subvenções de família, pensões de sangue, registo civil de goeses, casamentos, perfilhações, pensões de invalidez etc).

Além das tarefas referidas, o MNF levava a efeito iniciativas diversificadas de que recordamos a “Operação Saudade”, destinada a trazer de licença à Metrópole um militar por dia e durante um ano, mediante a participação num simples sorteio. Junta-se o spot publicitário da iniciativa para a TV⁽¹⁸⁸⁾.

(188) A “Operação Saudade” foi lançada no ano de 1970.

1  	Grande plano da senha OPE-RAÇÃO SAUDADE	3 1/2 ... comprando, apenas por 5800, uma senha do grande sorteio "OPERAÇÃO SAUDADE"
2 	Grande Plano de mãos seguram uma carta.	4" <u>Voz Masculina</u> (off)...de maneira que posso ir passar as férias
3 	Zoom a abrir sobre a família do soldado (mulher, mãe e filho de dois anos Dissolve para...	3" junto de vocês graças à OPERAÇÃO SAUDADE
4 	Soldado caminhando sorridente para a câmara com bagagens na mão. Em fundo um avião.	2 1/2" Locutor: OPERAÇÃO SAUDADE - Uma iniciativa destinada a trazer...
Zoom a Grande Plano do soldado dando a ideia de que continua a caminhar.	2" ...os nossos soldados a passarem férias...	

Vídeo da "Operação Saudade".

Os militares dos 3 T.O. habituaram-se a ver com frequência as suas mais altas dirigentes, que os visitavam em visitas demoradas mesmo em zonas de risco, tendo a Presidente Nacional sido ferida na Guiné. Não se eximia ao perigo, o que causava problemas aos Comandos Militares, postura que a levou à vivência de claras situações de risco em zonas operacionalmente perigosas, onde se deslocava por terra, integrada em colunas militares.



A presidente do MNF falando a militares em Angola

Esta ciclópica tarefa do MNF, só imaginável em toda a sua extensão por quem viveu a sua acção, mereceu a admiração da Nação e era citada frequentemente na imprensa estrangeira. À sua Presidente Nacional foi atribuída a Menção Especial da Lane Bryant Volunteer Internacional Award.

O nome da D.^a Cecília Supico Pinto – “A Cilinha”, como era carinhosamente conhecida pelos militares – e o “seu” MNF hão-de perdurar por muito tempo na memória dos que serviu – e foram milhões –, como pessoa proba e de Bem, que Portugal admirou, e respeitou.

ALASTRAMENTO DA ACTIVIDADE REBELDE

A sublevação definiu-se, como já se aludiu, em duas áreas distintas de agitação: uma a norte, junto à fronteira e, outra, nos Dembos, a 300 Km daquela.

Na área fronteira – de escassa ocupação agrícola europeia – foram assassinadas as autoridades dos Postos Administrativos e os comerciantes que viviam perto, em Madimba, 45 Km a sul de S. Salvador, em Buela, junto à fronteira e no Cuimba, 30 Km a sul de Buela e Luvaca. Os funcionários do Posto da Canda conseguiram resistir e refugiaram-se em Maquela do Zombo. As plantações da região de M'Bridge também foram assaltadas ⁽¹⁸⁹⁾.

Os massacres mais ferozes ocorreram, porém, na região dos Dembos, principal produtora de café de Angola.

Os ataques incidiram em especial no Quitexe, Cambambe, Cólua (Cuanza Norte), Nambuongongo, Quicabo, Zala e Quimbunde (Distrito de Luanda). Simultaneamente ao ataque a estas povoações foram atacadas as fazendas de prósperas regiões agrícolas como as fazendas de Zalala e S. José (Nova Caipemba), onde a barbárie e os assassinios atingiram expressão indescritível.

No auge da confusão, gerada pela violência e surpresa dos assaltos, constituíram-se centros de resistência e baluartes que garantiram a presença portuguesa na área e serviram de apoio à reocupação – Carmona, Negage, Nova Caipemba, Mucaba, Damba, Quitexe, Sanza Pombo, Santa Cruz e Quimbele.

Durante cerca de três semanas, depois da explosão inicial em 15 de Março, houve um abrandamento da actividade inimiga mas, após o êxito inesperado sobre as nossas tropas, em 05 de Abril, no Cólua, a que se fez referência ⁽¹⁹⁰⁾ a actividade inimiga recomeçou com múltiplos ataques.

(189) "Os Acontecimentos no Norte de Angola", Hélio Felgas, Revista Militar n.º 11, Novembro de 1961.

(190) Ver cap. "Reacção aos Massacres", pág. 189.

Em 10 de Abril foi atacado o Úcua; em 12, assaltado o posto de Lucunga e morta a maior parte dos seus habitantes, o que evidenciava de forma clara um alastramento do movimento, para sul.

Nos dias seguintes foram atacados Nova Caipemba, Pango Aluquem (Cuanza Norte) e, de novo, o Quitexe, mas agora com reacção das populações, já apoiadas por algumas forças militares que repeliram os ataques, nomeadamente em Bungo e Damba onde tinham sido colocadas forças paraquedistas.

Em 17 de Abril os terroristas lançaram os primeiros ataques à Damba e ao Bembe, tendo sido repelidos.

Na região de Cangola, no Alto Cauale – limite entre os Distritos do Congo e de Malange, havia movimentos suspeitos e o nervosismo crescia.

Em 19 de Abril vimo-nos forçados a abandonar o Bembe, após o que o inimigo se acerca de Carmona e Negage, ataca Mucaba e, de novo, Nova Caipemba e Quitexe.

A actividade violenta estende-se depois a Quibocolo, 32 Km a sul de Maquela, Quinzau e Quelo, junto ao litoral, próximo de Santo António do Zaire, e à região de Púri, Sanza Pombo, Santa Cruz, Quimbele, Massau, Cuango, Icoca e Sacandica.

O mês de Maio iniciou-se com a continuação dos ataques a povoações. Em 02, renovaram-se os ataques à Damba, Mucaba e Sanza Pombo; em 04, ao Songo, 45 Km a norte de Carmona e, no dia 06, foi feita uma tentativa de assalto a S. Salvador.

Em 08, tentou o inimigo atacar de novo Sanza Pombo, Úcua, Santa Cruz, Macocolo e Bungo e assaltou, na fronteira, o posto de Cuango, alastrando a sua acção para a fronteira leste do Norte de Angola.

As acções incidiam agora também sobre os trabalhos agrícolas que tinham prosseguido com a colaboração de nativos do Sul, Bailundos e outros, sob a protecção do Corpo de Voluntários.

Tudo na tentativa de acabar com a presença portuguesa naquela vasta área do Norte de Angola, pela eliminação das autoridades e actividades económicas.

Perante toda esta intensa actividade de destruição e morte, foi enviada para Angola, pelo Secretariado Geral de Defesa Nacional, em 17 de Abril, nova directiva, denominada “Para o domínio da sublevação em Angola” que se transcreve no essencial:

“...DIRECTIVA N.º 7⁽¹⁹¹⁾

(Para o domínio da sublevação em Angola)

1. A sublevação em Angola, embora tenha sido duramente castigada, continua senhora da iniciativa, no espaço e no tempo. Importa, por

(191) Directiva n.º-882/A, de 17 de Abril de 1961.

isso, dominá-la, impedindo o seu alastramento e aniquilando os seus elementos.

2. Entende-se necessário para atingir aquele objectivo:
 - a. criar um dispositivo de protecção, capaz de impedir o alastramento, de garantir a segurança das populações e de criar as indispensáveis condições de trabalho, para evitar a ruína económica da Província;
 - b. dispor de forças de intervenção convenientemente localizadas e com meios de transporte adequados, prontas a actuar imediatamente e com uma superioridade que lhes assegure o êxito nas acções de limpeza e se necessário de aniquilamento.
3. Sobre os efectivos necessários e qualidade das forças de protecção, certamente menos exigente do que a das forças de intervenção, deve pronunciar-se o Comandante-Chefe de Angola. Deve igualmente pronunciar-se sobre os efectivos das forças de intervenção, entre as quais se devem contar como reservas:
 - a. do Comandante-Chefe: – um mínimo de três Batalhões de Infantaria;
 - b. do Comandante Territorial do Norte: – 1 Batalhão de Infantaria.
4. Os efectivos de Cabinda deverão ser elevados para dois batalhões de Infantaria, com um comando apropriado.

Enquanto não for possível atingir este objectivo, deve procurar-se reforçar o Batalhão de Cabinda com, pelo menos, uma Companhia de Atiradores.
5. As medidas em curso previstas permitem pôr à disposição do Comandante-Chefe de Angola, até ao próximo dia 2 de Maio: 2 Batalhões de Infantaria, 4 Companhias de Artilharia, 1 Companhia de Cavalaria, 2 Pelotões de Polícia Militar e 6 aviões PV 2.

Deve encurtar-se esta data, utilizando todos os aviões disponíveis. Estes meios são nitidamente insuficientes, pelo que:

 - a. os meios a embarcar em meados de Maio – 1 Batalhão de Infantaria e 2 Companhias de Artilharia – devem ser elevadas para: 2 Batalhões de Infantaria, 3 Companhias de Artilharia, 2 Esquadrões de Reconhecimento e 1 Pelotão de Polícia Militar.
 - b. devem completar-se seguidamente, no mais curto prazo de tempo possível, os meios previstos em 3 e 4, reforçados com artilharia de montanha, lança-chamas e canhões sem recuo.

6. Para fazer face ao desgaste das tropas em Angola e ainda para possíveis necessidades noutras Províncias, devem criar-se reservas na Metrópole, prontas a embarcar, logo que estejam satisfeitas as necessidades anteriormente indicadas. Estas reservas devem ser da ordem dos 4 a 6 Batalhões de Infantaria, 4 a 6 Companhias de Artilharia, 2 Baterias de Artilharia de Montanha e 3 Esquadrões de Reconhecimento.
7. A Força Aérea deverá procurar colocar-se em condições de:
 - a. assegurar o transporte local das reservas indicadas em 3, em prazo de tempo muito curto, visto que, neste aspecto da sublevação, o inimigo ataca e procura criar logo de seguida o vazio;
 - b. apoiar as operações;
 - c. sobrevoar, por forma adequada no tempo e no espaço, particularmente as regiões nevrálgicas, por forma a assinalar, em tempo oportuno, movimentos ou atitudes suspeitas;
 - d. efectuar ataques imediatos contra elementos subversivos.Os seus meios de transporte estacionados na Metrópole deverão ser utilizados, com a intensidade técnica permitida, no estabelecimento duma verdadeira ponte aérea, mantendo constantemente informados das suas possibilidades de transporte, em pessoal e material, o Estado Maior do Exército, o Estado-Maior da Armada e este SGDN.
8. A Marinha deverá tentar fazer a vigilância da costa e, sempre que necessário e possível, colaborar com as forças da terra, como aliás já tem feito e nas melhores e mais eficientes condições, quer com forças desembarcadas, quer pelo fogo. Terá de ser considerada a protecção dos navios de transporte de tropas da Metrópole para o Ultramar.
9. Há naturalmente que pensar no apoio logístico de todas as forças constantes desta Directiva n.º 7.
10. Desejaria que esta Directiva provocasse reacções destinadas a assegurar o seu objectivo – dominar o mais rapidamente possível a sublevação em Angola e criar na Província o indispensável clima de paz e de segurança, indispensáveis à vida normal, ao trabalho e ao bom nome de Portugal.
11. A deslocação de tropas para Angola deve ser considerada sem prejuízo dos reforços ultimamente destinados à Guiné (2 CCaç)...”.

Em informação de 18 de Abril, do ano de 1961, da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), enviada à Presidência de Conselho, Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional, Exército e Subsecretaria de Estado da Aeronáutica, ultrapassando claramente as autoridades administrativas e militares de Angola⁽¹⁹²⁾ faziam-se, considerações sobre os acontecimentos que importa registar apesar de o seu teor não corresponder à realidade. Não obstante os relevantes serviços prestados no Ultramar, e o patriotismo da Instituição, o documento é uma amostra clara de forma peculiar de agir e informar daquela Polícia e da sua visão do problema. Nesta altura, uma visão deformada e pessimista sobre o modo de actuar das nossas tropas que, sendo escassíssimas para uma área de, pelo menos, duas vezes a área metropolitana, se desmultiplicavam em acções, até à exaustão.

Tudo é posto em causa, no documento que se transcreve, menos a Força Aérea e, mesmo esta, com críticas parciais:

“... Os factos de ordem militar que mais preocupam são os relativos à segurança do distrito do Congo, cuja integridade se encontra muito séria e iminentemente ameaçada.

O domínio militar e consequentemente político daquele distrito, depende praticamente da estrada que desde o Negage, passando pelas povoações de Bungo, 31 de Janeiro, Damba, Quibocolo, e Maquela do Zombo, atinge a fronteira Norte de Angola com o Congo ex-belga.

A segurança dessa estrada está sob uma séria ameaça, dado que grandes concentrações de indígenas sublevados, cuja formação vêm sendo observadas desde há dias pela aviação, aproximam-se das povoações acima indicadas, especialmente da Damba e de Maquela do Zombo. Por outro lado, os serviços que guarnecem aquelas localidades não podem de forma alguma oferecer qualquer resistência apreciável, em virtude da esmagadora superioridade numérica do inimigo.

Consideramos que a perda dessa importantíssima via de comunicação comprometia muito gravemente a nossa soberania no distrito do Congo, onde por certo se daria a imediata organização de um governo provisório, formado por indígenas e separatistas que, certamente, receberia o apoio de muitas e poderosas nações, além de que o aproveitamento daquela via para o eventual fornecimento de forças e material a vir de territórios estrangeiros vizinhos, consolidaria fortemente a acção dos terroristas.

Em face dessa situação e apesar da Força Aérea lutar com inúmeras dificuldades materiais e de pessoal, foi por ela tomada a iniciativa de defender imediatamente a referida via de comunicação, quer aerotransportando forças

(192) Informação n.º 593/61, GU de 18/4/61.

paraquedistas para Damba e Maquela do Zombo, quer efectuando o bombardeamento das concentrações de indígenas sublevados.

A colocação de paraquedistas, ainda que em pequenas quantidades, nos pontos indicados, destina-se a coadjuvar e dar o necessário apoio moral aos civis neles concentrados para os defender.

No entanto, reputa-se indispensável a existência de tropas terrestres para o completo domínio da estrada em causa, parecendo que, ao que se diz, o Comando dessas tem demonstrado falta de iniciativa no sentido indicado, não ajuizando que a importância vital do objectivo a defender justifica todo o sacrifício que se julge necessário empregar.

Diz-se que a Força Aérea tem desde o início visto os seus recursos muito diminuídos, dado que tem sido, pura e simplesmente, proibida de exercer acções decisivas ou, quando a acção proposta é aprovada, o despacho superior é dado tão tardiamente que ela perdeu oportunidade.

Diz-se em Angola que nunca o movimento insurreccional indígena teria adquirido a importância e a extensão que hoje tem, que ameaça todo o território do distrito do Congo, Quanza Norte e Luanda, se o bombardeamento às concentrações iniciais de forças territoriais tivesse sido permitido à aviação e as forças terrestres tivessem colaborado convenientemente.

Que assim como a capacidade ofensiva da aviação foi muito diminuída perante a população indígena, por causa da morosidade com que foram consentidas as operações aéreas de retaliação na Baixa do Cassange, o que contribuiu para encorajar o levantamento dos indígenas nos distritos de Quanza Norte e Congo, sendo de reear, portanto, que em relação a estes, a repressão ainda se processe com lentidão, o que dará ânimo aos indígenas do Sul a sublevarem-se também.

Diz-se que a falta de iniciativa e imobilismo a que o respectivo Comando sujeita as forças terrestres não se modificou, como se esperava, apesar da nftida posição tomada pelo Governo Central e manifesta na remodelação ministerial. Que se nota perfeitamente que até os comandos subalternos se estão desmoralizando e perdendo a eficiência em combate, observando-se que “secções” e até “pelotões” retrocedem perante a ofensiva de pequenos grupos de indígenas, havendo casos em que chegam a desistir dos seus objectivos à mínima incidência ofensiva destes.

Que o imobilismo que actualmente as forças terrestres manifestam é a reacção exagerada do primeiro grande erro em que caíram os seus Comandos. Estes, quando dos acontecimentos iniciais de sublevação dos indígenas no distrito de Quanza Norte, subestimaram a sua capacidade de ofensiva e no intuito de dominarem os focos rebeldes simultaneamente, evitando uma acção drástica da aviação, dividiram os efectivos militares em unidades de tão insignificante valor que, tardiamente o verificaram, eram inoperantes, perante os

formidáveis efectivos indígenas com que depararam, ou rapidamente tomaram posições tácticas no terreno. Que só devido a esse grande erro, se havia perdido, pelo menos, uma semana no reagrupamento dos efectivos militares inutilmente dispersos.

Que da falta de iniciativa eficiente e da capacidade de apreciação da gravidade das circunstâncias, que o desenrolar dos acontecimentos vai apresentando, não só enferma o Comando em Chefe, mas é notório, também, no próprio Governador Geral, especialmente neste, que age de uma forma muito confusa...”.

Como foi dito esta informação da PIDE é característica e evidencia além do mais, uma clara falta de ligação que permitiria um conhecimento mais realista do que se estava a passar. É a informação de quem vê por fora e por baixo, dando voz ao boato e à insinuação sem depois haver o cuidado de abordar, directamente, quem coordena e dirige.

Assim dá a ideia de que a Força Aérea actuava autonomamente “... foi por ela tomada a iniciativa de defender imediatamente a referida via de comunicação...”, o que não correspondia à realidade.

Continua com um “diz-se” para afirmar que a mesma Força Aérea tinha os seus recursos muito diminuídos o que, além do mais, é uma contradição, pois antes deu a entender que a Força Aérea, “tomou a iniciativa...” e aqui mostra que afinal havia um enquadramento daquela força, ainda que para acusar esse enquadramento de inépcia.

Continuam os “diz-se” para afirmar haver “falta de iniciativa e imobilismo” de Comando das forças terrestres, sem uma referência sequer ao heroísmo, dedicação e dádiva total das pequenas Unidades em que o Exército teve que se fraccionar, de armas na mão, para acorrer aos múltiplos pedidos de apoio, a excederem muito largamente os efectivos então disponíveis, com grande agrado e proveito das povoações e populações atacadas.

Esta informação é um documento particularmente infeliz de uma organização que veio a prestar bons serviços à actividade militar no campo da informação, mas tem de característico o que foi, por vezes, a sua forma de trabalhar: informar por indícios genéricos, vistos através dos seus critérios, baseados em informadores pouco esclarecidos, sem contactar as entidades militares e civis responsáveis por uma acção, ou a quem tinha sido atribuída uma missão, só no desejo de apresentar serviço, de qualidade duvidosa por vezes, como se vê.

No início da campanha não havia ainda a coordenação geral que mais tarde foi estabelecida, a qual permitiu que aquela Polícia passasse a constituir um elo importante na obtenção de informações sobre as actividades do inimigo, quer no interior, quer no exterior do território nacional, em ligação com o comando das nossas F.A., muito embora mantendo sempre a preocupação de açambarcar notícias, no desejo de se mostrar indispensável.

Para os comandos militares não era desconhecida a importância estratégica da estrada Luanda, Dondo, Salazar, Lucala, Sanha Cajú, Camabatela, Negage e também da estrada referida pela PIDE, apenas se aguardando reforços que permitissem garantir a sua integridade absoluta sem prejuízo das acções já realizadas em sua defesa. O seu valor manteve-se ao longo dos 13 anos de luta, tendo sido sempre uma importante via de comunicação do Norte de Angola, enquanto se manteve a dificuldade de utilizar livremente, a então denominada estrada do café: Luanda, Caxito, Úcua, Quitexe, Carmona.

Importa ainda recordar que, quando eclodiu a chacina de 15 de Março, se encontrava em Cabinda uma Missão militar de alto nível que passou a colher directamente informações sobre a situação e regressou à Metrópole suficientemente informada. Não obstante a incorrecta avaliação que transmitiu em Lisboa, o que disseram terá contribuído para acelerar as decisões políticas que facilitaram a preparação e mobilização de algumas Unidades, na sequência da decisão do Presidente do Conselho de Ministros, de 13 de Abril, de mobilizar para Angola, rapidamente e em força⁽¹⁹³⁾.

Em fins de Maio, podia considerar-se que o inimigo actuava em quase todo o Norte de Angola acima do paralelo de Luanda e numa área duas a três vezes superior à superfície de Portugal metropolitano. A sua actividade estendera-se:

- dos Dembos, para Oeste, até Ambriz; para Sul, até Catete e, para Sudeste, nas direcções de Salazar, Camabatela e Cangola, envolvendo a cidade de Carmona;
- através da fronteira norte e vindo do Congo ex-Belga, nas direcções de Quinzau, Tomboco e S. Salvador e ainda para Sul da zona anteriormente afectada, atingindo Bembe, Damba e Mucaba e constituindo como que um largo corredor de ligação dos Dembos ao referido Congo Belga;
- através da fronteira do rio Cuango até Quimbele e Sanza Pombo;
- à parte norte do distrito de Malange.

Nessa altura, continuavam ainda praticamente cercadas: a cidade de Carmona, dez povoações sedes de Concelho e oito Postos Administrativos.

Nesta luta tenaz pela sobrevivência e manutenção da nossa soberania naquela área, desempenharam papel assaz importante, ao lado do tremendo esforço do Exército, as Autoridades Administrativas e a Força Aérea, pela forma decidida como se empenharam no cumprimento das suas missões e do seu dever de portugueses.

(193) “Resenha Militar das Campanhas de África (1961-74) – 1.º volume – Enquadramento Geral, pág. 108.

A Força Aérea, desde o primeiro grito de alarme, embora dispondo de poucos aparelhos, desenvolveu uma brilhante e intensa actividade apoiando toda a acção de defesa, quer transportando pessoal e material, quer reconhecendo, e, por vezes, metralhando ou bombardeando os grupos terroristas referenciados.

Map of Angola showing the progression of the 1975-76 armed conflict. The map is divided into three shaded regions representing different stages of the conflict: "Até 31 de Março" (diagonal lines), "Até 30 de Abril" (cross-hatch), and "Até 15 de Maio" (dots). Major cities like Luanda, Namibe, and Benguela are marked. A scale of 1/4,000,000 and a north arrow are also present.

Da Directiva n.º 7, do SGD N, extrafu o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas o seu conceito sobre o domínio da sublevação, expresso no documento que enviou ao Comandante Chefe de Angola, sob a forma de nova directiva⁽¹⁹⁴⁾.

221

“...DIRECTIVA N.º 8

(Para o domínio da sublevação em Angola)

1. Da Directiva N.º 7 de 17Abr61, consta:

a. A missão das Forças Armadas de Angola:

- (1) Garantir a segurança das populações brancas e negras leais, dos centros vitais da economia da Província e a integridade do território, através de um dispositivo de protecção;
- (2) Reforçar, se e quando necessário, aquele dispositivo, eliminar actos de terrorismo ou de invasão e limpar as regiões infestadas com base num dispositivo de intervenção – tropas de reserva prontas a actuar com a necessária prontidão.

b. No meu pensamento:

- (1) Os elementos do dispositivo de protecção constituem um verdadeiro sistema de ocupação, sem que de forma alguma este termo implique imobilidade daqueles elementos. Bem ao contrário, supõe-se que a melhor forma do cumprimento da missão de segurança consistirá em uma parte dos efectivos de cada elemento do sistema ocupar a sua actividade em reconhecimento e limpeza da sua área, alargando cada vez mais o seu raio de acção. Só assim se criará a verdadeira noção de segurança.
- (2) Os elementos do dispositivo de intervenção, verdadeiras reservas dotadas de grande mobilidade, são constituídos pelas tropas mais instruídas e especializadas.
- (3) Num e noutro caso, a instrução, sempre que não haja operações, deve ser permanente.

Além disto, a procura do contacto com o indígena, para o conquistar para a nossa causa, deve ser preocupação constante de todos os comandos de qualquer escalão.

- (4) Os elementos das forças militares e militarizadas e do Corpo de Voluntários, sempre que operem em conjunto e qualquer que seja o escalão, devem ser devidamente coordenados pelo mesmo comando.

c. Pedia-se ao Exmo Comandante-Chefe que indicasse, na medida do possível, quais os meios de que necessitaria para cumprimento daquela missão. Chegou o momento em que essa indicação é indispensável...”

.....

4. Desejaria exprimir a V.Ex.^a que é preocupação de S.Ex.^a, o Presidente do Conselho e do Ministro da Defesa Nacional:

- a. Garantir a colheita do café, fulcro da economia da Província.
- b. Evitar o isolamento de qualquer parcela do seu território em que os terroristas pudessem tentar a criação de um governo.
- c. Garantir a segurança dos centros ou regiões importantes, das actividades básicas e dos elementos fundamentais da infraestrutura – portos, aeroportos, centrais eléctricas, caminhos de ferro, etc...”

A Directiva marca a organização da estrutura militar em dois níveis ou escalões – de protecção e de intervenção, fixando para cada um as respectivas finalidades. O objectivo comum era eliminar a preocupação maior que consistia em que as NT garantissem não só a soberania dos pontos importantes, como ainda o regular funcionamento da economia num aspecto tão relevante como era a cultura do café.

A situação continuava a preocupar o SGDN que, em 08 de Maio, enviou ao Comandante-Chefe de Angola outra directiva⁽¹⁹⁵⁾, agora mais pormenorizada e de carácter operacional, de teor incidente nas operações a efectuar nos Distritos do Zaire e Uige (zona sublevada).

“...DIRECTIVA N.º 10

(Para as operações de limpeza e recuperação das regiões infestadas dos Distritos do Zaire e Uige).

1. Organização de comandos operacionais

- a. Prevejo que, realizada a 1.^a fase para cumprimento da missão das Forças Armadas, isto é, que montado o dispositivo de protecção com a densidade de meios julgada necessária, e antes da passagem à 2.^a – limpeza e recuperação total das regiões infestadas – será indispensável, como medida preparatória para a sua execução, organizar, com os elementos das forças de intervenção destinadas a esta finalidade, agrupamentos tácticos em número que os efectivos e a manobra a montar imponham. A sua existência facilitará as operações e a acção de comando do Comandante-Chefe, dados o elevado número de Unidades de que Angola disporá em curto prazo – Batalhões e Companhias ou Unidades equivalentes independentes – e a grande extensão territorial da zona de acção. Prevejo, assim, a necessi-

(195) Directiva N.º 10, de 08 de Maio de 1961.

dade urgente da criação de comandos tácticos para aqueles agrupamentos.

- b. Possivelmente o próprio dispositivo de protecção carecerá, por razões análogas, de ser organizado num certo número de comandos tácticos.
- c. Estudado com urgência o assunto, desejo conhecer a opinião do Comandante-Chefe para, a tempo, isto é, desde já, se constituírem esses comandos, que tendo normalmente funções puramente tácticas deverão ser ligeiros.
- d. Do Estado Maior do Exército solicita-se desde já o seu planeamento e a sua preparação e lembra-se a conveniência de nomear para estes comandos tácticos coronéis tirocinados, dada a sua preparação.

2. Acções de limpeza das regiões infestadas e sua recuperação.

Nestas acções, e na medida em que as comunicações e outros elementos o permitam, deverá evitar-se que os terroristas se refugiem no Congo ex-belga, onde passariam a constituir ameaça permanente e também que retirem para o Centro ou Sul de Angola onde, pior que simples ameaça, podiam ser elementos de perturbação ou, inclusivamente, de alastramento do terrorismo. Para tanto, entende-se que o mesmo dispositivo de protecção deverá guardar as passagens mais importantes, quer da fronteira com o Congo ex-belga, quer para sul da zona infestada.

3. Acção Psicológica

O emprego de sapadores mineiros em colaboração com as forças do dispositivo de protecção, em zonas devidamente escolhidas, pode constituir, quando devidamente equipados, precioso elemento de penetração e de conquista das populações indígenas para a nossa causa, através de obras de interesse público, de que também muito pode beneficiar o colono branco. É outro assunto para o qual se chama a atenção e se pede o parecer do Exm.º Comandante-Chefe.”

Nesta Directiva aponta-se para a criação de um novo escalão táctico, entre o Quartel General do Comando Militar e as tropas combatentes – Batalhões e Companhias, constituído pelos Comandos de Agrupamento, com funções de comando e coordenação operacional, ao mesmo tempo que se põe já em evidência um factor essencial de acção das nossas tropas: a componente da acção psicológica.

O SGDN, noutra directiva enviada ao Chefe de Estado Maior do Exército, datada de 11 de Maio 61⁽¹⁹⁶⁾ adianta novos elementos sobre a sua concepção de defesa de Angola, conforme se depreende do documento que se transcreve:

“...DIRECTIVA N.º 11

(Para a segurança e defesa de Angola)

1. As acções a levar a efeito para o restabelecimento da ordem no Norte de Angola estão planeadas com a seguinte ordem de prioridade:

- a. instalação do dispositivo de protecção;
- b. limpeza e recuperação das regiões infestadas.

Estão e provavelmente serão empenhadas nestas acções as tropas que se encontram já na Província, as que estão a caminho dela (Vera Cruz)⁽¹⁹⁷⁾ e as que para ali partirão na 2.ª quinzena de Maio e na 1.ª quinzena de Junho próximo.

2. Mas importa, o mais cedo possível, alargar ao Centro e Sul da Província o dispositivo de protecção, para se evitar a eclosão de movimentos semelhantes aos ocorridos no Norte.

Não pode aguardar-se, para este efeito, o contingente que deve partir na 2.ª quinzena de Agosto.

3. Deve, por isso, o EME preparar um novo contingente, para partir de 25/30 de Junho próximo, constituído por:

- 6 Cmd BCaç, ou equivalentes
- 20 CCaç ou equivalentes

Na organização dessas forças pode ser considerada, se necessário, a redução do número de viaturas orgânicas. No entanto, as unidades não devem deixar de ser motorizadas, no mínimo a 1/3, conforme o admitido pelo Comandante-Chefe de Angola.

Estes efectivos deveriam receber, antes de partir, instrução apropriada durante o número de dias que esse EME julgar conveniente.

4. O contingente, a partir de Agosto, deve ser aumentado de 1 Cmd BCac Esp e 1 CSap, poderá reforçar os dispositivos anteriores e, possivelmente, permitir a constituição de uma reserva do Comandante-Chefe.

(196) Directiva N.º 11, de 11 de Maio de 1961.

(197) “Vera Cruz”, é o nome de um dos navios de passageiros que servia de transporte de tropas, entre a Metrópole e o Ultramar.

Passados três dias foi recebida no EME mais uma Directiva, do SGDN, do seguinte teor⁽¹⁹⁸⁾.

“...DIRECTIVA N.º 12

(Para a segurança e defesa de Angola)

1. A situação em Angola continua confusa e os terroristas mantêm, ainda em larga medida, iniciativa.

Importa enfrentá-la o mais rapidamente possível e com os meios necessários.

Para tanto:

- Desviar-se-ão para Angola parte importante das unidades destinadas em curto prazo a Moçambique;
- Pedir-se-á a mobilização, igualmente em curto prazo, dum número de Unidades compatível com as existências em material e com aquelas necessidades.

2. Estas medidas permitirão enviar para Angola, em 25 de Maio (partida de Lisboa): 2 Comandos de Batalhão de Caçadores, 6 Companhias de Caçadores, 3 Batalhões de Artilharia, 2 Esquadrões de Cavalaria, 3 Pelotões de Canhões sem Recuo, 1 Companhia de Sapadores, 1 Pelotão de Polícia Militar e 1 Destacamento de Intendência. Estão compreendidos os elementos destinados a Angola e Moçambique para esta mesma data ; ficam disponíveis 2 CPM e 1 Dest San destinados a Moçambique, conforme previsão anterior.

3. Estes meios permitirão ao Comandante-Chefe de Angola:

- a. Aumentar a densidade do dispositivo de protecção no Norte e constituir apoio mais eficaz às acções do dispositivo de intervenção.
- b. Dotar os agrupamentos do dispositivo de intervenção com os meios que lhe permitam actuar em melhores condições nas missões de limpeza e recuperação total das regiões infestadas, o que se reputa essencial.
- c. Criar as malhas fundamentais do dispositivo de protecção no Centro e Sul da Província.
- d. Finalmente, manter uma reserva suficiente forte...

(198) Directiva N.º 12, de 15 de Maio de 1961 (Doc. n.º 1249/A).

5. Em face das necessidades e consequentes exigências apontadas, e de outras que possam aparecer, solicita-se do EME obtenha de S. Ex.^a o Ministro do Exército, além das já pedidas, as autorizações e ordens que lhe permitam:
- a. Promover a mobilização, além dos elementos anteriormente pedidos, de mais:
 - 3 Cmd BCaÇ ou Unidades equivalentes
 - 9 CCaÇ ou Unidades equivalentesprontos a partir em 20 de Julho para onde as circunstâncias o exigirem.
 - b. Preparar o mais rapidamente possível 2 Comandos Operacionais a partir por via aérea – idênticos ao que já se encontra em Angola e com destino a esta Província.
 - c. Promover a constituição em Angola de um depósito de rações de reserva, em número apropriado aos efectivos e sua situação.
 - d. Promover que os transportes marítimos sejam feitos nas datas pedidas – se possível antes, mas nunca depois – dentro do conceito de que as exigências da Defesa Nacional devem primar sobre quaisquer outras.
 - e. Mobilizar a classe de 1961 como está planeado já pelo EME – isto é, os seus diferentes contingentes devem considerar-se prontos a embarcar 10 dias após o termo de instrução.
6. Mantém-se o quantitativo total das forças a organizar, constante das Directivas anteriores; a repartição dessas forças sofre, porém, as alterações indicadas nesta Directiva...”

Até então toda a resistência tinha sido conduzida pelas tropas da Guarda Normal e algumas de reforço já então chegadas à Província, num esforço notável de total empenhamento e dedicação que permitiu aguentar e evitar a debandada geral e, mais tarde, o regresso à vida normal na maior parte da Província e também em áreas de início afectadas pela guerrilha.

Este conjunto de Directivas marca bem a determinação com que então se lançou a defesa de Angola, em especial a partir do discurso de 13 de Abril de 1961, do Presidente do Conselho de Ministros. Elas são um espelho claro do vigor com que se determinou a preparação das tropas, já começado do antecedente e da premência que se estabelecia para o seu embarque.

Foi esta firmeza e espírito de servir que permitiu colocar em Angola, a 8.000 Km de distância, em pouco mais de três meses – até ao fim de Jun61 –

dez Batalhões e vinte e seis Companhias operacionais, de combate, duas Companhias de Sapadores (Engenharia), duas Companhias de Polícia Militar, três Pelotões de Morteiros e três Pelotões de Canhão Sem Recuo e ainda, três Comandos Operacionais para o enquadramento dessas tropas.



Primeiros embarques (farda de caqui amarelo)

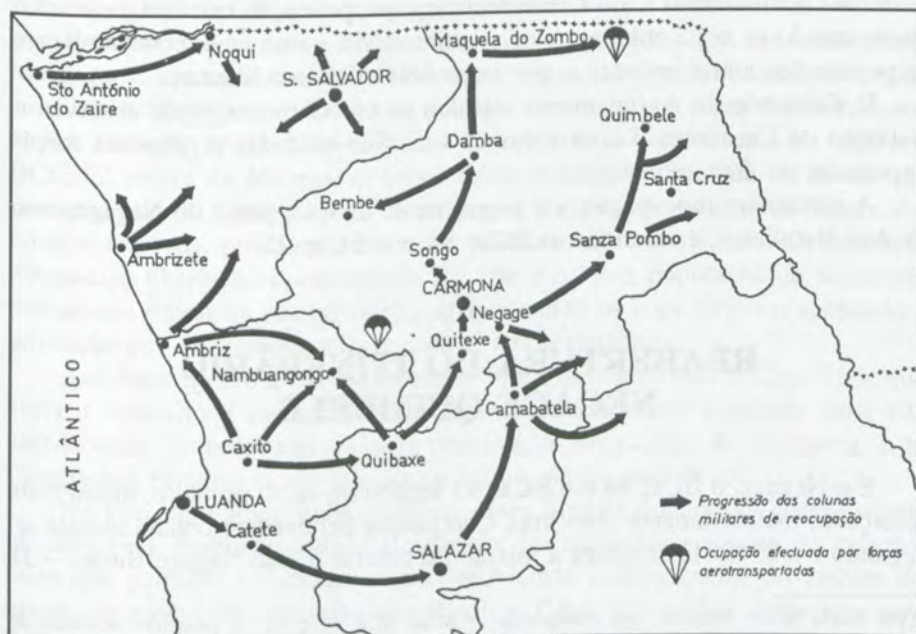


Embarques posteriores, com novo tipo de equipamento e fardamento

A REOCUPAÇÃO DA ÁREA SUBLEVADA

O plano de recuperação então delineado assumiu a forma do esquema que se apresenta na figura.

Foi dada a primeira prioridade aos eixos Negage-Maquela do Zombo e Negage-Quimbele, ao mesmo tempo que, progressivamente, se foram ocupando outras povoações como Ambriz, Ambrizete, S. Salvador e Quibaxe, com forças suficientes para se executarem acções de reocupação de pequenos pontos ou fazendas na sua Z.A. Constituiu-se, assim, uma rede de quadrícula



Esquema de reocupação do Norte de Angola

inicial capaz de conter a subversão e reocupar o Norte sublevado, que foi sendo reforçada até ao final do ano de 1961 e que permitiu retomar o domínio de todo o território de Angola, a norte do paralelo de Luanda.

Na figura está esquematizada a ocupação de Nambuongongo, que havia de ocorrer em meados de Julho, a partir de três colunas convergentes, procedentes do Ambriz, do Caxito e do Quibaxe. Estão também marcadas duas acções por forças aerotransportadas, sobre Quipedro, a sul perto do Quitexe e sobre Sacandica, a norte de Quimbele.

As Unidades referidas nas directivas do SGDN começaram a afluir a Luanda. O primeiro contingente embarcou em Lisboa em 21 de Abril¹⁹⁹ chegando a Angola em 03 de Maio, seguido de um cargueiro com material de guerra diverso e munições, dois dias depois²⁰⁰.

Com as Unidades desembarcadas, formou-se o “Agrupamento Alfa”, destinado a operações na zona sublevada. Era constituído por um Comando Operacional, com o BCaÇ 88 (+), CCaÇ 97, CCaÇ 98, CCaÇ 99 e a CCaÇ 95/BCaÇ 92 e o BCaÇ 92 (-), reforçado por 1 CArt, constituído pelo Comando, CCaÇ 93, CCaÇ 94 e a CArt 100. Do agrupamento fazia ainda parte a 8.ª CCE, depois 81, atribuída ao BCaÇ 88 e um destacamento de Engenharia.

O movimento do “Agrupamento Alfa” iniciou-se em 13 de Maio, em direcção ao Negage, pela estrada Luanda-Catete-Zenza do Itombe-Dondo-Salazar-Lucala-Samba Cajú-Cambatela-Negage, povoação que atingiu em 17, incorporando-se nesta coluna muitas viaturas civis, com reabastecimentos para as populações ainda isoladas e que estas Unidades iam libertar.

O Comando do Agrupamento instalou-se em Carmona, onde absorveu o Batalhão de Caçadores 3 com todas as suas Sub-unidades e pequenas forças destacadas na área sublevada.

A verdadeira reocupação, vai processar-se agora a partir do Negage, com os dois Batalhões já referidos, o BCaÇ 88 e o BCaÇ 92.

REABERTURA DO ITINERÁRIO NEGAGE-QUIMBELE

Em Negage, o BCaÇ 88 e o BCaÇ 92 separaram-se. O primeiro, muito mais reforçado, inclusivamente com uma Companhia pertencente organicamente ao segundo e a 8.ª CCE, recebeu a missão de libertar o eixo Negage-Bungo – 31

(199) Navio Motor “Niassa”, que transportou os BCaÇ 88 e BCaÇ 92, os primeiros Batalhões de Reforço a chegar a Angola.

(200) Navio cargueiro “Benguela”.

de Janeiro – Damba-Maquela do Zombo, bem como as transversais Damba-Bembe e Maquela-S. Salvador e restabelecer as ligações para a fronteira e para a zona de acção do BCaç 92 e, este, reforçado com a CArt 100, tinha a missão de abrir o eixo Negage-Puri-Alfândega-Sanza Pombo-Macocola e Quimbele.

Era ainda da missão do último Batalhão o restabelecimento da ligação Alfândega-Caiongo-Cangola-Bengo, no Alto do Cauale, limite dos distritos do Congo e de Malange, e abrir e manter os itinerários em direcção à zona da acção do BCaç 88, ocupando Cuilo, Pombo, Buenga Sul e Nova Esperança e as ligações com a fronteira do Cuango.

A coluna do BCaç 92 partiu do Negage em direcção ao Puri e cedo verificou que a marcha iria ser extraordinariamente lenta, ao deparar com um itinerário cortado por centenas de árvores, algumas de grande porte, que demoravam horas a remover, pontes danificadas ou mesmo cortadas, estradas completamente deterioradas e com grandes cortes transversais dissimulados que constituíam armadilhas onde caíam as viaturas e os seus ocupantes. A estas dificuldades juntava-se a preocupação de defesa, pois havia sempre grupos sublevados e armados a acompanhar a progressão da coluna que montavam emboscadas quando os locais eram propícios, e ainda deficiências de equipamento, nomeadamente de material auto que se ia desgastando de forma acelerada, face à dureza dos itinerários a percorrer.

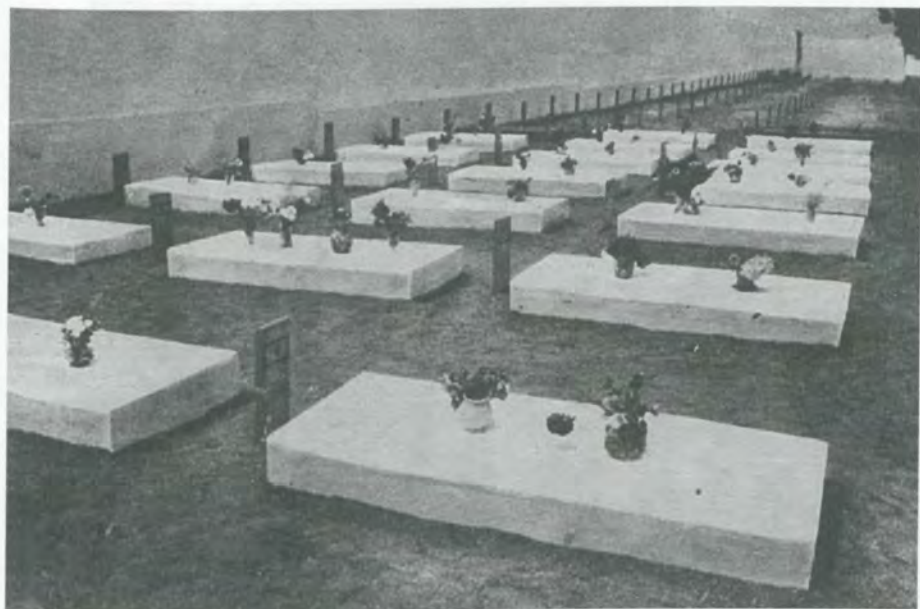
Esta lentidão aumentava o desespero das populações que, em locais ainda longínquos, aguardavam a sua libertação, os mantimentos necessários à sua sobrevivência e eram alvo de uma ameaça constante por parte dos terroristas. Nesta situação encontrava-se Santa Cruz, que já estava cercada ainda o BCaç 92 estava na Metrópole, como relata a própria imprensa da época que descreve uma vã tentativa de a libertar, por parte da população de Macocola. Grupos armados, postados a meio do itinerário Macocola-Santa Cruz, impediram essa libertação e impuseram até que a própria população de Macocola tivesse que retirar da sua povoação, abandonando os seus haveres, acabando a povoação por ser completamente incendiada e destruída.

A coluna do BCaç 92 tinha como força de vanguarda a CArt 100, que abria o itinerário e suportava o impacto das dificuldades e grande parte das emboscadas. Embora com escassa preparação em acções de Infantaria, esta Companhia cumpriu a sua missão de forma muito assinalável.

No Puri, que ainda tinha algumas casas a arder quando as nossas tropas ali chegaram, reuniu-se todo o Batalhão e foi recuperada a pista de aviação, facto que permitiu solucionar alguns problemas e deficiências no âmbito do apoio logístico e de comando. De novo, a CArt 100 partiu, desta vez para Alfândega, abrindo o itinerário e, daqui, para Sanza Pombo, onde se instalou a sede do Batalhão. A partir de Sanza, esta Companhia continuou a mesma



Evacuação para o hospital de Luanda



Primeiras campas do Cemitério Militar de Luanda

missão, agora sem qualquer apoio, porquanto ela se destinava a Quimbele. Era ali que, verdadeiramente, iniciava a sua missão específica.

Com ela partiram em direcção a Macocola, alguns habitantes da área que haviam retirado para Luanda, quando se deram os ataques terroristas e que regressavam agora, na certeza de uma maior segurança. A CART 100 instalou-se nesta povoação e montou uma base operacional de onde partiram forças que, alternadamente, abriram os itinerários: Macocola-Santa Cruz e Macocola-Quimbele.

Quimbele foi, entretanto, alvo do que deverá ter sido uma das mais violentas acções sobre uma povoação em todo o Norte de Angola sofrendo, na noite de 26 de Maio, violentos e sucessivos ataques de hordas terroristas, as quais heroicamente, e no limite dos recursos, foram sucessivamente repelidos pelos moradores até que os grupos atacantes, perante tão tenaz resistência desistiram. Ao debandar, deixaram na rua principal que levava ao local onde a população, sem qualquer apoio militar, se acolhera para a defesa, 263 mortos e 212 canhangulos abandonados²⁰¹. Esta acção foi vivida a escassas dezenas de quilómetros pela CART 100 que, apesar dos seus esforços para apressar a chegada, nada pôde fazer.

(201) Relatório Operacional n.º 45, de 26 de Maio de 1961, da RMA.

As inúmeras dificuldades foram depauperando esta Companhia que, após libertar Santa Cruz, em 09 de Julho²⁰², onde recebeu efusiva recepção, se encontrava extenuada, com uma percentagem de baixas da ordem dos 30% dos seus efectivos e com indícios de esgotamento rápido e total.

O Comando decidiu então, trocar a missão dessa Sub-Unidade, que deveria ainda atingir Quimbele e, depois Cuango, pela da CCAç 94 que cumprira já a sua missão principal e se encontrava em Cangola, ficando esta última Companhia com a missão de continuar para norte.

Em 12 de Agosto, quando o dispositivo militar se encontrava já consolidado, a situação operacional das Sub-unidades do BCAç 92 era a seguinte²⁰³.

- A CCAç 93 reabria a estrada Sanza-Pombo-Uamba, que atingiu em 09 de Agosto;
- a CCAç 94, que atingira Quimbele, desobstruiu o caminho entre Quimbele e Icoca e efectuava patrulhamentos entre Quimbele e Macocola e Quimbele e a fronteira do Cuango;
- a CCAç 95 protegia a colheita do café, que nesta região era de excelente qualidade, e desobstruía a estrada para Massau;
- a CArt 100 executava operações na região de Cangola e patrulhamentos ao Puri, Negage e Sanza Pombo e ocupou o Posto Administrativo de Alfândega, garantindo a integridade destes troços do itinerário, ao mesmo tempo que efectuava operações para sul, em coordenação com as forças de Camabatela e, para leste, com a Sub-unidade de Forte República.

O BCAç 92 acabou também por atingir o Cuango (povoação), sobre o rio do mesmo nome e estabelecer a ligação Icoca-Sacandica e outras, com o BCAç 88. Em 18 de Novembro, aquele Batalhão tinha já ocupado todos os Postos previstos na sua missão, os quais patrulhava desde Agosto, movimentando-se com segurança total entre todos eles.

Este conjunto de operações, a par de uma actividade permanente e diária de todo o BCAç 92, tornou segura a parte do Norte de Angola, na frente do Cuango, desde a fronteira Norte até terras de Forte República, a sul.

(202) A população de Santa Cruz esteve, assim, cercada e sob permanente ameaça de aniquilamento, durante cerca de três meses.

(203) Rel. Sit. N.º 17, de 12 de Agosto de 1961, da RMA.



O Embaixador brasileiro, Negrão de Lima, nos primeiros tempos da reocupação do Norte de Angola

REABERTURA DO ITINERÁRIO NEGAGE-MAQUELA DO ZOMBO

Ao mesmo tempo que o BCaç 92 progredia no cumprimento da sua missão o BCaç 88, tendo como destacamento avançado a CCaç 97 e a 81.^a CCE, cumpria uma missão idêntica, que se revelou igualmente muito espinhosa pelos mesmos motivos – a estrada estava cortada com inúmeras valas, obstruída por numerosas árvores de grande porte e com algumas obras de arte destruídas – situação que um reconhecimento aéreo prévio revelara aos comandantes daquelas Companhias.

Em 19 de Maio, o destacamento avançado partiu para Bungo, que atingiu em 21, tendo removido mais de 800 árvores.

Enquanto o Batalhão se reunia em Bungo, a CCaç 97 e a 81.^a CCE continuavam em direcção a 31 de Janeiro, que foi atingida em 26 de Maio e daí para a Damba – sede do Batalhão, que foi alcançada três dias depois.

Já a Damba se encontrava ocupada pelo Batalhão quando, em 01 de Junho, esta povoação foi alvo de um ataque efectuado por um numeroso grupo que gritava “UPA LUMUMBA – MATA BRANCO”, estribilho que se repetia sempre e em qualquer lado em que as nossas tropas eram emboscadas.

Este ataque sobre o Batalhão era então incompreensível face à presença das nossas tropas na Damba mas, mais tarde, concluiu-se que o grupo atacante tinha ordens para atacar naquela data e que não terá sido avisado dos efectivos que já então se encontravam nas povoações. Terá contribuído para este desajustamento, o facto de o Batalhão ter progredido de noite e ter chegado à Damba também de noite, o que constituiu, na época, uma inovação operacional.

A partir da Damba, o Batalhão foi ocupar Lucunga, Bembe e Lemboa, e a CCAç 98 partiu em 05 de Junho, para Maquela do Zombo, que atingiu em 13, marchando imediatamente para Cuimba. A reocupação de Lucunga fez-se com as habituais dificuldades e consumou-se no dia 13. A força ocupante suportou dois ataques respectivamente em 18 e 23, tendo o grupo atacante deixado grande número de corpos e despojos ao ser repellido e obrigado a fugir desordenadamente.

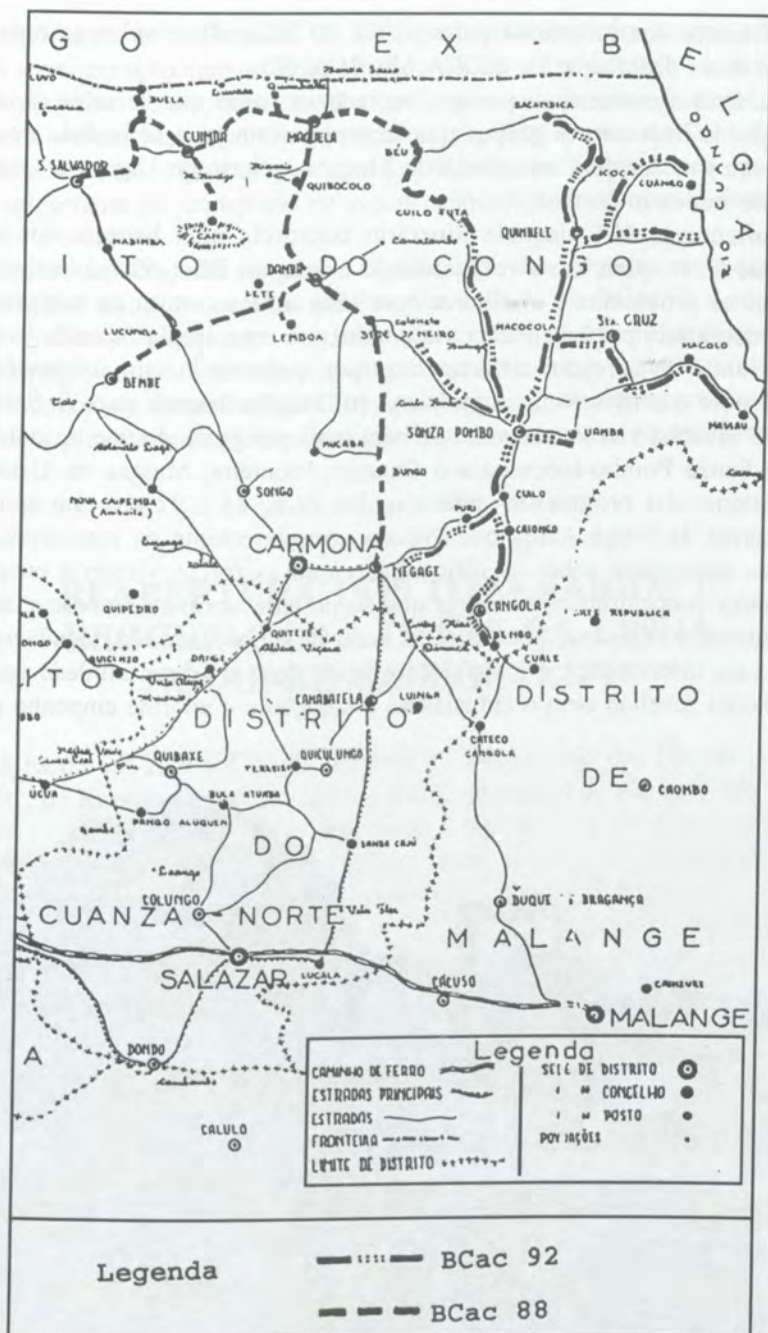
A operação da recuperação da histórica vila de Bembe e da sua improvisada fortaleza iniciou-se com a partida da Damba, em 20 de Junho, de uma força da 97.^a CCAç, que se dirigiu a Lucunga e encontrou o itinerário já novamente bloqueado com árvores. Em 22, a coluna é reorganizada em Lucunga e o Bembe atingido em 23. As casas estavam arrombadas e parcialmente saqueadas mas não destruídas e, em muitas delas, notava-se terem estado ocupadas pelos assaltantes.

A recuperação da Lemboa, importante centro de concentração de grupos que dali saíam para atacar Mucaba, Damba e Lucunga, fez-se em 23 de Julho de 1961.

Com esta reocupação conseguiu-se a posse de uma região que o inimigo considerava inexpugnável e cortavam-se as comunicações que tinha entre Mucaba e Bembe e Mucaba e a Serra da Canda.

A partir de Maquela do Zombo foi ocupada Cuimba, de onde foram feitos reconhecimentos para Lucala, Buela e S. Salvador, para as plantações do M’Bridge e para as faldas da Serra da Canda.

Após consolidado o dispositivo, variadas operações estabeleceram a ligação entre diversos pontos, libertaram e consolidaram a reocupação de todos os itinerários, alguns dos quais exigiram a reparação ou reconstrução de várias pontes. Fez-se ainda a ligação com o BCAç 92, cuja zona de acção era vizinha, pelas regiões de Cuilo Pombo, Cuilo Futa e Sacandica e com outras Unidades que, entretanto, foram ocupando algumas das povoações a norte de Carmona, no Vale do Loge, Songo, Toto, entre outras.



Início da Recuperação do Norte de Angola (Zonas de Acção dos BCac 88 e 92)

A abertura dos itinerários pelas forças do BCaç 88, revelou-se operacionalmente mais difícil que os da Z.A. do BCaç 92.

O itinerário era central, passava ou ladeava zonas que se sabia já, serem de refúgio de importantes grupos que se preparavam para actividade de guerrilha, como a Serra de Canda, área de Mucaba e Serra de Uige e era estrategicamente muito importante.

A orientação N-S daquele itinerário constituía uma barreira aos movimentos de Oeste para Leste resguardando a área do BCaç 92, já reocupada e sem grandes problemas e confinava com toda a área central da sublevação a oeste, então ainda por bater. Esta via conduzia a uma ampla faixa da fronteira a norte, entre S. Salvador e Sacandica, por onde se faziam infiltrações do Congo, sobre o território de Angola. As infiltrações laterais para S. Salvador, Bembe e Mucaba vieram a revelar-se bem mais perigosas do que as incidentes no eixo Sanza Pombo-Icoca para o Cuango, Fronteira, Massau ou Uamba.

Qualquer das progressões referidas dos BCaç 88 e 92 teve um apoio inquestionável da Força Aérea que vigiava constantemente os itinerários, dava preciosas indicações sobre as dificuldades que as forças viriam a encontrar, desbaratava concentrações inimigas que se preparavam para emboscar as nossas Unidades e indicava, por vezes, o local da emboscada. A frequência com que as suas informações e a sua acção foram úteis e a oportunidade das suas intervenções revelam bem o entusiasmo e atenção e o enorme empenho postos



Apoio das brigadas das Obras Públicas

no cumprimento da sua missão. Os PV2 eram saudados com alegria e foi com grande consternação que as unidades do BCaÇ 92 receberam a notícia do desaparecimento de um destes aviões que vigiava a sua zona de acção e cujos destroços vieram mais tarde, a aparecer na região próxima de Cangola.

Desobstruídas algumas pistas, a actividade da Força Aérea revelou-se ainda importante no transporte de alguns géneros e de pequenas forças para algumas povoações.

É justa também uma referência à actividade das brigadas civis das Obras Públicas, que actuavam na área, pelo menos na Z.A. do BCaÇ 92 e cuja acção foi de grande eficiência na desobstrução e arranjo dos itinerários. A sua acção completou, de forma importante, a notável e esgotante actividade dos destacamentos de Engenharia militar, permitindo que a progressão, embora lenta, não se tornasse impossível, ou paralisasse a operação de recuperação em curso.

REABERTURA DOS ITINERÁRIOS E REOCUPAÇÃO A OESTE DA LINHA NÓQUI-BESSA MONTEIRO

As cartas n.º 2, 3 e 4 do 2.º Volume – “Dispositivo das Nossas Forças – Angola”, da Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), ajudam a compreender como se processou a reocupação do restante território sublevado, numa acção por vezes também muito difícil, mas já normalizada, e sem o impacto inicial das primeiras ocupações que se descreveram.

Realça-se, porém, actividade do BCaÇ 109, na reabertura dos itinerários entre a costa, a norte de Ambriz e o meridiano Luvo-S. Salvador-Bembe, Mabaia-Bela Vista, a Leste.

A missão atribuída a este Batalhão integrava-se no “Plano de Operações Beta” e consistia:

- Numa 1.ª fase, lançar, por via marítima, uma Companhia de Caçadores sobre S. António do Zaire com a missão de, progredindo ao longo do eixo Szaire-Quinzau-Mucula-Casa da Telha, destacar fortes patrulhas para detecção e destruição de bandos rebeldes na área definida por: Szaire-Porto Rico-Quelo-Quinzau.
- Numa 2.ª fase, lançar, também por via marítima, o comando do BCaÇ 109 e a 2.ª CCaÇ sobre Ambrizete. Recuperada em Casa da Telha, a CCaÇ destacada na 1.ª fase, progrediria ao longo do eixo Ambrizete-Tomboco-Lufico-M’Pala, garantindo as comunicações neste eixo.

Atingida M'Pala, garantia, a todo o custo, a posse de Santo António do Zaire, Noqui, M'Pala, Luvo, tomando disposições para, por patrulhamentos intensivos e emboscadas, tornar aleatória e perigosa para o inimigo a passagem a sul do rio Zaire, desde a foz até Noqui-M'Pala-Luvo-S. Salvador.

- Em ambas as fases, reagrupar populações, exercendo acção psicológica sobre nativos e europeus.

A Z.A. do BCaç 109 foi fixada a norte e a oeste da penetrante Ambrizete-Tomboco-Dingando-S. Salvador-Luvo²⁰⁴.

Em 041500Jun61 foi lançada a CCaç 112, por via marítima, que desembarcou em Santo António do Zaire em 05.

Por dificuldades de desembarque na costa de Ambrizete, o Comando e as duas CCaç foram também desembarcadas em Santo António do Zaire, a localidade a partir da qual se cumpriria a missão, abandonando-se a ideia de dois desembarques simultâneos, em locais diferentes.

Em 14 estava reocupada a povoação de Quinzau e, em 16, Tomboco. De 17 a 22, executaram-se operações na região da Fazenda Loge e Mongatombe.

A 1.ª fase da “Operação Beta” terminou em 21, com a chegada a Ambrizete do Comando do BCaç 109 e as Unidades estacionadas em Santo António do Zaire.

Complementarmente foram ocupados: Sumba, Pedra do Feitiço, Quinzau, Tomboco, Bessa Monteiro e Fazenda Loge²⁰⁵.

Em 17, foi criado o “Sector Operacional n.º 4”, com sede em Ambrizete, cujo o comando foi atribuído ao Comando do BCaç 109, que abrangia a área de Ambrizete, Ambriz, Quinzau, Tomboco e Bessa Monteiro.

A autoridade administrativa de Bessa Monteiro pediu, entretanto, a desobstrução da estrada de Quibala, para se poder realizar a colheita do café e a ocupação daquela localidade.

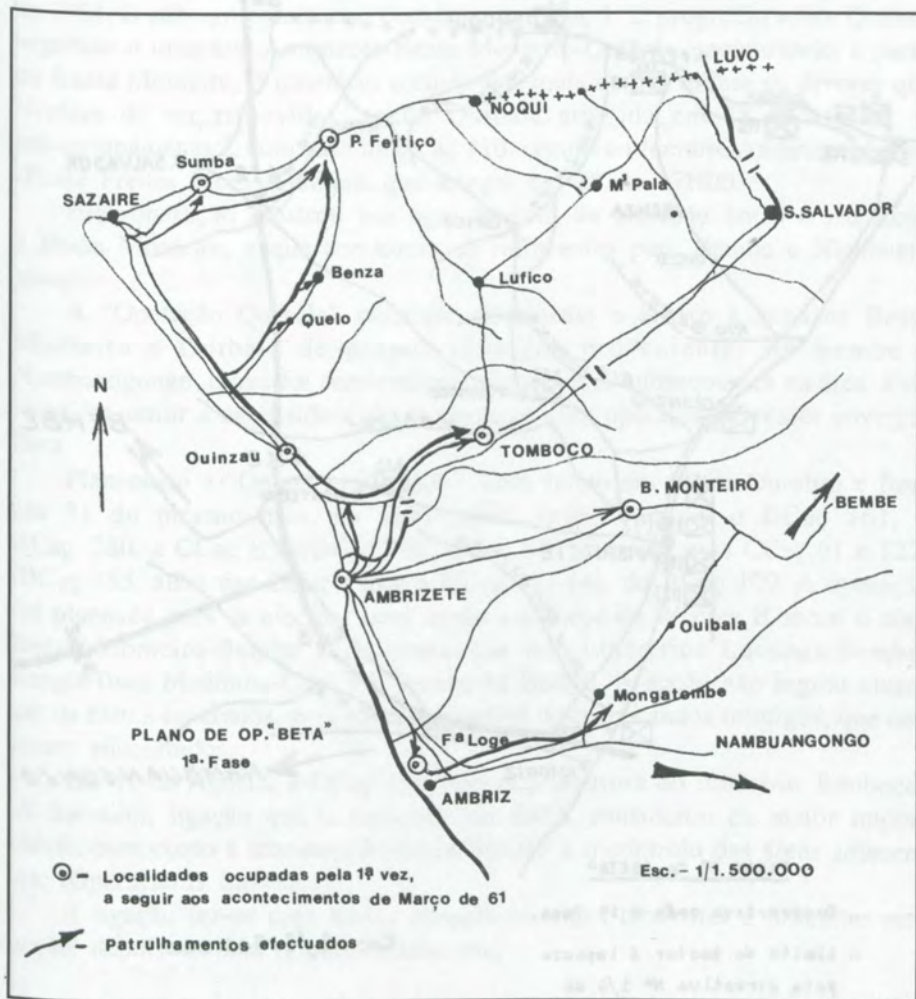
Em 23, o dispositivo do BCaç 109 era o que se representa na figura da página 244.

O esforço imediato do BCaç 109, centrou-se nos seguintes objectivos:

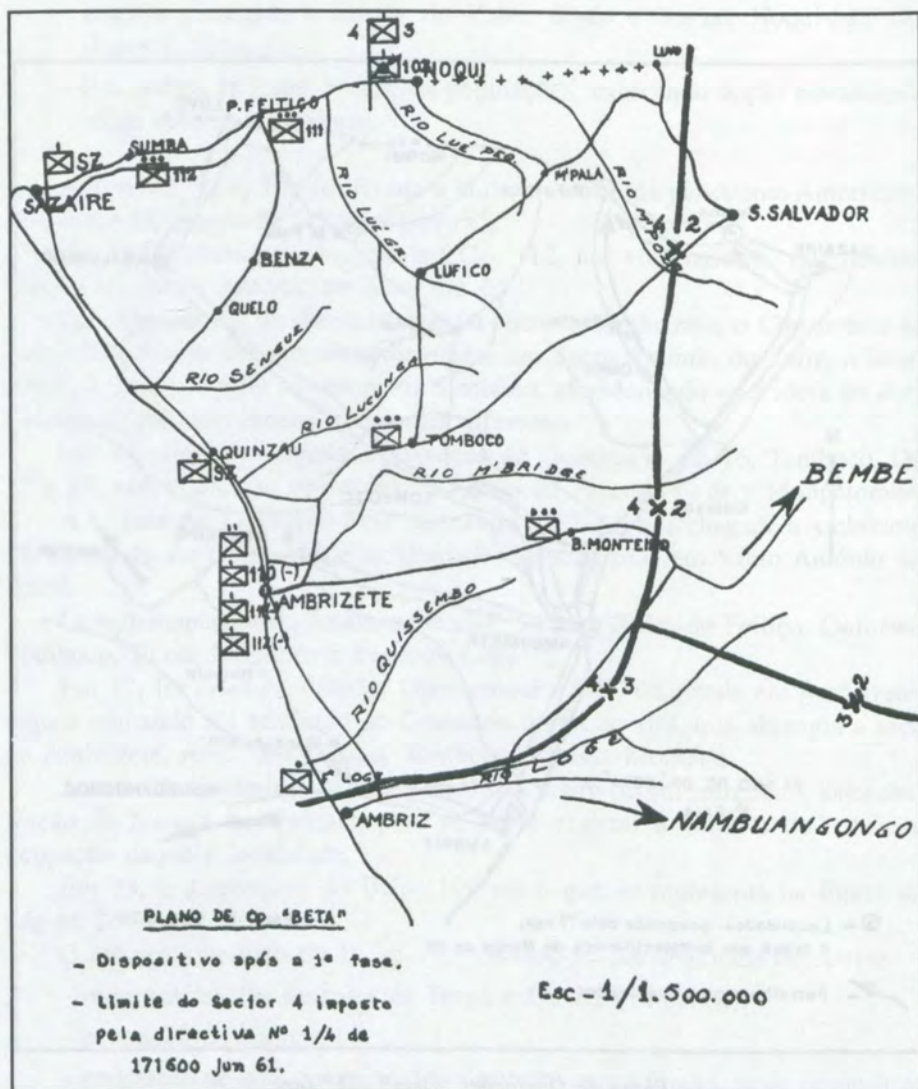
- recuperação das sanzalas de Ienga e Quiaia (Tomboco);
- ocupação de Lufico;
- realização de uma operação (Op. Quibala) com a finalidade de desobstruir estradas e ocupar militarmente Quibala;
- reconhecimento do troço Tomboco-S. Salvador.

(204) Com o evoluir da situação a Z.A. foi aumentada até ao rio Loge, abrangendo Bessa Monteiro.

(205) Ver figura, pág. 243.



Plano de Operações "Beta" - 1.ª fase



Plano de Operações "Beta" - 2.ª fase

A primeira das operações referidas efectuou-se em 25 e 26 de Junho. A “Operação Quibala”²⁰⁶, concebida de forma a realizar-se como um movimento envolvente, com dois sub-agrupamentos, por Bessa Monteiro e Freitas Morna, concorrentes em Quibala, iniciou-se em 25 de Junho e terminou em 02 de Julho de 1961. O sub-agrupamento 1, com base na CCaç 112, progrediu sobre Quibala seguindo o itinerário Ambrizete-Bessa Monteiro-Quibala, encontrando, a partir de Bessa Monteiro, o itinerário cortado por mais de um milhar de árvores que tiveram de ser removidas, sendo Quibala atingida em 28 às 16H30. O sub-agrupamento 2, com base na CCaç 110, seguiu o itinerário Ambrizete-Loge-Ponte Freitas Morna-Quibala, que atingiu em 28, às 17H00.

Esta operação mostrou um agravamento da situação entre o rio Loge e Bessa Monteiro, a que conduzem as infiltrantes para Bembe e Nambuangongo.

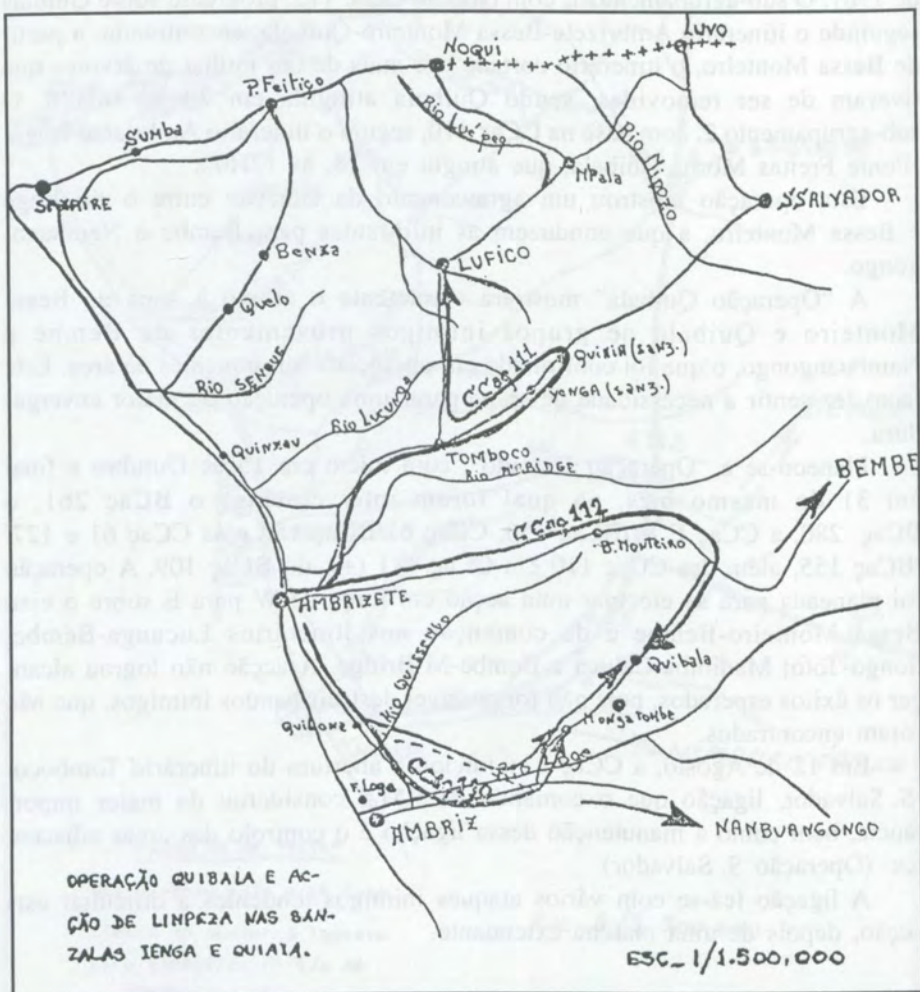
A “Operação Quibala” mostrara claramente o afluxo à zona de Bessa Monteiro e Quibala de grupos inimigos provenientes de Bembe e Nambuangongo, o que foi confirmado em operações subseqüentes na área. Este facto fez sentir a necessidade de se preparar uma operação de maior envergadura.

Planeou-se a “Operação Tornado”, com início em 15 de Outubro e final em 31 do mesmo mês, na qual foram intervenientes o BCaç 261, o BCaç 280, a CCaç E 81/BCaç 156, CCaç 61/BCaç 156 e as CCaç 61 e 127/BCaç 155, além das CCaç 110 e a CCaç 111 (+), do BCaç 109. A operação foi planeada para se efectuar uma acção em força de W para E sobre o eixo Bessa Monteiro-Bembe e de contenção nos itinerários Lucunga-Bembe; Songo-Toto; Madimba-Caluca e Bembe-M’Bridge. A acção não logrou alcançar os êxitos esperados, pois não foi possível destruir bandos inimigos, que não foram encontrados.

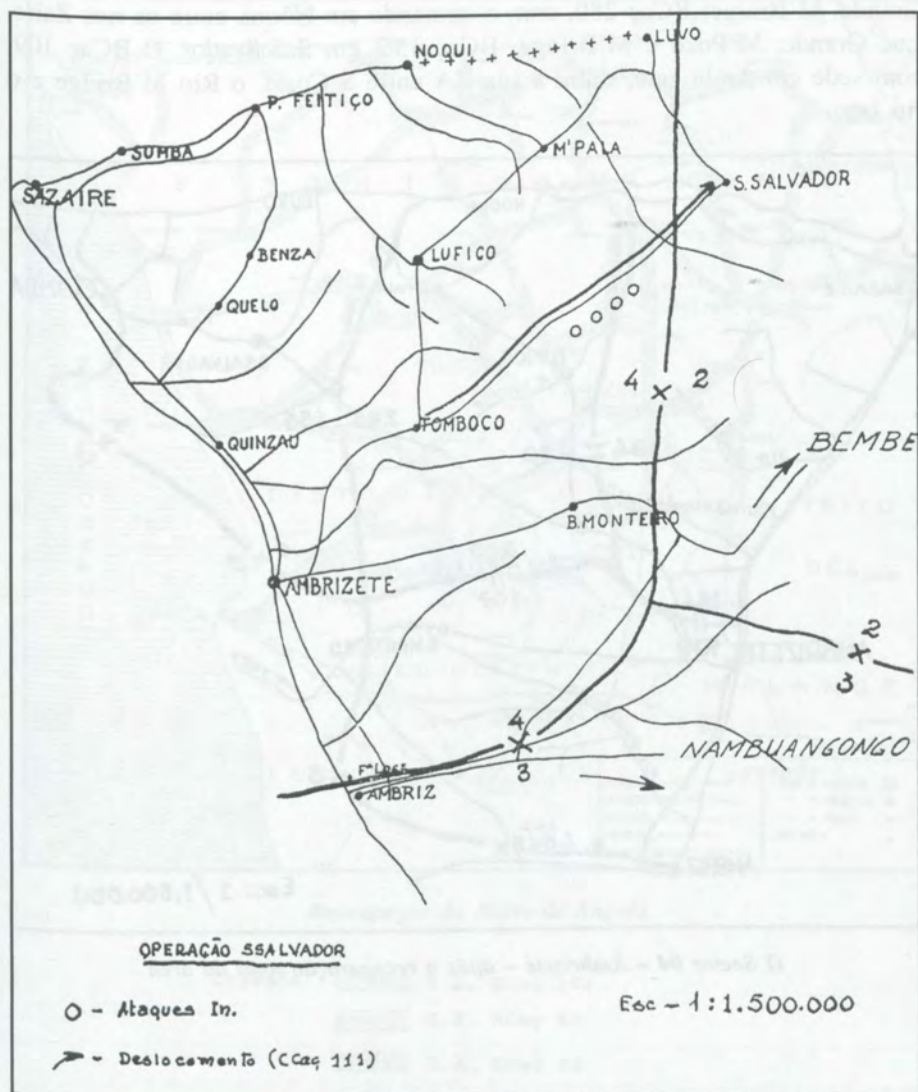
Em 12 de Agosto, a CCaç 111 iniciou a abertura do itinerário Tomboco-S. Salvador, ligação que o comando da RMA considerou da maior importância, bem como a manutenção dessa ligação e o controlo das áreas adjacentes. (Operação S. Salvador)

A ligação fez-se com vários ataques inimigos tendentes a dificultar esta acção, depois de uma marcha extenuante.

(206) Ver figura, pág. 246.

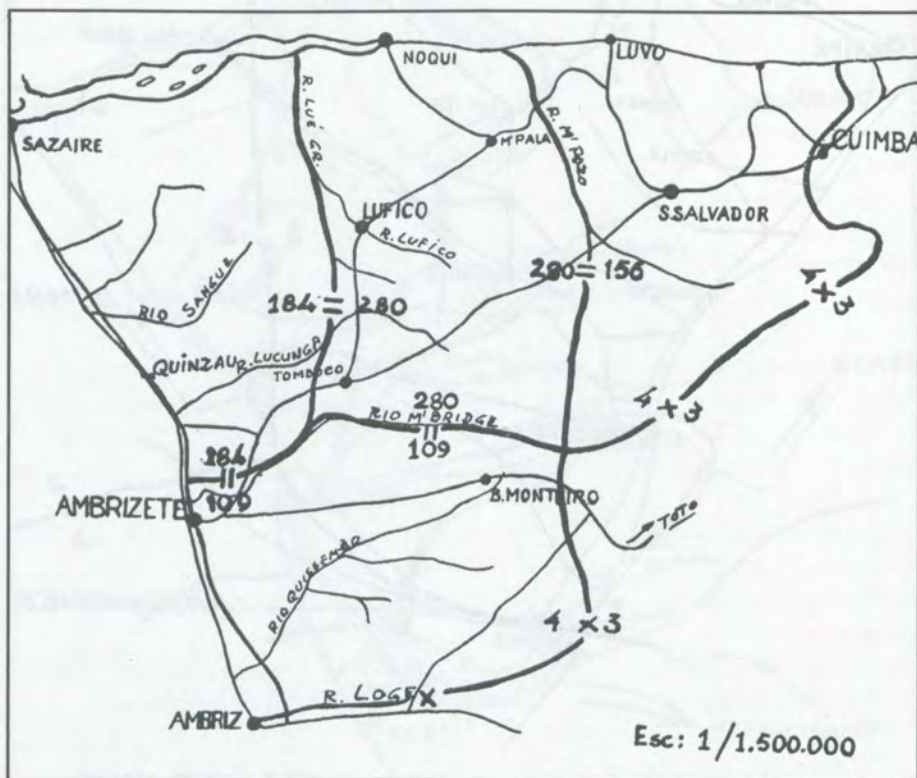


Operação "Quibala" e acção de limpeza nas Sanzalas Ienga e Quiaia



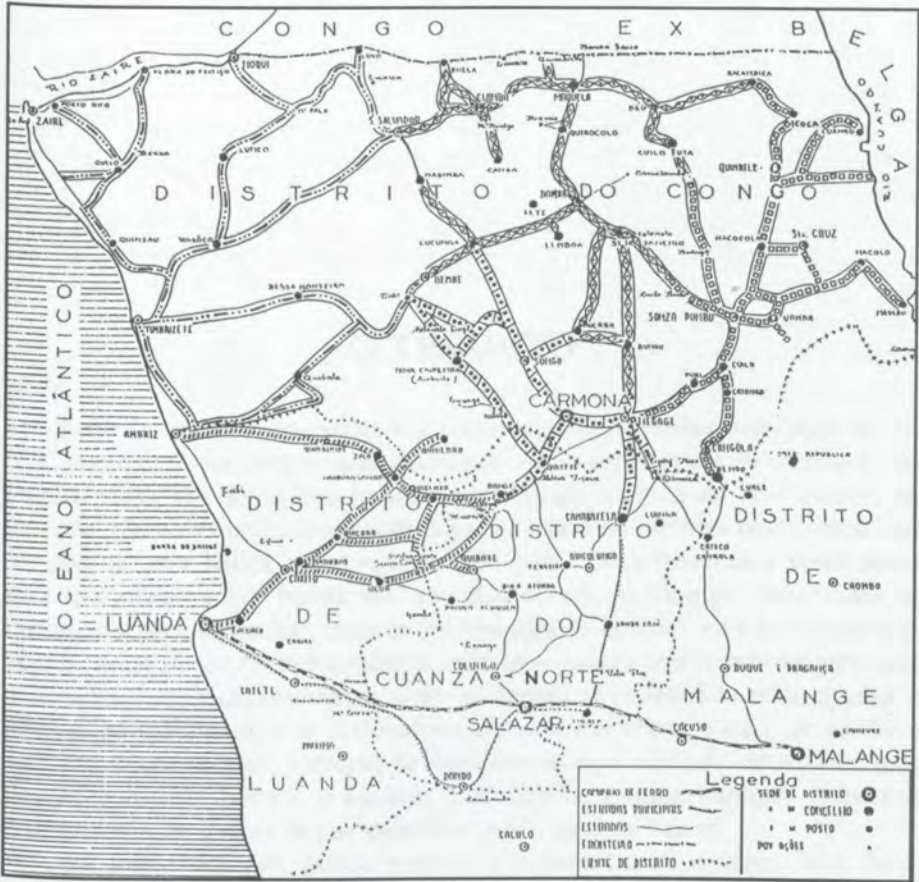
Operação "S. Salvador"

Pela Directiva n.º 3 QG/RMA de 25out61, após a “Operação Tornado” o dispositivo das NT no canto NW de Angola ficou assim estabelecido: BCaç 184, com o comando em Sazaire, entre a costa e os rios Zaire, Lué Grande, M’Bridge; BCaç 280, com o comando em Nóqui, entre os rios Zaire, Lué Grande, M’Pozo e M’Bridge; BCaç 156, em S. Salvador. O BCaç 109, com sede em Ambrizete, tinha a sua ZA entre a Costa, o Rio M’Bridge e o rio Iage.



O Sector 04 - Ambrizete - após a recuperação total da área

A actividade de reocupação das povoações e abertura de itinerários dos BCaç 88, 92, 96 e 109 estão assinalados no mapa que a seguir se apresenta.



Reocupação do Norte de Angola

- Legenda:**
- Z.A. BCaç 109
 - Z.A. BCaç 88
 - Z.A. BCaç 92
 - Operação sobre Nambuangongo e acções subsequentes
 - Actividade do BCaç 3, voluntários e outras unidades.

A SITUAÇÃO EM JUNHO DE 1961

O TERRENO

Parte da zona de operações era constituída por grandes extensões de capim, que cresce até atingir uma altura por vezes superior a três metros e, em muitos casos, tão densa que limita a visibilidade a cerca de dois metros, no máximo. Cobre as colinas por toda a parte, sendo as estradas pouco mais que picadas de terra batida sobre milhares de quilómetros quadrados desta densa erva que chega até à berma das estradas e onde o inimigo tinha todas as facilidades para se ocultar, montar emboscadas às colunas a curta distância e, depois, desaparecer. Com frequência sofriamos baixas sem termos sequer visto o inimigo e, conseqüentemente, sem ao menos a possibilidade de ajustar o fogo. Uma patrulha que se deslocasse num capinzal corria o risco de perder o contacto entre os seus homens, se não houvesse o cuidado de manter uma ligação constante homem a homem, podendo os grupos inimigos manter-se escondidos e as nossas tropas passarem perto sem os verem.

Em Junho, o capim estava meio seco e permitia, se o vento fosse favorável, provocar uma queimada que causava graves dificuldades às colunas pouco móveis, compostas por várias viaturas, algumas carregadas com combustíveis.

Outra parte da zona de operações era constituída por montes de altura assinalável, cobertos de uma selva densa, algumas clareiras, rios, pântanos e o inevitável capim.

No seu conjunto, o terreno não nos era nada favorável. Se, inicialmente, as nossas tropas, nos patrulhamentos apeados, preferiam o capim por se julgarem mais protegidas, passado pouco tempo, passaram a sentir que as matas lhes davam mais segurança e protecção.

As estradas eram más nas áreas operacionais e as comunicações, de uma maneira geral, muito pobres, factor que dificultava as nossas operações, nesta fase muito dependentes de deslocamentos em viaturas.

Os atacantes extraíam completa vantagem dessas estradas rústicas e abriam nelas numerosas valas à semelhança das armadilhas para elefantes. Estes grandes buracos, que se podiam abrir facilmente e com rapidez numa simples estrada de terra, tornavam muito difícil a circulação nalgumas zonas. Ainda que as valas fossem entulhadas, as estradas ficavam sempre muito pouco transitáveis.

As nossas viaturas desgastavam-se rapidamente e a fina poeira vermelha que se encontrava por toda a parte, entupia os filtros do ar e tornava a sua manutenção muito difícil.

Muitas das pontes sobre os cursos de água eram rudimentares, mas ainda que o não fossem, grande parte delas tinha sido destruída, o que dificultava a circulação.

As estradas do Norte, durante muitos e muitos quilómetros, são ladeadas de árvores, de que os grupos de inimigos tiravam todas as vantagens, cortando-as e derrubando-as para impedir as comunicações e fazer parar as nossas tropas, para as emboscar. Durante a época das chuvas o capim, que seca em Julho e Agosto, começa a crescer de novo enquanto que as estradas se transformavam em mares de lama. Grandes áreas da região são regularmente inundadas, e, com frequência, as pontes temporárias são destruídas também por enxurradas, tornando as operações ainda mais difíceis.

A tudo isto se juntava a enormidade das distâncias, em relação às nossas possibilidades de deslocação e de apoio logístico. As tropas tinham que levar tudo consigo, dos alimentos aos combustíveis ou então, improvisar dos poucos recursos locais que conseguiam obter.

O INIMIGO

Enquanto o terreno nos criava muitas dificuldades constituía, pelo contrário, uma ajuda para o inimigo que podia viver no mato, indefinidamente. Ali havia abundância de caça, banana, mandioca, raízes e frutos selvagens que lhe fornecia um alimento variado. Deslocava-se a pé, 60 a 70 Kms por dia, aparecendo aqui a fazer uma emboscada a uma coluna, desaparecendo sem ter sido visto, para aparecer apenas umas horas mais tarde, a muitos quilómetros de distância, emboscando outra coluna, sempre a caminhar através do capim, ou da selva, sem qualquer perigo de ser visto por um avião normal, construindo ele próprio, em poucas horas, uma cabana bem camuflada, na floresta.

As estimativas numéricas quanto ao número de elementos inimigos activos não podiam ser precisas, devido ao facto de que o próprio reconhecimento

aéreo raras vezes via os grupos inimigos, mesmo nas suas principais áreas de concentração. Aprenderam depressa a temer o avião e desapareciam no capim, ou na selva, logo que ouviam o ruído dos seus motores²⁰⁷.

Estabelecera-se uma grande confusão na mente dos nativos insurrectos sobre aquilo porque estavam combatendo, sobre quem eram os seus chefes, e quem estava dirigindo as suas acções. Atacavam gritando “UPA” mas falando com prisioneiros verificava-se que estavam convencidos de que Kasavubu era o chefe da UPA e, de certa forma, que o grande chefe nacionalista era Lumumba, gritando frequentemente o seu nome quando atacavam e ninguém sabia sequer que Lumumba já tinha morrido.

A principal razão para a adesão de muitos à agitação reinante era uma simples questão de saque. Foi-lhes dito que no Congo ex-belga e em outros estados africanos os pretos tinham lançado todos os brancos ao mar e se haviam apoderado dos seus bancos, casas, negócios e propriedades, dos seus carros e das suas mulheres.

Verificava-se ainda a existência entre os guerrilheiros de uma nebulosa ideia de “independência” que, para a vasta maioria significava unicamente a possibilidade de se apoderar da riqueza e bens do homem branco para depois levar uma vida de completa ociosidade e luxo, sem nenhum pensamento para as responsabilidades que implicava a administração do seu próprio país. Havia prisioneiros que estavam desiludidos com a sua própria causa, e vários cooperavam com a polícia e com as autoridades civis e militares indicando nomes de pessoas implicadas em actos subversivos. Alguns deles mostravam mesmo desejo, activamente, inverter os seus papéis e combater activamente contra os terroristas, o que se passou a verificar em muitos casos.

A agitação tinha também, uma clara componente religiosa. A maior parte dos chefes parecia ter recebido educação nas Missões e foi talvez em consequência do seu maior nível de educação que foram contactados e designados para posições de autoridade na organização terrorista.

Existiam provas concretas de que as Missões, em especial as protestantes, deram algum encorajamento à ideia de “independência” e é também possível que alguns fundos estrangeiros entrados naquelas Missões tivessem sido utilizados para fins subversivos. Todavia, alguns catequistas católicos encontravam-se também entre os aderentes à subversão. Não havia dúvidas que a agitação fora antecipadamente planeada no Congo ex-belga e que os agitadores procuravam o apoio dos feiticeiros que tinham um domínio considerável sobre as populações nativas. À pergunta “por que é que se tornou terrorista?” era

(207) Sobre a actuação dos PV/2 da Força Aérea nos meses iniciais, veja-se um testemunho muito valioso e realista em “O Homem e a Besta”, MAIS ALTO, Revista da Força Aérea Portuguesa, n.º 263, Jan/Fev/1990.

corrente ouvir como resposta “Porque o feiticeiro me disse e eu não podia recusar”.

A oposição dos feiticeiros ao branco parecia provir do facto de este ter usurpado o seu poder e, como se verificava um pouco por toda a parte, porque os feiticeiros eram muitas vezes comprados, por dinheiro, para apoiar a agitação.

Os agitadores atacavam com gritos de “Maza Maza”, “Água! Água!”, relativos à crença de que os feiticeiros os podiam tornar invisíveis aos homens brancos e que as balas destes se transformavam em água. Para explicar o grande número de baixas sofridas, os feiticeiros afirmavam que os mortos ou feridos não haviam obedecido às suas instruções, ou não haviam executado, de maneira adequada, algum acto ritual que lhes haviam ordenado. O mais extraordinário é que muitos elementos inimigos ainda acreditavam no que lhes era dito e não viam o logro, por estarem completamente fanatizados. Os feiticeiros usavam drogas, – extraídas de produtos naturais – antes dos ataques, por forma a dar aos atacantes coragem e a convicção da sua invisibilidade, as quais eram ministradas durante cerimónias rituais que assumiam formas diversas.

No início os grupos inimigos estavam, na sua maioria, armados com canhangulos – uma espingarda rudimentar de fabricação nativa – ou com armas originariamente importadas, havia muitos anos, para venda aos caçadores nativos. O canhangulo era muito rústico, carregava-se pela boca, sendo o fogo lançado por meio de cápsula fulminante, mas a curtas distâncias revelava-se muito perigoso, uma vez que tinha grande carga de chumbo médio e grosso, pedaços de pregos e outros metais. O seu alcance eficaz era de 35 a 40 metros e o poder de penetração fraco; no entanto, a curta distância, estas armas podiam provocar uma ferida terrível e, no capim ou na selva, não podiam ser considerados de ânimo leve, pois casos houve em que mataram soldados nossos, perfurando os capacetes. Os nativos usavam-nos, normalmente, até para caçar elefantes, ainda que não fosse uma arma de precisão. O inimigo dispunha ainda de um certo número de armas roubadas aos colonos brancos durante o período inicial, que massacraram em grande número, o que lhes permitiu obter um abastecimento considerável de armas e munições. Estas armas eram, na sua maioria, espingardas desportivas para caça-grossa, caçadeiras e ainda algumas pistolas-metralhadoras F.B.P. e granadas, tomadas às patrulhas das nossas tropas, ou capturadas nas Administrações e Postos, aquando do massacre de Março.

A maior parte dos grupos tinha na altura, pelo menos uma arma automática e ocasionalmente várias, que vinham do Congo ex-belga, através da fronteira, algumas espingardas automáticas F.N., pistolas-metralhadoras e munições.

Usavam também a catana – uma arma branca com uma grande lâmina larga, de 40 a 50 cm de comprimento, usada geralmente, em trabalhos agrícolas, mas utilizada como arma, analogamente à “panga” dos Mau-Mau, do Quênia.

Uma exposição típica de armas de fogo capturadas, que foi feita no Toto, mostrava uma espingarda Husqvarna moderna 9.3/62 para caça grossa em excelente estado de conservação, – provavelmente roubada a um europeu – uma caçadeira belga calibre 12 em mau estado, uma muito antiga e gasta espingarda Martini-Henri dum modelo militar usado na guerra dos Boers, alguns cartuchos de pistolas belgas F.N., 9/mm, um único cartucho belga para espingarda de 7.92 mm F.N., três cartuchos de caça de calibre 12 com bala letal, cinco balas Gevêlot para espingarda Martini-Henri, e ainda dois cartuchos para caça-grossa 10.75/68. Estas armas e munições e algumas catanas e canhangulos que foram capturadas pelas nossas tropas numa única acção dão uma ideia da miscelânea inicial do armamento inimigo.

Ao princípio este atacava em hordas de várias centenas, ou mesmo milhares, simultaneamente, mas depressa aprendeu a organizar-se em moldes semi-militares, havendo indicações de que os elementos combatentes recebiam instrução militar de nativos, antigos membros do nosso exército e também de instrutores estrangeiros de várias procedências.

Tirando todas as vantagens possíveis da natureza da região e do terreno, os grupos atacavam geralmente por meio de emboscadas, depois de terem aberto uma larga cova que, cuidadosamente, cobriam com terra. A viatura da testa das nossas patrulhas caía na vala ficando imobilizada, abrindo então o inimigo fogo do capim, ou da selva, de ambos os lados da estrada e a curta distância. Algumas vezes, de início, atacavam mesmo com catanas, mas muitas vezes, depois duma descarga inicial, desapareciam no meio do mato e a patrulha militar nunca chegava a vê-los. Tiravam também grandes vantagens de árvores derrubadas nas curvas da estrada para criar um obstáculo inesperado, no local de montagem da emboscada. Passaram, depois, a abrir fogo a um dado sinal, com uma descarga única, o que indicava já uma melhoria na instrução e disciplina de combate.

Quando o inimigo atacava um Posto, ou uma povoação, fazia-o em geral antes do nascer do Sol, avançando a coberto da humidade e nevoeiro que caía pesadamente durante a noite, até que chegava a uma curta distância, tentando então o ataque, gritando “UPA”, “Lumumba” e outros gritos de guerra, disparando as suas armas e brandindo as suas catanas.

Estes ataques eram executados em geral por várias centenas de homens, enquanto que a emboscada usual era feita com poucos elementos embora, nalgumas ocasiões, fossem montadas por duzentos, a trezentos homens. Contra

as povoações chegavam a ser feitos repetidos ataques, renovando-se o inimigo em vagas sucessivas.

Nas curtas incursões a que, nesta altura, as nossas patrulhas se aventuravam através do capim, foram por vezes envolvidas por grandes frentes de queimadas, acção inimiga muito perigosa, como se disse. Mas as nossas tropas aprenderam, empiricamente, a fazer uma contra-queimada, incendiando o capim, a partir da sua posição, que ia ardendo no mesmo sentido da queimada do inimigo. Esta, ao chegar às nossas forças, não causava qualquer dano pois havia já uma larga faixa ardida, à retaguarda, que servia de protecção.

O perigo das queimadas na fase inicial era também provocado pelas nossas tropas, ao incendiarem cubatas suspeitas, desocupadas, sem atenção ao sentido do vento, criando por vezes, situações muito críticas.

Os ataques às povoações eram quase sempre feitos em conjugação com emboscadas nas estradas que a elas conduziam. O inimigo então, era muito hábil na camuflagem das suas armadilhas nas estradas. Movia-se rápida e silenciosamente através da floresta e capim e muito frequentemente, os seus elementos empoleiravam-se nas árvores, cobrindo uma emboscada e abrindo fogo sobre as viaturas das nossas forças e com frequência crescente, neste incício, ouviam-se os chefes a dar ordens em francês, que eram imediatamente cumpridas.

Na altura não foram tentados actos de sabotagem, pelos combatentes dos Movimentos. Podia considerar-se que não tinham, nem os conhecimentos técnicos, nem o equipamento para o poder fazer; todavia, receava-se que viessem a ser infiltrados na Província sabotadores treinados.

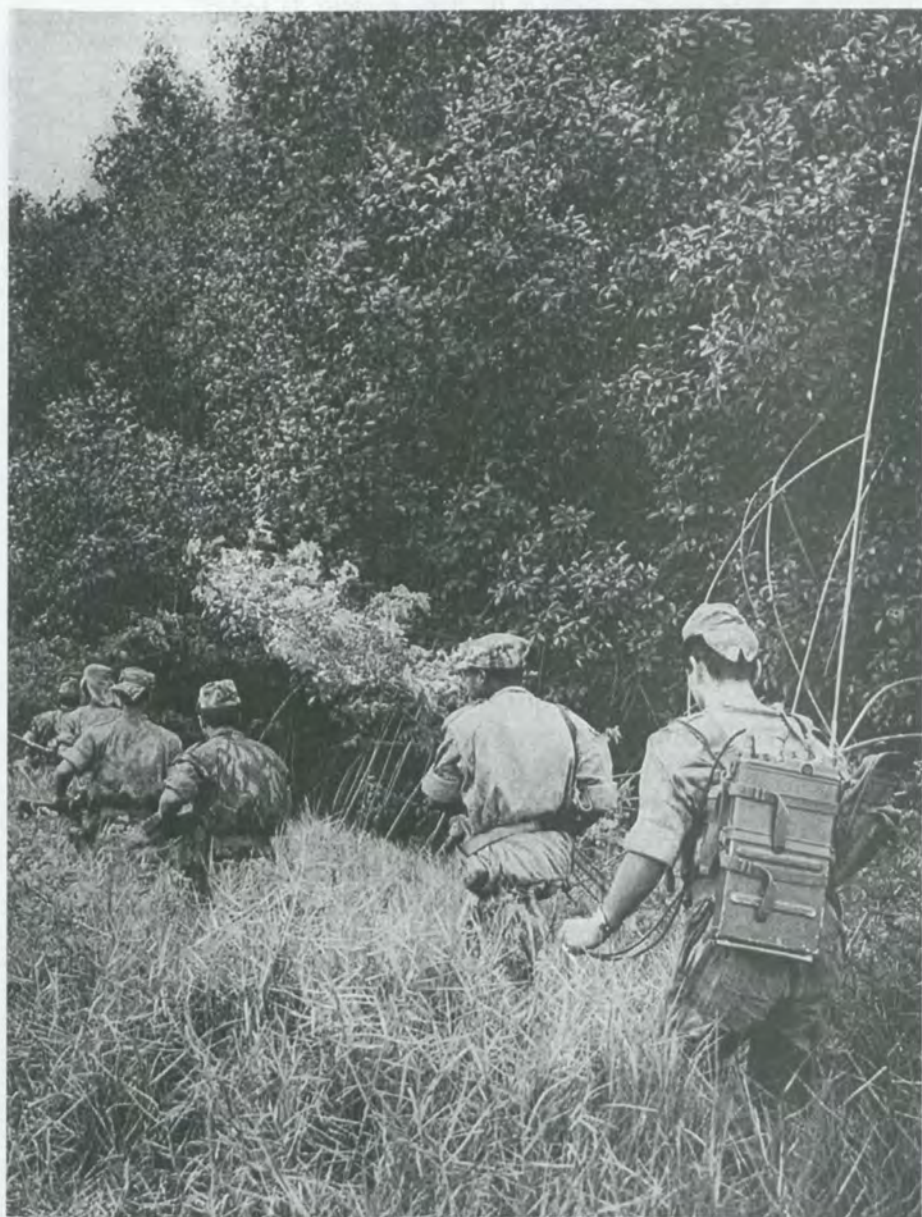
Admitia-se que as principais concentrações inimigas dispusessem de um ou dois aparelhos emissores receptores mas, em 1961, não fora ainda obtida uma confirmação definitiva de tal facto.

Declarações de prisioneiros capturados pareciam indicar que fora estabelecida uma vasta rede terrorista em larga escala sobre toda a Província de Angola e que outras áreas se revoltariam e tentariam massacrar a população branca, quando as ordens fossem dadas.

Duma maneira geral o moral do inimigo parecia ser ainda alto, mas havia já indicações de que sofria privações devido à falta de sal, a que era muito sensível e de que algumas áreas onde existiam concentrações consideráveis começavam a experimentar o espectro da fome, uma vez que, na selva, as privações eram grandes e de toda a ordem.

Era, entretanto, do conhecimento generalizado que na área de Nambuangongo se dizia ter sido proclamada a "República Socialista do Povo de Nambuangongo".

Havia uma espécie de uniforme da UPA, constituído por calções azuis escuros com uma lista branca vertical dos lados, os chefes usavam, algumas



Infiltração na mata

vezes, camisas encarnadas e muitos elementos cortavam o cabelo duma maneira especial, deixando uma espécie de popa a meio da testa²⁰⁸.

Indícios variados faziam acreditar que o eclodir da revolta em Angola fora accidental, surgindo antes da data planeada, e que a intenção original era a subversão generalizada a toda a Província, em data mais avançada.

Provavelmente isso deveria realizar-se depois do In ter recebido mais armas, agitadores treinados e um plano definitivo de ataque sincronizado.

Talvez a necessidade de actuar em sintonia com as acções contra Portugal, nas Nações Unidas, tivesse feito antecipar o ataque.

AS NOSSAS TROPAS

O moral das nossas tropas em Angola era então excelente. Havia confiança, vivacidade e determinação, por toda a parte.

Um visitante que se deslocasse ao norte de Angola não podia deixar de notar o contraste que esta excelente disposição de espírito fazia com expressões derrotistas de alguma opinião pública corrente de certos círculos de Lisboa.

Naquele início, a preparação que as nossas tropas tinham não era ainda a mais adequada àquele tipo de luta, em especial as Unidades que não eram de Infantaria, cuja instrução tinha incluído uma adaptação muito rudimentar ao tipo de actuação que lhes era pedido, muito diferente da sua formação específica na sua Arma. Além disso, os locais e o ambiente onde havia decorrido a instrução na Metrópole, pouco ou nada tinham a ver com a realidade que se lhes deparava em Angola. O clima quente e muito chuvoso na época própria; a vegetação da floresta cerrada com capim que encobria homens e viaturas; as precárias vias de comunicação, rudimentares e de terra batida, nas áreas onde era preciso combater; os meios de apoio escassos e dispersos, tudo tornava a adaptação mais difícil. No entanto, com aquela capacidade inerente ao português de se adaptar às circunstâncias, depressa as Nossas Tropas aprenderam a movimentar-se e a viver naquelas condições exigentes e difíceis com excelentes resultados por parte de muitas Unidades.

As baixas eram, comparativamente, reduzidas tendo em vista que todo o conjunto do problema era completamente novo para nós e que muito do nosso equipamento estava desadaptado, ou não era funcional, além de faltarem certos tipos de equipamento e de armamento, imprescindível para este tipo de luta que, só mais tarde vieram a dotar o nosso pessoal.

(208) Veja-se uma referência idêntica no trabalho referido na nota anterior.



Progressão através do capim

As forças terrestres sentiam a urgente necessidade de helicópteros para a evacuação de feridos; para o reabastecimento de pequenos postos ou posições e de povoações isoladas sem pistas, ou com pistas inoperativas; para o transporte de um comandante a determinadas áreas para observação da situação operacional; para o apoio táctico às nossas tropas com armas de fogo; para transporte de reforços a pontos avançados; para bater concentrações inimigas e executar o controlo táctico de uma operação de larga envergadura.

Muito especialmente, na fase da acção que se vivia, o helicóptero teria permitido efectuar evacuações rápidas e dar a conhecer aos comandantes das colunas o estado dos itinerários.

As evacuações eram, então, muito difíceis de efectuar. Uma pequena força voltava à retaguarda com os feridos e encontrava, quase sempre, o caminho obstruído com novos obstáculos e, não raro, sofria mais baixas. Também o helicóptero teria permitido lançar progressivamente pequenas forças nas povoações ou fazendas isoladas, garantindo a sua defesa, ou levar às populações mais armas, munições e víveres e aumentar, assim, o seu moral, por vezes séria e compreensivelmente afectado.

Outra grande lacuna residia na ausência, nas colunas auto, de uma ou mais viaturas blindadas, de transporte de tropas. Muitas viaturas haviam sido adquiridas de acordo com as disponibilidades da Província e a urgência da situação e não com o critério da sua adaptabilidade à campanha que estava a começar.

Era quase certo a viatura da testa da coluna cair repetidas vezes nas valas abertas e dissimuladas nas picadas²⁰⁹, e que a situação de emboscada que ocorria, frequentemente, de imediato, era resolvida com a intervenção da 2.^a ou 3.^a viatura e a coragem e destreza do apontador de uma metralhadora pesada – Breda ou Browning – que dominava a situação de pé, sobre a viatura, agarrado à sua arma, sem qualquer protecção individual eficiente.

De um modo geral protegiam-se as viaturas colocando pranchas de madeira à volta da carroçaria e pendurando sacos de terra na frente dos parabrisas e noutros locais dentro da viatura, para completar a protecção das tábuas. Era uma improvisação rudimentar, só eficaz contra tiros de canhangulo e tinha o inconveniente de tirar a visibilidade aos ocupantes da viatura, em especial ao condutor e ao chefe da viatura e, em caso de emboscada, dificultava o salto dos homens para o terreno, que assim tinham que a suportar sobre a viatura, em especial o condutor e o chefe da viatura, que era normalmente o comandante da força da vanguarda e se via impedido de sair.

Com o capim a secar, também se sentia a falta do lança-chamas.

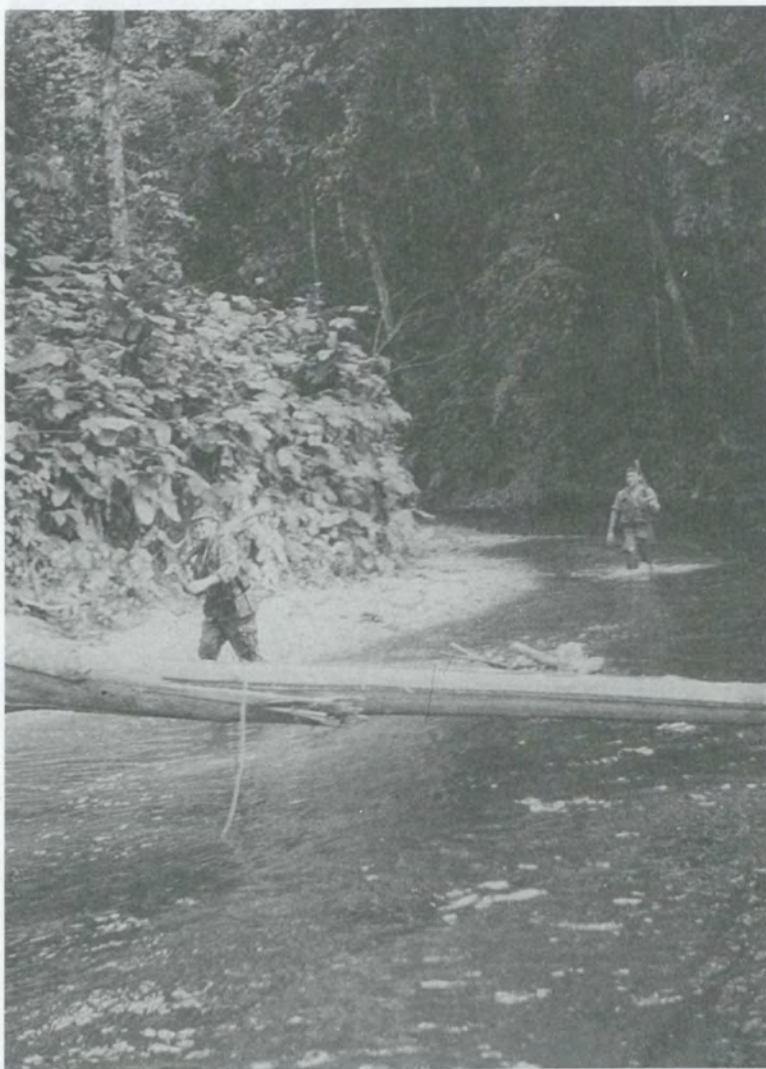
Qualquer pequena brisa fazia arder rapidamente um capinzal e uma arma deste tipo neutralizaria rapidamente as emboscadas feitas à queima-roupa. Em sua substituição eram utilizadas granadas de mão incendiárias, de efeito muito reduzido. As granadas, porém, tinham de ser lançadas com extremo cuidado pois sucedia, às vezes, embaterem nos ramos das árvores e rebentarem dentro das viaturas ou, com uma frequência pouco desejável, não rebentarem mesmo.

Era também essencial a existência de viaturas com um canhão sem recuo para apoio das tropas, em substituição da artilharia de campanha que, além de ser exígua, era exageradamente pesada para as pobres estradas em que as nossas tropas se movimentavam.

A deficiência mais evidente e que se vinha fazendo sentir desde os acontecimentos da Baixa do Cassange, onde tivemos que operar contra multidões, era porém a falta de espingardas automáticas que deveriam substituir as pouco eficientes espingardas Mauser, de repetição, com que os nossos homens estavam armados.

Quanto às viaturas, a Ford Canadá vinha-se revelando pouco eficiente, ao contrário dos Jeepões e das GMC que, embora muito velhos, cumpriam bem a sua missão, em especial se equipados com guinchos que permitiam arrastar as abatizes e assim aumentar a velocidade de progressão das colunas.

(209) Designação dada aos caminhos de terra batida, construídos por forma rudimentar, que abundavam em Angola e nos quais as nossas tropas tinham que circular, para atingir os seus objectivos.



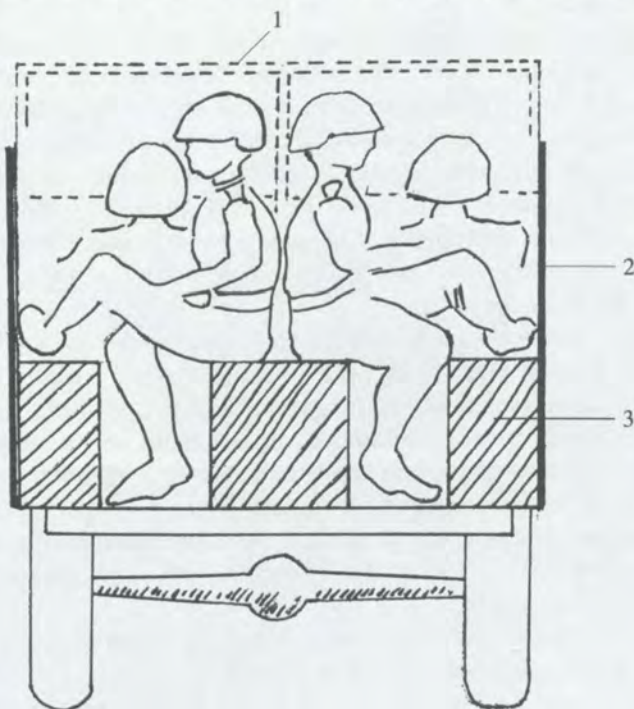
Cabinda – progredindo ao longo de um rio



Deslocamento apeado, ao longo de uma picada

Quando os Unimogs substituíram aquelas viaturas, houve uma certa expectativa positiva, mas cedo se verificou que eram viaturas muito altas que se viravam com grande facilidade e não suportavam blindagens pesadas que aumentariam a possibilidade de se voltarem. Eram carros de cariz essencialmente agrícola, finalidade para que foram criados, na Alemanha, pouco adequados à luta do Norte de Angola, embora, quando equipados com guincho, desempenhassem, em certas circunstâncias, bons serviços, por serem viaturas que tinham boas possibilidades de transposição de vãos, em particular dos cursos de água.

Os Unimogs permitiam, porém, o transporte de tropas em melhores condições operacionais. Os bancos foram adaptados e os homens iam sentados costas com costas, voltados para fora, conforme a figura, exercendo uma constante vigilância para ambos os lados da estrada, com a espingarda na vertical, entre os joelhos e com o pé sempre em posição de poderem saltar.



Unimog adaptado ao transporte de pessoal operacional

1. Os homens sentam-se costas com costas.
2. Chapa de aço blindada até à altura média dos olhos dos homens na posição de sentados.
3. Um degrau de cada lado para permitir o desembarque rápido do pessoal pelos dois lados da viatura.

Este modelo de Unimog melhorado foi muito pouco utilizado pois a maior parte não dispunha de qualquer protecção lateral.

Houve ainda quem se lembrasse que o lançamento de desfolhantes resolveria grande parte da falta de visibilidade dos nossos movimentos auto. Curiosamente um perito estrangeiro que visitou o Teatro das Operações de Angola, emitiu a mesma opinião da seguinte forma²¹⁰:

“... – Na Malásia, durante as operações realizadas contra os terroristas, verificou-se que determinados tipos de “Weed Killers”²¹¹ espalhados do ar por aviões, voando a baixa altura, ou do chão por meio de viaturas, eram dum valor incalculável. A I.C.I. criou “Weed Killers” especiais e selectivos para matar a vegetação dum certo tipo, numa certa área, incluindo o capim. Verificou-se serem extraordinariamente eficientes e grandes áreas foram completamente limpas, removendo-se assim os cobertos onde os terroristas se podem abrigar para as emboscadas.

Sugere-se que a I.C.I., que tem experiência neste campo, seja convidada a estudar este problema e a fornecer amostras para ensaios em Angola, no mais curto prazo de tempo. Grandes áreas de capim poderiam, provavelmente, ser limpas por este processo, incluindo as faixas ao lado das estradas ao longo das quais se deslocam as nossas patrulhas e este tratamento não só é rápido como duradouro. Podem também ser criados pela I.C.I. produtos químicos para pulverização das culturas de mandioca, de que os terroristas têm necessidade para a alimentação nas áreas principais de concentração; alguns tipos já se demonstrou serem eficientes...”

A sugestão não foi concretizada na altura e os locais mais propícios para montagem de emboscadas foram sendo sistematicamente neutralizados pelas NT, que as contornavam a pé, ou limpavam, a braço, as áreas mais críticas.

As tropas desenvolveram excelente acção quanto ao restabelecimento de boas relações com os nativos, rapidamente ganhando a sua confiança e respeito e fazendo surgir neles uma sensação de segurança. A satisfação dos nativos pela presença das tropas era evidente manifestando elas, uma amizade e respeito evidentes nos contactos diários e, mesmo, em comparação com as suas relações com outros grupos sociais.

Em muitos locais as nossas tropas tomaram a seu cargo o ensino das crianças e, até pequenos destacamentos estavam a dar aulas, ensinando-as a ler e a escrever e também a fornecer tratamento médico e a accionar dispensários, onde se aglomeravam mães nativas com os seus filhos para receberem tratamento. As tropas da Metrópole embora estranhas ao meio, ambientaram-se

(210) Depoimento em arquivo. Relatório sobre a situação em Angola – Jun61, por Ronald Waring, enviado às mais altas entidades militares de Lisboa e Luanda.

(211) “Weed Killers” – Produto químico em estado líquido, destinado a destruir determinadas plantas, por exemplo, o capim.



Deslocamento para uma operação. Unimog sem qualquer protecção lateral

rapidamente e estavam, deste modo, a estabelecer um excelente contacto com os nativos. Era corrente organizarem-se bailes, desafios de futebol e outros divertimentos, nos quais tomavam parte as tropas e os nativos, sendo tais actividades muito populares e contribuindo para aumentar as boas relações.

Onde era necessário proceder à destruição de sanzalas vazias, para deixarem de servir de apoio aos terroristas, eram deixados avisos dizendo que, quando a população local cessasse de auxiliar os terroristas e deixasse de preparar emboscadas às nossas tropas, as sanzalas seriam reconstruídas e ficariam muito melhor do que eram anteriormente.

A POPULAÇÃO

As populações de grande parte do território de Angola viviam então apreensivas com a possibilidade do alastramento da subversão às suas áreas, angústia bem patente na carta de 20/4/61 enviada pelo Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional do Bailundo (Vila Teixeira da Silva)²¹² ao Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Huambo (Nova Lisboa), constante de informação da PIDE²¹³ enviada ao Presidente do Conselho, Ministérios do Ultramar, Defesa Nacional e Exército e Subsecretariado da Aeronáutica.

A carta sugere troca de correspondência anterior na qual fora informado o seu signatário que não havia ainda possibilidade de enviar tropas significativas para o Sul e que deveria implementar certas medidas provisórias de segurança, até que isso ocorresse.

A estas sugestões o destinatário responde com a seguinte missiva:

“... Com efeito, não se compreende nem tão pouco se justifica que cidades já de si com maior defesa, resultante da sua maior população e consequentemente com maiores milícias, além de outros factores de segurança, estejam super-lotadas de forças militares, enquanto vilas e aldeias, ficam à mercê da divina providência e do heroísmo inglório do seu punhado de habitantes (os quais, na maioria, só contam, como armas os próprios punhos), contra os ataques terroristas e sangrentos – sempre previsíveis no momento cruciante e difícil que vivemos.

Compreenda-se que, para além de todas as táticas e estratégias militares, uma coisa é certa, como verdade irrefutável: – o Bailundo precisa de tropas – e urgentemente!

(212) O Bailundo era um concelho do distrito do Huambo com sede nesta vila, que distava 778 Kms de Luanda, para SW e 824 de Carmona.

(213) Informação N.º 793/61-GU, da PIDE, de 18/5/61.

Insista-se no “NÃO HÁ NADA” “OS BAILUNDOS SÃO FIÉIS” “SÃO OS HERÓIS DO NORTE” etc, etc.

Aparentemente poderá “não haver nada” mas nada nos pode garantir que, de um momento para o outro, o “não há nada” não se transforme em coisa grave, de terríveis consequências!

Já atentaram os altos responsáveis pela segurança de Angola, nas especialíssimas condições que caracterizem o Bailundo. Por exemplo:

- Já atentaram que somos o concelho de maior densidade populacional indígena da Província?
- Já atentaram que temos mais de 100 povoações comerciais disseminadas pelo concelho, com a agravante de alguma dessas povoações não contarem com mais de uma ou duas casas?
- Já atentaram que sai daqui anualmente uma média de 10.000 indígenas que, sob contrato, vão trabalhar para outras regiões e muito especialmente para o Norte – palco actual dos sangrentos e terríveis acontecimentos que estão a enlutar Angola?
- Já atentaram que, pelo menos uma parte desses indígenas – testemunhas oculares desses acontecimentos – pode constituir um pernicioso elemento que, lá em cima, no Norte, teve ensejo de assimilar e aqui quererá implantar?
- Já atentaram que uma grande parte dos indígenas do Bailundo, mercê da tendenciosa actividade das respectivas Missões, estão neutralizados por fórmulas evangélicas e protestantes, segundo os quais os indígenas de Angola são “Angolanos”²¹⁴.
- Já atentaram que, dessas mesmas missões, saem anualmente uns tantos e circunspectos professores que, de máquina fotográfica a tiracolo “óculos à professor”, vestindo a rigor (pelo figurino americano...) e montados em motorizadas do último modelo “passeiam” a sua “deformada doutrinação” por essas centenas de “quimbos” espalhados pelo concelho?...”

A carta, que podia ter sido subscrita por qualquer outra entidade civil do Centro ou Sul de Angola, só é compreensível tendo em atenção o ambiente que se vivia na Província, numa altura em que a situação ainda não estava estabilizada e, em que, de facto, tudo parecia possível.

As autoridades militares estavam igualmente preocupadas com a possibilidade do alastramento da agitação e mantinham-se muito atentas, dentro das

(214) O que queria significar que as Missões lhes diziam que não eram portugueses.

prioridades estabelecidas conforme se pode verificar pelas directivas mencionadas anteriormente²¹⁵.

O envio de tal carta, pela PIDE, para Lisboa, com destino às mais altas entidades do país com responsabilidade na conduta das operações, em sobreposição à sua informação 536/61, GU, de 18.4.61, já atrás referida mostra, por um lado, uma falta de relacionamento com as autoridades militares locais e também um certo espírito alarmista, além de evidenciar uma clara falta de preparação para trabalhar as notícias de forma realista, naquela época inicial de cooperação com as Forças Armadas.

A ânsia de ver tropas em todo o lado era compreensível mas inexequível em termos militares, quer porque as Unidades afluíam a Luanda progressivamente, quer porque o dispositivo estava baseado na montagem de uma quadrícula que obviamente começaria pelo Norte, mas com a manutenção, como reserva, de um apreciável volume de tropas especializadas que funcionavam como elementos de intervenção, de grande mobilidade, prontas a acorrer, por meios aéreos, a qualquer ponto do Centro ou do Sul, em caso de necessidade.

A grande massa de militares que se viam nos centros urbanos eram, à data da carta, Unidades que chegavam de Lisboa e se preparavam para partir para o cumprimento das suas missões, e tropas de intervenção e reserva que, numa constante actividade iam e voltavam para descanso, enquanto outras Sub-unidades as rendiam.

Esta concentração de militares nos grandes centros nunca foi verdadeiramente compreendida pela população civil ao longo dos 13 anos de luta e serviu sempre de pretexto para criticar a actividade dos militares nos períodos difíceis, mesmo quando o tempo veio a demonstrar que as autoridades militares tinham uma estratégia concebida, que se veio a revelar eficiente, e as nossas tropas sempre mostraram valor no cumprimento do seu dever e uma generosidade sem limites.

A crítica expressa na carta dos Bailundo é de todo injusta, na medida em que esta étnia sempre se comportou condignamente e, na altura, os trabalhadores Bailundos surpreendidos no Norte pelo iniciar da agitação, tomaram a sua opção clara ao lado das autoridades constituídas, o que permitiu, com o seu trabalho, a reocupação económica daquela rica área de Angola²¹⁶.

Não obstante esta falta de perspectiva sobre a actividade dos militares e até da situação em geral, a população de Angola foi sempre digna da situação, comportando-se com valentia e heroísmo, quando necessário, abnegação e com um amor pátrio absolutamente indesmentíveis.

(215) N.º 10, da Directiva n.º 7, de 17 de Abril de 1961

N.º 2, da Directiva n.º 10, de 08 de Maio de 1961

N.º 2, da Directiva n.º 11, de 11 de Maio de 1961

(216) A realidade é que nos 13 anos de campanha nunca a subversão chegou ao Bailundo.

Quando a calma veio substituir a angústia, os juízos de apreciação passaram a ser mais lúcidos, especialmente quando começou a entender-se que a luta se ganhava com a conquista das populações e se passou a apreender a componente “acção psicológica” da guerra subversiva, que as nossas tropas exerciam, em simultâneo com a actividade militar e que, inicialmente, era criticada com severidade e mesmo às vezes com escárnio, por várias entidades civis.

AS MILÍCIAS

Nunca será excessivo realçar o importante papel que desempenharam os Bailundos e outros trabalhadores do Sul na recuperação económica da área afectada, logo no ano de 1961, conseguindo que a colheita do café fosse parcialmente feita e se ganhasse confiança para o futuro. Mas, se estes povos agiram em especial pela força do trabalho, nem sempre justamente remunerado, se tivermos em atenção que a sua vinda do Sul constituía uma verdadeira migração tendente a obter uma melhoria de vida, muitos outros, da área afectada, auxiliaram activamente as nossas tropas. Uns forneciam guias que nos conduziam nos difíceis trilhos de matas e capinzais intermináveis onde a orientação não era fácil; outros, organizavam-se em auto-defesa e apoiavam as nossas patrulhas e houve mesmo povos que constituíram grupos de guerrilha que partiam em busca de quem lhes tirava a paz e a vida sossegada de trabalho.

Dos últimos, ganhou especial notoriedade, a denominada “Vanguarda Salazar” que se auto-constituiu na área do posto de Pango Aluquem e cujos elementos, para se distinguirem do inimigo, usavam um lenço branco enrolado na cabeça, tapando-lhes a testa. Eram totalmente voluntários e prestavam assinaláveis serviços às nossas tropas não só pelo perfeito conhecimento e utilização do terreno, como pela permanente afirmação de portuguesismo de que deram provas, tendo sido apontados pelas autoridades militares como exemplo a seguir se, noutras regiões, surgisse a vontade de constituir corpos similares de voluntários.

A sua origem nem sempre é correctamente apontada ou compreendida devido a uma confusão de nomes, como veremos.

A área do Posto Administrativo do Pango Aluquem no Distrito, cuja capital se chamava Salazar, era habitada, antes de a agitação ali chegar, por duas raças absolutamente distintas – os N’golas, na parte Oeste e os Luangos, a Leste. O mais categorizado chefe gentílico dos primeiros era o Dembo do Gombe-ia – Muquiama e, dos últimos, o Dembo do Pango, cujo nome Fran-

cisco N'Gola, dá origem à confusão uma vez que sendo ele o verdadeiro mentor da Vanguarda Salazar não é N'Gola mas Luango²¹⁷.

As relações entre estas duas étnias foram sempre más e não admitiam quaisquer contactos. Variadíssimas vezes essa animosidade se tornava por demais evidente, mesmo por ocasião de visitas de autoridades à região. Separavam-se imediatamente se alguém pretendesse falar a ambos sem quaisquer preconceitos. As queixas eram frequentes e sempre baseadas na pretensão de só um ter soberania dentro da área do Posto.

Ao eclodirem os incidentes foram chamados à sede todos os indígenas, N'golas e Luangos, e ali se fixaram, tentando-se, tanto quanto possível, o seu controlo. Assim se conseguiu mantê-los em paz até meados de Abril, altura em que se deu o ataque ao Úcuá.

Pouco depois, os N'golas abandonaram os seus aldeamentos e, passados dias, atacaram os Luangos causando-lhes 30 mortos e vários feridos os quais foram imediatamente pedir autorização para fazerem a guerra, o que lhes foi concedido.

A forma como os Luangos se comportaram permitiu que neles se fosse depositando uma confiança cada vez maior. A chefia política do grupo pertencia, como não podia deixar de ser, ao Dembo Francisco N'Gola mas, devido à sua avançada idade, a chefia militar era exercida pelo cabo de cipaio e um outro cipaio.

A "Vanguarda Salazar" contava com 411 elementos, muitos deles armados de canhangulos. Dispunha ainda de perto de meia centena de espingardas Lee-Enfield, que se encontravam depositadas no Posto e só eram distribuídas para acções que merecessem a aprovação da autoridade militar. Dependia política e administrativamente da autoridade administrativa e, sob ponto de vista operacional, do Comando do Sector 1.

Em 23 de Outubro foram criadas as milícias tradicionais dos vizinhos das regedorias, que constituíam um corpo militar de 2.^a linha, com base territorial na divisão administrativa que, em tempo de guerra, ou em caso de emergência, ficavam dependentes do comando da OPDC.

Assim, se deu às populações locais a possibilidade legal de se organizarem e defenderem contra ameaças de subversão e tornava possível enquadrar formações locais na defesa das suas terras de que era já exemplo bem vivo a "Vanguarda Salazar".

(217) Anexo ao Relatório de Situação n.º 39 de 28OUT61 – "Origens e chefia da Vanguarda Salazar" e Reportagem de "O Cruzeiro" de 14OUT61. Esta milícia foi autorizada ao abrigo do Despacho de 20 de Março de 1961, que criava o Comando da Milícia de Angola, a que se aludiu no capítulo "Do Discurso da Carreira de Tiro de Luanda à OPVDCA".



"Vanguardia Salazar"



Milicias

PLANO DE OPERAÇÕES “DELTA” E DIRECTIVA PARA A ÉPOCA DAS CHUVAS

PLANO DE OPERAÇÕES “DELTA”

Em plena movimentação das Unidades que iam chegando a Angola e fechavam cada vez mais a rede de quadrícula prevista, ou se constituíam em forças de intervenção à ordem dos Comandos de Sector, da Região, ou do Comando Chefe de Angola, este difundiu a Directiva N.º 1, denominada: “Para a 1.ª fase: acção na Zona Norte da Província”²¹⁸ juntamente com o Plano de Operações “Delta”, da mesma data, documentos nos quais se faz o ponto da situação do inimigo e das nossas tropas.

Quanto ao Inimigo refere-se que:

“...A situação militar na Província de Angola parece estar definida actualmente da forma seguinte:

- (1) Uma região de forte sublevação que abrange praticamente todo o território dos Distritos do Zaire e Uige e parte dos de Luanda e Quanza Norte, com mais forte incidência nas regiões da Serra da Canda e de Nambuangongo e possibilidade de ligação entre si, através das regiões de Nova Caipemba e Songo com rebatimento para as zonas limítrofes.
- (2) Possibilidade de alastramento da sublevação no Distrito de Cabinda e nas regiões de Cateco-Cangola, Cuale e Forte República, no limite norte do Distrito de Malange, onde ocorreu há meses a sublevação da Baixa do Cassange²¹⁹.

(218) Directiva n.º 1, de 16Jun61, do CCFAA, general Silva Freire e Plano de Operações “Delta” de 16Jun61.

(219) Ver descrição dos acontecimentos da Baixa do Cassange, neste volume, pág. 145.

- (3) Uma região de agitação que pode acentuar-se no Distrito de Cuanza Norte.
- (4) Uma situação de expectativa por parte dos rebeldes, em potencial, em quase toda a Província, com mais forte incidência no Distrito de Cuanza Sul, nas áreas de Quibala, Gabela, Calulo e Novo Redondo.

Quanto às possibilidades do inimigo, admite-se que ele pode:

- (a) atacar povoações isoladas e fazendas, com saque das mesmas nos Distritos de Cabinda, Uige, Zaire, Cuanza Norte, Luanda e norte de Malange;
- (b) actuar, por emboscadas, sobre colunas que se desloquem ao longo de itinerários dos mesmos distritos;
- (c) fazer infiltrar no nosso território, através da fronteira com as Repúblicas do Congo (ex-belga e ex-francês) e através da zona costeira, grupos de terroristas dispondo de armamento moderno, armas automáticas e granadas de mão, reforçando as possibilidades anteriores;
- (d) estender a zona de sublevação a outros pontos da Província, particularmente ao Distrito do Cuanza Sul."

Relativamente à missão das forças em operações o documento sistematiza assim a actividade em meados de Julho de 1961:

"...(1) BCaÇ 1 (Cabinda)

Ocupa as povoações e centros comerciais e administrativos do Distrito, executa patrulhamentos em todo o seu Sector, especialmente ao longo dos itinerários e exerce acção psicossocial sobre as populações.

(2) BCaÇ 109 (Ambrizete)

Concentra-se em Ambrizete para progredir segundo o eixo Ambrizete-Tomboco-Lufico-M'Pala e garantir, em fim de missão, este itinerário e as regiões de Sazaire, Noqui, M'Pala e Luvo.

(3) BCaÇ 92 (Sanza Pombo)

Garante a posse de Cangola e Sanza Pombo e progride sobre Santa Cruz e Quimbele, com a missão prevista de assegurar a liberdade de movimentos no itinerário Negage-Sanza Pombo-Icoca-Sacandica e colmatar a fronteira nordeste.

(4) BCaç 88 (Damba)

Ocupa Bungo, 31 de Janeiro, Damba, Maquela do Zombo e Lucunga e progride sobre Cuimba, Madimba e Bembe, com a missão prevista de isolar a região da serra da Canda e assegurar a liberdade de movimentos no itinerário Negage-Damba-Maquela do Zombo.

(5) BCaç 96 (Roça Santarém)

Mantém livre o itinerário Úcua-Dange; em ligação com o BCaç do Cuanza Norte efectua a limpeza de bandos rebeldes entre aquelas duas localidades; barra infiltrações inimigas para S e SE daquele eixo e exerce acção psicossocial sobre as populações²²⁰.

(6) Unidades de Quadrícula

(a) segurança nos Distritos do Uige e Zaire;

(b) segurança de Luanda com a ocupação das regiões de Luanda (Cidade), Caxito e Catete;

(c) garantir os eixos:

Luanda-Salazar-Camabatela-Negage-Maquela;

Luanda-Caxito-Úcua-Quitexe-Carmona;

(d) contenção da sublevação na orla norte dos distritos de Cuanza Norte e Malange.

Completando esta acção militar é atribuída como missão a todos os Comandos de Sector uma acção psicossocial sobre as populações."

Os Comandos de Sector localizavam-se então em: SO1 (Sector Operacional N.º 1), em Lucala; SO2, em Negage; SO3, na Fazenda Tentativa; o SO4, atribuído ao Comando do BCac 109, em Ambrizete, o SO5 em Luanda e o SO6 em Cabinda.

Das missões operacionais atribuídas aos Comandos de Sector, destacavam-se as cometidas ao Comando do Sector 2 – isolamento e redução de bandos rebeldes, tendo em especial atenção a serra da Canda e ao Comando do Sector 3 – redução de bandos rebeldes no seu Sector, tendo em atenção a área de Nambuangongo e Quipedro²²¹.

(220) A missão prevista no "Plano Delta" era outra... mas, 4 dias depois, em 20 de Junho de 1961, foi a missão do BCaç 96 alterada para a que se deixou expressa, certamente por se ter pensado reservar este Batalhão para a operação da tomada de Nambuangongo, que referiremos.

(221) Estas missões pré-anunciam as operações especiais a Nambuangongo e à serra da Canda, que trataremos adiante.

DIRECTIVA PARA A ÉPOCA DAS CHUVAS

Consciente da capacidade crescente do inimigo, não obstante a iniciativa pertencer já claramente às nossas tropas e das modificações que a época das chuvas, que se avizinhava, podiam trazer, o Comando da 3.^a Região Militar emitiu, em 16 de Agosto, uma Directiva²²² “Para a preparação e condução das operações na ZIN, durante a época das chuvas”, tendente a alertar todas as Unidades para a adaptação progressiva que havia a fazer para enfrentar as novas dificuldades.

Da Directiva constavam os seguintes pontos:

“...INIMIGO

O In anuncia a intensificação das suas acções durante a estação das chuvas.

Na realidade, mantém a possibilidade de aumentar o seu potencial militar e subversivo, durante esse período:

- a. pela continuação do auxílio externo, em quadros e armamentos, infiltrados através das fronteiras terrestres, do Norte e do Nordeste da Província;
- b. pela intensificação do recrutamento, enquadramento, instrução e armamento dos seus bandos;
- c. pela acção de captação, pelo terror, de novas massas indígenas, até agora pacificadas.

Nestas condições o In pode:

- a. dificultar, em especial, os nossos patrulhamentos e reabastecimentos, concentrando a sua acção no ataque, por emboscada, às colunas militares;
- b. atacar, por surpresa, as instalações e estacionamento militares isolados, fazendas, pequenos núcleos populacionais e elementos da infra-estrutura económica;
- c. actuar sobre as autoridades gentílicas levando, pela força e terror, ao abandono das sanzalas e ao refúgio nas florestas das respectivas populações.

O In continua a manter, sempre, a possibilidade de ampliar a acção subversiva ao restante território da Província e de revelar novos modos de actuação, até agora ainda não postos em prática, em especial sob a

(222) Directiva N.º 3, de 16 de Agosto de 1961 (General Silva Freire).

forma de actos de terrorismo nos grandes aglomerados populacionais. Das hipóteses postas sobre as possibilidades do In consideram-se como as de maior viabilidade e praticabilidade as indicadas nas alíneas a. e c.”

A mesma Directiva exprime desta forma o “conceito de manobra” do Comandante da Região:

“...MANOBRA

Em consequência, é minha intenção, atingidos os objectivos fixados na Directiva Nº 1²²³:

- a. transformar, progressivamente, os dispositivos de intervenção actuais em dispositivos de quadrícula;
- b. criar condições de instalação, de vida e de defesa dos estacionamentos das tropas e dos órgãos dos serviços;
- c. assegurar a manutenção das comunicações e a segurança dos reabastecimentos e das evacuações;
- d. cooperar, na medida do possível, na efectivação da ligação aérea;
- e. manter constante patrulhamento ofensivo das áreas afectadas;
- f. continuar a acção psicossocial e de protecção às populações indígenas;
- g. garantir, em estreita colaboração com as forças para-militares e autoridades administrativas, a vigilância e defesa dos principais centros populacionais.”

Quanto à sua execução a Directiva, referia:

“...EXECUÇÃO

Actividade Operacional

- a. A estação das chuvas não deve, como princípio imperativo, impedir a actividade operacional das tropas, nesse período.
- b. As escoltas aos comboios e às colunas militares devem poder continuar a garantir a livre utilização dos itinerários terrestres.
- c. Os patrulhamentos ofensivos devem manter-se em constante actividade, com as únicas limitações impostas pelas más condições climáticas temporárias. A essas acções deverão ser affectos, sempre que possível, efectivos especialmente organizados e equipados para acções na floresta, fora das estradas.

(223) Pág. 273 do presente volume.

- d. A acção de captação e protecção às populações indígenas deverá processar-se cada vez com mais intensidade e eficiência.
- e. A vigilância nas fronteiras deverá intensificar-se pela instalação permanente de núcleos de forças em todas as localidades fronteiriças e patrulhamento intensivo dos intervalos.”

A Directiva revelava-se claramente desmistificadora quanto ao perigo que a época das chuvas poderia trazer à actividade das nossas tropas e imprimia mesmo um incremento de actividade operacional a par de medidas logísticas e de segurança, que ela própria previa:

“...Infra-estrutura operacional

- a. Todos os bivaques, acantonamentos e instalações de órgãos dos Serviços deverão ser convenientemente organizados, equipados e defendidos com vista a assegurar às tropas um mínimo de comodidade e resguardo às más condições climatéricas e a organização de um serviço de vigilância e defesa o mais económico possível e com o maior recurso ao obstáculo e à fortificação da campanha.
- b. Sempre que possível, as guarnições militares da quadrícula deverão organizar, nas proximidades dos seus estacionamento, faixas de aterragem para aviões ligeiros. A drenagem e a consolidação dos pisos deverá ser uma constante preocupação.
- c. O dispositivo logístico a constituir, de apoio à quadrícula, deverá garantir os níveis de segurança indispensáveis às situações de isolamento, impostas pelas condições climatéricas.
- d. Os meios de transporte terrestre deverão estar convenientemente localizados e devidamente mantidos e equipados em ordem a garantir o regular funcionamento, em todas as circunstâncias, das correntes de reabastecimento e evacuação.
- e. As redes de transmissões deverão aperfeiçoar-se progressivamente, quer no capítulo de instalação, quer no do treino do pessoal, a fim de que as ligações de comando e administrativas sejam asseguradas com rapidez e eficiência, em todas as condições climatéricas...”



*Dificuldades da progressão auto na época das chuvas
Picada Barraca – Fazenda Alegria (Área de Catete)*

NAMBUANGONGO

OPERAÇÃO VIRIATO

Ao Comando do Sector 3, com sede na Fazenda Tentativa, veio a ser cometida a missão de libertar toda a região a Nordeste de Luanda, através das seguintes acções:

- reduzir os bandos rebeldes no seu sector, procurando interdizer a sua passagem para Sul e Este, tendo em atenção especial a área de Nambuanguo e Quipedro;
- manter a posse das principais regiões ou centros;
- assegurar a liberdade de movimentos, tendo em especial atenção os eixos Caxito-Úcua-Quitexe; Caxito-Nambuanguo e Ambriz-Nambuanguo-Quitexe;
- reagrupar, orientar, instalar e proteger as populações;
- coordenar a acção das forças militarizadas no Sector.

O centro desta missão localizava-se em Nambuanguo. Variados reconhecimentos aéreos mostravam que a região era fortemente arborizada, tinha as picadas cortadas por numerosas abatizes, dominados por elevações que permitiam a observação à distância e próxima e, também, que estava muito habitada, com francos sinais de vida. A povoação de Quicabo mantinha-se, intacta, assim como os edifícios das fazendas da região e só parte da povoação de Nambuanguo se encontrava destruída.

Dizia-se que os rebeldes consideravam a região inexpugnável e pretendiam proclamar ali a constituição da “República Socialista de Angola”.

Para a ocupação e limpeza de toda esta vasta região, o Comando do Sector concebeu a operação “Viriato”, de forma a fazer convergir em Nambuanguo três colunas, por itinerários diferentes. Uma aproximava-se desta povoação por Caxito-Mabubas-Quicabo-Balacende-Quissacala-Caiengue, itinerário atribuído ao BCaç 114; outra partiria de Quibaxe, atravessava o rio Dange e seguia o

itinerário Ponte do Dange-Mucondo-Muxaluando-Nambuanguo, itinerário atribuído ao BCaç 96 e, a última, sairia de Ambriz e atingiria Nambuanguo por Quimbumbé-Zala, itinerário atribuído à CCav 149.



Região a NE de Luanda-Caxito/Quibaxe

ITINERÁRIO CAXITO-NAMBUANGONGO

O itinerário Caxito-Nambuanguo foi, como se disse, atribuído ao Batalhão de Caçadores n.º 114, reforçado com a Companhia de Sapadores 123, o Pelotão de Morteiros 13 e o Pelotão de Canhões sem Recuo 11. A sua missão inicial era a de assegurar a posse da passagem do rio Lifune na região de Anapasso, entre Mabubas e Quicabo. Um reconhecimento terrestre verificara que a ponte de cimento em Anapasso estava destruída e só poderiam passar tropas apeadas e que a passagem do rio Lifune, com viaturas, só era possível na região de Libongo.

Transposto o rio Lifune, em Anapasso, o BCaç 114 progrediria no eixo Caxito-Nambuanguo, a fim de atingir a transversal Caiengue-Muxaluando-

-A.Paim, ocupando a região de Caiengue (Fig. pág. 295). Aqui, preparava-se para ocupar Nambuangongo, ou reforçar o BCaÇ 96, que se aproximava por outro eixo, nesta acção de ocupação.

Em 11 de Julho, a CCaÇ 116 daquele Batalhão, partiu das Mabubas em coluna auto, progredindo até Anapasso onde guarneceu postos de combate junto do rio Lifune e fez operações de limpeza nas proximidade (Fig. pág. 284) a cerca de 4 Kms da ponte, criando, desta forma, uma testa de ponte e condições de segurança para a reparação, ainda que improvisada, da ponte sobre o rio, por forma a permitir a passagem a viaturas pesadas e carregadas, o que se conseguiu com o auxílio da Companhia de Sapadores.

A acção foi realizada com grande celeridade o que tornou possível que, em 14, já todo o Batalhão tivesse transposto o rio Lifune, instalando-se a CCaÇ 117, junto à CCaÇ 116, no sopé de Quanda Maúa.

Na madrugada do dia 15, a CCaÇ 117 sofreu o primeiro ataque inimigo e, quando se acercava do local, para onde partira imediatamente, a CCaÇ 115 foi, por sua vez, alvo de novo ataque já próximo do morro, tendo o inimigo sido, em ambas as acções, posto em debandada. A acção inimiga sobre a CCaÇ 115 foi mais violenta e levada a efeito por um grupo muito numeroso, estimado em cerca de 500 elementos, constituído na sua quase totalidade por rapazes novos, de cerca de 20 anos, que traziam um pano branco enrolado à cabeça, talvez para nos iludir, pois os Bailundos e a Vanguarda Salazar usavam este distintivo para os distinguir dos agitadores.

O grupo agiu com extrema violência e com um fanatismo que está bem reflectido nas consequências do combate – a CCaÇ 115 sofreu 6 mortos e 13 feridos e o grupo inimigo retirou deixando no solo 100 mortos e 50 canhangulos.

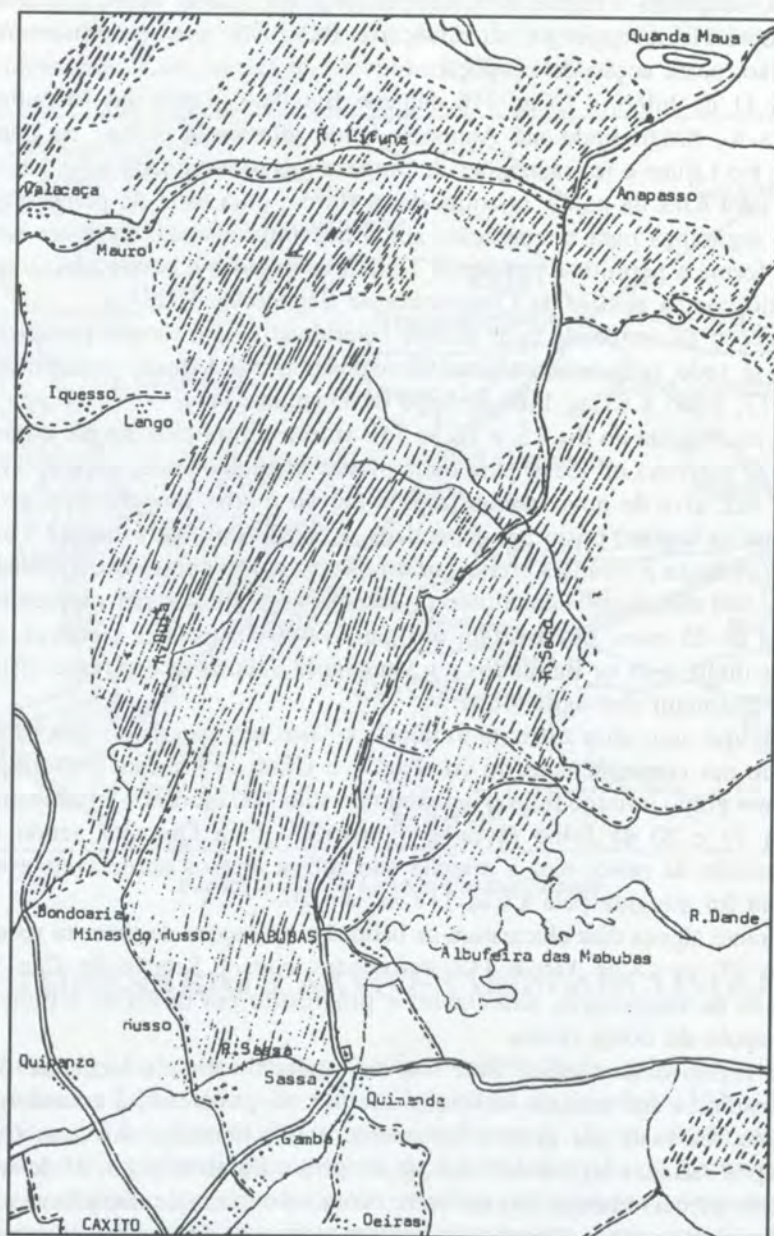
Em 19 e 20 de Julho abriu-se o itinerário para Quicabo, tendo o inimigo atacado de novo, mas a marcha não sofreu atrasos apreciáveis e aquela povoação foi atingida pela CCaÇ 117 no dia 20.

Durante alguns dias efectuaram-se batidas e operações de limpeza na região.

Em 27, as CCaÇ 115 e 117, reforçadas com 1 Secção de Can S/R e elementos de Engenharia, reiniciaram a progressão em direcção a Balacende, com o apoio da Força Aérea.

Na região denominada “Sete Curvas”, que haveria de tornar-se famosa pela constância dos ataques às forças que por ali passavam, a coluna foi atacada uma vez mais por grupos fortemente entrincheirados. As duas Companhias, após variadas acções de limpeza, atingiram Balacende, em 01 de Agosto.

Neste percurso houve um incidente: como o capim que marginava a estrada estava muito seco e alto, alguns militares tentaram fazer uma queimada em condições tão desfavoráveis que a extensa coluna ficou em perigo. Ao continuar a progressão, deparou-se com o pontão do rio Balacende destruído, o que dificultou muito o escoamento das viaturas.



Escala 1/100.000

Região Caxito-Anapasso-Quanda Maúa

A CCAç 115 instalou-se em Quicabo e ocupou Anapasso; as CCAç 116 e 117 seguiram para Balacende, instalando-se a CCAç 117 na povoação, enquanto a CCAç 116 preparou a progressão para Beira-Baixa. Em 06 de Agosto uma força desta Companhia partiu de Balacende para Quipetelo (Fig. pág. 287); em 07 foi atacada em Quissacala e, em 11, na região de Quipetelo sofreu nova emboscada, mas a coluna atingiu, pouco depois, esta povoação. A CCAç 116 deixou Balacende e instalou-se em Quissacala.

Entretanto, o BCaç 96 atingiu Nambuagongo em 09 de Agosto, conforme a descrição que será feita da progressão deste Batalhão.

A partir de 16 de Agosto realizaram-se batidas nas regiões dos estacionamentos das Companhias e sobre as matas dominantes dos itinerários e, em 25, abriu-se o caminho Quicabo-Birila.

Até 02 de Setembro a actividade do Batalhão foi intensa no sentido de consolidar as posições conquistadas e o domínio total do itinerário até Quipetelo.

Em 03 de Setembro, por ordem do Comando de Sector, iniciou-se uma operação tendente a abrir o itinerário Quipetelo-Ponte de Onzo, em conjugação de esforços e coordenação com o BCaç 158, tendo como ponto de coordenação a Fazenda Beira Baixa.

O BCaç 114 passou, pois, a empenhar-se na abertura deste troço final da sua marcha sobre Nambuagongo, missão que competiu à CCAç 117.

A Beira Baixa foi atingida em 08 pelas 16 horas e pela coluna do BCaç 158, meia hora depois.

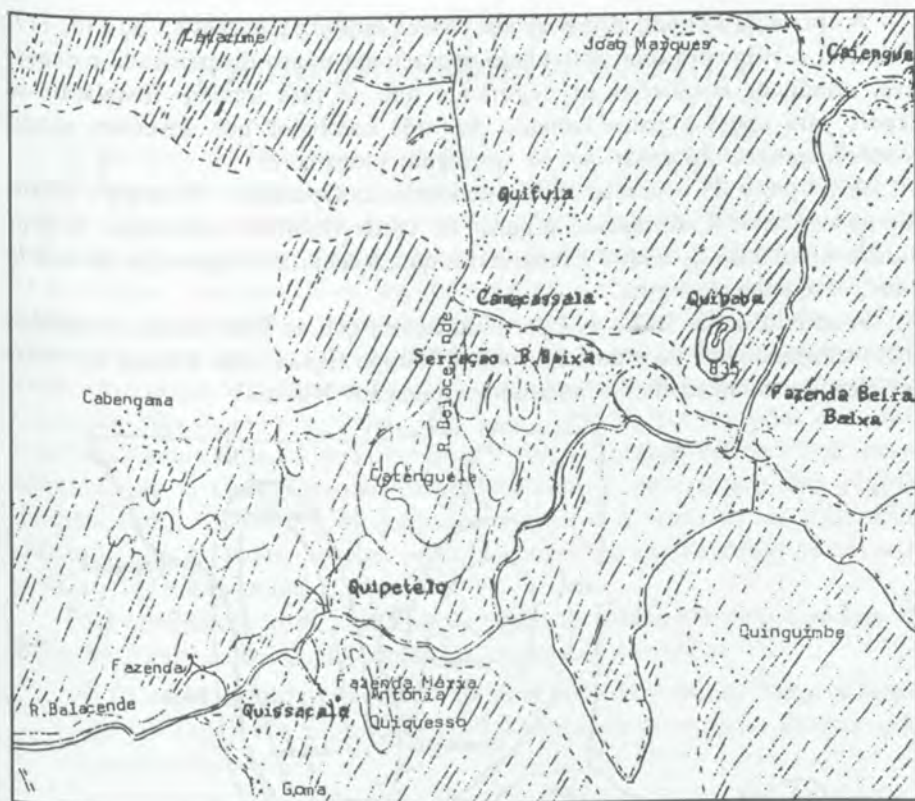
De 09 a 14 de Setembro efectuaram-se variadas operações de limpeza na região de Beira Baixa, após o que se reorganizou o dispositivo que passou a ser:

Comando e CCS.....	Quicabo
CCAç 115	Beira Baixa
CCAç 116	Quicabo e Balacende
CCAç 117	Quissacala
CCAç 191	Quicabo e Anapasso

As dificuldades na região da Beira Baixa e a circunstância de Nambuagongo estar já ocupada²²⁴ fizeram nascer a ideia da realização de uma operação de grandes efectivos e certa duração para se conseguir uma limpeza eficiente da área. O itinerário Quissacala-Beira Baixa continuava a ser muito perigoso.

O ComSec 3 concebeu essa operação que designou de Operação "BB" e atribuiu ao BCaç 114, o reforço da CCAç 138/BCaç 137, a CCAç 270,

(224) Atingida pelo BCaç 96, em 09Ago61.



Esc 1/100.000

Itinerário Quipetelo-Beira Baixa-Caiengue

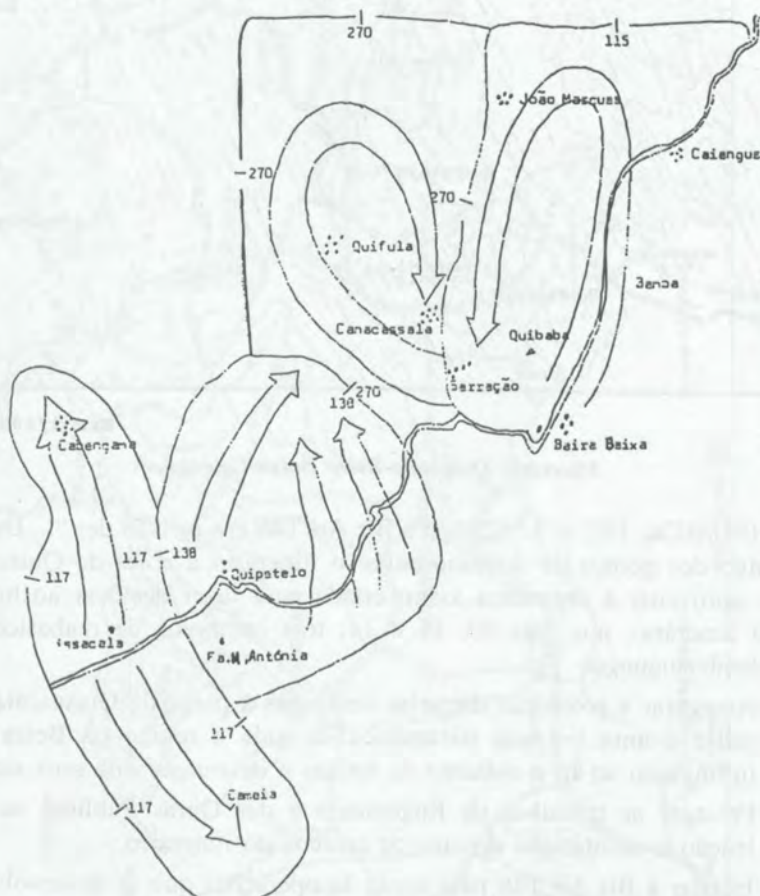
CCaç 191/BCaç 185, o 3.º GRA e a Btr Art 146 e a missão de: "... Desalojar o inimigo dos pontos de domínio sobre o itinerário a norte de Quissacala a fim de aproveitar a segurança assim criada para fazer deslocar ao longo do mesmo itinerário, nos dias 09, 11 e 14, três comboios de reabastecimento para Nambuagongo:

- Assegurar a protecção daqueles comboios a partir de Quissacala e proceder a uma limpeza sistemática de toda a região da Beira Baixa, inflingindo ao In o máximo de baixas e destruição dos seus recursos.
- Proteger os trabalhos de Engenharia e das Obras Públicas na manutenção e desmatagem dos troços críticos do itinerário.
- Instalar a Btr Art 146 para apoio às operações que se desenvolverem e para criar ao adversário um estado de permanente insegurança na zona correspondente às possibilidades do material (6 Kms)..."

A operação só pôde iniciar-se em 08 de Outubro, tendo as CCAç 115, 117, 138, 270 e 191, com uma actividade operacional muito diversificada e exaustiva, criado as condições de segurança que se procuravam. Instalaram-se depois para apoio e patrulhamento dos três comboios que deveriam atingir Nambuangongo, objectivo que se conseguiu plenamente.

A 2.ª parte da operação "BB", denominada Operação "Vassoura", decorreu na região de Canacassala, a partir de 18 de Outubro, e consistiu na actividade simultânea de quatro Companhias que executaram a operação de acordo com o esquema da figura.

A actividade do BCAç 114 permitiu assim, que no final do ano, o inimigo fosse substancialmente reduzido nesta difícil região, mas o custo em vidas foi elevado, nomeadamente durante a Operação "Viriato".



Esquema da Operação "Vassoura"

ITINERÁRIO PONTE DO DANGE (QUIBAXE)-NAMBUANGONGO

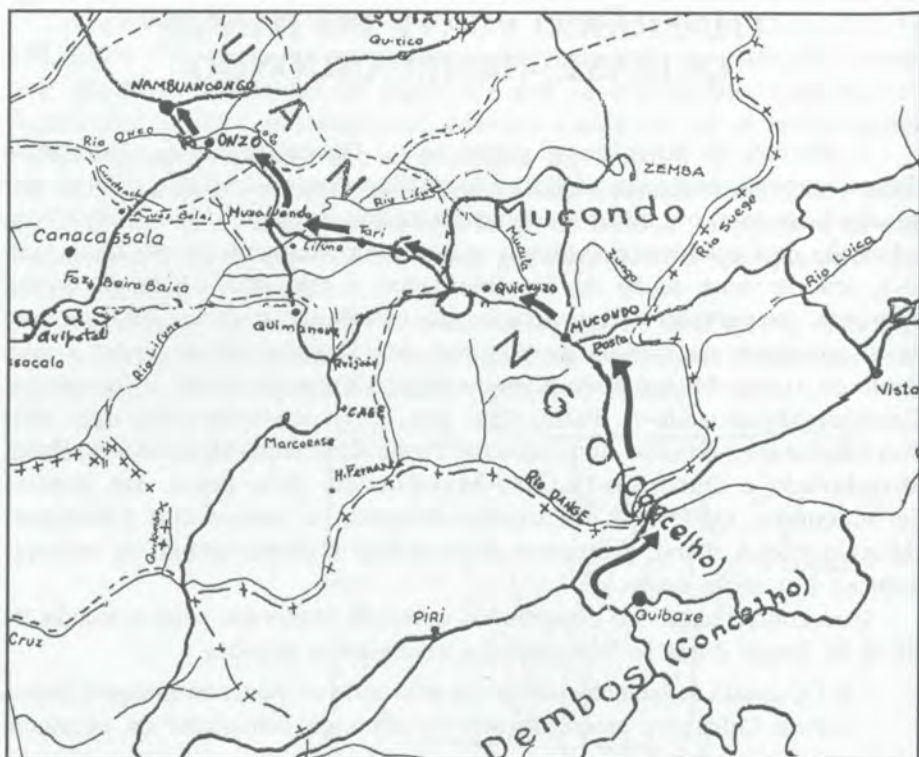
A abertura do itinerário da ponte do rio Dange (região de Quibaxe) a Nambuanguo, competiu ao Batalhão de Caçadores n.º 96 que recebeu por missão "...ocupar, organizar e defender a região da ponte do rio Dange com 1 Pelotão de Caçadores e assegurar a posse da passagem do rio Luica; em D-1, realizar uma acção de diversão sobre o eixo Úcua-Fazenda Maria Fernanda, preparando a transposição do rio Dange e garantindo a posse dessa passagem na medida do possível; em D progredir segundo o eixo Ponte do Dange-Muxaluando-Nambuanguo afim de atingir a transversal Caiengue-Muxaluando-A. Paim, (Fig. pág. 295) ocupando estas duas últimas localidades; libertar os itinerários Ponte do Dange-Mucondo-A. Paim, Muxaluando e Quicunzo-Quijoão-Muxaluando, pela posse das regiões de Mucondo, Quicunzo e Quijoão; atingida a transversal Caiengue-Muxaluando-A. Paim, prepara-se para ocupar Nambuanguo ou reforçar o BCaç 114 nesta acção..."

Para concretização do conceito da operação elaborada pelo comando do BCaç 96 foram dadas às Sub-unidades as seguintes missões:

- à CCaç 103, o estabelecimento de uma testa de ponte na margem direita do rio Luica e a protecção dos trabalhos de construção da passagem sobre o rio;
- à CCaç 105, reforçada com o Pel. Can S/R 10,6 (-) e o Pel. Mort 61 (-), o apoio da CCaç 103, progredindo, posteriormente, sobre o eixo Ponte do Dange-Mucondo;
- ao Pel. Sap/CSap 123, a construção da ponte sobre o rio Luica e, depois, em apoio da CCaç 105, a desobstrução do itinerário de progressão para Mucondo;
- a CCaç 104, mantinha-se na região do Piri, protegendo o escalão recuado do Batalhão, enquanto uma força do BCaç 132 não se apresentasse a render as guarnições do BCaç 96, o que sucedeu em 22 de Julho.

Às Companhias foi atribuído um grupo de guias e 50 Bailundos e o início da operação foi fixado para 170430Jul61.

Concluída a passagem sobre o rio Luica, o BCaç 96 retomou a progressão sobre Mucondo em 23 de Julho. Pouco depois de a coluna formada pelas CCaç 103 e 105 terem atravessado o rio, um grupo inimigo estimado em cerca de 500 elementos atacou violentamente as nossas tropas, armado de canhangulos, espingardas, pistolas metralhadoras e catanas, mas foi repellido, após o que as



Itinerário atribuído ao BCaÇ 96

CCaÇ continuaram a limpar o itinerário, sempre sob flagelações do inimigo que pretendia retardar a progressão.

Na manhã do dia 24 o inimigo atacou, de novo e com violência, mas não pôde evitar que, nesse mesmo dia, pelas 17 horas se atingisse a Fazenda Portugal, que foi encontrada completamente destruída.

Em 25, mal se havia retomado o movimento com a CCaÇ 103 em vanguarda, esta Companhia sofreu novo e forte ataque, mas a progressão continuou até Mucondo, que se atingiu nesse dia pelas 18 horas e ali se improvisou uma pista, para aviões ligeiros poderem proceder a evacuações.

Em mensagem rádio de 31 de Julho de 1961 do QG/RMA, enviada aos BCaÇ 96, 114 e à CCav 149, empenhados nesta progressão para Nambuanguongo, incitava-se a um esforço no sentido deste símbolo da reocupação ser alcançado até 10 de Agosto:

“Com a ocupação de Quicabo, Mucondo e Quimbumbé foi alcançado primeiro objectivo reocupação região Nambuanguongo: razões militares, polí-

ticas, psicológicas aconselham ocupar Nambuanguo mais curto prazo. Aproximando-se comemorações Dia Infantaria transmito votos essa ocupação esteja há muito realizada essa data como melhor homenagem Exército Português operações essa Província.”

Também o ComSec 3, entendeu apelar ao mesmo objectivo em mensagem transmitida em 03Ago61 ao Comandante do BCaÇ 96, a Unidade que estava mais próxima de alcançar o objectivo pretendido:

“Actuação sua Unidade seguida muito interesse. Felicito pessoa Vexa Batalhão 96 fazendo-o intérprete junto dos seus soldados nossa admiração todos sacrifícios por que têm passado. Não se preocupe mais sua retaguarda Sul pois Batalhão 137 está atento para que nada lhes falte. Mais um esforço e objectivo estará à vista. Confio Batalhão 96 o alcance antes dia -10.”

Até 04 de Agosto o movimento parou em Mucondo devido ao facto de a CCaÇ 104, já rendida em Piri, ali estar retida por falta de viaturas de transporte gerais e os víveres e os combustíveis se terem esgotado em Mucondo, criando-se uma situação muito difícil para o Batalhão. Em 29 de Julho, a povoação foi atacada com grande violência por um grupo constituído por largas centenas de elementos fortemente armados.

Resolvidos os problemas que fizeram retardar a progressão, em 04 de Agosto, o BCaÇ 96 estava já reunido em Mucondo com as suas Sub-Unidades realizando os preparativos para o recomeço da progressão sobre Nambuanguo, via Quicunzo, A. Paim, Muxaluando e Onzo.

Iniciado o movimento, o 1.º escalão instalou-se em Quicunzo às 1100 e o 2.º às 1700 do dia 05 de Agosto.

A roça Vista Alegre foi atingida às 1700 do dia 06 e Muxaluando, que ardia e acabava de ser destruída, no dia 07 de Agosto.

Após a entrada em Muxaluando, apresentaram-se 191 nativos Bailundos, que trabalhavam na região.

Em 09 de Agosto, foi iniciada a marcha sobre Nambuanguo, com as CCaÇ 103 e CCaÇ 104 na vanguarda, durante a qual o inimigo não se revelou, tendo-se entrado na povoação em 09Ago61 pelas 17H45.

Nambuanguo encontrava-se deserta, com as habitações destruídas e incendiadas. Perante uma indescritível emoção a Bandeira Nacional foi hasteada sobre a colina de Nambuanguo de que o terrorismo fizera o seu Quartel General.

Dia 11 desceram na pista, o Adido Naval de Washington e jornalistas estrangeiros entre os quais um do “New York Times” e outro da revista brasileira “O Cruzeiro”, que passaram cinco dias entre as tropas, o que bem denota a importância psicológica do feito acabado de concretizar.

Este difícil itinerário custou ao Batalhão 96 o sacrifício de 7 mortos e 21 feridos.



Btr Art 146 – Em operações na área



BCaç 96 – A caminho de Nambuagongo

O plano de operações "Viriato", que culminou com a tomada de Nambuangongo, fixava que este objectivo deveria ser alcançado por uma acção de penetração e outra de limpeza dos itinerários a abrir mas, posteriormente, reconheceu-se a exiguidade de forças para alcançar simultaneamente estes dois objectivos e optou-se, exclusivamente, por alcançar Nambuangongo em curto prazo de tempo. Atingida esta povoação e executadas operações de defesa, segurança e melhoria da pista, a par de alguns patrulhamentos nas regiões circunvizinhas, iniciaram-se preparativos para operações de limpeza e penetração na área, em especial nas regiões de Muxaluando e Mucondo.

Em 17 de Agosto foi difundida a Ordem de Operações N.º 2 do ComSec 3 que ordenava a rendição do BCaç 96 na região de Nambuangongo por forças do BCaç 158 e a sua reunião em Muxaluando, a partir de 03 de Setembro, para lhe ser atribuída nova missão.

O ComSec 3 propunha-se criar as condições de segurança em todo o Sector completando a abertura do itinerário Sassa-Quicabo-Fazenda Onzo e desenvolver maior actividade operacional nas regiões de Zala-Nambuangongo; Quimanoxe-Quijoão-Quipanzo-Missão-Quigongafula; Camucongolo-Gombe do Zombo-Quibaba; Canacassala e Quíunene.

Ao BCaç 96 foi cometida a missão de manter a posse das regiões de Muxaluando e Quicunzo e a liberdade de movimentos no itinerário Fazenda Onzo-Mucondo e executar acções de limpeza em especial sobre a região de Quijoão-Quipanzo-Missão-Quicongafula.

Depois de reforçado com a CCav 149, mantendo a missão anterior, deveria ocupar Mucondo e estender o seu patrulhamento até à Fazenda Portugal.

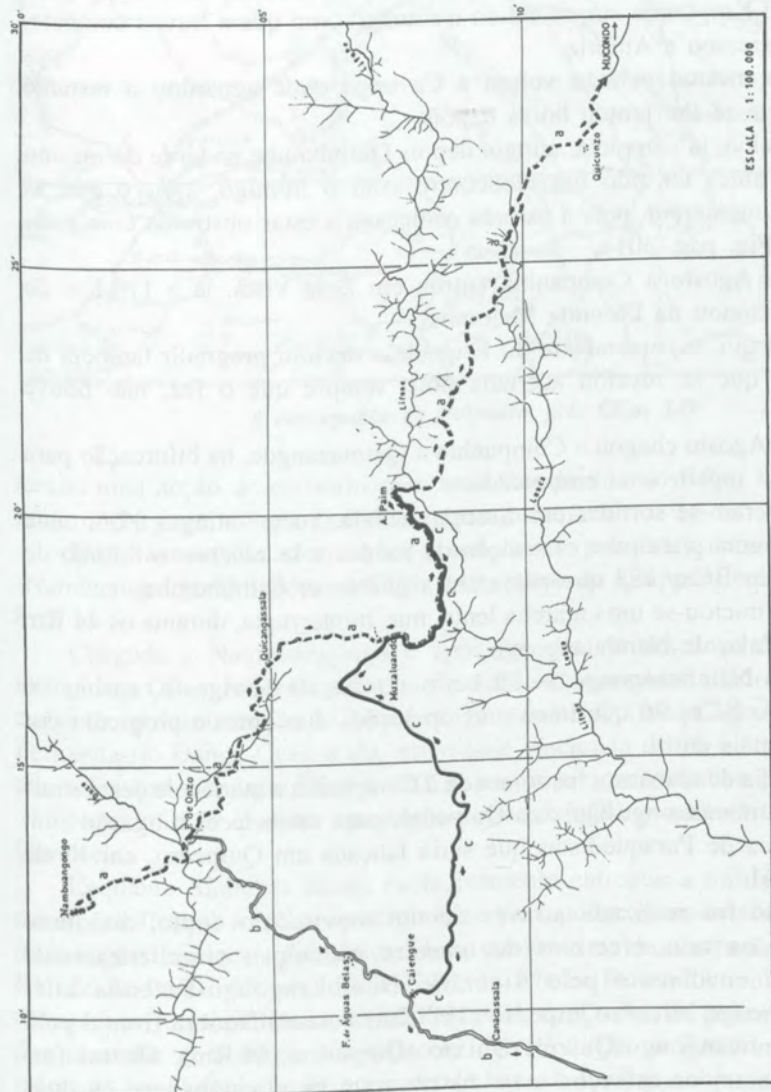
Esta Unidade empenhou-se em várias operações do ComSec 3 como a "Siroco", "Branca de Neve", "Pé Leve", "Golias" e outras de maior envergadura como as operações "Esmeralda" (na região da Pedra Verde) e "Turbi-lhão", que serão tratadas em separado. Esta actividade operacional culminou um período de dez meses em operações activas, numa zona extraordinariamente difícil, que muito contribuíram para o progressivo controlo da área pelas nossas tropas e a completa liberdade de movimentos em todos os itinerários.

ITINERÁRIO AMBRIZ-QUIMBUMBE-BELA VISTA-ZALA-NAMBUANGONGO

O itinerário mais longo para se atingir Nambuangongo foi atribuído à Companhia de Cavalaria N.º 149, Sub-Unidade que nos primeiros meses da



BCaç 96 – Defesa de um reduto em Nambuagongo, após a conquista deste “Santuário” (Foto de “O Cruzeiro”)



ESCALA : 1:100.000

- a - Itinerário de progressão do BCaÇ 96 (a partir de QUICUNZO)
- b - Itinerário de progressão do BCaÇ 114
- c - Transversal de coordenação (CAIENGUE-MUXALUANDO-A. PAIM)

Itinerários da progressão dos BCaÇ 96 e BCaÇ 114

reocupação do Norte de Angola realizou uma actividade operacional difícil, continuada e digna de uma menção muito especial.

A desobstrução do itinerário iniciou-se com um Pelotão (+) que, em 25 de Julho de 1961, partiu de Ambriz e abriu o itinerário até Cavunga, numa distância de 53 Km, tendo surpreendido o inimigo com quem travou combate, após o que regressou a Ambriz.

Em 26, o mesmo pelotão voltou a Cavunga onde aguardou a restante Companhia, que se lhe juntou horas depois.

A Companhia, já completa, atingiu depois Quimbumbé na tarde do mesmo dia, não sem antes ter tido um reencontro com o inimigo, após o que as dificuldades aumentaram, pois a estrada começava a estar obstruída com muitos abatizes. (Fig. pág. 301)

Em 01 de Agosto a Companhia entrou em Bela Vista, já a 110 Km de Ambriz e estacionou na Fazenda Matombe.

A partir daqui, o comandante do Esquadrão decidiu progredir também de noite, decisão que se revelou acertada pois, sempre que o fez, não houve emboscadas.

Em 03 de Agosto chegou a Companhia a Quimazangue, na bifurcação para Zala, depois de repelir uma emboscada.

Em 05 fizeram-se sortidas em direcção a Zala, que se atingiu a 06, onde se improvisou uma pista para evacuação de feridos e se recebeu o reforço de dois pelotões do BCaÇ 158 que passaram a guarnecer Quimbumbé.

No dia 08 iniciou-se uma marcha lenta, mas ininterrupta, durante os 44 Km que separam Zala, de Nambuanguo.

Atingiu-se Nambuanguo às 09 horas do dia 10 de Agosto, apenas 16 horas depois do BCaÇ 96 que iniciou as operações dias antes e progrediu por um itinerário mais curto.

Após um dia de descanso, foi cometida à Companhia a missão de desobstruir o itinerário Nambuanguo-Quixico-Quipedro, para estabelecer a ligação com uma Companhia de Paraquedistas que seria lançada em Quipedro, em 13 de Agosto de 1961.

Esta acção foi realizada através de um movimento duplo, dividindo a Companhia os seus efectivos de maneira a cumprir simultaneamente uma manobra envolvente pelo itinerário Nambuanguo-Fazenda Lué-S. José do Encoge-Micula-Quipedro (100 Km) e uma manobra frontal pelo itinerário Nambuanguo-Quizele-Quixico-Quipedro (64 Km). De tal forma se conjugaram os esforços e se distribuíram os efectivos que as duas colunas atingiram Quipedro com duas horas de intervalo, no dia 15 de Agosto.

Em seguida executaram-se acções na região de Quipedro, em especial nas circunvizinhanças da Mata Zeia e no difícil eixo de Quissalóvoa, onde se

Durante esta acção, que se iniciou em 24 de Setembro, foram desobstruídos cerca de 180 Km de itinerário, removidos 100 abatizes, tapadas 12 valas e construída uma ponte e três pontões.

Em 01 de Outubro a força estava de regresso às Mabubas, com excepção de um Pelotão que ficou a guarnecer as Fazendas Maria Fernanda e Margarida.

A Companhia de Cavalaria 149, durante todas estas operações, percorreu cerca de 1.000 Km de itinerário e desobstruiu 400, tendo sofrido 4 mortos e 40 feridos.



PEDRA VERDE

OPERAÇÃO “ESMERALDA”

Localizado poucos quilómetros a Nordeste de Úcua e na estrada dos Dembos, o maciço da “Pedra Verde” é uma região acidentada, muito ravinada e coberta por floresta densa, que domina o itinerário mais directo de Luanda a Carmona, conhecida por “estrada do café” pois servia, ao longo dos Dembos, inúmeras povoações e fazendas ligadas a essa cultura.

Considerada um baluarte do inimigo onde teriam afluído elementos fugidos de Nambuangongo, a “Pedra Verde” constituía então uma séria ameaça, não apenas pela relativa proximidade em relação a Luanda, mas também pelas frequentes emboscadas realizadas com êxito na citada estrada e pelos perigosos assaltos de que eram vítimas as fazendas ocupadas da região.

Em 10 de Setembro, na sequência da operação “Viriato”, iniciou-se uma operação de certa envergadura sobre a Pedra Verde – que se denominou “Operação Esmeralda” – mais concretamente sobre os seus principais redutos: Danza Zombo, Macondo, Gombe de Zombo, Lemba-Lemba e Quissacala, onde se instalara um inimigo moralizado, ardiloso e já razoavelmente armado. A região, que se dizia possuir muitas grutas, constituía um autêntico mito.

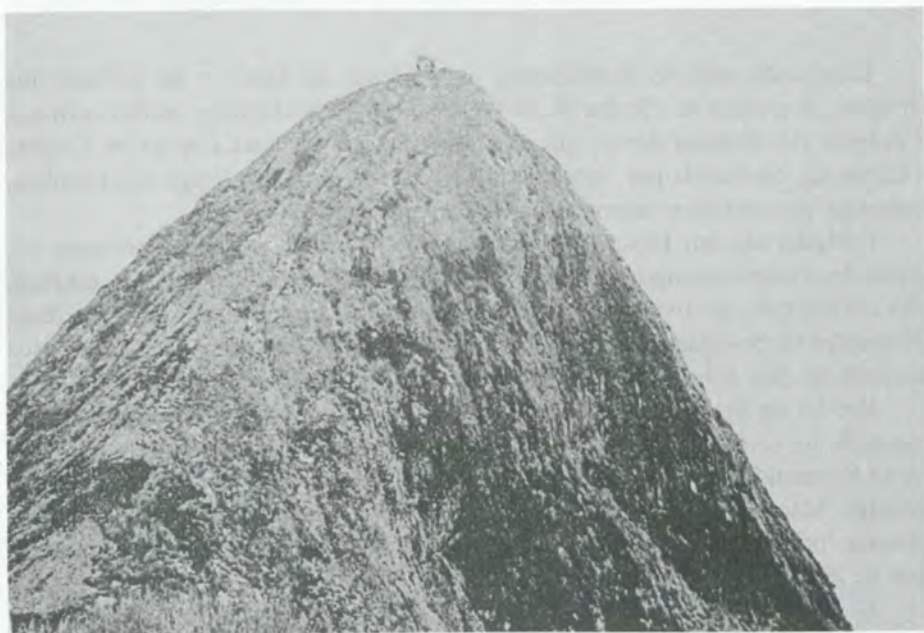
O conceito da operação previa a execução da acção em duas fases. A primeira, destinada à ocupação da região Quissacala-Camucongolo e, a segunda, à conquista e limpeza da região. A exploração do sucesso seria feita até ao rio Dange. Os efectivos empenhados na operação foram:

- O BCaç 137 (-), que garantia a vigilância e protecção da região da Úcua, base de partida e de apoio de fogos e logística;
- o BCaç 261 (+) que executava a acção principal de cerco, ataque e limpeza da região;
- O BCac. 96 (+), reforçado com a CCav 149, em condições de destacar uma Companhia para interditar a retirada do In para Norte, em direcção ao Dange e o 3.º ERec/GRAE que patrulhava o itinerário Úcua-Rocha Filomena, para impedir infiltrações sobre a nossa retaguarda e explorava

o percurso para Norte até ao Dange, onde estabelecia ligação com o BCaç 96.

Participou na operação, em acção de conjunto, a Bat.Art.^a 146 de 7,5 cm que desempenhou importantíssimo papel em apoio às Unidades de Infantaria, mais empenhadas na acção, que encontraram inicialmente forte oposição, em determinadas áreas.

Estas puderam vencer todas as resistências, após uma apropriada concentração de fogos de artilharia e alcançar vitoriosamente e com confiança o seu objectivo.



Morro que materializou a conquista da Pedra Verde

Após a chegada a Nambuanguo, de regresso de Quipedro onde se deslocara para protecção de um lançamento de paraquedistas, foi, como se disse, atribuída à CCav 149 a missão de desobstruir o itinerário Quimanoxe-Quijoão-Cage-Faz.^a Maria Fernanda-rio Dange-Quissacala.

Saída de Nambuanguo em 06 de Setembro, a CCav 149 atingiu o rio Dange em 12. Este, com um vau de 40 metros, foi transposto numa jangada que se construiu no local para transporte do pessoal e viaturas, tendo a transposição terminado em 18, após o que se iniciou a progressão para Úcuá, depois de ter chegado ao local, em 17, uma CCaç do BCaç 96 vinda de Muxaluando. No

percurso Dange-Quissacala o itinerário estava obstruído por uma árvore gigantesca, não sendo possível a sua remoção ou contorno, pelo que foi necessário cavar um túnel na árvore, através do qual passaram as viaturas. Com a chegada ao Úcua estava terminada a participação desta Sub-Unidade na operação “Esmeralda”.

O BCaÇ 96 com o mesmo objectivo que a CCav 149, atribuiu essa missão à CCaÇ 104 que percorreu o mesmo itinerário que a 149 até ao rio Dange,



Só o trotil removia os grandes abatises

estabelecendo contacto com esta junto ao rio, enquanto a CCAç 103 se mantinha de reserva, em Muxaluando.

O peso da acção recaiu no BCaç 261 que, em 13 estava já na Úcua. Enquanto duas Companhias estacionavam nesta povoação, a CCAç 269 avançou pela estrada de Quibaxe cerca de 30 Km, como manobra de diversão.

À noite, as forças da CCAç 269 encontraram-se em Vale de Loma e daqui partiram para Quibaba, onde se encontrava a Bat. de Art.^a que iria apoiar a acção e 1 CCAç do BCaç 137. Aqui ficaram as viaturas, iniciando-se a aproximação a pé de Gombe do Zombo, sanzala situada a norte da Pedra Verde. As outras Companhias procuraram atingir Quissacala.

Enquanto a CCAç 269 tentava vários itinerários para cumprir a sua missão e operava a sul dos montes Lemba-Lemba, Pedra Verde e Quissacala, Combe do Zombo foi atingida pela CCAç 267, em 18, às primeiras horas da madrugada. Esta Companhia depois de atingir Quissacala, efectuou a reconhecimento e um dos seus elementos subiu a Camucongolo onde procedeu ao hastear da bandeira Nacional, simbolizando assim a destruição do mito terrorista da "Pedra Verde".

Batida toda a região não se confirmavam os mitos e os boatos sobre a Pedra Verde e as suas grutas.

No dia 08 de Outubro todas as Companhias do Batalhão estavam concentradas em Úcua onde desencadearam operações de menor envergadura.

O BCaç 137 iniciou em 20, com o BCaç 261, uma acção combinada sobre Queso. A CCAç 140 abriu o itinerário Queso-Zala, explorou a picada Zala-Natobe, atingindo em 22 a Fazenda Maria Manuela. Em 23, a mesma CCAç explorou, a pé, o percurso M. Manuela-Topo do Piri na margem esquerda do Dange. A CCAç 139 efectuou patrulhamentos entre a Roça Santarém e a Roça Maria Manuela e entre a Roça Santarém e Úcua, concluindo-se assim a Operação "Pedra Verde".

A detailed map of the region around Nambuangongo. The map shows several rivers: Quilolo, Onze, Rio Lufene, Rio Dande, Rio Ucuva, Rio Luvuvu, and Rio Turi. Key settlements and locations marked include Quizele, Quixico, Nambuanguongo, Onzo, Muxaluando, Fa B. Baixa, Palacaça, Quijoão, Cage, Fa M. Fernanda, Passagem do Dange, Roça Santarém, Quessa, ÚCUA, PANGO ALUQUEM, and Quicunzo. Topographical features include Mt. N'ZOA and Mt. M. M. A dashed line indicates a boundary or route. The map is overlaid with a grid.

303

A VISITA DO MINISTRO DO EXÉRCITO

Entre 25 de Julho e 11 de Agosto de 1961, teve lugar uma visita do Ministro do Exército²²⁵, a Angola, S. Tomé e Príncipe e Guiné. Tomaram parte na visita oito oficiais de várias Armas e Serviços, com o chefe da secção de estudos gerais da repartição de gabinete e o ajudante.

A missão esteve em Angola, de 26 de Julho a 08 de Agosto, para onde se deslocou em avião militar, depois de ter parado em Cabo Verde, na ilha do Sal em 25, tendo-se deslocado para S. Tomé e Príncipe em 08Ago e, depois, para a Guiné, onde chegou em 09Ago às 13 horas e de onde partiu em 11 de Agosto para Lisboa.

Os relatórios relativos às áreas do pessoal, engenharia, saúde, intendência e material espelharam bem as dificuldades e insuficiências iniciais na montagem e funcionamento dos Serviços.

No PESSOAL já se refere o problema das rendições do pessoal destacado que se preconiza que sejam feitas por subunidades tipo Companhia. Fala-se na insuficiência da Companhia de Recompimento e prevê-se a criação de um Depósito de Convalescentes em Luanda. Diz também que "o bem estar das tropas" é pouco "bem" até ao momento; prevendo a criação de centros de licença. Menciona também o problema da correspondência individual que julga será resolvido com o sistema de isenção de franquia postal, por acordo com os Correios de cá e de lá.

Na área da justiça e disciplina menciona a criação de uma Companhia Disciplinar como necessária, ao mesmo tempo que julga conveniente estabelecer normas simples de aplicação de justiça em campanha, e ainda cuidar que o efeito das penas não traga benefícios ao infractor. No que diz respeito a funerais e registo de sepultura menciona as instruções já existentes sobre o assunto e emite a opinião que será de garantir a remoção das ossadas para as famílias que as desejem, cinco anos após o enterramento, e de abolir, na generalidade, as trasladações dos corpos.

(225) Brigadeiro Mário José Pereira da Silva.

Enumera ainda as faltas de pessoal nas Unidades destacadas que no momento da visita se cifravam em 10 oficiais, 70 sargentos e 700 praças e também a organização do Serviço Religioso, para o que se aguardava a chegada de um chefe para tal serviço.

Na área da ENGENHARIA assinala a existência de três Companhias de Sapadores e uma de Construções, para integrarem o Batalhão de Engenharia, criado em 01Jan61, cuja CCS estava a ser preparada para ser enviada para Angola. Em seguida menciona as necessidades mínimas que estima em mais uma Companhia de Sapadores, a criação de um Depósito de Material de Engenharia, o envio de uma Companhia de Sapadores de Caminhos de Ferro, a estruturação da Delegação do Serviço de Fortificações e Obras Militares (SFOM) e também a preparação de um Batalhão de Transmissões “que conviria estar em Luanda até ao fim do ano”. Indica ainda esta parte do relatório, as obras planeadas para 1961 com relevo para o início da construção do Campo Militar do Grafanil, incluindo depósitos para os Serviços de Intendência e Material; a construção de quatro aquartelamentos em Cabinda, Maquela do Zombo, Carmona e Henrique de Carvalho; habitações para oficiais e sargentos e construção de instalações de recurso para as tropas e equipamentos, durante a estação das chuvas. Para tudo isto e para a aquisição de material vário, do arame farpado ao material para o tratamento e pesquisa de águas, passando pelo material para pontes de madeira e metálicas, pede as verbas necessárias que avalia e discrimina com exactidão. Este capítulo do relatório menciona ainda o problema das transmissões, já abordado pelo Comando respectivo junto da sua Direcção, num estudo designado por “Planeamento de Transmissões para 1961”, onde se trata quer do Serviço de Telecomunicações Militares (STM) a desenvolver em Angola, quer no que respeitava às transmissões das tropas em operações para as quais se pedia, com urgência, o envio de 60 emissores-receptores AN-GRC9, ou equivalente.

No sector da SAÚDE são abordados os seus vários aspectos, desde a organização e funcionamento do Serviço em Angola, ao hospital militar em Luanda. Este estava então instalado em dois edifícios próximos: a Nova Maternidade e o Velho Hospital da Caridade, mencionando-se a sua capacidade conjunta – 150 camas – e a possibilidade de a aumentar rapidamente para 190 e depois para 230, estimando-se a capacidade julgada necessária para o Hospital Militar de Luanda, em 400 camas. Para atingir esta capacidade preconiza-se a “conclusão do edifício da Nova Maternidade, conforma o projecto já aprovado”. Menciona-se também a necessidade da criação de um Depósito de Convalescentes em Luanda com capacidade para 60 camas e de um Centro de Convalescentes, com capacidade para 200 camas numa localidade junto à linha férrea Lobito-Nova Lisboa e também o levantamento da Companhia de Saúde, prevista na organização militar normal de Angola, mas ainda não instalada.

Esta parte do relatório preocupou-se com o problema do tratamento da água – depuração – referindo os poucos meios existentes para as tropas em campanha procederem a esse tratamento e com as evacuações sanitárias, as quais estavam a ser realizadas em condições muito precárias, por falta de viaturas próprias e também de helicópteros que permitissem a evacuação rápida dos feridos, desde o local de levantamento – onde são feridos – até ao aerodromo mais próximo, primeira fase do sistema que se completava, depois, com a transferência do ferido, via aérea para o Hospital Militar de Luanda.

Este capítulo conclui que o Serviço de Saúde Militar em Angola, está em fase de organização; as formações sanitárias existentes necessitam de ser reforçadas em pessoal e material; ser urgente a ampliação do Hospital Militar para 400 camas; para realizar as evacuações sanitárias em boas condições eram necessários helicópteros; tornavam-se necessárias mais as seguintes formações sanitárias: 1 Dep. de Convalescentes, anexo ao Hosp. Milit; 1 Centro de Convalescentes; 2 Equipas Itinerantes de Estomatologia; 5 Equipas Móveis de Reanimação e Transfusões; 5 Destacamentos de Inspecção de Alimentos e também reforçar em pessoal o Depósito Geral de Material Sanitário, em Lisboa.

Na área da INTENDÊNCIA o capítulo próprio do relatório define o volante a constituir, isto é, o material mínimo para o funcionamento regular do Serviço nas várias áreas da sua actividade, do reabastecimento de víveres e de água, ao material de aquartelamento e bivaque e para confecção da alimentação.

Dá natural relevo ao sector da alimentação referindo a maneira como está montado o sistema, as ementas tipo, incluindo as das rações de reserva, confeccionadas lá, ao contrário das rações de combate que, naquela fase, iam de Lisboa, já prontas. Menciona também os problemas com o fardamento que vão desde a qualidade das linhas ao modelo, que diz satisfazer as exigências do serviço, propondo porém que “para o combate e como complemento do dolman impermeável seria conveniente estudar-se um resguardo impermeável para as pernas, género safões”. Indica o sistema preconizado para o funcionamento do Serviço, com base no Depósito de Intendência em Luanda e delegações em Sá da Bandeira, e Nova Lisboa e no Batalhão de Intendência, com uma Companhia em Luanda e dezasseis Destacamentos. Menciona o sistema de reabastecimento de combustíveis e lubrificantes, directamente às Unidades pelas firmas distribuidoras e também o problema da bagagem individual de cada um, propondo que sejam distribuídos dois sacos de bagagem modelo oficial, em vez de um só, determinando-se depois, que não fosse autorizada a ida de malas de mão, cestos e sacos, material com o qual o Serviço já tinha alguns armazéns cheios em Luanda.

No sector do MATERIAL o relatório enumera as muitas carências que então se verificavam, quer na área das viaturas, quer no que respeita ao arma-

mento e munições. Assinala o relatório a falta, na organização do Serviço, de uma Companhia de Manutenção de Material que, por não existir levava a que as suas funções sobrecarregassem o Depósito de Material de Guerra de Luanda, já de si, com excesso de encargos para a sua estrutura.

Menciona também, na altura, a falta de um Destacamento de Manutenção de Material fixo, para apoiar os Sectores então existentes e de quatro Destacamentos de Manutenção de Material móveis, para apoio das Unidades. Alerta ainda o relatório para a grande falta de sobressalentes e acessórios para a manutenção e reparação de viaturas, trabalho que era onerado pela grande variedade de marcas e tipos diferentes de viaturas em uso – 128.

No que respeita a munições, preocupa-se com os níveis a manter por Unidade e nos Depósitos, informando não ter havido problemas até àquela data e refere o mau funcionamento de algumas munições, como as granadas de lança-granadas-foguete, de 8,9 – m/952 e das GE de Morteiro I/8 – M/931, de 1937 e 1939, de fabrico francês e italiano e ainda das granadas de mão ofensivas, deficiências derivadas, em parte, do seu longo armazenamento, o que se justifica pois eram mandadas munições 7,9m/937 dos lotes 1943, 1944, 1945 e 1946 para uso na metralhadora pesada m/938 quando é conhecido o limite de 10 anos, em condições de boa armazenagem, como vida útil das munições de guerra de armas portáteis e uma duração não superior a 15 anos para a sua utilização em instrução.

Não deixa de observar o relatório que havia então cerca de 50% de viaturas inoperacionais em parte devido à falta de sobressalentes já referida e também de pneus e câmaras de ar cujo ritmo de fornecimento estava muito longe de corresponder às necessidades.

De resto o relatório desdobra-se em recomendações quanto ao aperfeiçoamento do funcionamento do Serviço e também no que se refere a procedimentos que se traduzirão, quando adoptados, em maior eficiência dos materiais e economia geral, além da insistência pelo fornecimento de várias ferramentas e pessoal especializado e o apelo para que se providencie no sentido de não aumentar ainda mais a variedade de marcas e o número de tipos de viaturas. Estava-se, porém, no limiar de serem adoptadas as viaturas Berliet.

Todos estes relatórios dos vários membros da missão que acompanhou o Ministro do Exército na sua visita a Angola e à Guiné estão assinados, com excepção do que se refere ao pessoal, que é apresentado junto com uma introdução, que tem a constituição da missão, a agenda e o programa da visita e ainda considerações sobre diversos assuntos e sugestões. É de admitir que esta parte do que seria o relatório global da visita do Ministro a Angola tenha sido feita pelo chefe da Secção de Estudos da Repartição do Gabinete do Ministro já que inclui umas “considerações gerais sobre a evolução possível das operações”, nas quais diz “que a destruição dos terroristas e a interdição dos mes-

mos, da área da ZIN implica: meios avultados, longa duração das operações, grandes encargos financeiros e grande sacrifício de vidas” o que o leva a concluir, mais adiante: “Por nós, não hesitaríamos em considerar que a solução dada ao caso Mau-Mau no Quênia, do ponto de vista militar, é aquela que estaria mais dentro das nossas possibilidades e realidades...”

Estas “Considerações sobre Diversos Assuntos”, incluem também uma nota de preocupação com o caminho de ferro de Luanda que tem o seu curso ao longo do limite Sul da ZIN e “que não dispõe, praticamente, de qualquer protecção”.

Ainda no mesmo relatório não assinado, no citado capítulo, que é intitulado como “Algumas Considerações sobre Diversos Assuntos. Sugestões”, aparece uma secção denominada: “Diversas questões ligadas...” com referência às operações, organização e serviços. Nesta secção o autor, que não assina o trabalho e que por isso pode considerar-se como um rascunho para um relatório que alguém iria assumir, emite opiniões várias, algumas das quais constam dos relatórios especializados, devidamente assinados pelos respectivos autores e outras que haverá que levar à conta de opiniões pessoais, já que nem o papel, nem as marcas ou carimbos e nem sequer o nome dactilografado autenticam o trabalho.

Assim nesta secção – a III – responde-se à queixa do “Jornal do Congo” da falta de tropa²²⁶ – com a existência de 10 Companhias naquela área; sugere-se a criação de um “Conselho para a Acção Psicológica” e afirma-se a dado passo: “Temos andado, até agora, uma fase atrasada nos meios a empregar. O “Napalm” foi tardiamente aplicado. Quando se aplicou as condições já não eram as mais propícias. Não deveríamos cair no mesmo relativamente a meios urgentes, de indispensável emprego, para eliminar a verdadeira “infestação” do N de Angola. E mais adiante afirma-se ainda: “As bazookas exercem grande efeito moral sobre os terroristas e até material”.

Curiosamente diz-se também: “É de grande necessidade e urgência um oficial para trabalhar os assuntos históricos ligados às actividades militares em Angola”.

O relatório da visita ministerial reflecte uma visão de certo modo pessimista sobre a situação em Angola, ao mesmo tempo que revela temor pela aproximação da época das chuvas. Havia também, entre as Unidades militares em operações, a convicção generalizada de que o inimigo poderia aumentar assustadoramente a sua actividade e que as nossas tropas, impossibilitadas de se deslocarem em meios auto pelas infindáveis picadas, que ficariam intransi-

(226) A queixa da falta de tropa era geral mesmo quando, como é o caso, não havia a mínima razão para ser formulada.

táveis, se remeteriam aos seus aquartelamentos diminuindo a actividade operacional, com todas as consequências que adviriam para o agravar da situação.

Vivia-se o presente, já difícil, a pensar num futuro próximo bastante pior.

Todavia, ninguém sabia ao certo o que viriam a ser as dificuldades operacionais e o sentimento que se ia generalizando entre a população era mais fruto do que se ouvia aos civis que acompanhavam as colunas militares e descreviam situações em que ficavam retidos vários dias a meio dos itinerários, do que pela experiência, que ninguém tinha. No íntimo de cada um havia, porém, a esperança de não se chegar a essa situação e que tudo se resolveria rapidamente. Esta ideia talvez tivesse sido benéfica para o aumento do ritmo operacional das Unidades que tudo faziam para cumprir com rapidez as suas missões, esperando assim contribuir para a normalização da situação e uma posterior e rápida acalmia militar em Angola.

O realismo do relatório é patente no ponto em que visiona uma situação militar que levaria muito tempo a solucionar, perspectiva que as tropas em operações não tinham na altura. Verifica-se que havia ainda uma certa hesitação sobre a condução estratégica da guerra, passada que fosse a fase da libertação das povoações cercadas e da reocupação da área afectada, que fora lançada de forma incontroversa e decorria dentro do previsto.

A preocupação pela Linha de Caminho de Ferro de Luanda (Luanda-Malange), de grande valor económico e estratégico era justificada. Parecia a todos inconcebível que não houvesse acções inimigas sobre ele, tanto mais que a linha atravessava regiões inóspitas e extremamente florestadas, os locais propícios a emboscadas e sabotagens eram infinitos e passava por zonas do Distrito de Cuanza Norte onde a situação militar era difícil. As composições ferroviárias passaram a levar patrulhas militares, distribuídas pelas carruagens e à frente da locomotiva ia um pesado dispositivo para rebentar qualquer engenho explosivo posto nos carris. Posteriormente, os comboios eram precedidos de uma pesada “Dreysine” – pequena automotora, que fazia rebentar os engenhos que eventualmente pudessem ter sido colocados na linha.

Merece também certa reflexão o conceito de Acção Psicológica que o relatório sugere e pode induzir em erros de apreciação. Este tipo de actividade, que estava a ser levado a efeito de forma empírica e numa área praticamente desabitada, nada tinha a ver com o que se praticava sobre as populações da restante área da maior parte do território de Angola, onde “uma acção de força” era obviamente descabida.

Embora a acção psicossocial tivesse sido colocada em plano secundário, nas regiões cuja situação militar era mais crítica pela premência da acção ofensiva, não significa que nada se fizesse uma vez que, com os fracos recursos disponíveis e com a boa vontade e esforço de todas as autoridades, alguma coisa se ia concretizando.

Terminada a fase de reocupação dos Postos Administrativos e garantida uma certa permanência das Unidades de quadrícula no mesmo local, as quais eram o suporte deste tipo de acção, foi criada uma “Comissão Central para a Reocupação do Território”, presidida pelo General Comandante da 3.ª Região Militar (Angola). Foram ainda criadas Comissões Distritais e Locais para a Reocupação do Território, das quais faziam parte elementos civis e militares, encarregadas de dinamizar os mais diversos aspectos da acção psicossocial e fazer o estudo das necessidades humanas e materiais.

UNIDADES APRESENTADAS EM ANGOLA DESDE JAN A AGO 61

UNIDADE	UNID. MOBILIZAD.	CHEGADA	DESTINO INICIAL	OBSERVAÇÕES
C Caç 60	BC 5	Jan	Cabinda	1.ª C Caç E
C Caç 61	BC 5	“	Toto	2.ª C Caç E
C Caç 62	BC 5	“	Malanje	3.ª C Caç E
C Caç 63	RI 10	“	Luanda	4.ª C Caç E
C Caç 66	RI 1	Fev	Malanje	5.ª C Caç E
C Caç 67	RI 1	“	Luanda	6.ª C Caç E
C Caç 78	BC 5	Mar	Gulungo Alto	7.ª C Caç E
C Caç 81	RI 11	Abr	Maquela do Zombo	8.ª C Caç E
C Caç 82	RI 14	Mar	Quiculungo	9.ª C Caç E
C Caç 83	RI 16	Abr	Luanda/Cabinda	10.ª C Caç E
C Caç 89	RI 2	Abr	Luanda	1.ª C Art
COP 1	RI 6	Abr	Carmona	1.º Cmd Op
CPM 233	RL 2	Abr	Luanda	—
C Sap 123	EPE	Jun	Tentativa	—
C Sap 151	RE 1	“	Luanda/Negage	—
C Constr 251	EPE	Abr	Luanda	—
C Art 87	GACA 3	Abr	Tentativa/Quiculungo	—
B Caç 88	RI 2	Mai	Damba	—
C Caç 97	RI 2	“	“	—
C Caç 98	RI 7	“	Cuimba	—
C Caç 99	RI 15	“	Lucunga	—
B Caç 92	RI 4	“	Sanza Pombo	—
C Caç 93	RI 4	“	“	—
C Caç 94	RI 8	“	Cangola	—
C Caç 95	RI 13	“	Negage	—
C Art 118	EPA	“	Ambrizete	—
C Art 119	RAAL 4	“	Ambriz	—
C Art 120	RAAF	“	Malanje	—
COP 2	RI 3	Jun	Negage	—
COP 3	RI 11	“	“	—
B Caç 114	EPI	“	Luanda/Quicabo	—
C Caç 115	EPI	“	Luanda/F. Beira Baixa/ /F. Fazenda	—

(Continua na página seguinte)

UNIDADES APRESENTADAS EM ANGOLA DESDE JAN A AGO61

UNIDADE	UNID. MOBILIZAD.	CHEGADA	DESTINO INICIAL	OBSERVAÇÕES
C Caç 116	RI 5	"	Luanda/Quissacala	
C Caç 117	RI 6	"	Luanda/Quissacala	
B Caç 96	RI 7	Jun	Úcua/Muxaluando	
C Caç 103	RI 2	Jun	Úcua/R. St.º António	R = Roça
C Caç 104	RI 7	"	Úcua/R. Benvinda	"
C Caç 105	RI 15	"	Úcua/R. Benvinda	"
C Art 85	RAAF	Abr	Luanda/Mavoio	
B Caç 109	RI 15	Mai	St.º António do Zaire	
C Caç 110	BII 17	Jun	Tomboco/Ambriete	
C Caç 111	BII 18	"	Lufico	
C Caç 112	BII 19	"	Salazar/Bessa Monteiro	
C Art 86	GACA 3	"	Benguela	
C Art 100	RAL 1	"	Macocola/Santa Cruz	
B Caç 132	RI 16	Jul	Quibaxe	
C Caç 133	RI 1	Jul	"	
C Caç 134	RI 6	"	Pango Aluquem	
C Caç 135	RI 14	"	Quibaxe/Bula Atumba	
B Caç 137	RI 2	Jun	Luanda/Úcua	
C Caç 138	RI 2	"	Luanda/R. Santarém	
C Caç 139	RI 7	"	Luanda/Úcua	
C Caç 140	RI 15	"	Luanda/F. M. Fernanda	F = Fazenda
B Caç 141	RI 7	"	Luanda/Damba	
C Caç 142	RI 2	"	Luanda/Quizalala	
C Caç 143	RI 7	"	Luanda/Sango	
C Caç 144	RI 15	Jun	Luanda/Damba	
B Caç 155	RI 16	"	Negage	
C Caç 127	RI 10	"	Luanda/Salazar	
C Caç 128	RI 12	"	Luanda/Camaba	
C Caç 129	RI 11	"	Luanda/Quizalala	
B Caç 156	RI 11	"	Negage/Cuimba	
C Art 101	RAL 4	Mai	S. Salvador	
C Art 102	RAP 2	"	Noqui	
C Art 106	RAL 2	"	Luanda/Catete	
C Cav 107	RC 6	"	Luanda/Camatela	
C Cav 108	RC 6	"	Negage	
C Cav 121	RC 8	Jun	Malanje/F. República	F = Forte
C Cav 122	EPC	Jun	Aldeia Viçosa	
C Cav 148	RC 7	"	Luso/Cazombo	
CPM 150	RL 2	"	Luanda	
Pel PM 5	RL 2	"	Cabinda	
Pel PM 8	RL 2	"	Luanda	
Pel Mort 12	RI 2	"	Luanda/Muxaluando	
Pel Mort 13	RI 7	"	Luanda/Mabubas	
Pel Mort 14	RI 15	"	Luanda/Songo	

(Continua na página seguinte)

UNIDADES APRESENTADAS EM ANGOLA DESDE JAN A AGO61

UNIDADE	UNID. MOBILIZAD.	CHEGADA	DESTINO INICIAL	OBSERVAÇÕES
Pel Canh 9	RI 2	"	Luanda/Songo	
Pel Canh 10	RI 7	"	Luanda/Catete	
Pel Canh 11	RI 6	"	Luanda/Mabubas	
Dest Man Mat 198	CDMM	Jul	Luanda/Maquela	
Dest Man Mat 1987	CDMM	"	Luanda/Noqui	
Dest Man Mat 199	CDMM	"	Luanda/Negage	
Dest Man Mat 200	CDMM	"	Luanda/Salazar	
Dest Man Mat 201	CDMM	"	Luanda/Sanza Pombo	
Dest Man Mat 202	CDMM	Jul	Luanda/Maquela	
Dest Man Mat 203	CDMM	"	Luanda/Songo	
Dest Man Mat 204	CDMM	"	Luanda/Ambrizete	
Dest Man Mat 205	CDMM	"	Luanda/Quibaxe	
Dest Man Mat 206	CDMM	"	Luanda/Nambuaangongo	
Dest Man Mat 207	CDMM	"	Luanda/Mabubas	
Dest Man Mat 218	CDMM	"	Luanda/Nova Lisboa	
Dest Man Mat 219	CDMM	"	Luanda/Sá da Bandeira	
Dest man Mat 220	CDMM	"	Luanda/Luso	
C Tpts 335	GCTA	"	Luanda	
C Tpts 336	GCTA	"	Luanda	
B Caç 158	RI 5	"	Nambuagongo	
C Caç 164	RI 1	"	Zala	
C Caç 165	RI 2	"	Quimbumbé	
C Caç 166	RI 8	"	Luanda/Ambriz	
B Caç 159	RI 8	"	Luanda/Toto	
C Caç 167	RI 4	"	Luanda/Vale de Lige	
C Caç 168	RI 6	"	Luanda/Quipedro	
C Caç 169	RI 7	Julho	Luanda/Quipedro	
GAC 157	RAL 4	"	Luanda	
BAC 145	RAL 5	"	Luanda/Carmona	
BAC 146	RAL 5	"	Fazenda Tentativa	
BAC 147	RAL 1	"	Luanda/Fazenda Tentativa	
B Caç 184	RI 2	"	Luanda / St.º António do Zaire	
C Caç 188	RI 4	"	Luanda/Pangamongo	
C Caç 194	BII 17	"	Luanda/Quinzau	
C Caç 195	BII 18	"	Luanda/Quelo	
C Cav 149	RC 7	"	Ambriz	
B Caç 185	RI 13	Julho	Luanda/Malange	
C Caç 190	RI 10	"	Luanda/Quibaxe	
C Caç 191	191	"	Mabubas	
C Caç 193	BC 10	"	Luanda/Malanje	
B Caç 186	BC 6	"	Luanda	
C Caç 187	RI 2	"	Luanda	
C Caç 189	RI 7	"	Luanda	
C Caç 192	RI 5	"	Luanda	

(Continua na página seguinte)

UNIDADES APRESENTADAS EM ANGOLA DESDE JAN A AGO61

UNIDADE	UNID. MOBILIZAD.	CHEGADA	DESTINO INICIAL	OBSERVAÇÕES
B Caç 261	BC 10	"	Fazenda Tentativa	
C Caç 267	BC 10	"	Mabubas	
C Caç 268	BC 10	"	Luanda/Ambriezete	
C Caç 269	BC 10	"	Luanda/Quibala	
C Caç 270	BC 10	"	Fazenda Beira Baixa	
B Caç 262	BC 10	"	Negage	
C Caç 266	BC 5	"	Luanda/Sanza Pombo	
C Caç 271	BC 10	"	Sanza Pombo	
C Caç 272	BC 10	"	Luanda/Maquela do Zombo	
B Caç 279	RI 2	"	Luanda/Henrique Carvalho	
C Caç 281	RI 2	"	Luanda/Luso	
C Caç 282	RI 2	"	Luanda/Camaxilo	
C Caç 283	RI 2	"	Luanda/Dundo	
Pel Mort 20	RI 8	"	Luanda/Vale do Loge	
Pel Mort 21	RI 10	"	Luanda/Damba	
Pel Mort 22	RI 12	"	Luanda/Quibaxe	
Pel Mort 23	RI 13	"	Luanda/S. Salvador	
Pel Mort 24	RI 14	"	Luanda/Ambriezete	
Pel Mort 25	RI 6	"	Luanda/Catete	
Pel Mort 26	RI 14	"	Luanda/Negage	
Pel Mort 27	RI 16	Julho	Luanda/Ambriz	
Pel Mort 28	RI 1	"	Luanda/Mabubas	
Pel Mort 31	RI 1	"	Luanda/Maquela do Zombo	
Pel Mort 32	RI 1	"	Luanda/Noqui	
Pel Mort 33	RI 14	"	Luanda/Sanza Pombo	
Pel Mort 34	RI 16	"	Cabinda	
Dest San 124	1.º GCS	Março	Luanda	Em Maio passou a H. M. Luanda
Del LMPAF 11	1.º GCS	Maio	Luanda	
CAMacas 197	1.º GCS	Junho	Luanda	
D Cir Mov 196	1.º GCS	Junho	"	Depois integrado no HML
DIAI 256	1.º GCS	Julho	"	
C Int 224	1.º GAM	Junho	"	
D Int 126	1.º GAM	Junho	Luanda/Negage	
D Int 208	2.º GAM	Junho	Luanda/Cabinda	
D Int 208 A	2.º GAM	"	Luanda/Noqui	
D Int 209	2.º GAM	"	Luanda/Ambriezete	
D Int 209-A	2.º GAM	"	Luanda/Noqui	
D Int 210	2.º GAM	"	Luanda/Salazar	
D Int 211	2.º GAM	"	Luanda/Ucua	
D Int 212	2.º GAM	"	Luanda/Mabubas	
D Int 213	2.º GAM	"	Luanda/Nambuagongo	
D Int 214	2.º GAM	"	Luanda/Toto	

(Continua na página seguinte)

UNIDADES APRESENTADAS EM ANGOLA DESDE JAN A AGO61

UNIDADE	UNID. MOBILIZAD.	CHEGADA	DESTINO INICIAL	OBSERVAÇÕES
D Int 215	2.º GAM	"	Luanda/Sanza Pombo	
D Int 216	2.º GAM	"	Luanda/S. Salvador	
D Int 217	2.º GAM	"	Luanda/Quibaxe	
D Int 228	2.º GAM	"	Luanda/Nova Lisboa	
D Int 228-A	2.º GAM	"	Luanda	
D Int 229	2.º GAM	"	Luanda/Sá da Bandeira	
D Int 229-A	2.º GAM	"	Luanda	
C Sap 235	RI 2	"	Luanda	

RESUMO

De Março a 31 de Julho de 1961, a Metrópole colocou em Angola:

* Múltiplos reforços a nível individual para aumentar a capacidade de actuação do Quartel General.

- 3 de Comandos Operacionais
- 18 Batalhões
- 18 Companhias Independentes (Caç-Art-Cav.)
- 2 Companhias de Polícia Militar
- 1 Grupo de Artilharia de Campanha
- 3 Companhias de Sapadores
- 1 Companhia de Construção
- 16 Pelotões de Morteiros
- 3 Pelotões de Canhão Sem Recuo
- 14 Destacamentos de Manutenção de Material
- 2 Companhias de Transporte
- 1 Destacamento Sanitário, origem do Hospital Militar de Luanda
- 1 Delegação do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
- 1 Companhia de Auto-Macas
- 1 Destacamento Cirúrgico Móvel
- 1 Destacamento de Inspeção de Alimentos
- 1 Companhia de Intendência
- 17 Destacamentos de Intendência
- 1 Companhia de Sapadores

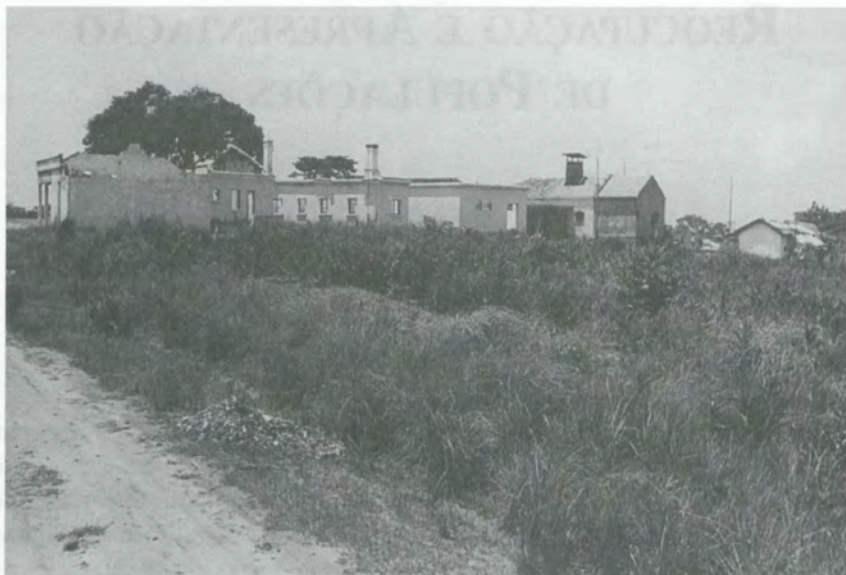
REOCUPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE POPULAÇÕES

À medida que se caminhava para o final do ano de 1961, os itinerários no interior da quadrícula que se foi constituindo foram sendo total e completamente dominados pelas nossas tropas; as fazendas do interior atingidas e em muitos casos reabertas, conseguindo-se recuperar muito da colheita do café que estava ameaçada, com o auxílio do Corpo de Voluntários. Ao mesmo tempo as matas que serviam de refúgio aos grupos, agora constantemente perseguidos por todo o lado, passaram a não ser invioláveis. As nossas tropas aprenderam a fazer todo o tipo de operações de guerrilha e a opor-se eficazmente ao inimigo, a progredir por escalões, a operar de noite e a fazer operações envolventes, com várias Unidades, partindo de variadas direcções e a efectuar progressões apeadas, quer através das matas, quer pelo capim.

Os Postos Administrativos foram progressivamente reocupados e as autoridades instaladas de novo. A normalidade voltava pouco a pouco.

Em 03 de Outubro, um Pelotão da Companhia de Artilharia n.º 100 recebeu ordem para ocupar Caiongo, o único Posto Administrativo que faltava.

Estava completamente destruído e as forças daquela Companhia já operavam com uma certa segurança na área e passavam em Caiongo com grande assiduidade. A instalação de uma autoridade administrativa na povoação revestiu-se de um simbolismo especial por representar o total controlo da área sublevada, o que permitiu ao Governador Geral de Angola e Comandante Chefe das F.A.A. referir em discurso de 07 de Outubro que "... pouco a pouco a máquina militar foi desenvolvendo o esquema de reocupação previamente traçado e hoje podemos afirmar que, não só apenas todas as povoações e Postos Administrativos estão de novo ocupados, como também não existem limitações aos movimentos que dentro do território nacional se decide efectuar..."



Caiongo (Circunscrição do Alto do Cauale) – Z.A. da CART 100 – Último Posto Administrativo do Norte de Angola a ser recuperado (03Out61)



Bispo de Malange, D. Gabriel, visita Caiongo (Nov1961)



Outro aspecto de Caiongo

Sempre que as nossas tropas ocupavam definitivamente uma povoação, alguns nativos, que haviam fugido e se tinham refugiado nas matas próximas, por medo da acção terrorista, por receio das nossas tropas cujas intenções desconheciam, ou por temerem virem a ser acusados de terem sido intervenientes nos assassinios e destruições, voltavam. Este regresso não se fazia imediatamente, mas constituía o corolário de um diálogo mudo, mas activo, entre nós e eles. Pressentíamos a sua presença por fogueiras recentes, por se avistarem ao longe, durante os patrulhamentos, grupos mais ou menos sossegados, ou porque sucedia apanhar-se um ou outro elemento isolado que trabalhava inadvertidamente nas lavras e não suspeitara da presença das nossas tropas. Em qualquer dos casos, ou se libertava o elemento nativo depois de tratado e alimentado, ou eram deixados panfletos, em locais de passagem, com apelos ao regresso.

A desconfiança entre os nativos das matas era, porém, muito grande e os grupos armados do In que passavam e deixavam entre eles elementos da sua confiança não os deixavam contactar-nos.

Estas populações viviam em condições extremamente difíceis. A alimentação talvez não lhes faltasse em absoluto, uma vez que tinham feito novas lavras longe da sua sanzala, mas faltava-lhes o sal, medicamentos, roupas e assistência médica e de outra natureza e o receio de serem atacados pelas nossas tropas não os deixava sossegados.

Logo que se aperceberam da sua existência, as nossas tropas passaram a exercer uma acção de chamamento através de panfletos, conforme está explicitado no quadro dos panfletos distribuídos.

Com muita persistência sempre regressavam alguns elementos, que às vezes eram em número apreciável. Quando tal sucedia, uma pequena povoação nativa nascia próximo do aquartelamento militar, constituindo-se pequenos aglomerados que davam vida a estes postos.

O número de regressados não era contudo significativo comparado com os fugitivos – muito dos quais se fixaram nos Congos ex-francês e ex-belga.

Em Agosto de 1961, inesperadamente para as tropas da região a Leste do paralelo Maquela do Zombo – Carmona, mais concretamente nas áreas operacionais do BCaÇ 88, (Damba), 92 (Sanza Pombo) e CCaÇ 100 (Cangola)²²⁷, as populações começaram a surgir de todos os lados em grupos enormes, correspondentes a povos inteiros conduzidos pelos chefes gentílicos, com bandeiras brancas e as armas inequivocamente em posição de paz, criando a pequenas patrulhas, que subitamente se viam envolvidas por manifestações de amizade,

(227) Esta área corresponde à zona de influência da NTO'BAKO, de Angelino Alberto. Ver mapa das zonas de influência dos partidos – pág. 67 – e referência à NTO BAKO no capítulo "Partidos Emancipalistas de Angola", pág. 83.

novas situações de dificuldade, a exigir enorme ponderação do seu comandante e muita calma.

PANFLETOS DISTRIBUÍDOS

DATA	LOCAL	MODO DE DISTRIBUIÇÃO	ELABORADO POR	ASSUNTO	REACÇÃO	FINALIDADE	LÍNGUA
SET 12	Nambuagongo Quipedro Quicabo Pedra Boa	Avião	Quartel General	A tropa e a Força Aérea só castigam os bandidos	Desconhecida	Regresso às Sanzalas	Português Quimbundo Quicongo
SET 20	Colonato do Vale do Lage	COMSec 2 Forças Terrestres Avião	Quartel General	idem	idem	idem	idem
SET 34	Vista Alegre Aldeia Viçosa Quitexe, Nova Caipemba, Toto Bembe, Bessa Monteiro, Songo Mucaba e Madimba	Avião	Quartel General	idem	idem	idem	idem

Chegados à povoação, as armas eram depostas e entregues às autoridades.

A algumas povoações chegaram muitas centenas de elementos, num total que rapidamente ultrapassou 150.000 homens, mulheres e crianças, que chegaram em estado depauperado e que urgia acolher.

Vivia-se um momento de apresentação em massa das populações destas áreas.

Para as Unidades estacionadas nesta região foi o início de uma actividade diferente. Se a acção militar teve que continuar, agora exclusivamente de vigilância contra acções da UPA, passou-se primariamente a pensar em termos de apoio social a estes povos.

Foi extraordinária a actividade das autoridades administrativas e militares que, sem grande dificuldade, se adaptaram à nova situação. As populações, após terem sido alimentadas e recebido um tratamento médico inicial, deslocavam-se para as suas áreas de habitação a reconstruir as sanzalas destruídas, tratar das suas lavras antigas e ajudar as patrulhas militares a reconstruir e melhorar o estado dos itinerários, junto dessas áreas.



Apresentação de nativos na área da CART 100 (BCaç 92). Posto de Caiongo



Distribuição de Sal



1.º Mercado após a apresentação – Dez 1961



Alguns apresentados pediam o baptismo dos seus filhos



Novos aldeamentos começaram a ser construídos com o apoio activo das nossas tropas



Negage-Dez61 – Apoio sanitário às populações apresentadas



Negage-Dez 1961 – Apoio sanitário



Mongovunda-Sanza Pombo-Dez 1961 – Assistência médica

As Unidades passaram a fazer patrulhamentos intensivos acompanhados pelo médico e enfermeiros, pelo que o estado sanitário das populações melhorou rapidamente.

Nalguns casos, como na área da Companhia de Artilharia 100, planearam-se e começaram a construir-se novos povoados, nos sobados ou regedorias mais importantes, numa entusiástica cooperação entre as nossas tropas e os nativos, prevendo os planos de reconstrução que se construísse uma residência em alvenaria para o soba, um posto médico, uma escola e um chafariz, trabalho que rapidamente ganhou forma em três ou quatro povoações que serviram de experiência para este plano da reocupação do território.

Os mercados semanais reapareceram nas povoações, agora controlados pelas autoridades militares, para que não se cometessem abusos, o que permitiu aos nativos começar a angariar fundos. Ali acorriam com sacos carregados de ginguba (amendoim), café ou maquesso (fuba) comprando, com o produto da venda, panos ou peças de vestuário, no comércio entretanto reinstalado.

Estas regiões mudaram radicalmente de aspecto e depressa se normalizou a situação militar, uma vez que passou a faltar ao inimigo o apoio destas populações que nunca nos atraíram.

Angelino Alberto, da NTO'BAKO, passou por estes povos falando-lhes sempre no sentido da colaboração com as autoridades portuguesas, com grande vantagem para as populações e para os militares.

O DESASTRE DO CHITADO

10Nov61

Face à exiguidade de efectivos existentes em Angola, à data do início da insurreição armada, a primeira prioridade para a ocupação territorial recaiu naturalmente, na ZIN.

Tornou-se, porém, evidente a necessidade de ocupar também o Leste e o Sul de Angola o que não pôde ser feito no momento desejável em que as populações se sentiam inseguras perante a avalanche de boatos e se admitia a possibilidade real de a subversão extravasar a ZIN. A ocupação dessas áreas fez-se ao ritmo da chegada de novas Unidades da Metrópole e no momento em que se tornou evidente o controlo seguro da ZIN e a sua estabilidade militar, o que veio a suceder em Outubro-Novembro de 1961.

A prioridade seguinte foi atribuída à ZIL – Zona de Intervenção Leste. O Comandante da 3.^a Região Militar com alguns oficiais do Quartel General visitou a região Leste, deslocando-se nomeadamente ao Luso e à Lunda, para onde foi deslocado 1 Batalhão e 4 Companhias de Caçadores.

Ponderou-se, em seguida, e iniciaram-se imediatamente os preparativos para a colocação de tropas no Sul, região onde alastrava a influência de Simão Toco (ver Seitas Religiosas – Tocoísmo), – que fora isolado na Baía dos Tigres – e onde se sentia uma certa agitação nos povos Ovambos, com reflexos na região aquém do Cunene.

Preparou-se nova missão de observação ao Sul da Província com o fim de reconhecer locais e instalações existentes para instalar tropas, de acordo com o que a evolução da situação, viesse a exigir. Prevvia-se visitar Forte Roçadas e Pereira de Eça.

A Missão partiu de Luanda num avião C-47 (DACOTA), no dia 10Nov61 às 0523 e aterrou em Sá da Bandeira às 0755, donde saiu às 0950, com destino a Forte Roçadas, conforme o que estava previsto, desconhecendo-se porque razão o plano de voo foi alterado.

Às 0950 – de acordo com informação da Força Aérea, já com o dia bastante quente (40°C), com turbulência característica da hora e do local, o

avião, talvez pelo facto de o piloto ter apertado demasiado a volta de observação do local de aterragem e não por falha mecânica, perdeu velocidade e sustentação o que o levou a roçar pela ramagem de uma árvore de grande porte e, de seguida, entrar em perda e embater no solo, em voo invertido.

No desastre pereceram a tripulação e todos os ocupantes, alguns dos quais desempenhavam altas funções militares, facto que constituiu forte consternação nos meios militares e civis pela invulgaridade de um acidente deste tipo, pelas altas qualidades que se atribuíam a uma equipa militar de reconhecido valor, numa época em que o entusiasmo numa vitória militar rápida contagiava toda a gente e ainda porque as populações sentiam bem que os militares morriam qualquer que fosse a sua patente, no cumprimento das suas missões.

Presta-se homenagem aos mortos deste tão trágico como inesquecível acidente, através dos seus nomes que respeitosa e lealmente lembramos:

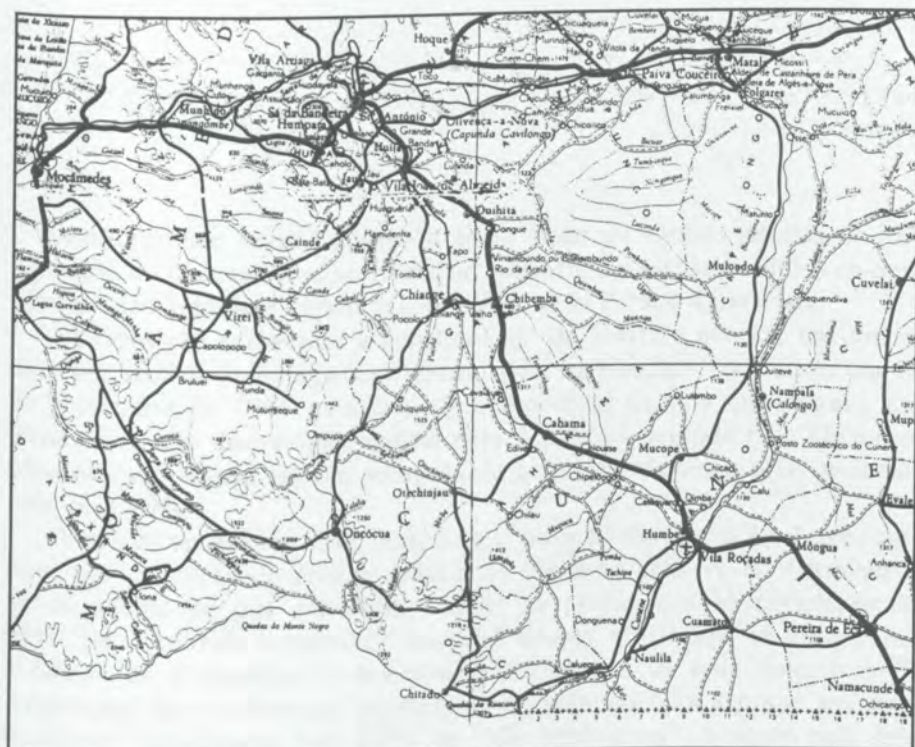
Mortos do Exército:

- General Carlos Miguel Lopes da Silva Freire, Comandante da 3.^a Região Militar e Comandante-Chefe Interino (Diário do Governo n.º 132, 2.^a série de 5 de Junho de 1961).
- Tenente Coronel de Artilharia, João Horta Galvão Ferreira Lima, Comandante do Regimento de Artilharia de Sá da Bandeira.
- Tenente Coronel do Corpo de Estado Maior, João de Oliveira Marques, Chefe de EM/QG/RMA.
- Tenente Coronel de Infantaria, José Eugénio Borges, Comandante do RI de Sá da Bandeira.
- Tenente Coronel de Engenharia, Jorge Luis Tedeschi Seabra, Comandante de Engenharia de Angola.
- Major do Corpo de Estado Maior, Jesofeth Monteiro de Figueiredo, Chefe da 4.^a Rep/QG/RMA.
- Major do Corpo de Estado Maior, Carlos Mota de Oliveira, Chefe da 3.^a Rep/QG/RMA.
- Capitão de Infantaria, António Aníbal Dias Pombo e Costa, Ajudante de Campo do Exm.º General Comdt da 3.^a R.M.

Mortos da Força Aérea:

- Brigadeiro José da Silva Correia, 2.º Comandante da 2.^a Região Aérea (Angola).
- Capitão Pil. Av. Francisco Fernandes Carvalho, Comandante de bordo do C-47.
- Ten. Pil. Av. José Manuel Boavida Chagas, 2.º Piloto do C-47.

- Alf. Pil. Nav. Arnaldo da Silva Luzia, Navegador do C-47.
- 1.º Sarg. R/T: Domingos de Oliveira Neiva, Radiotelegrafista do C-47.
- 2.º Sarg. MMA, António Rodrigues, Mecânico do C-47.
- 1.º Cabo MMA Manuel Freire Martins, 2.º Mecânico do C-47.



Localização de Chitido

A OPOSIÇÃO E AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 12 DE NOVEMBRO DE 1961

Embora fosse geral e maciço o apoio tácito da opinião pública do País à posição do Governo face ao Ultramar, subsistia um pequeno núcleo de opositores, constituído por alguns intelectuais e pelo Partido Comunista.

A Oposição aproveitou a oportunidade de abertura que lhe foi concedida por motivo da campanha eleitoral para as eleições legislativas de 12 de Novembro de 1961 para criticar o problema da luta em Angola, em termos que não estavam de acordo com a política seguida pelo Governo, preconizando aquela sempre soluções de aceitação da orientação estabelecida pela ONU.

Entre os opositores deve realçar-se a posição de Cunha Leal que, embora não concordando com a prática do Governo relativa ao Ultramar e sendo adepto de que deveríamos abrir as portas aos observadores da ONU para sentirem a realidade daqueles nossos territórios, vê claramente a falácia da argumentação dos nossos inimigos e os seus objectivos²²⁸. Argumenta que, se Portugal promettesse a independência a prazo aos seus territórios classificados pela ONU de “não autónomos”, o nosso país deixaria de ser atacado. Em muitos pontos Cunha Leal está implicitamente de acordo com o Governo mas, na essência, a divergência é também muito grande.

A determinação do Governo de defesa intransigente do que se considerava território português não aceitava variações à sua posição na apreciação do Ultramar.

Esta discussão lançada pela Oposição deverá ter causado alguma perturbação, nomeadamente na defesa da nossa posição nos palcos internacionais, como se depreende do documento do Ministro do Ultramar onde se diz “... ambiente causado oposição é deplorável. Convinha que viesse do Ultramar

(228) O Colonialismo dos Anti-Colonialistas, Dez 1961.

apelo unidade nacional e concorrência às urnas. Vexa decidirá melhor forma realizar esta orientação tendo em vista que Movimento para a Libertação de Angola manifestou apoio público oposição e que tese autodeterminação defendida oposição nos vai prejudicar brevemente no plano internacional...²²⁹.

Em 10 de Novembro, a Oposição executa novo e retumbante golpe público, através de um espectacular incidente que alertou a opinião pública e extravasou o secretismo das trocas de correspondência.

Um Super-Constellation da TAP, "Mousinho de Albuquerque", fora desviado, numa acção que constituiu um dos primeiros actos deste tipo da história da aviação comercial.

O avião descolara de Casablanca pelas 09H15m, com destino a Lisboa, transportando 34 passageiros, tendo o voo decorrido com normalidade até se atingir as proximidades da capital²³⁰, altura em que um dos passageiros, armado, declarou que ele e os seus companheiros haviam tomado conta do avião. Foram tomadas imediatas providências para que os passageiros não entrassem em pânico, após o que se enfrentou a situação.

Os assaltantes disseram ser da Oposição, que eram contra o governo de Salazar e que pretendiam ir a Lisboa, passar sobre Alcântara, Terreiro do Paço, da "malta fixe" do Barreiro, sobrevoar Beja e Faro, para lançar panfletos e depois aterrar em Tânger.

O chefe do grupo assaltante – Palma Inácio, ex-furriel mecânico da Aero-náutica Militar, perante a declaração do comandante de que não havia combustível suficiente, consultou o plano de voo e declarou que o combustível chegava. Retorquiu ainda o comandante que não era possível lançar panfletos pois a cabine era pressurizada ao que Inácio declarou, perfeitamente conhecedor das possibilidades do avião, que se descesse abaixo dos 3.000 metros não haveria problemas.

Foi mais um acto espectacular da Oposição que teve certamente reflexos no campo internacional, onde a situação de Angola continuava presente e qualquer acontecimento deste tipo era explorado da forma menos conveniente aos interesses nacionais definidos pelo governo.

No fundo, o desvio do avião era explorado no sentido de considerar a política ultramarina seguida pelo Governo Português como a política de um homem e não de um povo, que se pretendia libertar, isto ao arrepio do sentimento generalizado de Nação, que considerava a luta no Ultramar justa e necessária.

(229) Telegrama do M. Ultramar ao Governador Geral de Angola, de 09 de Novembro de 1961.

(230) Entrevista com o Comandante da TAP, Marcelino, Comandante do avião desviado: "Revista Aerius", Outubro 1985, da APTCA – Associação Portuguesa de Tripulantes de Cabine, Set. 1985

A INVASÃO DA ÍNDIA PORTUGUESA

A tomada de Nambuangongo, em 09 de Agosto de 1961, considerada inexpugnável pelos nossos inimigos, deu alento ao Governo português quanto à posição tomada de defesa de Angola, mas as suas preocupações não cessavam, antes se agravaram, subitamente, quando se desenhava nova ameaça, agora na Índia.

O governo da União Indiana submetera, por essa altura, ao seu parlamento e obtivera a aprovação deste, um projecto de Lei cujo objectivo era o de integrar na União, como territórios seus, os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar Aveli²³¹, o que colocava em perigo toda a nossa posição naquelas paragens e imediatamente o futuro de Goa, Damão e Diu.

A situação no Oriente e as relações com a União Indiana foram-se deteriorando nos meses seguintes, atingindo-se uma situação de iminente confronto militar no mês de Dezembro, quando a União Indiana colocou, nas nossas fronteiras, poderosas forças regulares, prontas para a invasão dos nossos territórios, em volume que não deixava dúvidas quanto ao desfecho da contenda. O Governo Português tinha a absoluta certeza de que era impossível sustentar a invasão e da retumbância que a ocupação de Goa, Damão e Diu poderia ter nos restantes territórios ultramarinos, em especial em Angola, onde se estava também em luta pela integridade dos territórios portugueses.

Em 10 de Dezembro foi recebida no Governo Geral de Angola uma mensagem em que se considerava iminente o ataque da União Indiana contra Goa e que deveríamos prever o pior e pensar na hipótese de ficarem prisioneiros muitos portugueses cuja libertação seria necessário negociar no futuro²³². Acrescentava ainda o documento que se deveriam sujeitar imediatamente os súbditos da União Indiana em Angola a vigilância, bem como exercer-se um controlo sobre os seus interesses e prever o seu internamento no momento oportuno.

(231) Nogueira, Franco: "Salazar"; Vol. I, "A Resistência" (1958-64) – Pág. 317 e seguintes.

(232) Mensagem 377-Sec, em arquivo, do Ministro do Ultramar, para o Governador Geral de Angola.

Mas o governo continuava a desconhecer qual a data da invasão e, inclusive, se ela se concretizaria. Em 15, é recebido novo telegrama em Luanda em que se afirmava que, segundo informações do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos E.U.A., se esperava o ataque da União Indiana no dia 15²³³ e se alertava ser natural que os movimentos subversivos em Angola aproveitassem a ocasião para aumentarem as suas actividades na convicção de que a queda de Goa implicaria a queda do governo e o desmoronamento da nossa política ultramarina. O documento determinava o reforço de todas as medidas de segurança e fazia a afirmação de que o governo estava determinado a continuar na linha traçada da defesa intransigente do território nacional.

Como é sabido, a invasão só se iniciou ao cair da noite de 17 de Dezembro, a qual determinou a queda da Índia Portuguesa nas mãos da União Indiana, pela acção esmagadora da avalanche das suas tropas.

Este acontecimento teve forte eco em todo o país mas nulo impacto no desenrolar das operações em Angola que continuaram a desenrolar-se com determinação. Estavam, naquela ocasião, as nossas tropas a enfrentar com vigor, a primeira época das chuvas passada em campanha, que tantos receavam, mas que se revelava afinal ao alcance das suas possibilidades, ainda que exigisse um substancial aumento de esforços e sacrifícios.

(233) Idem, Telegrama 379-Sec, de 15 de Dezembro de 1961.

SITUAÇÃO EM CABINDA

CRIAÇÃO DO CENTRO INTER-ARMAS

CABINDA

O Distrito de Cabinda constitui um enclave localizado 50 quilómetros a Norte da foz do rio Zaire, encaixado entre o Atlântico e os Congos ex-belga e ex-francês. Tem uma área de 7 280 Km², o que corresponde aproximadamente ao nosso Algarve e à centésima parte de Angola, e as suas fronteiras, excepto o Atlântico e a parte Este – rios Luango e Lucula, – são convencionais e, consequentemente, muito permeáveis a infiltrações.

Com uma população de cerca de 60.000 habitantes, Cabinda era considerada uma terra rica, sobretudo em petróleo e madeiras.

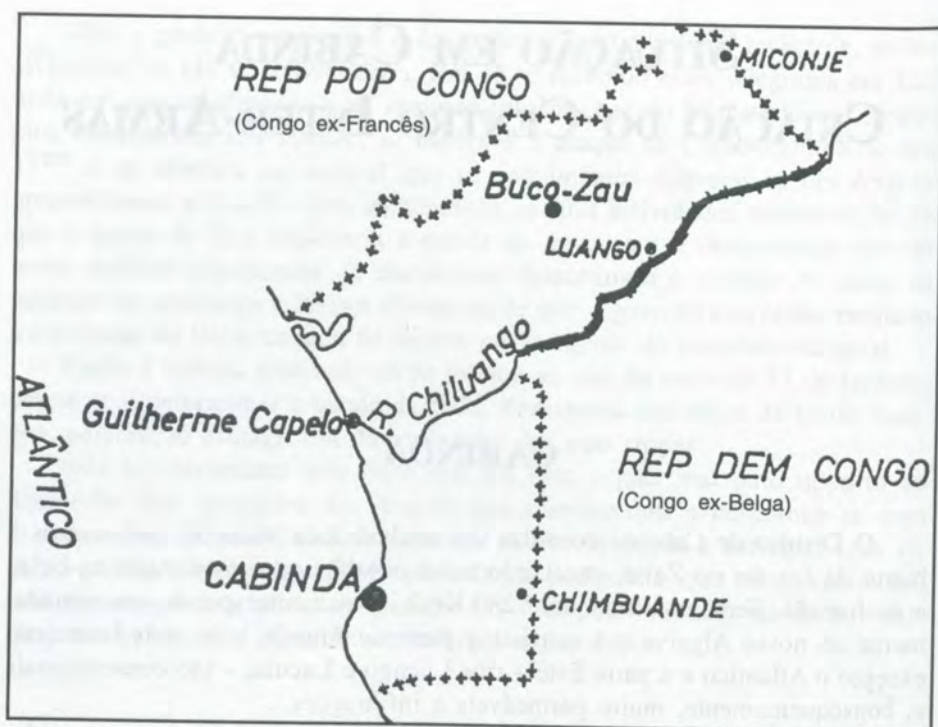
Enquanto, em Março de 1961, os terroristas massacravam os brancos, negros e mestiços a Sul do rio Zaire, no Enclave não se verificavam acontecimentos graves, embora o inimigo não houvesse desistido deste território e nele intensificasse a sua acção subversiva.

Em 12 de Abril de 1961, ocorreram no Enclave de Cabinda os primeiros atentados ordenados pela UPA. Ao mesmo tempo que uma patrulha militar era emboscada em Tando Zinze e sofria três mortos. Trinta quilómetros a norte era atacada a povoação de Zenza, morto um europeu e assaltada uma fazenda no Limano, com o assassinio dos proprietários, tendo sido utilizadas no ataque espingardas e pistolas-metralhadoras.

Receando as forças da ordem, ou ameaçados pelo inimigo e temendo acções terroristas contra as suas aldeias, o que aliás se verificou com frequência, centenas de nativos fugiram para os Congos.

A partir de Setembro, o esforço da UPA – único partido então militarmente organizado frente a Cabinda – desenvolveu-se no Maiombe, região acidentada e coberta de floresta muito densa e novas fugas de população se verificaram²³⁴.

(234) O Caso de Angola, ed. EME.



O Enclave de Cabinda

O notável trabalho desenvolvido pela 1.^a Companhia de Caçadores Especiais em Cabinda, chegada ao território em Junho de 1960, foi certamente o grande responsável por não se terem verificado acontecimentos graves no Enclave no período inicial e é digno do maior realce. Em directiva para a Acção Psicológica, no período de Julho/Agosto de 1960, cerca de 8 meses antes do eclodir da subversão activa, o Comandante daquela Sub-unidade referia²³⁵:

“...Em relação aos adultos é bom ter sempre presente que se nós lhes não chamarmos irmãos, outros lhes chamarão camaradas. Temos de fazer assistência sem magoar, sem lhes mostrar que são pobres, sem que se sintam feridos no seu orgulho por receberem. Importa dar como “presente” e não como “esmola”. Aceitar sempre a retribuição mesmo que insignificante. Auscultar os seus anseios para, se pudermos, lhes conseguirmos satisfação...”.

(235) Capitão A. Soares Carneiro.

Mas as nossas tropas do Enclave, com preparação especial adquirida na Metrópole, não descuraram nunca a hipótese de ter que intervir militarmente porque a ameaça era evidente.

E foi em Cabinda que o CCFAA²³⁶ pensou criar o primeiro centro de instrução para missões especiais, na sequência do seu despacho de 12 de Setembro de 1961, que se transcreve, surgido em consequência da evolução da situação operacional²³⁷:

“... 1 – Não obstante a manifesta boa vontade e desejo de cumprir das nossas tropas, a experiência demonstrou já que o tipo de guerra que vimos enfrentando mostra, à evidência, que há necessidade de dispormos de uma “4.ª força” com a missão especial de contra guerrilha, uma vez que as unidades militares normais não estão, por natureza, em condições de a desempenhar.

2 – As tentativas de ordem teórica feitas até agora, nesse sentido, foram goradas; ora, a verdade é que é urgente e inadiável resolver o problema dado que com a vinda das chuvas as tropas perderão toda a pequena mobilidade que lhes resta ainda e terão inevitavelmente de se limitar à manutenção das posições que vierem a ocupar no dispositivo de inverno, bem como à vigilância das vias de comunicação que permitirem passagem.

3 – A descoberta de três brancos na missão de reconhecimento à ilha do Dange indica, à sociedade, que é possível manter, no meio da floresta, gente civilizada à europeia, desde que seja devidamente seleccionada entre os europeus que satisfaçam determinadas condições, entre os quais são dignos de realce uma sólida formação moral, uma considerável resistência física, conhecimentos adequados e suficientes de “sobrevivência” em ambientes hostis e, sobretudo, uma mística.

4 – Além disso, é de ter em atenção que a orgânica dos grupos anti-guerrilha têm uma importância fundamental. Eis porque neles se exige uma grande mobilidade, aliada a um considerável poder de fogo. Ora isto implica um aligeiramento quer no que concerne ao equipamento, que deve ser muito simples, quer no respeitante ao efectivo de homens que deve ser diminuto; quer, ainda, ao armamento que deve ser poderoso.

5 – Deve-se atentar no facto de que os problemas agora e aqui expostos necessitam de um tratamento adequado e conveniente, uma vez

(236) General Venâncio Deslandes.

(237) De “A História dos Comandos”.

que, até ao momento, não tivemos ainda, infelizmente, qualquer experiência no assunto e que a sua resolução não pode ser deixada à mera intuição pessoal ou à especulação intelectual. É, pois, indispensável arranjar uma fórmula mais séria de trabalhar com segurança, não se descortinando outra senão a constituição de um Centro Inter-Armas, no qual se proceda a estudos e experiências que permitam tirar as conclusões mais razoáveis.

6 – Tal Centro deverá ser localizado no ambiente hostil de Cabinda, onde as florestas possuem o seu maior desenvolvimento.

7 – Para começar, hão-de ser utilizadas, como plano de prova, uma sub-unidade paraquedista e uma sub-unidade indígena, para estudo dos grupos...”

Em Setembro de 1961 foi instruído o governador do Distrito e comandante militar para, com urgência, organizar e dirigir um Centro de Instrução de Missões Especiais, tendo em vista que dispusesse de 100 grupos mesclados de contra-guerrilha para o início da época das chuvas que se avizinhava.

Em nota de 05 de Outubro, o governador do Distrito propunha a instalação do Centro, nos edifícios da antiga Administração do Maiombe, em Bucu-Zau e que deveria considerar-se a hipótese de o curso ter quatro semanas, o que fazia com que só em princípio de Janeiro de 1962 fosse possível lançar em missões especiais, os primeiros grupos de Comandos de Contra-guerrilha.

Ao mesmo tempo que os preparativos para o curso progrediam era feito um convite, divulgado em toda a Região Militar de Angola, nos seguintes termos:

“... O general comandante chefe convida os oficiais, sargentos e praças das Forças Armadas para servirem em missões especiais.

Para a execução destas missões exige-se, em alto grau, total abnegação, grande espírito de sacrifício, alta compreensão do dever militar perante os perigos que ameaçam a Pátria e um desejo incontido de vencer. Côncio de que as virtudes da raça portuguesa não esmoreceram, espera que um número importante de voluntários se apresente e assegura-lhes que a Pátria se orgulhará da sua acção e lhes dará as recompensas que o seu valor e mérito merecerem...”

Foram-se reunindo em Bucu-Zau os oficiais designados para orientar a instrução do Centro²³⁸ preparando as carreiras de tiro, pistas de risco, de tiro e de combate e melhorando as condições de habitabilidade de Bucu-Zau.

(238) O Centro passou então a designar-se por Centro Inter-Armas (C.I.A.), como se referia no n.º 5 do despacho do CCFAA.

Fizeram-se reconhecimentos, fichas de instrução e de controlo e recrutaram-se, localmente, nativos especialistas na identificação de plantas utilizáveis, na pistagem e para guias da área. Fez-se uma reduzida escola de quadros reunindo conhecimentos e experiência que os instrutores, idos de Cabinda e dos Dêmbos e um expressamente da Metrópole, tinham acumulado²³⁹.

Em 29 de Novembro iniciou-se o estágio experimental com um período de instrução de 15 dias consecutivos, sendo utilizados como instruendos um pelotão de paraquedistas e seis praças I.

O estágio decorreu muito satisfatoriamente, mas a ideia do Centro morreu neste período experimental, por terem sido postas dificuldades pela 3.^a Rep/EME, CEME e Ministro do Exército, não obstante ter havido cerca de 1.500 militares a aceitarem o convite. Mesmo o General Comandante da Região Militar de Angola não era favorável à criação de unidades especiais de voluntários, por recear que “isso baixaria o moral e o carácter ofensivo que se vinha imprimindo à massa das tropas regulares”, julgando preferível caminhar-se no sentido de uma melhoria da organização e equipamento de todas as Unidades para se adaptarem à referida luta e ao meio em que se encontravam.

Devido à intensa actividade operacional e à acção psicológica das Forças Militares – o Distrito fora então reforçado com novas Unidades – as fugas de nativos, sempre inevitáveis em épocas de confusão, foram mínimas em 1962, 63 e 64 e terminaram em Maio de 1965. Estas fugas consistiam, em geral, em deslocamentos de pequenos grupos que se juntavam a familiares do outro lado da fronteira e que regressavam mal sentiam a situação mais calma o que, em geral, ocorria poucos meses após a partida.

Dos 20.000 fugidos para os Congos, 10.000 apresentaram-se até 1964. E mais não o fizeram porque o inimigo os impedia pela força ou convencendo-os de que seriam vítimas de represálias das NT.

Alguns europeus que em 1961 tinham procurado refúgio na Metrópole, em breve regressaram a Cabinda.

(239) Os elementos referidos sobre o Centro foram facultados pelo General Soares Carneiro, então comandante da 1.^a CCE.

ACÇÃO MILITAR

SÍNTESE DO 1.º ANO

Em Março de 1962 – um ano após o início da subversão activa no Norte de Angola, a síntese das acções inimigas era a constante do quadro que se apresenta:

	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	SOMA
Cortes de pontes												
UIGE	-	6	21	6	6	3	-	-	1	-	-	43
QUANZA NORTE	-	1	7	1	1	-	-	-	-	-	-	10
LUANDA	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	5
ZAIRE	-	3	-	1	-	1	2	3	1	-	-	11
CABINDA	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
MALANGE	-	-	2	12	2	-	-	-	-	-	-	16
	-	10	32	23	12	4	2	3	2	-	-	88
Estradas cortadas												
UIGE	10	16	11	2	4	-	-	-	-	-	-	43
QUANZA NORTE	2	-	5	2	1	1	-	-	-	1	-	12
LUANDA	-	-	-	2	3	-	1	-	3	-	-	9
ZAIRE	-	2	1	-	1	-	1	-	-	-	-	5
CABINDA	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	13	19	17	6	9	1	2	-	3	1	-	71
Ataques a Fazendas												
UIGE	4	16	16	10	7	3	2	2	-	1	7	68
QUANZA NORTE	3	9	9	9	7	1	4	-	3	1	-	46
LUANDA	-	1	5	1	5	-	-	-	-	-	-	12
ZAIRE	-	-	1	1	1	5	1	2	-	-	-	11
CABINDA	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	10	26	31	21	20	9	7	4	3	2	7	140
Ataques a Povoações												
UIGE	8	19	10	-	1	-	-	-	1	-	2	41
QUANZA NORTE	4	2	-	-	2	1	-	-	1	-	-	10
LUANDA	2	1	1	-	-	-	-	2	-	-	-	6
ZAIRE	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-	1	5
CABINBA	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
	15	24	11	1	3	2	-	3	2	-	3	64

(Continua na página seguinte)

	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	SOMA
Ataques a Forças CV												
UIGE	-	-	-	-	-	2	2	7	9	5	9	34
QUANZA NORTE	-	-	-	-	-	-	1	1	3	-	-	5
LUANDA	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	4
	-	-	-	-	-	2	3	8	15	5	10	43
Ataques a Colunas Civis												
UIGE	1	3	1	1	3	1	2	-	1	-	2	15
QUANZA NORTE	-	-	2	1	2	-	4	-	1	-	2	11
LUANDA	-	-	2	1	1	2	2	-	-	1	1	10
	1	3	5	3	6	3	8	-	2	1	5	36
Acções sobre Forças Militares:												
- Emboscadas e ataques												
UIGE	2	21	27	16	15	20	16	9	7	10	11	154
QUANZA NORTE	3	2	5	5	15	13	3	5	7	7	10	75
LUANDA	1	-	1	12	23	20	11	20	15	6	22	131
ZAIRE	2	4	2	5	14	6	14	8	5	18	4	82
CABINDA	1	-	-	1	3	1	1	-	1	-	-	8
MALANGE	-	2	1	5	1	-	-	2	1	-	-	12
	9	29	36	44	71	60	45	44	36	41	47	462
- Flagelações												
UIGE	-	-	-	4	6	2	1	-	2	3	7	25
QUANZA NORTE	-	-	-	1	3	-	-	-	-	1	3	8
LUANDA	-	-	-	-	-	1	4	-	6	8	22	41
ZAIRE	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
CABINDA	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
MALANGE	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	3
	-	-	-	5	10	3	6	1	10	12	32	79

Da análise dos elementos apresentados podemos concluir:

- As acções In foram aumentando sucessivamente, nos primeiros meses de 1961, provando que a subversão se deu progressivamente, por justaposição de elementos descontentes que não puderam ser controlados oportunamente, pelas NT, na primeira fase da subversão.

Todas as modalidades de acção inimiga atingem um máximo para depois descenderem até fins de 61 verificando-se, a partir desta altura, uma tendência geral de aumento das acções do In, com excepção das levadas a efeito sobre vias de comunicação. Estas, consideradas como meio passivo de defesa para garantia da sua impunidade, subiram progressivamente até Jun61 para decrescerem, continuamente, até praticamente se anularem. Este abaixamento indica uma evolução dos processos do In que substituiu os métodos passivos por outros, activos, de maior rendimento.

As acções sobre civis - fazendas, povoações e colunas - tal como as acções sobre itinerários, foram sucessivamente crescendo até Mai61,

para decaírem quase continuamente, até Jan62 e voltarem depois a subir a partir desta data. A interpretação deste facto sugere-nos igualmente, a progressividade verificada na subversão e, posteriormente, a acção repressiva levada a efeito pelas NT sobre as quais o In passou então a exercer a sua acção. A tendência de nova subida, a partir de Janeiro, integra-se num recrudescimento geral da acção In verificado, podendo atribuir-se este aumento à directiva política, anunciada pelo In, de destruição da economia angolana.

As acções sobre forças militares subiram continuamente até Set61. Esta subida deve atribuir-se mais à entrada progressiva de novos elementos das NT, em operações ofensivas, do que basear-se num aumento de simples agressividade do In. Confirma esta hipótese o facto das baixas sofridas pelas NT subirem até aquela data. As acções In sobre forças militares, tal como sobre elementos civis, reduziram-se depois até fins de 61, demonstrando em 62, uma tendência nítida para subir. Esta tendência de subida, claramente definida a partir dos princípios de 62, embora se filie na tendência geral de aumento já apontada, deve ser atribuída a um reforço de armas e munições que permitiu ao In um aumento brusco das suas acções de flagelação.

A implantação das acções ofensivas In, verificadas nos últimos seis meses nos Sectores 2 e 4, mostra-nos que elas se processaram, na sua maioria em zonas que, estudos comparativos posteriores, permitiram concluir fazer parte de linhas de infiltração habituais do In.

As acções In sobre elementos do Corpo de Voluntários (CV) conduzem à constituição duma curva de interpretação mais difícil. A referida curva mostra uma tendência de subida a partir do começo de 62, facto que se integra na tendência geral de subida de todas as acções In, mas as acções sobre o CV só se verificaram a partir de Set, atingindo um máximo em Dez, ou seja no período em que as outras acções, dum modo geral, atingiram o seu mínimo. Esta divergência aparente é provocada pela reocupação progressiva de zonas de interesse vital, económico e tático para o In.

O abaixamento geral verificado nas acções ofensivas sobre militares e civis, em fins de 1961, e a tendência geral de subida a partir desta, especialmente em acções de flagelação, parece indicar que se processou um mais intenso reabastecimento do In durante o período de baixa. Esta hipótese é tanto mais correcta quanto é certo que em princípios de Janeiro se realizou a Assembleia Geral da ONU, que o In desejaria fazer acompanhar da necessária acção militar que justificasse as reclamações apresentadas naquela Assembleia.

Num estudo sobre as técnicas e os meios utilizados pelo inimigo nas suas acções e também sobre os objectivos visados, durante o primeiro ano de operações, constata-se que é possível, duma maneira geral, dividi-las em quatro fases²⁴⁰, cujas características constam do quadro comparativo que, a seguir, se apresenta, onde pode ver-se a evolução das modalidades de acção do In, material utilizado, objectivos e áreas preferenciais de actuação, no período considerado, ou seja ao fim de um ano de campanha.

Estas fases estão bastante interligadas, sem uma separação nítida no espaço e no tempo; todavia, sentiu-se bem a passagem de umas para as outras, pelo que a evolução apresentada se reveste de grande importância para o estudo da luta subversiva em Angola²⁴¹.

Pelo tecnicismo que representava e pelo remuniciamento a que obrigava, considera-se como ponto mais característico para o estudo comparativo das actividades do In, a utilização de armas automáticas. De elementos oficiais constata-se:

- o numero total de acções em que o In empregou armas automáticas foi sucessivamente crescente em cada mês;
- o aumento geral verificado ocorreu onde, do antecedente, já haviam sido referenciadas armas automáticas o que leva a supor ter havido um reabastecimento intenso de munições, a par de um aumento das armas automáticas;
- as 120 acções com armas automáticas comunicadas nos dois últimos meses de 1961 e os dois primeiros de 1962 ocorreram em maior número na área grosseiramente definida pelo rio Loge, a norte, rio-Dange a leste e sul e meridiano de Quicabo, região em que se verificaram 90 acções;
- das restantes 30 acções, metade incidiu sobre a região de Bessa Monteiro e outras tantas nas zonas dos Distritos de Uige e Zaire onde o In desenvolveu actividade;
- na zona fronteiriça não houve acções com armas automáticas. Este facto indicia que a mesma zona era fundamentalmente uma área de passagem de armas e de pessoal.

(240) Com a explosão da 1.ª mina anti-carro, em Junho 62, iniciou-se um 5.º período da guerrilha que incluímos já no quadro comparativo apresentado.

(241) Quadro extraído do Relatório, do Comando da RMA, relativo ao período de Março 1961 a Março de 1962.

	1.ª Fase	2.ª Fase	3.ª Fase	4.ª Fase	5.ª Fase
ARMAMENTO	- Armas brancas, especialmente catanas.	- Catanas - Canhangulos - Armamento roubado na 1.ª fase (Postos fiscais, administrativos e fazendas)	- Canhangulos - Espingardas - P. Metralhadoras - Carabinas - Algumas granadas - Poucas armas e munição escasso	- Aumento nítido de armas de repetição e automáticas (especialmente PMetr) - Grande quantidade de munições - Abandono progressivo do canhangulo	- Abundância de armas automáticas incluindo metralhadoras - Abundância de munições e granadas de mão - Existência de minas e explosivos
TIPO DE ACÇÃO	- Assaltos indiscriminados por massacre de núcleos isolados.	- Assaltos em massa - Cortes generalizados de itinerários	- Guerrilha incipiente com fins defensivos	- Guerrilha pura com fins defensivos e ofensivos - Acção psicológica prolongando a acção militar	- Guerrilhas sobre as NT - Acções de flagelação, material e psicológica, sobre as populações
CARACTERÍSTICAS	- Pequenos grupos - Actuação simultânea em vários locais - Ferocidade - Preparação militar nula	- Grupos grandes procurando impressionar pelo número e pela vozearia	- Pequenos grupos leves, com grande mobilidade - Emboscada - Actuação regional - Preparação militar média	- Pequenos grupos mov. enquadados - Emboscada e golpe de mão - Vigilância cuidada e permanente - Treinamento em quartéis - Preparação militar regular	- Peq. grupos móveis, furtando-se ao contacto e manobrando - Bem armados e enquadados - Emp. de minas e arm. isoladamente, ou em acção de fogo - Rendim. elevado das acções - Boa prep. militar, adquirida no estrangeiro ou à custa do estrang. e em quartéis no n/ território
OBJECTIVO	- Fazendas - Postos Administrativos e Fiscais	- Inicialmente: Pilhagem simples de povoações e Fazendas - Posteriormente: Pilhagem seguida de destruição	- Forças militares e militarizadas	- Forças militares e militarizadas - Objectivos económicos	- Forças militares a militarizadas - Objectivos psicológicos e económicos
FINALIDADE	- Efeitos psicológicos (terror, insegurança para os atacados; auto confiança e entusiasmo para os atacantes) - Efeitos políticos - Conquista de armamento	- Aumento de efeitos psicológicos (terror acarretando o êxodo) - Obtenção de provisões - Ruína económica das zonas assaltadas	- Desgaste - Defesa das matas e segurança pessoal dos incriminados	- Desgaste material - Descrédito das NT - Desmoralização geral - Ruína económica - Domínio duma região c/ repercussão política e psicológica	- Apressamento da finalidade já constante da fase anterior
ZONAS MAIS Atingidas	- S. Salvador, Madimba, Buela, Luvaca e Cuimba - Nova Caipemba, Carmona, Quitexe, Vale do Loge e Dange - Nambuangongo, Zala e Quimbembe	- Quasi todo o distrito do Uíge - Metade Norte do distrito do Quanza Norte - Parte NE do distrito de Luanda	- Nas zonas referidas na fase anterior - No distrito do Zaire, especialmente nas zonas: Lufico - Tomboco - Bessa Monteiro	- Dentro da área definida pelas linhas gerais: Nôqui-Lufico-Quinzau-Quicabo-Ucua-Quibaxe-Camababela-Mucaba-Maquela	- As mesmas da fase anterior tentando alastrar para Sul e Leste

Fases e modalidades de acção In

O número de elementos da população que fugiram para as matas ou para o estrangeiro, por motivo dos acontecimentos de Março de 1961 e os que regressaram até ao fim de 1 ano de guerrilha são apontados no quadro seguinte:

DESTINO	FUGIDOS	DESTINO		REGRESSADOS	EM FALTA
		ESTRANG	MATAS		
CABINDA	17.000	17.000	-	3.000	14.000
ZAIRE	72.754	50.000	22.754	90	72.664
UIGE	380.000	99.000	281.000	177.000	203.000
				19.000/ESTRAN	
LUANDA	39.250	-	39.250	1.074	38.176
QUANZA N	41.900	-	41.900	14.000	27.900
MALANGE	7.700	700	7.000	2.000	5.700
SOMAS	558.604	166.700	391.904	197.164	361.440

Elementos da população fugidos

Apreciando este quadro verifica-se que:

- do total de fugitivos já haviam regressado cerca de 35%;
- do total da população regressada, só 10% vieram do estrangeiro;
- existiam ainda no estrangeiro cerca de 140.000 refugiados, apoiados pela Cruz Vermelha, que constituíam uma massa de recrutamento de terroristas e um factor de exploração política a nível internacional.

“CENTAURO GRANDE”

E

SITUAÇÃO MILITAR NA ZONA DE INTERVENÇÃO NORTE

A partir do mês de Maio de 1962, a grande preocupação do Comando da Região Militar de Angola centrou-se na remodelação do dispositivo, tendo em vista recuperar Unidades que haviam sido submetidas a um esforço intenso durante o ano anterior. Algumas delas colocadas em áreas difíceis, foram substituídas por outras mais frescas mas inexperientes, enquanto se mantiveram as sediadas em zonas de dificuldade e esforço médio. Iniciou-se ainda a cobertura das regiões não afectadas, no Centro e no Sul da Província, objectivo pensado desde início e que só agora era possível atingir ainda que parcialmente. Pretendia-se, em resumo, conciliar a eficiência das Unidades com a necessidade de as refrescar.

O mês de Maio de 1962 ficou conhecido pelo “mês das rendições”.

Todas as Unidades esperavam ser deslocadas para regiões mais calmas, mas a verdade é que algumas haviam sido submetidas a um desgaste anormal e era necessário recuperá-las, enquanto outras apenas sentiram o desconforto prolongado de uma vida no mato, sem a presença constante do inimigo.

A complexa operação de remodelação do dispositivo ficou documentada no Plano de Operações “Centauro Grande” que, para o efeito e quanto à acção das nossas tropas, considerava a Zona de Intervenção Norte (ZIN), subdividida em Zona Recuperada e Zona não Recuperada.

A Zona Recuperada era a área onde a ocupação militar, quer por operações executadas, quer pela presença das forças, mantinha as populações em convivência, e em cooperação, compreendendo as regiões para Leste do meridiano de 15° (meridiano Carmona-Maquela do Zombo), desde a fronteira Norte até ao rio Dange; as regiões para sul da frente Luanda-Úcua e uma faixa costeira, englobando Caxito, toda a estrada Ambriz-Ambrizete-Santo António do Zaire que se alargava, no extremo norte, de forma a conter a ponta NW do Distrito do Zaire, para oeste da estrada Quelo-Pedra do Feitiço.

A Zona não Recuperada, envolvida pela Zona Recuperada, era constituída por três faixas: a faixa da fronteira norte, entre Nóqui e Luvaca, com a profun-

didade de cerca de 50 Km; uma faixa central e o núcleo sul, correspondendo sensivelmente à região dos Dembos, entre o rio Lué e o rio Zenza.

O conceito da operação de rendição das Unidades, considerada muito sensível, obedecia às seguintes linhas de orientação:

- exercer o esforço na faixa da fronteira em 1.^a prioridade e no núcleo sul da Zona não Recuperada, de modo a:
- na faixa da fronteira, dificultar ao máximo as penetrações no Território Nacional por um intenso reconhecimento de toda a região e por uma constante acção sobre as linhas de infiltração e locais de estacionamento do In; no núcleo sul, aniquilar os bandos terroristas por uma acção agressiva, persistente e generalizada de grupos de combate orientados vigorosa e astuciosamente na sua procura e destruição;
- negar a ligação entre a faixa de fronteira e o núcleo sul, pela intercepção das linhas de infiltração do In sobre os grandes obstáculos naturais e sobre a transversal Ambrizete-Lucunga e, com o apoio da FAP, pela destruição de concentrações referenciadas;
- isolar a zona não recuperada, impedindo, em especial, que as penetrações no Território Nacional contornassem a faixa da fronteira;
- promover a pacificação e recuperação das populações, cooperando com as Autoridades Administrativas e assegurando que, progressivamente, lhes fosse restituída a totalidade dos poderes civis.

Para que este conceito de operação fosse cumprido o próprio Plano de Operações “Centaurus Grande” cometia uma intensa actividade operacional a todos os Sectores e dava uma importância muito grande aos trabalhos de Engenharia que deveriam garantir os movimentos em tempo oportuno.

Ao Batalhão de Engenharia 234 era dada a missão de abertura e manutenção dos itinerários, segundo duas prioridades, incidindo a primeira nos caminhos: Gombe-Quibulo-Fuilancasse-Mutemo-Luvembo-Luvo-Buela e Quipedro-Nambuanguongo-Quicunzo-Muxaluando-Quibaxe, enquanto a 2.^a prioridade recaía no itinerário Nóqui-Luvo.

Em “Instruções de Coordenação” do mesmo Plano, é evidente essa preocupação quanto a trabalhos de Engenharia ordenando-se que as Brigadas de Obras Públicas (OP) executassem a abertura e manutenção em 1.^a prioridade dos seguintes itinerários: Luanda-Dondo-Lucala-Samba, Cajú-Negage-Maquela-Quimbata; Luanda-Mabubas-Úcua-Quibaxe-Quitexe-Negage; Caxito-Ambriz-Ambrizete; Mabubas-Nambuanguongo; Ambrizete-Tomboco-S. Salvador-Cuimba-Cruzamento, para Quimbata; Ambrizete-Bessa Monteiro-Bembe-Lucunga; M’Pozo-Luvo; Cuimba-Buela; e que os Comandos de Sector assegurassem protecção adequada às Unidades de Engenharia e às brigadas das OP que trabalhassem sobre os itinerários mencionados.



Trabalhos de Engenharia

O Comando da Região Militar de Angola determinava ainda que o Plano “Centauro Grande” deveria ter como premissa-base a rapidez, para que se pudessem iniciar com a maior urgência a nova fase das operações.

Quanto à situação do Inimigo, excluindo Cabinda, o Comando da RMA dispunha de elementos que permitiam avaliar o seu dispositivo geral. Consideravam-se à data do Plano “Centauro Grande”, três zonas: Zona não Pacificada Fronteiriça, Zona não Pacificada do Interior e Zona Pacificada.

A primeira correspondia a toda a fronteira norte dos distritos do Congo e Zaire e nela podiam distinguir-se, de Este para Oeste, três sectores de características diferentes:

- o sector de Sacandica a Luvaca que era relativamente passivo e englobava as linhas de infiltração terrestres através das quais, segundo notícias, se processavam apenas movimentos de carácter pacífico, naturais dum intercâmbio fronteiriço normal. Pertencia à zona de influência da NTO BAKO que procurava vigiar a fronteira havendo en-

tendimento, pelo menos aparente, entre as autoridades portuguesas e congolezas vizinhas;

- o sector de Luvaca a Nóqui, sobre o qual todas as notícias recebidas indicavam englobar as linhas de infiltração terrestres mais importantes de toda a fronteira Norte por servirem, mais imediata e directamente, para penetrações inimigas no território angolano. Como a região fronteira congoleza era dominada pelos bandos In nela concentrados, considerava-se este Sector como sendo o mais importante, sujeito a tráfego intenso e supunha-se que, através dele, se processava a quase totalidade dos abastecimentos inimigos;
- o Sector de Nóqui a S. António do Zaire englobava as linhas de infiltração terrestres que se desenvolviam a partir do rio Zaire, não havendo notícias concretas sobre o tráfego ao longo delas, embora se julgasse intenso. A vigilância perfeita destas linhas de infiltração exigia o patrulhamento do rio Zaire. Considerava-se este sector fronteiro activo, embora de menor importância que o sector anterior.

A zona de fronteira mais sensível era pois a correspondente ao troço Luvaca-Nóqui em relação à qual a área Cuimba-S. Salvador tinha uma colocação central e importante por se concentrarem nela, ou a ladearem, várias linhas de infiltração.

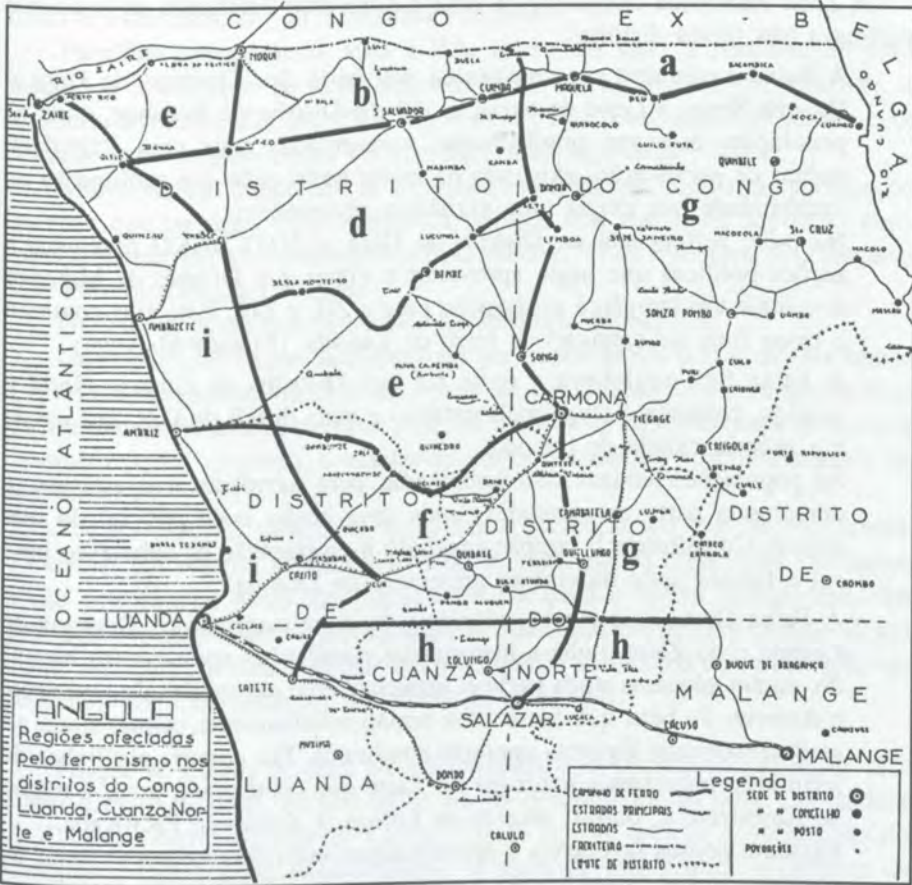
A Zona não Pacificada do Interior era circunscrita por uma linha geral que, a Leste, seguia mais ou menos o meridiano 15°, a sul os rios Zenza e Lombige e a Oeste se dirigia de Úcuá a Nóqui, através de Quicabo e Tomboco e podia também considerar-se dividida em três sectores.

O Sector Norte, compreendido entre a zona fronteira e os rios M'Bridge-Lefune, cortado por grande numero de linhas naturais de penetração no sentido norte-sul constituía uma zona de passagem dos meios infiltrados. Englobava as principais linhas de infiltração vindas da fronteira entre Luvaca e Nóqui. Não havia populações apresentadas neste sector cujo núcleo populacional mais importante era a cidade de S. Salvador, com grandes tradições nos meios nativos por ter sido a capital do antigo Reino do Congo.

O Sector Central, compreendido entre os rios M'Bridge-Lifune e o rio Lué, constituía uma zona compartimentada no sentido NO-SE, com poucas vias de comunicação embora fosse atravessada pelas principais linhas de infiltração vindas da zona fronteira. Englobava serras de difícil acesso que podiam ser aproveitadas como refúgios naturais. O seu limite norte constituía o único obstáculo natural continuo que interceptava as principais linhas de infiltração, mas as transversais Damba-Bessa Monteiro e Carmona-Bessa Monteiro cortavam igualmente as principais linhas de infiltração. Este sector

era o destino de parte dos meios infiltrados. Na sua orla leste encontravam-se já algumas populações apresentadas.

Considerava-se ser o Sector onde estavam instalados os comandos inimigos mais importantes.



Regiões afectadas pela subversão

- | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|
| a - Zona não Pacificada fronteiriça | - Sector Sacandica-Luvaca |
| b - Zona não Pacificada fronteiriça | - Sector Luvaca-Nóqui |
| c - Zona não Pacificada fronteiriça | - Sector Nóqui-Santo António de Zaire |
| d - Zona não Pacificada do Interior | - Sector Norte |
| e - Zona não Pacificada do Interior | - Sector Central |
| f - Zona não Pacificada do Interior | - Sector Sul |
| g - Zona Pacificada | - Faixa Leste |
| h - Zona Pacificada | - Faixa Sul |
| i - Zona Pacificada | - Faixa Oeste |

O Sector Sul, compreendido entre o rio Lué e o Limite Sul da ZIN, englobava as populações tradicionalmente insubmissas que, em geral, estavam sob controlo do inimigo. Era um sector activo onde os bandos inimigos demonstravam grande agressividade e para ali se destinava a maior parte dos meios infiltrados.

A Zona Pacificada circunscrevia toda a Zona Não Pacificada do interior e englobava três faixas distintas:

- A Faixa Leste que era constituída por parte dos Distritos de Uíge e Quanza Norte, a Leste do paralelo 15° e o Distrito de Malange, onde as populações estavam, praticamente, apresentadas após uma actividade militar de pacificação, existindo na maior parte delas um sentimento de instabilidade que exigia uma vigilância permanente.

Na parte pertencente ao Distrito do Uíge, a NTO BAKO desenvolvia acções políticas que urgia aproveitar e vigiar e o Distrito de Malange constituía um tampão à sublevação para a ZIL e ZIC. Esta área continha o troço final do caminho de ferro de Luanda. (Luanda-Malange)

- A Faixa Sul, englobava a parte sul dos Distritos de Quanza Norte e Luanda, continha o troço mais extenso e mais difícil do C.F. de Luanda e a própria cidade de Luanda.

As populações haviam sido trabalhadas pela subversão mas estavam já em grande parte apresentadas, após uma acção mais policial do que militar. Constituíam o tampão imediato à propagação da subversão para sul e faziam parte da cintura protectora de Luanda.

- A Faixa Oeste, que era constituída pela zona costeira dos Distritos de Luanda e do Zaire, tinha a maioria das populações apresentadas havendo, porém, algumas ainda fugidas, especialmente nas regiões de Ambrizete e Ambriz. Se bem que fosse uma região relativamente calma, ainda ali se desenvolviam algumas operações militares. Era cortada por linhas de infiltração terrestres a partir do rio Zaire que conduziam, umas à região de Ambrizete e, outras, através de Lufico, à Zona não Pacificada.

Existiam pontos favoráveis a desembarques considerados como testas de possíveis linhas de infiltração a partir do mar, notando-se uma tendência de alastramento das acções In para a costa, especialmente na área de Ambrizete e Ambriz.

Dentro do conceito que presidiu ao Plano “Centauro Grande” e inserido na rotação de Unidades, de grande amplitude, que teve lugar na RMA, destaca-se a colocação na ZIS, (Zona de Intervenção Sul) do BCaç 96, uma das Unidades submetidas a grande actividade operacional na região de Nambuangongo e, na ZIC, (Zona de Intervenção Centro), em Novo Redondo, do BCaç 88, também interveniente na Operação “Viriato”.

A Zona de Intervenção Sul, cujo comando operacional passou a ser exercido pelo comandante do BCaç 96, com sede em Sá da Bandeira, ficou a dispor de uma melhor cobertura para a sua situação de área pacificada. Àquele comando foi cometido a missão de:

“... Garantir a posse das principais regiões e centros populacionais, permitindo o livre exercício da Soberania Nacional;

Patrulhar intensamente toda a ZA, tendo em vista a pesquisa de informações e a detecção de actividades subversivas na ZIS ou provenientes do Sudoeste Africano, ZIC ou ZIH, o que deveria ser executado em íntima coordenação com as autoridades civis e órgãos de segurança pública;

Manter-se em condições de eliminar, em qualquer região, as sublevações internas que os órgãos de segurança pública não consigam reprimir, muito especialmente, em Moçâmedes, Porto Alexandre, Sá da Bandeira, Vila Roçadas, Vila Pereira d'Eça e Caconda;

Garantir a posse dos principais aeródromos da sua ZA;

Contribuir com os meios disponíveis para a defesa dos portos de Moçâmedes e de Porto Alexandre, vigiar a faixa costeira em colaboração com as entidades da Marinha de Guerra, tendo em especial atenção os movimentos e actividades de embarcações suspeitas e manter-se em condições de repelir eventuais desembarques;

Ter em especial atenção a vigilância e protecção do C.F. de Moçâmedes e exercer, em estreita colaboração com as autoridades civis, uma persistente acção psicossocial junto das populações europeia e nativa, assegurando-lhes protecção, averiguando e apresentando às Autoridades Administrativas as suas justas aspirações e colhendo por seu intermédio elementos de informação que permitam abordar quaisquer tentativas de subversão...”

Porque se tratava de uma zona pacificada com características muito diferentes daquela de onde vinha o BCaç 96, foi determinado ao novo Comandante da ZIS que deveria estabelecer a mais estreita ligação com os governadores dos Distritos compreendidos naquela Zona, os quais deveria manter ao corrente das missões recebidas e disposições tomadas a fim de que quaisquer acções militares a realizar não ignorassem, ou contrariassem as directivas de ordem político-social que os mesmos Governadores tivessem recebido do Governador-Geral e Comandante-Chefe.

Igualmente deveria o Comandante da ZIS promover que a mesma ligação se verificasse entre os comandos subordinados e as autoridades administrativas por forma a existir, em todos os escalões, uma colaboração recíproca.

Esta ligação entre os comandos militares e as autoridades administrativas foi sempre uma preocupação constante das autoridades militares, não obstante

alguns desentendimentos, em especial nos escalões mais baixos, normalmente resolvidos em reuniões de escalão superior.

Em Outubro de 1962²⁴² considerava-se praticamente concluída a movimentação relativa ao Plano “Centauro Grande”. Após um período de adaptação em que as Unidades colocadas no novo dispositivo procederam a reconhecimentos pormenorizados das zonas de acção, entrou-se em pleno rendimento operacional.

Foram, porém, detectadas algumas deficiências e pontos fracos no dispositivo determinado por aquele Plano, nomeadamente no Sector D da ZIN. A experiência mostrou que a densidade de ocupação deste Sector com forças de quadrícula era fraca e, por outro lado, a existência de uma força de intervenção de valor de um Batalhão era exagerada, em face das características da actividade operacional que ali se desenvolvia. Concluiu-se pois que era suficiente uma Companhia como força de intervenção e aumentou-se a densidade de ocupação permanente deste Sector.

Também no Sector F já se havia detectado uma brecha no dispositivo, entre Luvu, Mamarrosa e M’Pala, razão porque o Plano “Centauro Grande” previa a ocupação da ponte sobre o rio M’Pozo na estrada Nóqui-S. Salvador, com um Pelotão. Porém, como este efectivo, em Zona Não Recuperada, era manifestamente insuficiente, foi substituído por uma Companhia.

O “Plano Centauro Grande” faz, pois, uma ampla remodelação no dispositivo em toda a Angola que visou variados objectivos e o adequou qualitativa e quantitativamente, ao conceito operacional do comandante da Região, com um melhor aproveitamento dos efectivos disponíveis, ainda em quantidade insuficiente.

(242) Extracto dos assuntos mais importantes do Relatório Periódico N.º 17, da RMA, Out1962.

APERFEIÇOAMENTO OPERACIONAL E IMPLANTAÇÃO DA ARTILHARIA ANTI-AÉREA

Ainda no ano de 1961 e antes de ter terminado a reocupação do Norte sublevado, os comandos militares de Angola reflectiam sobre os factores que haviam tido maior incidência sobre a conduta das operações e preocupavam-se em melhorar o rendimento das nossas tropas.

Para a estratégia seguida até então apontavam-se razões de ordem política, económica e de salvaguarda da integridade do território nacional que impuseram se estendesse, no mais curto tempo possível, a acção militar a toda a ZIN e se procedesse à ocupação de todas as povoações, levada até às sedes dos postos administrativos e das principais passagens sobre a fronteira.

A superfície da ZIN com aproximadamente 270.000 Km², cerca de 3 vezes a de Portugal Metropolitano, a extensão das fronteiras cujo perímetro era de 1.800 Km (1160 de fronteira terrestre e 637 marítima), os itinerários que se estendiam por 8.400 Km, quase todos em más condições de transitabilidade, a natureza do terreno e o elevado número de povoações com interesse militar, que ascendia a 126, haviam sido aspectos preocupantes mas impunha-se agora uma revisão de conceitos e novos procedimentos.

O inimigo que, de início, se apresentava em bandos sem organização e mal armado, mas evoluiu rapidamente, adquirindo uma técnica apreciável, sendo já possuidor de armas de repetição e algumas automáticas, que utilizava com alguma eficiência, era outro dos factores que se ponderava. Considerava-se que dispunha de uma rede de informações bem montada, sabia preparar emboscadas, organizar o terreno e levar a efeito acções de flagelação. Furtando-se sistematicamente ao combate, atacava com pequenos grupos e transportava consigo os mortos e os feridos e até os invólucros dos projecteis. Por vezes, os grupos reuniam-se a outros para fazerem acções de maior vulto e não permaneciam no mesmo local ou área mais do que o tempo necessário para as acções de flagelação e emboscadas. Era, pois, um inimigo que, em curtos meses, evoluíra bastante, em conformidade com a mais correcta táctica da guerrilha.

Quanto aos meios disponíveis, as nossas tropas, sem experiência de combate, com deficiências de preparação e faltas no seu equipamento orgânico, com os consequentes reflexos na sua eficiência, foram sendo empenhadas sucessivamente, à medida que chegavam da Metrópole e completavam a sua organização e instrução na Província. Assim, os meios foram sempre insuficientes e tiveram de ser empregados num dispositivo excessivamente largo, o qual foi sendo reforçado à medida que se dispunha de novos efectivos, o que se traduziu numa duração das acções muito superior à desejável²⁴³.

Deste modo não foi possível conceber para um determinado espaço de tempo a concretização de uma estratégia militar e esta foi sendo executada progressivamente e de forma relativamente lenta.

Em face destes factores e da situação que se criou na ZIN, as atenções deixaram de incidir sobre uma boa parte do território e as operações militares tiveram de ser conduzidas, inicialmente, com vista à rápida reocupação dos principais centros das zonas sublevadas.

Caminhar depressa e proceder à ocupação sucessiva das principais localidades forçando o In, que então não foi possível destruir, a refugiar-se em zonas inóspitas cuja redução, por demorada, não pôde ser levada a efeito na face inicial das operações, foi um princípio que a prudência revelou ser o mais aconselhável e a experiência confirmou ter sido acertada.

Com a ocupação das principais localidades criou-se um dispositivo de quadrícula que permitiu o restabelecimento da autoridade e da vida no território sublevado e também encarar uma fase subsequente de cariz militar diferente.

Com vista ao futuro próximo e em face do conjunto de factores apontados o comando da RMA era de opinião que:

“... Como manobra mais tentadora para a 2.^a fase das operações é-se conduzido a pensar na montagem de operações de cerco. A experiência revelou que estas não têm qualquer significado prático, dada a possibilidade de bandos In se escaparem com facilidade chegando-se à triste realidade de se ir apertando o cerco e, no final, se não encontrar nem um elemento inimigo. Numa operação de cerco à Vila de Ambrizete, com homens intervalados a menos de 100 metros e, em terreno aberto, verificaram-se fugas.

Para uma operação de cerco ser eficaz, no terreno considerado, são exigidos efectivos nunca inferiores a 1 Pel por 800 m, ou mesmo menos, o que

(243) Relatório Periódico Secreto N.º 2, de 30Set61. Apesar destas considerações, o Comando da RMA considerava-se satisfeito e optimista, na medida em que outros países empenhados no mesmo tipo de guerra, não haviam adoptado nem alcançaram outros objectivos superiores aos alcançados pelas nossas forças nesta fase da luta.

representa, para o caso da serra da Canda, por exemplo, cerca de 100 Companhias.

Deste modo, o aniquilamento do In deve processar-se através de contra-emboscadas e de golpes de mão, nas quais as pequenas operações de cerco desempenham papel de relevo. E, nesta 2.^a fase, e com o apoio do dispositivo de quadrícula montado, é num procedimento desse tipo que se pensa...”²⁴⁴

Havia ainda necessidade de manter e patrulhar os itinerários, com vista a assegurar a protecção de colunas militares e de comboios civis empenhados no reabastecimento das tropas e das populações e no escoamento dos produtos, imperativo que exigia efectivos consideráveis. E pensava-se em proceder, também, por ordem de prioridade, ao reforço militar da restante Província, encarando-se em primeiro lugar os Distritos de Malange, Lunda e Quanza Sul.

Num documento síntese de 23Out61 sobre a situação militar, com instruções que todas as Unidades deveriam observar na 2.^a fase, expressa-se que haviam sido alcançados na 1.^a fase os seguintes objectivos:

- “...– as zonas de refúgio In estavam limitadas às matas ou a área onde a vida é difícil, isto é, dividira-se o In e obrigou-se este a circular em zonas que passariam a ser consideradas como “interditas”;
- os movimentos In, para efectivos de certo valor, passaram a estar muito dificultados;
- foram destruídas, na sua maior parte, as infraestruturas em que os rebeldes apoiavam a sua acção;
- criaram-se condições para o regresso progressivo à normalidade da vida económica e administrativa das principais povoações e para a reunião e protecção das populações, sendo quase certo que aumentasse, de futuro, o fluxo de regresso das populações, até então um pouco indecisas quanto ao sucesso das operações militares...”²⁴⁵

Para a nova fase operacional, o Comando da RMA fixava quatro objectivos – protecção e recuperação das populações; protecção da vida económica, política e administrativa; aniquilamento dos bandos rebeldes e interdição das infiltrações da fronteira e para cada um deles, procedimentos específicos.

Quanto à protecção e recuperação das populações preconizava-se que esta actividade deveria entrar em fase de maior incremento, ser levada a efeito em todos os escalões acima do pelotão, em coordenação íntima com a Autoridade

(244) Idem.

(245) Norma para a Actividade Operacional N.º 4, de 23 de Outubro de 1961, da RMA.

Administrativa e criavam-se Comissões de Recuperação do Território – central, distritais e locais, constituídas por elementos militares e civis, a quem caberia difundir doutrina, estabelecer procedimentos e reunir ou facultar os meios necessários à realização desta importante tarefa.

Fazer regressar o indígena à sua vida normal, dar-lhes protecção, elevar o seu nível cultural e social e desenvolver nele o sentimento de amor pátrio, era o que se pretendia atingir e, para isso, apontava-se a necessidade de desenvolver uma intensa campanha de captação, norteadas pelo exemplo e por um verdadeiro espírito de justiça, tendo em vista ganhar a sua confiança. Os panfletos, a garantia de protecção, a distribuição – em casos de necessidade – de alimentos, de vestuário e de medicamentos eram os meios em que se pensava para concretizar os objectivos traçados.

Entendia-se que o regresso das populações se deveria efectuar em postos a montar pela Cruz Vermelha, pela Autoridade Administrativa, ou pelas forças militares terrestres e que, em qualquer dos casos, seria a Autoridade Administrativa quem definiria as áreas onde se poderia iniciar a recuperação e, bem assim, a protecção das mesmas.

Ao mesmo tempo que era garantida a protecção das populações nativas dava-se à Polícia Internacional da Defesa do Estado (PIDE) a missão do controlo das populações, a pedido da Autoridade Militar, a fim daquela colher todos os elementos de informação necessários e, uma vez localizados os elementos indesejáveis e responsáveis, as populações passavam à protecção directa da Autoridade Civil.

A acção psicossocial deveria ser exercida com o maior empenho nos seus âmbitos fundamentais: acção educativa, assistência sanitária e alimentar e a acção evangelizadora.

A protecção da vida económica, política e administrativa passava a ser assegurada através do dispositivo de quadrícula e das acções de patrulhamento e só para órgãos ou instalações de excepional importância se admitia uma protecção própria.

Nos itinerários onde a acção do inimigo criasse sérios riscos à circulação, a Autoridade Militar organizaria comboios de viaturas civis, que escoltaria e que deveriam, por regra, integrar-se nas escoltas dos patrulhamentos normais.

Os trabalhos que se efectuavam em certas regiões deveriam continuar, prevendo-se que viessem a ser realizados noutros locais trabalhos de desmatção e descapinação de faixas num e no outro lado dos itinerários, de construção de pontes e de reparação de estradas e que às equipas de Obras Públicas empenhadas nalguns destes trabalhos, fosse assegurada protecção. Qualquer que fosse o empenhamento das Unidades militares nestas tarefas, a actividade operacional, em caso algum, deveria ser prejudicada.



Trecho de uma picada na época das chuvas – jipão

No respeitante ao aniquilamento dos bandos rebeldes, o Comando da RMA ordenava que a actividade das nossas tropas visasse a penetração, com base nos dispositivos de quadrícula, nas “zonas interditas”, para destruição daqueles bandos ou, no mínimo, criar condições de insegurança e de vida tão precárias que os levassem a renderem-se.

Para o efeito considerava-se a Companhia como unidade base de toda a manobra, a que deveria ser atribuída uma área de responsabilidade na qual ela ocupasse e mantivesse, sempre que possível, um número de localidades ou posições não superior a duas, que lhe permitisse manter, permanentemente, em acção de contra-guerrilha, efectivos da ordem do Pelotão.

A Companhia devia passar a actuar com relativa independência dentro da área que lhe fosse atribuída, competindo ao Comandante de Batalhão a atribuição de missões, a fiscalização e orientação no cumprimento destas e o necessário apoio. A sua zona de acção deveria ser frequentemente batida por patrulhas e destacamentos de composição variável, normalmente muito pequenas que teriam que actuar, muitas vezes, separadas da sua Unidade dois, três ou mais dias. Estas deveriam ser muito ligeiras e fáceis de se deslocar, levando consigo tudo o que necessitassem para viver e combater, fazendo largo uso de carregadores e guias da região. A forma de actuação destas patrulhas

e destacamentos teria que ser estreitamente adaptada à forma de viver e de combater do In, devendo ser feitos todos os esforços no sentido de dar às nossas tropas a verdadeira noção de que a perseguição dos bandos rebeldes, só poderia conduzir ao seu extermínio, se estivessemos aptos a combater e a viver da mesma forma que eles.

O combatente teria que seguir pistas, ocupar locais de água, ser sóbrio e silencioso e utilizar estratégias de caça, cultivar a serenidade, evitar disparos precipitados e, sobretudo, era necessário andar a pé, silenciosamente e com pouca impedimenta.

A pesquisa da informação deveria constituir preocupação permanente dos Comandantes, fosse qual fosse o escalão considerado. As patrulhas deveriam coligir, registar e difundir informações sobre o terreno, populações, instalações e zonas de reabastecimento do inimigo, pois só com base na informação as emboscadas, os golpes de mão e as acções de maior envergadura poderiam ser conduzidas com êxito e levar ao aniquilamento dos bandos In e das suas instalações.

Todas as acções deveriam ser meticulosamente preparadas e o pessoal devidamente treinado.

Prevía-se que o Comando de Sector teria uma força de intervenção da ordem de um Batalhão, convindo também, quando fosse possível, que os Batalhões dispusessem no seu Sub-Sector de uma Companhia de Intervenção, com a qual pudessem reforçar, quando necessário, as acções das outras Companhias, ou montar acções ao seu nível.

Preconizava-se também que os limites da área, Sub-Sector e Sector, não constituíam barreiras, mas apenas marcavam áreas de responsabilidade e que todos os patrulhamentos que interessassem a áreas limítrofes deviam, ser feitos com larga sobreposição.

A missão de interdição das infiltrações pela fronteira deveria constituir preocupação permanente dos comandos.

Na impossibilidade de manter um dispositivo sobre toda a fronteira era necessário, pelo menos, barrar-se toda e qualquer infiltração junto das principais penetrantes e zonas de acesso mais fácil e manter um sistema de patrulhamentos intensivos nos intervalos. Para o efeito, e tendo em atenção a economia de efectivos e as deficientes condições de instalação na maioria dos pontos a ocupar sobre a fronteira, deviam ser estudados "fortins", a construir a uma distância da fronteira nunca inferior a 5 Kms e para efectivos da ordem do Pelotão.

Era, de facto, um pequeno corpo de doutrina, em ordem à eficiência operacional nascido da experiência dos primeiros meses da luta, que o Comando da RMA pretendia difundir no espírito das suas Unidades, tendo em vista o combate simultâneo à guerrilha e a manutenção e protecção das actividades económicas das zonas afectadas.

A fim de tornar a Companhia apta ao cumprimento das missões referidas, e sem introduzir alterações na sua estrutura básica, foi estudado o seu reforço indígena, em carregadores e guias, com equipamento especial, a que se chamaria Companhia de Caçadores Reforçada (CCaç R).

Procurava-se, deste modo, constituir uma Unidade capaz de assegurar a posse de duas localidades, no mínimo, de manter a liberdade dos itinerários da respectiva área de responsabilidade e de actuar, em permanência, em acções de contra-guerrilha com uma força de composição variável, em pessoal e material.

As CCac (R) resultaram praticamente das CCac M com ligeiras modificações de arranjo interno, a que se acrescentava um Pel de Atiradores Indígenas, semelhante ao Pel de Atiradores da CCaç I, ao qual se subtraiu a Esq. Mort. Lig e se davam os meios mais convenientes. Foram estas Companhias dotadas de outro material e armamento por forma a aligeirar o peso a transportar pelo combatente e dar-lhe uma autonomia de 2 a 5 dias. O transporte dos materiais necessários seria assegurado por carregadores contratados, na proporção de 1 carregador por 3 indivíduos em nomadização ou seja, cerca de 15 carregadores por 1 Pelotão reforçado.

A estas CCaç foi atribuída a missão de garantir a posse de uma ou duas povoações e proteger os seus habitantes, instalações e economia; proteger as populações nativas fiéis contra ataques de terroristas e exercer junto delas uma profunda acção psicossocial em coordenação com as autoridades civis; contribuir para a liberdade de comunicações terrestres; pesquisa sistemática de informações sobre o In e aniquilação de bandos rebeldes ²⁴⁶.

A filosofia de actuação destas Companhias, a integrar nos Batalhões, obedecia a todos os princípios de uma unidade vocacionada para a contraguerrilha eficiente, rápida e em quaisquer situações, de dia ou de noite, considerando-se normal que a sua actuação fosse essencialmente nocturna.

A CCaç R era a Unidade que o Comando da RMA visionava para materializar a sua concepção de contraguerrilha na 2.^a fase das operações.

Ter-se-ia chegado a dotar uma ou outra Unidade desta forma. Eventuais dificuldades em pessoal e material e de instrução, porque se pensava também já na constituição de Companhias de Comandos, ou por motivo do desaparecimento do general Comandante da RMA e do seu EME no desastre de aviação do Chitado, no mês de Dezembro, a que se seguiu outro comando, com novas concepções, teriam feito com que a ideia não se generalizasse.

Mas a autorização para contratar carregadores e guias para aligeirar a tropa combatente passou a ser usual.

(246) Doc. Secreto da 3.^a Rep/QG/RMA, de 23Out61 "Organização e Emprego das Companhias de Caçadores (R).

Em vez da CCAç (R), a evolução fez-se no sentido de articular, harmonicamente, os 3 Pelotões das CCAç em 4 grupos de Combate, à custa dos meios normais de uma CCAç, que dispunha ainda de 1 Pelotão de Acompanhamento.

Enquanto decorria a operação “Centauro Grande” o novo Comando da Região Militar de Angola, num Relatório de Comando²⁴⁷ emitia a opinião de que cada vez se radicava mais a impressão de que a constituição dos “grupos de combate” constituía o método mais eficaz e compensador de luta contra os terroristas e que estes, numa das fases de evolução dos seus processos de ataque, ainda se encontravam longe de dispor de meios com que pudessem opor-se com eficácia à sua acção.

Preconizava-se que, em vez de operações caras com numerosos efectivos, se preparassem física e moralmente as Unidades para actuarem em pequenos grupos que se internassem nas matas e nos capinzais à procura de contacto com os bandos inimigos, o que constitua, sem dúvida, uma alteração de processos, numa altura em que as Unidades se encontravam já descomplexadas e ensaiavam, com êxito, operações do tipo preconizado, com base nos Grupos de Combate.

Esta alteração no conceito de actuação das nossas tropas era uma necessidade premente face à exiguidade de efectivos relativamente à vastidão das zonas de acção e o corolário do reconhecimento de que um grupo de combate, bem equipado e confiante no seu valor, era uma força poderosa, capaz de se opor, com êxito, a qualquer grupo inimigo daquela época.

Este sentimento, de que as nossas forças deveriam rever os seus processos de actuação para aumentar a sua eficiência, está também patente numa directiva particular enviada à ZIN, pelo Comando da Região Militar de Angola²⁴⁸, que referia:

“... Os bandos terroristas têm ultimamente intensificado as suas acções de ataque, utilizando meios mais evoluídos e em maior quantidade e processos ofensivos mais eficientes.

Disto, é prova a utilização de minas e armadilhas e os ataques que o In tem ousado realizar ao estacionamento de algumas Unidades, chegando, por vezes, a utilizar métodos de simulação destinados a iludir a vigilância das sentinelas e a boa-fé dos comandos de modo a permitir-lhes penetrar, por meios pacíficos, nos próprios estacionamentos das NT onde, depois, pretendem, com certeza, atacar os órgãos mais sensíveis.

Para fazer face a esta eventualidade impõe-se que os Comandantes de Unidade adoptem disposições para reagirem ofensivamente a estes ataques.

(247) Extracto dos assuntos de maior importância do Relatório de Comando N.º 12, da RMA (Maio 1962).

(248) Directiva particular à ZIN, de 26 de Julho de 1962, do QG/RMA.

O melhor método para contrariar estas acções dos bandos terroristas e aniquilá-los é o lançamento de um ataque imediato com uma Sub-unidade, por forma a apanhá-los de flanco ou pela retaguarda.

Sabe-se que o inimigo, quando apanhado entre dois fogos, facilmente desmoraliza e é vencido.

A reacção apenas pelo fogo não pode ser aceite porque, muito embora provoque algumas baixas, não permite a destruição total dos atacantes, como é necessário.

Além disso, as acções pelo fogo sem serem acompanhadas de uma operação dinâmica desencadeada com toda a agressividade, são em absoluto contrárias ao espírito ofensivo que caracteriza as tropas da Região Militar de Angola, que têm como lema, ATACAR; ATACAR, ATACAR SEMPRE...”.

Um pouco mais tarde, em Agosto, é posta em causa a própria organização dos Batalhões, pensando-se que deveria ser dada uma maior operacionalidade às Companhias de Comando e Serviços para que se aumentasse a eficácia operacional dos Batalhões.

A questão era posta nos seguintes termos:

“... A necessidade de manter ocupado o maior número de localidades da ZIN e de conjugar essa ocupação de carácter estático, com um mínimo de agressividade que permita o controlo das áreas periféricas, conduziu à articulação dos BCaÇ em quatro sub-unidades de combate, limite além do qual não se julga obter rendimento compensador.

A fim de, por um lado, preservar a estrutura orgânica dos BCaÇ e, por outro, se conseguir o fim em vista, foram essas Unidades, logicamente, articuladas em 4 grupos de forças, de escalão Companhia, constituídos por cada uma das suas 3 CCaÇ e, ainda, pela Companhia de Comando e Serviços.

Se é certo que as CCaÇ dispõem, organicamente, dos meios que lhes permitem cumprir as suas missões, ressalvada apenas a circunstância da desproporção desses meios relativamente à extensão de quase totalidade das áreas atribuídas – problema que só encontraria satisfação adequada com uma muito maior disponibilidade de efectivos – as CCmd Svc não estão organizadas de molde a poderem cumprir missões idênticas.

Constituindo, como aliás o próprio nome indica, Sub-unidades destinadas a tornar possível o exercício do comando e o apoio administrativo-logístico das CCaÇ, carecem de elementos de combate, com a característica e capacidade suficientes para o desempenho das funções que a actual situação aconselha a atribuir-lhes.

Dispondo apenas como possíveis elementos de combate, de um Pel Rec e de um Pel Sap e, faltando a qualquer deles efectivos que lhes garantam um

poder de choque para a actuação independente, as CCmd poderão, quando muito, executar apenas as missões que lhe estão sendo cometidas:

- patrulhamento ofensivo, com aceitação de risco exagerado no tocante à defesa da localidade em que estacionam, sobretudo dadas as facilidades de informação e características de actuação do In.
- defesa estática do estacionamento e criação dum vácuo exterior conduzindo à completa liberdade de manobra das guerrilhas adversas.

Julga-se que a atribuição orgânica de um Pelotão de Defesa Imediata às CCmd Svç dos BCaç viria a constituir a solução adequada ao fim em vista e que esse Pelotão deveria ter uma organização semelhante ao Pel Caç. Parece, no entanto, haver vantagem em que disponha de quatro secções para vir a ser normalmente encarregado da defesa de localidades e ainda de uma Esq. de L. G. Foguete..."²⁴⁹

A eficiência operacional das CCmd Svç não atingiu o ponto que se preconizava e julgava desejável mas, à semelhança do que sucedeu com a articulação das CCaç em grupos de combate, foi-se aumentando a sua eficácia operacional à custa dos meios dos Batalhões. Em muitos casos chegaram a ser atribuídas às CCS missões operacionais relevantes, cumpridas com êxito. A sua missão primária não deixou porém de ser aquela para que haviam sido criadas: permitir o comando e apoio das Companhias operacionais.

Também no ano de 1962, o Comando da RMA, em coordenação com o COMRA 2 (Comando da Região Aérea de Angola) procedeu a estudos sobre o plano de defesa aérea de Luanda, bem como a colocação das diversas unidades de Art. AA em locais determinados.

Concluiu-se que a cobertura de radar da linha avançada de aviso aéreo não podia ser feita, incluindo uma estação em Salazar, para cobrir a aproximação vinda de Katanga, conforme se previa inicialmente. O Comando da 2.^a R.A. propôs ao Comando da RMA, com a concordância deste, que a estação destinada a Salazar fosse instalada em Ambrizete porque aquele comando reputava muito mais importante e perigosa a aproximação de eventuais meios aéreos inimigos vindos do lado do mar, ou ao longo da costa.

Foram instalados Pelotões de Art. AA em Cabinda, Nóqui e Luanda (Base Aérea n.º 9) e encetaram-se trabalhos e diligências com carácter de urgência, para a instalação de outras unidades em Negage, Toto, (só peças), Maquela e Ambrizete (só radar).

(249) Extracto dos assuntos de maior importância do Relatório Periódico de Comando n.º 15, da RMA (Agosto 62).



As Nossas Tropas em operações

Neste ano procedeu-se ainda a todos os estudos técnicos para a instalação da Btr Art. AA n.º 386, dotada de peças 9,4, destinada à defesa de Luanda e, depois de equacionados os diversos factores, chegou-se a uma solução, considerada a que melhores condições reunia para o cumprimento da missão prevista no âmbito de defesa AA – a instalação permanente de toda a bateria numa área nas cercanias da cidade, o que acarretava a construção de um quartel improvisado.

Como se entendeu não existir uma ameaça iminente de incursões aéreas inimigas, não foi julgada vantajosa a instalação desta bateria em condições improvisadas. Optou-se pela solução de a unidade continuar instalada no GACL (Grupo de Artilharia de Campanha de Luanda) e de se incrementar a instrução dos quadros e das praças, através de exercícios, que levassem a bateria a um grau de prontidão que lhe permitisse instalar-se e abrir fogo com oportunidade, em caso de emergência.

A Btr. Art.ª AA 386 acabou por ficar sediada na região de Quifangondo, nos arredores de Luanda, em condições de instalação muito dignas e com um grau de prontidão e de eficiência operacional unanimemente reconhecidos como muito elevados.

OUTRAS MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO OPERACIONAL CONSTITUIÇÃO DA FAV (FORÇA AÉREA VOLUNTÁRIA)

Além da alteração estratégica na condução das operações e de uma articulação orgânica das unidades combatentes tendo em vista a sua melhor adaptação às novas directivas, outros aspectos, que afectavam o rendimento das tropas, foram tidos em consideração.

No início das operações verificavam-se inúmeras falhas de ligação rádio entre os aviões da FAP e das FT (Forças Terrestres) o que levou a que fossem difundidas instruções destinadas a melhorar as comunicações terra-ar e a impor como norma a ligação com todos os aviões que sobrevoassem qualquer Unidade.

A eficiência da ligação melhorou consideravelmente, atingindo-se o ponto de se julgar sem interesse comunicar com todos os aviões uma vez que a atenção dos aviadores, sobretudo dos monomotores, era desviada da sua missão principal, sem qualquer vantagem.

Para permitir a ligação ar-terra, quando as FT ou a aviação a pretendessem, foi estabelecido um código simples de sinais após os quais se estabelecia então a ligação rádio.

A eficiência desta ligação, tão essencial às forças terrestres em operações, foi conseguida com plena satisfação.

Outras iniciativas foram sendo concretizadas.

Em Outubro de 1962 foi constituída a Formação Aérea Voluntária n.º 201 (FAV 201), com base em Luanda, formação aérea de aviões monomotores e muito leves (conhecidos na gíria militar por “teco-teco”), pilotados por voluntários civis que desempenharam um inestimável papel de apoio logístico às nossas tropas, pelo que foi imediatamente dada ordem a todas as unidades para facultarem à FAV as facilidades de que carecessem nos locais onde tivessem que aterrar ou estacionar. Mais tarde foram criadas a FAV 2 em Nova Lisboa, com um Destacamento em Silva Porto e a FAV 3 em Malange.

Estes pilotos voavam frequentemente em condições de tempo inacreditáveis, aterravam em locais sem condições mínimas, tendo como único prémio a satisfação de apoiar as nossas tropas e de salvar vidas. Alguns morreram no cumprimento destas missões e a sua acção está na memória de quantos serviram nessa época em Angola. O funeral do célebre piloto da FAV “Comissário Aires”, cuja actividade foi brilhantíssima, continuada e abnegada, foi seguramente das maiores manifestações de pesar jamais ocorridas em Luanda.

Entrou também em execução um documento que regulava as missões genéricas das Forças Militares e Militarizadas na defesa da cidade de Luanda, dando cumprimento às “instruções para a execução de funções policiais pelas autoridades militares”, do CCFAA e aprovação dos Ministros da Defesa Nacional e do Ultramar.

A PSP tomou a seu cargo muitas das missões que estavam a ser cumpridas pelas tropas do Sector L (Luanda) e da PM (Polícia Militar), libertando estas para o cumprimento das missões específicas. Apenas não ficou completamente definida a responsabilidade da orla marítima da cidade, que deveria competir à PSP mas que esta não podia satisfazer por falta de efectivos, ficando transitoriamente essa vigilância a cargo do Comando da Defesa de Luanda – COMDEL.

Outra das grandes preocupações do Comando da RMA era a formação dos oficiais milicianos que enquadravam as unidades operacionais. A opinião deste comando foi exposta ao EME, nos seguintes termos²⁵⁰:

“... Tem-se notado, nos últimos tempos, o aparecimento nas unidades que actuam em zonas de repressão intensa do terrorismo, de uma percentagem considerável de oficiais subalternos com um choque nervoso que lhes provoca um estado de sensação de angústia e de medo que pode ter reflexos perigosos no moral das tropas pelos efeitos contagiantes, podendo chegar a gerar-se uma psicose colectiva que diminua ou, no caso limite, anule a actividade operacional dessas unidades.

Casos semelhantes são correntes em todas as guerras e todos os exércitos procuram minimizá-los criando condições especiais e organizando quadros médicos de psico-analistas para tratamento dos problemas mais agudos e para prevenir e evitar os casos colectivos. Neste tipo de luta, mais do que em qualquer outro, e devido, essencialmente, às características da própria campanha que impõem a actuação de pequenos grupos muito isolados e, por vezes mesmo, com um apoio bastante problemático e aleatório e com constante insegurança provocada pela necessidade de combate em situações particularmente difíceis, é preciso que os quadros subalternos mantenham um estado psíquico estável e um

(250) Relatório Periódico de Comando n.º 17, de Out62 – Secreto.

sistema nervoso forte que suporte todos os embates emocionais, sem se deixar perturbar.

Uma das medidas que, dentro das nossas possibilidades reais, se podem adoptar para evitar tal situação que, repete-se, se pode revelar perigosa, é a alteração das condições de recrutamento dos quadros subalternos. Neste sentido é necessário ponderar-se que, sendo os oficiais do quadro de complemento destinados, na sua grande parte, ao comando das pequenas unidades de combate, as qualidades de chefia, as virtudes militares e os conhecimentos de táctica e técnica se devem dosear neste tipo de guerra de uma forma assaz diferente do da guerra dita convencional.

Assim, na guerra subversiva, julga-se que os primeiros atributos devem gozar de uma grande preponderância em relação aos conhecimentos técnicos, podendo-se atribuir uma percentagem relativa de 75% e de 25%, contrariamente ao que acontece na guerra convencional, em que devem ser igualmente doseados.

Em conclusão, interessam comandantes que sejam condutores de homens, animados de forte espírito e personalidade, com entusiasmo, dedicação e espírito de sacrifício, ainda que os seus conhecimentos técnicos sejam inferiores. Na guerra de guerrilha os chefes subalternos, sendo observados nos mínimos pormenores pelos seus subordinados, só serão verdadeiros chefes se, para além dos galões, forem aceites pelo seu prestígio e qualidades reveladas na acção.

Dentro dos princípios atrás alinhados, este Comando apresentou ao EME uma proposta no sentido de:

- Deixarem de ser feitos oficiais milicianos para servirem em unidades de linha os indivíduos que não possuam grande resistência física e, pelo menos em potencial, virtudes militares essenciais de chefia;
- Caso se não encontrem na massa do COM indivíduos com estas características, deverão ser escolhidos indistintamente do 1.º ciclo do COM e CSM, pois objectivamente não se crê necessário possuir-se o 7.º ano...".

As medidas tomadas e as preocupações referidas revelam um conhecimento claro das deficiências sentidas, em todos os sectores das forças terrestres, estratégicas, organizativas, materiais e humanas, nos primeiros tempos da campanha e uma vontade firme de as remover para que o êxito final fôsse uma certeza.

A REGIÃO DE SÃO SALVADOR DO CONGO

A zona de acção do Batalhão situado em S. Salvador, frente ao sector fronteiriço mais crítico – entre Luvaca e Nóqui – por onde se processava grande parte dos abastecimentos In para o interior da ZIN e contendo em si linhas de infiltração abundantes, que os canalizavam para Sul, onde a guerrilha era mais intensa, era considerada de grande acuidade.

Entre Julho e Dezembro de 1962 realizou o BCav 345, nesta zona de acção, uma actividade operacional notável que abalou fortemente a estabilidade logística do inimigo, de que se destacam as operações “Primeiro Passo”, em 15 de Julho e a “Alferes Viana”, em 30 do mesmo mês. A última, que foi realizada sobre acampamentos inimigos nas regiões de Fuesse e Quindualo, iniciou-se com o bombardeamento pela FAP sobre os objectivos, após o que as nossas tropas marcharam sobre estes, obtendo um sucesso assinalável, que mereceu do Comando da Região Militar os seguintes comentários:

“... Ressalva-se a acção sobre Fuesse e Quindualo pela grande quantidade e valor do material e documentos capturados. A preparação da acção sobre estes “quartéis” inimigos pode ser apontada como exemplo de um frutuoso trabalho de informações.

A localização geral dos “quartéis” foi estudada com grande cuidado, a partir de notícias de várias origens e da análise de um artigo do jornal “OBSERVER”. O estudo em pormenor efectuado no Comando de Sector, o fornecimento final de outras notícias e o empréstimo de um guia pelos Serviços de Centralização e Coordenação das Informações de Angola (SCCIA), permitiram o bom êxito da acção muito bem executada pelo BCav 345...”²⁵¹

Esta acção foi considerada a mais espectacular e a que maiores reflexos teve, ou poderia vir a ter, no panorama operacional naquele período. Efectivamente, a grande quantidade e características do material capturado e, muito

(251) Extracto dos assuntos de maior importância do Relatório Periódico n.º 14, da RMA – Julho 62.

principalmente, a valiosa documentação que caiu em poder das nossas tropas vieram descongestionar, pelo menos temporariamente, a situação no Sector e lançar uma nova luz sobre a organização, actividade e planos inimigos.

Os documentos capturados revelaram que, em Fuesse, funcionava a Direcção dos Serviços de Organização e Administração, da UPA e a Secção Geral da Defesa Nacional, do GRAE.

O êxito da operação teve reflexos noutros Sectores, e constituiu um extraordinário estímulo moral para as nossas tropas, que chegaram a S. Salvador, ostentando uma bandeira da UPA, que tinham capturado durante as operações.

Em 08 de Agosto, o Batalhão lançou a operação "Pic-Nic", a Sul da estrada S. Salvador-Cuimba, sobre a sanzala Gando, dependente do Fuesse, destruído na operação anterior e, em 13 de Agosto, a operação "Nuno Álvares", a acção de maior envergadura efectuada até então por esta Unidade, cuja missão foi a de desenvolver acções visando a destruição de bandos terroristas no Sector, bloquear as infiltrações pela sua zona de acção, aniquilar ou criar grande insegurança aos movimentos e transportes inimigos e assegurar a liberdade de acção no Subsector.

As Unidades operaram a partir dos pontos que se indicam e se assinalam nas cartas que se juntam. O posto de comando ficou instalado em S. Salvador, a CCav 253 no Luvo, a CCav 295 em Calambata, a CCav 296 em Quibenga, a CCav 67 junto ao rio M'Pozo no limite W do sector. Todo o Subsector do Batalhão foi assim alvo de uma grande operação de limpeza, actuando as Sub-Unidades em todas as áreas e direcções da zona de acção. De referir que do PC, em S. Salvador, ao Luvo, onde estava a CCav 253, por exemplo, são mais de cinquenta quilómetros.

Diga-se também que, dentro deste Sub-Sector, a actividade inimiga se limitava até então à colocação de minas sobre os itinerários, nomeadamente uma no itinerário S. Salvador-Cuimba e outra no itinerário S. Salvador-Luvo, que foi levantada. Esta Zona de Acção era nitidamente uma área de passagem do In, que obrigava a uma actividade operacional constante a qual, eventualmente, poderia conduzir a resultados altamente rendosos, com reflexos na capacidade operacional inimiga noutras áreas da ZIN.

Perante a informação de que na região de Caluca, a Sul de S. Salvador, havia sido referenciado um grupo de cubatas muito suspeito, em local já referenciado desde 1961, o Comando do Sector F (S. Salvador) decidiu montar, o mais rapidamente possível, uma operação de limpeza da região – Operação "Três Mosqueteiros" – a qual se iniciou por um golpe de mão sobre o "quartel" de Caluca, planeado e executado por elementos da 2.^a Região Região Aérea, em estreita colaboração com aquele Sector.

Ordem de Operações nº 21

ANEXO B

OPERAÇÃO NUN'ÁLVARES

Carta 1/250000 nº 5/10

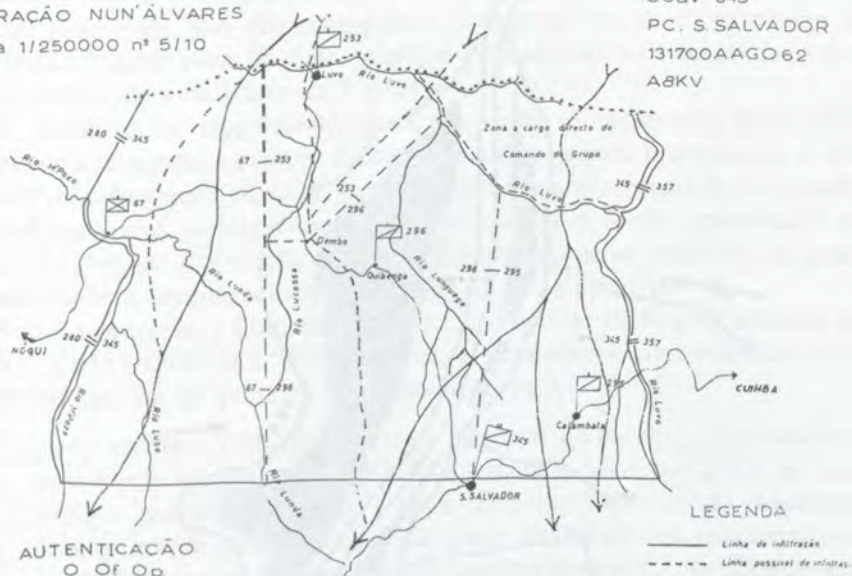
Exemplar nº 1

GCav 345

PC, S. SALVADOR

131700AAG062

A8KV



Operação "Nuno Álvares"

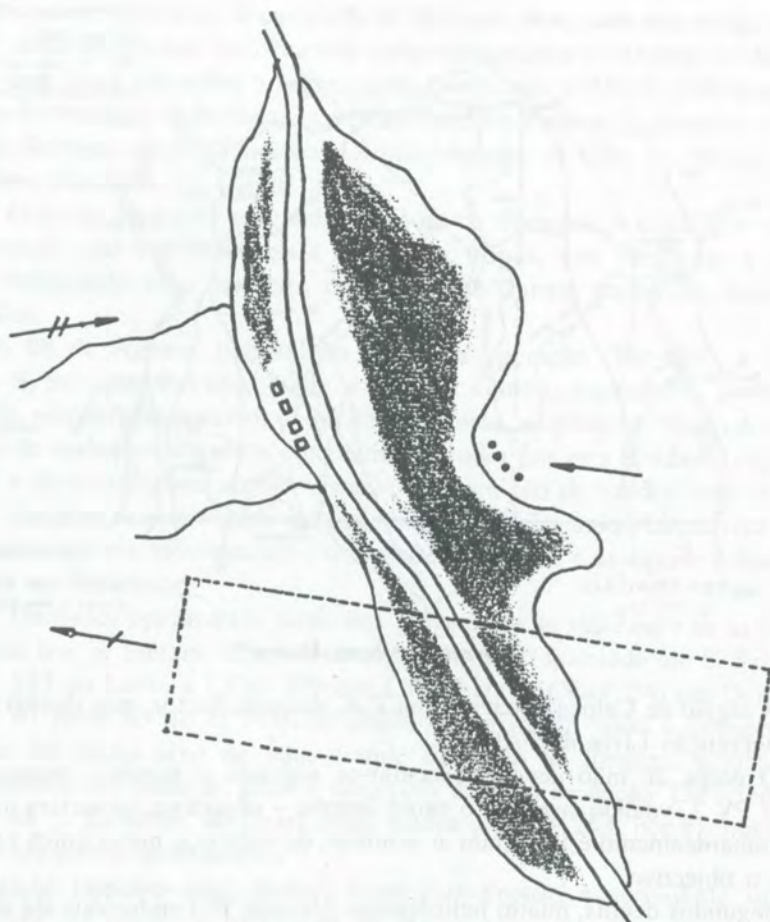
A região de Caluca situava-se na Z.A. daquele Sector, mas dentro da zona de Intervenção Livre da FAP²⁵².

O golpe de mão deveria executar-se segundo o seguinte esquema: três aviões PV 2, voando segundo o rumo Bembe – objectivo, tomariam a altitude de bombardeamento e largariam as bombas, de surpresa, numa única passagem sobre o objectivo.

Segundos depois, quatro helicópteros Alouette II, conduzidos até ao objectivo pelo Posto de Comando Aéreo (PCA) – um oficial do QG da R.M. de Angola – colocariam sobre o mesmo, em acção apeada, dezasseis paraquedistas que assaltariam o "quartel", aproveitando o efeito de surpresa do bombardeamento, para neutralizar ou aprisionar – na medida do possível – os terroristas nele existentes e capturar todos os documentos e armamento encontrados.

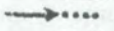
Simultaneamente, e a cerca de 1 Km a SE do objectivo, começariam a ser largadas Companhias de Caçadores Paraquedistas. Os elementos da 1.ª Companhia de Paraquedistas, logo que se libertassem dos paraquedas, deveriam progredir imediatamente sobre o objectivo a fim de apoiarem a força de assalto. A protecção e o isolamento das áreas do objectivo e de lançamento dos paraquedistas seria assegurado por três aviões T-6.

(252) Ver capítulo "Cooperação Aero-Terrestre – Áreas de Intervenção Livre e Emprego de Helicóptero", pág. 435.



Operação "Três Mosqueteiros"

LEGENDA:

-  - Zona bombardeada
-  - Zona de abordagem dos helicópteros
-  - "Quartel" de Caluca
-  - Mata cerrada
-  - Zona de lançamento de paraquedistas (exploração de sucesso)
-  - Progressão dos paraquedistas

Os quatro helicópteros seriam colocados no Toto, em condições de transportar mais dezasseis paraquedistas para o objectivo, caso fosse necessário.

Em 18 de Outubro executou-se a operação estando às 11H30 todos os meios concentrados no Bembe. Às 11H35, hora H, os helicópteros levantaram

voo e seguiram à retaguarda do PCA, em direcção ao objectivo e às 11H49 estavam junto a ele, mas não conseguiram pousar em virtude da existência de arbustos altos junto à orla da mata, pelo que os paraquedistas tiveram que saltar do helicóptero de uma altura de 3 metros.

O objectivo foi rapidamente alcançado tendo-se obtido um êxito total, nomeadamente quanto à captura de documentos de grande importância, o que foi possível pelo grande efeito de surpresa, conhecimento exacto da localização do objectivo e uma perfeita coordenação entre todas as forças empenhadas na acção, confirmando a operação a necessidade urgente de se dispor de um meio que permitisse a abordagem rápida e oportuna dos objectivos.

Sobre a operação o Comandante da Região Militar de Angola remeteu ao CCFAA, CEM e Cmdt da 2.^a Região Aérea, as suas observações exaradas sobre o relatório que lhe foi presente pelo oficial do PCA:

“...junto remeto a V.Ex.^a um relatório referente a uma operação durante a qual forças transportadas em helicóptero realizaram um golpe de mão sobre o quartel inimigo de Caluca. O pleno êxito obtido, traduzido principalmente pela destruição da quase totalidade dos terroristas que se encontravam no “quartel” e pela imediata apreensão dos documentos ali existentes, só foi possível graças à utilização daquele meio de transporte.

... os helicópteros utilizados, Alouete II, não são, do ponto de vista operacional, adaptáveis a estas missões dada a sua fraca capacidade de transporte; no entanto, esta solução de recurso, conseguida à custa de grandes esforços e dedicação, permitiu o êxito total do golpe de mão sobre Caluca, pelo efeito de surpresa obtido.

A flexibilidade do meio em causa fez-se igualmente sentir para além da missão de assalto propriamente dita, quer no que respeita à imediata colocação de mais forças no local, caso fosse necessário, quer ainda no respeitante à evacuação oportuna para os locais apropriados de prisioneiros, documentos, material e feridos das NT.

... Estas conclusões confirmam e reforçam a opinião tantas vezes expandida por este Comando relativamente à enorme vantagem que resultaria para as operações se as tropas dispusessem de helicópteros de transporte...”.

Após este golpe de mão inicial, a operação “Três Mosqueteiros”, desenvolveu-se englobando grande número de forças terrestres, constituindo cinco Agrupamentos, o primeiro dos quais com duas CCaç Paras e um Destacamento de Fuzileiros, além de outras Sub-Unidades isoladas, lançadas a Sul do paralelo de S. Salvador, nas regiões de Caluca-Avé Maria e região

Madimba-Fazenda Primavera, onde se haviam detectado concentrações inimigas.

Com esta operação toda a área a Sul de S. Salvador foi batida segundo o esquema junto, que reflecte o conceito expresso na ordem de operações e que se transcreve:

- “...– Explorar o sucesso do bombardeamento aéreo da FAP, lançando imediatamente a seguir 2 CCaç Paras sobre o objectivo;
- Lançar 2 CCaç da estrada S. Salvador-Tomboco para o S, ao longo dos trilhos gentílicos, que conduzem às regiões de Fuma 14° 06'06°, 40' e Colo 14° 03'-06° 46;
- Lançar 1 ECav da estrada S. Salvador-Madimba para O da sanzala Coco, ao longo de trilhos gentílicos que conduzem à região do rio Lunda;
- Lançar 1 CCaç da estrada S. Salvador-Madimba para SO na direcção de Zenze 14° 15'-06° 37;
- Montar emboscadas a partir do dia D nas regiões imediatamente a N do rio M'Bridge entre os rios Mazu e Caluca, ao longo da estrada S. Salvador-Tomboco, entre as pontes sobre os rios Luso e M'Pozo, ao longo da estrada Lucossa – ponte sobre o rio M'Pozo, nas penetrantes que a atravessam de Norte para Sul, interceptando os trilhos gentílicos que conduzem à zona de operações;
- Exercer, seguidamente, uma acção prolongada de nomadização na região da operação...”

Como resultado destas operações, em especial após o sucesso da operação “Três Mosqueteiros”, sentiu-se a necessidade de fortalecer a retaguarda dos batalhões fronteiriços, de forma a limpar completamente a região Caluca-Avé Maria e a aumentar a densidade de ocupação, nomeadamente na Fazenda Primavera e na ponte sobre o rio M'Pozo ou Quiende, constituindo-se dois polos que permitissem o lançamento de operações. O segundo polo assumia, então, uma especial importância na medida em que se sentia que devido às dificuldades que eram impostas ao inimigo no sector fronteiriço central, as suas infiltrações procuravam agora a transposição do Sector, por Oeste, em direcção a Lufico e Tomboco, de modo a ameaçar os movimentos no itinerário principal de reabastecimento pela estrada Tomboco-S. Salvador e inflectir para Este sobre as transversais Ambrizete-Bessa Monteiro e Ambriz-Quimbumbé.

Neste contexto o triângulo Lufico-Ambrizete-Bessa Monteiro assumia uma especial relevância, onde se previa viesse a aumentar substancialmente a actividade inimiga, tornando-se muito crítica.

[illegible]

381

PLANOS DE OPERAÇÕES

“ALMOUROL DOIS” E “VIGIA AZUL”

Desde o início da subversão que a situação da fronteira de Angola preocupava o comando da RMA, conforme se depreende do exposto no capítulo anterior²⁵³, na certeza de que as infiltrações se faziam por ela, com o apoio dos países limítrofes, em especial pela fronteira Norte, embora os meios infiltrados se destinassem a outros Sectores, nomeadamente aos Sectores C (Vale de Loge) e D (Quibaxe).

As regiões fronteiriças adquiriram assim uma importância muito grande por ser nelas que se poderia efectuar a intercepção de grupos operacionais ou colunas logísticas inimigas, e nas quais o inimigo poderia constituir pontos fixos para o apoio às suas infiltrações.

PLANO “ALMOUROL DOIS”

Em 15 de Setembro 62 foi posto em execução o Plano de Operações “Almourol Dois”²⁵⁴ na sequência do Plano “Almourol” de 20DEZ61, visando especialmente os Sectores F (S. Salvador), A (Ambriz), I (Carmona), 5 (Malange) e 6 (Cabinda), áreas com responsabilidades operacionais na fronteira da ZIN²⁵⁵.

Este plano de operações determinava que se mantivesse e, se possível, se aumentasse, a vigilância ao longo de toda a fronteira da ZIN e do Enclave de Cabinda, tendo em especial atenção as linhas de infiltração conhecidas, com especial incidência nas regiões de Nóqui, Luvo, Bucla, Massau e Tando Zinze

(253) Situação no Sector de S. Salvador.

(254) Plano de Operações “Almourol Dois”, do Comando da Região Militar de Angola, 15Set62, em arquivo.

(255) Ver carta do dispositivo operacional referente a 31Dez62 – 2.º volume – Dispositivo das Nossas Forças – Angola.

e se previsse o reforço e se reforçasse, se necessário, as zonas ameaçadas ou atacadas pelo In. Caso este conseguisse penetrar com meios importantes na região da fronteira da ZIN, ou do Enclave de Cabinda, deveria reforçar-se rapidamente a zona, aniquilando-o, antes que pudesse penetrar mais profundamente no nosso território.

Se o In conseguisse apoderar-se de qualquer ponto ou parcela do Território Nacional, deveriam utilizar-se todos os meios imediatamente disponíveis para o aniquilar ou repelir, no mais curto espaço de tempo, prevendo-se a rendição a curto prazo, no máximo três dias, das forças paraquedistas que fossem empregues por lançamento.

As missões atribuídas a cada um dos Sectores referidos foram minuciosamente detalhadas, tendo em atenção a missão geral da operação, considerando-se no Plano uma estreita cooperação com a Força Aérea e a Marinha, que assumiriam os seguintes encargos operacionais:

“... As forças navais asseguram o patrulhamento e o reconhecimento marítimo e aeronaval da costa N por navios normalmente com base em Luanda, Szaire ou Cabinda e com a cooperação da FAP.

Executam o patrulhamento dos rios Chiloango, Lucula, Luango e Luali, dentro das possibilidades de navegação e na dependência do COMARANGOLA, (Comando Marítimo de Angola), mas sob o controlo operacional do COMSEC 6.

Executam a vigilância e patrulhamento do rio Zaire e respectivos esteiros, entre Szaire e Noqui, sob o comando operacional de COMDEMAR SAZAIRE.

Mantêm postos fixos de fuzileiros em Ponta Puelo, Ponta Macala, Tridente e Quissanga e uma base de patrulha fluvial na Pedra do Feitiço..”

“...As forças aéreas apoiam as FT em missões de reconhecimento, ligação e ataque ao solo, muito especialmente na faixa da fronteira.

Mantêm em Luanda uma CCAç-Paras em condições de ser lançada em paraquedas.

Mantêm em Luanda uma CCAç-Paras em condições de ser aerotransportada.

Mantêm-se em condições de fornecer o transporte aéreo, por escalões, a duas CCAç – com armamento, equipamento e munições – a partir de Luanda...”

O plano “Almourol Dois” era estabelecido a título permanente e deveria ser refundido e melhorado por sugestões dos comandos operacionais a que se destinava que deveriam elaborar e enviar ao Quartel General da Região Militar de Angola planos constituídos por duas partes: uma, relativa à recuperação das zonas ou pontos importantes que pudessem vir a ser ocupados pelo inimigo e outra, relativa ao reforço das guarnições, onde deveriam constar as várias hipóteses de intervenção.

PLANO “VIGIA AZUL”

Ao mesmo tempo que se pensava coarctar ao inimigo a possibilidade de introduzir meios na Zona de Intervenção Norte, pelo Plano “Almourol Dois”, o Comando da Região Militar de Angola elaborou outro plano destinado a colocar as nossas forças em condições de aniquilar ou, no mínimo, repelir os elementos inimigos que tivessem desembarcado, ou tentassem fazê-lo, na costa Sul da Província, com especial atenção para as regiões do Lobito, Benguela, Moçâmedes e Porto Alexandre.

O Plano então elaborado – Plano “Vigia Azul”²⁵⁶ obedecia ao conceito de que se deveria aumentar a vigilância, detectar e impedir qualquer tentativa In de desembarque vindo do mar, especialmente nas regiões de Lobito, Benguela, Moçâmedes e Porto Alexandre; assegurar a manutenção da Ordem Pública nos centros populacionais, em colaboração com as Forças Militarizadas; eliminar imediatamente qualquer sucesso inicial do In ou, no mínimo, garantir as condições indispensáveis à intervenção de reforços; negar ao In, em caso de êxito inicial, a destruição ou utilização de órgãos ou instalações essenciais; em caso de necessidade, reforçar as guarnições das zonas ameaçadas à custa das forças das respectivas Zonas de Intervenção, ou que tivessem sido postas à sua disposição, e aniquilar os elementos In que tivessem conseguido desembarcar, antes que a sua situação pudesse consolidar-se.

O Plano Vigia Azul foi destinado especialmente aos Comandos da ZIC (Zona de Intervenção Centro) e ZIS (Zona de Intervenção Sul) a quem foram atribuídas as seguintes missões específicas:

“... O Comando da ZIC, intensifica a vigilância, o patrulhamento e o reforço de pesquisa na faixa costeira da sua ZA, tendo especial atenção para as regiões portuárias de Lobito e Benguela; assegura a manutenção da ordem pública nos centros populacionais da sua Z.A., em colaboração com as forças militarizadas; reforça a defesa do porto do Lobito com um pelotão de bocas de fogo de Artilharia de 8,8 cm a 2 secções (missão de fiscalização); detecta e impede qualquer tentativa In de desembarque ou golpe de mão vindo do mar, em especial nas regiões de Lobito e Benguela; nega ao In a utilização de órgãos e instalações essenciais, pela sua defesa a todo o custo ou, em último caso, pela sua destruição; coloca-se em condições de reforçar, em tempo oportuno, as guarnições das zonas ameaçadas; prevê o emprego de uma ou duas CCaç a transportar por via aérea de Luanda para o Lobito e prevê o emprego de uma ou duas CCaç-Paras, aerotransportadas, para Lobito ou lançadas nos pontos ameaçados da faixa costeira...”

(256) Plano “Vigia Azul”, do Comando da RMA, 17Out62, em arquivo.

“... O Comando da ZIS, intensifica a vigilância, o patrulhamento e o esforço de pesquisa na faixa costeira da ZA, tendo especial atenção as regiões portuárias de Moçâmedes e Porto Alexandre; assegura a manutenção da ordem pública nos centros populacionais, da sua Z.A., em colocação com as forças militarizadas; reforça a defesa do porto de Moçâmedes com um pelotão de bocas de fogo de Artilharia de 8,8 cm a 2 Secções (missão de fiscalização); detecta e impede qualquer tentativa In de desembarque ou golpe de mão vindo do mar, em especial nas regiões de Moçâmedes e Porto Alexandre; nega ao In a utilização de órgãos e instalações essenciais pela sua defesa a todo o custo ou, em último caso, pela sua destruição; coloca-se em condições de reforçar, em tempo oportuno, as guarnições das zonas ameaçadas; prevê o emprego de uma ou duas CCaç a transportar por via aérea de Luanda para Sá da Bandeira ou Moçâmedes e prevê o emprego de uma ou duas CCaç Paras, aerotransportadas, para Sá da Bandeira ou Moçâmedes, ou lançadas nos pontos ameaçados da faixa costeira...”.

O Plano “Vigia Azul” previa que os comandos da Zona de Intervenção nomeassem Comandos Eventuais de Áreas para coordenação da defesa das regiões de Lobito-Benguela e Moçâmedes-Porto Alexandre que se deveriam constituir imediatamente para efeitos de planeamento e controlo, ficando na dependência dos Comandos da Zona de Intervenção respectivos²⁵⁷.

Conforme se depreende do próprio “Plano Vigia Azul” este seria condicionado, pelo menos parcialmente e no que respeitava ao emprego das reservas do Comando da Região Militar de Angola e das Companhias de Caçadores Paraquedistas, ao Plano “Almourol Dois”, uma vez que foram postos em execução quase simultaneamente e poderia dar-se a circunstância de as mesmas forças serem solicitadas ao mesmo tempo para missões previstas em cada um dos Planos.

A vigilância das fronteiras das áreas da guerrilha, através de missões diversificadas, e da costa em geral atribuídas a forças navais, foi uma constante durante os anos que durou a luta em Angola, sempre planeada com uma permanente carência de meios para fazer face a tantas hipóteses de acção In. Se estas viessem todas a ter lugar o que, na generalidade, não se verificou, nomeadamente ao que diz respeito a desembarques na costa, acções de terrorismo selectivo e sublevação dos grandes centros industriais, agrícolas e urbanas, poderia vir a criar-se uma situação operacional de difícil solução, que Angola não vivia então nem alguma vez chegou a viver, pois as acções violentas se limitaram a áreas relativamente reduzidas fora das quais, na imensidão geral do território, a vida continuava com normalidade e pujança.

(257) Instruções de Coordenação do Plano “Vigia Azul”.

NOVAS PREOCUPAÇÕES MILITARES NO COMANDO DA RMA, EM 1962

No mês de Outubro de 1962 era evidente a preocupação do Comando da RMA, quanto ao possível evoluir da situação em determinadas áreas da ZIN, como se depreende de directivas operacionais enviadas aos Comandantes de alguns Sectores.

A área mais sensível parecia ser a de Bessa Monteiro, no Sector C²⁵⁸, região onde o inimigo estava particularmente activo, efectuando diversos ataques e acções de flagelação à povoação, em especial quando saíam para operações as forças da Unidade ali estacionadas. Prevvia-se que a sua acção se intensificasse e que viesse mesmo a tentar assaltar a própria povoação²⁵⁹.

Pouco se conhecia da organização do inimigo nesta região, mas admitia-se que fosse constituída com base nos povos de Bessa Monteiro e Quibala, organizados principalmente nas regiões do rio M'Bridge, a N de Bessa Monteiro, na mata Sanga, que se estende entre Bessa e Quibala, a Norte do entroncamento de Samba e que esta organização regional tivesse ligações com os grupos de Caluca-Avé Maria, Bembe, Ambrizete-Casa de Telha e Zala²⁶⁰.

Considerava-se elevada a capacidade de combate do inimigo nesta região, tendo sido referenciadas, em actuações simultâneas, duas metralhadoras, algumas pistolas metralhadoras, espingardas e granadas de mão. Em 28 de Setembro, numa acção próxima de Quibala, haviam sido capturadas às nossas tropas quatro espingardas automáticas FN, êxito que certamente lhe dera forte alento e reforçara o seu armamento.

Em face da percepção de que o inimigo nesta região era forte, estava moralizado, praticamente sem ter sofrido acções das N.T. e podia tentar uma acção de força sobre Bessa Monteiro, foi determinada a remodelação do dispositivo de defesa da povoação, de forma muito concreta, e com uma porme-

(258) No final do capítulo sobre a região de S. Salvador manifesta-se já uma preocupação relativa a esta área para onde o inimigo parecia orientar a sua acção.

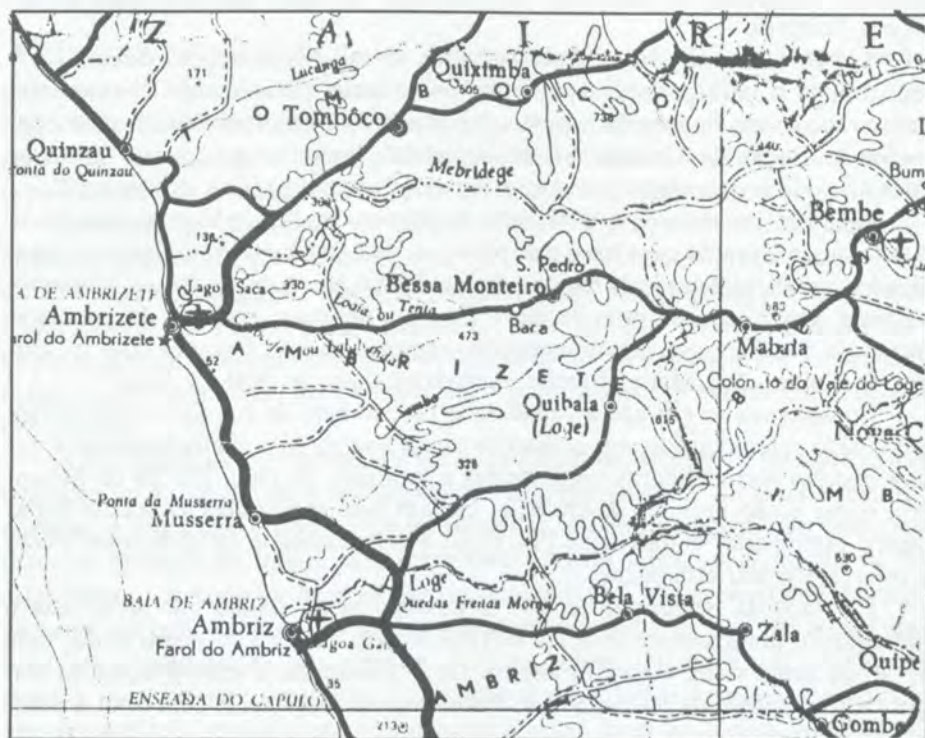
(259) Directiva particular ao Sector "C", de 21Out62, do QG/RMA.

(260) Ver capítulo sobre a região de S. Salvador.

norização pouco comum, tendo em atenção que se tratava de uma determinação da Região Militar.

“... O Comandante de Sector deve deslocar-se a Bessa Monteiro a fim de, pessoalmente, rever o plano de defesa e introduzir as alterações julgadas indispensáveis.

O plano de defesa de Bessa Monteiro deverá assentar fundamentalmente na acção dinâmica e agressiva de pequenos grupos de combate, actuando “de fora para dentro” e que apenas executem acções de fogo com a certeza de atingirem o inimigo. Para este efeito sugere-se que se coloquem emboscadas sobre os prováveis eixos de aproximação ou de infiltração do inimigo; que os pequenos grupos de combate emboscados fora da povoação ataquem pela retaguarda os focos inimigos assim que eles se revelem, aproximando-se até a uma distância que permita a execução de tiro com toda a eficácia e que sejam armadilhados os locais onde o inimigo se tem instalado para flagelar a guarnição de Bessa Monteiro...”²⁶¹



Região de Bessa Monteiro

(261) Directiva particular ao Sector C, já citada.

As sucessivas flagelações da povoação a que se seguiam verdadeiros “duelos de fogo”, expresso da própria directiva da Região Militar, preocupava o Comando pela possibilidade de causar problemas de remuniciamento, para além do desprestígio e fraqueza que representava para a Unidade um tal tipo de actuação, que deixava constantemente ao inimigo a iniciativa operacional.

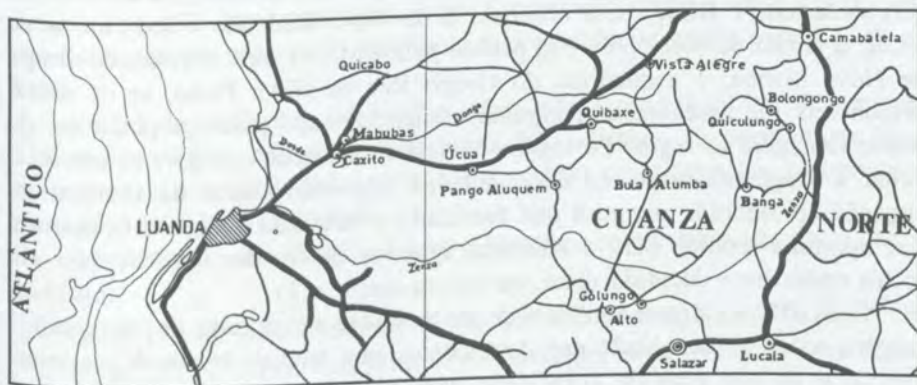
Parecia evidente que o inimigo na região de Bessa Monteiro iria causar problemas às nossas tropas.

Outra das preocupações do Comando da RMA residia no facto de um conjunto de actividades inimigas na região de Pango Aluquem fazerem supor que o In pretendia alastrar a sua actuação para Sul, visando o importante itinerário de Catete e, posteriormente, afectar a linha de caminho de ferro de Malange, ameaça que já vinha do antecedente e agora parecia avolumar-se.

Tal facto representaria um retrocesso na pacificação da área entre os rios Dange e Zenza e uma ameaça sobre os trabalhos agrícolas uma vez que, entre Julho e Setembro, três fazendas tinham sido atacadas, camionistas civis também atacados, e vários europeus e nativos haviam sido vítimas destas acções.

Uma directiva do Comando da RMA²⁶², dirigida aos comandos operacionais das áreas em causa, determinava um reforço da pesquisa de informação e de actividade operacional e uma maior fiscalização do sistema de segurança das fazendas, uma vez que a ameaça tinha reflexos de carácter económico.

Conhecia-se a intenção de dezassete empregados europeus de um roça do Distrito de Cuanza Norte²⁶³ abandonarem os seus trabalhos o que, a verificar-se,



Região entre o Rio Dange e o Rio Zenza

(262) Directiva particular do Sector D, BCaç 132 e BCaç 130.

(263) Fazenda Santa Clara.

teria gravíssimas consequências para toda a região, dado o clima de pessimismo geral que parecia ter-se apoderado do pessoal europeu que ali trabalhava. As movimentações das Unidades da área, porém, foram suficientes para assegurar a tranquilidade de espírito que começava a faltar.

De Lisboa veio também um problema militar.

Do Secretário-Geral da Defesa Nacional recebeu o Comando Chefe das Forças Armadas de Angola (CCFAA) um documento, datado de 230UT62, intitulado “Defesa de Angola” que referia haver recebido de Leopoldville, via Ministério dos Negócios Estrangeiros, variados documentos que levavam a supor que o In preparava, com forte apoio afro-asiático, duas acções ofensivas com a seguinte prioridade: a primeira, a desencadear na 2.^a quinzena de Dezembro, no distrito da Lunda, orientada de N. para S., visaria Vila Henrique de Carvalho e Vila Luso, com a finalidade de conquistar uma zona de terreno onde instalasse o “Governo Provisório da República de Angola” ou, no mínimo, mantivesse guerrilhas, alargando assim, para Leste, a sua zona de actividade; a segunda, no Uige (NE), visaria Maquela do Zombo, Damba, Sanza Pombo e Marimba e só seria desencadeada depois de conhecidos os resultados da primeira, sem prejuízo, contudo, dos preparativos do ataque.

O inimigo pretendia apenas determinados fins políticos, ou induzir-nos a alterar o dispositivo, desviando forças de outros Sectores visto que, em qualquer das ofensivas anunciadas, as direcções de ataque eram exteriores à área da ZIN, onde estava concentrado o nosso esforço principal.

O SGDN considerava credíveis as informações e adiantava mesmo um conjunto de medidas para as forças terrestres através do reforço dos meios já existentes nesta área, com esforço em Henrique de Carvalho. Essas medidas preconizavam: 1 BCaç, possivelmente o do Novo Redondo e (ou) um novo BCaç, a enviar da Metrópole e já pedido pela RMA; 1 ou 2 Btr Art, do Grupo de Nova Lisboa; 1 esquadrão, do Grupo Rec de Silva Porto, se os meios disponíveis lhe assegurassem alguma eficiência, cuja presença podia ser da maior vantagem na região Portugália-Veríssimo Sarmento. Julgava-se essencial evitar a exagerada dispersão das Unidades, não indo abaixo da Companhia, situação considerada perigosa que facilitaria a sua destruição e dificultaria a sua oportuna reunião para o combate, quer na defesa das regiões, quer em locais onde fosse decidido deter, ou contra-atacar o In.

O SGDN solicitava um esforço de pesquisa no sentido de obter informações sobre a idoneidade dos documentos que haviam levado à sua intervenção e do seu grau de veracidade que, a confirmar-se, teria que levar à adopção de medidas destinadas a deter a invasão da Lunda, pois a simples perturbação da ordem nesta região representaria um sério golpe na economia da Província, com a paralisação das actividades da Companhia de Diamantes e o corte do Caminho de Ferro de Benguela.

O Comando da Região Militar de Angola tomou imediatamente um conjunto de disposições e preparou outras a curto prazo que constituíram o primeiro grande esforço na Zona Leste de Angola, embora não propriamente na área onde mais tarde haveria de se abrir a chamada "Frente Leste", mas na região fronteiriça, a norte do paralelo do Luso.

As medidas imediatas foram o reforço da ZIL com 1 ERec/GRA, em Henrique de Carvalho, a concretizar até 29 de Novembro de 1962; o deslocamento de 1 CCaç de Lumege para Henrique de Carvalho ou, consoante o evoluir da situação, para Veríssimo Sarmento e o envio para aquela povoação, por via aérea, do Comandante e oficiais do E. Maior do Comando Operacional N.º 3, para assumir o Comando da ZIL (Zona de Intervenção Leste) e proceder aos reconhecimentos necessários, com vista à actividade operacional e ao apoio logístico das tropas.

Variados elementos confirmavam, entretanto, a possibilidade do ataque no Leste, com características clássicas, a desencadear pelo inimigo na 2.ª quinzena de Dezembro de 1962, visando a conquista de uma parte da Lunda que lhe permitisse a abertura de uma segunda frente, ou a instalação de um "governo provisório".

O ataque à ZIL deveria processar-se, segundo notícias recebidas, a análise das possibilidades do inimigo e as características do terreno, a partir do Shamuhombo (paralelo de Kahemba, junto à fronteira) e Shakandala, ambas no Congo ex-belga frente a Portugália e teria como objectivo, numa 1.ª fase, alcançar Camaxilo e Veríssimo Sarmento, chegando a esta povoação por tornealcançar Camaxilo e Veríssimo Sarmento, chegando a esta povoação por torneamento de Portugália e, numa 2.ª fase, por acção coordenada, atacar Henrique de Carvalho, cuja conquista estava prevista para 25 de Dezembro. A 3.ª fase da mesma operação seria concretizada por uma acção sobre o Luso e a 4.ª fase envolveria acções visando o Caminho de Ferro de Benguela para E e W do Luso.

Em 15 de Dezembro de 1962, o Comando Operacional N.º 3 assume o Comando da ZIL e, não obstante todas as dificuldades, o dispositivo que havia de suportar o embate do Inimigo na Lunda estava completado na data prevista, ou seja – até 24 de Dezembro.

O reforços foram afluindo à área e tornaram-se efectivos nas datas que se indicam:

- BCaç 155 (+ 1 Pel. Art), em H. de Carvalho, reforço efectivo em 15Dez
- BCaç 261 (+ 1 Pel. Art), em H. de Carvalho, reforço efectivo em 26Dez
- 1.ª Bat/GACNL, no Luso, reforço efectivo em 17Dez
- Bat Art.º 147/GAC 157, em H. de Carvalho, reforço efectivo em 15Dez
- Pel. A.A.A. 55, em H. de Carvalho, reforço efectivo em 15Dez
- Pel. A.A.A. 56, no Luso, reforço efectivo em 12Dez

3.^a ERec/GRA, em H. de Carvalho, reforço efectivo em 02Dez
CSap 355/BEng 234, em H. de Carvalho, reforço efectivo em 15Dez
Dst. Man 201, no Luso, reforço efectivo em 01Dez

Nada ocorreu digno de menção, embora a área tivesse continuado permanecer numa situação muito sensível, o que poderá ter-se ficado a dever muito à extraordinária acção que, no mês imediatamente anterior, fora desenvolvida na área pelo BCaç 114 que, mercê de um bem estruturado e eficiente serviço de informação na sua Z.A., pôde deter, em tempo oportuno, um grande número de cabecilhas do movimento que se preparava e estava previsto para eclodir em 15 de Dezembro.

Para além destas medidas, o Comando do BCaç 114, que acumulava com as funções de Comandante da ZIL, através da Ordem de Operações N.º 1 (“ALTA TENSÃO”), tomou uma série de medidas de defesa destinadas a enfrentar as ameaças que pareciam iminentes, com os meios de que dispunha, que eram exíguos, o que o levou a ter que adoptar medidas que envolveram grave risco, pois viu-se na necessidade de os retirar de outras zonas nevrálgicas que se sabia estarem em estado de subversão latente.

O Comandante da RMA centralizou posteriormente na Ordem de Operações “Montes Claros” (Doc MC 149 de 7 Janeiro de 1963) as disposições tendentes à defesa da ZIL²⁶⁴, nesta emergência. Este documento atribuiu às forças terrestres a missão de:

- intensificar, desde logo, a vigilância da fronteira Norte, recorrendo ao reforço do sector da Lunda, com elementos disponíveis da ZIL e ZIC;
- deslocar, o mais rapidamente possível, para Henrique de Carvalho, um dos Comandos de Agrupamento da ZIN, a cujo Comandante deveria ser atribuída a responsabilidade da defesa da ZIL;
- reforçar, o mais rapidamente possível, o dispositivo de defesa da Lunda por forma a impedir as infiltrações inimigas pela fronteira Norte e a realização de outra qualquer acção de surpresa contra as instalações da Companhia de Diamantes e/ou Henrique de Carvalho, recorrendo, para o efeito, a Unidades de reserva e da ZIC;
- criar, até 24 de Dezembro de 1962, um dispositivo de defesa da Lunda que permitisse impedir a realização de acções de força através da fronteira Norte, em Abril, segundo os eixos Portugália-Henrique de Carvalho e Camaxilo-Cacolo: defender as instalações da Companhia de Diamantes, impedindo a sua destruição ou simples inutilização; garantir a

(264) Inserido no Relatório de Comando N.º 29/1963, do QG/RMA.

posse do aeródromo de Henrique de Carvalho e dispor localmente de uma força de contra-ataque;

- manter no sector S da ZIL (Moxico), uma estrutura de defesa que permitisse a realização do controlo das populações e eliminação de qualquer acção de subversão interna, a garantia da posse do aeródromo do Luso e a protecção do Caminho de Ferro de Benguela;
- estabelecer na ZIC, orientada segundo o eixo Nova Lisboa-Silva Porto, uma força da ordem de um Batalhão em condições de, em primeira prioridade, poder reforçar rapidamente a ZIL;
- reconstruir, logo que possível, a reserva do CMD/RMA, que fora atribuída à área, por forma a não serem prejudicadas as execuções dos planos "Almourol Dois" e "Vigia Azul", bem como o reforço eventual de qualquer das zonas operacionais, em especial a ZIN.

Para a execução desta missão o Comando da RMA emitiu o conceito de operação em que previa a implantação de um dispositivo de forças, à custa de unidades da ZIL, da ZIC e outros reforços, até 24 de Dezembro de 1962, que deveria permitir:

- patrulhar intensamente toda a região fronteira por forma a obter notícias sobre a actividade inimiga no Congo-Leão e a detectar imediatamente qualquer infiltração no nosso território;
- impedir qualquer penetração inimiga em território nacional;
- basear a defesa contra acções de força do inimigo no dispositivo de núcleos de força centradas em Lubalo e Veríssimo Sarmento.

No caso de o inimigo realizar qualquer acção de força, manter a todo o custo a posse de zonas ou pontos importantes, actuando de forma agressiva, com vista a criar condições para o desenvolvimento de acções futuras:

- manter, na região de Henrique de Carvalho, forças prontas a reforçar a frente, ou a serem empenhadas em acção de contra-ataque;
- defender as instalações essenciais da Companhia de Diamantes;
- constituir na região de Teixeira da Silva-General Machado-Chinguar, um núcleo de forças com a missão principal de intervenção na ZIL, a curto prazo;
- manter em Luanda uma reserva de um ou dois Batalhões para execução dos planos de operação "Almourol Dois" e "Vigia Azul" e/ou, para reforçar qualquer área ameaçada, com prioridade para a ZIN;
- exercer acção psico-social sobre as populações.

A forma como esta alteração do dispositivo se processou e a sua origem, indicam, de forma clara, a maneira de actuar e uma atenção pormenorizada do SGDN sobre a forma de conduzir a acção em Angola e demonstrou também a flexibilidade do Comando da Região Militar para manobrar as suas forças de acordo com as circunstâncias.

A luta entrava num ponto que se podia denominar de estável e o dispositivo das nossas tropas estava também já estabilizado nas áreas de luta embora não no Centro, Sul e Leste da Província, cujo reforço não tinha merecido até então a prioridade da ZIN, mas que urgia ponderar, tendo em atenção o que parecia vir a ser o evoluir territorial das operações.

Quanto à outra área ameaçada – fronteira do rio Cuango, o Comando da RMA considerava-a muito sensível na medida em que esta faixa Leste da ZIN englobava populações que haviam sido recuperadas, após operações militares da primeira fase da sublevação e que se encontravam ainda num estado instável, devido às acções descoordenadas a que estavam sujeitas²⁶⁵ referentes à acção psicossocial das NT, à propaganda política dúbia da NTO-BAKO²⁶⁶ e à propaganda política de elementos emancipalistas infiltrados na NTO BAKO, dos partidos além fronteira.

Uma vez que esta área já era objecto do Plano “Almourol Dois”, chamou-se atenção para as disposições nele contidas e ordenou-se aos Comandos dos Sectores 1 e 5 a elaboração de planos pormenorizados que visassem a pesquisa de notícias, a previsão do seu reforço no caso de haver indícios de concretização das possibilidades agora atribuídas ao inimigo e a destruição do inimigo, no caso da sua detecção em território nacional.

(265) Directiva particular aos Com Sec 1 e 5 para a defesa da faixa Leste da ZIN, de 26 de Novembro de 1962.

(266) Ver referência à acção da NTO BAKO, pág. 83.

[illegible]

Área da Operação "Montes Claros"

SITUAÇÃO EM CABINDA NO FINAL DE 1962

No final de 1962, a situação no Enclave de Cabinda era calma, como se depreende da transcrição da parte, com incidências militares, da intervenção do governador do Distrito de Cabinda na reunião de governadores de Distrito, realizada em 07 de Novembro de 1962²⁶⁷. Esta opinião reveste-se de importância militar por ser então o único governador de Distrito que era simultaneamente Comandante de Sector.

“... O Distrito tem uma população de cerca de 55.000 nativos.

Quando se deram os primeiros acontecimentos, fugiram cerca de dezassete mil mas, ultimamente, tem-se verificado o acentuar do seu regresso, devendo ter já regressado uns cinco mil.

No Distrito nunca se verificaram tão graves perturbações como as que se esperavam, dada a sua melindrosa situação geográfica, encravada entre os dois Congos. Isto se deve talvez, em grande parte, à existência de inúmeros partidos que não querem todos a mesma coisa – há os que pretendem a independência de Angola, com a inclusão de Cabinda; os que desejam a independência só de Cabinda; os que querem Cabinda para um dos Congos e ainda os que pretendem que seja metade para cada Congo. Há também a circunstância de considerarem o problema de Cabinda diferente do de Angola. O Tratado de Simulambuco dá-lhe características especiais e graças a isto, aos desentendimentos entre os Partidos e, ainda, ao facto de uns serem pela violência e outros não a admitirem, vamo-nos mantendo...”.

“... Deve observar-se que os terroristas que têm aparecido em Cabinda, se têm mostrado menos sanguinários do que os que infestam os outros distritos do norte da Província...”

(267) Relato da reunião do governador de Distrito, realizada no dia 07 de Novembro de 1962, doc. de 21 de Maio de 1963, do Governo do Distrito de Cabinda.

“... Sobre a questão militar, não posso deixar de fazer algumas observações, porque estou numa situação diferente da de todos os outros distritos, uma vez que sou, ao mesmo tempo, Governador do Distrito e Comandante de Sector. Tenho a impressão que esta situação é a óptima e nem sei como conseguiria resolver certos problemas se fôsse doutra maneira, porque uma questão muito melindrosa é a das relações entre os civis e os militares. Os militares têm presentemente muita força e, mesmo sem querer, metem-se às vezes nas atribuições dos administrativos. Verificaram-se frequentes atritos e julgo que não há nada melhor do que, como no meu caso, poder agarrar, simultaneamente, no capitão e no administrador e chamá-los a ambos à ordem. E, em geral, há sempre culpa dum lado e do outro; nem só culpa dos administrativos, nem só culpa dos militares. Certos militares convencem-se que os administrativos são culpados de tudo, até culpados do terrorismo. Em contrapartida, há Administradores e Chefes de Posto completamente alérgicos aos militares.

O problema é difícil e creio que os outros Distritos devem lutar com maiores dificuldades. Eu tenho a questão facilitada pelo facto da concentração de poderes me dar competência sobre uns e outros; no entanto, quanto à competência militar, confesso que não sei bem até onde ela vai mas, em face do que está legislado, tenho sob a minha alçada disciplinar, não só os militares, mas também a Guarda Fiscal, a Polícia de Segurança Pública e a P.I.D.E.. Isto é importante. A tendência para a independência é geral e todos procuram trabalhar cada um para o seu lado, sem a coordenação indispensável. E, para pôr as coisas no devido lugar, não há como ter todos esses elementos numa só mão, com verdadeira competência sobre eles.

É que a independência tem limites. Não se compreende, por exemplo, que a P.I.D.E., num dado Distrito, resolva fazer uma busca e prender uma série de nativos, sem ter consultado primeiro a autoridade máxima desse Distrito sobre a oportunidade ou conveniência de tal acção. Ainda há pouco no Sul de Cabinda, a P.I.D.E. destruiu uma fabriqueta clandestina onde se consertavam canhangulos e prendeu alguns nativos. Os militares já tinham conhecimento da existência da fabriqueta. Mantinhamo-nos em observação. A acção da P.I.D.E foi extemporânea e podia ter dado maus resultados. Tem que haver uma única cabeça, uma única autoridade responsável pela política a seguir num determinado Sector e não pode admitir-se, por princípio algum, que os vários elementos de segurança que nele trabalham se lancem, por sua própria conta, em aventuras ou acções que possam causar profundas perturbações, ou sejam contrárias à política superiormente traçada.

Já que falei em canhangulos, devo esclarecer que há imensos lá no Distrito. Sempre houve, pois quase todo o nativo é um pouco caçador. A situação

nunca se agravou até ao ponto de nos vermos na necessidade de apreender as catanas, nem mesmo os canhangulos para a caça. O que exigimos é que possuam licença para o usar. É vulgaríssimo, em todo o distrito, encontrar-se um nativo com o canhangulo às costas. A tropa ou qualquer autoridade chamam-no e procuram-lhe pela licença; se a tem, deixa-se seguir; caso contrário, vai o canhangulo para a Administração.

Claro que esta questão dos canhangulos tem que ser observada de perto. Não podemos deixar os nativos fabricar canhangulos; é coisa que tem de se travar. Mas o que não podemos é deixar de consentir que eles os consertem, nas rudimentares oficinas que possuem, uma vez que os autorizamos a usá-los..."

"... Há quatro meses que não há emboscadas e quando as há a maioria dos elementos são aqui de baixo, de Luanda.

No bando que infesta o canto S.E. do Miconge, o único na fronteira de Cabinda, há um pouco de tudo: gente de Luanda, refugiados do Maiombe e até soldados desertores do nosso Exército, nativos. Na última emboscada que nos fizeram, matámos um bandoleiro que estava armado com uma espingarda Mauser com que desertara um dos nossos soldados nativos por ocasião dum reencontro com o inimigo, verificado numa pequena povoação do Maiombe.

Este bando está numa situação privilegiada, agindo nas proximidades da fronteira. Não há estrada, nem picada, para aquele canto do Miconge; a tropa demora dois dias para lá chegar, a pé, utilizando caminhos de pé posto, através da floresta, que apenas permitem a deslocação dos homens em coluna por um. É praticamente impossível lá chegar sem que eles saibam que a tropa se está aproximando. Se querem fazer alguma emboscada, fazem, não lhes faltando óptimas posições para isso. Ultimamente, porém, não as têm feito. Limitam-se a passar para o outro lado da fronteira de onde começam a observar os nossos, e, por vezes, a insultá-los. Quando a tropa regressa eles voltam para o nosso território, se lhes apetecer. Fazem o que querem. Os nativos da região estão à mercê do bando que não os deixa ocupar os povos; não lhes podemos dar protecção capaz.

Desloquei-me algumas vezes a Luanda para ver se conseguia meios para abrir uma estrada para lá. Os próprios nativos da região, alguns dos quais têm vindo, a ocultas dos do bando, falar comigo, pedem a estrada e a tropa para os proteger. Mas nós, enquanto não houver estrada, não temos possibilidade de ali ter ninguém. Seria difícilimo reabastecer qualquer força ali estacionada; iríamos criar um problema pior do que o do Posto do Miconge, que, já por si, é, em certas ocasiões, um "bico de obra". O ano passado só a pé e com aviões conseguimos reabastecer aquela gente.

Impõe-se construir uma estrada para esse canto afastado do Miconge. Há uma empresa que quer explorar umas minas de manganés ali existentes, em Mazinga, mas sem estrada não poderá ali instalar-se porque não lhe pode-

ríamos prestar qualquer assistência. No início do ano procuraram fazer um reconhecimento ao terreno a explorar, para avaliar das suas possibilidades em minério, mas acabaram por desistir ao terem conhecimento das emboscadas sofridas pela tropa. A mina situa-se na região de Sanda Massala, que é uma encruzilhada de fronteiras – Cabinda-Congo (Brazza), Cabinda-Congo (Leo). Os elementos do grupo inimigo passam de um lado para o outro conforme as conveniências, criando inclusivamente problemas aos Congos, como nos referiu há pouco uma autoridade do Congo-Leo que veio pedir-nos para lá colocar algumas tropas.

Precisamos de normalizar aquela área...”

Apesar desta avaliação da situação, admitia-se nos escalões superiores que o inimigo estava a melhorar a sua preparação militar e que, para exploração interna e internacional, poderia querer atingir objectivos de interesse militar e que Cabinda poderia ser um desses objectivos²⁶⁸.

Em concordância com a opinião do Governador de Cabinda, atrás expressa, consideravam-se as fronteiras Leste e Norte como as mais vulneráveis, na junção das quais se situava a área crítica de Sanda Massala, e Maloango Zau, que ele referia.

Em face desta ameaça o Comando da Região Militar de Angola enviou ao COMSEC 6 uma directiva para a Defesa do Enclave de Cabinda²⁶⁹ em que se estabelecia que as forças terrestres do Comando da RM, em coordenação com a Força Aérea e Forças Navais, deveriam estar aptas a efectuar a defesa de Cabinda (cidade) e preparar-se para fazer o esforço nas principais penetrantes, por forma a cobrir o aeroporto e o porto de Cabinda, assegurando a ligação pelo mar e pelo ar com Luanda, consequente possibilidade de envio de reforços para ulteriormente se passar ao contra-ataque e destruir o inimigo que tivesse penetrado em território nacional.

A operação assumia o nome de código “Montes Verdes” e a ameaça foi considerada como muito provável. Em 03 de Dezembro, o Comando da RMAngola, em Ordem Particular ao COMSEC 6²⁷⁰, atribuía a este Comando, como reforço, as CCaç 371 e 372, considerando que, assim, ficava em melhores condições de actuar de forma agressiva, impedindo a penetração do inimigo nas direcções conducentes à cidade de Cabinda, de atacar e destruir um possível invasor, de manter a todo o custo a posse da cidade e dispor de uma força de intervenção.

(268) Ver considerações no Plano “Almourol Dois” onde já se expressavam preocupações quanto a Cabinda.

(269) Directiva Particular ao COMSEC 6, para a Defesa do Enclave de Cabinda, de 22Nov62, do QG/RMA.

(270) Ordem particular ao COMSEC 6 (Operação “Montes Verdes”).

As ameaças sobre Cabinda não vieram a concretizar-se na altura e a estrada pedida por aquele Governador e Comandante Militar veio a ser construída em 1965/1966 por uma Companhia de Engenharia, mandada expressamente para o Enclave.



O velho “Monarca”, que vivia num “fiote” à beira da lagoa do Massabi

A REGIÃO DE QUICABO

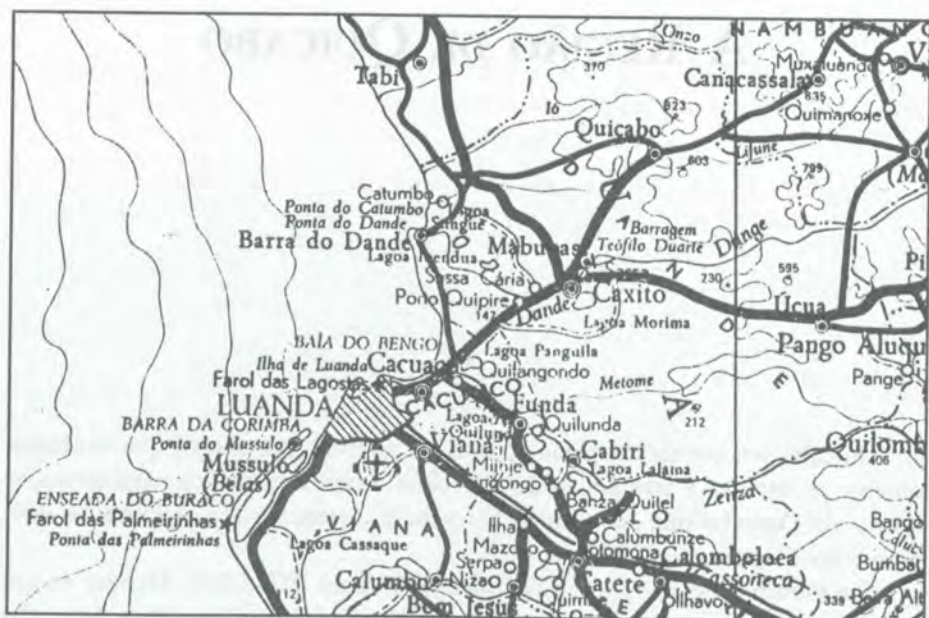
Quicabo era conhecida pelas “portas da guerra”, por ser ali que verdadeiramente se iniciava a área activa dos Dembos. Eram famosos os característicos morros de Quicabo que serviam de referência a pequenos aviões que se dirigiam para o interior da ZIN.

Em Outubro de 1962 a região foi atribuída ao BCaÇ 325. Depois de um período em que esta Unidade procurou obter informações sobre a localização das concentrações terroristas; actuar por surpresa sobre essas concentrações, associando golpes de mão com emboscadas; dar agressividade e determinação às tropas e durante o qual foram destruídos os “quartéis” do Casseno (Quíunenes) e o de Cachila, verificou-se a necessidade de eliminar um forte baluarte inimigo. Nele haveria que destruir, pelo menos, uma dezena de “quartéis” já que constituía o fulcro de toda a resistência. In na área, com ligações para as “Centrais” de Jungo, Zala, Nambuanguongo e Canacassala.

Foram referenciadas várias concentrações inimigas e concluiu-se que a região de Quiunenes constituía o principal refúgio, onde o inimigo dispunha de muitos reabastecimentos e era a base de apoio de toda a região.

Tendo em vista limpar as regiões suspeitas e tomada a decisão da limpeza e ocupação do maciço de Quíunenes, foi planeada a operação “Roda Viva”.

Pensou-se abordar o maciço na noite de 17/18Dez62, por três direcções, não propriamente no estilo de um ataque clássico, mas sim procurando conseguir a posse de três linhas de crista – Casseno, Quiles e Cazanza – por três Companhias, respectivamente CCaÇ 327, CCaÇ 328 e CCaÇ 326. Desses altos se desfeririam golpes, de cima para baixo, com os Grupos de Combate em acções ofensivas, sem no entanto jamais largarem as cristas. Procurava-se assim limpar a área correspondente a cada uma das CCaÇ, destruindo as sanzalas e as lavras que fossem encontradas, levando a acção das Companhias até à orla mais setentrional dos Quíunenes.



Esquema da área – Quicabo

À 6.ª CCAç Ev/RINL competia o patrulhamento do itinerário Birila-Quijoão a fim de impedir, por um lado, o afluxo de reforços vindos do N e, por outro, a retirada de elementos In dos Quiuenenes.

Na noite de 17/18 as Companhias iniciaram a marcha em direcção aos primeiros objectivos. A CCAç 326 sofreu 3 feridos e a CCAç 327 ao tentar entrar na região de Casseno foi detida por um intenso fogo inimigo que lhe causou 5 mortos e 14 feridos tendo o grupo inimigo, fortemente instalado, continuado a atacar sempre a CCAç 327 que, recomposta, tomou o local da emboscada.

Verificado que o inimigo oferecia uma resistência superior ao que se calculara foram solicitados à RMA duas Companhias de reforço – CCAç 109 e CCav 122 – que iniciaram a progressão em direcção ao local da emboscada, o qual ultrapassaram sem resistência, pois a movimentação anterior das forças do BCAç 325 e a acção da FAP haviam posto o inimigo em fuga.

Em 22, os grupos de comandos do BCAç 325, BCAç 186, BCAç 317 e CCAç 365 foram transportados de helicóptero para os Quiuenenes e lançados à frente das CCAç, com missão de reconhecimento e exploração, enquanto às Companhias eram dadas missões de destruição.

Terminava assim, em 24 de Dezembro de 1962 a Operação “Roda Viva”.

Conseguiu-se, embora não tendo sido feitos prisioneiros, causar inúmeras baixas aos terroristas, desorganizá-los em todos os Quiunenes, destruindo-se centenas de cubatas de habitação e os quartéis de Inga 2, Mitende, Bungo Menga, Gilar e Quixico e ainda nove acampamentos situados na região compreendida entre Casseno-Quiles-Mitende Inga.

O maciço montanhoso “Os Quiunenes” deixava assim, pelo menos temporariamente, de constituir uma preocupação para a RMA. Dadas as características do terreno, particularmente favoráveis ao In, a sua organização militar na zona, agressividade, astúcia e até uma aperfeiçoada técnica militar, as ligações com outras “Centrais” na região dos Dembos e ainda a abundância extraordinária e variada de recursos locais, aquele maciço era, de facto, um fortíssimo baluarte, onde já em tempo de paz havia muitos problemas e onde antes da “Roda Viva” várias Unidades tinham tido algumas dificuldades.

Outras operações foram efectuadas pelo BCaÇ 325 com vista à limpeza da zona, na área de Quicabo, com insistência nos “Quiunenes”, na Beira Baixa e junto ao rio Dange, mas a Operação “Roda Viva” tornou-se histórica pelas baixas causadas às NT em época de Natal, que torna as pessoas muito mais sensíveis, pela movimentação de tropas e ainda pelo seu significado. Fora destruída uma forte concentração inimiga nas “portas da guerra”, perto de Luanda.

Durante muito tempo esta operação, que ficou célebre, era conhecida pela “Operação Szabo”, porque um dos mortos da CCaÇ 327 era filho do húngaro Szabo, antigo e conhecido treinador de futebol de um dos maiores clubes portugueses, que se comportou em combate de forma extremamente heróica e valiosa, reconhecida com um louvor que deu lugar à atribuição de uma condecoração²⁷¹.

(271) Publicado na pág. 194, do Tomo I, do 5.º Volume, da Resenha Histórico-Militar – Condecorações Militares Atribuídas.

SÍNTESE DO ANO DE 1962

E

REFLEXOS DA SITUAÇÃO NO CATANGA

Durante o ano de 1962 verificou-se um aperfeiçoamento contínuo nos processos de actuação do In e no material por ele utilizado.

A melhoria dos seus procedimentos tácticos atribuiu-se não só à experiência de combate adquirida no decorrer da luta, como também à instrução recebida em campos de treino, no Congo e no Norte de África.

Simultânea e paralelamente, com o aperfeiçoamento dos procedimentos tácticos, verificou-se também uma melhoria no seu material de guerra podendo afirmar-se que, praticamente, no final do ano, as principais acções In eram realizadas, quase exclusivamente, com armas de repetição e automáticas.

A melhoria do material In, revelou-se pela utilização crescente de granadas de mão e pelo aparecimento, em meados do ano, de minas anti-carro, material In, até então, inédito em Angola.

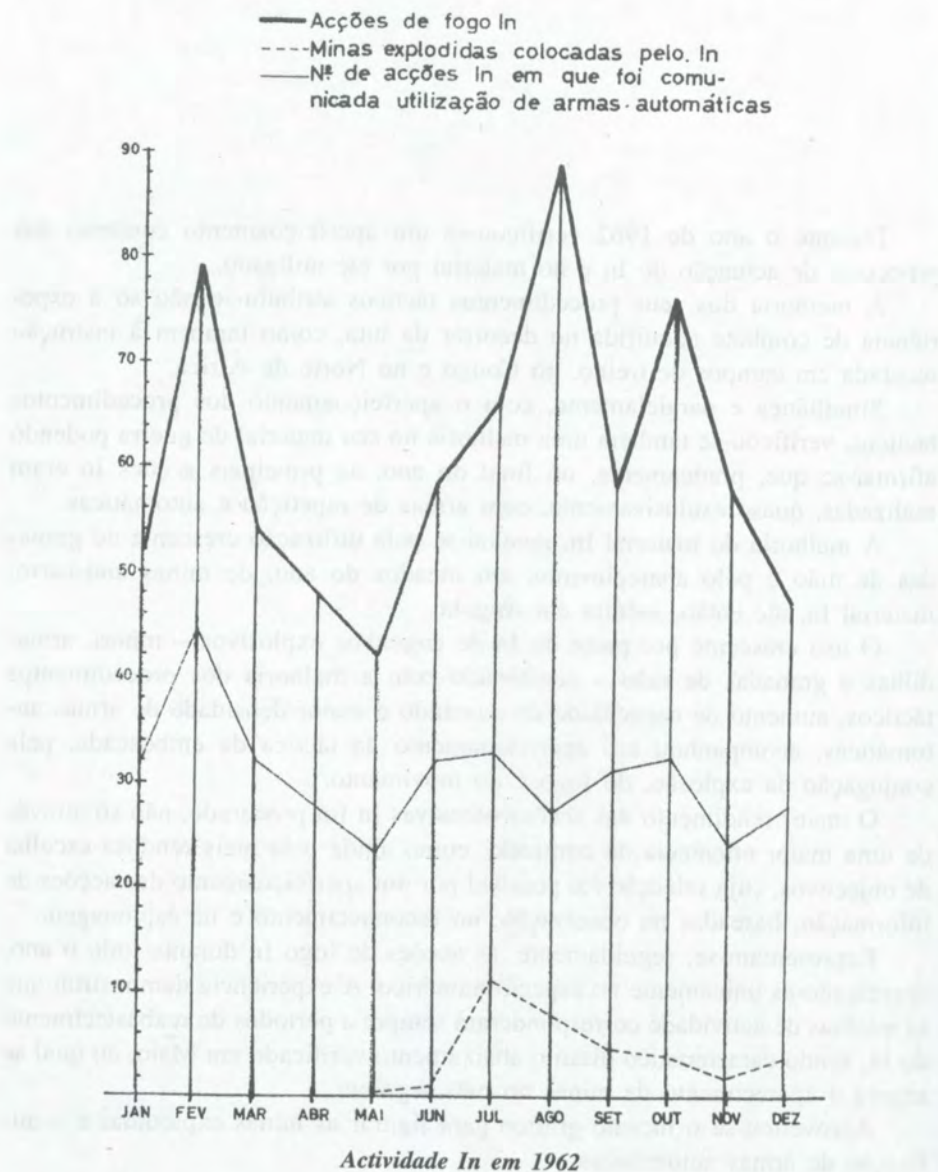
O uso crescente por parte do In de engenhos explosivos – minas, armadilhas e granadas de mão – combinado com a melhoria dos procedimentos tácticos, aumento de capacidade de comando e maior densidade de armas automáticas, acompanhou um aperfeiçoamento da táctica da emboscada, pela conjugação da explosão, do fogo e do movimento.

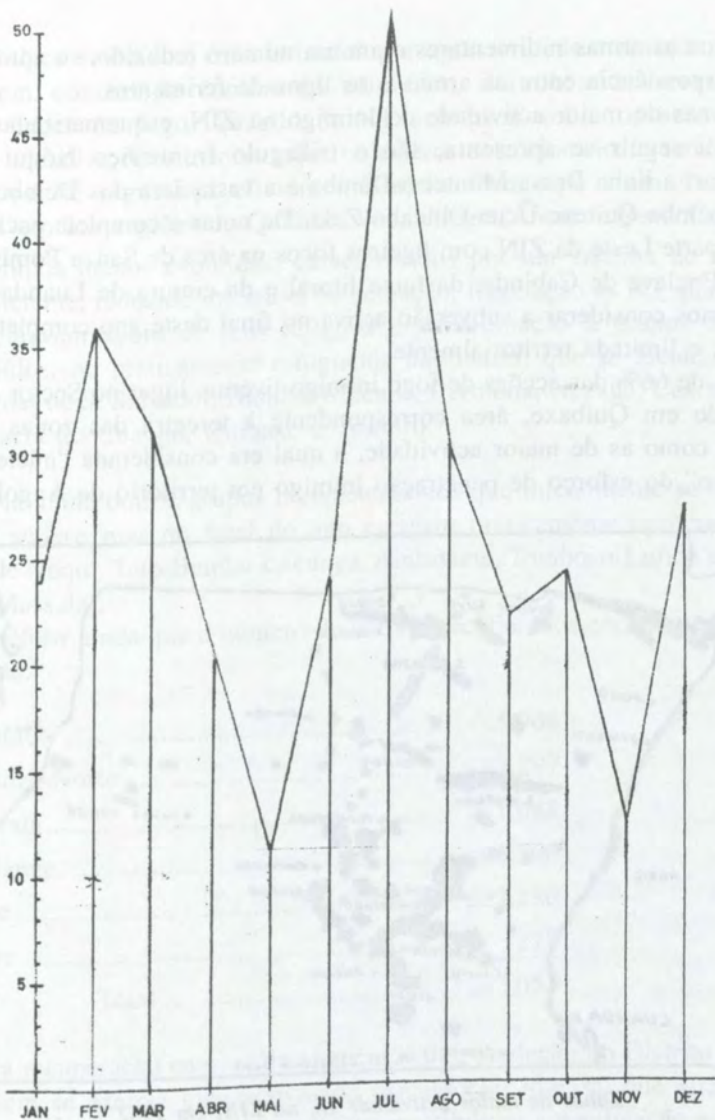
O maior rendimento das acções ofensivas In foi procurado, não só através de uma maior eficiência de comando, como ainda pela mais rendosa escolha de objectivos, cuja selecção foi possível por um aperfeiçoamento das acções de informação, baseadas na observação, no reconhecimento e na espionagem.

Representam-se, seguidamente, as acções de fogo In durante todo o ano, apreciando-as unicamente no aspecto numérico. A experiência demonstrou que as quebras de actividade corresponderam sempre a períodos de reabastecimento do In, sendo característico disso o abaixamento verificado em Maio, ao qual se seguiu o aparecimento de minas no mês seguinte.

Aproveitou-se o mesmo gráfico para figurar as minas explodidas e a utilização de armas automáticas.

Junta-se igualmente um gráfico que representa os feridos das NT que foram evacuados para o Hospital Militar n.º 124 (Luanda), sendo interessante notar que a linha quebrada representativa dos feridos mais graves das NT revela uma tendência geral coincidente com as acções In constantes do gráfico apresentado na figura seguinte.





Feridos das NT evacuados para o H.M. 124, em 1962

Dos feridos evacuados para o H.M. de Luanda 0,6% foram-no por ferimentos provocados por arma branca; 14% por canhangulos; 14% por espingardas; 25% por pistolas metralhadoras, 10% por granadas de mão; 22% por minas e 14% por armas não especificadas.

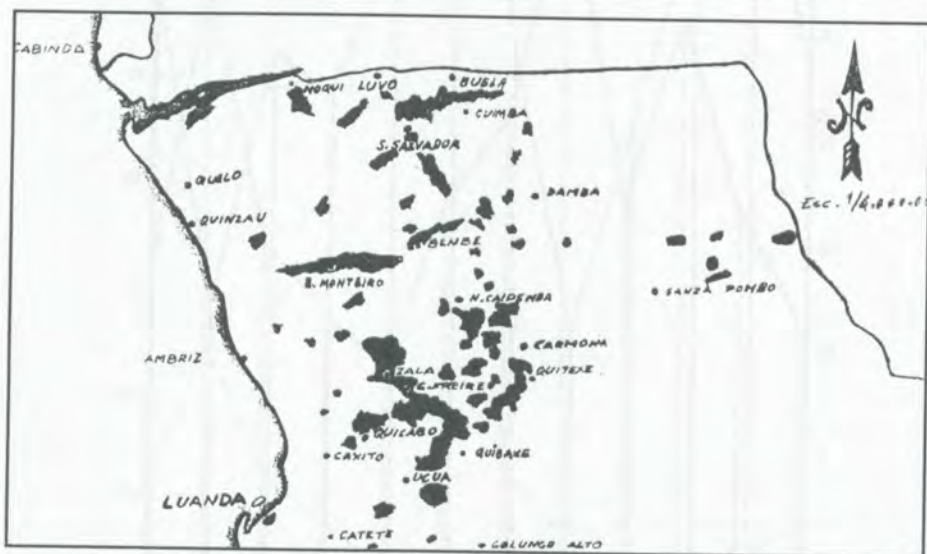
Destaca-se a eficiência obtida pelas minas e armadilhas, depois de Maio e a constatação de que o inimigo estava já armado com armas de guerra mo-

dermas e que as armas rudimentares eram em número reduzido, se admitirmos uma correspondência entre as armas e os tipos de ferimentos.

As zonas de maior actividade do inimigo na ZIN, esquematizadas na figura que a seguir se apresenta, são o triângulo fronteiriço Nóqui-Buela-S. Salvador; a linha Bessa Monteiro-Damba e a vasta área dos Dembos entre Nova Caipemba-Quitexe-Úcua-Quicabo-Zala. De notar a completa pacificação de toda a parte Leste da ZIN com ligeiros focos na área de Sanza Pombo, bem como do Enclave de Cabinda, da faixa litoral e da cintura de Luanda.

Podemos considerar a subversão activa no final deste ano completamente controlada e limitada territorialmente.

Cerca de 66% das acções de fogo inimigo tiveram lugar no Sector D, com o Comando em Quibaxe, área correspondente à terceira das zonas que se indicaram como as de maior actividade, a qual era considerada "núcleo principal activo" do esforço de penetração inimigo em território de Angola.



Zonas de maior actividade In, na ZIN, em 1962

Quanto às características gerais dos grupos inimigos em 1962, podemos agrupá-los como segue:

- Grupos já muito evoluídos, caracterizados por iniciativa de actuação e agressividade, poder de fogo e comando eficiente e um sistema de segurança eficaz, tornando praticamente impossível a surpresa por parte das nossas tropas, localizados nas regiões de Nambuanguo, Bessa Monteiro, Quicabo e Muxaluando. (Área de Nambuanguo).

- Grupos evoluídos, caracterizados por agressividade e reacção defensiva bem conduzida (comando eficiente, manobra de retardamento e poder de fogo) quando as NT actuavam sobre os seus refúgios e iniciativa de actuação sobre objectivos seleccionados e rendosos; sistema de segurança eficiente. Grupos deste tipo eram os que atacavam nas regiões de Quitexe, Vista Alegre, Úcua e Nova Caipemba.
- Grupos menos evoluídos, caracterizados por um sistema de segurança eficiente, reduzida iniciativa de actuação, flagelação às NT quando estas actuavam sobre os seus refúgios e subordinação a grupos mais evoluídos, ou praticamente refugiados nas matas, que se localizavam nas áreas de S. Salvador, Damba, Mucaba, Carmona, Negage, Caxito, Catete, Bacia do Cuango, Quibaxe e Terreiro.

Havia ainda outros grupos incaracterísticos que inicialmente se revelaram bastante activos mas no final do ano estavam praticamente inoperantes, nas regiões de Nóqui, Toto-Bembe-Lucunga, Ambrizete, Tomboco-Lufico e Cabinda (Sanda Massala).

De referir ainda que o número de nativos recuperados era, no final do ano, o seguinte:

Cabinda	5.968
Cuanza-Norte	17.297
Luanda.....	1.088
Malange.....	6.300
Uige	232.180
Zaire	218
Total.....	263.051

Foi a recuperação enorme de elementos da população no Distrito do Uige, sobre quem se exercia uma actividade psicossocial intensa, que atraía novos refugiados nos Congos ou nas matas, que possibilitou a pacificação no leste da ZIN, bem traduzida pela figura da página anterior, onde se assinalam as já reduzidas manchas da actividade inimiga.

Causava, no entanto, grande preocupação o abastecimento dos grupos de guerrilha, a partir das zonas recuperadas ou pacificadas pelo que foram postas em vigor normas sobre a fiscalização de algumas mercadorias na ZIN afim de controlar as aquisições e, assim, dificultar o seu escoamento para o In.

As preocupações do Comando da RMA não se restringiam à ZIN antes incluíam o imenso território de toda a Província.

A grande ameaça que pairou sobre a ZIL no final de 1962 já referida e que levou a um substancial reforço do seu dispositivo tornou a área particularmente sensível.

Na sequência da operação “Montes Claros”, o Comando da RMA difundiu, em 25 de Janeiro de 1963, a Ordem de Operações “Triplo Salto” que, mantendo a mesma missão geral do Comando da ZIL, estava muito marcada por um novo conjunto de notícias – a primeira das quais surgira em 21 de Dezembro, referindo que “... entre 25 de Dezembro e 1 de Janeiro, ia haver guerra no Catanga²⁷². Na sequência desta, outras notícias referiam um evoluir da situação na província catanguesa do Congo ex-belga, que se havia declarado independente, no sentido da ONU ir intervir em força para acabar com a secessão. Uma alteração deste tipo, na nossa fronteira, poderia ter sérias repercussões entre nós, perspectiva que impunha a tomada de medidas adequadas.

Constava do conceito desta operação que era intenção do Comando da RMA:

- montar um sistema de vigilância e alarme em toda a zona de actuação, em especial ao longo da fronteira com a República do Congo ex-belga;
- concentrar o dispositivo defensivo:
- na área do Distrito da Lunda, nas direcções Kahemba-Camaxilo-Lubalo-Cacolo-Alto Chicapa e Portugália-Veríssimo Sarmento-Henrique de Carvalho, pela ocupação em força das regiões de Caungula, Camaxilo, Lubalo, Portugália, Dundo, Veríssimo Sarmento com prioridade para Canzar-Andrada, Henrique Carvalho, Cacolo e Capaia²⁷³, assegurando a defesa das instalações vitais da DIAMANG;
- na área do Distrito do Moxico, ao longo do Caminho de Ferro de Benguela, pela ocupação em força das regiões do Luso, Lumege e Teixeira de Sousa;
- no caso de invasão do Território Nacional, através da fronteira da ZIL, conduzir uma defensiva elástica que permitisse desarticular o inimigo, rechazar ataques, tentativas de cerco de pontos vitais de apoio e penetrações pelos seus intervalos e recuperar todo o terreno perdido, impedindo que o inimigo se fixasse em qualquer parcela do Território Nacional ou, em última instância, manter a todo o custo, a posse das regiões de Caungula, Camaxilo, Portugália, Dundo, Canzar-Andrade, Veríssimo Sarmento, Capaia, Lubalo, Cacolo, Henrique de Carvalho, Luso, Lumege e Teixeira de Sousa, assegurando as comunicações entre estas regiões.

(272) Catanga, Província do Congo ex-Belga.

(273) Ver capítulo “Novas Preocupações Militares no Comando da RMA”, em 1963, pág. 387.

Garantir a segurança interna em toda a Zona de Acção, exercendo especial vigilância e controlo sobre as populações, em especial das áreas das circunscrições do Chitado, Camaxilo, Minungo, Saurimo, Moxico, Dilolo e Alto Zambeze.

Nesta Ordem de Operações, como já sucedera na operação “Montes Claros”, considerava-se essencial uma relação perfeita com as autoridades administrativas, expressa da seguinte forma:

“...Todos os comandos subordinados deverão estabelecer a mais estreita ligação com as autoridades administrativas (o Comando do BCaÇ 114, actuará como delegado do COM ZIL junto do Governador do Distrito do Moxico), devendo mantê-las ao corrente das missões recebidas e disposições tomadas a fim de quaisquer acções militares a realizar não ignorar, ou contrariem, as directivas de ordem político-social que as mesmas autoridades tenham recebido dos respectivos Governadores de Distrito...”

Dada a acuidade que assumia o sector da Zona de Acção confinante com o Catanga, foi difundida em 29 de Janeiro de 1963, a “Ordem Particular ao COMEVAK”, (Comando da área fronteiriça com o Catanga), criado pela RMA, cujo Comando foi atribuído ao Comandante do BCaÇ 261. Do parágrafo “Disposições”, dessa Ordem Particular destacamos os elementos suficientemente caracterizadores da natureza operacional deste Comando específico e eventual²⁷⁴.

Naquele documento referia-se que os meios atribuídos ao Comando eram as CCaÇ 116/BCaÇ 114, CCaÇ 267, CCaÇ 269, o 6.º Pel. CaÇ I/RIL, 1 Pel./CCaÇ 115, 1 Pel. Ca S/R, 1 Pel. Mort. e 1 Pel. Sap., 1 Bat. Art./GACNL, 1 Pel./ 2.º GRA e 1 Pel. Eng.ª/C Sap. 355, num total de 3 Companhias de Caçadores, 7 Pelotões, dos quais um de Engenharia, um de Cavalaria e um de Sapadores e uma Bateria de Artilharia.

A área territorial do “Comevak” era definida a Norte pelo rio Cassai (troço de Angola E-W) e a fronteira N do Saliente do Cazombo; a E, pela fronteira E com o Catanga; a SE, pelo rio Zambeze até à confluência do rio Chifumage e este rio até ao meridiano 21º 10' e a W, o meridiano de 21º e 10', num total, aproximado de 60.000 Km².

A sua missão consistia em:

- ocupar, organizar e defender o seu Sector por forma a tirar o maior partido do terreno e estar em condições de fazer face, em tempo oportuno, a acções do In vindas do exterior, em especial através da fronteira

(274) Da História da Unidade do Comando de Agrupamento 3.

com o Catanga, na sua ZA, com primeira importância às regiões de Teixeira de Sousa, Catota, Marco 25, Caxita, Massibi, bifurcação das estradas Marco-25-Caianda e Cazombo-Caianda, mais próxima desta última localidade e Caianda e as regiões de Mucuesuege e Luacano, sobre a estrada e Caminho de Ferro Teixeira de Sousa-Luso;

- manter a todo o custo as regiões que permitissem o acesso do inimigo pelas principais penetrantes à transversal Teixeira de Sousa-Marco 25-Caianda e ocupar Mucuesuege e, em segunda prioridade, Luacano, para dar profundidade ao dispositivo e fazer face a acções do inimigo que visassem o CFB, dentro da sua ZA;
- estabelecer postos fronteiriços, de comando de oficial, sobre as principais penetrantes junto à fronteira e assegurar a vigilância nos intervalos desses postos por forma a detectar, em tempo oportuno, infiltrações por via terrestre que pretendessem evitar ou envolver as posições ocupadas sobre essas penetrantes e na retaguarda do dispositivo, com vista a detectar penetrações por via aérea que visassem, em especial, acções de sabotagem sobre a via e instalações do CFB;
- prever acções ofensivas tendo em vista aniquilar, a partir da fronteira, quaisquer forças inimigas que tivessem penetrado em TN ou, no mínimo, tirar-lhes a possibilidade de executar ataques em força; aliviar a pressão do inimigo sobre os pontos de apoio; destruir forças inimigas desembarcadas por via aérea em envolvimento vertical; recuperar todo o terreno perdido; reprimir energicamente toda a tentativa de sublevação das populações; socorrer as populações ameaçadas na ZA e assegurar a liberdade de movimento na ZA.

Tendo a situação no Catanga evoluído desfavoravelmente para Tchombé, chefe político da secessão do Catanga e seus apoiantes, os refugiados e militares que o apoiaram entraram no território de Angola por Teixeira de Sousa, localidade onde formalmente se entregaram às nossas autoridades e depositaram o armamento de que eram portadores.

Em nota de 06 de Abril de 1963²⁷⁵, o Comando da Região Militar de Angola referia ao Comando da ZIL que o COMEVAK havia sido constituído com carácter temporário para fazer face a uma situação criada no Catanga e que, da sua constituição, resultara um desequilíbrio no dispositivo da ZIL que não parecia conveniente prolongar para além do estritamente necessário. Informava-se ainda o Comando da ZIL que a rendição do BCaÇ 114, prevista para um futuro próximo, proporcionaria uma oportunidade para efectuar uma

(275) Nota n.º 1190/3, P.º 344.0, de 06Abr63, do QG/RMA.

Em face das dificuldades apontadas propunha-se a divisão do Distrito da Lunda nos três sub-setores em que já se encontrava dividido, manter os mesmos efectivos nos sub-setores NW e NE e preencher o sub-setor centro com um Batalhão e que o Distrito do Moxico deveria ser dividido em três sub-setores: Cazombo, Gago Coutinho e Moxico.

Para a frente da Rodésia solicitava-se o mínimo de uma Companhia para ocupação de Lóvua, Calunda, Macondo, Muasuma e Sete.

O Comando da RMA não concordou com esta proposta por pensar remodelar o dispositivo da ZIL de forma a recuperar um batalhão. Em 25 de Maio de 1963, enviou ao Comando da ZIL uma Directiva²⁷⁷ na qual se extinguiu o COMEVAK, e se dava uma ênfase especial ao Saliente de Cazombo para o que deve: guarnecer postos de fronteira sobre as principais penetrantes; criar um dispositivo de destruição e obstrução sobre as principais penetrantes; instalar forças em condições de apoiar e recolher os postos de fronteira; impedir a progressão do inimigo ou, à ordem, retardá-la negando ao inimigo a utilização de meios auto...”

A situação no Leste era e continuava a ser avaliada em termos de guerra convencional, o que constituiria, a verificar-se, novidade total em Angola.

(277) Directiva n.º 2 à ZIL, de 25 de Maio de 1963.

A CRIAÇÃO DOS “COMANDOS” EM ANGOLA E ORGANIZAÇÃO DO COMANDO DE DEFESA DE LUANDA – COMDEL

CRIAÇÃO DOS COMANDOS EM ANGOLA

Desde 1961 que se sentiu em Angola a necessidade de criar tropas capazes de efectuar operações especiais de contra-guerrilha e se pensou que o Exército ali em operações deveria ter o que então se chamou uma “4.^a força”. Se a ideia de criar, para o efeito, um Centro Inter-Armas em Cabinda não vingara, ela permaneceu válida e foi abraçada pelo novo comando da RMA que assumiu o Comando em consequência do desastre aéreo ocorrido no Chitado.

A circular n.º 14397, do QG/RMA, de 20FEV62 com o título “Experiência dos primeiros meses de guerra” apresentava já elementos que apontavam para a necessidade de se constituírem Unidades especiais de contra-guerrilha.

A visita a Angola do jornalista do “Paris-Match”, Dante Vachi e de sua mulher Anna Gauzes, também jornalista, para uma reportagem sobre a guerra, parece ter sido determinante para fazer avançar a constituição de Unidades especiais.

Dante Vachi, em Maio de 1962, após breve passagem por Luanda, depois de auto vigiado pelo comando militar, dirigiu-se para Nóqui, sede do Batalhão de Caçadores 280, onde conviveu de perto com esta Unidade e teria incutido no seu comando ideias novas sobre a constituição de Unidades de contra-guerrilha, que assimilara durante diversas situações vividas como correspondente de guerra em várias partes do mundo.

Deste contacto nasceu a ideia de organizar um grupo de Comandos cuja instrução seria orientada nos moldes preconizados por Dante Vachi. O QG/RMA autorizou a experiência e feito o convite, logo surgiram voluntários entre os militares de Nóqui, CCS e CCaç 286 tendo-se imediatamente iniciado com homens escolhidos pelo jornalista, um intenso programa de treino físico, tiro, formações de combate, progressão em meios auto e a pé, cerco e batida de povoações, transposição de cursos de água, emboscada e reacção à emboscada, golpes de mão e outras acções anti-guerrilha.

Em 17 de Maio, o Comandante do BCaÇ 280 é chamado ao QG/RMA para se falar da experiência, parecendo ser então que, pela primeira vez, se utilizou oficialmente a palavra "Comando". O CEM/RMA teria então sido incumbido pelo CCFAA de contactar Dante Vacchi para saber se ele estaria na disposição de permanecer em Angola para instruir Unidades do Sector "F", (S. Salvador) para comandos²⁷⁸. Na conversa com o jornalista falou-se na constituição de um Centro de Operações Especiais e na possibilidade de Dante Vachi dar a sua colaboração, tendo este apresentado as suas condições, que foram aceites.

Em 14 de Junho de 1962 estava já nomeado o Comandante do Centro que entrou em contacto com o jornalista e nos primeiros dias do mês de Julho, nomeados os instrutores do "Centro de Instrução 21", designação que foi adoptada para o núcleo inicial. Juntamente com Dante Vachi, empenharam-se em dar corpo ao projecto "ZEMBA", que era o de treinar em Zemba, onde o Centro foi fundado, grupos de Comandos, voluntários, de seis Batalhões de quadrícula, de preferência do Sector "F" que, uma vez terminada a instrução, regressariam às suas Unidades, onde deveriam ser empenhados em acções adequadas à sua preparação, actuando como grupos de intervenção.

O recrutamento do pessoal que passaria a constituir os futuros grupos de Comandos foi um problema que teve que se ultrapassar, dadas as resistências das Unidades em o ceder. Mas, em 12 de Julho, foi possível recrutar em Quitexe três grupos de 35 homens dos Batalhões 186, 261 e 217 e nos Batalhões 185 e 325 foram recrutados mais dois grupos. Desta forma surgem no Centro de Instrução os primeiros cinco grupos para uma selecção, tendo em vista a formação de Comandos.

A escolha de Zemba para localizar o Centro de Comandos foi exclusivamente ditada por razões operacionais, pesando o facto de estar numa área que nunca fora trabalhada pelas NT e ainda porque interessava localizar um Centro desta natureza num local onde houvesse mesmo inimigo.

Resolvidos os problemas de recrutamento e selecção de pessoal, levou-se a efeito a abertura do itinerário Mucondo-Zemba e a ocupação deste local, acções que foram executadas pelo BCaÇ 186 "Operação Vai Aço", em 23 e 24 de Julho de 1962, após o que as tropas do BCaÇ 186, instaladas em Zemba são rendidas pelos cinco grupos de instruendos dos Batalhões 185, 186, 217, 325, 261 e 280.

Em fins de Julho o "CI 21" está instalado em Zemba, tendo-lhe sido cometida a missão de instruir o pessoal, limpeza operacional da área e construção de um quartel, prolongando-se a instrução até fins de Novem-

(278) Diário pessoal do CEM/RMA, citado em "A História dos Comandos".

bro, a qual foi ministrada, como previsto, em contacto permanente com o inimigo. Uma vez terminada, os grupos regressaram aos seus Batalhões, surgindo então o primeiro crachat (emblema) com a divisa "A sorte protege os audazes".

Em nota n.º 169/3/62 da 3.ª Rep/EME refere-se "... o pessoal não usufruirá de quaisquer regalias de gratificação especial. Será submetido a uma vida dura e disciplina rígida e o que terminar a instrução com aproveitamento, terá direito à designação de "Comando" e ao uso de distintivo próprio..."

Em Fevereiro de 1963 é criado o Centro de Instrução 16 (C.I.16) na Quibala Norte, onde foram instruídos novos grupos dos Batalhões, com a mesma eficiência com que os grupos anteriores haviam sido formados no C.I. 21.

Ainda na Quibala-Norte foi criado em 03Fev63, o CI 25 para instrução de Grupos de Comandos, mas já com convite a oficiais, sargentos e praças, extensivo a toda a Região Militar, pretendendo-se recrutar voluntários com experiência de combate e, pela primeira vez, sujeito a prévia selecção, segundo perfil já definido.

Fizeram-se então os primeiros estudos de adaptação do equipamento e outro material, procurando-se melhor adaptação ao tipo de necessidades impostas pela luta.

Em 04Mai64, termina a instrução e a formação de seis grupos de combate na Quibala e é extinto o CI 25, encerrando-se a fase de formação, e estruturação da especialidade "Comando" em Angola.

Depois da experiência válida dos grupos de Comandos atribuídos aos Batalhões e empregues como Unidades de intervenção dos próprios Batalhões, decidiu-se a criação de Unidades independentes, tipo Companhia, tendo como unidade base a equipa de 5 homens, ligados por laços de afectividade pessoal, constituindo cinco equipas um Grupo e cinco grupos uma Companhia.

Pelo Decreto-Lei 46410, de 29JUN65, considerando a conveniência de se prepararem tropas "Comandos", é criado na RMA, com sede em Luanda, o Centro de Instrução de Comandos (CIC), competindo-lhe seleccionar, instruir e organizar unidades operacionais de "comandos", Centro que se manteve em actividade, até final da campanha em Angola.

ORGANIZAÇÃO DO COMDEL

A defesa da cidade de Luanda, capital da Província e onde desembarcava o pessoal e o material necessário para a condução da campanha, sempre preocupou as nossas autoridades, civis e militares.



Avenida Marginal de Luanda

Luanda era cercada por variados muceques²⁷⁹ que albergavam centenas de milhares de indígenas, cujo controlo não era fácil, como o demonstrou a experiência de 1961, quando se iniciou a luta em Angola e houve necessidade de evitar o caos. A actividade de fiscalização fora atribuída às Unidades que estavam sediadas na cidade, a qual foi cercada por uma alta rede de arame em todo o seu perímetro, intercalada com postos de vigia, cuja ligação era assegurada por patrulhamentos. Com o decorrer das acções e como a experiência de outros países demonstrava, poderia atingir-se uma fase de terrorismo selectivo, de sabotagem e de colocação de explosivos em pontos importantes, como a zona petrolífera da cidade, centrais de electricidade, porto e aeroporto e outros, o que deu à defesa da cidade uma acuidade especial.

Em 1963, a necessidade de organizar a defesa de Luanda, com as variadas Unidades que ali estacionavam, coordenadamente com a acção da PSP, G. Fiscal, OPVDCA, do Comando Naval de Angola e da 2.^a Região Aérea, era premente.

(279) Espécie de bairros de lata, habitados por autóctones e alguns metropolitanos que eram, em geral, donos de várias lojas.

Em 24 de Maio, daquele ano, o Comando da Região Militar de Angola, de acordo com instrução superior, emitiu uma Directiva para a reorganização da defesa de Luanda que levou à organização do Comando de Defesa de Luanda, que passava a ser conhecido pela sigla COMDEL²⁸⁰. A este Comando foi estabelecida a missão de exercer a vigilância ao longo do limite exterior da cidade e seus principais acessos, bem como o controlo de movimentos de entrada e saída de pessoal e mercadorias, afim de impedir infiltrações de elementos terroristas e material de guerra na cidade, e bem assim evitar o reabastecimento do In, a partir dela e ainda realizar o controlo da população, em especial da nativa, afim de evitar a preparação de actos subversivos e fazer abortar todas as tentativas de os realizar.

O COMDEL deveria também garantir a vigilância geral da cidade e a segurança dos seus pontos sensíveis, bem como manter a ordem e neutralizar ou destruir, rapidamente, qualquer tentativa de alteração da mesma e



Bairro popular de Luanda

(280) Directiva ao COMDEL para reorganização da defesa de Luanda, de 24 de Maio de 1963, do QG/RMA.

proceder à defesa da cidade, em caso de ataque em força, ou de sublevação generalizada.

O Comando do COMDEL foi atribuído ao Brigadeiro, 2.º Comandante da RMA, que tinha como adjunto o Comandante do Batalhão de reforço estacionado em Luanda, com um Estado Maior permanente, preenchido por um Major e um Capitão, prevendo-se a necessidade desse EM ser reforçado em certos períodos.

O Comando do COMDEL poderia ser reforçado por oficiais delegados das 2.ª, 3.ª, 4.ª Rep/QG/RMA, um oficial delegado do Comando da PSPA e ainda por oficiais delegados da OPVDCA, do comando da 2.ª RA e do CNA, que foram imediatamente nomeados, mas só desempenhariam, prioritariamente, as funções no COMDEL, quando fossem requisitados pelos respectivos Comandantes para a elaboração de planos, trabalhos de coordenação, preparação e realização de exercícios.

Em situação de prevenção, ou de emergência, sob o controlo operacional do COMDEL, ficavam:

A PSP para o cumprimento das seguintes missões:

- controlo directo da população, em especial dos muceques, englobando o recenseamento da cidade, por habitação;
- patrulhamento, vigilância e controlo de movimentos, na parte da cidade compreendida entre a rede periférica e o mar;
- segurança e defesa das suas instalações e pontos sensíveis que lhe sejam atribuídos;
- intervenção na repressão de tentativas de alteração da OP e na defesa da cidade.

A Guarda Fiscal para o cumprimento das seguintes missões:

- vigilância de orla marítima;
- controlo de mercadorias na zona portuária, no antigo cais de cabotagem e na ponte do carvão;

O Sector de Luanda da OPVDCA, para o cumprimento das seguintes missões:

- cooperação no controlo da população, em especial na área urbana;
- colaboração no patrulhamento, vigilância e controlo de movimentos na área urbana da cidade;
- segurança e defesa das suas instalações e dos pontos sensíveis a seu cargo.

Como elementos de colaboração, o COMDEL contava com a 2.^a Região Aérea, para a segurança e defesa das instalações e áreas limítrofes, patrulhamento e vigilância da cidade (BCAÇ Paraquedistas) e o reconhecimento e observação aérea da cidade e ainda com o Comando Naval de Angola para a segurança das suas instalações e áreas limítrofes e a segurança e defesa das instalações portuárias.

As Forças Militares à disposição do COMDEL, à data da sua organização em 1963 eram o BCAÇ 158, CCav 122, 1.^o EREC/GRA, RIL (-), BENG 234 (-), GACL (-), BIM (-), outras Unidades eventualmente em Luanda e ainda a CRecopt 113 (-), Destacamento Prec.CIF 334 (-), Bat AAA 386, Pel AAA 48, 2 CPM – a 314 e os Pel. PM 518 e 876. Contava ainda com todas as Unidades de Serviços estacionadas em Luanda.

A todas estas Unidades foram atribuídos sectores da cidade de Luanda, listas de pontos sensíveis e missões específicas que passavam para as Unidades substituídas em caso de rendição.

A Directiva para a reorganização da defesa de Luanda dava especial importância à organização do serviço de informações, que teria carácter permanente e reuniria e trabalharia as notícias e informações relativas à cidade, obtidas através dos órgãos de pesquisa das Forças Militares e Militarizadas, sob as suas ordens e controlo, ou em colaboração.

Preconizava também que os Comandos da RMA, 2.^a RA e CNA, bem como o Serviço de Centralização e Coordenação das Informações de Angola (SCCIA) e a Polícia de Informação e Defesa do Estado (PIDE), deveriam comunicar directamente, e em tempo oportuno, ao COMDEL todas as notícias e informações consideradas de interesse para a defesa de Luanda, ficando o COMDEL autorizado a apresentar directamente àquelas entidades os seus pedidos de pesquisa.

Um ano mais tarde, o novo Comandante-Chefe considerava a defesa do Sector de Luanda de tanta importância que não hesitava em considerá-lo, juntamente com o de Cabinda, como os mais sensíveis da ZIN²⁸¹. A sua defesa, porém, estava já cuidadosamente organizada face a esta directiva.

Todas as Unidades referidas anteriormente, constituíam um dispositivo de segurança e defesa, em alerta permanente que, de modo nenhum, interferia na vida habitual da cidade, que decorria com inteira normalidade, em todos os seus aspectos quer económicos, sociais, políticos e culturais.

(281) Ver Directiva n.º 1/64 – Para a actividade operacional das Forças Armadas em Angola.

DIRECTIVA DO CCFAA PARA AS OPERAÇÕES NA ÉPOCA SECA DE 1963 E PLANO “MARFIM NEGRO” DA RMA

Na sequência das Directivas do CCFAA e do Plano “Centaurus Grande” que visaram uma melhor adequação do dispositivo das nossas tropas à situação no ano de 1963, tendo em atenção o Leste de Angola, o CCFAA em Junho de 1963, difundiu nova Directiva²⁸² para a época seca de 1963, em que se faz a análise pormenorizada da situação militar que então se vivia e se incrementa a actividade operacional em toda a RMA.

Quanto à situação militar salienta-se que, de um modo geral, a actividade operacional havia permitido acentuados progressos na Zona Intervenção Norte (ZIN), enquanto se mantivera sem alteração a situação calma e sem acções militares no resto da Província, reconhecendo-se, todavia, que a resistência inimiga na ZIN não havia sido eliminada, mas que se mantinha nos limites anteriormente definidos, da Zona Recuperada e da Zona Não Recuperada.

Relativamente à Zona Não Recuperada da ZIN, a Directiva tem em atenção especialmente três Sectores:

- Sector F, englobando a região de S. Salvador, acerca da qual se diz que não só se havia conseguido, praticamente, eliminar os núcleos inimigos então existentes na faixa fronteira, como criar grandes dificuldades à infiltração no nosso território, que tudo indicava se passava a fazer apenas por pequenos grupos que, utilizando caminhos gentílicos entre Nóqui e M’Pozo, pretendiam atingir a região de Bessa Monteiro. Neste Sector admitia-se que a serra da Canda continuava a constituir uma zona de refúgio do inimigo.
- Sector C, conjunto das áreas de Bessa Monteiro e Vale do Loge, onde se considerava que, a Leste (Vale do Loge), a organização inimiga havia sido fortemente atingida, mas que o mesmo não sucedera no sub-sector de Bessa Monteiro, onde o In continuava a ter forte capaci-

(282) Directiva n.º 2/63 – Para as operações na época seca, em 1963.

dade de resistência, em especial na região da Mata Sanga, a Sul daquela povoação²⁸³.

- Sector D, incluindo as áreas de Quibaxe, Zemba, Muxaluando, Quicabo, Nambuanguo e Quitexe, onde o inimigo sofrera grande desgaste em quase todos os Sub-sectores mas, mesmo assim, continuava a ser muito numeroso e a manter, em algumas áreas, grande capacidade de resistência e até agressividade. Neste sector, a Directiva diferenciava ainda quatro áreas; a zona compreendida entre o limite Oeste do sector e os rios Lué, Calombrige, Suege e Dange, que era o grande baluarte da resistência inimiga, em especial na região de Nambuanguo; a das serras a oeste de Carmona que constituía uma zona de refúgio e de reabastecimento do inimigo, onde este só reagia se fosse atacado; o Alto Dange onde, em consequência do grande desgaste que sofrera e das possíveis lutas entre partidários do MPLA e da UPA, o inimigo se encontrava muito enfraquecido e onde, inclusivamente, se estavam a processar algumas apresentações e, por último, a área situada a sul do Dange, na qual se havia verificado um recrudescimento esporádico da actividade inimiga, voltando de seguida a ser uma área relativamente calma.

Quanto à zona considerada como recuperada apenas revestia alguma acuidade a área do Cuango, por onde o inimigo fizera algumas incursões, facilmente repelidas. Admitia-se que as populações apresentadas, principalmente nas áreas adjacentes à zona ainda sublevada, mantivessem ligações com a subversão e procedessem mesmo, nalguns casos, ao seu reabastecimento.

Em face desta situação, o Comando Chefe das Forças Armadas de Angola exprime claramente na Directiva a sua intenção: aproveitar a época seca para dar o maior impulso possível às operações na ZIN, em especial através de uma acção em força na região de Nambuanguo; de um aumento da actividade na região de Bessa Monteiro e do isolamento, tão completo quanto possível, dessas áreas, para evitar que o inimigo pudesse realizar o seu reforço em pessoal e o seu reabastecimento em material de guerra e meios de vida; manter a defesa de Cabinda, como vinha sendo feita do antecedente; remodelar o dispositivo no Leste, em especial na Lunda, a fim de poder reforçar a ZIN; manter as condições de defesa das ZIC e ZIS; manter uma reserva, com base no Batalhão de Caçadores Páraquedistas, e dispor de meios héli para estar em condições de poder dar maior incremento às operações.

(283) Por esta altura a mata da Sanga era sobejamente conhecida e estava a transformar-se num mito como tinha havido outros, alguns já desfeitos.

Fixava também a forma como pretendia que fosse efectuada a actividade operacional na ZIN: evitar infiltrações inimigas pela fronteira Norte; actuar em força na região de Bessa Monteiro e na região compreendida entre os rios Loge, Lué, Calombriga, Suege e Dange; isolar o inimigo onde ainda se encontrava forte e dificultar ao máximo o seu reabastecimento; criar um tampão contra uma possível tentativa de alastramento da subversão para Sul do Dange e montar, como do antecedente, a defesa das restantes áreas de Angola.

Com esta intenção operacional, a Directiva manifestava ainda preocupações específicas em matéria de grande importância numa guerra subversiva e às quais nem sempre se dedicava a atenção adequada, mas que agora o CCFAA entendia recordar e actualizar – fiscalização de movimentos de pessoal e de controlo de mercadorias, reocupação civil da ZIN, construção e manutenção de itinerários, relações com as Autoridades Civas, relações com as autoridades fronteiriças estrangeiras, os incidentes de fronteira e, por último, a acção psicossocial.

Relativamente ao primeiro destes assuntos, o CCFAA entendia que as Normas que haviam sido estabelecidas em Outubro de 1962 para o trânsito de mercadorias nos distritos da ZIN não haviam conduzido a resultados com interesse, não apenas porque as Autoridades Administrativas, talvez pela complexidade de execução, não cumpriam essas Normas com o rigor requerido, como ainda por falta de fiscalização nos postos de controlo e ao longo do percurso, porque o material não era conferido no local de destino e, por fim, por serem as punições pouco severas para o transgressores.

Pela ânsia do lucro fácil, alguns comerciantes e camionistas "... colaboraram directamente ou indirectamente com o inimigo, através do transporte e fornecimento de artigos por combinação prévia, de transporte de pessoal desconhecido e não documentado, da venda ao pessoal indígena de artigos considerados críticos, sem atender à quantidade e à qualidade do comprador etc..."²⁸⁴.

A Directiva determinava que se deveria proceder ao isolamento, tão completo quanto possível, das zonas mais fortes da resistência inimiga – Bessa Monteiro e Nambuangongo – por forma a não se permitir o seu fácil reabastecimento e que os comandos subordinados das NT principalmente os que actuavam na faixa costeira e no tampão a Sul do Dange, deveriam dar a maior cooperação às Autoridades Civas para o cumprimento das Normas em vigor. Determinava ainda que as fiscalizações que estivessem a seu cargo fossem rigorosas e se coordenasse com aquelas Autoridades o controlo exacto de movimentos de pessoal, de modo a facilitar-se a reocupação de fazendas e se

(284) O que refere é suficiente para compreender o espírito e a letra as "Normas para Fiscalização de Movimentos de Pessoal e Mercadorias na ZIN", de Out62.

elaborassem normas sobre as medidas e meios indispensáveis à auto-defesa das mesmas.

Quanto ao problema da construção e manutenção de itinerários o dilema foi posto nos seguintes termos: ou queríamos estradas em condições e teríamos que dar protecção às brigadas da J.A.E.A. constituídas por pessoal civil e não militarizado, uma vez que a Engenharia Militar era claramente insuficiente para garantir a manutenção dos itinerários na ZIN ou, se não aceitássemos a responsabilidade dessa protecção, não teríamos itinerários capazes. Nesta conformidade a J.A.E.A. deveria comunicar ao Comando da RMA os pedidos de protecção que, na medida do possível, deveriam ser satisfeitos.

Em anexo à Directiva é definido o plano de construção e manutenção de itinerários, da seguinte forma:

- Itinerários da ZIN, a cargo do Comando de Engenharia:
 - 1.^a Prioridade: Quimbualo-Buela; Ambrizete-Bessa Monteiro-M'Bala; Quimbunde-Zala-Vila General Freire; Quixico-Quipedro-Zemba e Picadas do Dange.
 - 2.^a Prioridade: Quiende-Avé Maria-Capuca: Picada da Inga.
 - 3.^a Prioridade: Quipedro-Micula-S. José do Encoge-Nova Caipemba.
- Itinerário da ZIN, a cargo da JAEA:
 - 1.^a Prioridade: Casa da Telha-Tomboco-Fonte M'Pozo-S. Salvador; Cuimba, Rio Luango-Rocha S. José; Sengue-Mágica por Condo-Banza Panzo-Magina; Ponte Freitas Morna-Quibala-Toto-Bembe; Anapasso-Quicabo-Balacende, Beira Baixa-Onzo; Quitexe-Zalala-Aldeia Viçosa-Fazenda Liberdade; Negage-Puri; Sanza Pombo-Quimbele-Icoca, Sacandica-Béu-Ponte do Zadi-Maquela; Cabinda-Buco Zau e acessos a Miconje-Belize.
 - 2.^a Prioridade: Tomboco-Lufico-M'Pala; M'Pala-S. Salvador.
 - 3.^a Prioridade: Damba-Lucinga-Madinha-S. Salvador; Sazaire-Porto Rico-Chindo-Lufico.

Os itinerários referidos eram claramente os itinerários principais de reabastecimento da ZIN e outros itinerários com especial incidência para as zonas mais críticas daquela Zona.

A Directiva dedica, como se disse, especial atenção às relações com as Autoridades Cíveis, quando afirma:

“... A pacificação das zonas atingidas pela sublevação e a manutenção de um ambiente de paz e de progresso no resto da Província exigem uma acção conjunta das autoridades militares e cíveis. Essa acção deve, porém,

ser paralela actuando cada uma dessas autoridades no seu respectivo campo de acção, embora em íntima colaboração e tendo a mesma finalidade...”

Se na ZIN, principalmente em certas áreas da Zona Não Recuperada, podiam ainda surgir dificuldades em separar esses campos, o mesmo não acontecia no resto da Província em paz e onde eles permaneciam perfeitamente definidos pelas leis e regulamentos em vigor. E as Forças Armadas não tinham qualquer conveniência em tomar a seu cargo responsabilidades administrativas, senão quando tal fosse absolutamente necessário, pois era já bem grande a missão militar que tinham a cumprir.

Se não devíamos chamar a nós a responsabilidade desses assuntos, não podíamos também alhear-nos deles, dada a grande influência que a acção administrativa tinha no tipo de guerra em curso. Assim, dentro das nossas possibilidades e sem prejuízo da acção puramente militar, demos o melhor contributo para a execução de uma eficiente acção administrativa, em especial na ZIN, principalmente através de um forte apoio à reocupação e reorganização da vida na parte sublevada e na vigilância do cumprimento da Lei.

Os comandos deviam, por isso, procurar manter com as autoridades administrativas as melhores relações, prestigiá-las perante as populações e prestar-lhes, sempre que possível, a colaboração que solicitassem.

Quando, por qualquer motivo, a acção da autoridade administrativa fosse inadequada e pudesse conduzir a uma deterioração da situação local, ou prejudicar a acção militar, a Directiva preconizava que fosse o assunto tratado directamente, mas com a maior ponderação e, na falta de acordo, comunicado ao escalão superior para resolução.

Relativamente à Reocupação Civil da ZIN, o mesmo documento referia que ela se revestia de carácter imperativo sob ponto de vista económico-social e era de grande interesse militar.

Do ponto de vista económico-social, a reocupação, além de ser uma fonte de receita da Província, era um dos melhores meios para a refixação da população branca no Norte e de garantia de trabalho para as populações indígenas apresentadas e, no âmbito militar, contribuía eficazmente para o adensamento da ocupação em superfície, com vantagens decorrentes duma limitação maior dos movimentos do inimigo, de servirem de razoável origem de notícias, de bases de operações e de apoio às forças actuando nessas áreas.

A reocupação de fazendas, principalmente das situadas em áreas não recuperadas, só se apresentava, porém, útil, quando pudessem constituir núcleos de defesa e serem apoiadas pela OPVDC pois, caso contrário, se fossem atacadas, serviriam apenas de fonte de reabastecimento do inimigo, pela captura de

armamento, munições e víveres e para originar o pânico das populações, em consequência de possíveis massacres de pessoal²⁸⁵.

A doutrina da Directiva ia no sentido de facilitar os meios para a constituição de núcleos de auto-defesa e, consequentemente, de reocupação de fazendas, sempre que isso fosse possível, mas não autorizar a reocupação quando não pudessem ser satisfeitas as condições mínimas de segurança.

No que respeita às relações com as autoridades fronteiriças reconhecia-se que a nossa posição só tinha a ganhar com a vinda à Província de elementos estrangeiros, quer de convidados oficiais quer fomentando a visita de autoridades congolenses fronteiriças, excepto a de elementos das Forças Armadas, sem prévia autorização do Comando-Chefe.

Preconizavam-se algumas normas de segurança a observar, perfeitamente compreensíveis e idêntica cordialidade para com os comandos das forças da ONU, então no Congo, conforme se referiu.

Quanto aos incidentes de fronteira, o CCFAA era muito claro nas suas intenções ao determinar que as Forças Armadas deveriam envidar todos os esforços no sentido de os evitar para o que se procuraria não realizar qualquer violação dos territórios limítrofes vizinhos e, em caso de isso suceder, o facto fosse comunicado imediatamente às entidades superiores. No combate, ou em perseguições a bandos terroristas que se internassem em território estrangeiro, deveria procurar-se não só não ultrapassar a linha de fronteira, como não realizar acções de fogo contra elementos inimigos naquele território.

Porque o assunto era muito sensível, a Directiva pormenoriza-o mais, referindo que em caso de agressão pelo fogo, a partir de território estrangeiro, se deveria proceder conforme três tipos de situação:

- em caso de tiros esporádicos não localizados, as Forças Armadas não reagiriam, limitando-se a comunicar o assunto para se organizar o protesto diplomático;
- perante tiros sistemáticos, deveria ser localizada a origem dos tiros e, logo que referenciada a zona, executar sobre ela uma acção de fogo tão potente e curta quanto possível;
- relativamente a tiros esporádicos localizados, usar de prudência e só actuar em caso de se tratar de agressão deliberada.

No caso de penetração de forças militares estrangeiras, sem prévia actuação de fogo, elas deveriam ser aprisionadas, neutralizadas, ou expulsas, no caso de reacção. Em qualquer caso, as nossas tropas não só não estavam autorizadas a

(285) As normas em vigor na RMA, de 28Jul62, não favoreciam a reocupação de fazendas na ZIN, devido à sua rigidez e às exigências em meios para a constituição da auto defesa.

ultrapassar a linha de fronteira como deveriam evitar causar baixas pelo fogo fora do território nacional.

A Directiva da CCFAA refere-se, por fim, à Acção Psicossocial relembrando que a acção militar deveria ser acompanhada de uma intensa e bem conduzida acção psicológica e social, tendente à captação das massas nativas e ao desenvolvimento das suas condições de vida, em especial nas zonas sublevadas, ou onde entrara o germen da sublevação, de modo a criarem-se condições para que a propaganda inimiga não as atingisse. A responsabilidade primária dessa acção seria da autoridade civil, a quem competiria a definição das finalidades a atingir e meios a considerar para a sua execução e as Forças Armadas deveriam contribuir para essa acção, de tanta influência para o próprio cumprimento da sua missão. Considerava-se que as Forças Armadas eram, na altura, elementos indispensáveis e não substituíveis na acção a desenvolver, em consequência da confiança que haviam conquistado nas populações das áreas onde não houvera sublevação e naquelas já recuperadas da ZIN e das suas possibilidades especiais para realizarem o apoio social nos campos sanitário, educacional e religioso.

A acção psicossocial, porém, não deveria ser conduzida por forma a tirar resultados espectaculares locais, em prejuízo do conjunto e ultrapassar o limite do razoável pois, neste caso, seria negativa por criar nos nativos a ilusão de benefícios que não poderiam ser garantidos no futuro. A colaboração a prestar pelas Forças Armadas tinha duas limitações: era uma missão secundária, sempre subordinada em prioridade à missão operacional e limitada aos meios disponíveis e deveria ainda ser de maior intensidade na ZIN, mas não esquecer a restante Província²⁸⁶.

Esta Directiva do Comando Chefe para a época de seca de 1963 constitui a primeira sistematização das variadas funções das Forças Armadas, para além da sua missão operacional, colhida que fora a experiência dos primeiros dois anos de campanha. Define claramente o esforço em duas áreas, que eram na altura as grandes preocupações dos comandos militares, estabelece prioridades e tenta clarificar conceitos para as mais diversas situações que poderiam ocorrer a uma força militar, mesmo de escalão inferior.

O comando da Região Militar de Angola, perante esta Directiva, elaborou o Plano de Operações "Marfim Negro"²⁸⁷ em consonância com aquela e onde se diz expressamente que se deveria aproveitar a época seca para impulsionar as operações na ZIN, em especial através de uma acção de força nas regiões

(286) Para a ZIN, o planeamento e a execução da acção psicossocial continuava a regular-se pelas normas da Circular n.º 1/61, de 03Nov61, elaborada para fazer face às primeiras apresentações, que acompanhou as Directivas "Pacificação civil e recepção de populações nativas libertadas". Ver capítulo "A Acção Psicológica", pág. 505.

(287) Plano de operações "Marfim Negro", do QG/RMA, 28Jun63.

de General Freire (Nambuangongo) actuando "... em força na região compreendida entre os rios Loge, Calambinge, Suege e Dange exercendo o esforço principal na área Zala-Vila General Freire, Quixico, Muxaluando-Beira Baixa e isolá-la por uma intensa acção de contraguerrilha nas regiões periféricas..." e "... eliminar os núcleos inimigos na região de Bessa Monteiro reconhecendo completamente a região, isolando a Mata Sanga e desencadeando sobre ela acções persistentes e agressivas a partir da linha Bessa Monteiro-Malaia e da região de Quibala...", acções cometidas respectivamente aos sectores A (Ambriz) e D (Quibaxe).

O mesmo plano previa que os Comandantes de Sector e de Batalhão Independente da ZIN, quando fosse caso disso, definissem e propusessem áreas para acção livre e temporária da Força Aérea e o uso de helicópteros de transporte, quando fosse aconselhável para o desencadear de qualquer operação.

Em face das preocupações manifestadas pelo CCFAA e explicitadas no Plano "Marfim Negro" foi planeada a operação "Gato Furioso", executada sobre a Mata Sanga, durante o mês de Setembro.

Os fogos preparatórios, tanto da Aviação como da Artilharia, destruíram as instalações precárias do In na área, provocaram numerosas baixas e, principalmente, causaram uma notória instabilidade no seio dos habitantes da mata e apoiantes forçados do In e nos grupos guerrilheiros aí instalados.

As NT penetraram na mata cerca de 7 Km e limpavam áreas de muitos quilómetros quadrados, em zona muito inóspita, onde a falta de água era tal que houve necessidade do seu reabastecimento por meio de helicóptero.

A operação "Gato Furioso", executada pelo BArt 400 e três Companhias, a CCaç 374, a 2.ª Bateria/GACL e uma Companhia de Páraquedistas, foi considerada uma operação bem sucedida. Permitiu uma colheita frutuosa de informações sobre a área, provocou desorganização profunda do sistema logístico do inimigo e o desprestígio flagrante do chefe guerrilheiro "Afa-mado Pedro", nome de grande ressonância na área, perante as populações que subjugava e foi ainda ocasião de fazer desaparecer o mito da inexpugnabilidade da Mata Sanga.

Quanto ao Sector D, planeou-se instalar o BCav 437 em Zala, a fim de ocupar Zala, Vila Pimpa, Bela Vista e a Fazenda Maria Teresa mas, dificuldades de vária ordem impossibilitaram ir além da ocupação de Zala. Se as rendições de Unidade previstas não permitiram uma actividade operacional intensa e imediata, salienta-se no entanto a ocupação, durante os meses de Agosto e Setembro de 1963 da região de Micula, pelo BArt 525, área completamente deserta e que estabelecia a ligação entre a região de Quipedro e a de Quitexe.

A missão do BArt 525 era considerada pelo comando da RMA como uma das mais difíceis, dado que a região referida de há muito não era percorrida

quer por civis, quer por militares e, por esse motivo, teria muitos pontos que deviam servir de refúgio a bandos terroristas. Ali veio a revelar-se uma zona de refúgio na Mata Zeia, próximo de Quipedro, que causou sempre preocupações²⁸⁸.



Quipedro (Bart 525)

(288) Relatório de Comando, do Comando da RMA, 01 a 03 Agosto de 1963.

COOPERAÇÃO AÉRO-TERRESTRE

ÁREA DE INTERVENÇÃO LIVRE E

EMPREGO DE HELICÓPTEROS

De acordo com a Directiva n.º 3/62 do CCFAA, no Plano “Centauro Grande”²⁸⁹ procurava-se obter uma maior densidade de ocupação nas áreas mais críticas da Zona Não Recuperada da ZIN, à custa de uma fraca, ou mesmo nula, ocupação de certas regiões, onde o inimigo se não apresentava activo e as nossas tropas tinham dificuldades em actuar, devido às características do terreno e distância às suas bases operacionais – caso da parte S, do Sector F (S. Salvador) e de grande parte do Sector C (Bessa Monteiro).

Tratava-se, pois, de uma solução de recurso, motivada pela falta de efectivos terrestres que se julgou poder compensar, atribuindo à 2.ª Região Aérea, fundamentalmente, a destruição do inimigo naquelas regiões e subordinando ali as operações terrestres a essa acção. A Força Aérea passava a actuar livremente nessas áreas, que se designavam por Áreas de Intervenção Livre, (AIL), certa de que nela não operavam forças terrestres nossas.

Por Directiva do CCFAA²⁹⁰ foi seguido um critério diferente: a destruição do In nas áreas atrás referidas passou a ser também uma das responsabilidades das forças terrestres, sendo atribuídas à 2.ª Região Aérea, áreas específicas para a acção livre, de acordo com a evolução da situação.

Foi, então, superiormente decidido que as forças terrestres passassem a definir dois tipos de Áreas de Intervenção Livre (AIL) para a FAP – Áreas do Tipo 1 (AIL1) e Áreas do Tipo 2 (AIL2).

As primeiras – AIL1 – eram atribuídas à Força Aérea, a longo prazo, previamente estabelecido, ou por períodos de tempo indeterminado e a partir de uma data inicial. Estas Áreas de Intervenção Livre correspondiam a regiões de difícil acesso para as forças terrestres, quer pela sua natureza, quer ainda pela excentricidade relativamente às posições ocupadas pelas nossas tropas, nas eventuais bases de partida que estas pudessem vir a estabelecer.

(289) “Plano Centauro Grande”, pág. 351.

(290) Directiva 2/63, do CCFAA.

COOPERAÇÃO AÉRO-TERRESTRE

ÁREA DE INTERVENÇÃO LIVRE E

EMPREGO DE HELICÓPTEROS

De acordo com a Directiva n.º 3/62 do CCFAA, no Plano “Centauro Grande”²⁸⁹ procurava-se obter uma maior densidade de ocupação nas áreas mais críticas da Zona Não Recuperada da ZIN, à custa de uma fraca, ou mesmo nula, ocupação de certas regiões, onde o inimigo se não apresentava activo e as nossas tropas tinham dificuldades em actuar, devido às características do terreno e distância às suas bases operacionais – caso da parte S, do Sector F (S. Salvador) e de grande parte do Sector C (Bessa Monteiro).

Tratava-se, pois, de uma solução de recurso, motivada pela falta de efectivos terrestres que se julgou poder compensar, atribuindo à 2.ª Região Aérea, fundamentalmente, a destruição do inimigo naquelas regiões e subordinando ali as operações terrestres a essa acção. A Força Aérea passava a actuar livremente nessas áreas, que se designavam por Áreas de Intervenção Livre, (AIL), certa de que nela não operavam forças terrestres nossas.

Por Directiva do CCFAA²⁹⁰ foi seguido um critério diferente: a destruição do In nas áreas atrás referidas passou a ser também uma das responsabilidades das forças terrestres, sendo atribuídas à 2.ª Região Aérea, áreas específicas para a acção livre, de acordo com a evolução da situação.

Foi, então, superiormente decidido que as forças terrestres passassem a definir dois tipos de Áreas de Intervenção Livre (AIL) para a FAP – Áreas do Tipo 1 (AIL1) e Áreas do Tipo 2 (AIL2).

As primeiras – AIL1 – eram atribuídas à Força Aérea, a longo prazo, previamente estabelecido, ou por períodos de tempo indeterminado e a partir de uma data inicial. Estas Áreas de Intervenção Livre correspondiam a regiões de difícil acesso para as forças terrestres, quer pela sua natureza, quer ainda pela excentricidade relativamente às posições ocupadas pelas nossas tropas, nas eventuais bases de partida que estas pudessem vir a estabelecer.

(289) “Plano Centauro Grande”, pág. 351.

(290) Directiva 2/63, do CCFAA.

As AIL2 eram atribuídas à Força Aérea por períodos de 15 dias, renováveis ou não, findos os quais voltavam automaticamente ao controlo das forças terrestres. Estas AIL2 ocupavam superfícies mínimas de 225 Km² (15 × 15 Km) e correspondiam a zonas onde os comandantes de Sector desejavam submeter o inimigo a desgaste, em especial pelas seguintes razões:

- insuficiência de meios para aí empreenderem acções terrestres, sem prejuízo do esforço exigido por outras partes dos seus Sectores;
- como preparação de acções futuras, sobre a organização e o dispositivo inimigo;
- como prolongamento de operações terrestres já efectuadas, por forma a impedir, ou retardar o reagrupamento do inimigo, obrigando-o a manter-se em desequilíbrio;
- como meio para criar, ou manter insegurança e a saturação psicológica de bandos armados e de populações nativas não apresentadas, com vista ao abaixamento do seu moral, até conseqüente rendição, ou recuperação.

Tal era a filosofia do estabelecimento de “Áreas de Intervenção-Livre”, perfeitamente enquadradas na teoria da luta anti-guerrilha, sob o ponto de vista operacional.

Quanto ao emprego de helicópteros, a experiência já colhida nesta parte final do ano de 1963 aconselhava a que se deveria evitar fazer o reconhecimento prévio por avião em locais onde o helicóptero iria ser utilizado. A actuação deveria ser efectuada sobre objectivos bem definidos e conhecidos das forças terrestres a partir de bases afastadas e os Grupos de Combate deveriam ser articulados em equipas de 5/6 homens, de modo a obter a máxima possibilidade de carga do helicóptero. Uma vez em terra, cada equipa deveria abordar imediatamente o objectivo, não esperando pela seguinte, procedimento que levaria necessariamente, a uma quebra de surpresa.

O helicóptero era já um meio operacional da Força Aérea perfeitamente indispensável pelas forças terrestres, mesmo não especializadas, mas exigia normas de procedimento para o tornar rentável, muita confiança dos homens na sua capacidade operacional e boa preparação psicológica, uma vez que a primeira vaga lançada sobre o objectivo era de pequeno efectivo e exigia que fosse capaz de o abordar enquanto as outras vagas das forças empenhadas não se lhe juntassem.

Este problema levantava-se pelo pequeno número de homens transportados em cada helicóptero e pelo reduzido número de helicópteros disponíveis.

De qualquer modo, em todas as modalidades da sua intervenção – evacuações, logística, correio, transporte, acções de fogo – o apoio deste meio pela Força Aérea era cada vez mais indispensável ao Exército, apesar das muitas limitações que a Força Aérea também tinha, mas as quais superava pela sua permanente disponibilidade e prontidão como cumpria as missões que lhe eram atribuídas.



Evacuação de feridos



Desembarque de tropas operacionais

Emprego do Helicóptero

DOCTRINA MILITAR DO IN

Em Julho de 1963 foram capturados ao inimigo vários filmes de 25 mm que, depois de reproduzidos integralmente, constituem a base do presente capítulo, a que se deu alguma ordem tendo em vista a sua melhor compreensão.

Os filmes pertenciam ao MPLA, o que denota esforço e uma elevada capacidade dos seus dirigentes no campo do planeamento militar, numa altura em que a actividade deste Movimento estava fundamentalmente virada para o campo político.

Dada a supremacia que a UPA continuava então a disfrutar no domínio da luta armada, que lhe facultava uma posição de comando na guerra em Angola, o MPLA optara, em Dez62, na Conferência Nacional do Partido, pela militarização dos seus quadros e lançara as bases para a constituição do Exército Popular para a Libertação de Angola (EPLA), em estruturação e organização durante o ano de 1963.

Em Janeiro de 1963 assinala-se a primeira actividade do EPLA em Cabinda, que não demonstrou eficiência de combate ao longo de mais de dois anos de luta, mas a sua forma de actuar enquadra-se perfeitamente no conteúdo dos documentos capturados.

Sendo assim, os filmes reflectem não só a técnica específica em aprendizagem pelo MPLA, mas são também uma verdadeira doutrina de guerra revolucionária, a utilizar em Angola pelo inimigo.

Os filmes estavam legendados em língua francesa mas mostram, nalguns pormenores, a sua adaptação à guerra de Angola preconizando procedimentos já familiares das nossas tropas e outros que constituíam um verdadeiro ensinamento e um alerta, porque poderiam vir a aplicar-se no futuro.

O documento síntese dos filmes encontrava-se dividido em cinco capítulos fundamentais:

- I – Organização Militar do Povo;
- II – Formas de Enquadramento;

- III – Desenvolvimento da luta (adaptada a Angola);
- IV – Guerra de Movimento, também denominada “guerra de guerrilhas”;
- V – Técnica de explosões – Fabricação e aplicação de explosivos, de que apenas se apresenta a introdução.

O capítulo mais longo e mais importante é o da Guerra de Movimento que apresenta as seguintes sub-divisões:

- A – Particularidades da guerra de guerrilha
- B – Princípios gerais da guerra de guerrilha
- C – Desenvolvimento dos princípios gerais da guerra de guerrilha
- D – Táticas fundamentais da guerra de guerrilha
- E – Natureza da guerra de guerrilha
- F – Tática de guerra de guerrilha
- G – Emboscada
- H – Situações que podem surgir na guerra de movimento
- I – Princípios a ter em conta durante o estacionamento
- J – Medidas a tomar contra páraquedistas e carros
- L – Contra bombas de napalm
- M – Destruição de vias de comunicação

Detenhamo-nos sobre cada um dos capítulos do documento dada a importância de que o mesmo se revestiu.

I – ORGANIZAÇÃO MILITAR DO POVO

A guerra revolucionária é feita pelas massas populares.

Só *organizando* estas é que se consegue fazer a guerra. A guerra revolucionária só pode ser levada a efeito se for sempre *apoiada* nas massas populares.

As massas populares são a força única capaz de fazer a história. Desta verdade nasce o seguinte pensamento político que deve presidir à organização e desenvolvimento da guerra revolucionária: *sair das massas e voltar às massas. O exército e o povo* – eis a base da vitória revolucionária.

A luta armada é a forma *essencial* da luta revolucionária. Sem luta armada, as classes mais oprimidas e exploradas, como os trabalhadores e os camponeses, não têm peso revolucionário. Mas se a luta

armada é essencial à luta revolucionária, ela não é, no entanto, a única forma de luta revolucionária. Há ainda as lutas nos planos político, económico, ideológico, cultural, etc. A luta armada deve ser ligada às outras formas de luta.

II – FORMAS DE ENQUADRAMENTO

As várias formas de enquadramento militar das massas populares são as seguintes:

A) MILÍCIAS POPULARES

B) DESTACAMENTOS DE GUERRILHEIROS

C) EXÉRCITO REGULAR

A) *MILÍCIAS POPULARES*

São organizações de militantes dotados de conhecimentos militares e de organização política, possuidores de armamento (por via de regra rudimentar), que actuam clandestinamente junto das massas populares. Vivem no seio das massas populares, ocupam-se da produção, fazem os seus estudos, trabalham, e desenvolvem as seguintes actividades.

- 1) *Politização do povo* – Fomentam e desenvolvem organizações de massas populares.
- 2) *Espionagem* – Realizam trabalho de espionagem no seio do inimigo, de forma a prestar indicações úteis ao desenvolvimento da luta.
- 3) *Ligação* – Entre as massas populares, os guerrilheiros e o exército regular.
- 4) *Fabricação de armamento.*
- 5) *Sabotagem* – Destruição de estradas, pontes, linhas de caminho de ferro, fontes materiais do inimigo, liquidação de traidores, etc.
- 6) *Tratamento de feridos.*
- 7) *Mobilização militar* – Ensinam o manejo de armas, a utilização de explosivos, tácticas rudimentares.
- 8) *Transporte* – Transportam víveres para os guerrilheiros e o exército regular.

- 9) *Reconhecimento* – Fazem trabalho de reconhecimento das posições do inimigo.
- 10) *Bloqueio* – Bloqueiam as informações e os viveres destinados ao inimigo.
- 11) *Defesa da produção* – Impedem que o inimigo se apodere da produção da sanzala, da zona ou da região.
- 12) *Polícia* – Procuram, vigiam e prendem os agentes do inimigo ocultos no seio do povo.
- 13) *Defesa da ordem* – Defendem a segurança pública e a existência física de todo o povo.

Em resumo: as milícias populares têm a missão de transformar o inimigo em “*coxo, fraco, surdo e cego*”.

O sistema das milícias populares combina, na realidade, o trabalho produtivo com a luta armada. Quando o inimigo chega, as milícias populares pegam *na arma*; quando o inimigo se vai embora, as milícias populares pegam *na enxada*.

Para proteger a produção, as forças das milícias populares, que são vizinhas das posições do inimigo, deverão *vigiar* constantemente este e deverão *cercá-lo* para desferir-lhe golpes sérios.

ORGANIZAÇÃO DAS MILÍCIAS POPULARES

A organização das milícias populares deve obedecer a dois critérios:

- 1) o critério da idade das pessoas; e
- 2) o critério da maturidade e honestidade política das pessoas.

Há duas categorias de milicianos:

- a) *Milicianos activos*: com idade ente 16 e 30 anos e com qualidades políticas indispensáveis.
- b) *Milicianos de reserva*: com mais de 30 anos e com as indispensáveis condições políticas.

Há necessidade de examinar rigorosamente as pessoas afim de não permitir a entrada nas M.P. de maus elementos.

Os milicianos são organizados por: *local de trabalho, local de residência, sanzala, bairro, zona e distrito*.

Muitas vezes, os milicianos *activos* lutam em coordenação com o destacamento de guerrilheiros e com o exército regular. Ao passo que os milicianos *de reserva* ocupam-se de tarefas tais como transporte de viveres, tratamento de feridos, etc.

Os quadros dirigentes dos destacamentos de milicianos são *eleitos* pelos companheiros.

Esses quadros não recebem geralmente salários, vivem à sua custa. Os quadros dirigentes milicianos dos escalões *zona* e *distrito* poderão ser desligados da produção e ser assistidos financeiramente pelo Movimento.

O uso da *democracia* no seio dos destacamentos milicianos é importante. Princípios democráticos deverão ser usados, quer durante os treinos, quer no desenvolvimento geral dos destacamentos. É indispensável tomar em consideração as opiniões dos milicianos.

Só dessa maneira se poderá aproveitar a iniciativa pessoal dos milicianos e se poderá fazer compreender e desenvolver a *disciplina*.

ARMAMENTO DAS MILÍCIAS POPULARES

O armamento das M.P. tem 4 origens:

- 1) As armas que pertencem às gentes do povo e que estão dispersas;
- 2) As armas fornecidas pelo exercito regular;
- 3) As armas tomadas ao inimigo;
- 4) As armas produzidas pelos destacamentos das milícias populares.

Em geral, os milicianos armam-se de lanças, flechas e arcos, facas, catanas, espingardas de todos os tipos, canhões artesanais, etc. Possuindo armas em suas mãos, os milicianos ganham confiança em si mesmos.

TREINO DAS MILÍCIAS POPULARES

Em geral, o nível cultural e político da população é muito baixo. Por isso, deve-se cuidar da educação política das massas. É indispensável fazer tudo para que as massas não caiam na confusão. É indispensável fazê-las compreender por que é que devem ajudar as milícias, os guerrilheiros e o exército; por que é que devem *transformar-se* em milicianos, guerrilheiros e soldados. É indispensável fazer as massas participar de estudos políticos. Porquê amar a pátria angolana? Como libertar Angola, defender as zonas libertadas e o povo em geral?

No treino militar, é indispensável ensinar a *utilizar as armas e o terreno*. Ensinar o miliciano a utilizar a arma que ele próprio possui. Como liquidar o inimigo com ela?

Ensinar o miliciano a fazer um bom aproveitamento do terreno para se proteger. Ensiná-lo táticas elementares e conhecimentos rudimentares de combate.

No entanto é conveniente não exagerar o treino e o ensino.

O nível político e militar do miliciano deve ser melhorado pouco a pouco. O treino militar poderá ser efectuado nos locais de produção (ateliers, lavras, etc.).

Evitar treinos de muita gente e durante longo tempo.

Fazer treinos em períodos de tempo curtos e alternados (por exemplo: entre os períodos de pausa de produção).

Os festejos e as paradas desempenham grande papel na educação dos milicianos e do povo em geral.

LUGARES DE ACTUAÇÃO DAS MILÍCIAS POPULARES

As milícias populares actuam nas zonas rurais e urbanas.

Nas zonas urbanas devem dedicar-se sobretudo ao trabalho de politização das massas e abster-se de actividades de sabotagem pois, sendo o inimigo mais forte nas cidades, ele geralmente, reage, aí, da maneira a mais violenta possível. Isto pode provocar a destruição de quadros políticos importantes, dificultando deste modo o contacto do Movimento com as cidades e o desenvolvimento da luta nas cidades.

B) DESTACAMENTOS DE GUERRILHEIROS

São pequenos grupos de guerrilheiros, dotados de conhecimentos militares importantes, manejando armamento de infantaria (espingarda, pistolas, metralhadoras, explosivos, etc.), instalados em núcleos de resistência e em bases de resistência e que fazem, fundamentalmente, uma guerra de movimento.

Os limites geográficos de acção dos guerrilheiros são variáveis, dependendo da fase da luta. Geralmente estendem-se desde simples "núcleos de resistência" a "bases de resistência" de dimensões dependentes do desenvolvimento destas.

C) EXÉRCITO REGULAR

É constituído por tropas perfeitamente adestradas que fazem, fundamentalmente, uma guerra de posição.

III – DESENVOLVIMENTO DA LUTA (Adaptada a Angola)

Tendo em vista a deficiente politização das massas angolanas no momento actual, tendo em vista a não existência de um exército regular angolano (que seriam as condições fundamentais para o estabelecimento e a defesa das “bases de resistência”), tendo em vista a necessidade imperiosa de iniciar a luta o mais rapidamente possível, pensamos que o desencadeamento da acção militar se poderia encarar do seguinte modo:

Criar e desenvolver, numa região bem determinada ou em várias, milícias populares que actuassem segundo um plano bem estruturado. Essa ou essas regiões devem reunir as condições para a instalação de “*núcleos de resistência*”, nos quais actuarão os destacamentos guerrilheiros. Da acção conjunta e coordenada das milícias populares e dos destacamentos de guerrilheiros surgiriam as *bases de resistência*; pontos de apoio para a guerra de liquidação do inimigo para a libertação de Angola.

Os *núcleos de resistência* são zonas bem defendidas, capazes de ocultar por um tempo indeterminado os destacamentos de guerrilheiros, mas que possibilitam o contacto destes com as milícias populares e as massas populares dessas zonas e das zonas vizinhas. Geralmente escolhe-se para *núcleo de resistência* uma montanha, uma floresta, o delta de um rio, uma região pantanosa. Os *núcleos de resistência* devem localizar-se em zonas onde o contacto com as milícias populares e as massas populares seja possível.

Se fizermos depender o desencadeamento da guerra da instalação de *bases de resistência*, teremos de aguardar um tempo possivelmente muito longo, dadas as grandes dificuldades de politizar previamente as massas populares e de criar, no seio da base, um exército dotado de capacidade suficiente para resistir ao ataque de um inimigo mais bem preparado e possuidor do armamento importante.

A) *NÚCLEOS DE RESISTÊNCIA E BASES DE RESISTÊNCIA*

Antes de instalar um “núcleo de resistência” ou uma “base de resistência”, deve ser convocada uma conferência dos quadros militares e políticos responsáveis para se estudarem os seguintes aspectos:

- a) Localização do núcleo para se transformar numa base de resistência;
- b) Possibilidade do núcleo se transformar numa base de resistência;

- c) Existência de condições favoráveis para desenvolver actividades militares e políticas;
- d) Possibilidade de defender o núcleo ou a base da acção do inimigo;
- e) Possibilidades de contacto do núcleo com as milícias populares e as massas populares da região e das regiões vizinhas;
- f) Possibilidade de criar um exército regular na base de resistência.

CONDIÇÕES NECESSÁRIAS A UMA REGIÃO PARA A INSTALAÇÃO DE UM NÚCLEO DE RESISTÊNCIA

MONTANHA – Inacessível ao inimigo e vizinha de populações politizáveis e militarizáveis.

FLORESTA – Inacessível ao inimigo e vizinha de populações politizáveis e militarizáveis.

DELTA DE RIOS – Inacessíveis ao inimigo e vizinhos de populações politizáveis e militarizáveis.

REGIÃO PANTANOSA – Inacessível ao inimigo e vizinha de populações politizáveis e militarizáveis.

CONDIÇÕES PARA A INSTALAÇÃO DUMA BASE DE RESISTÊNCIA

- 1) Região possuidora de uma população já politizada
- 2) Região pouco acessível ao inimigo e dotada de condições de defesa.
- 3) Possibilidade de estabelecimento de uma ordem política e social.

ACTIVIDADE INICIAL A DESENVOLVER NUMA BASE DE RESISTÊNCIA

- 1) Dar consciência política à população; fornecer às massas populares um suporte ideológico; satisfazer os interesses justos das massas; interessá-las vivamente na luta.
- 2) Estabelecer e desenvolver, na base de resistência, uma ordem política e social.
- 3) Criar forças militares para a defesa da base de resistência e para desenvolver a acção militar contra o inimigo.

4) Embora o factor económico não seja fundamental para a instalação da base de resistência, devemos entretanto tomar as seguintes medidas para abastecer a base:

- Aumentar a produção;
- Exercer sabotagem contra o inimigo de forma a recolher do inimigo os meios materiais indispensáveis ao abastecimento da base. Todo o material recolhido deve ser entregue ao departamento responsável do abastecimento da base de resistência.

QUADROS MILITARES DE UMA BASE DE RESISTÊNCIA

- Milícias populares – (sabotagem, etc.)
- Destacamentos de guerrilheiros – (Guerra de movimento)
- Exército regular – (Guerra de posição)

NOTA:

É óbvio que deve ser encarada a instalação simultânea de vários núcleos de resistência e bases de resistência.

Deve constituir-se um comando geral e comandos regionais. O comando geral estabelece a linha política e a actividade militar a desenvolver. Todavia os comandos regionais não devem ficar totalmente submetidos ao comando geral. É necessário que os comandos regionais gozem de uma determinada autonomia de forma a poderem aproveitar todas as condições favoráveis para desferir golpes no inimigo. A submissão absoluta dos comandos regionais poderia deixar fugir as oportunidades favoráveis.

B) FASES DA LUTA

Primeira fase – FASE DEFENSIVA

Segunda fase – FASE DO EQUILÍBRIO DAS NOSSAS FORÇAS E DAS FORÇAS DO INIMIGO

Terceira fase – FASE DA CONTRA-OFENSIVA GERAL

Em face da nossa fraqueza inicial e partindo dessa situação de fraqueza, deveremos seguir os *quatro* princípios seguintes:

- 1) *Do ponto de vista estratégico*, devemos desprezar o inimigo, considerar como certa a nossa vitória na guerra que desenvolvemos contra o inimigo.

Do ponto de vista tático, devemos ter em muita conta o inimigo, devemos tudo fazer para ganharmos as *batalhas* que travarmos contra ele.

- 2) Se o inimigo, hoje, tem mais forças do que nós, é realista e justo que nos devamos preparar para uma *guerra prolongada* e que devamos pôr de lado a ilusão de que seremos capazes de levar a bom termo uma *guerra de decisões rápidas*. Por conseguinte *guerra prolongada*; mas, no entanto, no decurso de *batalhas* e *combates*, tomar decisões rápidas.
- 3) *No plano estratégico*, ganhar a guerra com a nossa força inicialmente fraca sobre a força inicialmente superior do inimigo. Ganhar a vitória pela fraqueza contra o poderio. *No plano tático*, ganhar a vitória com uma superioridade de força nossa sobre a inferioridade de força do inimigo. Para este efeito, é indispensável saber *concentrar* as nossas forças para, em *batalhas* e *combates*, liquidar as forças do inimigo *uma a uma*.
- 4) É preferível fazermos a *guerra de aniquilamento* à *guerra de usura* (que é a guerra de simples desgaste, de simples enfraquecimento ou de liquidação muito parcial do inimigo). É preferível *cortar um dedo* ao inimigo a *ferir-lhe dez dedos*. Todos esses quatro princípios são válidos, tanto para a guerra de guerrilhas, como para a guerra de manobras.

FASE DEFENSIVA

No período inicial da luta, como a relação de forças é favorável ao inimigo, devemos adoptar uma estratégia defensiva. Nesta fase o inimigo costuma adoptar uma estratégia ofensiva, esperando, assim, poder liquidar rapidamente as nossas forças. A estratégia defensiva *não* significa que nos devemos abster de atacar o inimigo. Nós não podemos, em nenhuma circunstância, adoptar a “defesa-negativa”, mas sim “a defesa-positiva”. Nessa fase de estratégia defensiva, a nossa tática deve ser *ofensiva*: por meio da guerra de *movimento* e da *sabotagem*.

Essa fase é, geralmente, a dos núcleos de resistência e das bases de resistência não consolidadas.

FASE DO EQUILÍBRIO DE FORÇAS

Nesta fase, devemos adoptar uma estratégia predominantemente defensiva. Desenvolver ao máximo a guerra de movimento e iniciar a guerra de posição.

FASE DA CONTRA-OFENSIVA GERAL

Nesta fase, devemos adoptar uma estratégia predominantemente ofensiva. Desenvolver ao máximo a guerra de posição e manter a guerra de movimento.

IV – GUERRA DE MOVIMENTO

(Também denominada “guerra de guerrilhas”).

A guerra de guerrilhas é a forma de guerra que se deve adoptar:

- a) quando e onde o inimigo nos é superior em força; e
- b) quando e onde as massas populares estão conscientes de necessidade e dos objectivos da luta que o nosso movimento revolucionário trava.

A) PARTICULARIDADES DA GUERRA DE GUERRILHAS

- 1) A linha essencial dessa guerra é fazer ofensivas.
- 2) As ofensivas são feitas por meio de “raids-surpresa”, apoiando-nos nas *massas populares conscientes* e nas *fraquezas* do inimigo.
- 3) Evitar a defesa-negativa.
- 4) Todo o combate deverá ser resolvido rapidamente.
Decisão rápida e resolução rápida.
- 5) Evitar de estar em contacto relativamente prolongado com o inimigo. Logo que o combate termina, *retirar imediatamente*.
- 6) Concentrar as nossas forças principais para atacar, e criar as condições, propícias, favoráveis, para que assemos golpes nos pontos *fracos* e *vitalis* do inimigo.

B) PRINCÍPIOS GERAIS DA GUERRA DE GUERRILHAS

- 1) *Iniciativa*. A iniciativa deverá pertencer-nos sempre *a nós* e não ao inimigo.
- 2) *Flexibilidade*. Toda a rigidez é perigosa. A guerra é viva, e, no decurso dela, surgem sempre factos e condições novos.
- 3) *Planificação de combate*. É indispensável um plano para cada combate.

C) DESENVOLVIMENTO DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA GUERRA DE GUERRILHAS

- 1) Para poder ter *iniciativa*, precisamos de saber estimar, avaliar, correctamente, tanto a nossa situação como a situação do inimigo. É fundamental não esquecer que o inimigo segue sempre *leis* (normas, regras) suas, para fazer ofensivas e cercos. O inimigo não age anarquicamente, nem ao bel-prazer de cada momento e de cada comandante. Nós devemos esforçar-nos por *conhecer essas leis*, essas normas e esses hábitos do inimigo. Mas só a luta viva (e não a teoria) é que nos pode ensinar bem as leis de luta do inimigo:
- 2) Para ser *flexível*, é preciso considerar o seguinte:
 - a) Tendo em conta a situação concreta em que nos encontrarmos, deveremos saber “dividir o todo em partes” e, inversamente, saber “reunir as partes num todo”. (O “todo” e as “partes” dizem respeito às nossas forças).
 - b) Saber fazer *concentrações*. Para atacar, *concentramos*. Para mobilizar as massas populares, *dividimos* as nossas forças.
 - c) Saber fazer *deslocações* somente quando as circunstâncias nos são oportunas e favoráveis.

Em resumo: a *concentração*, a *dispersão das forças* e as *deslocações* constituem três regras que, no conjunto, representam a *mobilidade* no decurso da guerra de guerrilhas.

Em que condições dividiremos o todo em partes?

- 1) Quando o inimigo adopta a *defensiva* mas nós não temos condições para combater, nós dividiremos as nossas forças a fim de *estender* a nossa ameaça sobre o inimigo e a fim de mobilizarmos as massas populares.
- 2) Nas regiões onde o inimigo sofre de fraquezas e onde nós exercemos sobre ele a sabotagem e os ataques repetidos para fatigá-lo.
- 3) Quando o inimigo nos cerca e nós não temos possibilidades de liquidá-lo, nós dividiremos o todo das nossas forças em partes.



... NOSSAS FORÇAS
 ——— FORÇAS INIMIGAS

FIG. 1

- 4) Nas regiões onde o terreno nos é desfavorável ou onde nos é difícil assegurar o reabastecimento em víveres. Exemplos:
 No tempo da seca, as plantas são pequenas e é-nos difícil esconder. (Porém, nas regiões montanhosas e nas florestas, não teremos necessidade, por aquele motivo de “dividir o todo em partes”). Quando é difícil assegurar o nosso reabastecimento em víveres e quando a população o não pode igualmente fazer, é preferível dividir as nossas forças em partes; pois, de outro modo, criaríamos um peso enorme à população.
- 5) Quando, nas grandes extensões de terreno, executamos a tarefa de mobilizar as massas populares, é igualmente necessário dividirmos as nossas em partes.

Como dividir o todo em partes?

- 1) Quaisquer que sejam as condições objectivas, *nunca* deveremos dividir as nossas forças em partes iguais. Nada de igualdade absoluta.
- 2) Conservar, sempre, uma parte importante das forças em sítio determinado.
- 3) É indispensável sempre designar, fixar, o lugar aonde as nossas forças se deverão dirigir e onde elas se deverão fixar.
- 4) É indispensável estabelecer *tarefas* bem definidas e *reuniões* bem limitadas para as operações dos pequenos destacamentos.
- 5) Fixar a *duração* das operações, o *lugar do re-encontro* das nossas forças divididas, e os *meios e formas de comunicação entre as nossas forças*.
 (Quem assegura a ligação entre os destacamentos divididos são o comando, as milícias populares e o povo).

(O comando pode, às vezes, ficar na parte maior das forças divididas).

Em que condições integramos as partes num todo?

- 1) Em geral, quando o inimigo faz ofensivas e nós queremos liquidá-lo. Para este efeito, concentramos num todo as forças dispersas.
- 2) Quando o inimigo nos ataca e nós nos dividimos e fugimos. O inimigo encontrará por conseguinte, um *vazio*, e retirar-se-á. No entanto, nós concentramos as nossas forças num outro lugar, e atacamos o inimigo fatigado, no lugar em que o terreno nos é mais favorável.

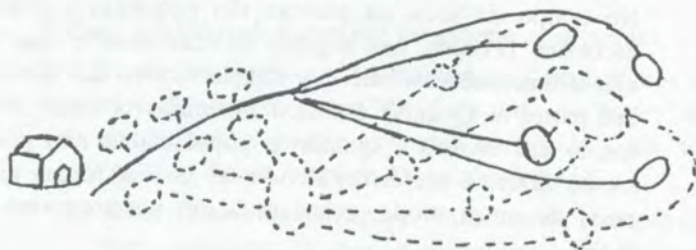


FIG. 2

- 3) E, *por vezes*, quando o inimigo adopta a defesa e estaciona, poderemos concentrar as nossas forças para atacá-lo.

Como unir as partes num todo?

- 1) Nunca se deve fazer uma concentração *absoluta*, mas somente uma concentração das *forças* e do *armamento principais*. Ao mesmo tempo que concentramos forças nossas numa força principal, outras forças nossas, menores, deverão apoquentar o inimigo, mobilizar as massas populares e fazer sabotagem.

Em que condições faremos deslocações?

- 1) Quando o inimigo faz "limpeza" furiosa.
- 2) Quando o inimigo desencadeia ofensivas.

Como fazer deslocações?

- 1) Quando o inimigo faz "limpeza" ou desencadeia ofensivas, os destacamentos de guerrilheiros deverão determinar se:

a) Fazem frente à ofensiva; ou

b) Partem para lugares propícios.

Às vezes, para aniquilar o inimigo *um a um*, uma unidade nossa, depois de ter liquidado o inimigo no ponto x, deverá encaminhar-se para outro ponto para liquidar outra força inimiga. É evidente que devemos aproveitar as circunstâncias *propícias*, mas devemos evitar as circunstâncias *desfavoráveis*.

A regra é: *liquidar o inimigo e defender-se.*

2) No caso de o inimigo exercer *forte pressão*, devemos deslocar-nos imediatamente, fazer deslocações em ritmo de torrente e de vento, isto é, rapidamente.

3) É preciso, no plano tático, saber evitar o que é forte e dar golpes no que é fraco. Em outros termos: fazer demonstrações a Leste para atacar a Oeste. Em uma palavra: *ser hábil para enganar o inimigo*. Este não deverá poder saber determinar a direcção para onde nos dirigimos.

DO PLANO

Para podermos executar a *mobilidade*, a *flexibilidade* e a *iniciativa*, precisamos, *antes de tudo*, de estabelecer um plano bem detalhado.

Preparemo-nos sempre para *todas* as actividades!

Como fazer um plano?

Entre outros pontos, é preciso considerar, num plano os seguintes:

a) Conhecer as condições objectivas dos elementos em luta;

b) Determinar bem as tarefas;

c) Determinar a disposição das nossas forças;

d) Educação política e instrução militar;

e) O revitalhamento; (abastecimento)

f) A execução do equipamento e o próprio equipamento;

g) A coordenação das massas populares e com as massas populares. Pelo exposto, a guerra de guerrilhas – que é empreendida por destacamentos de guerrilheiros instalados em núcleos de resistência e em bases de resistência – impõe a necessidade de que os guerrilheiros possuam grande mobilidade, capacidade de iniciativa e capacidade combativa.

D) TÁCTICAS FUNDAMENTAIS DA GUERRA DE GUERRILHAS

As tácticas principais da guerra de guerrilhas são:

- a) Raid de surpresa;
- b) Emboscada;
- c) Operações destinadas a destruir as comunicações do inimigo;
- d) Guerra de colisão;
- e) Quebra de cercos;
- f) Guerra de galerias.

E) NATUREZA DA GUERRA DE GUERRILHAS

A guerra de guerrilhas não é uma arte mágica para que pequenos e fracos grupos de patriotas vençam um inimigo forte.

Sem o povo, a guerra de guerrilhas *não* pode ser levada a efeito e a cabo; de outro modo, essa guerra não será de guerrilhas.

A guerra de guerrilhas é uma guerra popular; este tipo de guerra deve engendrar, por conseguinte, um *exército popular*.

“Exército popular, guerra popular” – segundo a tese de MAO TSE-TUNG.

Daí decorrem os dois princípios básicos da guerra de guerrilhas:

- 1) Os assuntos militares devem estar condicionados à política. O exército é um meio de acção da revolução popular.
- 2) A luta armada deve apoiar-se no povo a fazer confiança nele. Os guerrilheiros devem ser recrutados no seio das massas populares.

F) LINHA POLÍTICA TÁCTICA DA GUERRA DE GUERRILHAS

De uma maneira geral, devemos agir sempre de acordo com os quatro princípios de MAO TSE-TUNG, os quais constituem a linha política táctica da guerra de guerrilhas:

- Se o inimigo avança, devemos recuar.
- Se o inimigo acampa, devemos importuná-lo.
- Se o inimigo foge, devemos persegui-lo.
- Se o inimigo se fatiga, devemos atacá-lo.

RAID-DE-SURPRESA

Há quatro formas fundamentais de raids-de-surpresa:

- a) Raid camuflado.
- b) Raid silencioso.
- c) Raid inesperado (não camuflado, nem silencioso).
- d) Raid coordenado com a actividade de agentes nossos existentes no seio das forças inimigas.

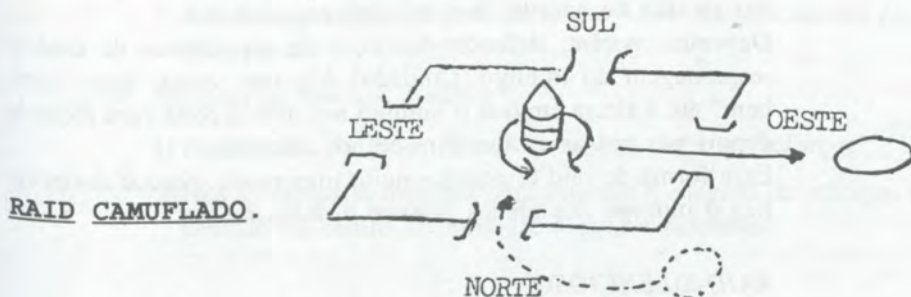


FIG. 3

- 1) Por hábito e sempre que sai para pilhar e exercer repressão sobre a população, o inimigo sai do seu acampamento pela estrada Oeste e regressa pela estrada Norte.
- 2) Através de um eficiente e perfeito trabalho de espionagem, devemos procurar saber: a hora da saída do inimigo, tempo de duração da actividade do inimigo fora do acampamento, caminho que ele segue para regressar ao acampamento, etc.
- 3) Antes de o inimigo regressar, um dos nossos destacamentos, mascarado como se fora o destacamento inimigo, entrará pela porta Norte, atacará o comando, apoderar-se-á de armas e do mais que interesse, e retirar-se-á.

O mascaramento terá de ser perfeito, tendo na forma habitual de o inimigo apresentar-se no acampamento, no regresso, como nos hábitos do inimigo.

Para melhor convencer os guardas do acampamento, o nosso destacamento poderá mesmo apresentar-se à porta Norte com falsos prisioneiros revolucionários.

Há muitas formas de fazer raids-camuflados: através de caseamentos fingidos, de camponeses falsamente “inofensivos”, de indivíduos que se apresentem com ofertas, etc.

RAID COORDENADO COM A ACTIVIDADE DE AGENTES NOSSOS EXISTENTES NO SEIO DO INIMIGO

Este tipo de raid consiste em atacar em coordenação com as indicações dadas e com os sinais feitos pelos nossos agentes introduzidos no seio do inimigo. Essa forma de raid depende do trabalho que fizermos no seio do exército inimigo. Fazer dos soldados que servem os inimigos, nossos agentes. Aos agentes que introduzirmos no seio do exército inimigo deveremos dar tarefas de acordo com as suas capacidades.

Devemos, porém, defender-nos bem de ser vítimas de contra-espionagem do inimigo. Cuidado! Algumas vezes, tudo “corre bem” até à altura em que o inimigo nos abre a porta para fechá-la depois nas nossas costas afim de nos aniquilar.

Essa forma de raid é, porém, muito importante, porque desmoraliza o inimigo nos planos político e defensivo.

RAID-SILENCIOSO

Raid feito habitualmente à noite, num silêncio absoluto.

Antes de efectuar o raid, conhecer bem os *hábitos* do inimigo, preparar-se minuciosamente para executá-lo com êxito. Quanto melhor o raid for feito às *escondidas e no silêncio*, mais ele é eficaz.

RAID INESPERADO

Utiliza-se esta forma de raid, quando as nossas forças são mais poderosas do que as do inimigo, quando o inimigo tem boas fortificações e quando ele exerce vigilância apertada e controle severo. Nessas condições, nem camuflagem, nem o ataque silencioso e às escondidas garantem o êxito das operações. Só nos resta, portanto, o recurso ao raid inesperado.

No raid inesperado devem-se combinar:

- a) o trabalho de sabotagem das fortificações;
- b) o assalto; e
- c) os ataques contra os reforços do inimigo.

EXEMPLO DE RAID INESPERADO

- 1) Bloquear e fazer calar o fogo inimigo com o nosso próprio fogo. “Que o inimigo não possa levantar a cabeça”.

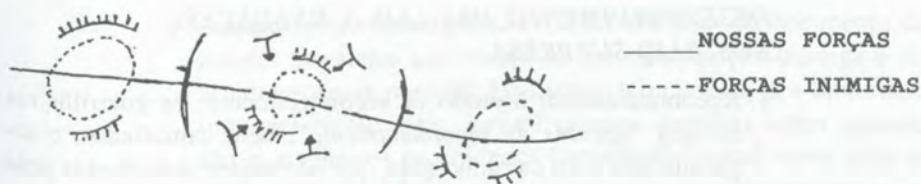


FIG. 4

- 2) Sabotar as fortificações do inimigo. *Abrir brechas nessas fortificações.*
- 3) Feitas as brechas, assaltar.
- 4) No entanto, as bases A e B do inimigo enviam reforços.
- 5) Nós tomamos já medidas para impedir a chegada de reforços à posição do centro do inimigo, a qual assaltámos.

Na organização dos combates do raid-surpresa, devemos obedecer às seguintes leis:

- 1) Fazer um bom *reconhecimento* antes do raid;
- 2) Apoiar-se sobre largas massas populares;
- 3) Apoiar-se sobre as organizações de massa;
- 4) Conhecer a situação real da força inimiga;
- 5) Saber as possibilidades de o inimigo obter reforços;
- 6) Conhecer o moral do exército inimigo;
- 7) Conhecer as possíveis contradições entre soldados (por razões de nacionalidade, de etnia, de tratamento, ou outras razões);
- 8) Conhecer a vida privada do exército inimigo;
- 9) Conhecer as condições do terreno onde o inimigo está acampado;
- 10) Conhecer a situação política e económica das massas populares da região onde o inimigo está.

O conhecimento das nossas forças, das forças do inimigo e da situação real das massas populares é a *base material* das decisões que o nosso comando deverá tomar.

DESENVOLVIMENTO DAS LEIS A OBEDECER NOS RAID-SURPRESA

- 1) Reconhecimento. Método de reconhecimento: os guerrilheiros enviam “*agentes de reconhecimento*”, bem camuflados, e seguindo um bom caminho para que não sejam descobertos pelo inimigo.

O reconhecimento deverá ter em vista o seguinte:

- a) Conhecer o valor dos efectivos do inimigo;
 - b) o seu equipamento;
 - c) a sua combatividade;
 - d) saber se a força inimiga já sofreu anteriormente ataques das nossas forças revolucionárias;
 - e) saber a relação entre soldados europeus e africanos;
 - f) saber a solidez das fortificações do inimigo e a estrutura interior dessas fortificações;
 - g) saber se há barreiras, fossos, etc.
- 2) *Massas populares e organizações de massas* deverão procurar obter para nós as mais úteis e detalhadas informações.
- 3) *Situação real da força inimiga*. Se o inimigo dispõe de instrumentos de iluminação, se tem granadas. Qual a disposição da sentinela inimiga, durante o dia e durante a noite?
- 4) Que possibilidades tem o inimigo para obter reforços?
- 5) O moral do inimigo é elevado ou não?
- 6) Que espécies de contradições existem no seio da tropa inimiga?
- 7) *Vida privada do exército inimigo*: A que horas se levantam os soldados? A que horas fazem exercícios? Horas das refeições? Hora de dormir? Terá o inimigo o hábito de jogar à noite, ou não?
- 8) *Condições do terreno*: O caminho por onde passaremos é ou não camuflado? Há relevos? Florestas? Barreiras? Fossos? Devemos conhecer já com antecedência o caminho para a nossa retirada. Será esse caminho camuflado? Poderá o fogo do inimigo bloquear a nossa retirada? Quais são as condições dos arredores do acampamento do inimigo? Conhecer as condições respeitantes à floresta, aos edifícios, etc. Procurar terreno favorável a escondermo-nos e que, ao mesmo tempo, nos permita, a partir dele, atacar o inimigo.

- 9) *Situação das massas populares.* Ter um bom conhecimento das massas populares que vivem no seio da posição inimiga e nos arredores dessa posição. Há quanto tempo dura já a dominação inimiga? Nesse *sítio*, haverá quantas famílias cujos parentes são guerrilheiros ou soldados-fantoches? Haverá nesse *sítio* organizações do Movimento ou organizações de massas? Que papel jogam todas essas organizações?

Estudar antes de tomar decisão

Impõe-se sempre um estudo sério das informações obtidas, uma filtração dessas informações e uma avaliação justa da relação das nossas forças e das do inimigo. Devemos conhecer as condições que nos são favoráveis e desfavoráveis e resolver favoravelmente as condições desfavoráveis.

Só depois desse estudo frio, inteligente e ponderado, é que poderemos determinar a *forma*, os *meios* e o *método* de raid-surpresa.

PLANO

O nosso plano deverá responder, entre outros, aos seguintes pontos:

- a) o objectivo a atingir com o raid-surpresa;
- b) os efectivos que utilizaremos;
- c) se pretendemos liquidar parcialmente ou totalmente o inimigo;
- d) Em que parte do dia e a que horas será o raid efectuado.

O nosso plano deverá ser *bem detalhado*. Mas um plano *detalhado* só poderá ser elaborado na base de *informações detalhadas*.

Segundo MAO TSE TUNG, só se deve entrar em combates de que se está bem seguro.

Preparação do raid-surpresa

Este trabalho é de grande importância, devendo ser absolutamente condicionado à natureza da acção a desenvolver. Os planos não devem ser *uniformes* e *iguais* para todos os momentos. De maneira geral, devemos atender aos 5 pontos seguintes:

- 1) *Preparação moral:* O moral deve ser o mais elevado possível, recorrendo-se por via de regra aos seguintes princípios para o conseguir: Dar a conhecer aos guerrilheiros a impor-

tância do trabalho a executar, submeter à apreciação e discussão dos guerrilheiros o plano do ataque, definir com clareza as tarefas de cada guerrilheiro, obrigar todos os guerrilheiros a pronunciarem-se sobre a missão e sobre o plano. *Aproveitar a inteligência de todos.* Isto chama-se democracia no plano militar. *Nada de combates sem esclarecimento de ideias.*

- 2) *Preparação no plano de organização:* Isto significa a organização do destacamento ou destacamentos dos guerrilheiros. Estabelecer, de forma concreta e clara, a missão que cabe a cada guerrilheiro.

No caso de raid-surpresa inesperado é costume dividir-se o destacamento em grupos de combate: *grupo de explosão, grupo de assalto, grupo de fogo e grupo de escaladores.* Cada grupo pode ser constituído por três a quatro guerrilheiros bem adaptados à natureza da acção a desenvolver. Os grupos devem ser constituídos por guerrilheiros experimentados. O grupo deve constituir um todo sólido, unido e decidido.

- 3) *Preparação do material:* O material deve ser preparado antes do combate e em conformidade com o plano a executar.

Exemplos: Materiais de explosão (minas, granadas, etc.), materiais para escalagem (cordas, pranchas, etc.), materiais de iluminação (fósforos, outros fabricados por meios artesanais, canetas, escovas de dentes, etc.) material combustível (por vezes é necessário destruir fortificações do inimigo por meio de incêndio). Devem ser encarado os meios de transporte desse material sem que isso constitua embaraço para a realização da missão. A marcha deve ser o mais silenciosa possível e ninguém deve causar dificuldades ao outro.

- 4) *Sinais de ligação e comunicação:* Devem combinar-se com segurança os sinais de ligação, que podem ser: assobios, apitos, palmas, etc.; Deve-se combinar os sinais de reconhecimento dos guerrilheiros durante a noite, utilizado por exemplo particularidades no vestuário (exemplo: lenço branco em torno do pescoço ou da testa) de fácil identificação.

Combinar os sinais para o ataque, que podem ser o assobio, o acender de uma luz, a utilização de bomba ou balas de sinal, etc.

Combinar os sinais de retirada. Assegurar rigorosamente que os guerrilheiros decorem esses sinais. Como medida de

ordem prática, aconselha-se a não utilizar muitos sinais e a utilizar aqueles que possam facilmente ser fixados de cor, pela memória.

- 5) *Treinos antes do raid*: Se for possível e o tempo o permitir, deveremos fazer uma maquete (com barro ou outro material plástico) no qual se indiquem, com verdade, as nossas posições e as do inimigo. O estudo dessa maquete pelo destacamento, que vai executar o raid, é uma forma de treino.

O destacamento poderá fazer, ainda, um treino em terreno semelhante àquele em que a operação vai decorrer.

A marcha até ao inimigo

Esta operação consiste na progressão até ao inimigo. Devemos considerar os cinco pontos seguintes:

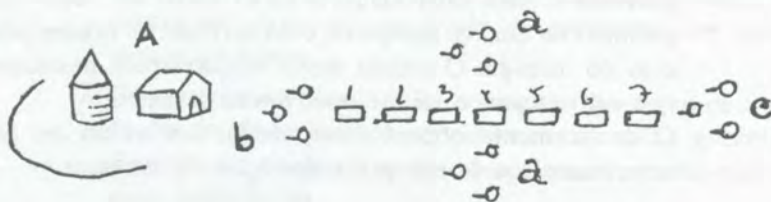
- 1) Antes da marcha devemos assegurar-nos de que o trabalho de preparação foi correcto. Verificar os materiais, o equipamento e os víveres de cada guerrilheiro (em geral cada guerrilheiro deve levar víveres para dois dias); investigar se o vestuário de cada guerrilheiro é correcto: o seu vestuário não deve atrasar a marcha, nem fazer barulho. Ver se o material do guerrilheiro bate contra as granadas quando ele anda, se os seus sapatos estão bem atacados, se o cinto está bem apertado, etc. *Neste exame, é mais útil dar importância às pequenas coisas do que às grandes coisas.*
- 2) Tornar o guerrilheiro consciente e apto para todas as eventualidades durante a marcha: encontro com o inimigo, passagens por regiões ocupadas pelo inimigo, ser descoberto pelo inimigo durante a marcha.

A marcha é feita, geralmente, *durante a noite*.

Se, ao passarmos perto de um acampamento inimigo, ouvirmos barulho vindo deles, isso não deverá significar, necessariamente, que o inimigo nos descobriu. As sentinelas inimigas fazem, a todo o momento, ruídos e barulhos com o fim de desmoralizar e amedrontar os guerrilheiros. Nada de fugir, infundadamente, de todos os ruídos. (*Exemplos*: o barulho do entrechoque dos fios de telefone – entrechoque esse provocado pelo vento – sugere o avanço de tanques). Há, ainda, o ladrar dos cães do inimigo, e os tiros que este costuma dar sem razão nem destino.

DISPOSIÇÃO PARA O ATAQUE

A disposição do destacamento, durante a progressão, deve estar de acordo com as disposições que o destacamento deverá adoptar na altura do combate que se tem em vista.



- | | |
|--------------------------|-----------------------------------|
| A - Posição do inimigo. | 3 - Grupo de escalada. |
| a - Grupos de flanco. | 4 - Grupo de assalto. |
| b - Grupos de vanguarda. | 5 - Grupo de reserva de assalto. |
| c - Grupo retaguarda. | 6 - Grupo de intendência (cozinha |
| 1 - Grupo de fogo. | víveres, vestuário, etc.). |
| 2 - Grupo de explosão. | 7 - Grupo de socorros médicos. |

FIG. 5

O número de guerrilheiros que compõem os “grupos de flanco” e os outros grupos do destacamento, varia de acordo com a importância dos destacamentos e da missão que se vai executar.

Os efectivos dos diferentes grupos não deverão ser necessariamente iguais. Esses efectivos podem variar de grupo para grupo. Vejamos, por exemplo, a movimentação dos grupos referido na Fig. 6.

O grupo de fogo toma posição para o ataque de forma a cobrir os outros que se movimentarão conforme a Fig. 6.

O grupo de socorros médicos compreende enfermeiros e médicos e é dotado do material necessário. Algumas vezes, o grupo de reserva de assalto intervém para aniquilar ou atacar o inimigo, no caso de este fugir.

Segredo durante a progressão

Quanto maior for o segredo, maior será a possibilidade de êxito. Os grupos devem avançar tranquilamente. Devem-se fazer desaparecer todos os vestígios capazes de permitir que o inimigo nos identifique e siga.

É necessário, por vezes, designar guerrilheiros para fazer desaparecer, com folhas e troncos de árvores, todos os sinais que nos

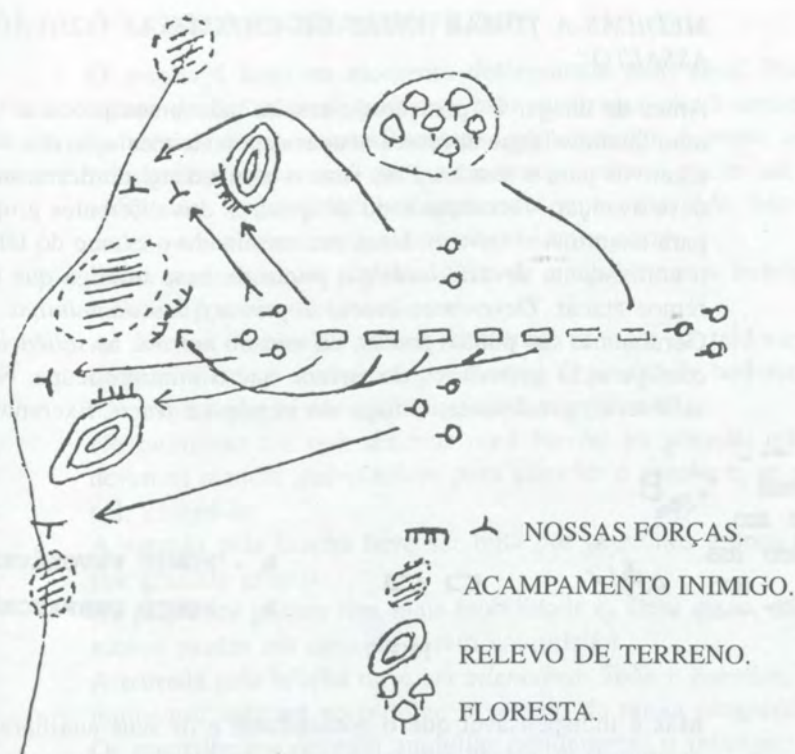


FIG. 6

possam denunciar ao inimigo. Por vezes, ainda, designam-se guerrilheiros para fazerem propositadamente traços que convençam o inimigo que nós vamos por uma direcção *contrária* àquela em que realmente vamos.

Numa palavra: *Fazer tudo para despistar o inimigo.*

Logo que o destacamento se encontre a certa distância da posição do inimigo, o comando deve:

- a) Mandar reunir o destacamento;
- b) Reexaminar tudo e controlar tudo.

Cada guerrilheiro deverá aproveitar esse momento para fazer as suas "necessidades".

Depois dessa paragem na marcha, o destacamento dirige-se para a "posição de assalto".

A "posição de assalto" é aquela que o destacamento toma antes de fazer o assalto.

MEDIDAS A TOMAR ANTES DE CHEGAR A “POSIÇÃO DE ASSALTO”

Antes de chegar à “posição de assalto”, devemos procurar o terreno favorável (que devemos ocupar depois) à instalação dos nossos efectivos para o assalto. Para isso, o comandante do destacamento deve avançar – acompanhado de quadros dos diferentes grupos – para examinar o terreno. Uma vez terminado o exame do terreno, o comandante deverá *decidir* o ponto da base inimiga que deveremos atacar. *Deveremos atacar o ponto fraco do inimigo.*

Geralmente são pontos *fracos*, ou mesmo *mortos*, as *saliências* da configuração geométrica do terreno que o inimigo ocupa. Nessas *saliências*, geralmente, o fogo do inimigo é *fraco*. Exemplo:

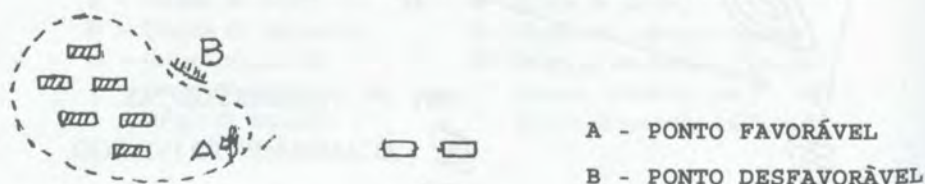


FIG. 7

Mas é indispensável que o comandante e os seus auxiliares não examinem as coisas mecanicamente. Às vezes, o inimigo reforça precisamente as *saliências* e desguarnea as *reentrâncias* do terreno (ponto B do esquema). Tudo depende, em última análise, das *informações* colhidas e dos julgamentos correctos do comandante.

Em geral, o ataque é feito sobre *um só* ponto. Mas podem-se escolher, ainda, mais *dois pontos secundários*. Mas seja qual for o número de pontos a atacar, é indispensável *concentrar* a nossa força principal e o nosso fogo sobre o ponto principal do ataque. Depois de estar tudo a postos, depois de ter sido dado o *sinal de assalto*, os diferentes grupos deverão movimentar-se para o assalto. É preciso, no entanto, uma *coordenação estreita* entre os diferentes grupos. Essa indispensável *simultaneidade* de movimento dos diferentes grupos é importante, mesmo pela falta de armas e munições em que os guerrilheiros geralmente se encontram. O avanço de uns a seguir aos outros, a economia de tempo, o cobrirem-se uns aos outros, – tudo isso é muito importante. Não devemos esquecer de enviar “guardas de flanco” para aqueles lugares onde poderão passar os reforços para o inimigo.

O ASSALTO PROPRIAMENTE DITO

O assalto é feito no momento determinado pelo *sinal*. No momento de dar o sinal, podemos usar um truque de diversão:

ao mesmo tempo, metralharemos, por exemplo, o ponto *sul*. O inimigo convencer-se-á que pretendemos atacar o ponto sul, levará as suas forças principais para esse ponto, mas nós, em realidade, vamos atacar imediatamente o ponto *norte*.

Fazer o assalto com rapidez, afim de aniquilarmos o inimigo de maneira por ele inesperada.

As formas de assalto variam conforme se trate de raid-surpresa não camuflado e de outros tipos de raid. O assalto de raid-surpresa não camuflado é, por exemplo, mais complicado.

No momento em que abrimos uma *brecha* na posição inimiga, devemos mandar guerrilheiros para *guardar a brecha* e, se possível, *alargá-la*.

A entrada pela brecha deve ser feita por pequenos grupos e não por grandes grupos.

Os pequenos grupos têm mais mobilidade e, além disso, dão-nos menos perdas em caso de serem aniquilados.

A entrada pela brecha deve ser *silenciosa*. Todo o barulho, nesse momento, indicará ao inimigo o sentido da nossa progressão.

Os guerrilheiros deverão aniquilar rapidamente o inimigo.

O inimigo vai, certamente, tentar resistir aos nossos assaltos; por conseguinte, convém-nos fazer *ataques sucessivos, por vagas*.

Se encontrarmos uma fortificação *sólida* do inimigo, não devemos persistir em atacá-la; mas deveremos, sim, designar efectivos para *isolar, fechar*, essa fortificação. Nós devemos atacar, *primeiro*, os pontos fracos; e depois de estes serem aniquilados, atacaremos a fortificação sólida. A regra é esta: Primeiro resolver os casos de fácil solução, e depois os casos de solução difícil.

É fundamental nunca esquecer de aproveitar todas as oportunidades e possibilidades de fazer trabalho *político* durante o assalto. O trabalho político pode facilitar a execução rápida da operação militar. (Exemplo de trabalho político: *angolanos não matam angolanos*).

O número de guerrilheiros dos destacamentos de assalto depende da força real do inimigo. Mas não devemos esquecer de que, nos combates tácticos, nós devemos possuir uma superioridade de 4, 5 ou 6 vezes maior do que o inimigo.

Armamento de fogo para o assalto

Pequenas metralhadoras e lança-granadas.

SAÍDA DO COMBATE

Porque o inimigo é superior a nós, devemos fazer um combate *rápido* e fazer tudo para terminar o combate na mesma noite em que o desencadeamos.

Mesmo que não tenhamos terminado o combate antes da madrugada, devemos *retirar antes da madrugada*.

Devemos considerar os três pontos seguintes:

- 1) Depois de liquidar o inimigo, devemos retirar imediatamente para um terreno favorável ao cumprimento das nossas tarefas ulteriores. Em caso de necessidade, podemos deixar no terreno de combate uma parte do destacamento afim de limpar o terreno e recolher os despojos do inimigo.

Logo que o destacamento chegue a um terreno novo, devemos estar prevenidos contra uma eventual vingança do inimigo e devemos estar prontos (moral e materialmente) para fazer face às campanhas eventuais do inimigo.

- 2) Devemos fazer a retirada enganando sempre o inimigo, de modo que este não saiba a direcção que tomamos. É isto que se chama "fazer uma demonstração a leste para dar o golpe a oeste". Por outro lado, pode-se para esse efeito de enganar o inimigo, deixar de dar o *signal* de retirada que o inimigo possa perceber como tal.

Ainda para enganar o inimigo, podemos fazer a retirada passando por uma aldeia a oeste, por exemplo. Os agentes do inimigo o saberão. Mas a seguir, mudaremos de rumo para leste, por exemplo. Esta táctica pode levar as forças do inimigo a lutarem *entre si*; pode ainda, levantar conflitos entre o inimigo e os seus agentes ou informadores.

Vejamos ainda, um outro caso concreto referente à retirada.

Suponhamos que atacamos uma base inimiga situada perto do ponto de encruzilhada de várias "regiões militares" inimigas, sob comandos distintos.

Se ao retirar, depois do ataque, em vez de irmos para o ponto B, nos dirigirmos para o ponto A (encruzilhada das regiões) o inimigo terá mais dificuldades para nos atacar. Porquê? Porque os comandos das regiões 1, 2 e 3 ficarão indecisos: nenhum deles saberá se lhe compete a ele atacar-nos.

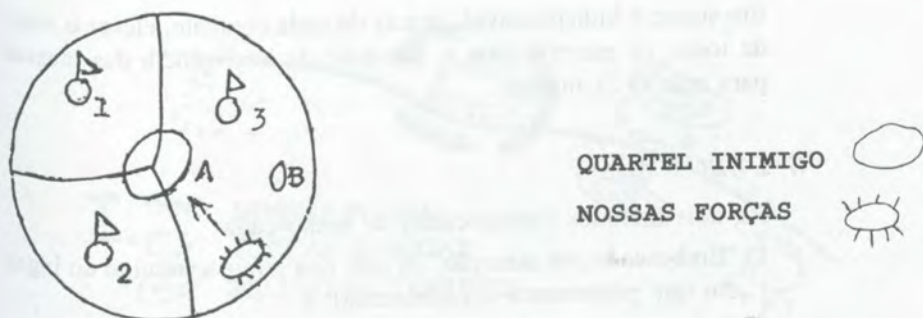


FIG. 8

Bons pontos são aqueles susceptíveis de serem controlados, ao mesmo tempo, por vários quartéis inimigos. Desse modo dirigindo-nos para esses pontos, poderíamos aprofundar eventuais contradições existentes no seio do inimigo.

- 3) Depois de liquidar o inimigo, e se este não está pronto a perseguir-nos, devemos distribuir os despojos, de que nos apoderamos, pelas massas populares, afim de estendermos a nossa influência nas massas.

ESTABELECEER O BALANÇO DO COMBATE

Depois do combate, o destacamento deve fazer um balanço da operação, afim de tirar *lições e experiências*. O comandante deve convocar o destacamento para uma palestra colectiva.

Entre outros, a palestra colectiva deverá tratar os seguintes pontos:

- a) Julgar a capacidade do comando.
- b) Julgar o comportamento dos guerrilheiros e o seu grau de disciplina.
- c) Analisar o mérito dos guerrilheiros e apreciar as suas façanhas heróicas, afim de os recompensar militarmente. (Trabalho de crítica e de autocrítica).

Os melhores guerrilheiros deverão ser convidados a entrar para o Movimento.

Desse modo, os guerrilheiros aprendem e, por outro lado, eleva-se a capacidade do comando.

Por meio dessas palestras, pratica-se a democracia de combate. Democracia em três domínios: económico, político e militar.

Em suma: é indispensável, depois de cada combate, elevar o nível de todos os guerrilheiros, e servir-se da inteligência das massas para educar as massas.

G) EMBOSCADA

Há dois métodos fundamentais de emboscada:

- 1) "Emboscada por atração" (a que visa atrair o inimigo ao lugar em que preparamos a emboscada); e
- 2) Emboscada camuflada.

EMBOSCADA CAMUFLADA

É aquela pela qual se espera que o inimigo passe por determinado lugar onde os guerrilheiros o esperam escondidos e camuflados.

Há 3 (três) espécies de emboscada camuflada:

- 1) Emboscada camuflada na base do conhecimento, que temos, das leis das deslocções do inimigo ao longo das linhas de comunicação;
- 2) Emboscada camuflada na base do conhecimento, que temos, das leis pelas quais o inimigo faz pilhagens e "limpezas".
- 3) Emboscada camuflada contra o inimigo que quer vingar-se dos nossos ataques ou que quer atacar-nos.

Em resumo: a emboscada camuflada depende do conhecimento perfeito, que tivermos, das leis de movimentação e dos hábitos militares do inimigo, bem assim como dos bons reconhecimentos que fizermos sobre o inimigo.

EMBOSCADA POR ATRACÇÃO

Este método depende da habilidade e da competência combativa de um comandante. Um bom comandante, não só sabe movimentar as suas tropas, digo, as suas forças, mas também as forças do inimigo.

Há 3 espécies de emboscada por atração:

- 1) Devemos servir-nos de pequenos grupos de guerrilheiros ou milicianos, que vivem nas aldeias ou nas regiões, para enviá-los como *isca* às regiões dominadas pelo inimigo, afim de *chamar* (atrair) este para o ponto onde lhe preparamos uma emboscada.

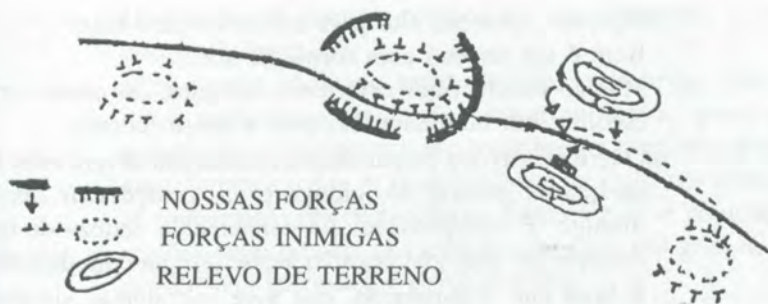


FIG. 9

- 2) Devemos servir-nos de pequenos grupos de guerrilheiros para cercar o inimigo e fechá-lo nas posições que ele ocupa. O inimigo pedirá certamente reforços. No entanto, nós preparamos uma emboscada para liquidar os reforços destinados ao inimigo cercado.
- 3) Devemos, habilidosamente, dar falsas instruções aos quartéis subalternos do inimigo, mas como se essas instruções fossem realmente dadas pelos quartéis superiores do inimigo. Essas instruções devem ter em vista a que os quartéis subalternos enviem, *para fora das suas regiões*, unidades de combate que serão aniquiladas por nós, por meio da emboscada.

ORGANIZAÇÃO DAS EMBOSCADAS EM GERAL

Para organizar qualquer espécie de emboscada, é indispensável resolver os seguintes pontos:

- 1) Fazer um bom *reconhecimento*: conhecer as saídas regulares do inimigo, o seu destino, o caminho que ele toma, a importância da sua força, a disposição da força inimiga, a combatividade da força inimiga, os meios de transporte de que ela se serve; se essa força inimiga vai ser bem guardada ao longo da marcha; quais são os seus meios de ligação.
Em suma: é indispensável termos um bom conhecimento da situação real do inimigo, afim de, em seguida, o julgarmos e decidirmos sobre a operação a executar.
- 2) Escolher o *terreno* onde se fará a emboscada.
Na escolha do terreno, é indispensável atender aos seguintes pontos:
 - a) O terreno deve ser-nos favorável: ou um relevo ou um vale.

Devemos estar no alto para atirarmos para baixo.

Bom é um terreno com forma de *saco*.

Mas ao escolhermos o terreno, devemos, *ao mesmo tempo*, escolher um bom caminho para a nossa retirada.

- b) O terreno em que preparamos a emboscada deverá estar *longe* do quartel general do inimigo e das *posições de apoio* do inimigo. É indispensável que tenhamos a certeza de que os reforços do inimigo chegarão a esse terreno com dificuldade;
- c) É bom que a população, que vive nas aldeias vizinhas do lugar da emboscada, seja consciente, seja incapaz de revelar ao inimigo a nossa presença, etc.

PREPARAÇÃO DA EMBOSCADA

a) Fazer um *plano bem detalhado* e ajustado às condições concretas que vamos enfrentar. No momento de realizar o plano, é necessário considerar, com inteligência e astúcia, todos os dados fornecidos pelos nossos reconhecimentos; e é necessário, ainda, não esquecer que o inimigo, à medida que vem combatendo com as nossas forças, vem-se apercebendo dos nossos métodos, processos, táticas e leis de combate. A regra é, pois: *enganar o inimigo habilmente*.

b) De acordo com as condições concretas, determinar o melhor método e a melhor espécie de emboscada.

Exemplo:

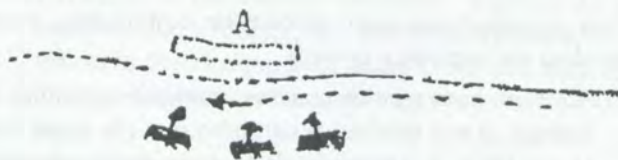


FIG. 10

No ponto A do esquema acima, há um fosso profundo que o inimigo fez para nos bloquear. Sendo assim, a emboscada deverá ser feita do outro lado do fosso.

Quando o inimigo passar em frente do fosso, atacá-lo-emos, e ele, não podendo saltar o fosso que *ele próprio cavou*, será aniquilado por nós.

A chave do êxito das emboscadas depende do facto de elas serem *imprevistas, inesperadas*, pelo inimigo.

Geralmente o inimigo começa por ser arrogante, é por isso, pouco vigilante.

Mas depois, ensinado pelas derrotas, o inimigo passa a ser muito vigilante: antes de ele avançar no terreno, passa a enviar agentes para fazer pesquisas e reconhecimento. Mas ainda neste caso, teremos todas as possibilidades de êxito nas emboscadas, se soubermos sempre escolher o terreno, e se as populações das regiões onde preparamos emboscadas tiver um grau notável de consciência patriótica e revolucionária.

- c) Precisamos de ser *flexíveis* na preparação das emboscadas.

A quantidade dos nossos efectivos, nas emboscadas, depende da força real do inimigo.

Exemplos de emboscadas:

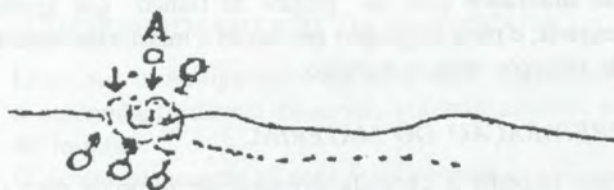


FIG. 11

No ponto A, há buracos e plantas espinhosas. Aí escondem-se 2, 3 ou 4 guerrilheiros, de modo que o inimigo os não possa descobrir facilmente.

A passagem do inimigo, os guerrilheiros sairão dos esconderijos, para o ataque, como se fossem rãs.

Segundo exemplo:

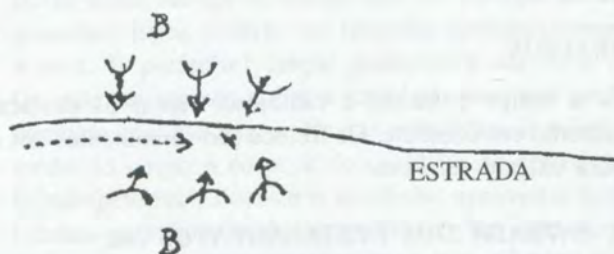


FIG. 12

Nos sítios B, a população constroe casas parecidas com as habituais casas da região. O inimigo não desconfiará dessas casas. No entanto, os guerrilheiros, vestidos civilmente, escondem-se atrás

de montes de barro e de terra e de montes de salalé (por exemplo), e atacam o inimigo quando este passar.

Mais uma vez: *é necessário sermos flexíveis nessas operações.*

PREPARAÇÃO MORAL

É semelhante à que se faz para desencadear raids-surpresa.

FORMAÇÃO DOS GRUPOS PARA AS EMBOSCADAS

Essa operação varia de acordo com o terreno e com a espécie de combates que iremos travar.

Em geral, utilizaremos 1/3 das nossas forças para formar o “grupo de fogo”; 1/3 para o “grupo de assalto”. Os restantes guerrilheiros são utilizados para os “grupos de flanco” que ajudarão a nossa retirada, e para os grupos que terão a missão de impedir a chegada de reforços para o inimigo.

PREPARAÇÃO DO MATERIAL

Para impedir a chegada eventual de reforços para o inimigo, é preciso destruir a estrada pela qual os reforços poderão passar. Pode-se por exemplo, espalhar *minas* nessas estradas.

Enfim, os guerrilheiros com missão de fazer emboscadas deverão preparar o material indispensável para actos de sabotagem.

SINAIS

O problema dos sinais para as emboscadas é semelhante ao raid-surpresa.

TREINOS

Se o tempo permitir, é vantajoso treinar os destacamentos que entrarão em combate. Os treinos são semelhantes aos que fazemos para os raid-surpresa.

A ENTRADA DOS DESTACAMENTOS NA “POSIÇÃO DE EMBOSCADA”

Devemos tomar em linha de conta os seguintes princípios:

- a) Antes de entrar na “posição de emboscada”, é preciso enviar sentinelas, guardas e agentes para vigiar o inimigo e informar os guerrilheiros.

- b) O nosso destacamento deve estar *absolutamente* camuflado. Camuflar, igualmente, os explosivos colocados ao longo da estrada. Utilizar explosivos de qualidades diferentes (se uma qualidade falha, a outra substitue-a imediatamente). Evitar utilizar uma só qualidade de explosivos.
- c) O destacamento deve possuir uma *paciência completa*.
- d) O comandante deverá convocar, no lugar da emboscada, os quadros dos diferentes grupos do destacamento, afim de discutir com eles as condições do terreno e o plano de combate. Depois dessa discussão, o comandante deverá fixar a cada grupo tarefas claras e bem definidas, *afim de evitar que, durante o combate, haja confusão e os grupos se liquidem mutuamente*.

O DESENCADEAMENTO DA EMBOSCADA

Logo que o inimigo entre na zona onde instalámos a emboscada, o comandante deverá observar, cuidadosamente, os movimentos do inimigo.

O desencadeamento só será feito quando o inimigo entre na zona de emboscada. Logo que o inimigo entre nessa zona, o comandante dará o sinal de ataque previamente combinado.

A este sinal, abriremos um fogo concentrado, poderoso, e dirigido para as *extremidades* da coluna inimiga. Nesse momento, se distinguirmos o comandante do destacamento inimigo, devemos ordenar o nosso melhor atirador para que o liquide.

Logo que o inimigo entre em confusão, deveremos iniciar o assalto. Quanto mais rápida for a nossa progressão, maior será o nosso êxito. Ao aproximarmo-nos do inimigo, devemos lançar-lhe granadas. Estas deverão ser lançadas *simultaneamente*, e não uma a uma. É preferível lançar granadas a dar tiros de espingarda. Quando estivermos sobre o inimigo, devemos preferir passar ao combate *corpo a corpo*. Nessas condições, o inimigo costuma ter medo do corpo a corpo e do combate de aproximação.

É indispensável, durante o combate, aproveitar todas as possibilidades para fazer trabalho político. (Ver raid-surpresa, capítulo "O assalto propriamente dito").

Os combates de decisão costumam durar apenas alguns minutos e mesmo alguns segundos. Por conseguinte, impõe-se que travemos esses combates com um *ritmo acelerado*.

Antes da operação, é indispensável atender ao estado físico dos guerrilheiros. Estes deverão estar em estado de boa mobilidade

física. (Se fizer, por exemplo, muito frio, os guerrilheiros, antes do assalto, deverão fazer pequenos exercícios físicos de movimentos). Em emboscadas contra *comboios de víveres* do inimigo, deveremos escolher caminhos estreitos e precipícios.

Ao atacarmos comboios (de motorizados ou outros), deveremos concentrar o fogo *nas duas extremidades* do comboio, afim de estabelecermos a confusão no seio do inimigo. Nas emboscadas contra comboios de caminhos de ferro, deveremos escolher pontes, túneis, ladeiras, etc.

Enfim, métodos diferentes de acordo com as diferentes condições.

SAÍDA DO COMBATE

A retirada deve ser rápida. O combate deve durar pouco tempo. Evitar sempre um prolongado contacto com o inimigo. Usar, para a retirada, a tática descrita no “raid-surpresa”. Evitar sermos perseguidos pelo inimigo.

REALIZAR O BALANÇO DA EMBOSCADA

Para realizar o balanço da emboscada, ver o que se disse a respeito do “raid-surpresa”.

H) SITUAÇÕES QUE PODEM SURGIR NA GUERRA DE MOVIMENTO

Como se sabe, a guerra de movimento é uma forma de luta contra um inimigo que goza de uma superioridade provisória. Todas as operações, numa guerra deste tipo, devem desenvolver-se no *maior segredo*, com o fim de surpreender o inimigo. Entretanto, em certas circunstâncias, podemos ser surpreendidos pelo inimigo e ser forçados a enfrentá-lo. Esse caso dá-se, quando, nas *deslocações*, os guerrilheiros “chocam” com as forças inimigas, ou quando os acampamentos e as posições dos guerrilheiros são *cercados* pelo inimigo. Nesta eventualidade, temos necessidade de saber como, nessas situações, podemos continuar a ter *iniciativa*, factor básico para se vencerem batalhas.

O tipo de guerra, que somos obrigados a travar nas circunstâncias referidas, é designado “GUERRA DE COLISÃO”.

Chamamos *guerra de colisão*: ao tipo de guerra *inevitável*, quando as duas partes se encontram frente a frente em virtude de “choque” ou cerco.

A guerra de colisão produz-se em geral, quando o inimigo e o destacamento de guerrilheiros fazem ambos *deslocações*, sem que, porém, um e outro conheçam, previamente, os movimentos respectivos. (Este facto sublinha e encarece o trabalho de *reconhecimento*, que devemos sempre fazer).

Há dois tipos de guerra de colisão:

- 1) Quando nos dirigimos num sentido e o inimigo vem no sentido oposto. (Vai-se dar, pois, um “choque”).
- 2) Quando nós preparamos o “choque” e conhecemos, previamente, a importância da força inimiga.

MÉTODOS DE COMBATE

No primeiro caso, devemos proceder da seguinte maneira:

- a) Se estamos a certa distância do inimigo e se a nossa força é superior à do inimigo, podemos decidir pelo combate imediato. Para a preparação do combate, devemos:

- 1) Ocupar imediatamente o terreno propício, dividir o nosso destacamento e ordenar as nossas forças a tomar posições.

- 2) Ser os primeiros a atirar sobre o inimigo.

Se tivermos êxito em ser os primeiros a nos movimentar, a tomar posições e a atirar sobre o inimigo, – é certo que a batalha será ganha por nós.

É indispensável que o comando tome decisão rápida e *ousada*.

- 3) Devemos, durante o combate, *observar* e *julgar* os movimentos e a importância da força inimiga. Logo que tenhamos bom conhecimento da importância da força inimiga, deveremos tomar nova decisão para responder à pergunta: Deveremos liquidar o inimigo *parcialmente* ou *totalmente*? E, então, prosseguiremos a progressão, se esta for imposta pela nova decisão tomada.

É indispensável que não nos esqueçamos da missão que temos de executar e que recebemos antes do “choque” inesperado com o inimigo.

Durante a batalha, não devemos esquecer as tarefas que nos esperam *depois* da batalha.

O destacamento não deve cair na *confusão*, em caso de choque inesperado com o inimigo. O bom treino e a boa disciplina de um destacamento são, por conseguinte, condições indispensáveis ao êxito, na guerra de guerrilhas.

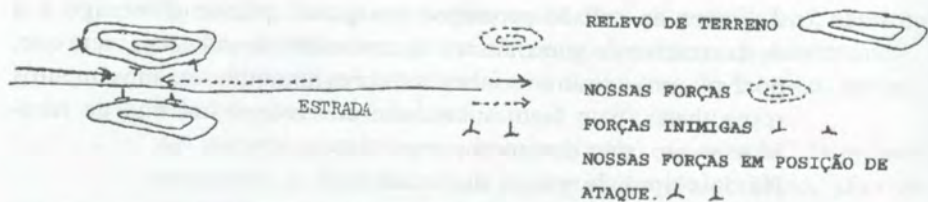


FIG. 13

- b) Se ele tem força superior à nossa, e se concluirmos que não temos possibilidade de o liquidar, mas, pelo contrário, corre-mos o risco de ser destruídos se o atacarmos, devemos renun-ciar ao combate e devemos ocultar-nos de forma a que o ini-migo passe *sem nos ver*.

OUTRO CASO: é o caso que se dá quando preparámos previa-mente o choque e, *ao mesmo tempo*, conhecemos a importância da força inimiga.

Para este caso,

- 1) Devemos ter a certeza do *itinerário* do inimigo;
- 2) Devemos saber *quanto tempo* levaremos para chegar ao ponto onde queremos fazer a emboscada;
- 3) Devemos partir a tempo de ocupar o terreno propício, afim de liquidar o inimigo.

COMO QUEBRAR OS CERCOS?

Geralmente, o inimigo cerca-nos nos casos em que fomos *impru-dentes*.

Como quebrar os cercos?

1.^a HIPÓTESE:

Suponhamos que somos cercados pelo inimigo em 3 direcções; suponhamos ainda que o inimigo tem forças superiores às nossas; suponhamos, finalmente, que é *dia* e, portanto, corremos o risco de ser vistos claramente pelo inimigo.

Como agir nestas circunstâncias?

- 1) Logo que chegue a noite ou a madrugada, devemos fazer reco-nhecimentos para ver se há *lacunas* no cerco inimigo.

2) No caso de haver *lacunas*, isto é, se o cerco for *parcial* devemos preparar grupos que nos permitam furar o cerco.

Se o cerco for *total*, se estivermos completamente cercados, devemos:

- 1) Fazer reconhecimentos para saber qual é o ponto mais fraco do inimigo. Os reconhecimentos, nas condições de cerco total, são feitos com *binóculo* ou com *tiros*.

O reconhecimento com tiros é feito com duas metralhadoras. Com estas duas metralhadoras atiramos, sucessivamente (não ininterruptamente) para todas as direcções do cerco inimigo. *Mas devemos fazer o menos de fogo possível*. Fazendo fogo em todas as direcções sobre os diferentes pontos do cerco inimigo, vamos conhecendo, pela intensidade ou ausência de resposta do inimigo, o seu ponto fraco ou os seus pontos mais fracos. Entretanto nesta operação, devemos proceder de forma a que o inimigo não possa conhecer a qualidade e a quantidade da nossa força. Se, por exemplo, possuímos dez metralhadoras, pois isso fará o inimigo conhecer totalmente as possibilidades das nossas forças e levá-lo-á a fazer um plano capaz de nos destruir.

É importante que, antes de rompermos o cerco, o inimigo não se aperceba, de qualquer modo, do número de efectivos das nossas forças, do número de metralhadoras e de morteiros que possuímos. O inimigo deve ser mantido ignorante de tudo isso até o momento de executarmos a decisão de romper o cerco.

Geralmente, os pontos mais fracos do inimigo são aqueles:

- a) onde estão tropas-fantoches (africanos que servem no exército inimigo);
- b) onde se juntam dois destacamentos inimigos sob comandos diferentes; ou
- c) onde se juntam um destacamento formado por tropas originárias do país colonialista e um destacamento formado por tropas-fantoches.

Feito o reconhecimento, o comando deverá decidir por qual ponto deveremos sair, isto é, romper o cerco.

Antes, porém, de fazermos a saída, devemos executar um truque de diversão; por exemplo: faremos uma falsa ofensiva a *oeste* (afim de enganar a atenção das forças inimigas que se encontram ao norte e ao sul) mas deveremos *realmente* fazer a saída a *leste*.



TTTT FORÇAS INIMIGAS.

— NOSSAS FORÇAS CERCADAS.

x PONTOS DE JUNÇÃO.

1 e 2 - DESTACAMENTOS DE INIMIGOS PUROS.

3 - DESTACAMENTOS DE FANTOCHES

FIG. 14

2.^a HIPÓTESE:

Esta segunda hipótese é aquela pela qual as nossas forças rompem o cerco às escondidas, de forma oculta, sem que o inimigo saiba, nem nos veja.

Suponhamos que o inimigo cerca as nossas tropas por meio de um *cerco largo* (cintura de envolvimento *larga*).

Neste caso, a primeira medida a tomar por nós consiste em impedir que o inimigo se aproxime de nós, impedir que ele aperte o cerco, a cintura de envolvimento. Para isso, devemos desencadear sobre o inimigo um fogo *activo, cerrado*.

Porque devemos desencadear esse fogo *activo* sobre o inimigo? Porque quanto mais *largo* for o cerco, mais lacunas ele terá; e, contrariamente, quanto mais apertado for o cerco, menos lacunas terá ele.

Se, por exemplo, formos cercados de madrugada, devemos persistir durante todo o dia até à noite, no esforço de alargar o cerco, afim de, à noite, encontrarmos a lacuna ou lacunas por onde deveremos sair.

Geralmente, depois de um dia de batalha, o inimigo está fatigado. É evidente, ainda, que as tropas inimigas, que mais tempo estiveram expostas ao sol e ao calor, são as que mais acusam cansaço, depois de uma jornada de batalha.

Habitualmente, a direcção, que vai ter a uma fortaleza (fortificação) inimiga é geralmente fraca, pois o inimigo “conta” com o apoio das fortalezas que estão à sua retaguarda.

Ao sairmos do cerco, devemos partir de vários “*pontos de partida*” e às escondidas.

O comandante não deverá esquecer-se de fixar o lugar onde se deverão reencontrar os nossos grupos, depois de romperem o cerco.

Ao sairmos do cerco, devemos estar preparados e prontos para dar batalha, se for necessário. Para fazer face a esta eventualidade, devemos transportar *à frente* o nosso fogo principal. Mas mesmo que a eventualidade de dar batalha seja quasi certa, nada nos deve impedir de sair *às escondidas*. Uma saída com todas essas exigências deverá ser bem preparada, e não feita às cegas. Não devemos sair como pastor conduzindo as suas ovelhas.

Para sair às escondidas, devemos dar toda a importância ao *segredo* e à *rapidez* dos nossos movimentos. Proibir de tossir, de fumar, de fazer luz e fogo; marchar com os pés descalços; os equipamentos de cada guerrilheiro devem estar bem amarrados, e assegurar que eles não façam ruído quando os guerrilheiros marcharem.

Evitar a confusão, conservar a tranquilidade, a calma e a lucidez, em todas as fases do combate.

SAÍDA A COBERTO PELO TIRO, PELO FOGO

Também se pode fazer uma saída a coberto pelo fogo (tiros).

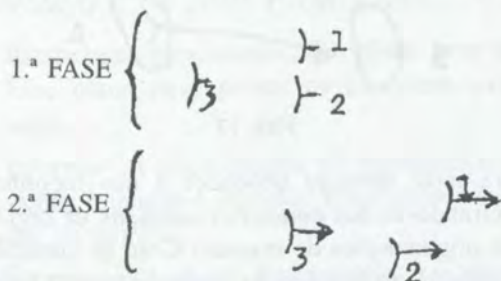


FIG. 15

MÉTODOS:

- 1) Um grupo protege a saída do outro. O grupo A protege a saída do grupo B; o grupo C protege a saída do grupo A. Assim sucessivamente. *Nada porém de saírem vários grupos de uma só vez.*
- 2) Três (3) grupos avançam. O terceiro grupo, atrás, protege a saída dos dois que avançam. Mas destes dois, um sai primeiro, o outro depois. Cada um por sua vez. Para romper, dessa maneira, um cerco, a calma é totalmente indispensável.

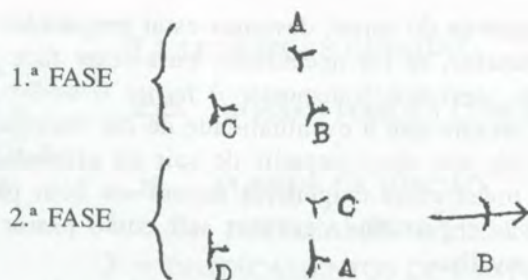


FIG. 16

AS GARANTIAS DO COMBATE

Como avançam os destacamentos de guerrilheiros?

Para que um destacamento avance, com êxito, de um lugar ao outro, devemos atender aos seguintes princípios:

- 1) *Preparação*: Antes de iniciar a marcha é indispensável um bom reconhecimento. Suponhamos que um destacamento se desloca do ponto A para o ponto B.



FIG. 17

Para isso, deve-se proceder a um reconhecimento prévio, inteirando-se das *condições políticas* da região a atingir: Existem organizações de massas? Grau de consciência das massas? Influência do inimigo na região referida? Existem famílias das nossas tropas? Haverá, nessa região ou aldeia, organizações do nosso Movimento? Que influências exercem, nessa região, o nosso Movimento e as outras organizações patrióticas? Haverá aí, organizações religiosas e reaccionárias? De que modo exercem o inimigo e os soldados-fantoches a opressão e exploração da região B? Haverá, aí, famílias cujos membros são soldados-fantoches?

- 2) *Condições militares*: Devemos também, com o reconhecimento, inteirarmo-nos das possibilidades militares do inimigo na região que pretendemos atingir. Inteirarmo-nos da distância que temos de percorrer. Conhecer as distâncias que separam "pontos de apoio" do inimigo. Qual é a importância das forças

inimigas que acampam no ponto B? Que atenção dá o inimigo à região B? (no caso de termos já dado batalha ao inimigo na região B, é certo de que o inimigo dá atenção a essa região). Prever todas as eventualidades que se poderão dar ao longo da nossa marcha.

Outras condições a atender:

- Quais são os usos e costumes da população da região B? (É fundamental respeitar esses usos e costumes da população).
- Quais são as condições de *habitação* na região B? (O comandante deverá estabelecer onde se alojará o destacamento, na região B).
- A região B tem víveres suficientes ou não? Quais são as condições económicas da região?
- O comandante determinará por onde o destacamento fará a sua progressão, e em que condições. Por que caminhos passaremos? A que horas será a partida?

O AVANÇO E OS SEUS PROBLEMAS

- 1) Estabelecer previamente, um plano bem detalhado.
Esse plano deve prever os encontros eventuais com o inimigo.
- 2) Informar os guerrilheiros do itinerário e de todas as disposições relativas à marcha. Ensinar-lhes todas as eventualidades da marcha.
- 3) É conveniente fazer deslocações *cada dia*.
- 4) Recorrer a um *guia*, quando não conhecemos suficientemente o caminho por onde vamos passar.
- 5) A disposição dos grupos de guerrilheiros, durante a marcha, deverá estar de acordo com um *plano* que encare a possibilidade de fazer face a todas as eventualidades.
- 6) No decurso da marcha, faremos o necessário para que descubramos o inimigo *antes* de ele nos descobrir.
- 7) Desde que descubramos o inimigo, devemos fazer o necessário para que o nosso destacamento se espalhe e tome posições; e ter a *iniciativa* de atirar sobre o inimigo. (Este assunto já foi tratado atrás).

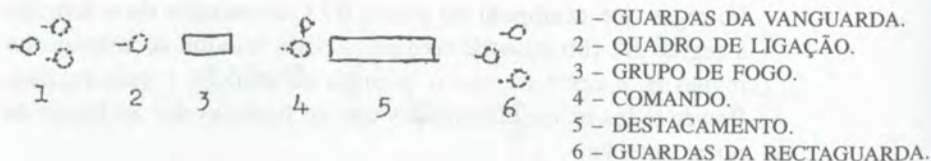


FIG. 18

- 8) Assegurar as ligações entre as várias partes do destacamento.
- 9) Vigiar os movimentos do inimigo. Para isto, utilizaremos “guardas da vanguarda”, bem armados, que tenham a missão de nos informar sobre os movimentos e a qualidade e quantidade da força do inimigo.
- 10) Utilizar um “quadro de ligação”, o qual terá a missão de comunicar ao destacamento as observações do “guardas da vanguarda”.
- 11) Atrás do destacamento, deverá haver, igualmente, “guardas da retaguarda”, os quais terão a mesma missão que os “guardas da vanguarda”.
- 12) Se necessário, colocaremos atrás do destacamento outro “grupo de fogo”.
- 13) Se necessário, colocaremos, nos dois flancos do destacamento, “guardas dos flancos”.
- 14) O inimigo costuma cavar fossos; logo, os guerrilheiros deverão transportar consigo instrumentos para vencer os fossos. Cada um desses grupos é designado por: “grupo de ajuda mútua” deve possuir uma *corda longa e forte*.
- 15) No caso de termos de subir as ladeiras dos fossos ou dos vales, não deveremos deixar quaisquer traços ou sinais que denunciem a nossa passagem.
- 16) O comando deve encontrar soluções para todas as eventualidades; estar em contacto permanente com os guardas da vanguarda, da retaguarda e dos flancos; estar *ao corrente* de tudo quanto se passe ou possa vir a suceder.
- 17) O avanço é feito à coluna simples (*fila indiana*).
 Na marcha, durante o dia, a distância entre os guerrilheiros pode ser convenientemente grande; durante a noite, essa distân-

cia deve ser pequena. De noite a marcha deve ser rápida e sem barulho.

- 18) Se possível, o vestuário dos guerrilheiros deve ser tal, que possa ser vestido ao direito e ao avesso. As cores do tecido do direito e do avesso devem estar de acordo com as conveniências da *camuflagem*.

No avesso, o vestuário pode ser, por exemplo, negro – cor boa para marchar à noite.

- 19) Se fizer frio, quando se dorme, metem-se os pés nas mangas do capote.

- 20) Cada guerrilheiro deve transportar pão seco, milho, arroz ou feijão, para meter na boca quando tiver de tossir. Assim não fará barulho.

- 21) Deve-se marchar a uma velocidade de 5 quilómetros por hora, e *repousar* de 10 a 10 quilómetros.

Nesses repousos, os guerrilheiros não devem dormir. Estabelecer um sistema de sentinelas.

- 22) Os guerrilheiros deverão fazer as suas “necessidades” de maneira organizada, e não todos de uma vez ou ao livre arbítrio de cada um. O “papel de retrete” deve ser bem ocultado. Não defecar nas estradas, nem em sítios onde os agentes especiais do inimigo possam descobrir traços da nossa passagem. Defecar no meio das ervas, distante das estradas. Em resumo:

Fazer desaparecer todos os traços nossos. Se necessário, organizar um pequeno grupo, que será colocado atrás do destacamento, e que terá a missão de fazer desaparecer todos os nossos traços.

CHEGADA AO DESTINO

Em geral, antes de chegar ao destino, deve-se organizar um pequeno “grupo de vanguarda”, que deve ser o primeiro a chegar ao lugar de destino para aí fazer um reconhecimento. O destacamento deverá manter contacto permanente com esse “grupo de vanguarda”.

À chegada ao destino (região B), não devemos precipitar-nos para entrar imediatamente na região. A primeira coisa a fazer é: *instalar o destacamento num terreno propício*.

1) PRINCÍPIOS A TER EM CONTA DURANTE O ESTACIONAMENTO

1) Medidas a tomar: é evidente que o estacionamento exige um *conhecimento total da região* onde pretendemos estacionar. Para isso, é indispensável um bom *reconhecimento* e o *contacto com as organizações de massa* da referida região.

Para estes efeitos, antes do destacamento entrar na região (ou na aldeia), é conveniente enviarmos a ela um grupo de “observadores” munidos de armas. Será vantajoso, se esse grupo de “observadores” for armado por guerrilheiros *nascidos* nessa região (ou nessa aldeia). Se nessa região (ou aldeia) houver uma organização do Movimento ou um órgão de poder de Estado revolucionário local, o grupo de “observadores” deverá pôr-se em contacto com essas organizações locais. Devemos fazer todos os esforços para estabelecer um verdadeiro *bloqueio de informações ao inimigo*. Durante o estacionamento, devemos estar sempre *prontos para responder* a qualquer ataque ou cerco do inimigo.

Para este efeito, é indispensável estabelecermos, previamente, um *plano detalhado*, destinado a fazer face a um eventual cerco do inimigo. Dar a conhecer esse plano a todos os guerrilheiros. Ao estabelecer esse plano, deveremos estabelecer e dar a conhecer *apenas aos guerrilheiros* os seguintes sinais:

- sinal de observação (sentinelas, etc.);
- sinal de ligação;
- sinal de passe;
- sinal de reconhecimento;
- sinal de retirada.

É importante que mudemos, cada dia, pelo menos os sinais de *reconhecimento* e de *passe*.

O nosso acampamento deverá ser instalado no lado *oposto* àquele em que o inimigo se encontra.

Suponhamos que entramos numa aldeia: Devemos ocupar imediatamente pontos elevados desta, de preferência casas, sobretudo as periféricas (estes pontos permitem-nos dominar a aldeia e vigiar a movimentação do inimigo).

Suponhamos que o inimigo se aproxima para nos atacar com vinte soldados, número esse inferior às nossas forças.

Neste caso, devemos deixar que o inimigo penetre na aldeia, para o liquidar em seguida.

Se o inimigo se aproxima com *cinquenta soldados* (número este muito sério para as nossas forças), devemos cercá-los e liquidá-los fora da aldeia, para evitar as consequências do combate sobre a população. Se a força do inimigo é superior às nossas forças, devemos evitar o combate. Não devemos deixá-las aproximar-se de nós. Devemos fazê-las dispersar, atirando sobre elas, com metralhadoras, a uma distância de 400 metros e impedir a progressão do inimigo! E aproveitando o recuo deste, o nosso destacamento deve retirar-se.

Durante o estacionamento, os guerrilheiros devam evitar dormir; e no caso de não poderem resistir ao sono, devem fazê-lo na posição sentada, *abraçados à arma*, além de poderem entrar imediatamente em combate no caso de necessidade. Durante o estacionamento, devemos proceder à intensa propaganda política entre os habitantes da aldeia, dando-lhes a conhecer, de forma clara, as razões da nossa luta, os nossos objectivos e a política do Movimento, e exortar a população à luta contra o inimigo. Proceder à limpeza de traidores. Devemos vigiar, por meio das massas populares, as pessoas susceptíveis de não merecerem a nossa confiança.

J) MEDIDAS A TOMAR CONTRA PARAQUEDISTAS E CARROS

As medidas a tomar contra paraquedistas e carros podem ser divididas em dois grupos:

- *Medidas positivas*: consistem em usarmos armas especiais contra tanques e carros de assalto e armas anti-aéreas.
- *Medidas de carácter negativo*: que derivam do facto de não termos essas armas e constituem-se dos seguintes recursos: levantar obstáculos contra os tanques; usar a camuflagem e abrigos individuais contra aviões.

DEFESA ANTI-AÉREA

Devemos adoptar as seguintes medidas contra os ataques aéreos: estacionar ou acampar longe de objectivos, propriedades, edifícios, etc. susceptíveis de serem bombardeados. O inimigo geralmente bombardeia as árvores nos arredores das aldeias. Não esta-

cionar junto das grandes chaminés por serem pontos susceptíveis de bombardeamentos inimigos.

Suponhamos que é dado o alarme de um ataque aéreo: Os destacamentos devem dispersar imediatamente, tomar os abrigos previamente construídos, instalar sentinelas em pontos especiais (colinas), que vigiarão a direcção do voo do inimigo. Nos abrigos, devemos proteger a cabeça com capacetes de aço. Se tivermos de sair dos abrigos, devemos transportar, sobre o capacete, ramos de árvores para *camuflar*. Nas ruas devemos andar bem encostados às paredes dos edifícios. Nada de precipitações. Quando os aviões sobrevoam a aldeia, devemos *agachar-nos*. Se um grupo de guerrilheiros tiver de andar nas ruas, deverão manter distância entre eles. Evitar tudo que possa dar sinais aos aviões inimigos: tais como fogueiras.

Para enfrentar bombardeamentos, cada guerrilheiro deve ser obrigado a construir dois ou três abrigos.

Devemos fixar com a indispensável oportunidade, a disciplina a observar em caso de alerta.

Só quando os aviões inimigos se afastam da aldeia e perdem a aldeia de vista, é que se pode permitir a saída dos abrigos e as deslocações das pessoas.

Devemos fixar, previamente, com as *sentinelas* que vão para as colinas, *sinais*, pelos quais eles nos informem a aproximação, a direcção e o afastamento dos aviões.

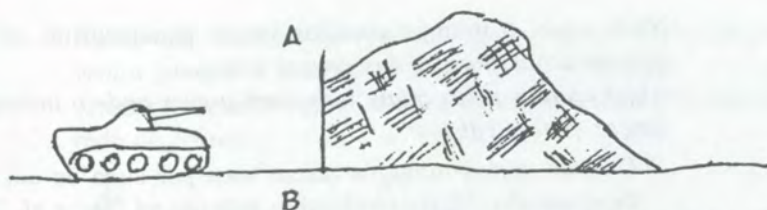
Esses *sinais* poderão ser transmitidos, por exemplo, por meio de *apito*.

É possível abater aviões com espingardas e metralhadoras. Logo, organizar um grupo de fogo para esse fim. A acção desse grupo de fogo obrigará, pelo menos, os aviões inimigos a voar mais alto e a não "ficar".

DEFESA ANTI-CARRO

Contra os motorizados, podemos levantar obstáculos nas estradas. Destruir as estradas com escavações, com a abertura de rampas, com minas, ou fazendo *armadilhas* onde carros e tanks cairão.

Quando o inimigo lança um ataque com tanks à frente e infantaria atrás, devemos deixar passar os tanks e, em seguida, atacar a infantaria. Depois de *aniquilarmos a infantaria, os tanks não terão em que se apoiar*.



A COLINA É CORTADA PELA LINHA A-B. ASSIM, O TANK NÃO PODERÁ SUBI-LA.

FIG. 19

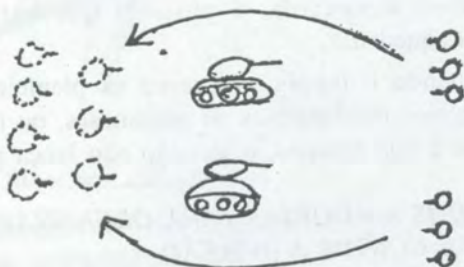


FIG. 20

Para combater o tank, o guerrilheiro deverá procurar colocar-se *muito perto* do tank, porque o canhão deste tem um ângulo de mobilidade muito estrito.

Destruir a "lagarta" (a correia de dentados que contorna as rodas). Basta destruir *um anel* da "lagarta" para o tank não andar. Utilizar minas anti-tanks.

Os tanks têm *duas* aberturas: uma sobre a torre e outra por onde entra e sai o condutor.

Em geral a parte de trás dos tanks é e menos sólida. É nesse sítio onde se encontra também o motor. Devemos, pois, atacar a parte de trás com "coktails". (Ver brochura sobre explosivos).

BATALHA CONTRA PARAQUEDISTAS

O inimigo faz geralmente uso do páraquedismo nos seguintes casos:

- 1) Para lançar, durante a noite, agentes especiais de espionagem, munidos de aparelhos de rádios e de armas.
Logo que esses agentes aterram, eles fazem imediatamente a camuflagem para entrar e esconder-se na floresta.
- 2) Quando o inimigo prepara uma ofensiva em massa contra nós.

Neste caso, o inimigo costuma lançar paraquedistas *na retaguarda e nos flancos das nossas forças*.

Alguns sinais pelos quais se poderá prever onde o inimigo vai lançar paraquedistas:

- a) Quando aviões inimigos fazem voos por cima de um ponto determinado. (É possível que o inimigo vá lançar aí, “agentes especiais”).
- b) Quando na esquadrilha de aviões inimigos se encontram alguns *bombardeiros* e quando essa esquadrilha sobrevoa a nossa retaguarda, é possível que o inimigo vá lançar paraquedistas.
- c) Quando o inimigo sobrevoa as planícies. (Em geral, nas regiões montanhosas ou pantanosas, ou lodosas; nas florestas e nos arrozais, o inimigo não lança paraquedistas).

MÉTODOS A ADOPTAR PARA ORGANIZAR A DEFESA CONTRA A AVIAÇÃO

- a) Instruir as massas populares a defenderem-se dos paraquedistas;
- b) As milícias populares e as massas populares, nos países extensos como Angola, jogam um grande papel na defesa contra o páraquedismo.

As milícias populares deverão ter a tarefa permanente de *procurar e prender* todos os “agentes especiais” lançados por páraquedas.

BATALHA CONTRA O PÁRAQUEDISMO

- 1) Em todas as regiões favoráveis ao lançamento de paraquedistas, devemos colocar *forças principais*.
- 2) No momento em que os paraquedistas descem, devemos alvejar a tiro o *pano* do páraquedas. Este rasgar-se-á e o páraquedista sofrerá uma queda mortal ou de consequências graves.

M) DESTRUIÇÃO DE VIAS DE COMUNICAÇÃO

Essa destruição está dentro do problema geral da transformação do terreno.

Destruir consiste em inutilizar o sistema de comunicações do inimigo, afim de paralisar os seus movimentos e as suas operações com unidades motorizadas.

Como nós marchamos a pé, não temos meios de transporte, devemos obrigar o inimigo a marchar também a pé.

Transformação do terreno das planícies: Nestas cavaremos uma rede de fossos.

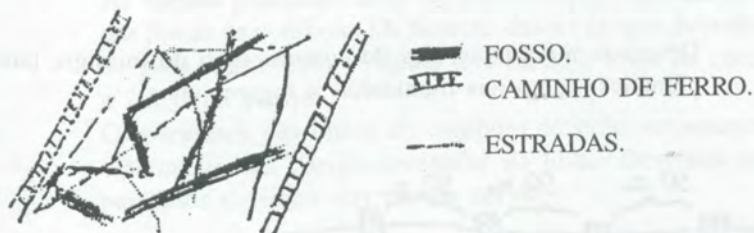


FIG. 21

O que fazer nas estradas?

Estas deverão ser transformadas em fossos. Estes fossos deverão ter uma profundidade entre 1 metro a 1,80 m. A largura dos fossos deverá ser tal, que permita a passagem das nossas charretas, mas que não permita a passagem dos veículos e motorizados do inimigo.

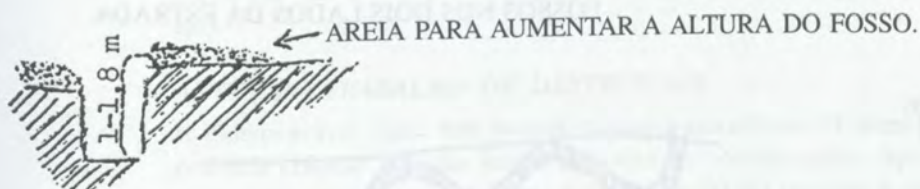


FIG. 22

Os fossos nunca causam inconvenientes à população, mas apenas ao inimigo. Dentro dos fossos, de 50 a 50 metros ou de 100 a 100 metros, devemos construir espécies de "praças", para permitir o cruzamento das nossas charretas.



FIG. 23

Os fossos nunca são cavados a direito, mas sim aos zig-zags.

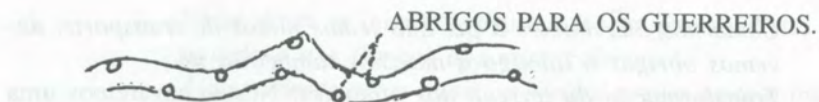
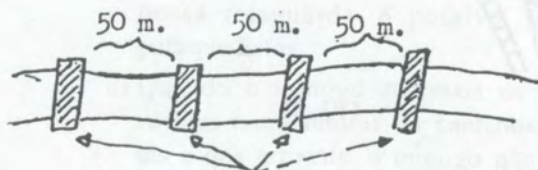


FIG. 24

Devemos *sabotar* as vias de comunicação do inimigo, tanto nas planícies, como nas montanhas e lugares altos.

1)



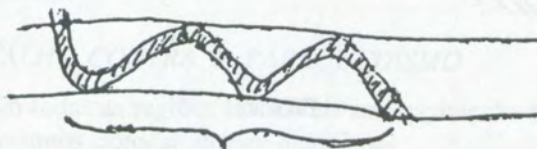
FOSSOS. TIRAR A TERRA DA SUPERFÍCIE DA ESTRADA.

2)



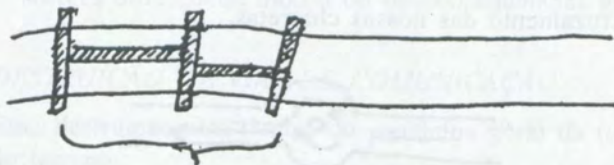
FOSSOS NOS DOIS LADOS DA ESTRADA.

3)



3 METROS.

4)



4 METROS. EM FORMA DE T.

FIG. 25

Destruir, *com explosivos*, pontes, vias férreas, etc. do inimigo. *Para trabalhos de destruição poderemos e deveremos mobilizar as massas populares.* Organizaremos as massas populares em grupos de 20 a 30 pessoas.

As massas populares deverão, por exemplo, arrancar os parafusos das linhas de comboio. Os homens desses grupos deverão munir-se de paus fortes, com os quais levantarão a linha de comboio para a voltar ao avesso.

Os parafusos das linhas de comboio deverão ser arrancadas principalmente nas *curvas apertadas* da linha. Devemos arrancar os parafusos da linha *exterior* da curva.



DESAPARAFUSAR E TIRAR OS PARAFUSOS
DA LINHA EXTERIOR, NAS CURVAS.

FIG. 26

É preciso saber escolher os pontos chaves dos objectivos a destruir. Interessa-nos sobretudo destruir os pontos de *difícil reparação* (os que estão, por exemplo, em lugares altos, ou nas pontes).

ANTES DO TRABALHO DE DESTRUIÇÃO

É indispensável fazer um *reconhecimento minucioso*. O inimigo costuma colocar *guardas* longo das vias de comunicação. Aproveitaremos, portanto, as lacunas e as ausências do inimigo e dos seus guardas.

PREPARAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE DESTRUIÇÕES

- 1) Os guerrilheiros deverão instalar sentinelas ou guardas em todos os pontos de onde o inimigo possa surgir.
- 2) Os guerrilheiros estarão de vigilância e prontos a enfrentar uma eventual chegada do inimigo. *São as massas populares, devidamente guardadas, que executarão as destruições.*
- 3) Para um trabalho organizado de destruições, deveremos criar destacamentos de gentes do povo. Esses destacamentos deverão ser divididos em *grandes, médios e pequenos*. Os quadros do

nosso Movimento, que vivam nas localidades, dirigirão esses “destacamentos de destruição”

- 4) Ensinar e fixar as massas populares as tarefas que elas deverão executar, bem assim como as medidas que deverão tomar em casos de dificuldades.
- 5) As massas populares deverão possuir e transportar os seus próprios instrumentos de destruição. As massas populares conhecem geralmente o terreno onde actuarão.
- 6) Em casos de dificuldades, os guerrilheiros deverão proteger a retirada das massas populares. Evitar que estas sejam atingidas pelo inimigo.
- 7) A retirada das massas deve ser sempre de maneira organizada.
- 8) A protecção às massas populares deverá ser feita de forma que elas deverão poder regressar sempre às suas aldeias.

RELAÇÕES ENTRE A DESTRUIÇÃO E A TÁCTICA CONTRA O INIMIGO

A destruição é parte integrante da guerra. De um lado, nós fazemos destruições; do outro lado, o inimigo fará tudo para impedir que destruamos o que lhe é útil.

A guerra de destruição é feita, geralmente de 3 maneiras:

- 1) Faz-se uma destruição para atacar depois o inimigo.

Exemplo: Mobilizam-se as massas populares para destruir a estrada X. Depois desta destruição, o inimigo tentará vingar-se sobre as massas.

Prevendo esta atitude, as forças principais dos guerrilheiros concentram-se, previamente, num ponto *conveniente*. (Se previrmos a possibilidade de o inimigo surgir de várias direcções, nós nos concentraremos no ponto fraco do inimigo). O nosso ataque será desencadeado, ou quando o inimigo *avançar*, ou quando ele *regressar*. Tudo depende das circunstâncias e das condições e moral do inimigo.

- 2) Destruição e ataque, *ao mesmo tempo*.

Exemplo: No momento em que as massas populares fazem destruições, os guerrilheiros atacam as posições inimigas.

- 3) Primeiro, ataque; depois, destruição.

Exemplo: Atacamos a base A. A base B do inimigo enviará reforços para a base A.

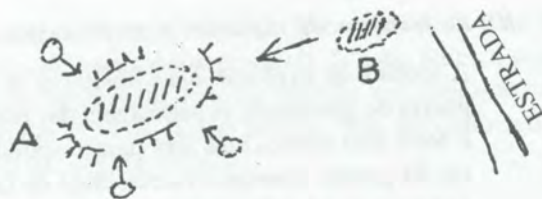


FIG. 27

Deste modo, o inimigo desguarnecerá a estrada, que será destruída, em seguida, pelas massas populares.

MOBILIZAR AS MASSAS POPULARES E APOIAR-SE NELAS

As massas populares são o apoio principal da destruição das vias de comunicação do inimigo. Sem as massas populares, os guerrilheiros terão enormes dificuldades (e êxito problemático) para executar tal tarefa.

Mas nunca devemos esquecer que as massas populares precisam sempre de ser *cobertas e defendidas* pelos destacamentos de guerrilheiros. As experiências da guerra popular na China, no Viet-nam, etc. demonstram que as massas populares podem desempenhar um papel importantíssimo, decisivo e encorajante na “guerra de destruição”.

V – TÉCNICA DE EXPLOSÕES – FABRICAÇÃO E APLICAÇÃO DE EXPLOSIVOS

1) Domínios da guerra de guerrilhas em que é aplicada a técnica de explosões:

- a) Para suprir a falta de artilharia pesada. Neste caso, a técnica de explosivos é aplicada para destruir “posições de apoio” do inimigo e as suas obras militares.
- b) Para fazer saltar objectivos de *importância militar*: pontes, estradas, gares, aeroportos, paióis, arsenais, depósitos militares, fortificações, obstáculos, etc.
- c) Para criar obstáculos com objectivos destruídos (árvores, edifícios, estradas, etc).
- d) Para fabricar armas para aniquilar o inimigo (granadas, minas, cocktails, etc).

II) As técnicas de explosão e as necessidades táticas

A técnica de explosão *deve obedecer* às necessidades *táticas* da guerra de guerrilhas. A sabotagem das fortificações inimigas nunca é feita sem plano, mas sim para responder às necessidades táticas da guerra. *Exemplo*: Necessidade de fazer saltar *tal* obra militar, *para* ocupar *tal* “posição de apoio” do inimigo; e essa explosão será feita *para* facilitar a progressão das nossas forças.

III) O que é preciso fazer antes de proceder a uma explosão?

a) Antes da explosão, devem-se fixar:

- 1) O *objectivo* que se pretende atingir com a explosão;
- 2) O *local* onde se fará a explosão; e
- 3) O *momento exacto* em que se deverá desencadear a explosão.

A fixação da hora *exacta* é muito importante; se, por exemplo, uma ponte explodir muito *antes* de as nossas tropas estarem prontas para efectuar a progressão, o inimigo poderá reparar a tempo a ponte. Se a ponte explodir muito *depois* de as tropas fazerem a progressão, o inimigo terá tempo de fazer passar pela ponte os seus efectivos e reforços.

b) Antes da explosão deve-se:

- 1) Fazer o *Reconhecimento*; Este tem em vista o seguinte:
 - a) conhecer a força inimiga que protege o alvo que se quer fazer saltar;
 - b) conhecer os hábitos de vida e de vigilância dessa força inimiga.
- 2) Fazer a *camuflagem*, que consiste em disfarçar e ocultar as nossas forças de forma a que estas possam cumprir a sua missão sem serem percebidas pelo inimigo.
- 3) Cuidar da *cobertura de fogo*. É preciso enviar, juntamente com o grupo encarregado do trabalho de explosão, um outro grupo que se encarregará de proteger (cobrindo com fogo) a progressão e a retirada do grupo encarregado de colocar o explosivo no alvo.
- 4) Possuir *material de reserva*. Antes da explosão, preparar material suficiente para se tentar provocar uma segunda, terceira, etc. explosão, no caso de a primeira falhar.

- 5) Possuir *segurança técnica*. Os executantes de uma missão de explosão devem estar senhores de uma técnica segura. A execução imperfeita de uma missão de explosão, não só pode anular todo um plano tático, mas põe em risco a vida dos executantes da missão.

IV) Regulamentos

O trabalho de explosões devem ter um *regulamento*. É um trabalho muito perigoso. Os guerrilheiros e milicianos afectos ao trabalho de explosão devem ser obrigados a observar *estritamente* os regulamentos.

REMODELAÇÃO DE DISPOSITIVOS E NOVOS CONCEITOS DE ACTUAÇÃO

Em Novembro de 1963, o Comando da Região Militar de Angola entendeu dever proceder a uma revisão dos conceitos usados até então acerca do dispositivo das nossas tropas, tendo em atenção os ensinamentos colhidos da experiência dos Planos "Centauro Grande", de 1962 e "Marfim Negro", este já do ano de 1963. Em consequência enviou aos Comandantes das Zonas de Intervenção Centro, Sul e Leste e dos Sectores A, I, Q, B3 e 04 da ZIN, uma nova Directiva para a remodelação dos seus dispositivos²⁹¹.

Os Planos "Centauro Grande" e "Marfim Negro" haviam definido dois tipos de dispositivo para os Batalhões: na Zona Não Recuperada da ZIN, a Companhia foi considerada como a "unidade elementar de guarnição", enquanto na Zona Recuperada e nas restantes Zonas de Intervenção se descia ao destacamento de Pelotão e se consentia, até, embora com carácter de excepção, o destacamento de Secção. No primeiro caso, tinha-se em vista criar as condições mínimas para uma actividade operacional adequada e, pelo contrário, no segundo caso, atendia-se principalmente à acção de presença como factor de normalização da vida e elemento de informação.

A experiência demonstrava porém que os Batalhões, dispersos por numerosos locais de guarnição, praticamente se limitavam a sobreviver, sendo a sua actividade, na sua essência, absorvida por preocupações de ordem logística que raramente lhes permitiam mais do que uma acção de presença local, em cada ponto ocupado e o patrulhamento dos itinerários de reabastecimento. Tudo o resto, na imensidade das zonas de acção, era terreno desconhecido ou, na melhor das hipóteses, percorrido uma, ou duas vezes, no período da comissão.

O material que se ia capturando ao inimigo, o conhecimento da sua doutrina militar, e o tipo de acções que executava, levavam a admitir que estava a

(291) Directiva para Remodelação do Dispositivo, de 12Nov63, do QG/RMA.



Abertura de uma "picada tática"

aumentar a sua capacidade de fogo, e que havia adquirido um aperfeiçoamento da sua técnica de actuação, resultante do reforço com elementos treinados nos campos de instrução ao seu dispor, no estrangeiro. Perante a evolução do inimigo, a vulnerabilidade dos nossos Batalhões era evidente.

A esta fraqueza de carácter operacional juntava-se um problema logístico de extrema gravidade que era o da manutenção e reabastecimento de viaturas, cujo desgaste ultrapassava em muito as possibilidades de recuperação da RMA e era em grande parte motivada pela pulverização do dispositivo.

Estes factores, aliados à noção de que a missão das nossas tropas era fundamentalmente militar e relegava para posição secundária todas as outras preocupações, levaram o Comando da RMA a impor a concentração das Sub-unidades e a adopção, como regra geral em todo o território, do conceito "Companhia-unidade elementar".

Diversas Unidades tiveram que remodelar o seu dispositivo face a esta Directiva. Paralelamente, o Comando da RMA impôs o desenvolvimento do conceito de actuação a partir de "bases temporárias" e da realização de acções com elementos ligeiros, grandemente possibilitadas pela concentração.

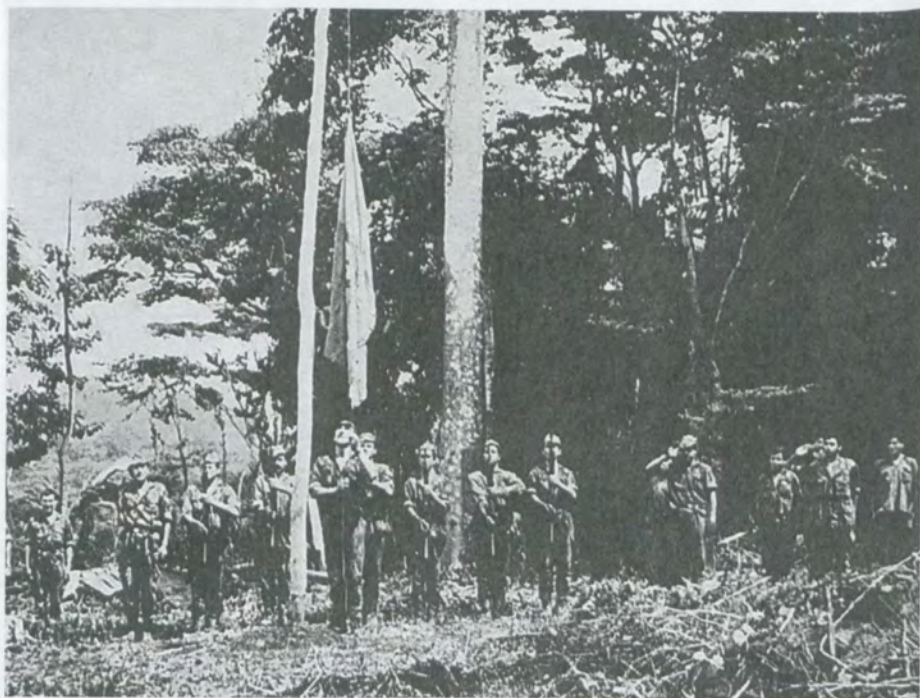
A "base temporária", local bem no interior de uma zona de acção, onde eram concentrados meios para operações prolongadas, profundas, sistemáticas e diversificadas, levadas a efeito por Companhias frescas que iam rendendo, em reiteração de esforço, as Companhias empenhadas que regressavam à sua sede, foi uma forma de acção nova e de efeitos importantes.

À "base temporária" está ligado um outro conceito então surgido – o de "picada táctica" – que consistia em rasgar caminhos com máquinas potentes de engenharia que permitissem a passagem de viaturas na floresta, até a locais de concentração, e mesmo muito mais para a frente, a locais considerados inacessíveis, ou propícios à fixação do inimigo que, perante a ousadia das nossas tropas em progredirem tanto para a frente, se afastava para outras áreas.

Neste trabalho, a Engenharia Militar desempenhou um papel notabilíssimo que muito contribuiu para a eficiência operacional das outras Armas.

Foi no ano de 1964 que estes dois novos conceitos operacionais passaram a aplicar-se, tornando-se usuais em 1965. A título de exemplo, refira-se a Base Temporária da Fazenda Alegria, a N de Barraca, na estrada de Catete, montada junto ao rio Zenza, pelo BArt 525 e as picadas tácticas abertas pelo mesmo Batalhão, para Norte da estrada Luanda-Catete-Dondo, na Linha Barraca-Maria Tereza, que penetraram aquela difícil área em variadas direcções, até pontos considerados de difícil acesso.

Todo aquele terreno de espinheira e embondeiros, onde a água faltava em absoluto, tornando as operações muito difíceis e de grande sofrimento e de sede atroz, e onde o inimigo já efectuara emboscadas altamente rendosas,



Hastear da Bandeira numa Base Temporária



Ligação com a "base" durante uma operação

desmitificou-se e o rio Zenza passou claramente a ser o limite sul da área sublevada, neste Sector.

E permitiu ainda a ousadia de as nossas tropas atravessarem o rio e passarem a bater o inimigo da região do Úcuá, do Sul para Norte.

A travessia do rio, nas primeiras vezes, foi uma operação muito delicada porquanto o In, instalado na margem norte, batia pelo fogo as nossas tentativas. Mas, após uma instrução especial e a cedência de botes apropriados pelos Fuzileiros, a travessia entrou na rotina, não obstante a consciência de que o perigo rondava sempre as primeiras vagas da travessia. E ganha a confiança, os botes serviam também para patrulhamentos ao longo do rio, navegando uns pela margem direita e outros pela margem oposta, tentando detectar trilhos que do rio conduzissem a povoações no mato, ou a eventuais quartéis inimigos.



1. Preparação do bote e de uma base de fogos no local da travessia. Fixação de uma longa corda.
2. Após batida pelo fogo a margem oposta, uma equipa de nadadores escolhidos ia fixar nela a outra extremidade da corda.
3. Travessia das tropas em operações com o apoio da corda. A 1.ª vaga preparava uma "testa de ponte" na margem oposta.

Travessia do rio Zenza, por tropas do BArt 525, a partir da Base Temporária da Fazenda Alegria

Os botes eram também utilizados para patrulhamento dos próprios rios, o que sucedia em variadas áreas da ZIN.



Patrulhamento no rio Dange

A ACÇÃO PSICOLÓGICA

A acção psicológica em Angola teve início ainda antes de 1961, quando o Comando da Região Militar de Angola elaborou o “Plano de Acção Psicológica N.º 1”, de 16-11-1960. Nele se considerava já que “...a propaganda adversa, conduzida do interior – panfletos e rumores, e do exterior – emissões de rádio, publicações, panfletos e rumores – pretende, fundamentalmente, fazer vingar aspirações de independência, nas massas nativas. Para tal aquela propaganda alicia as populações nativas para a luta contra nós, para o que:

- explora alguns dos nossos pretensos erros e fraquezas;
- inventa atrocidades cometidas pelos brancos e pelas nossas tropas;
- angaria fundos para suportar, no momento oportuno, a subversão;
- enaltece as falsas vantagens da independência, como a abolição de impostos, etc.
- eventualmente, amolece a vontade de resistência de alguns meios de raça branca, prometendo-lhes amizade para depois da independência...”

O Comando Militar de Angola com os meios ao seu dispor, através daquele Plano, propôs-se desmentir categoricamente, em todo o território, os factos inventados pela propaganda adversa, sempre que se tratasse de mentiras e difundir os temas da nossa propaganda, fixados sempre dentro da verdade e da realidade.

Não havendo ainda, na altura, um inimigo, este Plano visava influenciar os seguintes grupos humanos: civis civilizados, civis naturais, praças metropolitanas, praças C e praças I. A sua existência denota já um clima internacional de hostilidade para com Portugal, ou uma fase preparatória da insubordinação, aliás já denunciada pelo Governador Geral de Angola, no Discurso da Carreira de Tiro, a que já nos referimos²⁹².

(292) Ver “Discurso da Carreira de Tiro”, pág. 197.

Nesta emergência, foram incumbidos da acção psicológica todos os Oficiais e alguns Sargentos das Unidades implantadas na Província.

As hostilidades iniciaram-se em 1961 e as nossas tropas foram recolhendo, ainda nesse ano, vários panfletos, alguns muito improvisados e mal redigidos, difundidos pela UPA, cuja temática era o prolongamento da utilizada pelo mesmo Movimento antes de passar à fase activa²⁹³.

Atendendo à sua apresentação gráfica e forma de redacção foram considerados pelas nossas autoridades militares, seis espécies básicas de documentação:

- os emanados directamente de Leopoldville, bem redigidos, bem architectados, bem impressos a copiador, versando assuntos de carácter geral e difusão geral;
- os emanados directamente de Leopoldville, igualmente bem concebidos mas dirigidos concretamente a uma região ou uma personalidade, respondendo a perguntas feitas ou difundindo doutrina para um sector particularizado;
- os obtidos, por cópia, manuscrita ou dactilografada, dos difundidos por Leo;
- os elaborados pelos escalões subordinados, difundindo os conceitos básicos da doutrina;
- os panfletos ou cartas, de redacção esporádica, normalmente difundidos como resposta a cartas deixadas pelas Nossas Tropas, ou como manifestação isolada de ódio, mal elaborados, mal escritos acusando na sua redacção as bases psicológicas fixadas pelo Comité Director da UPA nos panfletos da doutrina;
- hinos político/religiosos, em regra conseguidos à custa de hinos religiosos, nos quais se introduziam fórmulas, ou símbolos políticos.

As características que se podiam considerar comuns na elaboração de todos estes documentos eram: simbiose político-religiosa constante; utilização da parábola como meio de expressão de ideias políticas, ou de organização; utilização de linguagem simples e acessível com frases curtas; ódio ao colonialismo, aos governos portugueses e ao português de Angola; incitamento à acção; elogio do sofrimento, da obediência e humildade e apelo à paciência.

Todos os panfletos emanados da UPA podiam ser considerados como tendo origem, mais ou menos imediata, nos preceitos básicos das “Principais

(293) Os panfletos do MPLA eram escassos no ano de 1961. Alguns deles tinham por base poemas de Agostinho Neto incitando à sublevação.

recomendações a quantos queiram pertencer à Associação UPA”, documento de Junho de 1960 e a que já se fez referência²⁹⁴.

Face às características genéricas dos vários documentos da UPA na posse do Comando da então 3.ª Região Militar, os mesmos foram classificados em: documentos de doutrina militar; documentos de doutrina administrativa e de organização; documentos de propaganda interna e propaganda externa e documentos de contra propaganda interna²⁹⁵.

Analisemos de forma sintética, estes vários sub-grupos:

DOCUMENTOS DE DOCTRINA MILITAR

Destinavam-se a fixar processos de combate e protecção.

Preceitos de defesa AA:

- uso de esconderijos seguros, de preferência vales e baixas;
- toques de alerta (e de batuque);
- saída das casas e imobilização “parecendo pedras ou árvores”;
- fogo AA de arma automática, ou tiro colectivo de canhangulo, no fim da picada do atacante etc.

Processos de guerrilha:

- cortes de estradas;
- preceitos de remuniciamento;
- organização;
- reabastecimento de água etc.

DOCUMENTOS DE DOCTRINA ADMINISTRATIVA E DE ORGANIZAÇÃO

- Autorização para se apoderarem dos bens dos “brancos”, ganhos em Angola e que aos angolanos pertencem; dinheiro para a UPA; armas para os combatentes; o resto para os captores.
- Directivas para a eleição das autoridades por sufrágio directo e respeito por essas autoridades, que se não devem nomear, mas sim aguardar as eleições.
- Condenação dos ambiciosos, que pretendem grimpar sem qualidades.
- Promessas de altos postos aos dedicados e com instrução.

(294) Ver UPA, capítulo “Movimentos Emancipalistas de Angola”, pág. 68.

(295) Superintrep N.º 3, da 2.ª Rep/QG/, 3.ª Região Militar (depois RMA).

- Incitação aos novos para aproveitarem as oportunidades, criando uma mentalidade nova: a UPA não é um título abstracto, mas sim um programa vivo de acção.
- Ordem para se cumprirem e estudarem as leis, amando-se o próximo; o não cumprimento leva à admoestação, na 1.^a e 2.^a vez e ao castigo na 3.^a vez.
- Indicação dos crimes mais censuráveis: prender e castigar velhos e inválidos; matar pessoas (quem ferir ou matar paga 300\$00 e 1 cabeça de gado); desejar a mulher do próximo.
- Conselhos para se refrear o excesso de comida e bebida.
- Condenação da desobediência e do ódio, “que leva os homens às paixões mais vis”.
- Circulares de endereço múltiplo, acusando a recepção de fundos e fazendo a apologia do sofrimento.

DOCUMENTOS DE CONTRA-INFORMAÇÃO

Destinavam-se, especialmente, a aumentar a coesão entre os combatentes da UPA.

- Aumento de cooperação entre os combatentes, referindo a parábola dos vimes, impossíveis de quebrar em bloco, mas susceptíveis de serem partidos, um a um.
- Condenação do tribalismo, como meio de enfraquecimento e desagregação usado pelos inimigos da UPA – a Nação Angolana deve ser a única tribo a considerar.
- Directiva de contra-espionagem: todo o soldado da UPA e especialmente da JUPA, não deve “aceitar, receber sem recomendação ou uma espécie de guia autenticada” qualquer indivíduo “preto, branco ou mixto”.
- Directiva de contra-subversão: condena o desânimo, ameaçando os desanimados ou revoltados; incita à unidade de direcção da UPA dizendo que “tal como o alfaiate não introduz a linha sozinha no pano, mas sim é a agulha que conduz a linha”, assim a direcção da UPA conduz os combatentes.
- Incitamento à coragem, não devendo os combatentes esmorecer com as notícias das acções dos portugueses;
- Condenação dos “falsos profetas” no seio da UPA e do boato que estes lançam.

DOCUMENTOS DE PROPAGANDA INTERNA

Destinavam-se a fornecer aos que combatiam apoio moral e incitamento.

- Homenagem aos combatentes, especialmente aos que morrerem ou se ferirem em combate, garantindo o apoio externo dos chefes africanos e da ONU e prometendo apoio e protecção das famílias não combatentes fugitivas no Congo.
- Homenagem à agressividade da JUPA, solicitando-se que todos despertem “a atenção à coragem e a dedicação de todos quanto vossos irmãos jazem nas trevas do receio e da hesitação.”
- Promessas de galardão aos antigos combatentes (pensão vitalícia mensal aos antigos combatentes), “pois todo o trabalho é reconhecido no fim”.
- Incitamento à agressividade “pois defender a terra é defender-se a si próprio” e a “independência tem de ser conquistada e não dada pela ONU numa salva de prata”.
- Justificação do sofrimento como fase inicial da liberdade, visto “sofrer-se mais na liberdade do que na escravidão”; os sofrimentos de Angola hão-de frutificar e Deus dará à UPA, recompensa.

DOCUMENTOS DE PROPAGANDA EXTERNA

Destinavam-se, por um lado, a enfraquecer o moral do soldado português combatente, sendo, regra geral, redigidos geralmente por oposicionistas.

- Portugal não tem a “benção” das outras Nações, tendo os portugueses a morte marcada.
- “Digamos não à guerra”, transcrição e difusão de um artigo de Manuel Dias no jornal da oposição “Portugal Democrático”, artigo este altamente subversivo para as NT.
- Panfleto “Soldado Português”, bem redigido, apelando para o pacifismo, citando a justiça da guerra e convidando à subversão.
- “Um democrata prevê os acontecimentos de Angola”, artigo escrito pelo tal “democrata”, insultando a PIDE e o Governo.
- Panfletos variados, invocando o apoio da ONU, dizendo que esta Assembleia afirma que “Angola não é nem será Portugal”.
- Panfletos variados de chicana política com o MPLA, causa próxima do massacre de Caluca pelos elementos da FLNA.

Perante as motivações constantes nos panfletos referidos, o QG/3.^a RM elaborou um panfleto de contra-propaganda, em língua portuguesa e nativa por

alturas do Natal de 1961, que se junta, explorando a temática religiosa e que se julga ter sido o primeiro panfleto redigido pelas NT com grande profusão e distribuição sistemática pelas populações, nos povos apresentados e nas matas. O facto de as NT terem sido obrigadas a um incremento da actividade operacional, exactamente na altura do Natal, contradizia algumas informações do panfleto, pelo que o mesmo foi apenas lançado em áreas onde essa actividade não era notória.

O panfleto era a exploração da simbiose político-religiosa revelada pelos panfletos da UPA e aproveitamento das características do Natal cristão, admitido pelos protestantes que constituíam a grande massa de manobra da UPA. Explorou-se ainda o factor “dinheiro”, deturpando o resultado das colectas da UPA, e imprimiu-se ao panfleto uma forma que fazia lembrar os versículos da Bíblia. Misturavam-se verdades facilmente comprováveis, com afirmações que se pretendiam difundir, de modo que a veracidade de umas levasse à aceitação de outras.

No final deste ano, de 1961, perante a apresentação maciça de populações fugidas para as matas por coação ou por receio, em vastas áreas do Norte de Angola²⁹⁶, as autoridades portuguesas passaram a exercer uma acção psicossocial intensa sobre essas populações, completamente carenciadas de tudo e dispostas a encetar de novo a vida, em amizade com as nossas autoridades.

Com o prolongar da luta, a experiência e o aumento dos conhecimentos nesta área, foi possível o EME publicar em 1963, o Volume III – Acção Psicológica, da publicação “O Exército na guerra subversiva” e, em 1964, difundir uma “Directiva de Acção Psicológica para o Exército” com vista a coordenar e reforçar toda a acção que já vinha a ser desenvolvida nesse campo.

Este importante documento e a necessidade da sua elaboração é fruto da campanha contra nós desencadeada em Angola, como é referido no seu preâmbulo. Os dois, o Regulamento e esta Directiva, são os grandes documentos impulsionadores de uma actividade constante que se manteve e foi desenvolvendo até ao fim da campanha, com alternâncias de eficácia, mas sempre com a preocupação de melhorar as técnicas e modos de actuação embora, por vezes, tendo que lutar com a própria inércia e incompreensão dos quadros, em particular do pessoal dos quadros de complemento que, menos preparado, ou influenciado por ideias negativas trazidas da Universidade, nem sempre aderiam com total abertura e dedicação.

“... Há mais de três anos a esta parte que se vem desenvolvendo uma agressiva campanha contra Portugal, realizada não só através de acções militares activas no Ultramar, como através da acção de desagregação interna sobre as populações do Mundo Português.

(296) Ver capítulo “Reocupação e Apresentação das Populações”, pág. 317.

Aos Cristãos que estão na UPA

A UPA MENTIU ao prometer a felicidade na terra e a independência no NATAL
Que conseguiram vocês depois de tantos sacrifícios e tantas mortes ?

NADA

Continuam fugidos nas matas, sofrendo fome e frio

A UPA MENTIU

A UPA quis o vosso dinheiro para o HOLDEN ROBERT passear e gozar

O que vos deu a UPA ?

NADA : continuais FUGIDOS e ESCORRAÇADOS

Tu és CRISTÃO e não podes continuar nessa vida

Lembra-te de que estamos no NATAL

NATAL CRISTÃO ! FESTA DE ALEGRIA E DE PAZ !

Conheces o EVANGELHO ?

É o EVANGELHO que te ordena que festejes o NATAL

NASCEU-NOS HOJE UM SALVADOR (S. Lucas, II, 11)

Assim se anuncia a vinda do PRÍNCIPE DA PAZ (Isaias, IX, 6)

Veio ELE ao Mundo para nos dar a PAZ :

DEIXO-VOS A PAZ. DOU-VOS A MINHA PAZ ! (S. João, XIV, 27)

Cantaram os anjos no Natal :

GLÓRIA A DEUS NAS ALTURAS E PAZ NA TERRA AOS HOMENS DE BOA VONTADE

(S. Lucas, II, 14)

Tens tu BOA VONTADE ?

E pelas obras que se mostra a BOA VONTADE

Só será feliz, só terá PAZ quem pratique boas obras

Pelas obras se conhecem os HOMENS

BEM-AVENTURADOS OS PACIFICOS, PORQUE ELES SERÃO CHAMADOS FILHOS DO BEM

(S. Mateus, V, 9)

Como terás tu a PAZ dos filhos de DEUS, se não fores justo nas tuas obras e

continuares a acreditar nos falsos profetas da UPA

ATENÇÃO ! Escuta o que te diz S. PAULO (corintios, VI, 9)

NÃO SABEIS QUE OS INJUSTOS NÃO POSSUIRÃO O REINO DE DEUS ?

NÃO VOS ENGANEIS...

Somos cristãos

Pretos e brancos todos somos IRMÃOS porque somos filhos do mesmo DEUS

O DEUS DA PAZ !

QUE MANDOU PERDOAR E NÃO ODIAR

Que todo o nosso cuidado seja

UNIRMO-NOS COMO IRMÃOS

CONSERVANDO A UNIDADE DO ESPÍRITO POR MEIO DOS LAÇOS DE PAZ

(S. Paulo, Ef, IV, 3)

Não acredites em mais mentiras !

HOLDEN ROBERT é FALSO CRISTÃO... Quer a luta para o NATAL !

HOLDEN ROBERT RENEGA ASSIM O FILHO DE DEUS ?

Abandona os falsos catequistas da UPA

APROVEITA O NATAL

Regressa à tua sanzala e às tuas terras com a tua mulher e os filhos. Regressa como regressaram já os povos de BANZA SOSSO, SACAMO, BEU, NOVA ESPERANÇA, QUIBAXE, QUITEXE, CARMONA, NEGAGE, CAMABATELA, CAIONGO, CUANGO, SANTA CRUZ, MACOCOLA, BUENGA SUL, 31 DE JANEIRO e tantos outros

Kwa Minkwikiji mia UPA

O UPA vuna kweni kanuvuna vava kanu sila e mbote ova ntoto ye kimpwanza muna nsungi
a LUWUTUKU

Adiei nwalendelevo muna ulolo wa mpasi yo tufwa ?

KE LEKWA NKUTU KO

Nwa kwaminina aka o zingila muna nfuta nu mwesesenwang'e mpasi kwa nzala ye kiozi

O UPA VUNA KWENO KANUVUNA

O UPA nzimbu zeno kavava ka vana zo kwa HOLDEN ROBERTO ka kiilanga kwandi yo
kembela

Nki ka nuvene iandi UPA ?

KE LEKWA NKUTU KO : nwakwaminina aka o tina yo kwenda a ingidilwa

U munkwikiji, kulendi zingilang'aka muna mpila yoto ko

O zaianga dio vo se tuna omu nsungi a LUWUTUKU

LUWUTUKU LWA MWANA A NZAMBI KWA MINKWIKIJI !

..... NKEMBO A KIESE YO LUVUVAMU !

E NSANGU ZA MBOTE O ZEIE ZO'E ?

Zau nsangu zozo zina ku lukisa vo o fwete toma kema o LUWUTUKU

UNU KAWUTUKIDI O MVULUZI ETO (Tziga muna Lucas I, 11)

I wau uwu uzaisiliwang'o luwutuku ye nwa'da'a **MWANA A LUVUVAMU**
(Tanga Isaias, IX, 6)

IDIANU KAIZILA OVA NZA MUNA KUTUVAMA O LUVUVAMU

Iusisidi o luvuvamu lwame, inuvene o luvuvamu lwame ! (Tanga João, XIV, 27)

Muna ntangwa a Luwutuku a Wanjio baimbila oku vo :

NKEMBO KWA NZAMBI MUNA KAIENGELE YO LUVUVAMU OVA NTOTO

KWA WANTU A KWA LUZOLO (Tanga Lucas, II, 14)

Una, ongeie, **YE KIEMEME KIA MBOTTE ?**

Muna mavangu i musongelwang'e *kiememe kia mbote*

Ndiona o vanganga o mavangu mambote, iandi aka olenda kala ye lau diambote, iandi aka

olenda kala muna LUVUVAMU

O wantu bezaiakenenangu muna mavangu mau

AKWE LAU ANA BENA YO LUVUVAMU EKUMA KADI BESINGA IKILWA

VO WAN'A NZAMBI. (Mateus, V, 9)

Awei o lenda kadila muna luvuvamu lwa wan'a NZAMBI, avo kukedi umveledi ko muna
mavangu maku ? yo kwikila engunza za luvunu za UPA

TOMA WA ! wunikina o malongi mekuvananga Paulo muna nkanda ka soneka kwa
Corintios, IV, 9

KENUZEIE DIO KO VO O WANTU A MBI KEBALENDI KOTA KU WENE

WA NZAMBI KO'E ? KENUVUNWANGA KWENO KO

Twa munkwikizi

Ndombe ovo mindele yeto awonso twa MBUTA YA BUNZI ekuma kadi twa wan'a a

NZAMBI MOSI

O NZAMBI A LUVUVAMU !

ONA WA TUMA VO KETUZOZENESANGA NKWSTO KO KANSI TUNZOLANGA

Tufwete sadilang'aka vo

TUWAWANA UNA WA MBUTA YA BUNZI

TUTOMA LUNDA E NGAWAWANI A MOIO MUNA LUVUVAMU (Paulo, Ef. IV 3)

Ku kwikila diaka mambu maluvunu ko !

O HOLDEN ROBERTO, munkwikizi a luvunu kadi nwana kazolele muna nsungi a

LUWUTUKU !

O HOLDEN ROBERT MWAN'A NZAMBI KEVUNISANGA MUNA MAVANGU MANDI

TOMA vavuka e nlongi mia mbimbimbi muna UPA

TOMA ZOLA E NSUNGI A LUWUTUKU

Vutuka kuna vata dialku io nkaz'aku yo wan'aku. Vutuka konso una wavutukidi kala esi
BANZA SOSSO, SACAMO, BEU, NOVA ESPERANÇA, QUIBAXE, CARMONA, NEGAGE,
CAMABATELA, CAIONGO, CUANGO, SANTA CRUZ, MACOCOLA, BUENGA SUL, 31 DE
JANEIRO yo maka mavata diaka

Esta ofensiva desenvolve-se de acordo com os princípios clássicos da guerra revolucionária, procurando o inimigo sempre conseguir por afundamento psicológico aquilo que não tenha alcançado por outros meios.

Nestes termos o País sofre hoje, essencialmente, os efeitos de uma Guerra Psicológica, cujo objectivo principal é corroer as forças morais da Nação e subverter as suas estruturas tradicionais, de forma a conduzir à agitação, à desordem, ao caos e, consequentemente, ao abandono precipitado de um certo número de princípios e à abdicação imediata e incondicional dos nossos direitos e dos nossos deveres...”²⁹⁷

“... Dentro dessa acção geral assume logicamente uma importância muito excepcional a neutralização das instituições militares. Sendo dever do Exército defender a integridade territorial e moral da Nação, ele foi, naturalmente, eleito o alvo principal dessa propaganda inimiga cujos efeitos constantemente verificamos: multiplicam-se os boatos difamantes e desmoralizantes, que alastram como epidemias; distribuem-se panfletos e jornais incitando à indisciplina e à deserção; realizam-se emissões de rádio especialmente destinadas a atacar as Forças Armadas; intensifica-se a perigosíssima actividade da seita “Testemunhas de Jeová”, que nega o conceito de Pátria e o correspondente dever de combater por ela.

E, paralelamente a esta acção directa sobre as forças militares, o inimigo procura cavar um fosso entre a população e o Exército, criando uma opinião pública desfavorável a este, através do deprestígio dos seus quadros e do menosprezo das suas acções.

Procurando criar as condições mínimas necessárias à realização de uma Acção Psicológica no Exército, o EME tem vindo a realizar uma série de medidas, consideradas pertinentes. Assim, não existindo entre nós doutrina oficial sobre o assunto, foi necessário definir um certo número de técnicas e de princípios considerados essenciais ao estabelecimento de uma unidade de doutrina. Nesse sentido elaborou-se e difundiu-se, inicialmente a ciclostilo (em Maio de 63) e, posteriormente, em impressão definitiva (Março de 64), o Volume III – “Acção Psicológica” do Guia “O Exército na Guerra Subversiva”.

Seguidamente, com base na doutrina oficial sobre guerra subversiva, iniciou o EME a difusão de uma série de circulares de contra-subversão nas quais foram considerados e tratados alguns problemas específicos de Acção Psicológica imediatamente relacionados com a contra-subversão das tropas...”²⁹⁸

(297) Directiva inicial de Acção Psicológica, Circular n.º 1582/N, de 14 de Maio de 1964, do EME/
/2.ª Rep.

(298) Idem.

A responsabilidade de estudar, dirigir, impulsionar e coordenar a Acção Psicológica relativa ao Exército, foi atribuída à 2.^a Rep. do EME, mas na Directiva afirma-se que todo o Comandante é responsável pelo cumprimento das Directivas de Acção Psicológica recebidas do escalão superior e pela adopção de outras medidas localmente aconselháveis.

A fim de se conseguir a necessária unidade de doutrina e convergência de esforços, os comandantes deveriam tomar posições sobre as medidas de acção psicológica realizadas por iniciativa das Unidades subordinadas, sancionando-as, modificando-as, completando-as ou difundindo-as, para conhecimento das outras unidades. Esclarece-se ainda que, para efeitos de acção psicológica, os comandos das RM ou CTI controlariam operacionalmente todos os estabelecimentos militares do Exército, localizados na sua área, mesmo que estes não estivessem sob o seu comando directo e que os oficiais de Acção Psicológica seriam os conselheiros técnicos dos Comandantes, para as operações psicológicas.

Nos QG das RM ou CTI: o oficial de acção psicológica deveria ser, de preferência, o chefe da 2.^a Rep, ou um oficial superior prestando serviço nessa Rep.

Nas Unidades e Estabelecimentos militares: o oficial de acção psicológica deveria ser um oficial superior, ou capitão sempre do QP, de preferência oficial superior, o qual, quando a falta de oficiais o impusesse, poderia desempenhar estas funções por acumulação.

A nomeação dos oficiais de acção psicológica seria uma simples designação do comando que não necessitava de ser oficializada na Ordem de Serviço, ou em qualquer documento formal²⁹⁹. A 2.^a Rep/EME procuraria fornecer às RM e CTI o máximo de elementos que permitissem esclarecer ideias e explorar os temas mais actuais e que melhor se adaptassem aos objectivos psicológicos superiormente fixados e ao mesmo tempo reuniria e integraria todas as sugestões e ideias vindas das RM e CTI de forma que todos pudessem aproveitar da experiência de muitos.

Nos territórios ultramarinos onde tivessem sido constituídos Comandos-Chefes, seriam estes os responsáveis pelo cumprimento das directivas sobre acção psicológica emanadas do SGDN.

Na verdade, em cada território verificavam-se características específicas; o adversário apresentava as suas particularidades, e os objectivos psicológicos a alcançar e a forma de o fazer, por circunstâncias várias, podiam ser diferentes

(299) Directiva inicial de Acção Psicológica, circular n.º 1582/N, de 14 de Maio de 1964, do EME/2.^a Rep.

de território para território. Porém, era evidente que, além dessa acção peculiar a cada uma das Províncias Ultramarinas que competia ao respectivo Comando, havia uma acção geral, designadamente de informação e de formação moral, cívica e militar, que era aplicável a todas as tropas, fossem quais fossem as circunstâncias e o local onde se encontrassem.

Em face do exposto, a 2.^a Rep/EME enviaria também para os Comandos Militares Ultramarinos todos os documentos de interesse geral relativos à acção psicológica, os quais seriam utilizados por esses Comandos de acordo com as directivas recebidas dos respectivos Comando-Chefes.

Não existindo ainda pessoal orgânico ou especializado em acção psicológica, esta teria que ser conduzida pelo pessoal cujas aptidões especiais pudessem ser aproveitadas e orientadas.

A falta de pessoal especializado, a carência de quadros e a pouca permanência de pessoal nas Unidades dificultava a execução das medidas de acção psicológica. Entretanto se, como o EME esperava, cada um nas suas funções e no seu escalão dedicasse a esta actividade o interesse que ela merecia, algo de concreto e útil se poderia realizar em conjunto, no Exército.

Todos os QG das Regiões Militares e Comandos Territoriais Independentes deveriam elaborar relatórios periódicos mensais de acção psicológica.

Para o trabalho de conjunto que se ia iniciar o EME considerava muito importante que os relatórios de acção psicológica – e muito especialmente os iniciais – fossem caracterizados por grande objectividade, que permitissem definir o verdadeiro estado de espírito das tropas, dando a conhecer as suas reacções, ideias, anseios e opiniões, que definissem o clima moral e psicológico dos meios militares, além da informação oportuna das investidas psicológicas do adversário, que se detectassem em todos os escalões, designadamente os temas utilizados através dos contactos pessoais, boatos, panfletos e outras formas de actuação.

Realçava o EME que a comunicação das informações psicológicas relativas às nossas tropas devia apresentar sempre um carácter impessoal, devendo tal procedimento constituir um princípio de ética da AP. “Diz-se”, “pensa-se”, “critica-se”, seriam formas de relatar que satisfariam os fins em vista e, simultaneamente, afastavam qualquer relutância, que pudesse surgir, em comunicar superiormente certos factos. Quando muito poderia ter interesse, para uma mais completa apreciação, indicar a percentagem aproximada de indivíduos que comungavam de certas ideias, ou colaboravam em determinados actos.

Para o apoio da Acção Psicológica a desenvolver, essencialmente sobre o Exército e a Nação, a 2.^a Rep/EME elaborou o plano de realização de fotografias e filmes a seguir discriminados:

CONHECIMENTO DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS:

- Aspectos geográficos das várias regiões (vegetação, relevo, cursos de água, estradas, características especiais, povoações, etc...).
- Raças, suas características e costumes.
- Manifestações de ausência de segregação racial.
- Aspectos do desenvolvimento económico e da riqueza potencial.

VIDA DAS TROPAS

- Instalações militares (improvisadas e permanentes).
- Aspectos da vida diária dos militares, mostrando as condições em que a mesma decorre em alguns locais mais característicos.

ACTIVIDADES OPERACIONAIS DAS NOSSAS TROPAS NO ULTRAMAR:

- Deslocamentos através, do mato, a pé ou em viaturas.
- Acções de combate com tropas em posição de fogo e em deslocamentos.
- Travessias de cursos de água por diversos processos.
- Acções em helicópteros.
- Colaboração com a Aviação e Marinha.
- Trabalhos de Engenharia.
- Emprego das Transmissões.
- Defesa de pontos sensíveis.

ACTIVIDADES DO INIMIGO

- Imagens das atrocidades cometidas pelos rebeldes.
- Destruições realizadas.
- Material apreendido.
- Cortes de estradas.
- Abrigos.
- Minas detectadas.
- Efeitos da explosão de minas sobre viaturas.
- Fotografias de terroristas recuperados.

ACÇÃO DO EXÉRCITO JUNTO DAS POPULAÇÕES NATIVAS

- Convivência amistosa entre as tropas e nativos, símbolo da ausência de preconceitos raciais.
- Contribuição das forças militares para a elevação do nível social e cultural das populações mais atrasadas.
- Assistência religiosa.
- Assistência educativa.
- Assistência escolar.
- Assistência técnico profissional.
- Assistência física.
- Assistência económica.
- Transportes.
- Construção de pontes, estradas e habitações.
- Terraplanagens.

OS SERVIÇOS MILITARES DE APOIO ÀS TROPAS, NO ULTRAMAR

- Serviço da Intendência:
 - Reabastecimento de víveres às tropas no mato.
 - As cozinhas e refeitórios.
 - Padarias, matadouros, etc
 - As oficinas e instalações da Manutenção Militar e OGFC.
 - Os transportes por via aérea, fluvial e marítima, terrestre.
 - As rações de campanha.

A Directiva do EME para o Exército aparece num momento oportuno. O inimigo começava a compreender que uma das formas de ganhar a guerra consistia em minar o nosso Exército e iniciara uma propaganda subversiva orientada sobre as nossas tropas visando indistintamente “o soldado africano” e o “soldado colonial”.

Foi o MPLA, menos militarizado mas mais politizado do que a UPA, que desenvolveu, durante 1964, a propaganda mais insistente, mais objectiva e de melhor técnica, visando a desagregação do Exército Português.

Com a subversão procurou o inimigo conseguir a deserção de militares e, para isso, incentivavam-se à desobediência aos chefes e procurava criar-se-lhes problemas de consciência chamando a atenção do “soldado africano” que “combate contra os angolanos sem saber se a família foi morta pelas tropas ou presa

pela PIDE”; do “soldado colonial” que “em vez de exigir pão e a liberdade que faltam ao seu povo, prefere impedir que o povo de Angola exija a liberdade e a terra que lhe roubaram...”, em coincidência com a acção subversiva de resistência à luta em África que alguns também desenvolviam na Metrópole, com relevo para as Universidades, onde já era notória a actividade anti-Ultramar.

Apesar destes apelos as taxas de deserção foram insignificantes.

Foi mínimo o número de militares que se constituiu definitivamente como desertor e pode dizer-se que essa situação incidiu, quase exclusivamente, sobre as praças africanas que o fizeram muitas vezes por motivos que nada tinham com a situação militar, mas antes com o seu desejo de contactar a família de que estavam afastados.

De referir que o conceito de deserção implicava sete dias seguidos de ausência do quartel, o que levava a considerar desertores muitos militares da Província que, longe das suas famílias e áreas habituais de residência, resolviam ir visitá-las, não poucas vezes a pé, regressando dez, quinze ou vinte dias depois, sem consciência da gravidade da falta cometida.

Dos militares metropolitanos destaca-se a deserção de 2 oficiais do Quadro de Complemento, do BCaÇ 595, estacionado junto da fronteira, cuja fuga foi longa e rendosamente explorada pela propaganda inimiga. Apenas mais 10 praças não se apresentaram, ou foram capturadas, no ano de 1964.

Juntam-se exemplares de dois panfletos de propaganda do MPLA – um, visando o soldado africano e, o outro, denominado de “soldado colonial português”.

SOLDADO AFRICANO do exército português

Os colonialistas portugueses exploram, roubam, violam e matam em Angola como em Moçambique, na Guiné ou em Cabo Verde.

Porque continuas no exército português?

O Povo angolano luta pela sua Independência

Porque combates contra os angolanos?

Enquanto ajudas o exército dos criminosos não sabes se tua família foi morta pela tropa ou se foi presa pela PIDE.

SOLDADO AFRICANO

O Exército popular de Libertação de Angola, confia na tua Consciência. Vem para o E.P.L.A.! Vem Combater pela Liberdade!

A Vitória será nossa!

Viva a Unidade dos Soldados das Colónias Portuguesas!

VIVA O M.P.L.A. – VIVA O E.P.L.A.!

SOLDADO COLONIAL PORTUGUÊS

O Soldado colonial é o mais indigno dos soldados.

O soldado colonial prefere voltar as costas à situação do seu próprio País para ir defender, num País estrangeiro, os interesses daqueles mesmos que são os inimigos do seu Povo.

Os grandes capitalistas portugueses e estrangeiros que Salazar defende sujeitam a sua Pátria a um regime de TIRANIA e de FOME e o SOLDADO COLONIAL NÃO HESITA em abandonar o seu País e ir para Angola defender precisamente os carrascos do seu Povo.

Entre o liquidar um regime que prejudica o seu País a assassinar os inocentes duma Angola que não lhe pertence, o SOLDADO COLONIAL PREFERE assassinar os inocentes dessa Angola que não é sua. Em vez de exigir o pão e a liberdade que faltam ao seu Povo, o SOLDADO COLONIAL PREFERE impedir que o Povo de Angola exija a LIBERDADE E A TERRA que lhe roubaram.

Em vez de libertar o seu País da Tirania do Terror e da Miséria em que se encontra mergulhado, o SOLDADO COLONIAL PREFERE ir semear a TIRANIA, O TERROR E A MISÉRIA numa Angola que nenhuma violência fará sua.

O SOLDADO COLONIAL É UM COBARDE NA SUA PRÓPRIA PÁTRIA E UM "VALENTE" NA PÁTRIA ALHEIA.

*

* *

Porque o assunto da Acção Psicológica ganhava cada vez maior acuidade, o EME elaborou em 1965 nova Directiva³⁰⁰ onde se esclareciam conceitos expandidos na Directiva n.º 1 e se acrescenta, relativamente aos territórios ultramarinos:

"...Nos territórios ultramarinos a Acção Psicológica deverá, igualmente, ser preocupação dos governos provinciais..." levando-se assim a coordenação de AP também às Autoridades Cíveis.

"...Mais detalhadamente, o Departamento do Exército deve:

relativamente às partes do território nacional onde não tiverem sido constituídos Comandantes-Chefes: conceber, dirigir, impulsionar e coordenar todas as actividades das forças subordinadas na acção psicológica, de acordo com as directivas superiores;

(300) Directiva n.º 2 de Acção Psicológica, Circular n.º 3525/NP, de 25Nov65, da 2.ª Rep./EME.

relativamente aos Comandos-Chefes constituídos: providenciar pela conveniente organização, equipamento e instrução das forças do Exército a colocar sob as ordens desses comandos, por forma a permitir-lhes cumprir no âmbito da acção psicológica, as directivas superiores...”

Como se vê, a responsabilidade pela Acção Psicológica, em cada Província Ultramarina, onde existisse Comando-Chefe, era local, como aliás se impunha em face das peculiaridades de cada território.

No entanto, o EME enviava para o Ultramar todos os documentos de interesse geral que ia elaborando, em número suficiente para uma difusão até ao escalão Companhia, ou correspondente, dentro de um princípio de colaboração e obedecendo à ideia de que “todos trabalham para o mesmo objectivo”.

Em contrapartida, o EME esperava receber das Províncias Ultramarinas informações e imagens que lhe permitissem tomar iniciativa, de cujos efeitos psicológicos viriam, afinal, a beneficiar também essas mesmas Províncias.

Terminava o documento com as seguintes palavras:

“...No início desta directiva afirmou-se que em todos os tempos a acção psicológica tem constituído uma preocupação dos chefes militares que consideram o moral das tropas o factor fundamental da vitória.

Numa época, como a nossa, em que as lutas de ideias se sobrepõem às próprias lutas no campo militar e são postas em acção técnicas eficientes de telecomando dos espíritos e de agitação das massas, utilizando meios de comunicação cada vez mais vastos, essa acção psicológica assumiu um papel verdadeiramente capital.

Vivemos no século da “Propaganda” e a “Opinião” constitui hoje, sem dúvida, uma das maiores forças sociais.

É indispensável que nos compenetrems desta realidade, para que não se corra o risco de “ganhando batalhas, se perder a guerra”.

Não nos esqueçamos de que na Guiné, Angola e Moçambique, o In se mostra mais forte exactamente no ponto em que nós somos mais fracos – na Guerra Psicológica.

A Acção Psicológica que nós possamos desenvolver não constitui o único processo de resolver todos os conflitos desta época em que a guerra é “total”, mas pode afirmar-se que é absolutamente indispensável para auxiliar a resolvê-los.

Verifica-se, felizmente, uma crescente compreensão deste problema dentro do meio militar. É necessário, contudo, que a acção seja geral e nela se empenhem os maiores esforços...”³⁰¹

(301) Directiva n.º 2 de Acção Psicológica; Circular n.º 3525/NP de 25Nov65 do EME/2.ª Rep.

Apresenta-se um conjunto de fotografias elucidativas da acção desenvolvida pelas Nossas Tropas no âmbito da Acção Social e que muito contribuíram para o bem-estar pessoal e geral das populações, com notória valorização do seu nível de vida.

Assistência religiosa, médico-medicamentosa, escolar, formação profissional, construção de novos aldeamentos dotados de requisitos mínimos de vivência, melhoramento das vias de comunicação com pontões, são aspectos bem visíveis na nossa acção pela “conquista das almas”, absolutamente essencial na guerra de guerrilhas.



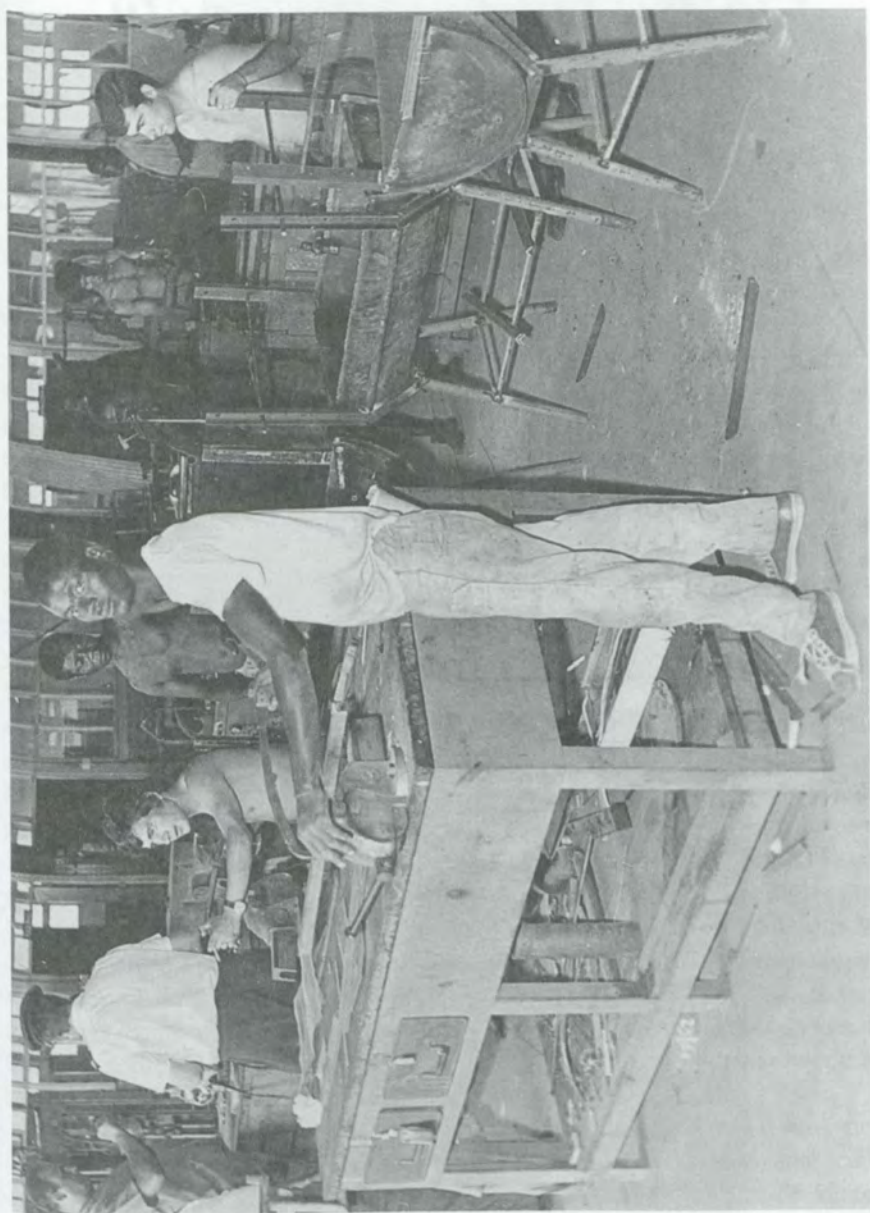
Assistência Religiosa



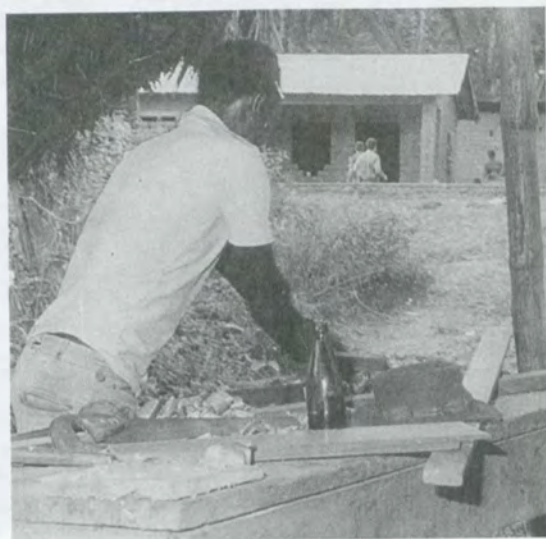
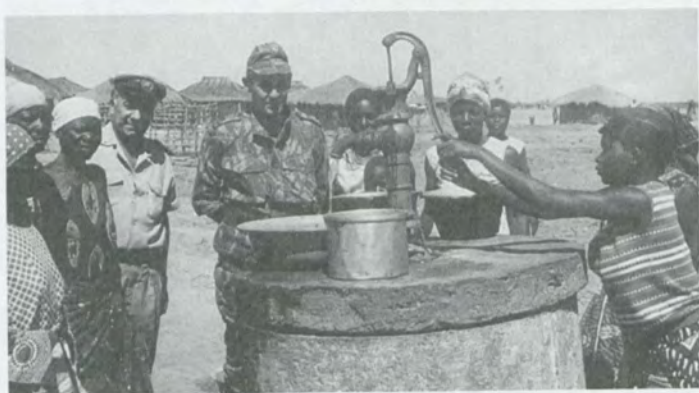
Assistência Médica-Medicamentosa



Assistência Escolar



Assistência Profissional



Melhoria das Povoações

PLANO DE OPERAÇÕES “VULCANO VERDE II” – 1964

A linha de Caminho de Ferro Luanda-Malange, com 1,067 de bitola, dava escoamento a uma região agrícola notória numa extensão de 427 Km. A sua construção iniciou-se em 1886 só vindo a estar concluída em 1909. À data da eclosão do terrorismo estava em construção o prolongamento do seu ramal de Golungo Alto até Cassange.

O ano de 1964 inicia-se com preocupações operacionais relativas a este caminho de ferro, sobre o qual o Comando da Região Militar de Angola elaborou o Plano de Operações “Vulcano Verde II”³⁰². Até Janeiro deste ano apenas se verificara uma acção inimiga de vulto no CF de Malange: o ataque na madrugada de 10 de Outubro de 1963, ao Km 97, nas proximidades de Barraca, sobre um grupo de trabalhadores do CF, que se deslocava numa zorra e de que resultara a morte do capataz europeu, o desaparecimento de dois nativos e ferimentos noutros dois. O grupo inimigo pouco numeroso, usava fardamento – calças e camisas cinzentas e boné camuflado e utilizara espingardas e caçadeiras. Mais quatro incidentes, porém, haviam ocorrido embora sem grande importância: colocação de um ferro sobre os carris em Fevereiro de 1963, entre Matete e Aldeia Formosa, que não causou qualquer dano à automotora que passou sobre ele; colocação de pedras sobre a via, em Março de 1963, entre Grafanil (Luanda) e Viana com o propósito de fazer descarrilar uma viatura de fiscalização da linha; o aparecimento, em 8 e 9 de Setembro, ao Km 378, de dois parafusos sobre os carris e o aparecimento de um ferro, também sobre os carris em 13 de Outubro de 1963, nas proximidades de Zenza do Itombe.

Mas também no ano de 1964 se haviam verificado incidentes noutras linhas de Caminhos de Ferro de Angola: no ramal do Dondo apareceu, em Junho 63, um troço de carril sobre a linha; no Caminho de Ferro de Benguela,

(302) Plano de operações “Vulcano Verde II”, do QG/RMA, de 14Jan64.

em 29 de Outubro, fora colocado um troço de árvore sobre a linha e, em 16 de Novembro, uma travessa de aço. No CF de Moçâmedes, em 13 de Junho, fora posta uma pedra na linha e já anteriormente ali ocorrera outro pequeno incidente.

Todos estes indícios foram considerados pela RMA como levando a admitir a possibilidade de o inimigo executar acções de sabotagem não especificadas sobre os caminhos de ferro de Angola, tanto mais que outras notícias referiam a existência de especialistas estrangeiros, ou treinados no estrangeiro, ligados ao GRAE e a sua infiltração em Angola, a instrução em sabotagem a terroristas no Congo-Leão e a posse pelo inimigo de explosivos plásticos e bombas relógio.

O documento que havia sido capturado ao MPLA³⁰³, referia expressamente a sabotagem de vias férreas que eram todas elas fundamentais para a actividade económica da Província e a linha Luanda-Malange tinha evidente interesse militar, só sendo de estranhar, que, atravessando zonas de difícil defesa da ZIN, não tivesse sido, até então, objecto de insistentes ataques.

A missão do Plano de Operações “Vulcano Verde II” é assim definida: “... vigia e protege as infraestruturas, o material e as instalações técnicas do caminho de ferro Luanda-Malange. Quando necessário e determinado garante o funcionamento dos transportes, quer accionando os meios, quer mantendo em condições de trabalho o material e as infraestruturas...”

No conceito da operação atribuía-se a vigilância da linha, instalações e material, às Unidades estacionadas ao longo da linha; previa-se o reforço da vigilância e a execução de medidas de segurança nos pontos considerados sensíveis; preconizava-se que forças de pequenos efectivos circulassem nas composições ferroviárias e que tropas especializadas fossem colocadas em condições de, rapidamente, acorrerem a qualquer ponto da linha que fosse destruída ou impedida e ainda que se mantivesse pessoal em condições de poder accionar material circulante e outro, necessário ao tráfego ferroviário.

A defesa militar da linha foi cometida ao COMDEL (Comando de Defesa de Luanda) no respeitante à estação de Luanda e oficinas gerais; ao Sector B2, o troço da sua área e às forças da sua Z.A., as instalações de Catete, Cachari e Zenza de Itombe; ao Sector B3, o troço da sua área e instalações do Dondo, Luinha e Canhoca e pontes de Camoma e Lucala e ao Sector B4, a estação de Malange e o troço da sua Z.A.

Os aspectos técnicos referidos no conceito de operação foram atribuídos ao Destacamento de Sapadores de Caminhos de Ferro e consistiam em:

- constituir equipas de socorro em Luanda e Malange e eventualmente noutras localidades, para ocorrer a qualquer emergência;

(303) Ver capítulo “Doutrina Militar do Inimigo”, pág. 439.

- patrulhar a linha em material ferroviário;
- executar inspecções técnicas na linha e obras de arte;
- fornecer escoltas a comboios, com forças de pequeno efectivo;
- manter o pessoal em condições de accionar o material rolante e de tráfego;
- proceder a trabalhos de construção, de interesse militar e, à ordem, executar a segurança próxima dos comboios, por intermédio de dresines-piloto.

Naquele Plano constava ainda que qualquer ocorrência fosse imediatamente comunicada ao QG e ao Governo de Distrito interessado, que as escoltas a comboios deveriam ter um efectivo proporcionado à extensão da composição e à importância do transporte e que a actuação das forças militares deveria ser, sempre que possível, coordenada com o do Corpo de Polícia privativo dos Serviços de Caminhos de Ferro. Preconizava-se também que ao pessoal que executasse missões relacionadas com a segurança dos caminhos de ferro fossem dadas instruções sobre a forma de actuar e sobre a técnica de destruição de vias ou instalações ferroviárias, incluindo obras de arte.

Apesar de todas as preocupações e de alguns poucos incidentes terem ocorrido nesta linha nunca, durante toda a campanha, houve incidentes graves que fizessem perigar o trânsito regular por ela de mercadorias e passageiros, civis ou militares.

DIRECTIVAS N.º 1 E 2/64 SOBRE ACTIVIDADE OPERACIONAL E SOBREVOOS SUSPEITOS

ACTIVIDADE OPERACIONAL – DIRECTIVA N.º 1/64

A Directiva n.º 1/64 – Para a actividade operacional das Forças Armadas de Angola, elaborada pelo novo Comandante-Chefe³⁰⁴ apresentava, relativamente a outras Directivas Operacionais anteriores, alguns pormenores que se revestem de interesse militar, quanto à apreciação do inimigo, à filosofia de actuação das Forças Armadas em Angola e mesmo em relação ao valor militar de certas áreas. É uma Directiva redigida com extremo cuidado e pormenor que, na prática, deve ter interferido muito na competência e iniciativa do Comandante da RMA.

Quanto ao inimigo admitia-se que, no plano político mundial e, de acordo com interesses mais ou menos inconfessáveis, se verificava uma oposição quase geral à política ultramarina portuguesa e que, no quadro africano, podia considerar-se que os países ou os territórios em vias de independência, com excepção da Rodésia do Sul e da República da África do Sul, eram nossos inimigos potenciais.

Esta atitude política – comenta-se na Directiva, – tem tido materializações no campo militar, por ajuda aos terroristas que constituem o nosso inimigo real, através de auxílio financeiro, auxílio em material de guerra e outro, essencial à actividade terrorista, facilidades de instrução, treino e apoio moral.

No que diz respeito aos países ou aos territórios limítrofes de Angola, além das ajudas mencionadas, as organizações do inimigo dispunham da maior liberdade de acção e de grandes facilidades, o que lhes permitia manter os seus “escritórios” para os órgãos centrais de direcção, recrutamento e orientação da instrução, os campos de formação dos terroristas, as concentrações junto às fronteiras, para apoios dos grupos a infiltrar e outras formas de apoio.

(304) Directiva n.º 1/64, de 20Jul64, do General Alberto Andrade e Silva.

No seu conjunto, os movimentos emancipalistas de Angola tinham em cada país vizinho um verdadeiro “santuário”, que lhes conferia as melhores condições de actuação.

O inimigo real, avaliado em face dos resultados da acção que vinha desenvolvendo era considerado pelo CCFAA nas seguintes fases:

- fase de transição de passagem à guerrilha generalizada – fase que precede o emprego de unidades pseudo-regulares, em algumas áreas da ZIN: Dembos, Mata Sanga, Serras do Uige e Mucaba, incluindo-se nesta fase Cabinda e com tendência a alastrar para NW: Sumba, Quelo, Lufico, e para E, Carmona, Negage, Massau e ainda para SE: Malange e Salazar, para S: Luanda e para W: costa.
- Fase de enquadramento, intimidação e se necessário, eliminação de notáveis em toda a restante ZIN – fase que reaparecera com maior intensidade nos últimos tempos na fronteira do Cuango e na fronteira N da ZIL, nas regiões de Luremo e Camaxilo.
A Directiva considerava que esta fase começava a revelar-se também nas fronteiras Leste das ZIL e ZIS.
- Fase de clivagem, utilizando o racismo, as seitas proféticas-messiânicas, ou o nacionalismo, conforme a natureza dos movimentos interessados, ou de aliciamento, propaganda e intoxicação, em certas áreas das ZIL, ZIC e ZIS.

Na sua actividade, o inimigo vinha demonstrando iniciativa e apresentava-se mais numeroso, melhor instruído, treinado e enquadrado, dispondo de armamento mais variado – metralhadoras, morteiros médios e de poder de fogo, aplicando técnicas de actuação que revelavam uma eficiente melhoria militar no conjunto das suas acções. Com alguma frequência o inimigo aparecia uniformizado, o que revelava progresso na organização..

A Directiva, que não era optimista em relação a dificuldades que se avizinhavam para as Forças Armadas, previa que, a curto prazo, o inimigo pudesse realizar acções do tipo:

- intensificação da guerrilha em Cabinda e na restante ZIN;
- alastramento da guerrilha na ZIN – o que já se vinha verificando em parte nas direcções de Sumba, Quelo, Lufico, Carmona, Negage, Massau, Malange, Salazar, Luanda, Ambriz e Ambrizete;
- alastramento da subversão à ZIC, ZIL e ZIS;
- acção de maior envergadura contra os aquartelamentos e outros estacionamentos das NT;
- tentativa de ocupação de parte de Cabinda;

- tentativa de isolamento de outra qualquer parcela de Angola;
- abertura de uma 2.^a frente nas ZIL e ZIS, com o consequente alastramento da guerrilha e transferência do esforço para essa/essas ZI;
- acções de terrorismo, incluindo o selectivo, em centros importantes como Luanda;
- acções de sabotagem.

Em conclusão, o novo Comandante-Chefe das FAA considerava que podia deduzir-se que o inimigo, evoluindo no sentido de um maior potencial, se encontrava nalgumas áreas da ZIN na fase insurreccional de passagem à guerrilha generalizada e em preparação de forças pseudo-regulares.

Nesta Directiva o CCFAA faz questão – o que não sucedeu em Directivas anteriores – em fundamentar claramente competências operacionais, referindo que na organização das Forças Armadas de Angola, existia o escalão Comando-Chefe, cabendo ao Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola, fundamentalmente:

- na dependência do Ministro da Defesa Nacional, por intermédio do Estado Maior General das Forças Armadas, a responsabilidade pela conduta operacional e pelo emprego dos meios;
- a coordenação da actividade das Forças Militares na Província, por intermédio dos respectivos Comandantes e da actividade das Forças Militarizadas colocadas sob o seu comando operacional;
- a ligação com o Governo da Província, no sentido de a acção nos domínios da administração civil, financeiro e económico, social e cultural, facilitar a acção das Forças Armadas e reciprocamente.

O escalão Comando-Chefe, afirma-se, era um escalão de concepção, coordenação e inspecção, no que respeitava ao emprego das Forças Armadas de Angola e de ligação com o Governo da Província, nos domínios político-militar, mas não era, contudo, um escalão de execução.

Quanto à filosofia da actividade das nossas tropas, o novo Comandante-Chefe entendia que ela deveria ser eminentemente ofensiva e repartida em Forças de Quadrícula (Forças ou Guarnições de Segurança e Forças de Intervalo) e Forças de Intervenção.

As Forças de Quadrícula, diz-se na Directiva, constituem uma segurança geral em superfície para assegurar a posse dos pontos estratégicos dominantes ou sensíveis; garantir a segurança dos centros populacionais, áreas de interesse económico, actividades básicas, elementos fundamentais das infraestruturas – a vida económica da zona afectada pelo terrorismo; apoiar as populações,

evitando o seu domínio pelo terrorismo; desencorajar tentativas de isolamento de parcelas do território; limitar a actividade ofensiva dos terroristas, confinando-os às zonas de refúgio e servem de base de partida às acções de redução. Para isso, a actividade dessas forças instaladas em Subsectores e Sectores deveria desenvolver-se de forma contínua e intensa, devidamente planeada, orientada e coordenada e de acordo com três parâmetros:

- a actividade de rotina, incluindo a defesa de estacionamento, deveria realizar-se com o mínimo de efectivos ou seja as Forças de Guarnição e Segurança deveriam ser mínimas, para que as Forças de Intervenção tivessem o máximo de efectivos;
- a nível Sector e Sub-Sector haveria vantagem em constituir reservas que actuassem como verdadeiras pequenas forças de intervenção desses escalões;
- as Forças de Intervalo participariam em operações de redução, nas quais o seu conhecimento do terreno local e do inimigo tornaria o seu emprego mais rendoso.

Quanto às Forças de Intervenção, considerava o Comando Chefe que deveriam ser constituídas reservas ao nível RMA, para reforço e prolongamento das Forças de Intervalo e ao nível CCFAA, pois estas reservas pela diversidade de situações em que poderiam ser empregues permitiam “fazer sentir a acção na luta, levando-a ao campo inimigo, onde, quando e como se quisesse, detendo a iniciativa...”

Da actuação intensa destas forças e “... uma vez conseguida a desorganização do inimigo, considera-se que será possível conduzir simultânea e coordenadamente, uma ofensiva geral a levar a efeito por todas as forças, mas sem prejuízo da segurança que é conferida pela Quadrícula ...”³⁰⁵

Esta Directiva é, de facto, um documento notável, embora nada optimista na medida em que pretende tirar o máximo rendimento das tropas ao dispor do CCFAA, a terminar com uma ofensiva geral, depois de aliviar, na medida do possível, a pressão do inimigo na ZIN, retomando completamente a iniciativa; fechar o mais possível as fronteiras; incrementar ao máximo as forças dos Sectores e Sub-Sectores e manobrar, com reservas adequadas, em todos os Sectores. No fundo e em resumo, pensava-se remeter o inimigo a zonas de refúgio bem delimitadas e conhecidas das forças de Intervalo e batê-las com as reservas da RMA e CCFAA.

Quanto à análise dos Sectores, o CCFAA dá especial importância aos Sectores de Cabinda e de Luanda que, para ele, eram os dois Sectores mais

(305) Directiva n.º 1/64, de 20Jul64, do General Alberto Andrade e Silva.

sensíveis da ZIN. Mas, Cabinda estava, de facto, no centro da sua atenção por considerar que apresentava uma série de características de que destacava:

- é um enclave, envolvido por território de dois países – Congo ex-francês e Congo ex-belga;
- o Distrito constitui praticamente todo ele uma fronteira;
- reunia condições favoráveis para o inimigo tentar uma ocupação total ou parcial e instalar, fictícia ou realmente aí um “governo fantoche”. A floresta de Maiombe, densíssima e impenetrável em muitos pontos, desenvolvendo-se pelos países vizinhos, prestava-se optimamente a este propósito;
- uma vez isolado pelo inimigo uma parcela do território, tornava-se muito difícil a sua reocupação.

Em face destas especificidades entendia-se, na altura, ser fundamental assegurar a possibilidade de, em emergência, reforçar o Sector, por via aérea ou marítima e, daí, a sensibilidade que assumia o porto e o aeródromo de Cabinda.

E a preocupação do Comando-Chefe acerca do Enclave de Cabinda é tal que não se inibe de expressar que “... Acentua-se também, como consequência daquilo que se indicou, que o problema de Cabinda transcende a simples circunstância de ser um sector da ZIN e, portanto, uma responsabilidade da RMA: pela forma como se relaciona com os preceitos da missão das Forças Armadas em Angola e pelo reflexo que, na defesa de Angola, tem tudo quanto se relaciona com Cabinda, o distrito constitui uma preocupação para o Comandante-Chefe; e, todo ele, um problema de fronteira, pelo que a sua defesa vincula a Defesa Nacional...”³⁰⁶

Em relação à restante ZIN, depois de salientar a importância das fronteiras, o Comandante-Chefe salientava a importância das linhas dos rios M’Bridge, Loge e Dange para interceptar as linhas de infiltração inimiga, referia-se à fronteira do Cuango (a leste do Norte de Angola), que começara por ter acuidade, então esbatida, mas que impunha uma vigilância atenta e definia claramente o esforço ofensivo na ZIN que “... tem que ser exercido nas actuais zonas de refúgio – Dembos, região de Bessa Monteiro, conjunto das Serras do Uíge – e/ou outros que se venham a revelar...”, no que não difere das preocupações da Directiva de 1963 para a época seca do seu antecessor, mas elege ainda duas áreas onde o esforço militar deve ser levado: Inga e Serra da Canda.

Quanto às restantes zonas de Intervenção – ZIC, ZIS e ZIC – é notória a preocupação de não deixar alastrar a subversão até elas.

(306) Directiva n.º 1/64, de 20Jul64, do General Alberto Andrade e Silva.

A Directiva é também original quando considera que a actuação das Forças Armadas deve ser global e incidir nos grandes componentes que alimentam a guerra subversiva: bandos armados inimigos, populações mantidas sob coacção pelo inimigo e os meios de vida – depósitos de víveres, celeiros, lavras etc., o que as obrigaria a actuar, através de uma acção militar, em relação aos grupos de terroristas armados, uma acção psicológica em relação às populações coagidas, de forma a obter a sua apresentação e de uma acção de destruição sistemática dos meios de vida do inimigo e das populações sob coacção, por recurso aos meios clássicos e outros.

Relativamente ao dispositivo, o Comandante-Chefe refere que, em termos gerais, deveriam manter-se as linhas dos Planos “Centauro Grande” e “Marfim Negro”, de 1962 e 1963, mas que se impunham certas medidas a estudar, nomeadamente os limites dos Sectores ou Sub-sectores de fronteira, por forma a não coincidirem com linhas de infiltração naturais; estudo idêntico em relação a linhas de compartimentação da subversão e a adaptação, sempre que possível, da organização militar à organização administrativa da Província.

Esta Directiva parece corresponder à necessidade de tirar todo o rendimento dos efectivos disponíveis, uma vez que a Metrópole, já a braços com a subversão violenta na Guiné, não poderia fazer um esforço muito maior e preconizava novas formas de actuação. É uma Directiva complementar das anteriores mas, indubitavelmente nova no conceito que apresenta.

SOBREVOOS SUSPEITOS – DIRECTIVA N.º 2/64

Desde o início das Campanhas que, frequentemente, eram assinaladas violações do espaço aéreo por parte de aeronaves de origem muitas vezes desconhecida, em especial próximo das fronteiras, sem que o facto significasse necessariamente ser um acto hostil.

Todavia, num território em luta, como o de Angola, era absolutamente necessário definirem-se procedimentos para com essas violações, algumas vezes involuntárias e outras forçadas pelas condições atmosféricas.

O CCFAA, perante a dispersão das disposições que pontualmente se iam tomando sobre os casos que surgiam, entendeu uniformizar e actualizar os procedimentos a adoptar pelas tropas de superfície, quando se verificassem sobrevoos suspeitos, ou violações do espaço aéreo da Província. Para o efeito elaborou, em 25Jun64, uma directiva sobre o assunto, em que se começou por

definir o que era uma aeronave inimiga, uma aeronave suspeita e um acto hostil³⁰⁷.

Por aeronave inimiga considerava-se ser a aeronave ou meio aéreo que viesse a ser reconhecido, pelas suas marcas de identificação visíveis, como pertencendo a um país em estado de guerra com Portugal, ou como pertencendo a alguma organização declaradamente hostil a Portugal, considerando-se não haver nenhum país nas condições referidas e que as organizações declaradamente hostis a Portugal eram o GRAE, a FNLA e o MPLA.

Aeronave suspeita era a aeronave ou meio aéreo que não tivesse entrado em contacto rádio e que fosse avistado ou referenciado por outros meios (radar) nas proximidades de uma instalação militar, fixa ou móvel, da Marinha, do Exército ou da Força Aérea, incluindo navios de alto mar, tropas em operações ou aeronaves em rota, ou ao longo da costa ou fronteira e até ao momento em que, pelas marcas de identificação, fosse reconhecido como nacional, militar ou civil. O contacto rádio deveria ser estabelecido antes das três milhas.

Por acto hostil, efectuado por meio aéreo, a Directiva considerava várias situações:

- ataque, por armas de bordo, contra objectivos militares ou civis, situados em territórios, mar territorial ou espaço aéreo nacional;
- ataque, por armas de bordo, contra navios, aeronaves ou aéreos nacionais em rota fora do mar territorial ou espaço aéreo nacional.
- observação e reconhecimento do território nacional e instalações ou unidades navais, militares ou aéreas, quer em estacionamento, quer em operações, exceptuando-se os casos de mau tempo com tectos baixos, inferiores a 100 metros, porque a aeronave poderia andar perdida ou à procura de um local para aterrar e os casos em que, nas imediações de um aeródromo, a aeronave suspeita descesse o trem ou abanasse as asas, em caso de trem fixo;
- manobra preparatória para ataques aéreos – aproximação em voo baixo e motores em pleno e aproximação em voo picado ou semi-picado;
- largada de pessoas em paraquedas ou de qualquer carga sobre território nacional ou águas territoriais, desde que não autorizada ou justificada por razões de emergência.

Conforme as situações e em casos perfeitamente definidos, as tropas de superfície poderiam fazer “fogo de aviso” (intimidações), “fogo para abaterem precedido de fogo de aviso” e “fogo para abater sem tiro de aviso”.

(307) Directiva n.º 2/64 – Sobrevoos Suspeitos – Violações do Espaço Aéreo, de 25Jun64, do CCFAA.

Embora a Directiva revele uma grande preocupação com este assunto, ele nunca veio a assumir uma grande importância uma vez que o inimigo nunca possuiu meios aéreos e os países limítrofes se terem absterido sempre de actos hostis com tais meios.

O ENCERRAMENTO DA FRONTEIRA NORTE DA ZIN EM 1964

A acuidade que assumia a Zona de Infiltração definida em capítulos anteriores, por onde se processava todo o fluxo de homens, material, e mantimentos para a zona de guerrilha e o conhecimento que havia das principais linhas de infiltração da fronteira N da ZIN, tornaram o problema do “encerramento desta fronteira” uma das preocupações do Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola.

Em nota enviada para o CEMGFA em Lisboa³⁰⁸ o CCFAA afirma que, não sendo possível encerrar a fronteira apenas com a acção das nossas tropas, em face dos efectivos que seria possível atribuir a essa missão, preconizava o emprego de meios activos em combinação com os meios passivos, concretizados na abertura de uma picada paralela à fronteira, a partir de Nóqui para Leste, até ao Rio Cuango aproveitando-se, da estrada já existente, os troços mais próximos da fronteira, reduzindo-se assim os quilómetros do itinerário a construir.

A referida picada “... permitiria uma melhor vigilância da fronteira e facilitaria a construção de uma rede de fio de ferro paralela, com cerca de cinquenta metros de espessura que, conjugada com o emprego de minas e armadilhas, criaria um obstáculo à infiltração. Esta picada deveria situar-se a uns 10 ou 15 quilómetros da fronteira, de modo a poder ser batido pelo fogo o obstáculo constituído pela rede de fio de ferro, sem o perigo de se provocarem incidentes de fronteira...”

O CCFAA sugeria que o empreendimento fosse levado a efeito pela Engenharia Militar – as duas Companhias de Sapadores da RMA – com o concurso da Junta Autónoma das Estradas de Angola e de grupos de trabalhadores recrutados, propondo o contrato de 800 trabalhadores bailundos.

O traçado da picada, ao longo de um troço de fronteira de 350 Km, exigia a necessidade de construção de uma extensão de 150 Km de picada.

(308) Nota n.º 882/64-P.º 421.30, de 20Mar64, do CCFAA, para o CEMGFA.

A Província de Angola adquiriu algum do material necessário não constante das dotações das Companhias de Sapadores, sendo necessário ainda um quantitativo em dinheiro orçado em 50.000 contos para aquisição dos rolos de fio de ferro, estacas, pregos, explosivos e outro material.

Todas as entidades de Angola intervenientes neste processo deram o máximo de apoio à iniciativa, "... pois se tratava da concretização de uma ambição do Conselho de Defesa Militar de Angola, já antiga, que nunca fora materializada em estudos, pois nunca passara de uma aspiração e que, portanto, ia ao encontro de uma preocupação de longa data, que era a de dificultar o trânsito através da fronteira Norte..."³⁰⁹

Sobre o assunto, o CCFAA recebeu do Ministério de Defesa Nacional o seguinte parecer³¹⁰:

"...A Defesa Nacional dá o seu total apoio à ideia da criação de um obstáculo a implantar na fronteira N da ZIN bem como à construção, que parece essencial, da picada e felicita-se pela compreensão e ajuda do Governo da Província. Os Departamentos da Defesa Nacional e do Exército prometeram igualmente, todo o seu apoio que só encontrará limites nos meios à sua disposição. O Ministro da Defesa Nacional vai promover uma reunião Defesa Nacional/Ministério do Exército, com o pedido de comparência de todas as entidades que possam prestar colaboração, quer através dos orçamentos respectivos, quer de materiais existentes em depósito..."

Em 21 de Abril de 1964, o CCFAA enviou ao CEMGFA novo ofício³¹¹ em que refere que a estimativa inicial do obstáculo considerava que o projecto orçava em 112.000 contos mas que, no sentido de colocar a obra em termos aceitáveis de custo se optara por uma solução de 350 km de 3 faixas de 10 metros de fio, intervalados de 2 faixas de 10 metros livres em vez de uma única faixa de 50 Km de fio, o que reduzia a verba para os 50.000 contos pedidos.

É, entretanto, solicitado à Direcção da Arma de Engenharia um parecer sobre o assunto o qual, por constituir um importante documento sobre a construção de obstáculos como o preconizado e o seu valor numa campanha como a que se sustentava em Angola, se transcreve sem grandes comentários, nas partes julgadas mais pertinentes³¹²:

(309) Nota n.º 1027/64, de 11Abr64, do CCFAA, para o Secretariado Geral de Defesa Nacional com conhecimento ao Governo Geral de Angola.

(310) Nota n.º 1032/A-P.º 324.210, de 16.4.64, do MDN.

(311) Nota secreta 1126/64-P.º 421.3, de 21.4.64, do CCFAA.

(312) Parecer do Director da Arma de Engenharia, de 29Dez64, em arquivo.

“... EMPREGO DA ORGANIZAÇÃO DO TERRENO E SUA UTILIDADE”

Não se pode encarecer suficientemente o interesse e utilidade de um obstáculo que, instalado ao longo da fronteira permita, com reduzidos efectivos, controlar eficientemente a entrada e saída de pessoas e mercadorias. O emprego da fortificação, permanente ou de campanha, para conseguir a economia de forças na vigilância e defesa das fronteiras é de todos os tempos e desde a muralha da China, que foi considerada uma das sete maravilhas do Mundo, até às redes electrificadas modernamente utilizadas na campanha da Argélia e em outros teatros de guerra, inúmeras soluções têm sido preconizadas e realizadas com mais ou menos êxito.

O que é necessário, mas nem sempre fácil, é criar o sistema mais apropriado a cada caso, tendo em vista todos os condicionamentos existentes. Só então poderá considerar-se que a organização do terreno contribuiu eficazmente para a economia de meios na guerra.

UTILIDADE DA “PICADA”

O obstáculo que se preconiza em Angola é, como vimos, constituído por uma picada e 3 faixas de rede de 10 m de largura cada uma, separadas por intervalo de 10 m.

No que se refere à picada, julgamos que ela é de indiscutível utilidade militar.

Com efeito, uma faixa livre de vegetação, com 3 ou 4 metros de largura e extensos troços rectos, facilita extraordinariamente a vigilância e o controle do trânsito num e noutro sentido, perpendicularmente ao eixo da picada, sobretudo em zonas de vegetação.

Se a essa vantagem militar acrescentarmos a utilidade que para o desenvolvimento do território representa mais uma via de comunicação, ficará completamente justificada a construção deste elemento do sistema.

Quanto à rede de fio de ferro analisá-la-emos mais pormenorizadamente no número seguinte.

APRECIACÃO DO OBSTÁCULO DE REDE

Um obstáculo de rede com as características apresentadas, na extensão de cerca de 350 Km, é naturalmente uma obra dispendiosíssima, não só na instalação inicial mas também na conservação, visto ser constituída por elementos que facilmente se deterioram sob a acção do tempo. Este último encargo pesará permanentemente quer absorvendo pelo menos uma Com-

panhia de Engenharia, quer originando avultadas despesas em aquisição de rede, minas e armadilhas que se vão deteriorando com o tempo. Para um encargo inicial de 50 mil contos haverá que contar anualmente com alguns milhares de contos, para renovação de material, que irão aumentando à medida dos que os anos passarem, sendo de prever a sua substituição total em menos de 10 anos.

Se houver ainda a necessidade de desmatção, ao longo de muitos quilómetros, da faixa de 50 m de largura prevista (a largura de uma pista de aviação), esse trabalho inicial e o da complexa conservação da sua limpeza depois do obstáculo instalado, constituem uma árdua e absorvente tarefa a renovar todos os anos.

Esta enorme quantidade de material e de trabalho a consumir na instalação inicial e depois na conservação deste tipo de obstáculo, fez-nos reflectir sobre a possibilidade de simplificação deste elemento do sistema.

Em primeiro lugar, um obstáculo que não seja permanentemente vigiado e não possa ser eficazmente batido perde praticamente todo o valor. No caso concreto que estamos analisando, uma reduzida equipa, treinada e dotada de equipamento apropriado, conseguirá abrir uma brecha no obstáculo em relativamente pouco tempo quer se trate de uma só ou de três faixas de rede, mesmo com 10 de largura. Cada faixa será vencida no período de alguns minutos apenas, desde que não haja vigilância. E nem sequer é prudente contar com a acção das minas e armadilhas que, praticamente, não poderão atingir a densidade conveniente em tão grande extensão.

Ora, se há necessidade de assegurar a vigilância do obstáculo de dia e de noite pouca diferença haverá em que este seja constituído por três ou apenas por uma faixa de 10 m de rede. O acréscimo de segurança dado pela tripla faixa parece não corresponder ao acréscimo de despesa e de trabalho a que dá origem.

Deste modo fomos levados a sugerir a simplificação do trabalho para uma só faixa, pelo menos em primeira fase e ao longo da maior parte da fronteira.

Mas, uma vez que a vigilância em caso algum pode afrouxar ou ser abandonada, não haverá ainda forma de simplificar este elemento da organização e de lhe dar uma estrutura menos dispendiosa em materiais e mão de obra, tanto na sua instalação como para a sua conservação?

Reflectindo sobre o assunto, fomos conduzidos, depois de algumas tentativas, a uma solução que nos parece conciliar, de forma muito equilibrada, os requisitos de economia e segurança. Vamos apresentá-la de seguida." Depois de apresentar a crítica ao plano da RMA, a DAE propôs o sistema que a seguir se apresenta.

"NOVO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO PARA A VIGILÂNCIA E CONTROLE DA FRONTEIRA

O sistema que vamos expôr e preconizamos para a vigilância e controle do trânsito através da fronteira Norte da ZIN, em Angola, compreende três elementos fundamentais (ver Desenho – Anexo A):

- Uma Orla Exterior de Vigilância a cerca de 5 Km da fronteira (3 Km no mínimo) constituída (ver Desenho – Anexo B) por uma vedação de cerca de 2 metros de altura composta por duas fiadas de rede fixadas a estacas com concertina no seu interior. O traçado desta vedação aproveitará ao máximo os obstáculos naturais existentes (declives ásperos, escarpados, cursos de água, etc.) bem como zonas frontais livres de vegetação afim de melhorar as condições de vigilância. Onde se tornar necessário haverá que proceder à desmatização de uma faixa frontal adjacente de 3 a 4 m de largura mínima.

Eventualmente, esta vedação poderá ser reforçada, num ou outro ponto, com outras redes, ou mesmo campos de minas.

Este obstáculo consome menos de metade do material e mão de obra que uma só faixa de rede de 10 m e é de mais fácil vigilância pela maior proximidade a que o vigia pode estar da sua face exterior.

Consumindo entre 30 a 40 m de fio por metro linear de frente, para os 350 Km de extensão serão suficientes para a sua construção, cerca de 60 a 70 mil rolos de arame de 200 m, os quais, ao preço de fornecimento habitual (162\$50 por rolo) importarão entre 10 a 11 mil contos e poderão ser entregues no prazo de 2 anos ao ritmo habitual de 720 rolos por semana.

É de acentuar também que, dada a estreita largura da faixa a desmatar, quer exteriormente quer no interior da própria sebe, os trabalhos preliminares e os de conservação ficam, neste caso, extraordinariamente reduzidos.

O segundo elemento importante do sistema é uma picada interior, adaptada ao trânsito de viaturas auto, coincidente na sua localização com os troços da picada já existente.

A este elemento da Organização chamaremos Picada Interior de Segurança (ver Desenho – Anexo A), pois é ao longo dela que as dispõem os Pontos de Apoio do dispositivo de segurança e é ao longo dela que se deslocam, em viaturas auto, as suas guarnições para ocorrerem rapidamente a qualquer ponto da frente assinalado pelo dispositivo de vigilância, a fim de circunscrever e aniquilar qualquer infiltração que eventualmente se tenha verificado.

Finalmente o terceiro elemento da Organização é justamente a faixa de terreno, entre a Orla Exterior de Vigilância e a Picada Interior de Segu-

rança, de 5 a 10 Km de largura e que designaremos pelo nome de Faixa Absorvente das Infiltrações em virtude da função que lhe é atribuída. Com efeito, esta faixa, pela sua profundidade, permite alertar e pôr em movimento o dispositivo de segurança antes de ser atingida pela infiltração a Picada Interior de Segurança.

Se considerarmos a velocidade de um invasor a pé, não superior a um quinto da velocidade das viaturas auto na picada, poderíamos, para uma largura mínima de 5 Km da Faixa Absorvente das Infiltrações, afastar os Pontos de Apoio de 50 Km, uns dos outros, desde que o alarme e o dispositivo de segurança actuassem sem perda de tempo. Consideramos que, na prática, a distância entre Pontos de Apoio não deverá ir além de 40 Km, para que se possa acorrer em tempo oportuno a qualquer zona da picada ameaçada de infiltração.

Deste modo será possível, com dois Batalhões, montar ao longo dos 350 Km da fronteira, um dispositivo de segurança eficiente, desde que a vigilância da Orla Exterior seja confiada a pessoal indígena de confiança, agrupado em aldeias localizadas ao longo dessa Orla (ver Desenho – Anexo A). O afastamento entre aldeias poderá ser da ordem dos 5 a 10 Km não convindo ser maior para que as vedetas e patrulhas não sejam forçadas a longos percursos a pé.

Uma segunda linha de aldeias poderá ser estabelecida, numa segunda fase, ao longo da Picada Interior a fim de reforçar a vigilância e até acompanhar os reduzidos efectivos dos Pontos de Apoio no cerco e caça ao Inimigo infiltrado.

RESUMO E CONCLUSÕES

Resumindo, preconizamos que a vigilância e o controlo dos movimentos de entrada e saída pela fronteira N da ZIN, em Angola, sejam apoiados num sistema de Organização do Terreno constituído por:

- Uma Orla Exterior de Vigilância à distância mínima de 3 Km da fronteira, constituída como se indicou.
- Uma Faixa Absorvente das Infiltrações produzidas, com a profundidade mínima de 5 Km para permitir alertar e pôr em marcha o dispositivo de segurança em tempo oportuno.
- Uma Picada Interior de Segurança ligando os Redutos ou Pontos de Apoio do Sistema, a qual permita o rápido deslocamento das tropas em meios auto a qualquer zona ameaçada da frente e facilite ainda um segundo controlo e vigilância de infiltrações realizadas.

Este sistema de Organização parece-nos satisfazer perfeitamente ao fim em vista e possuir condições de realização prática visto encontrar-se dentro de limites comportáveis. A sua grande utilidade parece dever impôr a sua execução imediata.

Há que completá-lo naturalmente com um Sistema de Transmissões apropriado ao perfeito funcionamento dos dispositivos de vigilância e segurança. Sendo da ordem dos 10 mil contos o custo da rede necessária à construção do obstáculo que propomos, julgamos que outros 10 mil chegariam para os restantes trabalhos e aquisições – execução das picadas e outros trabalhos de terraplanagens, construção das instalações das tropas e mais pessoal dos dispositivos, minas e armadilhas, etc.

Assim, mais uma vez, a Organização do Terreno, quando judiciosamente empregada, poderá contribuir para a economia de forças ajudando a resolver eficazmente um problema de segurança e defesa”

Sobre o relatório, o Director da Arma de Engenharia emitiu a sua concordância e refere que ele foi elaborado dentro das directrizes dadas mas, procurando uma solução que harmonizasse as imperiosas necessidades com as fracas possibilidades. Aduz ainda que o obstáculo apenas dificulta ou demora a progressão e que a sua ultrapassagem é feita por abertura de brecha ou por transposição, usando-se este método, que é mais móvel, quando não é possível a destruição. Daí o obstáculo só ter valor e eficiência quando batido, vigiado e mantido. É ainda parecer do Director da Arma de Engenharia que não é na maior densidade, ou na concepção do obstáculo, que reside o factor primordial da sua eficiência, mas tão somente na vigilância e manutenção que se possa exercer sobre o mesmo uma vez que, no caso presente, se considerava quase impossível a obtenção de um dispositivo de fogo que o batesse eficazmente³¹³.

Também o Chefe de Estado Maior do Exército emitiu sobre o relatório um parecer favorável “... parece-me extremamente interessante e de molde a satisfazer o pedido do Comandante Chefe de Angola o estudo para vigilância da fronteira Norte de Angola...”³¹⁴ bem como o Ministro do Exército que despatchou “Aprovo o parecer do General Chefe do EME”³¹⁵.

Depois de tanta concordância nos meios de decisão mais elevados, a obra acabou por não ser realizada sem que se saibam verdadeiramente as razões.

Talvez o aspecto mais difícil da execução do plano para o encerramento da fronteira Norte, mas sem dúvida dos mais interessantes, fosse o de postar, numa primeira fase, ao longo da orla exterior de vigilância, um alinhamento de

(313) Parecer do Director da Arma de Engenharia, de 29Dez64, em arquivo.

(314) Parecer do EME, de 13.1.65, em arquivo.

(315) Em arquivo.

aldeias que, numa segunda fase, seria acompanhado por outro alinhamento, na picada interior de segurança.

Pelos pareceres anteriores a vigilância do obstáculo a constituir era primordial e não podia ser feita apenas pelas forças terrestres, mas ser também exercida pelos nativos que, na sua vida normal, cumpririam essa missão. Mas o distrito do Zaire era um distrito de fraca densidade demográfica e não seria fácil deslocar as populações do local onde habitavam para os pontos estrategicamente escolhidos para, acessoriamente, contribuírem para a vigilância do obstáculo.

Quatro anos mais tarde, em cumprimento da deliberação de 02 de Abril de 1969, do Conselho de Defesa Militar, esta questão da vigilância do Sector do Zaire e o da sua fraca densidade populacional ganhou de novo actualidade. Provavelmente nunca a perdera, desde a ideia de encerrar a fronteira N da ZIN. Montou-se então a "Operação Robusta", a que julgamos pertinente fazer agora referência por demonstrar que a capacidade de realização dos governantes de Angola poderia ter ultrapassado a dificuldade em 1964, se a dificuldade fosse, realmente, a de povoar o obstáculo a construir.

A "Operação Robusta" foi montada e executada conjuntamente pelas autoridades militares, administrativas e policiais, com a finalidade de "... sufocar rápida e completamente a situação subversiva no Cuanza-Norte com a transferência para outros distritos de parte da população tradicionalmente hostil ou comprometida com a FNLA...". Não obstante o carácter pouco amistoso, à nossa causa, das populações a transferir para o Zaire, e o risco de colocar populações destas na zona de infiltração, o Governador deste Distrito acarinhou e empenhou-se profundamente em dar todas as condições para a melhoria das novas aldeias onde foram instalados, dotando-as nomeadamente de fontanários, lavadouros e outras instalações sanitárias, postos de socorro, capelas, escolas, fornecimento de chapas de zinco para cobertura das habitações, electrificação das instalações sociais, preparação de terrenos para agricultura, campos de jogos, iniciando-se assim a execução de mais um importante vector de defesa contra-subversiva, que foi a construção de novos aldeamentos.

Em relatório de 11 de Novembro de 1969³¹⁶ o Governador do Distrito do Zaire escreve poder "globalmente afirmar que, se se conseguir recuperar económica e socialmente a população transferida, a "Operação Robusta", ficará considerada de grande utilidade para a recuperação e progresso do Distrito do Zaire de tão fraca densidade populacional e tão débil economia..."

(316) Inserido no relatório de 21 de Outubro de 1974: "Retorno das populações deslocadas no Distrito do Cuanza-Norte no Distrito do Zaire - Op. "Robusta", do Com. Geral de Coordenação Civil-Militar do QG/CCFAA, em arquivo.

SECRETO

AO RELATÓRIO SOBRE O ENCER-
RAMENTO DA FRONTEIRA N DAZIN,

EM ANGOLA

O diagrama ilustra uma linha de fronteira, provavelmente marítima, com as seguintes características:

- ORLA EXTERIOR DE VIGILÂNCIA:** Representada por uma linha tracejada com 'x' no topo e no fundo da imagem.
- FAIXA ABSORVENTE DAS INFILTRAÇÕES:** Duas áreas sombreadas com pontos de infiltração indicados por setas.
- 3 Km. ao mínimo:** Dimensões indicadas para as faixas absorventes.
- 5 a 10 Km:** Dimensões indicadas para as áreas de infiltração.
- PICADA INTERIOR DE SEGURANÇA:** Uma linha tracejada com círculos no interior da faixa absorvente.
- ATÉ 40 Km:** Dimensão indicada para a picada interior de segurança.

LEGENDA

● - ALOEIAS INDIGENAS, ORGANIZADAS PARA A AUTO DESESA E VIGILANCIA DA ORLA EXTERIOR.

O - ALGAS INDÍGENAS. A - INSTALAR EM SEGUNDA FASE

- PONTO DE APOIO DE COMPANHIA

□ - PONTO DE APOIO DE PELOTÃO

LINHA DA FROTEIRA.
 ORLA EXTERIOR DE VIGILÂNCIA
 CAMINHOS DE PÉ POSTO OU VENEZAS.
 CAMINHOS ACESSÍVEIS A JEEPS
 PICADA PARA CIRCULAÇÃO AUTO.

SECRETO

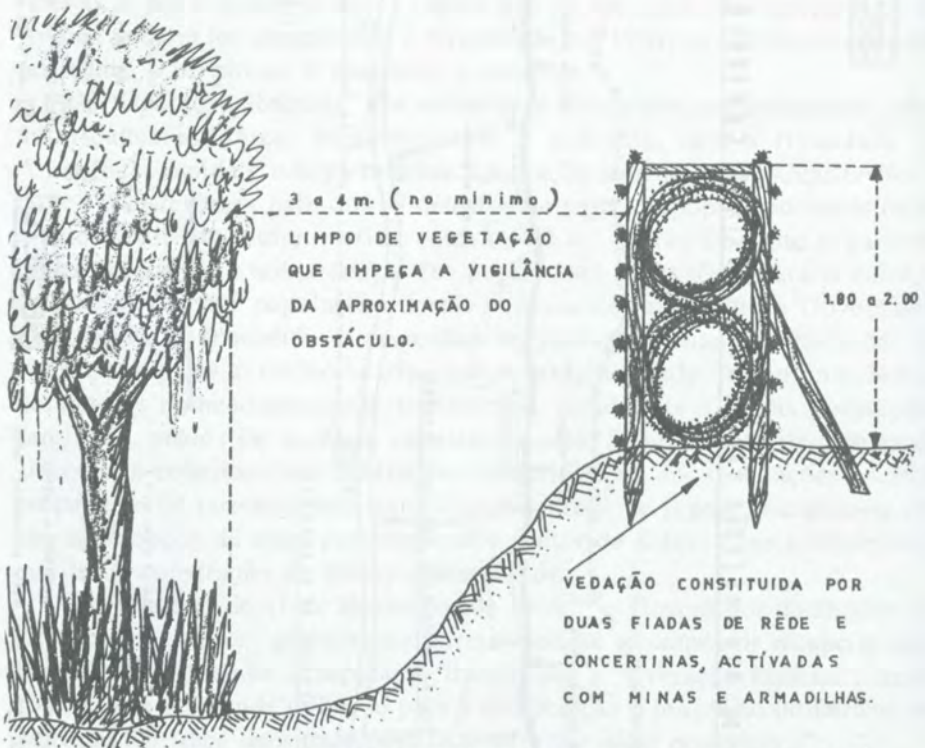
ANEXO-B

Handwritten signature

SECRETO

AO RELATÓRIO SOBRE O ENCR-
RAMENTO DA FRONTEIRA N DA ZIN,
EM ANGOLA

ESQUEMA DO OBSTÁCULO DA ORLA EXTERIOR DE VIGILÂNCIA



- SEMPRE QUE POSSIVEL, A VEDAÇÃO DEVERÁ CONJUGAR-SE COM OBSTÁ-
CULOS NATURAIS (DECLIVES ÁSPEROS, ESCARPADOS, MARGENS DE CURSOS DE ÁGUA ETC)



Aldeamento de Banza-Puto (16Out69)





Aldeamento de Quiendo

A rapidez com que se construíram seis aldeamentos modelares como os que se apresentam, que eram autênticos colonatos, a forma pacífica como as populações de outras áreas para aqui foram transferidas, em grande número, confiantes em terem melhor situação económica, a natureza do terreno que se pode ver nas fotografias, mostram que o plano de Direcção da Arma de Engenharia para o fecho da fronteira Norte da ZIN nada tinha de utópico. Seria uma realidade a curto prazo, se a vontade de o concretizar não esmorecesse, além de que iria enriquecer extraordinariamente o Distrito do Zaire, se feito com populações instáveis de outras regiões de Angola³¹⁷.

(317) Na Operação "Robusta", foram transferidas para o Zaire, 5961 pessoas que foram colocadas em seis aldeamentos: Madimba, Banza Puto, Quiende, Calambata e Quixima.

MATERIAL CAPTURADO

A URSS e os seus satélites prestavam grande apoio aos movimentos emancipalistas dos nossos territórios, directamente, ou através da sua influência nos países africanos, que aumentava de ano para ano.

As chaves que abriram as portas da África à penetração do bloco soviético foram a questão do Suez e os resultados da guerra da Argélia. Após um certo afrouxamento verificado nos esforços empregados pela URSS na sua luta pela hegemonia de África, talvez para desencorajar a competição chinesa e o neo-colonialismo de certos países do Ocidente e mesmo a competição americana no domínio dos apoios à luta anti-colonialista, em 1964/65 assistia-se a um recrudescimento do auxílio soviético aos Estados Africanos de feição extremista. A penetração soviética em África revestia, fundamentalmente, os aspectos político-diplomático, militar e económico-financeiro, partindo o apoio dos movimentos revolucionários, do Egipto e da Argélia.

A figura mostra que o alastrar da influência comunista em África, se fez a partir destes países, para sul, acabando por convergir, como tenazes sobre o Congo ex-belga, duas largas vias de penetração. Torna-se evidente que este país era o próximo objectivo estratégico, após o que ficavam na 1.^a linha, Angola e Moçambique, já ameaçados pela Zâmbia e Tanzânia, e toda a África do Sul.

Quanto a apoios aos movimentos emancipalistas que lutavam contra Portugal, os estudos dos nossos Serviços de Informações levaram a concluir que na altura, eles eram mais vultuosos no que se refere aos territórios da Guiné e Angola, do que a Moçambique na Costa Oriental. Esses apoios eram prestados sobretudo nos campos do intercâmbio político, da preparação dos guerrilheiros e do fornecimento de material de guerra à subversão, havendo provas irrefutáveis de que o armamento e equipamento do MPLA, em Angola e do PAIGC na Guiné, ambos os movimentos fortemente apoiados pela URSS, vinham do Leste da Europa.

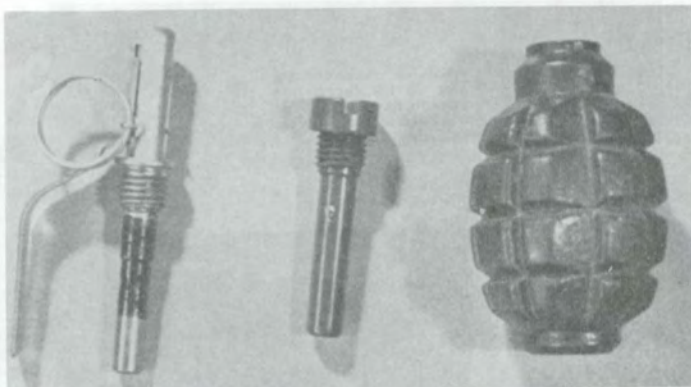
Junta-se um conjunto de fotografias de material de guerra capturado em Angola, originário de países do bloco soviético, apreendido até ao final do ano de 1964.

ÁFRICA

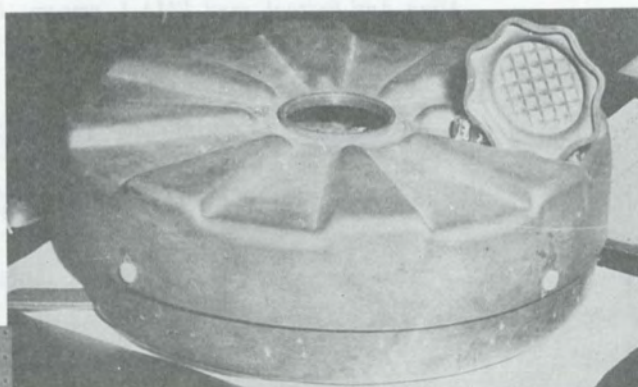


Influência do Bloco Soviético em África, em 1965

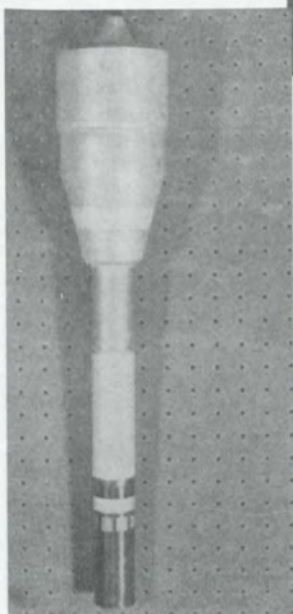




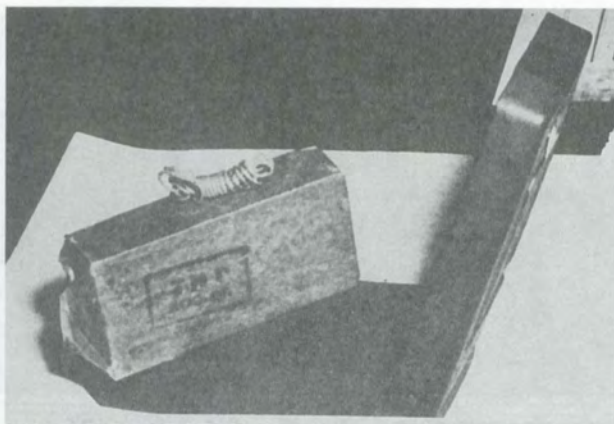
Granada de Mão defensiva, Tipo F-1, origem: Rússia



Mina Anti-Carro, Mod TMA-1, origem: Jugoslávia



Granada Anti-Carro, P-27, origem: Checoslováquia



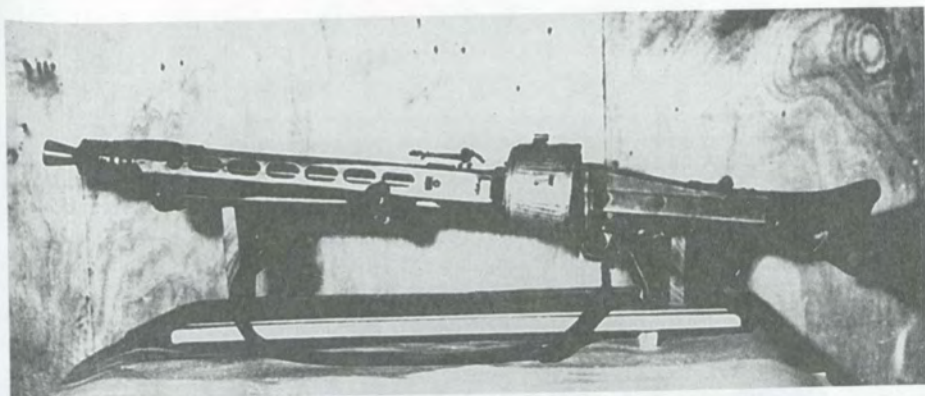
Mina Anti-Pessoal, mod PMA-1, origem: Jugoslávia



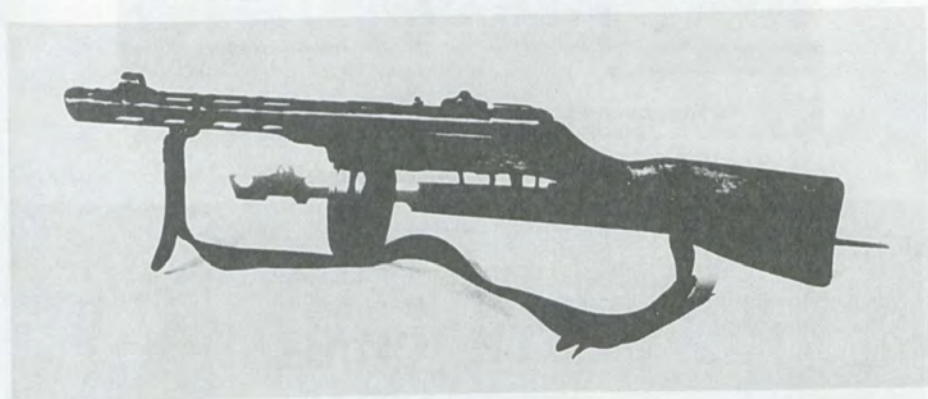
Granada Anti-Carro, M-57, origem: Rússia



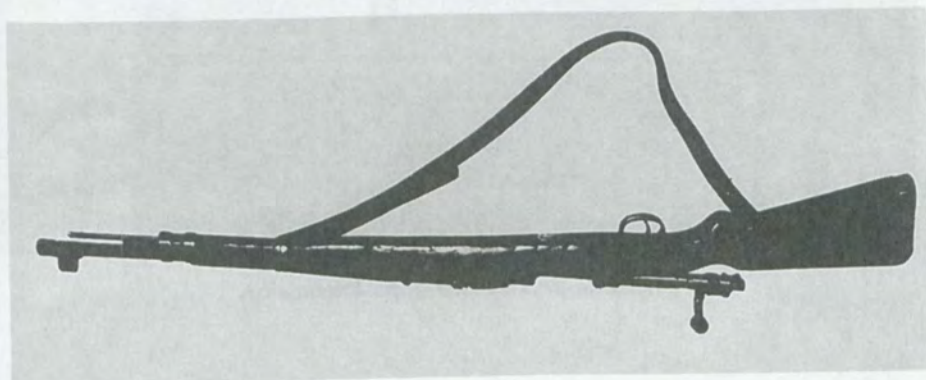
Bolsa de enfermeiro (Tunísia)



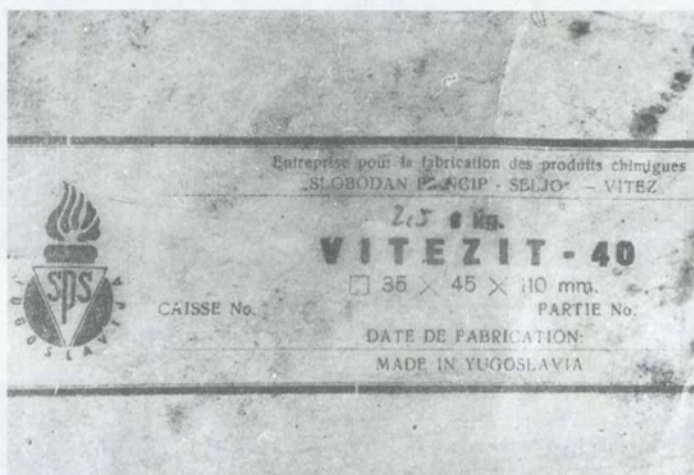
Metralhadora, MG 42, origem: Jugoslávia



Pistola Metralhadora, PPsh, origem: Rússia



Espingarda Mauser, M48, origem: Jugoslávia

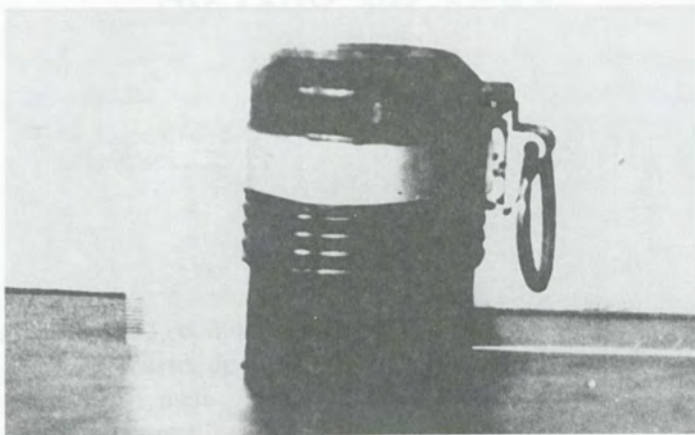


Explosivo de Plástico, origem: Jugoslávia

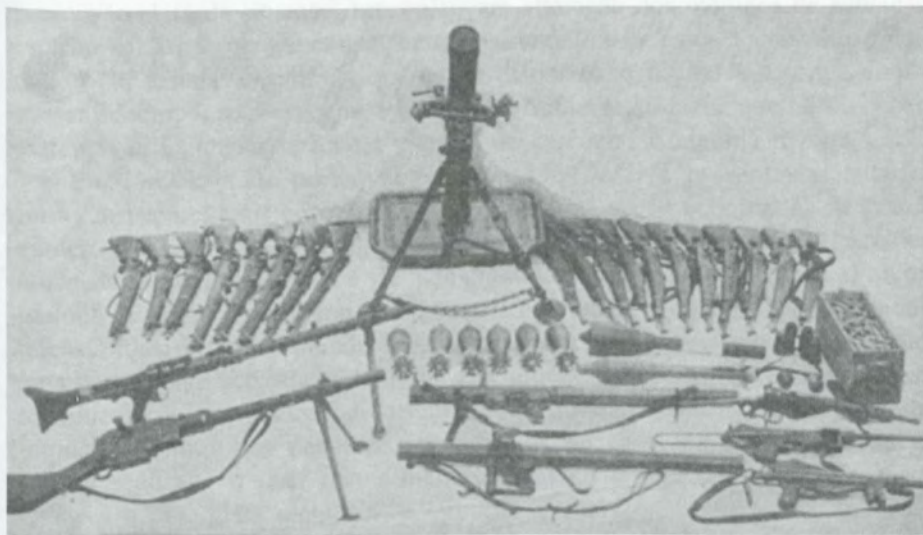


Petardo de Trotil, origem: Rússia

ACTIVIDADE OPERACIONAL DAS NT NO ANO DE 1964



Granada de Mão, RG34, origem: Checoslováquia



Armamento capturado de várias origens

ACTIVIDADE OPERACIONAL DAS NT NO ANO DE 1964

A partir de 1962, o inimigo passou a acoitar-se, em zonas de refúgio, algumas de difícil acesso, de onde saía para atacar as Nossas Tropas, executar uma ou outra acção mais importante ou importunar populações, mantendo acesa a chama da guerrilha. As Nossas Tropas iam reduzindo essas áreas de refúgio dentro das suas possibilidades e criavam-lhes instabilidade, mas o resultado global não era ainda suficientemente significativo. Urgia dar cumprimento pleno às Directivas dos Comandos da RMA e CCFAA que, tendo a percepção clara da situação, preconizavam alteração dos métodos de actuação, espírito ofensivo permanente e ataque sistemático a esses locais de refúgio onde o In instalava centrais, quartéis e dispositivos militares e, onde com o passar do tempo, se sentia em segurança³¹⁸. Sabia-se, todavia, que ali vivia com extremas dificuldades, e toda a espécie de carências e alguma revolta.

Em 1963 e muito principalmente em 1964, as NT passaram a actuar de forma insistente, mais concentrada e com base na acção coordenada de grande número de sub-Unidades, algumas delas das reservas dos vários escalões, nomeadamente das Reservas do Comando da RMA e do CCFAA. Foi um período de grandes e volumosas operações e de um empenhamento operacional intensíssimo, nem sempre de resultados materiais compensadores, a par de uma permanente actividade de todas as Unidades, mesmo em quadrícula. Esta movimentação operacional, desarticulou porém, claramente, a estrutura militar inimiga, permitiu-nos penetrar em todos os terrenos, deixando o In de ter “zonas seguras”, o que, naturalmente, levou ao seu progressivo enfraquecimento e a uma clara melhoria da situação militar.

Pela importância de que se revestiram, nem sempre compreendida por haver quem entendesse que a um investimento operacional volumoso deveriam

(318) Ver Capítulos “Aperfeiçoamento Operacional e Instalação da Anti-Aérea – Angola”; “Directiva para as operações na época seca de 1963” e “Plano de Marfim Negro da RMA”, e ainda “Remodelação do Dispositivo e Novos Conceitos de Operação”.

corresponder resultados espectaculares, passamos a referir, ainda que sumariamente, algumas operações que foram levadas a efeito durante o ano de 1964 e que tanto contribuíram para terminar este ano com perspectivas militares muito animadoras.

OPERAÇÃO “DESPEDIDA DOS GATOS”

Esta operação foi executada pelo BArt 400, cujos elementos se intitulavam a si próprios de “gatos” e já haviam levado a efeito a operação “Gato Furioso”³¹⁹ na Mata Sanga – realizada de 02 a 09 de Março tendo como reforço 1 CCaç Paras, 1 Batr 8,8/GACD e 1 GrCmds/BCaç 380. Tinha como finalidade destruir a “Central da Sanga”, algures na mata do mesmo nome.

A missão desta Unidade – símbolo da agressividade que se pretendia imprimir às nossas tropas, foi plenamente cumprida, conforme se depreende de um excerto do relatório da operação:

“...Durante a operação foram provocados ao In 02 prisioneiros 6 mortos e 02 feridos. Um dos mortos, vestia farda azulada com botões amarelos e era um dos chefes In que comandou o ataque a Ambriz e Ambrizete na noite 4/5 Jan 64. Foi capturado ao In diverso material, entre ele, 1 PM Sten com 1 carregador de 20 cartuchos, 1 pistola Walter com 2 carregadores de 8 cartuchos, 1 espingarda Lee Enfield e 40 cartuchos 7,9. Foi referenciada e destruída a “Central da Sanga”, constituída por 18 grandes cubatas, tendo havido inúmeros rebentamentos de munições durante o incêndio, e ainda 8 acampamentos num total de 250 cubatas. Foi também destruído um quartel In com 30 cubatas novas e 10 em construção, com cubatas destinadas ao Comando, Enfermaria, Sala de Conferências e uma boa organização defensiva. Um pouco afastados do quartel existiam diversos abrigos anti-aéreos naturais e artificiais, com indícios de ocupação.

Foi detectado um paiol In onde se apreendeu 1 cunhete com 14 lâminas de metr. Breda e 26 cartuchos de 7,7, 1 cunhete de metralhadora Breda com 1 caixa de munições para canhangulo, elos soltos, 1 caixa com bloco de culatra, percutores, extractores e molas diversas da metralhadora Breda, 1 fita de elos com 26 cartuchos 7,7, 94 cartuchos de 9 mm, 1 granada A/C P27, 3 carregadores FN, 1 carregador de PM Sten, 5 mts de cordão lento, 14 frascos de vitaminas e 11 componentes de granadas A/C P27.”

(319) Relatório de Comando N.º 34, de 1 a 21 Março 1964. Ver referência à Operação “Gato Furioso”, pág. 432.

OPERAÇÃO “TERCEIRO ANO”³²⁰

A Operação “Terceiro Ano” realizada de 25Mar a 03Abr64 que, como o nome sugere, se destinava a comemorar, de forma operacional, o terceiro ano do início da guerrilha, tinha por finalidade aprisionar ou aniquilar o In, destruir os seus meios de vida e instalações na área do Sector D. A operação dispôs de forças do Sector D, 2 CCaç Reserva RMA, 2 CCaç Paraq., 1 Dest/FUSOS, 1 Dest/ OPVDCA e ainda da cooperação dos Sectores A, Q, B1 e I, além de meios aéreos.

As forças, que foram articuladas em vários Agrupamentos, atingiam um total de 1110 homens sem contar com os apoios dos serviços.

A operação, pelo volume de efectivos empenhado e pelas operações que originou nas áreas vizinhas dá ideia da grande movimentação que se operou nas zonas mais críticas da ZIN. O resultado da operação mais visível foi o da completa desarticulação do In que foi surpreendido em variadas direcções, a par da destruição de acampamentos, captura de algumas armas, em geral poucas, porque os grupos preferiam fugir após algumas flagelações e procurar novas áreas de fixação, onde seriam de novo batidos pelas nossas tropas.

*

* *

Em Março de 1964, após a actividade operacional desenvolvida, de que estas duas operações são símbolos, comentava o Comando da RMA a situação operacional, nestes termos³²¹:

“...No decorrer deste período, os resultados obtidos pelas NT, foram mais favoráveis que nos períodos anteriores, principalmente no que se refere a captura de materiais:

No Sector S (Cabinda) a situação continua imprecisa. As notícias, aparentemente pouco dignas de confiança, causam no entanto constante preocupação.

As acções In, que as NT, dada a natureza do terreno e a extensão do Enclave, têm dificuldades em detectar, não têm conseguido resultados de vulto, mas no entanto perturbam as populações e obrigam a manter em constante actividade as NT.

(320) Relatório de Comando N.º 15, de 01 a 03Abril1964.

(321) Relatório de Comando N.º 34, de 01 a 31Março1964.

No Sector A, subsector de Sazaire, a situação continua sem alteração. O BCaç 646 no subsector de Nóqui, teve alguns êxitos na sua missão de interdição de fronteira. A região da Mata Sanga, batida durante a execução de várias operações, parece ter tendência para se tornar menos crítica. Não se repetiram acções In sobre as povoações da orla marítima.

As acções de interdição de fronteira, no Sector F, conduziram neste período à apreensão de algum material ao inimigo, que também sofreu baixas. Pelo Comando do Sector foi proposta a atribuição de mais unidades, incluindo de Engenharia e Artilharia.

No Sector B1, a actividade das NT, articuladas em Grupos de Combate, é constante e quase sempre essa actividade conduz a resultados, embora não espectaculares. Como esta característica das acções das tropas do Sector B1 já se vem fazendo sentir há alguns meses, e o somatório dos resultados obtidos tem certo valor, o conjunto das acções realizadas tem contribuído para uma melhoria da situação na área do Colonato do Vale do Loge.

No Sector D, final do período, teve início a operação conjunta Terceiro Ano. Esta operação, foi a de maior envergadura realizada na RMA, nos últimos meses. A região do itinerário Zala-Nambuanguongo continua a ser a área mais difícil do Sector.

No Sector I, na zona recuperada, parece que se nota uma tendência para voltar a calma às populações. No entanto, na região da fronteira Leste, grupos In atravessando o Cuango causam perturbações, quer à população quer às NT que, devido à pouca densidade de ocupação, têm muitas dificuldades em detectar esses movimentos do In. Na região fronteira a situação parece ter tendência para se agravar. No Subsector de Quitexe a situação continua estacionária, tendo as nossas tropas muitas dificuldades na sua actuação.

No Sector Q, onde as NT em pequenas acções têm tido apreciáveis êxitos, a situação ultimamente parece ter evoluído favoravelmente. As acções realizadas na área pacificada de Caxito não conduziram à detecção de qualquer rede ou grupo In, embora se saiba que elementos da população apoiam bandos terroristas que actuam possivelmente no Sector D.

Nos Sectores de Luanda, B2, B3 e B4, a actividade das NT foi especialmente orientada no sentido de detectar redes subversivas, pelo que foram executadas numerosas rusgas, que não conduziram a resultados importantes.

No Sector B2, a actividade das NT parece ter conseguido provocar a fuga dos bandos terroristas que há meses se manifestavam..."

OPERAÇÃO OPU

Na serra do Uige, de 09 a 16 de Abr, foi executada a operação conjunta "OPU" com 2 CCaç/BCaç3; 1 CCac (-)/BCac 443, CCaç PARAS, Btr 516, CCac 545, Pel Mort 933, CCaç 504, 1 Comp. OPVDCA, 7.^a CCac./RINL, 1 Pel/Cmd Agr.3 além de meios aéreos.

A operação decorreu em 3 fases sucessivas de 3 e 2 dias não tendo os agrupamentos obtido os resultados esperados. Grande parte da serra foi percorrida pelas NT debaixo de chuva torrencial, que a passaram a conhecer profundamente, tendo ficado a ideia de que o inimigo na região não era preocupante.

OPERAÇÃO OPCA

Também nas regiões de Caluca-Avé Maria e serra de Canda foi levada a efeito uma operação conjunta de grande envergadura entre 26 e 30 de Abril, com apoio da CCaç 406/Reserva da RMA, CCaç Paras apoiada pela FA com 3 DO, 8 Helis, 5 T-6 e 2F-84 (em alerta na BA9), que efectuou um total de 174 saídas com cerca de 96 horas de voo.

A operação conduziu à destruição de 10 quartéis In., cerca de 2.400 cubatas de apoio, variados celeiros, ferramentas em grandes quantidades, além de que foram aprisionados 10 elementos In, que sofreram ainda vários mortos e feridos e capturadas armas carregadas, munições catanas etc.

OPERAÇÃO OPMZ

De 08 a 13 de Maio de 1964 realizou-se esta operação tendo em vista aniquilar o In e destruir os quartéis já referenciados ou que viessem a ser detectados na região Mucondo-Zemba-Cólua-Liberato. Tratou-se também, de uma operação conjunta em que intervieram 1 CCaç Paras, 1 CCaç Reserva/RMA, GrCmd/BCaç 379 e BCac 442, forças do BCaç 455, BCaç 547 e BArt 525, além de meios aéreos.

Os resultados materiais obtidos não foram importantes, mas a desarticulação e a desorientação do In foi uma vez mais obtida, após terem sido atacados os quartéis de Paz-Cólua, Quiangula e a presumível Central de Munhombo.

Durante a operação foi capturada grande quantidade de documentos entre os quais constava a ficha de interrogatório do piloto de um DO desaparecido e cujos destroços foram encontrados.

Face às declarações de um prisioneiro, segundo as quais o DO caíra na região e o piloto fora levado para o quartel Zambaxe, foi montado um golpe de mão sobre este quartel por 2 GrComb/Paras, colocados de helicóptero na região Fazenda Sá.

Abatidos 2 elementos In e abordado um quartel com 7 cubatas a que foi passada minuciosa busca não foram encontrados vestígios da presença do piloto.

OPERAÇÃO “CHELA DOIS”

No Sector I (Carmona) realizou-se de 29Maio a 01Jun64, a operação conjunta “CHELA DOIS”³²², cuja finalidade foi a de aniquilar o inimigo, e destruir organizações e meios de vida numa vasta área do Sector tendo como meios 1 CCAç Paras, 1 CCAç Reserva/RMA, 2 CCAç/CArt Art.^a 421, 3 GComb/CCAç 554, 3 GC/CCAç 545, 3GCC/CCAç 404, 1 GC/CArt 422, 1 GC/CCAç 415, 3 GC/CCac, 546, 8.^o Pel/RINL, Forças do BCAç 3, 3 Dest. da OPVDCA.

A operação exigiu a cooperação do Sec B1, D, Q e a atribuição de meios pela FAP. Os diversos agrupamentos constituídos concentraram-se em locais que denotam bem ter sido a operação planeada de forma a libertar áreas de interesse económico e desarticular o In em zonas nevralgicas:

Assim: o Agrupamento A concentrou-se em Quizalala; o B, em Quitexe; o C, em Quitexe; o D, na Faz.^a St.^a Isabel; o E, na Faz.^a St.^a Isabel; o F, na Faz.^a Liberato; o G, em St.^a Eulália; o H, na Faz.^a Quizalala e o Agrupamento N, em Carmona, desenvolvendo-se a actividade operacional a Sul do Sector I.

Da acção destes Agrupamentos destaca-se a do Agrupamento C que destruiu 2 acampamentos In num total de 85 cubatas, e a “Central de Quitexe” com 30 cubatas. Capturou 1 pistola metralhadora com carregador e 23 cartu-

(322) Relatório de Comando n.^o 27, de 01 a 20Jun1964.

chos de 9 mm, 1 arma caçadeira calibre 12, 3 sabres Leae-Enfield; 2 sabres Mauser, 6 petardos de TNT, 6 metros de cordão detonante, 1 carregador de FBP, 4 detonadores eléctricos, 16 detonadores pirotécnicos, 530 cartuchos de 9 mm, 280 de 7,7 mm e 200 de 7,9 mm, documentos variados, catanas e uma variedade enorme de utensílios domésticos.

O Agrupamento J, na região de Canzundo, destruiu o “quartel de Quimassabi”, que dispunha de vários abrigos subterrâneos, à prova de bombas de avião, trincheiras enterradas, várias guaritas, 2 casernas, vários alvos para instrução e tiro e, próximo do quartel, um agrupamento de 30 cubatas.

Nos itinerários de acesso foram encontradas covas de lobo, de grandes dimensões, inclusive à porta de armas, havendo forte resistência do In que sofreu baixas.

Também a CArt 522/BArt 525, que no Sector D realizou operações em proveito da operação “Chela Dois”, destruiu o quartel “Quipedro”, abandonado recentemente, que dispunha de porta de armas e beliches em troncos de árvore, para 24 pessoas.

As forças do sector Q destruíram igualmente o “quartel de Camabatela” com cerca de 30 cubatas, mastro e bandeira da UPA., abrigos, refeitório e porta de armas.

Muitos dos Agrupamentos, não obstante terem alcançado os objectivos fixados, não tiveram qualquer contacto com o In. que preferiu fugir ao sentir-se assediado por todos os lados.

A Directiva N.º 1/64 do novo CCFAA “Para a actividade operacional das Forças Armadas em Angola”, de 20Jul64 do CCFAA, além do que já se referiu, continuou a apoiar esta orientação do seu antecessor, desdobrando a actividade operacional com as forças da Reserva da RMA e CCFAA, que considerava essenciais e sobre os quais emitiu a opinião de que essas forças “... facultam a constituição de Forças de Intervenção, permitem fazer face a planos de emergência, o reforço de Sectores, em ampliação da capacidade de actuação das Forças de Quadrícula —, a saturação de áreas ou simples aumento de mobilidade, criar, em emergência, novos subsectores, até à chegada de outros meios e permitem ainda a substituição de unidades já gastas.

“... Numa palavra: fazem sentir a acção de comando na luta, levando-a ao campo inimigo, onde, quando e como se quiser, detendo a iniciativa...”

De facto, as operações em larga escala com as Reservas que estamos descrevendo, passaram a dar toda a iniciativa às NT e colocaram o In em completa desorientação e desorganização. Foi uma alteração profunda que provocou golpes na guerrilha com reflexos positivos para as NT.

OPERAÇÃO “OUTRA VEZ”

Em 11 de Julho, o COMSEC I lança nova operação denominada de “Outra Vez” com grande volume de tropas que articulou em 14 agrupamentos, num total de 46 G Comb, 1 CParas, 1 Comp.Res/RMA e a Companhia do Sector B 1.

A operação teve como finalidade actuar na área definida por Quitexe-Aldeia Viçosa-rio Calambinga, rio Vamba, em especial sobre as zonas de refúgio do In, destruindo-o ou desorganizando-o no polígono definido por Faz.^a Quizalala, Quitexe, Faz.^a S.^a Isabel, Faz.^a Liberato, Quizalala, área atravessada a meio pelo rio Vamba e a W pelo rio Calambinga.

O contacto com o In não se revelou significativo mesmo em áreas onde na operação “Chela Dois” aparecera forte resistência, o que denota bem o êxito que estas operações vinham alcançando.

Como de costume, foram destruídos vários acampamentos, variadas secções militares e outras detectadas pondo o Inimigo em fuga desordenada.

Tal como vinha sucedendo noutras operações de grande envergadura o número de baixas nas NT não tinha expressão numérica significativa, mesmo quando os efectivos atingiam 1 milhar de homens em operações.

OPERAÇÃO “ENTRE SERRAS”

Este ritmo de operações conjuntas, a par de operações em área de Batalhão, prolongou-se por todo o ano de 1964, com uma grande incidência no mês de Dezembro.

De 03 a 06Dez64 salienta-se a operação “Entre Serras”³²³ montada para desorganizar e criar insegurança ao In e destruir os seus meios de vida no Vale do rio Lifune, incluindo a costa NW da serra Quimbinda e SE da Serra da Canda.

As forças empregues eram 12 GrComb e 1 Grupo de Comandos do COMSEC F; 2 Gr Comb do Sector I, 4 Gr Comb do COMSEC B 1; 1 CCaç Paras, a 5 Gr Comb da Reserva do CCFAA, além de 4 helis, 2 Auster e 1 DO 27, ao dispor do comando da operação.

Foram destruídas várias cubatas com vestígios de ocupação temporária e, próximo do rio Lifune, um acampamento In com 50 cubatas e capturado cordão detonante e uma caixa com zagalotes.

(323) Relatório de Comando N.º 43, de 01 a 31Dez1964.

De 15Dez a 18Dez64, durante a Operação "Coruja Amarela", que foi montada para a destruição do "Quartel de Quissambala", o objectivo foi alcançado, com a actuação de 8 CCAç (2 das quais CCAç Paras da Reserva do CCFAA), capturada uma espingarda Lec-Enfield, 1 mina A/P, armas rudimentares e cartuchos 7,7.

No final do ano a maioria dos quartéis e centrais conhecidas foram atingidos e destruídos, mudaram de local ou ficaram sob ameaça das NT.

Definitivamente as NT tinham o completo controlo operacional da ZIN. A sua actividade operacional fora devastadora para o In, naquele ano de 1964, em especial no final do ano.



Posição de Artilharia em apoio das operações

SITUAÇÃO MILITAR NO FINAL DE 1964

O INIMIGO

A GUERRILHA

Durante o ano de 1964, continuou a sentir-se uma evolução crescente de apoio externo à guerrilha que ia alimentando os grupos armados da UPA e melhorando o seu armamento. Este auxílio permitiu a manutenção de um clima de agitação e possibilitou a existência de núcleos inimigos no interior do território de Angola.

Apesar disso e mesmo tendo em atenção que as acções entre o In e as NT aumentaram consideravelmente, o ano de 1964 corresponde ao fim de um ciclo militar.

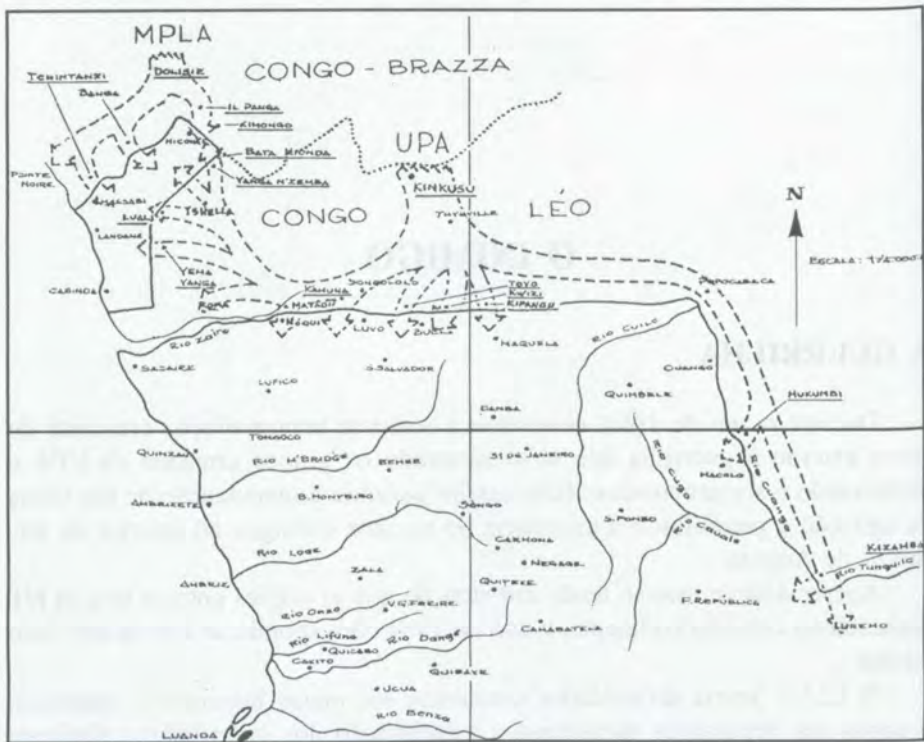
O ELNA sentia dificuldades crescentes em meios humanos e materiais, o apoio das populações escasseava e a motivação dos guerrilheiros diminuía sensivelmente, enquanto o MPLA ainda só passava à luta armada limitadamente e em Cabinda. Além disso as NT imprimiram neste ano uma actividade operacional de tal forma intensa e sistemática que a desarticulação do In foi-se tornando evidente.

As linhas de movimentação no Congo Leo e no Congo Brazza dos dois principais movimentos emancipalistas estavam bem definidas e eram do conhecimento das nossas autoridades, mas as acções de guerra do In incidiam agora mais sobre populações da fronteira e consistiam principalmente em golpes de mão, acções de intimidação e colocação de minas anti-pessoal e anti-carro.

As acções de propaganda do In aumentavam, fazendo largo uso do relato de factos inexistentes, e a indicação de números de mortos e feridos das NT fantasiosas, tudo destinado, exclusivamente, a manter o moral dos combatentes e os apoiantes num nível aceitável.

As populações das áreas afectadas pela guerrilha revelavam-se saturadas da pressão In e com carências de toda a ordem e os próprios responsáveis não escondiam as suas dificuldades que exprimiam em documentos que iam sendo capturados pelas NT.

A UPA sediava-se no Congo-Leo e o MPLA no Congo-Brazza.



Linhas de movimentação e penetração do MPLA e da UPA

O esquema, representando as linhas de penetração dos dois principais partidos angolanos, faz sobressair, de forma evidente, a supremacia militar da UPA e a limitação militar na época do MPLA, Cabinda à parte.

A UPA abraça praticamente todo o Norte de Angola, a partir da "Base de Kinkuso", e ameaçava ainda o E e SE de Cabinda, através do Congo-Leão, país onde encontrava também algum apoio, enquanto o MPLA, apoiado só no Congo-Brazza, exercia a sua acção a N e NW do Enclave.

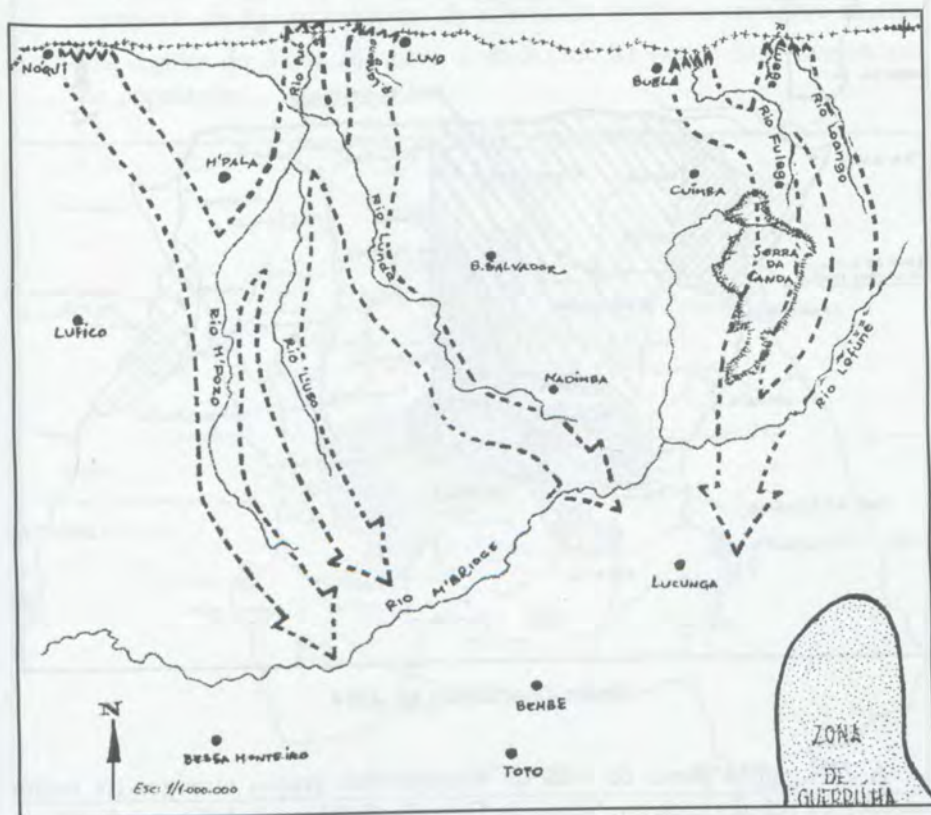
Embora não representadas, a figura revela a importância das linhas de comunicação do Congo Leo (caminho de ferro Thysville-Matadi e a estrada Boma-Tschella) na movimentação da UPA e a importância da base militar de Kinkuso, próximo de Thysville, em posição central para apoiar acções em

praticamente todo o Norte de Angola. A mesma figura tem assinalados as principais “bases” do MPLA na frente de Cabinda as quais se haveriam de manter sempre inalteráveis: – “Banga”, aquela que viria a constituir maiores problemas para o Enclave – “Ilpanga” e “Kimongo”, apoiadas, em 2.^a linha, pela “Base de Dolisie”.

As entradas naturais da fronteira Norte definiam alguns eixos de infiltração, bem marcados por acidentes geográficos naturais, de orientação favorável, à penetração do In até aos rios M’Bridge, e Lifune, passando dois deles pela serra de Canda.

Além de outras passagens secundárias, os eixos de infiltração mais importantes desta zona, representados na figura seguinte, eram:

- Região a L de Nóqui – Vale do M’Pozo;
- Vale do Fuá – Vale do M’Pozo;
- Vale do Fuá – Vale do M’Pozo – Vale do Luvo;

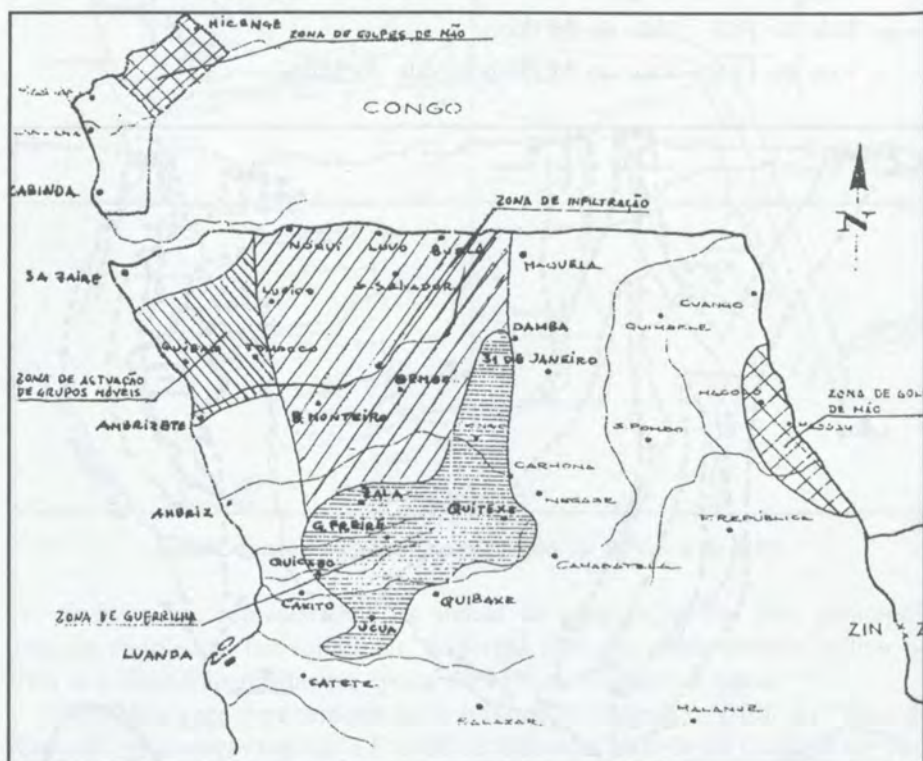


Eixos de infiltração pela fronteira Norte

- Vale do Fuá - Vale do Lunda;
- Vale do Langomo - Vale do Lunda;
- Vale do Luege - Vale do Fulege - serra de Canda;
- Vale do Loango - serra da Canda.

Por estes eixos de infiltração, sempre muito vigiados pelas nossas tropas, era alimentada a guerrilha na ZIN e muito particularmente a região dos Dembos, na qual se incluía o Sector D e regiões limítrofes.

A transversal constituída pelos rios M'Bridge e Lifune constituía o grande obstáculo a estas penetrações e um limite entre uma zona de infiltração e a da guerrilha propriamente dita.



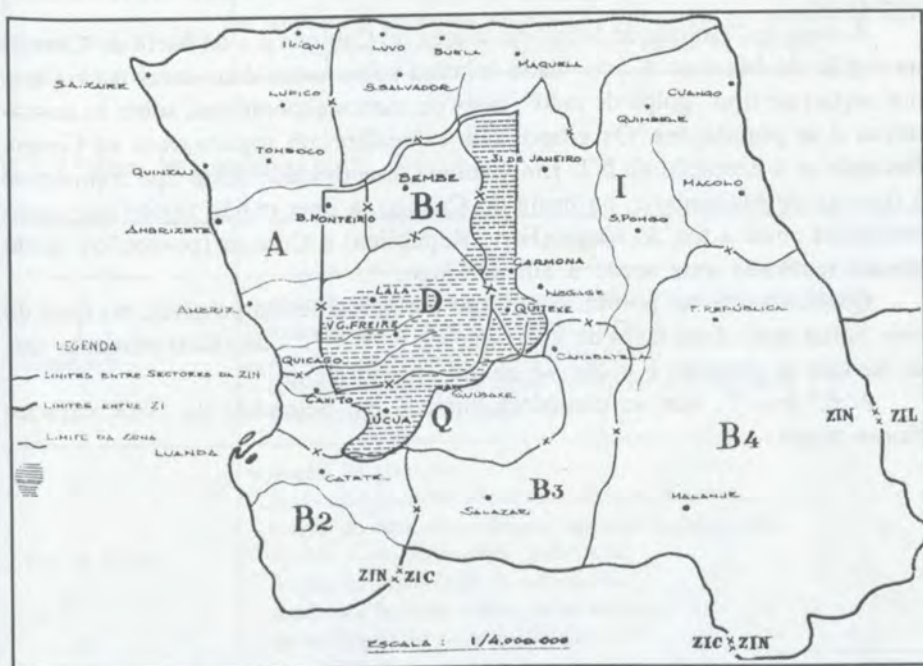
Zonas de actuação em 1964

A ZIN, sob o ponto de vista de actuação dos grupos inimigos foi então considerada sub-dividida em "Zona de Guerrilha", "Zona de Infiltração", "Zona de Actuação de Grupos Móveis" e "Zona de Golpes de Mão".

No final de 1964, a “Zona de Guerrilha”, – sempre militarmente a mais crítica, estava bastante abaixo da transversal referida e reduzida à sua dimensão mínima, desde o final de 1961. Nela ocorriam 85% das acções de fogo do inimigo, 80% do total dos engenhos anti-pessoal e 55% dos engenhos anti-carro, não se tendo realizado qualquer acção inimiga a Sul, concentrando-se ali a quase totalidade dos seus “quartéis” activos.

A análise da actividade na “Zona de Guerrilha”, ao longo de 1964, permite concluir que:

- a partir de Setembro não houve qualquer acção In na área incluída no Sector A (região de Bessa Monteiro);
- na mesma altura, as acções In na área incluída no Sector B1, (Vale do Loge) tornaram-se esporádicas: não foram utilizados engenhos APess ou ACar e apenas foram realizadas três acções de fogo, num total de 37 durante o ano;
- nas restantes regiões da zona considerada, a actividade inimiga manteve-se, ou houve um ligeiro aumento, de actividade no último trimestre do ano;
- das regiões de Bessa Monteiro e de Sector B1 houve fuga comandada de populações.



Zona de Guerrilha em 1964, relativamente aos Sectores da ZIN

Deste modo, podemos concluir que, no final de 1964, se verificava uma redução da “Zona de Guerrilha”, traduzida pela desactivação das suas áreas N e NO e que a sua área se circunscrevia, sensivelmente, à parte tracejada do esboço, numa superfície aproximada de 40.000 Km², no conjunto dos 1.246.700 Km² que constituíam a área total da Província.

Note-se porém que, nesta “guerra de guerrilhas” a vida continuava em diversas áreas, como no Quitexe e em Carmona, por exemplo, com povoações nativas, actividades económicas a funcionar, com o comércio e autoridades administrativas no seu lugar, embora tudo sujeito a acções violentas do In, o que as NT procuravam impedir com a sua acção constante de protecção e ataque às concentrações rebeldes.

Pela “Zona de Infiltração” o inimigo introduziu, durante o ano, grupos armados, ou logísticos, a partir do Congo, para apoiar ou reabastecer a guerrilha. Nesta zona não havia populações apresentadas e as populações refugiadas nas matas fugiram, em grande parte, para o Congo.

A “Zona de Actuação de Grupos Móveis” foi a caracterização dada à parte Noroeste do distrito do Zaire, onde a actividade inimiga se distinguiu pela mobilidade. Na sua actuação, visando as nossas tropas e as populações, os grupos inimigos não se baseavam em zonas de refúgio, mas vinham de áreas limítrofes.

A zona de “Golpes de Mão” era a área de Cabinda e a da bacia do Cuango na região de Massau. A actividade inimiga sobre estas duas áreas traduzia-se por acções de tipo “golpe de mão”, mais ou menos esporádicas, sobre as nossas tropas e as populações. Os grupos que os realizavam regressavam ao Congo, furtando-se à actuação da NT. Em Cabinda, a actividade deste tipo limitava-se à floresta do Maiombe e, na bacia do Cuango, a uma região fronteiriça, compreendida entre a foz do Cugo (Forte República) e Cuango (povoação), tendo apenas realizado uma acção a Sul do Cugo.

Qualitativamente, porém, o inimigo melhorou sendo possível, no final do ano, juntar mais duas fases de guerrilha – a 6.^a e a 7.^a – às cinco primeiras que se haviam já definido e a que se aludiu anteriormente³²⁴.

A 6.^a fase³²⁵, que se considera iniciada em Setembro de 1963, caracterizava-se por:

(324) Ver capítulo “Acção Militar – Síntese do 1.º ano”, pág. 345.

(325) Relatório Especial de Informação N.º 86, QG/RMA, “Actividade do inimigo em 1964”

	6.ª Fase
Armamento	– Abundância de armas automáticas, munições, granadas de mão e explosivos. – Existência de armas de tiro curvo e anticarro. – Aparecimento de engenhos Acar a Apes em material plástico. – Utilização de meios rádio em algumas regiões.
Tipo de Acção	– Guerrilha contra colunas e estacionamento. – Acções de intimidação sobre populações. – Acção psicológica sobre populações e NT.
Características	– Grupos bem organizados e numerosos, (por vezes mais de 50) conduzindo acções de guerrilha. – Bom comando de enquadramento. – Fraco rendimento no emprego de material colectivo. – Acções a partir dos Congos, sobre estacionamento da fronteira, seguidas de fuga. – Êxodo de população.
Finalidades	– Forças militares e militarizadas. – Núcleos populacionais entre a população. – Descrença na vitória.
Zonas mais atingidas	– As zonas definidas nas anteriores com tendência de alastramento para S (Úcua e Catete), O (S. A. Zaire) e L (Bacia do Cuango).

e a 7.ª fase da guerrilha, por:

	7.ª Fase
Armamento	– Abundância de armas automáticas, munições e granadas de mão. – Redução de emprego de engenhos Acar. – Aumento de emprego de engenhos Apess. – Emprego esporádico de armas de tiro curvo e anticarro. – Utilização de poucos meios rádio.
Tipo de Acção	– Acções de guerrilha. – Acções de guerrilha conduzidas por grupos móveis. – Golpes de mão, especialmente nas regiões fronteiriças. – Acções a estacionamento fronteiriços. – Acções de intimidação de populações. – Assaltos a fazendas (obtenção de recursos). – Intensificação de acção psicológica.

(Continua na página seguinte)

	7.ª Fase
Características	- Grupos de guerrilha pequenos, furtando-se ao combate. - Grupos móveis fortes, de cerca de cinquenta combatentes. - Boa preparação militar. - Fraco rendimento no emprego de material colectivo. - Grande rendimento no emprego de engenhos Apess. - Bom rendimento nos assaltos a fazendas. - Redução de apoio recebido através do Congo Leo.
Objectivo	- Forças militares e militarizadas. - Núcleos populacionais não colaboradores. - Fazendas com fracos meios de defesa. - Subversão de pessoal.
Finalidade	- Obtenção de recursos. - Obtenção de colaboradores entre a população. - Descrença na vitória.
Zonas mais atingidas	- "Zona de Guerrilha" - serra Quibinda, serra Mucaba-serra Canzundo-rio Dange-Úcua-rio Zenza (entre rio Quiulo e Lagoa Mucuba)-Quicabo-Bela Vista-rio Loge-rio Vamba-serra Cananga. - "Zonas de Golpes de Mão" - Cabinda: Concelho de Maiombe. - Cuango: Foz Cugo-Cuango. - "Zona de Actuação de Grupos Móveis" - Região Lufico-Tomboco-rio M'Bridge-Ambrizete-rio Luculo. - "Zona de Infiltração" - Faixa fronteira Nóqui-M'Pozo-N Magina-Buela.

A actividade levada a efeito pelo inimigo, no que respeita a acções de fogo, engenhos anticarro e engenhos anti-pessoal é a constante do quadro comparativo, que se segue com os anos de 1962, 1963 e 1964.

Sendo evidente que o número de acções inimigas aumentou, também como consequência da enorme actividade operacional das NT, constata-se que esse aumento, quanto a acções de fogo, aparece mais concentrado nos Sectores D, e parte dos Sectores I e Q, enquanto diminuiu em muitos Sectores.

No que respeita a engenhos anti-carro e a engenhos anti-pessoal a concentração de acções ocorre igualmente nos Sectores D e I. Se atendermos a que a área mais sensível do extenso Sector I confinava com o Sector D conclui-se que a guerrilha no final de 1964, estava muito circunscrita ao Sector D (Nambuangongo) e áreas limítrofes.

Sector ou ZI	ACÇÕES DE FOGO						ENGENHOS ANTICARRO						ENGENHOS ANTIPESSOAL					
	1962		1963		1964		1962		1963		1964		1962		1963		1964	
	No	1%	No	1%	No	1%	No	1%	No	1%	No	1%	No	1%	No	1%	No	1%
Sec C	1	0,1	22	3,3	54	3,97	-	-	4	11,8	6	9	-	-	-	-	-	-
Sec A	93	10,5	66	9,8	63	4,65	7	17,5	7	20,6	6	9	1	7,2	4	14,8	10	11
Sec F	53	6,0	27	4,0	17	1,25	14	35	8	23,5	4	6	-	-	2	7,4	5	5,5
Sec Pl.	79	8,9	26	3,8	37	2,73	11	27,5	2	5,9	4	6	-	-	-	-	3	3,3
Sec D	374	42,0	355	52,9	706	52,10	6	15	11	32,4	28	42	13	92,8	17	62,9	38	41,8
Sec I	161	18,0	97	14,5	344	25,39	2	5	1	2,9	10	14,5	-	-	-	-	28	30,7
Sector Q	122	13,7	60	8,9	112	8,26	-	-	-	-	3	4,5	-	-	1	3,7	6	6,6
COMDEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sec B2	7	0,8	13	1,9	11	0,81	-	-	-	-	2	3	-	-	1	3,7	-	-
Sec B3	-	-	4	0,6	1	0,07	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,7	-	-
Sec B4	-	-	1	0,15	8	0,60	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	1	1,1
STL	-	-	1	0,15	2	0,15	-	-	1	2,9	2	3	-	-	1	3,7	-	-
ZIG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ZIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	890	100	672	100	1 355	100	40	100	34	100	67	100	14	100	27	100	91	100

MENTALIZAÇÃO INTERNA

O ano de 1964 inicia-se com uma campanha de propaganda interna por parte da UPA em que é visível um apelo à paciência, — sintoma de que havia a consciência de que a guerra estava para durar — às dificuldades que os combatentes deveriam esperar por parte dos portugueses, que se mostram resistentes e um apelo a que se fizessem prisioneiros brancos portugueses. É esse o significado do panfleto de propaganda do GRAE, no exílio, assinado por Amaral Gourgel, Secretário de Estado do Armamento, datado de Janeiro de 1964, dirigido aos comandantes e combatentes dos vários quartéis.

“...A nossa luta requer de todo o bom Angolano, de dia para dia, calma, paciência, abnegação, união, e uma coragem ilimitada. O nosso fidalgo

inimigo, fraco como é, prefere morrer na guerra em Angola, que voltar vivo para Portugal, onde lhe espera a fome, a miséria, a nudez, o trabalho forçado (enxada na mão das 5 da manhã às 17 horas, com uma tigela de caldo no estômago). Se a nossa Luta fosse travada com um Povo civilizado, rico, poderoso sério, creio, não teríamos tantas dificuldades. Portugal é um País bastante atrasado em todos os sentidos e quase dominado pelas grandes Potências que investem os seus capitais em Portugal e nas terras por estes tiranos colonizadas. Estes capitalistas estrangeiros, buscando salvarem os investimentos e os lucros dos mesmos, sustentam temporariamente a guerra de Angola fornecendo escondidamente tudo aos Portugueses e quando notarem que os referidos estão a cair abandonarão estes desgraçados que terminarão por morrer como tristes cães.

Consequentemente todo o LUTADOR ANGOLANO, deve esforçar-se, aumentando a energia para enfraquecer os nossos inimigos. Haja coragem, Fé, não olhando nunca para as inúmeras dificuldades.

Queremos deixar uma herança aos filhos e netos (ANGOLA LIBERTADA).

A guerra nos foi imposta pelo próprio colonialista, porque o Angolano sempre o considerou como um Irmão; em troca dessa gentileza, o branco português palmatoava o negro sem dó nem piedade matando à pancada os naturais. O próprio Português incitou-nos, impôs-nos a guerra, custe o que custar. Lutaremos mesmo com os dentes para não voltarmos à escravidão. Antes morrermos que voltarmos para o contrato para a palmatória e finalmente para a morte inglória.

O Governo Revolucionário de Angola, confia em vós a LIBERDADE do nosso Solo está nas vossas mãos. Avante grandes COMBATENTES DE ANGOLA.

Nos Combates que travarem com os inimigos, façam tudo que estiver ao vosso alcance, para conseguir prisioneiros brancos, pois precisamos muito de prisioneiros brancos Portugueses, Militares ou Civis. Uma guerra que não tem prisioneiros é difícil de ser ganha, façam tudo para prender os soldados na Luta, uma vez presos, devem ser acompanhados cuidadosamente até à BASE, tratando-os sempre bem para não morrerem no caminho.

TUDO ESTÁ NA VOSSA MÃO (MAO)

Fernando Pio do Amaral Gourgel

(Secretário do Estado)

...

Um programa radiofónico do GRAE, emitido em 24/1/64 e captado em Luanda é de teor idêntico e convida à prática do terrorismo e da sabotagem.

“...POVO ANGOLANO

Completam-se, brevemente, quatro anos que tu rebentaste esta luta valente e nobre, que fez de ti um povo dos mais heróicos do continente, em particular, e do mundo, em geral.

Esta guerra que te foi imposta, porque, depois de aproximadamente 500 anos de escravatura, compreendeste que o regime português de servo, de criado e de despersonalização deve acabar. Tu te revoltastes, sacudindo para rebentar as cadeias do império colonial português.

Durante três anos, centenas de milhares de teus filhos deram o melhor possível, fazendo tudo ao seu alcance, para que tu revivas livre e soberano, afim de que o solo angolano seja para sempre libertado da exploração estrangeira. Todos os povos amigos da justiça, da paz e da liberdade, neste mundo, admirando o teu heroísmo se solidarizam contigo na luta.

Hoje, que o colonialismo bárbaro português treme e cambaleia graças aos teus ataques, é o momento de bater com mais força e mais dureza que nunca, para o deitarmos em terra de uma vez para sempre. Mais que um apelo ao combate, é este um apelo à vigilância e perspicácia que o teu partido nacional, a FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA, e o teu executivo de luta, O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DE ANGOLA NO EXÍLIO, te lançam, porque os colonialistas portugueses querem recorrer-se a outras velhacarias para tentarem manter-te indefinidamente na escravatura.

Depois de vãs tentativas de te aportugalizarem, despersonalizarem e ametamorfizarem em “português” abolindo o código do indigenato por Decretos-Leis, que não enganam ninguém, eles prestam-se agora a fabricar as ditas eleições com a intensão de acabarem numa melhoria do colonialismo. Dedicam-se também a quererem fazer-te crer que o colonialismo pode evoluir; para chegar a pintar ilusoriamente o colonialismo, foram precisos 500 anos e uma preparação cruel, que já causou quase 100.000 mortos.

POVO ANGOLANO: são dos teus filhos as centenas de milhares de vítimas tombadas. Eles não deram a vida, não ofereceram o peito nem verteram o sangue por uma simples modificação de Leis. Eles, bravos combatentes, juraram antes de caírem que morriam com esperanças, porque Angola Independente e Soberana renasceria dos seus casos. Tu, povo angolano, lutas não com o objectivo de seres um cidadão portu-

guês e nunca debes pensar em tal. Deves, pois, regeitar todas as espécies de proposições, que te não permitam exprimir livremente o teu pensamento e que te não autorizem a tornar-te um povo livre e soberano. Tu debes-te opor pela força a todos os novos estatutos impostos. Salazar teve sempre o mérito, de ser claro na sua política colonial: segundo ele, não há lugar para a libertação dos povos coloniais, na Constituição Portuguesa.

POVO ANGOLANO:

ACÇÃO DIRECTA, ACÇÃO DIRECTA, ACÇÃO DIRECTA; LEVANTAMENTOS, GREVES, SABOTAGENS DE TODA A ESPÉCIE, ISOLADAS OU EM GRUPOS. TERRORISMO POR TODA A PARTE. O MEDO E A INSEGURANÇA DEVE PENETRAR E VIVER NOS COLONOS ESCLAVAGISTAS E SEUS MESTRES.

ACÇÃO DIRECTA, ACÇÃO DIRECTA, SABOTAGEM PARA DESTRUIR AS TENTATIVAS DOS COLONIALISTAS PORTUGUESES, QUE PRETENDEM IMPOR AS SUAS ELEIÇÕES PRÉ-FABRICADAS.

A circular de Amaral Gourgel de 9 de Julho de 1964, emitida da Base Militar de Kinkuso é inequívoca quanto às dificuldades por que passavam os combatentes da UPA e dá conta da esperança de “terem forte e abundante material para a continuação da luta”.

“...ANGOLA

Temporariamente encontro-me nesta Base, para o bem e a boa marcha da nossa Revolução.

O Governo Revolucionário de Angola no Exílio, tem conhecimento das grandes dificuldades que passais, lutando dia e noite contra o nosso fígadal inimigo, o colonialista português; muito se gloriam os grandes líderes da Revolução Angolana por terem uns cooperadores corajosos, decididos e valentes como vós.

Queridos compatriotas, tudo tem o seu tempo determinado, está chegando o momento de interceptar em todos os sentidos os usurpadores da nossa rica Angola. Há tempos visitou esta Base o Secretário-Geral do Comité dos Nove e presentemente encontra-se de novo em Leopoldville, contactando miudadamente com o Presidente do GRAE com fim único de fornecer forte e abundante material para a continuação da luta.

O Governo, o vosso Governo, nunca discursou nem discursará do compromisso tomado da libertação do solo pátrio, a escassez que notam no fornecimento de material, foi única e simplesmente porque a Organização da Unidade Africana "O.U.A." ainda não começou a mandar material como ficou determinado na conferência de ADDIS-ABEBA; o que passará a fazê-lo dentro em pouco tempo.

Partirá brevemente uma grande delegação chefiada pelo Primeiro Ministro do GRAE, dando cumprimento os convites feitos pelos governos dos países que desejam a paz e a LIBERDADE DO HOMEM. Essa delegação visitará PEKIN, MOSCOVO, PRAGA, BELGRADO E LONDRES. Essa viagem, é de capital importância para a nossa luta, porque o seu principal fim é adquirir-se abundante material para pôr termo a carnefeca levado a cabo pelos inconscientes portugueses.

As grandes dificuldades, tarde ou cedo, terão o seu fim. Lembrai-vos que lutamos para receber e ocupar a nossa Angola, herança que nos foi legada pelos nossos antepassados. Os portugueses lutam por uma causa já perdida e só no fim sentirão o peso esmagador da sua inconsciência. Salazar tem dois objectivos: faz todos os esforços para enfraquecer os grandes combatentes, alimentando a esperança de ainda voltarmos à escravidão portuguesa; de outro lado, sabendo que perderá a Angola, despeja muitos brancos para morrerem na guerra de Angola, diminuindo assim a população portuguesa, para o resto poder viver no seu pequeno torrão e sumamente pobre de Portugal.

Cabe no entanto a vós valentes filhos de N'gola Kiluangi Kiassamba, continuarem fortes até a incondicional independência de Angola a vossa Angola, a nossa Angola.

A BEM DA NAÇÃO

BASE MILITAR DE ANGOLA EM KINKUZU,
AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DE
MIL NOVECENTOS E SESENTA E QUATRO.

Fernando Pio do Amaral Gourgel
(Secretário do Estado)

...

Em 1 de Junho de 1964, foram capturados vários documentos no vale do Vamba, contendo:

- Documentos de endoutrinação e moralização da guerrilha, emanados dos Chefes no Congo Leo, e de elementos da "base" de Kinkuzu.

- A exortação do mesmo Gourgel, que se transcreve às gentes de Quiculungo:

“...De 1923-1928, rodei essa área toda, pois fui comerciante em Camongua, Aldeia Nova, Cadiamba, Caculo Cabaça, etc.

Passei pela primeira vez em Quiculungo em Agosto de 1923, de viagem a Camabatela.

Creiam tenho saudades dessas ricas áreas.

A minha alegria não tem limites ao saber que o eco da UPA chegou até aí. Presados compatriotas chegou o momento de todos nós unirmos as nossas forças para lutarmos contra o nosso inimigo, que nos escravizou a cinco séculos.

Façam tudo que estiver ao vosso alcance para derrotar esses ladrões. Presentemente segue um grupo de soldados e armas. Trabalhai dia e noite, aproveitai o tempo. Sendo possível, contactai os povos de Cadiamba, Quivota, Terreiro, Caculo Cabaça, Kapele, M'Bamba, Camongua, etc.

Falai-lhes da UPA formai Quartéis e mandai delegados à Base buscar armas.

HAJA CORAGEM
A BEM DA NAÇÃO ANGOLANA

Fernando Pio do Amaral Gourgel
(Secretário do Estado)

...”

Este conjunto de documentos reflecte as dificuldades por que passava o GRAE a todos os níveis – combatentes, populações e insuficiência de meios que iam sendo do conhecimento das nossas tropas.

EXPRESSÃO DAS DIFICULDADES

As dificuldades por que passava a UPA sentiam-nas as NT no terreno, no decorrer do aumento crescente da actividade que iam desenvolvendo à medida que decorria o ano de 1964³²⁶. Porém, outros sintomas de cansaço da luta ou de descrédito na independência eram expressos por elementos inimigos em documentos que as nossas tropas capturaram e de que se transcrevem alguns exemplos.

(326) Ver capítulo anterior.

– Documentos capturados, em 22Mai64, na região da Vamba Antiga – a Oeste de Bembe, permitiam concluir que os povos da região Songo-Toto revelavam um mal estar geral, traduzido por doenças, mortes, falta de alimentos e de roupas.

– Documentos capturados a um elemento In abatido, em 03Jul64, na encosta SE da Serra da Cananga:

Carta com data de 28Jun64:

Para: João Bambi – Quimutango

De: Paulo Almeida – oficial

“...já completamos um mês sem fazer fogo, sempre é falhar... Até eu estou completamente desmoralizado, não sei o que possa fazer”.

– Documentos capturados, em 28Jul64, na margem direita do rio M’Pozo, a N da estrada Tomboco-S. Salvador, a 4 elementos In interceptados pelas NT:

Carta:

Para: Sara Paulo da Cunha – Canacassala

De: Pedro Gongá da Silva

“...pede para irem para o Congo, pois a guerra é para todos de modo que “salve-se quem puder” ...”

Carta de 21Jul64:

Para: Manuel Muginga – Nambuanguongo

De: Francisco Manuel

“...pede para irem para o Congo “pois a independência não é para hoje”; “o nosso Rei Holden Roberto não tem capacidade de aguentar a libertação de Angola” ...”

Carta de 20Jul64:

Para: Ernesto Gomes da Silva – Presidente do “posto” Quicunzo

De: Ernesto Eduardo Gomes da Silva – Leo

“A revolução de Angola tem muita tática não acaba hoje e nem amanhã, até nós cá no Congo não sabemos que dia alcançaremos a nossa independência.

Tenho muita coisa para explicar mas dentro do bilhete não posso; só o que lhe digo é único remédio é refugiar cá no Congo”.

– Documento capturado, em 06Ago64, na região dos rios Dange e Teba.

Carta com data posterior a 02Abr64:

Para: José Calundungo – “Chefe do Estado-Maior Geral”

De: Supõe-se dum elemento da “central” da Micala

“Excelência pela gentileza tenho o maior prazer de apresentar os meus sinceros votos cumprimentos a V.Ex.^a em pror de todos aqueles que enfrentaram para a liquidação total do colonialismo português em Angola...”

NB. Sua Excelência, ao mandar soldados munidos espero que me envie também explosivos, visto que já estudei o plano de Caxito. Espero começar com o meu trabalho para as mesmas... citadas.

Faço pedido dos soldados, por motivo de terem fugido todos os meus soldados que trazia segundo já comuniquéi”.

FALTA DE COMBATENTES

Os documentos que se passam a transcrever, assinados por personalidades importantes da UPA, revelam claramente que, no ano de 1964, aquele partido lutava com notória falta de combatentes.

“Carta Circular aos Combatentes”, do “Estado-Maior Geral” do ELNA – (03Dez63)”

EXM.º SENHOR

COMANDANTE OU CONSELHEIRO DO QUARTEL DE ANGOLA

Já são decorridos quase dois anos, desde que se fundou esta Base, e até aqui não temos nem a sétima parte do número dos soldados que precisamos ter até hoje.

Nós ao princípio queríamos adaptar um sistema que nos parecia ser melhor para combater o tribalismo que até aqui muito tem contribuído para o atraso do nosso trabalho.

Mas examinado este caso, vimos que o povo não nos compreende, vamos agora adaptar um novo sistema que nos será favorável e não muito vantajoso para o nosso trabalho. Mas que sim, como o povo ainda não compreendeu vamos assim proceder.

Agora, qualquer comandante que não enviar jovens para serem treinados, a partir de hoje já não terá direito a material nem soldados. Porque agora todos os soldados são obrigados a voltar aos quartéis donde vêm, já não

são transferidos para outras secções para assim evitar certos prejuízos que temos tido em perda de material e massada que os responsáveis dos grupos têm tido no transporte de material.

Mais uma vez vos peço compatriotas, que nos enviem soldados para serem treinados, findo o treino voltam às secções donde vêm. Repito qualquer responsável da secção que não quer mandar soldados para serem treinados, não terá direito a material nem reforço de soldados.

Ao terminar, vos desejo boa continuação no serviço da Nação e e tudo que vos desejo.

BASE MILITAR DE ANGOLA EM KINKUZU, AOS TRÊS DIAS DO
MÊS DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E TRÊS.

O CHEFE DO ESTADO MAIOR GERAL
ass. JOSÉ KALUNDUNGO"

Comunicado emitido pelo GRAE, através do "Ministro do Armamento"
(Jan64 – capturado pelas NT em 18Fev, na região do rio Fuá):

COMUNICADO NR 1/ARM/64:

"Para os devidos efeitos cumpre-me comunicar a todos os Comandantes e responsáveis da luta armada no interior de Angola, que todos combatentes são considerados soldados do Exército Nacional de Libertação de Angola e não Jeuneses como vulgarmente têm sido chamados. Todos Comandantes devem mandar para este Ministério o mais cedo possível uma relação dos soldados existentes em cada Quartel, nomes, números data da entrada no Exército, etc.

Mais comunico que notando-se muita afluência de Angolanos em todo o Território Congolês aptos para vida militar, impobrecendo assim os Quartéis ai determino que os responsáveis dos Quartéis, só passarão Guias as Senhoras, Crianças e Homens fora da idade militar, isto é velhos e doentes.

Cada Quartel nomeara pessoas permanentes que trarão o correio para o Governo Revolucionário e para a Base."

Cumpre-se

A BEM DA NAÇÃO ANGOLANA
ass.) FERNANDO PIO DO AMARAL GOURGEL
- Secretário de Estado -

Comunicado de 08Jul64 do “Estado-Maior do ELNA”, assinado por Fernando Gourgel:

“Tendo chegado muitas vezes nacionalistas em LEO, formulando queixas contra os comandantes alegando não passarem guias aos doentes que desejam vir em tratamento, fez-se o primeiro comunicado, que infelizmente está sendo mal compreendido. No referido comunicado, não se deu ordem para evacuar a população; como está sucedendo. Autorizou-se aos comandantes passarem guias apenas aos doentes para vir em tratamento.

Tanto velhos, mulheres e crianças doentes, mesmo soldado doente, necessita de tratamento, porque é dever de todos comandantes velarem pela saúde da população.

De hoje em diante, é expressamente proibido passar guias a qualquer pessoa a não ser como ficou dito, a doentes. Qualquer comandante que não dê cumprimento a este comunicado, violando assim a ordem superior, será punido severamente.”

A hierarquia procurava evitar que, com a saída de população das áreas, a pretexto de se tratar, faltasse aos combatentes o apoio indispensável que aquele assegurava, isto é procurava que não faltasse “a água aos peixes”, segundo a metáfora de Mao Tse Tung para explicar a dependência total dos guerrilheiros das populações que os alimentavam, protegiam e informavam.

RELAÇÕES UPA-MPLA

Desde muito cedo, antes mesmo do início da subversão activa, foi preocupação, quer de personalidades políticas, quer a nível de Estados e até de Organizações Internacionais, encontrar solução para o problema da unificação dos movimentos subversivos que actuavam em Angola.

Em 1960, sob a euforia das independências que se vinham processando em África, o então Presidente do MPLA, Dr. Pinto de Andrade, propôs a Holden Roberto a criação da “Frente Única” na qual os dois movimentos participariam em condições de igualdade, proposta que foi recusada por Holden Roberto.

Em Junho de 1962, N’Khruma propôs como solução de “Frente Única” a criação de um Comando Militar Unificado (CMU) e de um Conselho Nacional de Angola (CNA), a fim de reunir os partidos existentes – UPA, PDA e MPLA. O assunto foi discutido sem resultado. Uma fracção do MPLA, dissidente, aderiu à FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola, entretanto constituída pela coligação da UPA com o PDA e de que o ELNA era o braço armado.

Em Maio de 1963, após a criação da OUA – Organização da Unidade Africana, esta reconhece como representante da luta do povo angolano o GRAE – Governo Revolucionário de Angola do Exílio, expressão política da FNLA. O processo de dissidência no seio do MPLA continuava, tendo-se constituído nos Dembos o quartel “Paz-Cólua” que absorveu os dissidentes do MPLA, que foram desarmados.

Um telegrama de 03 de Julho de 1963, do Governo Geral de Angola para o Ministro do Ultramar³²⁷, dá conta de notícias tendentes a conseguir a aproximação dos dois partidos.

“...Reunião 01Jul grupos nacionalistas em Brazaville PT.

Agência imprensa oficial Congoleza afirmou que William orador MPLA disse que partidos nacionalistas angolanos com excepção UPA e PDA decidiram criar Comité coordenação para combater todos meios colonialismo português. Comité estudará possibilidades e modalidades criação da frente efectiva dos movimentos nacionalistas angolanos. Youlou teria oferecido dinheiro ao Congresso e afirmado UPA e PDA não rejeitavam ideia tal congresso. Agência lembra Holden Roberto lembrou observadores que já tinha criado FNLA e que parecia desnecessário dissolvê-lo para formar outro grupo...”

Este telegrama revela uma luta entre os dois partidos pela liderança de uma frente comum que congregaria todos os esforços na condução da luta. Como as organizações internacionais apoiavam a FNLA, que avançara nesse sentido, e perante a recusa de Holden Roberto, nessa altura o homem forte da luta armada, em aceitar soluções fora da sua égide, o MPLA teria decidido tentar, por seu lado, uma solução idêntica à da FNLA.

É nesta luta e numa tentativa de subalternizar o MPLA quando, em 1964 a partir de Cabinda, este movimento incrementa as suas actividades militares, ao mesmo tempo que inicia diligências na Zâmbia para abrir uma nova frente, que mais tarde viria a ser a “Frente Leste”, que devemos inserir o comunicado político n.º 44, de 21 de Abril de 1964 da UPA, que se transcreve a seguir.

Internacionalmente o desprestígio do GRAE era crescente, em contraste, com a subida do MPLA, junto dos países que prestavam apoio à luta angolana.

(327) Em arquivo.

C O M U N I C A D O
O MPLA DIRIGIDO POR VIRIATO ADERE AO FNLA

Em reunião extraordinária do Conselho Nacional, realizada a 20 de Abril de 1964, a Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA – apreciou o relatório da Sub-Comissão a quem havia sido incumbido o estudo da candidatura do Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA – dirigido por Viriato da Cruz, o Conselho aprovou, por unanimidade, a sua admissão.

Tal decisão vai de encontro à Convenção da FNLA que tem por objectivo, de acordo com o seu artigo 2.º, agrupar todas as Organizações validamente representativas do povo Angolano que aceitem a política geral da Frente.

O acontecimento foi aclamado por todos os membros da FNLA que dele se felicitam, pois veio estreitar, mais ainda, os laços fraternos que devem existir entre todos os Angolanos animados dum espírito sincero de união.

O Conselho Nacional decidiu enviar um telegrama a Viriato da Cruz, actualmente na Argélia, e uma carta ao seu Comité-Director em Leopoldville, a anunciar-lhes esta decisão, felicitando-os, ao mesmo tempo, pelo seu espírito de compreensão que permitiu ao FNLA realizasse uma aspiração que vem de longe.

Esta candidatura que acaba de ser aceite, por unanimidade, é a primeira que a FNLA recebe.

“Comunicado político” da UPA

Tratar-se-á de pura propaganda uma vez que não se conhece qualquer adesão de Viriato da Cruz à FNLA, e apenas em 1973 surge o primeiro acordo credível e sério no sentido da reunificação.

O quadro seguinte refere-se aos percursos dos dois partidos nos quatro primeiros anos de guerra.

ANO	U P A / FNLA	M P L A
1961	04Fev – Alguns elementos estariam implicados nos ataques de Luanda. 15Mar – Sublevação da maioria das populações do Norte de ANGOLA em assaltos indiscriminados e massacres, atingindo os Distritos do ZAIRE, UIGE, NE de LUANDA e N do CUANZA NORTE. ABR – Início das acções violentas em CABINDA.	04Fev – Alguns elementos estariam implicados nas acções violentas em LUANDA com a finalidade de libertar presos políticos. Acções de inspiração local que não se enquadram nos planos do "partido"; influência do MPLA na região dos DEMBOS, onde este "partido" tinha mais audiência.
1962	Mar – Coligação da UPA com o PDA, constituindo a FNLA. A FNLA institui o seu órgão governamental que, com o ELNA, procura consubstanciar, interna e externamente, a nação angolana.	10Dez – Reestruturação do MPLA no exterior. Procura de apoio no CONGO LEO a fim de obter "facilidades". - Tentativa de unificação UPA/MPLA que provocou uma cisão neste "partido" havendo uma facção que aderiu à FNLA. Formação de quadros em campos de instrução da ARGÉLIA, MARROCOS, GANA e BULGÁRIA. - Nos DEMBOS o MPLA está em vias de desorganização face à pressão constante da UPA.
1963	Jun – Reconhecimento "de jure" do GRAE pelo Governo do CONGO LEO. Posteriormente a OUA, considera ser o único "partido" angolano em condições de ser auxiliado.	- Princípio do ano, início de acções violentas em CABINDA. - Nos DEMBOS, o processo de desarticulação culmina com a "negociação" entre a FNLA e o MPLA, constituindo-se o quartel "PAZ-COLUA" que absorveu os dissidentes do MPLA que foram desarmados. - NOV63 – O MPLA é expulso do CONGO LEO, transferindo para o CONGO BRAZZA a sua estrutura político-militar. Continuação da formação de quadros na ARGÉLIA.
1964	- Jul – Ano de crise da FNLA, registando-se: - Dissidências no seio do partido que teve o zénite em Julho com a demissão de JONAS SAVIMBI; - Restrições no CONGO LEO após a subida ao poder de TCHOMBÉ; - Negação do apoio da ZÂMBIA; - Tentativas de aproximação com o Leste – MOSCOVO e PEQUIM – sem êxito.	- Ano de reestruturação e revigoração do MPLA, apoiado pelo bloco comunista. No CONGO BRAZZA assiste-se à recepção de material, preparação de bases e instrução de quadros e tropas, que conduziu a um incremento das acções sobre CABINDA. - Após a independência da ZÂMBIA (24OUT), inicia diligências para se instalar neste país, que culminam em DEZ com o deslocamento do Chefe da Informação a LUSAKA, a fim de montar e abrir "escritórios" do "partido".

AS NOSSAS TROPAS

O APOIO MÉDICO-MILITAR

Iniciada a subversão activa, afluíu a Angola um número crescente de efectivos e de Unidades de Combate e de Serviços que impôs a necessidade de um apoio médico eficiente e escalonado entre as Unidades combatentes e o Hospital Militar de Luanda, então organizado a partir de uma estrutura do Serviço de Saúde, no início praticamente inexistente.

As naturais deficiências iniciais foram sendo ultrapassadas com a extrema dedicação do pessoal de saúde, em muitos casos, com recurso aos Serviços de Saúde Cíveis, crescendo o Serviço de Saúde militar de por impulso das circunstâncias.

Em Agosto de 1962, uma Missão Médico-Militar metropolitana deslocou-se a Angola, onde permaneceu 20 dias durante os quais tomou contacto com a realidade do momento e com todos os elos da cadeia de apoio. Elaborou um importante relatório que serviu de base à estruturação que se iniciou e que haveria de tornar o Serviço de Saúde Militar e o seu Hospital Militar de Luanda muito eficientes, modelares mesmo, num confronto com meios idênticos da Metrópole.

O Relatório inicia-se com uma referência especial aos médicos das Companhias que, isolados e sem meios, faziam prodígios, reconhecendo que, mesmo gravemente prejudicados na sua vida profissional e pessoal pela mobilização, mantinham um elevado moral e actuavam com grande competência técnica e muito acerto.

O problema médico não estava neles mas em tudo quanto nascia deles, a começar pelas evacuações dos casos mais graves, que se processavam através dos pequenos aviões, que pousavam em improvisadas pistas locais, ou por colunas militares que expressamente se deslocavam à retaguarda.

A Comissão ponderou ainda com muita acuidade o estudo de meios a atribuir aos escalões mais avançados e a execução de formas que evitassem a concentração de indisponíveis no Hospital Militar de Luanda por causas médicas que poderiam ser resolvidas localmente, de que o exemplo mais gritante era o apoio estomatológico.

Sobre o Hospital Militar de Luanda afirma-se que, nascido de um Destacamento Sanitário e instalado provisoriamente numa maternidade, era pequeno para as necessidades.

Nestas condições causava perplexidade o facto de, nestas condições, ter conseguido já um indiscutível prestígio e confiança junta dos comandos e das praças. A improvisação que tinha norteado, em muitos campos, a actividade do

Hospital não poderia continuar numa altura em que se lhe pedia um apoio a mais de 50.000 militares e famílias, o que requeria medidas urgentes.

Preconizava-se que o edifício deveria ser adaptado e ampliado por fases, de forma a aumentar a sua capacidade de 530 para 730 camas. Deveria também ser criado, urgentemente, um serviço de radiologia, para o que estavam já consignadas verbas, libertando-se assim do recurso ao Serviço Civil. Apontou-se ainda a necessidade de mobilizar urgentemente para o Hospital Militar de Luanda variados oficiais e sargentos especialistas para que ficasse devidamente enquadrado nas múltiplas valências necessárias.

Referia ainda o Relatório que se deveriam criar Enfermarias de Sector, para que terminasse a evacuação para o Hospital Militar de Luanda de indisponíveis que ali poderiam ser tratados. Estas Enfermarias deviam ter Secções de Reanimação porque se localizavam junto de pistas de aviação, com a inerente facilidade de para ali se evacuarem os feridos, propondo-se a sua criação imediata nos Sectores I (Negage); C (Colonato do Vale do Loge); F (S. Salvador); D (Quibaxe) e Sector 6 (Cabinda).

Sobre as evacuações sanitárias dizia o Relatório que a utilização limitada de dois helicópteros, – forma como se estavam processando as evacuações aéreas – era insuficiente e que deviam ser adquiridos doze para que as evacuações urgentes deixassem de ser feitas por aviões ligeiros que não só não dispensavam os helicópteros, como também as automacas. Quanto a estas, a Comissão considerava os “jeep – auto-maca” um malogro, pelo que já estavam postos de parte e que as oito auto-macas do tipo “jeepão”, estas de eficiência comprovada, estavam espalhadas a mais de 1.000 Km umas das outras. Seria, por isso, necessário adquirir pelo menos uma por Batalhão do tipo “viatura todo terreno”, num total de 30, além da substituição das macas existentes que eram pesadas e impróprias, por 250 macas de alumínio, ultra-leves.

Outro problema detectado foi o do Depósito de Convalescentes, instalado no Regimento de Infantaria de Luanda e que albergava simultaneamente doentes de Consulta Externa, os convalescentes e os militares com alta do Hospital a aguardar transporte. Pensava-se que deveria ser criado um Depósito de Adidos onde os doentes a aguardar transporte e os de Consulta Externa podiam ser controlados. Para os convalescentes a solução encontrada foi a criação de um Depósito de Convalescentes, a funcionar como antena do Hospital Militar, apontando-se Malange como o local ideal para o instalar.

A Comissão considerou ainda inadiável a criação de Equipas Estomatológicas, uma vez que o problema estomatológico, se não era o mais grave, era certamente a mais premente dos Serviços de Saúde em Angola e que o tratamento e a triagem neste campo se deveria iniciar logo durante o transporte de tropas.

Quanto a doenças infecto-contagiosas e tropicais não foram detectados casos graves – os casos de paludismo e de bilharziose não causavam grande preocupação o mesmo não se podendo dizer do tétano. A Comissão tomou conhecimento de que haviam já aparecido quatro casos de tétano em militares metropolitanos, todos eles fatais, o que impunha uma averiguação sobre as vacinas.

Também foi considerada com preocupação a situação quanto à tuberculose, em militares indígenas, detectados numa percentagem inferior a 1%, defendendo-se a evacuação dos casos detectados, se esta percentagem, considerada normal, não subisse e uma vez que nem todos os casos eram graves, para o Serviço de Tisiologia, do Hospital Civil, de Sá da Bandeira.

Incentivava o Relatório uma maior colaboração entre o Serviço de Saúde Provincial de Angola e o Serviço de Saúde Militar, que se lhe afigurava óbvia, uma vez que se verificava que "... o primeiro é rico em instalações e pobre em pessoal médico e no segundo havia pessoal e faltavam instalações".

Debruçou-se ainda sobre a questão da mobilização dos médicos que era um verdadeiro problema nacional, em particular de médicos especialistas, a impor uma mobilização anual de 300 médicos, e sobre a necessidade urgente de montar em Angola um Serviço de Psiquiatria capaz de organizar e dirigir uma campanha de higiene mental entre as tropas e de um médico capaz de instalar um Serviço de Sangue junto do Hospital Militar de Luanda.

Por fim, apontava-se a necessidade de racionalizar a laboração da Delegação de Luanda do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos e da embalagem de medicamentos, tendo em atenção que o clima deteriorava rapidamente determinados produtos que não deveriam ser embalados em doses grandes e sem cuidados adequados.

O Relatório inspirou todo o incremento que se lhe seguiu, no Serviço de Saúde de Angola, atingindo-se o final de 1964 com grande parte das medidas preconizadas, praticamente, em execução.

Havia então sete Destacamentos de Inspeção de Alimentos (DIA) (Cabinda, Nova Lisboa, Henrique de Carvalho, Luanda, Quibaxe, S. Salvador e Carmona); 1 Destacamento de Inspeção de Águas (DIAL) em Luanda, 1 Destacamento Mixto de Cirurgia e Reanimação, em Luanda; 8 Equipas de Estomatologia (Henrique de Carvalho, Cabinda, Ambrizete, S. Salvador, Nova Lisboa, Quibaxe, Carmona, Muxaluando); 1 Depósito de Convalescentes em Luanda, uma Enfermaria P (Tuberculose) em Nova Lisboa, um Depósito de Material Sanitário e uma Delegação do LMPQF eficientes, em Luanda e dezenas de auto-macas em todos os escalões, a partir dos Batalhões. As Enfermarias do Sector estavam já esboçadas e, pouco tempo depois, já nelas se efectuava a cirurgia corrente.

A evacuação por helicóptero para os casos mais graves passou a ser prática habitual. Os aparelhos deslocavam-se até à frente de combate e recolhiam feridos mesmo em locais de aterragem improvisados.

FERIDOS E DOENTES

Apresentamos, em seguida, o quadro de feridos e doentes no mesmo período que nos permite também extrair algumas conclusões com interesse³²⁸.

CAUSA \ DATAS			PERÍODOS		TOTAL
			DO ANTEC. DESDE 01MAI61	MÊS DE DEZ64	
OFICIAS	FERIDOS	COMBATE	19	—	19
		ACIDENTE	58	—	58
	DOENTES		202	—	202
SARGENTOS	FERIDOS	COMBATE	38	1	39
		ACIDENTE	95	—	95
	DOENTES		459	—	459
PRAÇAS	FERIDOS	COMBATE	446	12	458
		ACIDENTE	1190	—	1190
	DOENTES		4431	—	4431
TOTAIS	FERIDOS	COMBATE			516
		ACIDENTE			1343
	DOENTES				5092

(328) Quadros oficiais e cumulativos de doentes e feridos, referidos a Dez64.

O número de feridos em combate (516) relativamente ao total de feridos (1859) é de aproximadamente 22%, número que não tem qualquer comparação com os 56% da relação “mortos em combate”/total de mortos que adiante se apresentará. Todavia, permite-nos concluir que o número de feridos por acidentes (78%) era muito elevado. Esta realidade, junta às considerações feitas para os mortos, leva-nos pensar que, nestes quatro anos, houve demasiados acidentes com consequências tragicamente significativas

DISPOSITIVO E EFFECTIVOS

O dispositivo das nossas tropas reflecte, no final de 1964, a concentração da guerrilha no Sector D – Muxaluando, parte do Sector Q – Quibaxe e Sector I – Carmona. O Sector D, com 6 batalhões é o de maior densidade de ocupação, seguindo-se o Sector I com 5 batalhões, para uma área consideravelmente maior, onde se definia uma ampla faixa a Leste, pacificada, com povos apresentados, além de variadas sub-Unidades independentes. O Sector Q dispunha apenas de 2 batalhões.

Do total de 32 batalhões da RMA, 26 estavam na ZIN, 2 na ZIC, 3 na ZIL e 1 na ZIS. Dos 26 da ZIN, 13 ocupavam a “área de guerrilha”.

O efectivo de Angola, que em 1964 era de 52.493 homens, dos quais 28,2% do recrutamento da Província, evoluirá entre 1961 e 1964 conforme o quadro.

ANGOLA	EFFECTIVOS METROPOLITANOS	RECRUTAMENTO DA PROVÍNCIA	RECRUTAMENTO DA PROVÍNCIA %	TOTAL
1961	28.477	5.000 (aprox)	14,9	33.477
1962	33.760	11.165	24,9%	44.925
1963	34.530	12.870	27,2%	47.400
1964	37.418	15.075	28,2%	52.493

Por ele se vê que o recurso ao recrutamento da Província foi aumentando de forma gradual e bem nítida.

Relativamente ao número de doentes registados nos quatro anos³²⁹ que era de 5.092 – média anual de 1.273 – para um efectivo médio de 44.574 homens,

(329) O conceito de doença está ligado ao de baixa, em qualquer escalão e não a uma simples ida ao médico, ao PS ou ao Hospital.

o que significa uma percentagem de cerca de 2,8%, não se afigura excessivo para as condições tão hostis em que as nossas tropas operavam, mas só um estudo médico comparativo poderá aquilatar do peso deste número. Também não nos foi possível um estudo exaustivo dos vários tipos de doenças e resultados de acidentes mas, documentos dispersos, levaram-nos a detectar como doenças mais correntes as perturbações gastro-intestinais, doenças do foro da dermatologia, estomatologia e da psiquiatria e os inevitáveis e frequentes “paludismos”, não obstante a distribuição diária de comprimidos preventivos que o pessoal nem sempre tomava, por correr o boato que interferiam na sua virilidade.

MORTOS

O quadro seguinte refere-se ao número de mortos das NT no período 1961-64.

O número de mortos “em combate”, relativamente ao total de mortos dos quatro anos, era de 56%. Se tivermos em atenção que, com alguma frequência, por motivos humanitários relacionados com pensões de sangue, eram englobados em “mortos em combate”, alguns mortos que, em rigor, poderiam não ser assim considerados, parece excessivo que tivesse havido cerca de 50% de mortos “com acidentes variados e outras causas”, em que se incluíam mortos por doença, estes em número reduzido.

Pode verificar-se também que o número de “mortos em combate” nos anos de 1963 e 1964 é inferior ao dos dois primeiros anos de guerra, enquanto estagna ou aumenta um pouco, o número de mortos “por outras causas”. Este facto é tanto mais significativo quanto é uma certeza que, a partir de 1963, foram sendo realizadas operações com efectivos elevados em zonas de refúgio, muitas vezes praticamente inacessíveis, onde o risco era incomparavelmente maior. É lícito supor que o aumento da instrução e da adaptação à guerra, a experiência adquirida e o aumento de tropas especializadas em contra-guerrilha contribuíram muito para a diminuição dos mortos em combate.

Não obstante o número de acções entre o In e as NT ter aumentado no ano de 1964 e o armamento do inimigo ter melhorado qualitativamente, o abaixamento do número de mortos em combate é ainda consequência da diminuição da “Área da Guerrilha” e do controlo da luta que o nosso Exército obteve claramente no final do mesmo ano.

ANO	EM COMBATE		ACIDENTE COM ARMA DE FOGO		ACIDENTE DE VIAÇÃO		OUTRAS CAUSAS		SOMA		TOTAIS
	RECRUT. METROP.	RECRUT. PROV.	RECRUT. METROP.	RECRUT. PROV.	RECRUT. METROP.	RECRUT. PROV.	RECRUT. METROP.	RECRUT. PROV.	RECRUT. METROP.	RECRUT. PROV.	METR. + PROV.
1961	109	17	8	3	20	4	29	4	166	28	194
1962	112	9	11	1	32	7	24	7	179	24	203
1963	78	5	18	2	23	5	29	9	148	21	169
1964	99	4	20	4	34	9	35	3	88	20	108
SOMAS	398	35	57	10	109	25	117	23	581	93	674

DESERÇÕES

As deserções em Angola não constituíram problema durante estes anos da campanha, conforme traduz o Quadro que a seguir se apresenta, cujos valores se mantêm sensivelmente na mesma ordem de grandeza ao longo dos treze anos de guerra.

Ano	Desertores				Apresentados ou Capturados	Mantendo-se na situação de desertores			
	Of.	Sarg.	Praç.	Tot.		Of.	Sarg.	Praç.	Tot.
1962	—	—	88	88	20	—	—	68	68
1963	2	2	176	180	102	1	2	75	78
1964	2	2	146	150	77	1	—	72	73
Total	4	4	410	418	199	2	2	215	219

Destes dados, cerca de 90% dizem respeito às Unidades da Guarnição Normal, com predominância de elementos de recrutamento local e só 10% a Unidades de tropas metropolitanas.

No ano de 1964, por exemplo, as deserções em pessoal metropolitano foram:

Unidade	Oficiais	Sargentos	Praças	Praças apresentadas ou capturadas	Praças mantidas na situação de deserção
CR 113	—	—	4	2	2
CPM 418	—	—	1	1	—
BCaç 317	—	—	1	1	—
BCaç 443	—	—	1	—	1
BCaç 455	—	—	1	—	1
BCaç 503	—	—	1	1	—
BCaç 540	—	—	1	—	1
BCaç 547	—	—	2	2	—
BCaç 554	—	—	1	—	1
BCaç 595	2	—	1	1	—
BCaç 646	—	—	1	—	1
BCav 627	—	—	2	—	2
BCav 682	—	—	1	1	—
BArt 436	—	—	1	—	1
CART 491	—	—	1	1	—
CART 528	—	—	1	1	—
TOTAL	2	—	21	11	10

Os números apresentados são irrelevantes quanto às tropas metropolitanas e relativamente às tropas da Guarnição Normal, a deserção não teve, na maior parte dos casos, um significado que não fosse o do prolongamento ilegal, por mais do que oito dias, dos períodos de licença, por motivos familiares, ou de natureza pessoal. Este fenómeno sempre ocorreu em Angola e não implica a intenção de falta aos deveres militares. Sucedia até, pelo contrário, que as Praças I por terem garantida alimentação condigna e um pré certo, gostavam de prestar serviço militar. No acto da apresentação mostravam desconhecer as consequências da sua ausência prolongada, o que não impede de pensar que alguns deles, mas relativamente poucos, estivessem endoutrinados e se constituíssem desertores por influência dos partidos emancipalistas ou simplesmente para não irem fazer a guerra no Norte, ainda que temporariamente, como sucedia aos militares brancos da Guarnição Normal.

É significativo que, em 1964, das praças que se constituíram desertores, cerca de 60% do total o fizeram de Sá da Bandeira e Nova Lisboa, cidades bastante afastadas das zonas de campanha. Muitas foram facilmente capturadas para o que, em geral, bastava a Polícia Militar ir a sua casa onde as encontravam. Os que ficavam em falta iam aparecendo progressivamente.

Nas tropas metropolitanas apenas ultrapassaram o prazo de apresentação 02 oficiais e 10 praças, número que dispensa comentários face ao efectivo total.

Pode concluir-se, em resumo e em definitivo, que a prática da deserção pela deserção, por motivos políticos, ideológicos ou pelo medo de fazer a guerra foi, no T.O. de Angola, um fenómeno sem qualquer expressão até 1964.

DESPESAS

Não é fácil discriminar valores exactos para os gastos em Angola originados pelo esforço suplementar de defesa imposta pela eclosão dos acontecimentos de 1961. A luta que se seguiu e que haveria de durar 13 anos implicou um esforço crescente, imprevisto e urgente de despesa, que só começou a permitir um certo planeamento a partir de 1963-64 e, mesmo assim, assente em bases incertas.

Foi possível reconstituir, ano por ano, as verbas do OFMEU – Orçamento das Forças Militares Extraordinárias no Ultramar, vulgarmente conhecidas por Forças de Reforço à Guarnição Normal – que foram gastas efectivamente e são as constantes do quadro seguinte, para todas as Províncias Ultramarinas.

Ano	1961	1962	1963	1964
Milhares de contos	1026,1	1946,4	2592,3	2523,8

Entre 1961 e 1964 fez-se também um assinalável esforço militar para reforço das guarnições da Guiné e de Moçambique, para se evitar uma situação como a que ocorrera em Angola em Março de 1961, sendo de supor que, destas verbas, uma parte importante fosse atribuída a estas duas PU mas podemos afirmar com segurança que foram, na sua parte mais volumosa, canalizadas para Angola.

Acresce que, a partir de 1964, passou a ser atribuída uma verba autónoma para o Plano de Aquisição de Viaturas (PAE) que, nesse ano, foi de 600.000 contos, que constituía uma fracção de 1.500.00 contos, uma vez que o PAE era, de início, atribuído por três anos e posteriormente por quatro para pagamentos diferidos, e a partir de 1968 serem ainda repartidos pelo Exército e pela Força Aérea.

Deve referir-se ainda que havia também uma verba inscrita no Orçamento Ordinário da P.U., (Fundo de Defesa Militar do Ultramar), destinada à sua própria defesa, ocorrendo em geral, ao pagamento das despesas das Unidades de Guarnição Normal, ou que pudessem ser inseridas como tal.

Importa, por fim, ter-se em atenção que existia outra verba “Contribuição Global das Províncias Ultramarinas para a Defesa Nacional”, que resultava, em cada PU, de uma percentagem sobre as receitas ordinárias, fixada anualmente por despacho do Ministro do Ultramar, depois de acordo com o Ministro da Defesa e que este repartia pelos três ramos das Forças Armadas.

De 1960 a 1964, o contributo de Angola foi muito elevado, tendo em atenção que, neste período apoiou o esforço financeiro de quatro anos de luta, conforme o quadro comparativo que se segue, onde constam os contributos de todas as P.U.

Despesas Ordinárias Globais das P.U. para a Defesa Nacional (em contos)

PU ANO	CABO VERDE	GUINÉ	S. TOMÉ E PRÍNCIPE	ANGOLA	MOÇAMBIQUE	MACAU	TIMOR	TOTAL
1960	2.619	8.480	4.898	203.119	247.666	7.050	6.906	480.738
1961	3.478	11.611	4.271	203.730	260.805	6.982	5.769	496.646
1962	2.794	12.108	4.011	219.973	378.198	10.658	4.977	632.719
1963	4.156	12.069	5.488	404.597	383.316	8.119	5.080	822.825
1964	4.160	12.090	5.055	443.273	448.180	12.159	5.145	930.062

SÍNTESE

Nos últimos anos da década de 50, as autoridades de Angola foram alertando a Metrópole para um presumível agravamento da situação política, a curto prazo, tornando-se os avisos mais prementes a partir da independência do Congo ex-belga. Infelizmente, os alertas eram fundamentados e vieram a ter os primeiros reflexos nos ataques de Luanda de 04 de Fevereiro de 1961, assumiram a forma de uma guerra de guerrilhas, a partir de 15 de Março do mesmo ano, por parte da UPA, quando este movimento emancipalista desencadeou um massacre generalizado em todo o Norte de Angola. As consequências desta tragédia puderam ser ainda minimizadas pela heróica e estoica acção das poucas Unidades militares então existentes no território que foram prontamente lançadas na área afectada.

Os estudos para o estabelecimento de estruturas militares para fazer face ao deteriorar da situação militar, que se pressentia, iniciaram-se na Metrópole desde muito cedo mas a um ritmo lento e desajustado dos indícios que continuavam a chegar às nossas autoridades a um ritmo preocupante. A gravidade do que se augurava e se sentia em crescendo chegou a ser claramente denunciada pelo Governador Geral de Angola, no célebre "Discurso da Carreira de Tiro".

Quando a guerrilha se iniciou estava em Angola, em missão de estudo, uma Missão Militar de alto nível que pôde inteirar-se dos factos, que a surpreenderam, e ficou em condições de poder relatar em Lisboa a realidade da situação que se vivia no território.

Apesar disso, sentiram-se, durante algum tempo, hesitações quanto à forma de enfrentar o alastrar da subversão, enquanto a situação se agravava, até se atingir um ponto quase insustentável.

Procedeu então o governo a uma mobilização intensa e muito acelerada de várias Unidades militares que foram colocadas em Luanda, em sucessivos desembarques. Aproveitando as poucas estruturas militares então existentes e

lançando mão de toda a espécie de improvisações, essas Unidades puderam adaptar-se à realidade e receber alguma preparação específica, após o que iniciaram a reocupação de todo o Norte de Angola, devastado por carnificinas e destruições, perpetradas em escala inconcebível.

Foi assim possível permitir a retomada lenta e progressiva de toda a vida civil e administrativa, recuperar grande parte da vida económica da área afectada, que assentava no café, e salvar ainda muitas vidas.

Esta notável e fulgurante acção das Nossas Tropas só foi possível por um enorme espírito de sacrifício e um patriotismo inquestionável dos militares que as constituíram. Sacrifício imposto pela dureza do clima, dificuldade do terreno onde as operações se desenrolaram e novidade do tipo de guerra que foram obrigadas a enfrentar; patriotismo, bem visível em todos os momentos e que as levaram a combater com entusiasmo, embora sabendo que arriscavam a vida a cada instante. ⁴

A intensa actividade de todos, com relevo para o Exército trouxe tranquilidade às gentes de Angola, mas as condições em que o fizeram foram de uma dificuldade indiscreta, vivendo-se carências de toda a ordem.

O seu equipamento era inadequado. As primeiras tropas fardavam de caqui amarelo e foram equipadas com artigos pouco práticos, desadaptadas e dotadas de um pesado capacete de aço da última guerra, insuportável em clima tropical.

As espingardas Mauser, de repetição, levadas dos depósitos da Metrópole, cuidadas mas de modelo antigo, não eram apropriadas para sustentar as investidas de multidões inconscientes, com muitos drogados ou manipulados, como os que nos enfrentavam gritando que as balas eram “água”, como foi característico das primeiras acções inimigas.

A cadência de tiro era determinante e precisávamos de espingardas automáticas que só foram distribuídas mais tarde.

As viaturas eram desadequadas a uma rede de estradas e picadas com más condições de transitabilidade.

Os jipões, Ford Canadá e as camionetas GMC, idas da Metrópole já muito usadas, ainda assim desempenharam bons serviços, mas a elas juntaram-se viaturas de toda a ordem, adquiridas de emergência, que não dispunham das mínimas condições operacionais.

As transmissões eram insuficientes. Os nossos serviços, em especial os logísticos, de início não estavam estruturados para proporcionar um apoio eficiente, o que levou à prática corrente da utilização de recursos locais, nem sempre existentes e à utilização de uma alimentação monótona com base em conservas enlatadas.

A evacuação de mortos e feridos, sem helicópteros e as estradas cortadas e as pistas tornadas inoperacionais com valas e colocação de obstáculos, foram

um verdadeiro drama. Cada ferido e cada morto obrigava a regressar à povoação anterior com condições para os acolher e evacuar, mas as colunas que o faziam encontravam as estradas obstruídas de novo e, não raras vezes, suportavam novos ataques que provocavam mais mortos e feridos. E da zona de combate até à base operacional quantas vezes os nossos mortos e os feridos eram transportados às costas dos camaradas!

Enquanto a estrutura militar não adquiriu o seu aspecto definitivo, as Nossas Tropas viveram períodos de grande desgaste físico e psicológico, conduzindo uma guerra em terrenos inóspitos para os quais, de início não haviam sido convenientemente preparadas, mas fizeram-no com grande determinação, um elevadíssimo espírito de servir e sem queixumes, nem resistências. Estavam ali a cumprir uma missão defensiva e de reposição da legalidade e havia que a cumprir, com brio e determinação, tornando-se hoje difícil a quem não viveu tais dificuldades imaginar quão ciclópico foi o seu esforço e a grandeza moral que demonstraram.

No início da campanha qualquer que fosse o estado de tempo os nossos homens dormiam debaixo das viaturas ou em pleno mato, havendo Unidades que assim viveram mais de dois meses até poderem dormir numa cama vulgar.

Como tudo era difícil para todos, sem distinção de postos, criou-se um espírito de corpo notável entre as Nossas Tropas e entre as Unidades e uma visível fraternidade no sacrifício na qual a satisfação era norteadada exclusivamente pelo cumprimento do dever.

Urgia avançar depressa para tentar encontrar ainda gente com vida e para que tudo recomeçasse a funcionar rapidamente. As primeiras tropas actuavam assim com um objectivo bem claro e empenharam-se nele como se o fim da guerra fosse dependente do cumprimento da sua missão.

As várias Armas modificaram as suas características operacionais próprias, organizando-se Companhias e Batalhões de Cavalaria e de Artilharia, que se adaptaram, com grande rapidez, às novas missões e táticas próprias da Infantaria.

Foi com este espírito de servir que, em poucos meses, todo o Norte sublevado foi reocupado, muitas casas reconstruídas, a vida económica em parte retomada, recuperando-se mesmo grande parte da colheita do café desse ano e que voltaram para nós centenas de milhares de nativos, fugidos para as matas após os primeiros acontecimentos.

Toda a parte leste do Norte de Angola ficou, em paz bem como todo o Sul da Província e a guerrilha circunscrita, no norte, a zonas de refúgio, na parte mais difícil dos Dembos, limitada embora ainda não eliminada.

Nos anos de 1962 e 1963 o inimigo foi-se consolidando com o crescente apoio do exterior, melhor armado e preparado, tornou-se aqui e ali mais agres-

sivo, mas sempre remetido às zonas de refúgio, de onde irradiava para acções de ataque e destruição.

As iniciativas militares pertenciam-nos, o que tornou possível que, dentro da situação criada, a vida tivesse voltado a decorrer com normalidade no rico Norte de Angola, a guerrilha não alastrasse a outras áreas e, em 1964, mercê de um conjunto de extensas e sucessivas operações com grandes efectivos sobre todas as zonas de refúgio, o inimigo fosse francamente desorganizado e a situação militar claramente estabilizada.

As causas deste controlo da situação em Dezembro de 1964 foram inequivocamente de natureza militar: o QG/RMA, os Estados Maiores, os Directores de Serviços, os Comandos Combatentes e os nossos militares foram adquirindo experiência por justaposição, de que as sucessivas Directivas do Cmd/RMA e CCFAA são claro exemplo, atingindo-se o rendimento pleno, progressivamente, durante o ano de 1964.

A estas causas deve-se juntar, sem dúvida, a apresentação das populações, em número crescente, que as Nossas Tropas e as Autoridades Administrativas foram apoiando de todas as formas, fixando-as, furtando-as ao Inimigo, visitando-as para se sentirem em segurança e para lhes conceder apoio social.

O final de 1964 encerrou um ciclo militar da luta em Angola que nos foi francamente favorável, constituindo a reocupação de 1961 uma das páginas mais brilhantes da nossa História Militar.

ABREVIATURAS

AA	– Anti-aérea
Acar	– Anticarro
AIL	– Áreas de Intervenção Livre
Aposs	– Antipessoal
ART	– Artilharia
BAT	– Batalhão
BAT de ART	– Batalhão de Artilharia
BCaç	– Batalhão de Caçadores
BCav	– Batalhão de Cavalaria
BEng	– Batalhão de Engenharia
BT	– Base Temporária
BTr	– Bateria
Canhangulo	– Arma de fogo rudimentar de fabrico artesanal
Can S/R-10, 6	– Canhão sem recuo 10,6 cms
CCS	– Companhia de Comando e Serviços
CCaç Esp	– Companhia de Caçadores Especiais
CCaç I	– Companhia de Caçadores Indígena
CCaç (M)	– Companhia de Caçadores (Metrópole)
CCaç Paras	– Companhia de Caçadores Páraquedistas
CCaç (R)	– Companhia de Caçadores Reforçada
CCav	– Companhia de Cavalaria
CCE	– Companhia de Caçadores Especiais
CCFAA	– Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola
CEM	– Chefe do Estado Maior
CEME	– Chefe do Estado Maior do Exército
CF	– Caminho de Ferro

CI – Centro de Instrução
 Cmdt – Comandante
 COM – Curso de Oficiais Miliciano
 COMARANGOLA – Comando Marítimo de Angola
 COMDEL – Comando da Defesa de Luanda
 COMPRAZ – Comando da Região Aérea n.º 2 (Angola)
 COMSEC – Comando de Sector
 CONDEFMAR – Comando das Forças Marítimas
 Congo Léo – Congo ex-Belga c/a capital em Leopoldville
 CPM – Companhia de Polícia Militar
 CReopt – Companhia de Recompimento
 CSap – Companhia de Sapadores
 CSM – Curso de Sargentos Miliciano
 CTI – Comando Territorial Independente (Guiné-Cabo Verde-S. Tomé-Timor)
 Dest – Destacamento
 Dest San – Destacamento Sanitário
 DDI – Destacamento de Defesa Interna
 DIAMANG – Companhia de Diamantes de Angola
 DST Man – Destacamento de Manutenção
 DSU – Direcção dos Serviços do Ultramar
 ECav – Esquadrão de Cavalaria
 ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola
 EME – Estado Maior do Exército
 ERec – Esquadrão de Reconhecimento
 EUA – Estados Unidos da América
 Ev – Eventual
 F.A. – Força Aérea
 FAP – Força Aérea Portuguesa
 FAV – Força Aérea Voluntária
 Fusos – Fuzileiros Navais
 GAC – Grupo de Artilharia de Campanha
 GACL – Grupo de Artilharia de Campanha de Luanda
 GACNL – Grupo de Artilharia de Campanha de Nova Lisboa
 GN – Guarnição Normal
 GRA – Grupo de Reconhecimento de Angola (Unidade de Cavalaria da G.N. da Província)
 GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio
 Gr Comb. – Grupo de Combate

H.M. – Hospital Militar
 In – Inimigo
 JAEA – Junta Autónoma de Estradas de Angola
 LMPQF – Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
 Mina A/P – Engenho explosivo anti-pessoal
 MNF – Movimento Nacional Feminino
 MPLA – Movimento para a Libertação de Angola
 NT – Nossas Tropas
 Of – Oficial
 ONU – Organização das Nações Unidas
 OP – Obras Públicas
 Op – Operadores
 OPVDCA – Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola
 OUA – Organização da Unidade Africana
 PAIGC – Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde
 Paraq – Páraquedistas
 PCA – Posto de Comando Aéreo
 Pel – Pelotão
 Pel AAA – Pelotão de Artilharia Anti-Aérea
 Pel Sap – Pelotão de Sapadores
 PERINTREP – Relatório Periódico de Informações
 PIDE – Polícia Internacional da Defesa do Estado
 PM – Pistola Metralhadora
 PM – Polícia Militar
 PSP – Polícia de Segurança Pública
 PSPA – Polícia de Segurança Pública de Angola
 PV 2 – Avião militar de combate
 QG – Quartel General
 R.A. – Região Aérea
 RGSE – Regulamento Geral dos Serviços do Exército
 Rep – Repartição
 RIL – Regimento de Infantaria de Luanda
 RINL – Regimento de Infantaria de Nova Lisboa
 RMA – Região Militar de Angola
 SCCIA – Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Angola
 Sec – Secção
 SGDN – Secretariado Geral da Defesa Nacional

SUPINTREP – Relatório Suplementar de Informações

SWA – Sudoeste Africano

SVÇ – Serviço

T.O. – Teatro de Operações

UPA – União dos Povos de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Rússia)

ZA – Zona de acção

ZIL – Zona de Intervenção Leste

ZIN – Zona de Intervenção Norte

ZIS – Zona de Intervenção Sul

Vexa – Vossa Excelência

BIBLIOGRAFIA

1. VÁRIOS

- Alazard (Coronel); A Guerra Subversiva e os Casos da Indochina e de Angola, Ciclo de Conferências da Academia Militar, 1959;
- Alves, Saiote de Deus Almeida; Os Deficientes das Forças Armadas. A Problemática da Reintegração Social; Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP, 1997
- Angola (Situação em Angola); Assuntos variados, Mensagens S/N, 13MAR62, 9JUN62, 29Set62 e 128, 186, 346, 187, 328 todas de 1961.
- Antunes, José Freire, "África 61 – Revelações, A Proposta de Kennedy e a Recusa de Salazar", "Semanário" de 16Jan88.
- Aerius, Revista da Associação Portuguesa do Tripulante de Cabine da TAP, n.º 3 OUT85, Artigo "Há 24 anos foi desviado um avião comercial, Português", entrevista ao Comandante Marcelino, comandante do avião desviado.
- Baixa do Cassange (Sublevação da): Mensagem n.º 21 de 26JAN61 do Ministro do Ultramar para o Governo Geral de Angola.
- Idem; Pequeno processo com relatórios dos Comandantes de Companhia sobre os incidentes, Março de 1961.
- Idem; Relatório Especial de Informação n.º 1/BCaç 460.
- Barreiros, António: "A Verdade Sobre os Acontecimentos de Angola", Carmona, 7.ª edição, Set61.
- Batalhão de Artilharia 525; Livro do.
- Batalhão de Caçadores 158; Livro do
- Bruce, Neil; "Portugal's African Wars", Conflit Studies N.º 34, March 1973, Ed. Brian Crozier, 1973.
- Cabinda, A "Independência" de; Sem autor identificado, Ed.Literal, Jul77.
- Caetano, Marcelo: "Razões da Presença de Portugal no Ultramar". Excertos de Discursos, 4.ª ed. Lisboa, 1973.
- Caio, Horácio: "Angola, Os Dias do Desespero", 3.ª edição. 1961.

- Cardoso, António da Silva (general da FA); "O Homem e a Besta", "Mais Alto", Revista da FAP n.º 263 JAN/FEV1990.
- Carneiro, Costa: "Cabinda no contexto da corrida para África", Revista do Ultramar n.º 33, 1968.
- Carneiro, António da Silva Soares (general); Depoimento em arquivo.
- Carreiro, Iko; "O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto", Pub D. Quixote, Lisboa, 1996
- Castro, Josué de: "De Bandung a Nova Delhi, A grande crise do 3.º Mundo", Cadernos Seara Nova, 1968.
- César, Amândio: "Angola 1961", Ed. Verbo, 2.ª edição, 1961.
- Chapelle (Dickey): "The guerrilha and how to fight him", s/ref. conhecidas.
- Correio da Manhã, (diário): Os Acordos de Alvor atraíram Simulambuco, 20/6/91.
- Idem: "O problema de Cabinda necessita de solução urgente". Depoimentos de D. Duarte Nuno, Dr. Franco Nogueira, Dr. Pinheiro da Silva, 21/6/91.
- Colvin, Ian: "Moisés Tchombé - De Elizabethville a Angola", Ed. Inácio, Lisboa, 1967.
- Comando do Sector de Cabinda: "Monografia sobre o meio e os Partidos Políticos de Cabinda", s/data.
- Comércio (Luanda): "O Congo 4 meses depois", conjunto de 10 artigos, Julho de 1961.
- Costa, Pereira da: "Março/Abril, um mês de terrorismo em Angola", Ed Polio, 1969.
- Cruzeiro (o); Revista Brasileira, uma reportagem sobre a guerra de Angola, 140UT61.
- Cunha, Joaquim da Luz: "África, Vitória Traída", Col. Intervenção.
- Cunha, Silva: "Aspectos dos Movimentos da África Negra", Vol. I, Lisboa, 1958, Vol. II, Lisboa, 1959.
- Decraene, Philippe: "O Pan-Africanismo", Col "Saber Actual", Difusão Europeia do Livro, S. Paulo, 1962.
- Delgado, Humberto: "Memórias" - Ed. Delfos
- Diário de Notícias: "Memórias da Guerra Colonial" (I), "As Sepulturas Perpétuas", 28Jun1994.
- Idem, (II), "Guerreiros sem descanso", 29Jun94.
- Idem, (III), "Anos de Angústia", 30Jun94.
- Idem, (Conclusão), "O Arrear da Bandeira", 01Jul94.
- Domenach (Jean Marie): "La Propagande Politique".
- Du Bois (W.E. Burghardt): "The Pan-African Movement" e "History of Pan-African Congress".
- "Esboço da História das Operações na RMA", Comando da RMA, 1.ª Parte, 1965.

- "Esboço da História das Operações na RMA", 2.^a parte, 1967.
- Estado Maior do Exército: Os esforços de penetração da China Comunista no Continente Africano, Separata do Boletim de Informação n.º 58.
- Idem: "Caracterização da Guerra Subversiva", Boletim de Informação n.º 44.
- Idem: "A estratégia do mundo actual e suas consequências sobre a África Austral", Separata do Boletim de Informação n.º 43.
- Idem: "A Guerra Revolucionária na América Latina", artigo publicado na Revista das Forças Armadas Venezuelanas, Ed. EME 1965.
- Idem: "Aspectos Recentes da Evolução Africana" - 1960-1969 (análise de alguns indicadores), Separata do Boletim de Informação n.º 93.
- Idem: "Lições da Guerra da Malásia", Separata do Boletim de Informação n.º 48 (DEZ68).
- Caderno Militar n.º 4, "Os Problemas da África Austral", 1970.
- Idem: Caderno Militar n.º 6, "O Caso de Angola".
- Idem: Caderno Militar n.º 17, "A Sociedade Africana Banta", Conceito Gerais.
- Idem: Caderno Militar n.º 20, "África - A Evolução Política de 1956 a 1970".
- Idem: "O Exército na Guerra Subversiva".
- Estado Novo (O) e a Questão Colonial; Revista de História, Ano XIX (Nova Série), N.º 30, Abril 1992
- Evangelista, Júlio: "A Queixa do Ghana e a Conjura Contra Portugal", Tipografia Minerva, Vila Nova de Famalicão, Lisboa, 1963.
- Expresso (Revista): "Angola - A Guerra dos 30 anos", 02Fev91.
- Expresso (Revista): "1961-1991, Memória da Guerra, 16 de Março 1991".
- Franque, D. Domingues José: "Nós, os Cabindas".
- Felgas, Hélio: "Guerra em Angola", Liv. Clássica Editora, Lisboa, 1961.
- Idem: "História do Congo Português".
- Idem: "Os movimentos terroristas de Angola, Guiné e Moçambique" (influência externa).
- Idem: "Alguns Aspectos dos Acontecimentos do Norte de Angola", Revista Militar n.º 11, 1961.
- Idem: "A Revolta Militar no Congo", Revista Militar n.º 10, 1960.
- Idem: "A Ofensiva na ONU contra a Soberania Portuguesa nas Províncias Ultramarinas", Revista Militar n.º 10, 1961.
- Idem: "Crónica do Continente Africano (Situação no Katanga)", Revista Militar, Janeiro 1963.
- Galvão, Henrique: "O Assalto ao Santa Maria" - Ed. Delfos.
- Gonzaga, Norberto: "Angola, Pequena Monografia", Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1968.

- Idem: "História de Angola 1482-1963", ed. CITA, s/data.
- Grundy, Kenneth W: "Guerrilla, Struggle in África-An Analysis and Preview, A World Order Book", Grossman Publishers, New York, 1971.
- Guerra, Alfredo Passos: "Reordenamento Rural em Angola", s/referência.
- Guitard, Odette: "Bandoung et le Réveil des Peuples Colonisés", Col. Que sais-je? PUF, Paris, 1961.
- História, Revista de: "O Eclodir da Guerra em Angola, 1961", n.º 129, Junho de 1990.
- Índia Portuguesa (Invasão da); Mensagens 377 e 379 de 10 e 15DEZ61 do Ministério do Ultramar para a Governo Geral de Angola.
- Jornal ilustrado: "1961 e tudo começou a mudar", Suplemento de "O Jornal", de 04 a 10Jan91.
- Julien, Charles-André: "História de L'Afrique Blanche" Col. Que Sais-je? PUF, Paris, 1966.
- Lavroff, D.G.: "Les Partis Politiques en Afrique Noire", Col "Que sais-je?", PUF, Paris, 1978.
- Leal, Cunha: "O Colonialismo dos Anti-Colonialistas, Coisas do Tempo Presente", edição do Autor, 1961.
- Martins, Pe Joaquim: "As Pretensas Seitas Religiosas na Base dos Movimentos Actuais em África", Apostolado, 27/X/62 .
- Mégret, Maurice: "La Guerre Psychologique".
- Moita, P.º José Agostinho: "O Tocoísmo", Edições Mukanda, Carmona (Angola), 1962
- Moreira, Adriano: "Batalha da Esperança, 1962.
- Nogueira, Franco: "Salazar", Vol. V, "A Resistência" (1958-1964), Livraria Civilização Editora, Porto, s/data.
- Idem: Conferência realizada no IAEM, 1969.
- Nunes, António Lopes Pires: "Partidos Subversivos em Cabinda", COMSEC Cabinda, Nov 1968.
- Idem: "Movimentos Regionais Emancipalistas de Cabinda (1), AREC, MLEC, COMSEC", Cabinda 1969.
- Idem: "Movimentos Regionais Emancipalistas de Cabinda (2) CAUNC, COMSEC", Cabinda 1969.
- Idem: "A Guerra em Cabinda, vista por Francisco Lubota", Cabinda, 1969.
- OECE; Organisation Européenne de Cooperation Économique: "La situation économique dans les territoires d'outre-Mer", Paris, 1954.
- Oliveira, Hermes Araújo: "Acção Contra a Guerra Revolucionária", Ciclo de Conferências da Academia Militar, 1959.
- Idem: "Guerra Revolucionária"; 4.ª edição, 1966.
- Idem: "A Batalha da Certeza" (Acção Psicossocial), 3.ª edição, 1966.

- ONU (A Questão de Angola apresentada pela Libéria): Mensagens n.º 57, 58, 59, 67, 74 do Ministério do Ultramar, para o Governo Geral de Angola, 15 a 21Fev61 e Msg. 914 do Governo Geral de Angola para o Governo do Distrito do Uige.
- Pacheco, Carlos; "MPLA, um Nascimento Polémico"; Ed. Vega, Lisboa, 1997.
- Padmore, George: - "Panafricanisme ou Communisme? La Prochaine Lutte pour L'Afrique", trad. de Thomas Diop, Paris, Presence Africaine, 1960.
- Pattee, Richard: "Portugal na África Contemporânea", Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Ultramarinos, Coimbra, 1959.
- Paulme Denise: "Les Civilisations Africaines", Col Que Sais-je? PUF, Paris, 1969.
- Pedro, Albano Mendes: "As Missões Ultramarinas", Sociedade de Geografia de Lisboa, 1970.
- PIDE: "Situação Militar: em Angola", Informação n.º 593/61-GU.
- Pinheiro, Joaquim António Franco (general): "Testemunhos dos Acontecimentos de Angola", Revista Militar n.º 23, 1963.
- Pinheiro, João António (general), depoimento em arquivo.
- Pinto, António Avelino Pereira (general), depoimento em arquivo.
- Pires, Pedro; "Labaredas do Ódio", Ed. do autor, 1968.
- Protestantes (Missões), trabalho do Governo Geral de Angola, s/data.
- Público, Magazine: "Memória da Guerra Colonial, os Acontecimentos de 61", revistos pelos protagonistas, 03Fev91.
- Rei do Congo (Eleição do); Mensagens do Governo Geral de Angola para o Ministério do Ultramar n.ºs 26, 49, 88, 122, 128, 130, 131, 133 dos meses de Janeiro e Fevereiro de 1961.
- Idem; Mensagem do Ministério do Ultramar para o Governo Geral de Angola n.º 62 de 16Fev61.
- Relatório apresentado ao Ministério da Defesa por uma personalidade americana, sobre a guerra de Angola, após visita ao T.O., 30Jun61.
- Relatório Especial de Informação: "Populações de Angola", 5.ª Rep/QG/RMA, 1973.
- Santa Maria (caso do); Mensagens 19 e 20 de 24 e 25JAN61 do Ministério do Ultramar para o Governo Geral de Angola.
- Rebelo, Horácio José de Sá Viana: (general) "Angola - O Seu Presente e o Seu Futuro", Conferência no IAEM, 31Jan61.
- Idem: "Angola na África deste Tempo - Pensamento e Acção no Governo da Província", Lisboa, 1961.
- Resende, José Leite de: "O mais importante de todos os problemas", Revista de Artilharia, Jan/Fev1959.
- Idem, depoimento pessoal em arquivo.
- Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, 1.º vol. "Enquadramento Geral", 2.ª edição, Lisboa, 1988.

- Idem: 2.º Volume, Dispositivo das Nossas Forças, Angola, Lisboa, 1989.
- Idem: Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-74), Lisboa 1990.
- Idem: 5.º Volume (Tomos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7) sobre as Condecorações atribuídas a Militares, publicados de 1990 a 1995.
- Reunião de Governadores de Distrito, de 07Nov62, algumas actas.
- Idem: Briefing no Governo Geral preparatório da reunião de Governadores do Distrito, Mai63.
- Revista de Infantaria, Jun, Jul, Ago63: "O Batalhão de Caçadores n.º 96".
- Idem, 1963: "O Regimento de Infantaria de Luanda (Luanda)".
- Idem, 1963: "O Batalhão de Caçadores 3 (Carmona)".
- Revista de Cavalaria, 1961, "A Cavalaria do Negage (CCav 108)".
- Idem, 1961: "A Cavalaria de Malange (CCav 121)".
- Idem, 1961: "A Cavalaria de Camabatela (CCaç 107)".
- Idem, 1961: "Cavalaria no Ultramar (CCav 149)".
- Revolution in Angola, publicação do MPLA, dedicada ao Comandante Henda, Merlin Press, London, 1972.
- Rodrigues, José Manuel Bettencourt (general), documentos pessoais em arquivo.
- Salazar: "Portugal e a Campanha Anticolonialista", SNI, 4.ª edição, Lisboa, 1960.
- Santos, Eduardo dos: "Os Congressos Pan-Africanos e as Conferências Pan-Africanas dos Povos", Revista do Ultramar n.º 33, 1968.
- Idem: "As conferências de Solidariedade Afro-Asiática e a I Conferência de Solidariedade Tricontinental", Revista do Ultramar n.º 33, 1968.
- Idem: "As conferências do Movimento Pan-Africano da Liberdade para a África Oriental, Central e Meridional (P.A.F.M.E.C.S.A.)", Revista do Ultramar, s/data.
- Idem: "A Negritude", s/referência conhecida.
- Idem: "O Socialismo Africano", Pub. Europa-América, Col. Estudos e Documentos, 1971.
- Seabra Antero (Dr.): "A Luta no Ultramar-Tomos I e II", do Vol I de "Palestras sobre o Ultramar Português".
- Sousa, Fernando Louro de (general): Depoimento pessoal em Arquivo.
- Telo, António José: "As Guerras de África e a Mudança nos Apoios Internacionais de Portugal", Separata da Revista de História das Ideias, Vol. 16, Faculdades de Letras, Coimbra, 1994.
- Ultramar, Ministério do: "O Trabalho nas Províncias Ultramarinas" - Decretos-Lei 44309, 44310 de 27 de Abril de 1962, aprovando o Código do Trabalho Rural, Lisboa, 1962.
- Idem, Decreto n.º 43897, Lisboa 1961.

- Valença F., Coronel; "Um Esquecido mas Relevante Esforço de Reorganização do Exército (1958-1961)", Separata da Revista de Artilharia, Abril de 1987, Lisboa, 1987.
- Vaz, Camilo Rebocho; "Norte de Angola, 1961 – A Verdade e os Mitos", ed.do Autor, 1993.
- Vaz, Nuno António Bravo Mira; "Aspectos Condicionantes das Opiniões Públicas durante as Guerras de África (1961-74)", Agosto de 1994.

2. DOCUMENTOS MILITARES

- Briefing ao Ministro da Defesa, QG/RMA, 9Set63.
- Cabinda, Relato da Reunião de Governadores de Distrito, realizada a 07 de Novembro de 1962, Governo Civil de Cabinda, 1962.
- Centro de Instrução para Missões Especiais, Cabinda, Nov61.
- Comandos, História dos; sem autor expresso.
- Curso Normal de Graduados Político-Militar do MPLA (documentos capturados a um prisioneiro em Cabinda)
- Defesa de Angola, SGDN, 230ut62.
- Defesa do Norte de Angola, RMA, 24Nov62.
- Defesa do Ultramar – África Ocidental, EME, Fev61.
- Directiva n.º 1, SGDN, 04Mai60.
- Directiva n.º 2, SGDN, 30Mai60.
- Directiva n.º 3, 18Jun60.
- Directiva n.º 4, 22Jun60.
- Directiva n.º 5, 03Ago60
- Directiva n.º 7, "Para o Domínio da Sublevação em Angola e SGDN, 17Abr61.
- Directiva n.º 8, SGDN, idem, 3Mai61.
- Directiva n.º 8 (Aditamento n.º 1), 10Mai61.
- Directiva n.º 10 "Para as Operações de Limpeza e Recuperação das regiões infestadas dos Distritos do Zaire e Uige", SGDN, 8MAI61.
- Directiva n.º 11, "Para a Segurança e Defesa de Angola", SGDN, 11Mai61.
- Directiva n.º 12, idem, SGDN, 15Mai61.
- Directiva n.º 1, CM Angola, 15Dez60.
- Directiva n.º 1, QG/3.ª R. Militar, Jun61.
- Directiva n.º 1, (Directiva General Silva Freire) CCFAA.
- Directiva n.º 1, "Para a 1.ª Fase das Operações", CCFAA, 16Jun61.
- Directiva n.º 2, CCFAA, 21Set61.

- Directiva n.º 3, "Para a Preparação e Condução das operações na ZIN, na época das chuvas", QG/3.ª RM, Out61.
- Directiva n.º 3/62 (Directiva General Venâncio Deslandes), CCFAA, 8Mai62.
- Directiva para a Criação da ZIC (Zona de Intervenção Centro) QG/3.ª RM, 27Dez61.
- Directiva para a Criação da ZIS (Zona de Intervenção Sul), QG/3.ª RM, 14Fev62.
- Directiva Particular ao COMSEC 4 para remodelação, QG/3.ª RM, 16Mai62.
- Directiva Particular ao Sector C, QG/3.ª RM, 21Out62.
- Directiva Particular ao Sector D, BCaç 132, BCaç 230, QG/3.ª RM, 23Out62.
- Directiva Particular à ZIN, QG/3.ª RM, 31Out62.
- Directiva Particular ao COMSEC A para a Operação "Pirilampo Azul" QG/3.ª RM, 20Nov62.
- Directiva Particular ao COMSEC 6 para a Defesa do Enclave de Cabinda, QG/3.ª RM, 22Nov62.
- Idem (Aditamento), 12Dez62.
- Directiva Particular ao COMSEC 1 e 5, para a Defesa da Faixa Leste da ZIN, QG/3.ª RM, 26Nov62.
- Directiva ao COMDEL para a Reorganização da Defesa de Luanda QG/RMA, 24Mai63.
- Directiva n.º 2 à ZIL, QG/RMA, 25Mai63.
- Directiva n.º 2 "Para as Operações da Época Seca de 1963", (Directiva General Holbech Fino), CCFAA, 04Jun63.
- Directiva n.º 2/64 "Sobrevoos Suspeitos - Violações do Espaço Aéreo", CCFAA, 25Jun64.
- Extractos dos Assuntos de Maior Importância do Relatório Periódico de Comando n.º 12/RMA, Mai62.
- Idem, Rel. Per. Comando n.º 14/RMA, Jul62.
- Idem, Rel. Per. Comando n.º 15/RMA, Ago62.
- Idem, Rel. Per. Comando n.º 17/RMA, Out62.
- Fotos de Material Capturado, 1964.
- Fronteira Norte da ZIN, Encerramento da; Processo com documentos variados, 1964.
- Golpe de Mão, Operação em que intervieram helicópteros "Op.3 Mosqueteiros", Out62.
- Histórias de várias unidades.
- Informação n.º 42/60 do CEM/RMA, 15Nov60.
- Katanga, Directiva para a Defesa da fronteira com o Katanga.
- Médico-Militar, Relatório da Missão, Ago62.
- Ordens de Operações N.ºs 18, 19, 20, 21 e 22 do BCav 345, S. Salvador, 1962.
- Ordem Particular ao COMSEC 6; Operações "Montes Verdes", 03Dez62.

- Organização Militar de Angola, Mobilização de Unidades, ofício n.º 33/GU do CEME para o Comando Militar de Angola, 8Mar60.
- Ordem de Operações "Montes Claros" (Para a defesa da ZIL), 07Jan63.
- Relações numéricas de feridos e doentes, de 1962-71.
- Relação numérica de mortos e desaparecidos de 1962-71.
- Parecer do CEMGFA, de 24Jul60, referente à Directiva n.º 5 do SGDN de 03Ago60.
- Plano de Operações "Almourol Dois", QG/RMA, 15Set62.
- Plano "Vigia Azul", QG/RMA, 17Out62.
- Plano de Operações "Marfim Negro", QG/RMA, Jun63.
- Pontos essenciais focados em 13FEV61 no QG/3.ª RM (Angola) a aguardar decisão no Ministério do Exército.
- Relatório de Comando n.º 34, RMA, 1964.
- Relatório de Comando n.º 35, RMA, 1964.
- Relatório Especial de Informação n.º 1, QG/3.ª RM, 29Dez61.
- Idem, n.º 2, Mar62.
- Idem, n.º 3, 15Mar62.
- Idem n.º 4, RMA, Mai62.
- Idem, n.º 6, 13Mai63.
- Idem n.º 8, RMA, Ago65.
- Relatório Periódico de Comando n.º 1, QG/RMA, Ago61.
- Relatório Periódico de Comando n.º 2, QG/RMA, Set61.
- Supintrep n.º 1, RMA, Out61.
- Supintrep n.º 2, RMA, Nov61.
- Supintrep, n.º 3, RMA, Dez61.
- Supintrep, n.º 19, RMA, Ago63.
- Supintrep n.º 27, CCFFAA, Jan63.
- Voluntários (criação do Corpo de); Dec-Lei 43568 de 28Mar61.
- Idem, Decreto-Lei 43571, 29Mar61.

Fotografias, Mapas e Quadros

Índice

DESIGNAÇÃO	Página	Tipo
* Homenagem na cidade de Coimbra	18	F
* Angola, em África	21	M
* Estados Africanos Independentes em 1969	45	Q
* Territórios Africanos Dependentes em 1970	46	Q
* Amílcar Cabral nos tempos da FRAIN, da CONCP e do PAIGC	52	F
* Emblema da ABAKO	60	D
* Emblema do PSA	63	D
* Infiltração dos Partidos	67	M
* Emblema da UPA	71	D
* Emblema do MPLA	75	D
* Emblema da ALIAZO	77	D
* Emblema do MDIA	80	D
* Emblema da NGWIZACO	82	D
* Emblema da NTO BAKO	84	D
* Padrão, em Cabinda relativo ao TRATADO DE SIMULAMBUCO	92	F
* Movimentos Políticos de Orientação Anti-Portuguesa	96	Q
* Movimentos Não Angolanos com Influência em Angola	97	Q
* Movimentos Angolanos Regionalistas	98	Q
* Movimentos Angolanos Não Regionalistas	99	Q
* Posição Relativa dos Principais Movimentos	102	Q
* Linhas de infiltração em Cabinda	110	M
* Cabinda, distribuição étnica	111	M
* Linhas de infiltração para a ZIN	113	M
* Carta das etnias	114	M
* Carta dos grandes grupos étnicos de Angola	115	M
* Quadro de produção de café (Anos de 1956 a 1959)	141	Q
* Área da sublevação da Baixa do Cassange	145	M
* Zona de acção da “Operação Cassange”	151	M
* Elemento In capturado	178	F
* Áreas de sublevação iniciais	186	M
* Área de actividade do BCaç Eventual	192	M

(Continua na página seguinte)

Fotografias, Mapas e Quadros		
Índice		
DESIGNAÇÃO	Página	Tipo
* O Ministro do Ultramar, Prof. Dr. Adriano Moreira	206	F
* Vídeo da “ Operação Saudade”	210	F
* A presidente do MNF	211	F
* Áreas de subversão activa	221	M
* Primeiros embarques	228	F
* Embarques posteriores (duas)	229	F
* Esquema de reocupação do Norte de Angola	231	M
* Evacuação para o hospital de Luanda (três)	234	F
* Primeiras campas do Cemitério Militar de Luanda	235	F
* Visita do Embaixador brasileiro, Dr. Negrão de Lima	237	F
* Início da Reocupação do Norte de Angola	239	M
* Apoio das brigadas das Obras Públicas	240	F
* 1.ª Fase da Operação “Beta”	243	M
* 2.ª Fase da Operação “Beta”	244	M
* Operação “Quibala”	246	M
* Operação “S. Salvador”	247	M
* O Sector 04 – Ambrizete	248	M
* Reocupação do Norte de Angola	249	M
* Infiltração na mata	257	F
* Progressão através do capim	259	F
* Cabinda – progredindo ao longo de um rio	261	F
* Deslocamento apeado, ao longo de uma picada	262	F
* Unimog adaptado ao transporte de pessoal operacional	263	D
* Deslocamento para uma operação	265	F
* Vanguarda “Salazar”	271	F
* Milícias	272	F
* Dificuldades da progressão auto na época das chuvas (três)	279	F
* Região NE da Luanda-Caxito/Quibaxe	282	M
* Região Caxito-Anapasso-Quando Maúa	284	M
* Região Quando Maúa-Balacende	286	M
* Itinerário Quipetelo-Beira Baixa-Caiengue	287	M

(Continua na página seguinte)

Fotografias, Mapas e Quadros

Índice

DESIGNAÇÃO	Página	Tipo
* Esquema da Operação “Vassoura”	288	M
* Itinerário atribuído ao BCaÇ 96	290	M
* A caminho de Nambuangongo (duas)	292	F
* Defesa de um reduto em Nambuangongo	294	F
* Itinerários da progressão dos BCaÇ 96 e BCaÇ 114	295	M
* A Reocupação de Quipedro	297	M
* Morro da Pedra Verde	300	F
* Grandes abatises	301	F
* Região da Pedra Verde a NE de Úcua	303	M
* Unidades apresentadas em Angola de Jan a Ago61	311	Q
* Último Posto Administrativo a ser recuperado	318	F
* Visita do Bispo de Malange, D. Gabriel	318	F
* Outro aspecto de Caiongo	319	F
* Panfletos distribuídos	321	Q
* Apresentação de nativos no Posto de Caiongo (três)	322	F
* Distribuição de sal	323	F
* 1.º Mercado após a apresentação	323	F
* Baptismo	324	F
* Novos aldeamentos	325	F
* Apoio sanitário (três)	326	F
* Apoio sanitário (duas)	327	F
* Localização de Chitado	331	M
* O Enclave de Cabinda	340	M
* Síntese das acções In	345	Q
* Fases e modalidades de acção In	349	Q
* Elementos da população fugidos	350	Q
* Trabalhos da Engenharia	353	F
* Regiões afectadas pela subversão	355	M
* Jipão na picada, na época das chuvas	363	M
* As Nossas Tropas em operações	369	F
* Operação “Nuno Álvares”	377	M

(Continua na página seguinte)

Fotografias, Mapas e Quadros		
Índice		
DESIGNAÇÃO	Página	Tipo
* Operação “Três Mosqueteiros”	378	M
* Operação “Três Mosqueteiros”	381	M
* Região de Bessa Monteiro	388	M
* Região entre o rio Dange e o rio Zenza	389	M
* Operação “Montes Claros”	395	M
* Cabinda – nativo conhecido pelo “Monarca”	401	F
* Esquema da área – Quicabo	404	M
* Actividade In em 1962	408	Q
* Feridos das NT evacuados para o HM Luanda	409	Q
* Zonas de maior actividade In, na ZIN	410	M
* Área do COMEVAK	415	M
* Avenida Marginal de Luanda	420	F
* Bairro Popular de Luanda	421	F
* Quipedro	433	F
* Emprego do Helicóptero (duas)	437	F
* As figuras do capítulo “Doutrina Militar do In” têm numeração própria, por cópia do documento de onde foram reproduzidas (Pág. 520 a 582).	451 a 493	D
* Abertura de uma “picada táctica”	498	F
* Hastear da Bandeira numa base táctica	500	F
* Ligação com a base	501	F
* Travessia do rio Zenza (três)	503	F
* Patrulhamentos no rio Dange (duas)	504	F
* Panfleto em Português	511	I
* Panfleto em língua nativa	512	I
* Assistência religiosa (três)	522	F
* Assistência médica-medicamentosa (duas)	523	F
* Assistência escolar (três)	524	F
* Assistência profissional	525	F
* Melhoria das povoações (três)	526	F
* Esquema para a vigilância da fronteira Norte da ZIN – Anexo A	547	D

(Continua na página seguinte)

Fotografias, Mapas e Quadros

Índice

DESIGNAÇÃO	Página	Tipo
* Esquema do obstáculo da orla exterior – Anexo B	548	D
* Aldeamento de Banza-Puto (duas)	549	F
* Aldeamento de Quiendo	550	F
* Influência de bloco soviético em África	552	F
* Material de guerra In (três)	553	F
* Material de guerra In (três)	554	F
* Material de guerra In (três)	555	F
* Material de guerra In (duas)	556	F
* Material de guerra In (duas)	557	F
* Posição da Artilharia	567	F
* Linhas de movimentação e penetração do MPLA e da UPA	570	M
* Eixos de penetração pela fronteira Norte	571	M
* Zonas de actuação em 1964	572	M
* Zona de guerrilha em 1964	573	M
* Características da 6.ª fase da guerrilha	575	Q
* Características da 7.ª fase da guerrilha	575	Q
* Actividade In, em acções de fogo e minas	576	Q
* Actividade da UPA e do MPLA, de 1961 a 1964	589	Q
* Feridos e doentes das NT	593	Q
* Efectivos	594	Q
* Mortos	596	Q
* Desertores, geral	597	Q
* Desertores de pessoal metropolitano	597	Q
* Despesas	598	Q
* Despesas das PU para a Defesa Nacional	599	Q

NOTA: D – Desenho

F – Fotografia

M – Mapa

Q – Quadro

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	7
Introdução	15
Aspectos Gerais	19
O Pan-Africanismo	23
Pan-Africanismo Cultural	23
Pan-Africanismo Político	24
Da Guerra de 1914-18, à Guerra de 1939-45	25
Os Primeiros Congressos Pan-Africanos	28
O Movimento Pan-Africanista Português	32
Da Guerra de 1939-45 à Conferência de Bandung	33
A Conferência de Bandung	36
As Conferências Pan-Africanas	38
A Organização das Nações Unidas	42
Movimentos Políticos de Coordenação Anti-Colonialista	47
ACA	47
CBARA	49
CONCP	50
FRAIN	51
GRUPO DE CASABLANCA	53
GRUPO DE MONRÓVIA	53
MDIN	53
MNI	54
PAFMECSA	54
UAM	55
WAY	55
Movimentos Não Angolanos com Influência na Subversão em Angola	57
ABAKO	57
ATCAR	61

LULUA-FRÉRES	62
LUA	62
MPRC	63
PSA	63
RCA-FS	64
SWANU	65
SWAPO	65
UNIP	66
Partidos Emancipalistas de Angola	67
Partidos Defensores do Uso da Força e Hostis à Presença de Portugal	68
UPA	68
MPLA	72
ALIAZO	76
UNITA	78
Partidos Defensores da Não Violência e da Colaboração com Portugal	78
MDIA	79
NGWIZACO	81
NTO BAKO	83
PDA	85
Partidos Emancipalistas de Cabinda num Quadro de Não Violência	86
AREC-MLEC	86
CAUNC-FLEC	90
Síntese dos Principais Movimentos e Partidos Relacionados com a Subversão em Angola	95
Movimentos Políticos de Orientação Anti-Portuguesa	96
Movimentos Não Angolanos com Influência em Angola	97
Movimentos Angolanos Regionalistas	98
Movimentos Angolanos Não Regionalistas	99
Seitas Religiosas	103
Linhas de Infiltração em Cabinda e no Norte de Angola	109
As Primeiras Directivas Operacionais	117
Antes da Subversão Violenta	123
Relatório do Comando Militar de Angola – 1957	123
A Independência do Congo ex-Belga	129
A Eleição do Rei Congo	132
O Assalto ao Pacote Português “Santa Maria”	137
A Queixa do Ghana contra Portugal	139
A Corrida ao Café	140
Os Acontecimentos da Baixa do Cassange	145
Luanda, 04 de Fevereiro de 1961 – Os Assaltos	155

Os Índícios	159
Medidas Militares em Estudo	167
15 de Março de 1961 – Os Massacres	173
Reacção aos Massacres	187
Do Discurso da Carreira de Tiro à Organização de Voluntários	197
Movimento Nacional Feminino (MNF)	207
Alastramento da Actividade Rebelde	213
A Reocupação da Área Sublevada	231
Reabertura do Itinerário Negage-Quimbele	232
Reabertura do Itinerário Negage-Maquela do Zombo	237
Reabertura dos Itinerários e Reocupação a Oeste da linha Nóqui- -Bessa Monteiro	241
A Situação em Junho de 1961	251
O Terreno	251
O Inimigo	252
As Nossas Tropas	258
A População	266
As Milícias	269
Plano de Operações “Delta” e Directiva para a Época das Chuvas	273
Plano de Operações “Delta”	273
Directiva para a Época das chuvas	276
Nambuanguo – Operação “Viriato”	281
Itinerário Caxito-Nambuanguo	282
Itinerário Ponte do Dange (Quibaxe)-Nambuanguo	289
Itinerário Ambriz-Quimbunde-Bela Vista-Zala-Nambuanguo	293
Pedra Verde – Operação “Esmeralda”	299
Visita do Ministro do Exército	305
Reocupação e Apresentação de Populações	317
O Desastre do Chitado – 10Nov61	329
A Oposição e as Eleições Legislativas de 12 de Novembro de 1961	333
A Invasão da Índia Portuguesa	337
Situação em Cabinda – Criação do Centro Inter-Armas	339
Cabinda	339
Acção Militar – Síntese do 1.º ano	345
“Centauro Grande” e Situação Militar na Zona de Intervenção Norte	351
	627

Aperfeiçoamento Operacional e Implantação da Artilharia Anti-Aérea	359
Outras Medidas de Aperfeiçoamento Operacional – Constituição da FAV (Força Aérea Voluntária)	371
A Região de S. Salvador do Congo	375
Planos de Operações “Almourol Dois” e “Vigia Azul”	383
Plano “Almourol Dois”	383
Plano “Vigia Azul”	385
Novas Preocupações Militares no Comando da RMA, em 1962	387
Situação em Cabinda no final de 1962	397
A Região de Quicabo	403
Síntese do Ano de 1962 e Reflexos da Situação no Catanga	407
A Criação dos “Comandos” em Angola e Organização do Comando de Defesa de Luanda – COMDEL	417
Criação dos “Comandos” em Angola	417
Organização do COMDEL	419
Directiva do CCFAA para as Operações na Época Seca e Plano “Marfim Negro” da RMA	425
Cooperação Aero-Terrestre, Área de Intervenção Livre e Emprego de Helicópteros	435
Doutrina Militar do Inimigo	439
Remodelação de Dispositivos e Novos Conceitos de Actuação	497
A Acção Psicológica	505
Plano de Operações “Vulcano Verde II – 1964”	527
Directivas N.º 1 e 2/64 sobre Actividade Operacional e Sobrevoos Suspeitos	531
Actividade Operacional – Directiva N.º 1/64	531
Sobrevoos Suspeitos – Directiva N.º 2/64	536
O Encerramento da Fronteira Norte da ZIN, em 1964	539
Material Capturado	551
Actividade Operacional das NT, no ano de 1964	559
Operação “Despedida dos Gatos”	560
Operação “Terceiro Ano”	551
Operação OPU	563
Operação OPCA	563
Operação OPMZ	563
Operação “Chela Dois”	564

Operação "Outra Vez"	566
Operação "Entre Serras"	566
Situação Militar no final de 1964	569
O Inimigo	569
A Guerrilha	569
Mentalização interna	577
Expressão das dificuldades	582
Falta de Combatentes	584
Relações UPA-MPLA	586
As Nossas Tropas	590
Apoio Médico-Militar	590
Feridos e doentes	593
Dispositivos e efectivos	594
Mortos	595
Deserções	597
Despesas	598
Síntese	601
Abreviaturas	605
Bibliografia	609

EUROpress

Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

Praceta da República • Loja A • Póvoa de Sto. Adrião
Tel. 938 14 50 • FAX 938 14 52
2675 ODIVELAS • LISBOA • PORTUGAL

Obras a publicar:

**RESENHA HISTÓRICO-MILITAR DAS
CAMPANHAS DE ÁFRICA 1961-1974:**

- 6.º vol – Aspectos da Actividade Operacional
 - Tomo I – Angola – Livro 2
 - Tomo II – Guiné
 - Tomo III – Moçambique
- 7.º vol – Fichas das Unidades
 - Tomo I – Angola
 - Tomo II – Guiné
 - Tomo III – Moçambique
- 8.º vol – Mortos em Campanha
 - Tomo I – Angola
 - Tomo II – Guiné
 - Tomo III – Moçambique
- 9.º vol – As Transmissões na Campanha
- 10.º vol – Comandantes e Chefes

